

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS VARGAS

HENRIQUE GALVÃO: UM COLONIALISTA ANTI-SALAZARISTA DO ESTADO NOVO
(1929-1949)

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

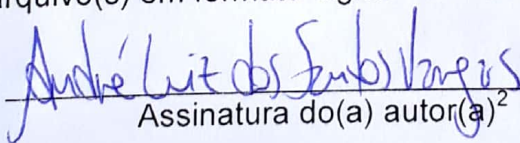
Nome completo do autor: André Luiz dos Santos Vargas

Título do trabalho: Henrique Galvão: um colonialista anti-salazarista do Estado Novo (1929-1949)

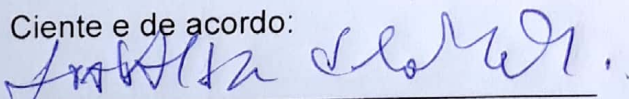
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 07 / 01 / 19

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS VARGAS

HENRIQUE GALVÃO: UM COLONIALISTA ANTI-SALAZARISTA DO ESTADO NOVO
(1929-1949)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como pré-requisito para a obtenção do título de doutor em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Vargas, André Luiz dos Santos
Henrique Galvão: um colonialista anti-salazarista do Estado Novo
(1929-1949) [manuscrito] / André Luiz dos Santos Vargas. - 2018.
366 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2018.
Bibliografia. Anexos.
Inclui mapas, fotografias.

1. Henrique Galvão. 2. Estado Novo. 3. Salazar. 4. Colonialismo. I.
Pinto, João Alberto da Costa, orient. II. Título.

CDU 94

PPGH

PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA UFG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **André Luiz dos Santos Vargas**. Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito (2018), com início às 16h, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **André Luiz dos Santos Vargas**, cujo título foi "**Henrique Galvão: Um colonialista anti-salazarista do Estado Novo (1929-1949)**". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº086/18-PPGH, de 30 de novembro de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **João Alberto da Costa Pinto (UFG)**, **Heloisa Helena de Jesus Paulo (Universidade de Coimbra)**, **Antón Corbacho Quintela (FL/UFG)**, **Allysson Fernandes Garcia (CEPAE/UFG)**, **David Maciel (FH/UFG)** e, como Suplentes, **Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (UEG/Quirinópolis)** e **Cristina de Cássia Pereira Moraes (FH/UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 17:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato APROVADO.

Prof.^a Dr.^a **Heloisa Helena de Jesus Paulo (Universidade de Coimbra) (videoconferência)**
Ass.: [assinatura] Decisão (APROVADO)

Prof. Dr. **Antón Corbacho Quintela (FL/UFG)** Ass.:
Decisão (Antón Corbacho Quintela) APROVADO.

Prof.^a Dr.^a **Allysson Fernandes Garcia (CEPAE/UFG)** Ass.:
Decisão (Allysson Fernandes Garcia) APROVADO.

Prof.^a Dr.^a **David Maciel (FH/UFG)** Ass.:
Decisão (David Maciel) APROVADO.

Presidente da Banca Prof. Dr. **João Alberto da Costa Pinto (UFG)**, Ass.:
Decisão (João Alberto da Costa Pinto) APROVADO.

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marco Aurélio Fernandes Neves, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Sub-Coordenador:
Prof.^a Dr.^a **Jiani Fernando Langaro**

Secretário:
Marco Aurélio Fernandes Neves

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

À Fundação Calouste Gulbenkian, nas pessoas de Margarida Abecassis e Carlos Luís;

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás;

Ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra pela recepção e acolhimento;

Ao professor João Alberto pela orientação, incentivo e confiança;

À professora Heloisa Paulo pela recepção, amizade e orientação em Portugal;

Aos camaradas de lutas, amizade e trabalho acadêmico: Alexandre Spiga, Ana Franchi, Danúbia, Fagner, Heitor, Grouxo, Luiz da Luz, Luiz Mundim, Matheus Germano, Mari Lopes, Rafael Saddi, Rodrigo, Tarsilla, Thalys e Thiago Fidelis;

Às amigas presentes nos piores momentos: Beto, Mari Carrijo e Naihara;

Aos camaradas das repúblicas combativas e anti-praxistas coimbrãs: Baco, Bota-Abaixo, Kágados, Marias do Loureiro, Prá-Kys-Tão, Rosa Luxemburgo, em especial minha querida casa República Ninho dos Matulões e Matulonas (Matulónia);

À malta camarada da Guilhotina.info;

Às trabalhadoras e trabalhadores de bibliotecas e arquivos de Coimbra (CEIS20, Antropologia da UC, FEUC, FLUC, Biblioteca Geral da UC, Centro de Documentação 25 de Abril, Biblioteca Municipal), Guarda (Arquivo Distrital e Biblioteca Municipal) e Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Parlamento);

Aos livreiros de alfarrabistas e antiquários, em especial ao grande apoio dos colegas da Antiques Koisas Antigas;

À camarada Carol Leopardo pela companhia, força e paciência nos melhores e piores momentos do mestrado e doutoramento;

Aos camaradas TAE da Esquerda Eética, oposição sempre derrotada no Instituto Federal de Goiás e sindicato: Bruna, Bruno, Igor, Luciano e Shilton;

Às colegas TAE do IFG que me apoiaram: Eliane, Lourena e Silmara;

Aos colegas docentes do IFG que também nunca falharam em apoios e solidariedade ao sufoco doutoral: Ádria, Dorian, Leandro Dueli, Mary, Rachel e Raclene;

Aos amiguinhos mais pacientes nas companhias da madrugada durante a tese: Jorge, Kiriku e Sebastião;

Ao Danilo e Elzi pelo suporte;

À grande amiga desde os tempos de graduação, apoio presente em todas as horas: a bruxa Lorena Martins;

À companheiríssima dos apertados momentos finais de tese, pelo apoio constante, companhia, paciência, pelas cores e pelos melhores momentos do ano: Paula Daime;

Aos familiares que nunca falharam no apoio: minha irmã Renata, mãe Heloisa, pai Roberto, Kléber e Marilene, cunhado Telmo, as avós Maria e Terezinha, tia Fátima e primas.

Resumo

Nesta tese apresentada percorro a trajetória política de Henrique Galvão pelo eixo de toda sua atuação intelectual e institucional: o colonialismo. Oficial do Exército e militante nacionalista de extrema-direita, Henrique Galvão teve seu primeiro contato com o continente africano a partir de uma punição por degredo em Angola. Inicialmente derrotado e ressentido, a partir dali iniciava sua trajetória como administrador colonial ainda na ditadura saída do golpe de 28 de Maio de 1926. Formando-se como especialista não-acadêmico em assuntos coloniais, integrou o Estado Novo como um de seus principais intelectuais, tendo sido um ideólogo e gestor do colonialismo, destacando-se inicialmente como propagandista. Ainda ocupando cargos na administração colonial, e por causa deles, Galvão gradativamente se colocará contra o regime que apoiava julgando haver falhas nas execuções das políticas coloniais. Por esse caminho, rompeu com o regime e com Salazar, seu chefe, partindo à dissidência e tornando-se um opositor declarado. Sendo normalmente visto como um lutador pela liberdade contra uma ditadura a qual um dia apoiou, Galvão já exilado no Brasil continuava as atividades políticas e intelectuais atacando tanto o Estado Novo quanto as grandes potências mundiais e os desígnios de independência das colônias. Afinal, perante todas as contradições e desvios em sua trajetória, em algo se manteve coerente: o colonialista que se adaptava às contingências históricas, mas que ainda se mantinha firme na hipótese de que o Império era a “razão de ser” da nacionalidade portuguesa e fruto de sua “missão civilizadora”.

Palavras-chave: Henrique Galvão; Estado Novo; Salazar; Colonialismo.

Abstract

In this thesis, I go through the political trajectory of Henrique Galvão by the axis of his entire intellectual and institutional career: colonialism. Army official and far-right nationalist militant, Henrique Galvão had his first contact with the African continent from a punishment for exile, in Angola. Initially defeated and resentful, from there he began his trajectory as colonial administrator still in the dictatorship resulted from the coup d'état of 28 of May of 1926. As a non-academic specialist in colonial affairs, he used to integrate the Estado Novo (portuguese New State) as one of its main intellectuals, and had been an ideologue and manager of colonialism, initially outstanding as a propagandist. Still occupying positions in the colonial

administration, and because of them Galvão will gradually stand against the regime he supported judging there to be flaws in the practical applications of colonial policies. In this way, he broke with the regime and with Salazar, its chief, starting to dissent and becoming a declared opponent. Generally seen as a freedom fighter against dictatorship, which he once supported, Galvão already in exile in Brazil continued political and intellectual activities, attacking either the Estado Novo and the great world powers and the independence determinations of the colonies. After all, in face of all the contradictions and deviations in his trajectory something remained coherent: the colonialist who was adapted to historical contingencies but who remained steady in the hypothesis that the Empire was the "reason of being" of Portuguese nationality and result of its "civilizing mission".

Keywords: Henrique Galvão; Estado Novo; Salazar; colonialism.

Sumário

Introdução.....	1
CAPÍTULO 1	18
Primeiros contatos com África (1927-29).....	18
1.1. Henrique Galvão no degredo em “Terra de Pretos” (1927-28).....	18
1.2. Crítica ao modelo colonial vigente: governador do distrito de Huíla (1929)	56
1.2.1. Antecedentes e contexto dos governos em Angola sob regime de alto-comissariado	57
1.2.2. O “Relatório de Huíla” (1929).....	65
CAPÍTULO 2	77
Posição de prestígio na ditadura e a construção ideológica do Império Colonial: defesa do Estado Novo que surge (1930-32)	77
2.1. Nacionalizar as colónias na ideia do “Terceiro Império” (1930)	77
2.2. Ideologia colonial definida juridicamente e estabelecimento de bases da política colonial e organização do Estado Novo: o <i>Acto Colonial</i> e a União Nacional (1930).....	89
2.3. Primeiro ano na direção da revista Portugal Colonial e a polémica do trabalho indígena (1931	105
2.4. Henrique Galvão como diretor das Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques (1932): o Império como objetivo e não como realidade.....	128
2.5. Da comédia dramática à “nova era” em Portugal (1932-33).....	140
2.6. Salazarismo, autoritarismo, totalitarismo, corporativismo... fascismo?	154
CAPÍTULO 3	167
Henrique Galvão como intelectual-gestor de propaganda do Estado Novo	167
3.1. A propaganda no Estado Novo	167
3.2. Henrique Galvão como diretor técnico na “lição de colonialismo” da 1ª Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934)	173
3.3. Henrique Galvão como diretor da Emissora Nacional (1935).....	221
3.4. Henrique Galvão como diretor da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português no “Centenário dos Centenários” (Lisboa, 1940)	230
CAPÍTULO 4	250
Proponente de políticas coloniais para o regime, mas em rota de dissidência.....	250
4.1. Estado Novo português e a Segunda Guerra Mundial	250
4.2. Henrique Galvão ascendente em cargos de gestão colonial.....	254

4.2.1. Inspector Superior de Administração Colonial (1936-1949): o lento desenlace com o regime	255
4.2.2. Atividade parlamentar como deputado por Angola na Assembleia Nacional (1945-1949): a ruptura com o regime	290
4.2.2.1. O relatório-bomba de 1947.....	300
Considerações finais.....	324
Bibliografia	327
Publicações de Henrique Galvão consultadas	327
Bibliografia específica.....	332
Bibliografia complementar.....	344
Anexos	347

Introdução

Essa investigação é um dos resultados de um interesse que mantenho pelo estudo de trajetórias intelectuais e institucionais de personalidades que compunham os quadros do colonialismo e de regimes autoritários, em especial aqueles indivíduos ou grupos derrotados pela própria conjuntura em que viviam. Dizendo de forma ampla, meu interesse está em se estudar o colonialismo, os movimentos e os regimes fascistas como partes importantes à compreensão do nosso capitalismo contemporâneo. A história humana é repleta de fatos violentos e, no caso do capitalismo contemporâneo, é mais indubitável ainda que se constituiu entre contradições, golpes, contragolpes, exploração do trabalho (inclusive com imposição de trabalho forçado), perseguições políticas, violações de direitos, guerras, massacres e tantas outras violências que tiveram na África, a partir do século XIX, um espaço fundamental para as criações e recriações de práticas. Todas essas práticas tiveram reverberação pela produção e ação de intelectuais e aí também está meu interesse: o que eles produziam? O que diziam? De quem eram representantes? Qual a posição ou atuação que tiveram nas instituições? Qual o papel de suas obras nas conjunturas políticas e dessas em suas obras?

Quanto ao meu interesse, explico: tenho preferência pela investigação dos intelectuais que atuavam, de alguma forma, a serviço de práticas de exploração e opressão – o que não me tira, claro, o interesse em estudar os intelectuais e instituições do outro lado (da resistência, da transformação social de superação dessas práticas exploratórias). Não pretendo fazer de um trabalho acadêmico uma obra de propaganda militante, mas como também não pode haver neutralidade em ciência, é impossível esconder minhas preferências, como autor, no trabalho acadêmico. Por isso, também é um esforço de militante. Já há alguns anos estou envolvido em instituições de luta anticapitalista, de onde surgem a todo o tempo as necessidades de se compreender o lado inimigo e as armadilhas nas quais os próprios anticapitalistas podem acabar caindo – o fascismo. Para me orientar no mundo em atitude de antagonismo às instituições capitalistas senti a necessidade de investigar, a partir de casos específicos e comparados, suas origens, desenvolvimento e a incrível maleabilidade que têm em absorverem e apropriarem-se das lutas para o próprio fortalecimento e reprodução do capitalismo. Ainda no período do meu mestrado, participando de lutas de trabalhadores da educação e de utentes do transporte coletivo urbano, em um momento histórico ainda de difícil compreensão – do pipocar de lutas anticapitalistas autônomas, de trabalhadores e estudantes à revelia dos sindicatos e partidos já

cooptados do lado inimigo – a repressão policial demonstrou ser mais enfática que qualquer discurso de louvação ao Estado democrático de direito. Paranoia dos libertários? Logo em 2014, início do meu doutoramento, em Goiânia a abjeta *Operação 2,80* confirmou a quem serve a lei da democracia capitalista, como parte da campanha repressiva que tomaria outras cidades¹, sobretudo como forma de sacrificar o direito à cidade aos trabalhadores e garanti-lo às empresas de transporte, aos especuladores e às grandes corporações interessadas no “sucesso” da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil. Com isso, iniciei a nova fase acadêmica concentrado em estudar os fascismos, o corporativismo e as polícias políticas de Portugal e de outras ditaduras. Veio o pior sentimento possível no momento: a história fazendo sentido. Como diferenças básicas, destaco que no tempo em que eu vivi as forças de repressão não agiram explicitando o caráter de perseguição política, mas enquadrando os movimentos sociais como crimes comuns, afinal eram tempos de democracia. Assim agiam contra danos ao patrimônio, corrupção de menores, desobediência e qualquer outra justificativa para não assumirem a “subversão”, o “comunismo”, o “perigo vermelho”, mas mantinham a repressão contra a “anarquia” ou para manter a “ordem” e “paz social”. Em nome da democracia os movimentos sociais foram enquadrados como crime organizado, respaldados por um governo de esquerda subscritor da Garantia da Lei e da Ordem e da Lei Antiterrorismo – e muitos partidários desse governo ainda acusavam os movimentos de antidemocráticos e de acessórios da direita.

Apesar de todas as diferenças, as semelhanças entre as repressões do século XXI e dos momentos mais medonhos do século XX eram tantas que me causavam um espanto desesperador. Seria o pecado historiográfico do anacronismo dizer que é tudo a mesma coisa, mas seria mais pecado ainda negar as permanências de certas práticas no exercício de poder dos capitalistas. Por exemplo, delegacias de polícia como DRACO (GO), DRCI (RJ) e DEIC (SP) despertaram de imediato na memória dos militantes o DOPS. Lendo a documentação do fundo da PIDE no Arquivo Nacional da Torre do Tombo percebi que havia relatórios sobre atividades políticas de cidadãos suspeitos em Portugal: os agentes da polícia política portuguesa monitoravam os “suspeitos” a ponto de elaborarem dossiês sobre detalhes de seus cotidianos, em cenas descritas que deixavam a imaginar um PIDE em algum café, em alguma mesa perto de seu alvo, escutando e anotando tudo. Isso no século XX, nas décadas de 30, 40, 50... No período de 2013 a 2016, em momentos de maior efervescência dos conflitos sociais, não era incomum que militantes fossem seguidos por carros misteriosos ou que sujeitos estranhos

¹ Como o marcante caso do processo judicial contra os 23 ativistas do Rio de Janeiro.

sempre se sentassem em mesas de bar próximas a mesas desses ativistas. Infiltrados em reuniões ou como agentes provocadores em manifestações de rua, bem como ameaças pessoais por agentes policiais, então, eram rotina. Para piorar, todos nós expúnhamos nossas vidas pessoais e opiniões desnecessariamente nas redes sociais, e a polícia confessadamente dizia na imprensa que nas delegacias havia grupamentos específicos para coleta de dados em *Facebook*, *Instagram* e outros meios². E havia mesmo: os processos criminais estavam repletos de dados de militantes dispostos voluntariamente em redes sociais – qualquer *like*, compartilhamento ou opinião era um “indício” ou “prova”. Como lidar? Por vezes, no caso de militantes estudantes de história ou já historiadores, o pavor de possivelmente fazer o uso da história como *magistra vitae* ou mesmo a interpretação mistificada das lutas passadas impediam e impedem que olhemos para trás a fim de tentar evitar alguns erros em nossas ações.

Não só a repressão policial, mas o estudo sobre o corporativismo também tem sua importância aos militantes anticapitalistas. No caso em que vivi, para especificar a *Operação 2,80*, é evidente que o próprio nome escolhido pela polícia já diz as motivações. Foi uma reação contra um fato que era o terror dos empresários e o sonho dos militantes: a junção da greve dos rodoviários com as manifestações de usuários, sobretudo depois de um distúrbio em um terminal de ônibus de Goiânia que gerou um efeito dominó travando todos os demais, resultando em revolta dos passageiros e depredação generalizada contra o patrimônio das empresas. A reação foi um processo fundamentado em duas denúncias do consórcio de empresas de transporte coletivo contra alguns militantes, tomadas como provas, resultando em busca e apreensão de materiais e mandado de prisão a três estudantes, capturados de madrugada em suas casas e mandados para a DRACO – e de lá para a Casa de Prisão Provisória. Ou seja, o Estado, como poder público, agiu de forma autoritária e com violação de direitos para atender a demandas de empresários, em desprezo pelos clamores de trabalhadores por um transporte coletivo mais digno e mais barato. Assim também agiu o Estado para garantir os interesses de corporações privadas como especuladores imobiliários, patrocinadores, imprensa e FIFA. O tal legado desses grandes eventos foi, sem dúvida, as violações de direitos humanos, direitos civis e maior autoritarismo estatal na garantia de interesses privados. Em quais momentos históricos surgiu essa relação tão íntima entre Estado e empresas privadas? Como se desenvolveu ao longo de tantas décadas? Como foi chegando ao ponto de empresas privadas determinarem as

² Como esquecer a cilada de “Balta Nunes” no Tinder?

atuações do poder público? Entre democracias e ditaduras as diferenças são tão gritantes como pensamos?

Outro fenômeno também é bastante intrigante e me anima a estudar os temas aqui propostos. É verdade que com a mesma explosão que nossos movimentos surgiram, foram derrotados, com alguns momentos de suspiro em 2015 e 2016 com as ocupações de escolas e faculdades por estudantes. Ainda estamos em frangalhos, perdidos, atordoados, depressivos, ansiosos, pessimistas, sem entender direito o que aconteceu e pensando quantos anos serão necessários para conseguirmos alguma força semelhante. De um lado repressão policial, perseguições políticas e campanhas midiáticas difamatórias, pioradas com a morte do trabalhador de imprensa Santiago Andrade; de outro as contradições internas dos movimentos, como usos indiscriminados e fetichistas de táticas sem pensamento estratégico, sobreposição de pautas identitárias à luta de classes, peleguismo e sectarismo. Todos os fatores alimentando uns aos outros e arrefecendo os movimentos. O fenômeno que mais me intriga, no entanto, foi o de perceber que a luta política da extrema-esquerda abriu caminhos para a agitação da direita e extrema-direita, deixando-nos boquiabertos ao saber que não tínhamos tanto o monopólio das ruas. A data marcante em todo o país foi o 20 de Junho de 2013, quando uma multidão ressentida e vestida de verde e amarelo tomou as ruas ao lado das bandeiras negras e vermelhas. O que antes era movido pelas reivindicações da classe trabalhadora apontando as misérias urbanas destacadas pelo direito à mobilidade foi se dissolvendo em pautas moralistas que começaram dizendo que “Não era só pelos 20 centavos”, passando ao combate à corrupção e atacando ao mesmo tempo os setores de esquerda, incluindo o governo, como terroristas, baderneiros, inimigos públicos da pátria, da nação, da família, de deus etc. Nisso até pedidos de intervenção militar no governo foram feitos. Como pôde um movimento anticapitalista ter sido tragado dessa forma? Como aconteceu a derrota da revolta anticapitalista para a revolta dentro dos quadros da ordem capitalista? Quais os fatores históricos que levam a esse tipo de fenômeno? Quais outras ocorrências semelhantes no passado?

Paranoia? Depois do golpe³ que colocou na presidência um homem disposto a desfazer dos frágeis direitos conquistados com a justificativa de “pacificar”⁴ o país, agora avizinha-nos

³ *Golpe? “Golpe”? Impeachment?* Difícil encontrar um consenso na esquerda para definir o que houve em 2016, mas vou considerar de maneira bem prosaica que a presidente flagrou o flerte entre seus empresários e seu vice decorativo e saiu perdendo, portanto à primeira vista parece ter sido *chifre*. Como resultado, uma sequência de maiores ataques à classe trabalhadora que não conseguiu organizar uma resistência forte o bastante para defender seus direitos. A paz social, enfim!

⁴ Pacificação parece ser um anúncio do exato contrário. Em Dezembro de 2016, contra a proposta de congelamento de investimentos em serviços públicos, em Brasília foi demonstrada a força da pacificação de Michel Temer, bem

uma perigosa situação de possível eleição de um exemplar típico do que de pior há de autoritarismo para somar com as experiências, entre outros, de Salvini, Trump, Duterte, das ideias do Brexit em um reino onde as políticas de multiculturalismo ajudaram a acirrar o nacionalismo dos trabalhadores – e em um mundo onde o capital está cada vez mais globalizado e a classe trabalhadora mais fragmentada, além das crises de refugiados que sofrem na partida e na chegada. Aqui, não mais importa tanto qual o resultado do pleito a ser realizado em Outubro de 2018, o pior está acontecendo: o rancor popular, o ressentimento na política e a procura por uma liderança autoritária com propostas fáceis de violência e desmonte de direitos já encheu de coragem aqueles que nutrem ódios – os ovos já rebentaram no ninho da serpente e as protomilícias estão mais corajosas. Ainda assim as coisas não são tão fáceis de entender: como explicar, por exemplo, que em uma instituição de ensino um só professor consegue aterrorizar dezenas de estudantes que demonstram apoio às candidaturas contrárias à de Bolsonaro? Ou como explicar que mesmo os trabalhadores que declaram apoio a essas candidaturas, dizendo-se antifascistas, praticam assédio moral com colegas, ou que a ouvidoria da instituição receba frequentemente denúncias anônimas desses trabalhadores denunciando logo a meia dúzia de colegas considerados “subversivos”? Algo que me chamava a atenção na leitura de documentação da PIDE era algo parecido, como denúncias anônimas de colegas de trabalho ou vizinhos assustados que denunciavam à polícia que em suas caixas de correio foram depositados materiais de António Sérgio enfeitados com uma fita vermelha, portanto uma possível propaganda comunista (de António Sérgio!).

Fascismo ainda é algo difícil de se compreender, sendo mais verbalizado como xingamento ou sinônimo de autoritarismo, porém agora parece que o interesse pelo assunto anda maior. No entanto, é preciso estudar mais sobre esse espectro que nos ronda e nunca descansa – o *kiumba* que nunca dormiu e ainda inquieta nossos sonos com as promessas de violência e morte como remédios para moralizar um país. Mais que em anos anteriores, agora é mais claro que o assunto deve ser mais estudado e divulgado dentro, mas também, e de preferência, fora das universidades, sempre prezando pela racionalidade. E se quisermos interferir na realidade pela perspectiva dos trabalhadores será preciso combater o fascismo sem mistificar a democracia liberal como seu antídoto natural⁵ – afinal os fascistas não foram tão

ao estilo de Alexandre de Moraes, então Ministro da Justiça. No contexto de expansão territorial em África, “pacificação” era como os colonialistas nomeavam as campanhas militares que massacraram populações autóctones.

⁵ Tampouco mistificar as experiências de burocratismo ou de capitalismo de Estado das alternativas de corporativismo de esquerda surgidas de lutas e revoluções da classe trabalhadora.

originais na repressão política e na violência estatal ou miliciana contra trabalhadores organizados na defesa de seus interesses de classe.

O colonialismo, igualmente, é outro assunto de importância e que me impulsionou a procurar os caminhos da pesquisa e chegar nesse primeiro resultado. Nesse caso há o perigo em se fazer juízo de valor a personagens e atitudes do passado sem uma compreensão racional dos fatos, assim como em mistificar as resistências anticoloniais, afinal também estavam permeadas de contradições e engendraram nacionalismos e práticas de exploração e opressão, por vezes agindo como seus antigos colonizadores. O nacionalismo em todas as suas formas, como o identitarismo, é uma das minas as quais devemos tomar cuidados para não pisar. No Brasil, com essa sociedade assentada em racismo, é muito comum que o nosso lado enxergue, com justiça, os avanços adquiridos em matérias de relações étnico-raciais, como por exemplo as leis nº 10.639 de 2003 e nº 12.711 de 2012. Importantes porém frágeis, afinal ainda com os avanços o nosso país marginaliza ou assassina milhares e milhares de pessoas negras anualmente, o que nos faz imperativo não bastar-nos nos poucos resultados obtidos, muito menos sancionar a formação de elites não-brancas em cargos burocráticos ou ovacionar personalidades míticas da resistência sem o mínimo de crítica racional. Todo esse curto avanço, já na mira de fascistas de toda ordem, tem um outro lado: os acordos das relações exteriores de Lula como parte da Cooperação Sul-Sul têm uma faceta preocupante. O imperialismo lulista que levou as transnacionais brasileiras à África ⁶ é conivente com as violações de direitos que a “familiocracia” do MPLA pratica em Angola, onde a Odebrecht tem assento de honra com a presidência da república, e onde o SINSE mostra-se uma aluna exemplar da PIDE. Os tronos africanos presenteados a Lula não podem esconder o fato de que os problemas africanos não cessaram com a descolonização, e que outras formas de imperialismo ainda persistem.

Foi do interesse em estudar as explorações científicas em África no século XIX que passei, por facilidade de fontes, ao foco do caso português com a questão da expansão territorial das campanhas militares. Ainda por dificuldades de fontes e problematizações, surgiu ainda antes do mestrado por sugestão do orientador o estudo da trajetória política e ação intelectual de Henrique Galvão. Nos primeiros contatos, conheci o Galvão opositor, democrata, ex-salazarista arrependido e em nome de uma tal liberdade contra o fascismo. No mestrado, propus

⁶ As principais são as mesmas empreiteiras estranguladas pelas decisões do magistrado *popstar* e ególatra de Curitiba. Mas há várias outras empresas brasileiras por lá, das grandes às pequenas. Mesmo a HP, mandante do esquema quase mafioso do transporte coletivo em Goiânia, está presente em Angola controlando coleta urbana de lixo e transporte interprovincial, utilizando os veículos que já eram sucata em Goiânia – e que já chegaram por aqui sendo sucata de outros lugares.

a análise de sua trajetória como um dos otimistas do Estado Novo, ainda no início da década de 30. Agora proponho-me à análise mais ampla de sua trajetória, percorrendo mais a fundo seus escritos e atuação como agente do Estado Novo e tentando entender os motivos que o fizeram se divergir do regime o qual já depositou tanta esperança e confiança.

Henrique Galvão é um intelectual derrotado pela própria conjuntura, mas não é de forma alguma um sujeito desconhecido, pelo contrário. Vários autores já citaram ou já reservaram alguns parágrafos à sua obra intelectual e ação política, sendo bastante referenciado em estudos coloniais, incluindo sobre literatura. Alguns esforçaram-se exclusivamente à sua trajetória, e destaco três autores: Eugénio Montoito, Francisco Teixeira da Mota e Pedro Jorge Castro⁷. De partida, digo já que os três fundamentaram suas investigações em ampla documentação, em especial os dois primeiros que inclusive tiveram acesso ao arquivo familiar de Galvão.

O trabalho de Montoito é obra de historiador, tomando o recorte de 1927 (primeiro contato de Galvão com a África) a 1952 (com Galvão já declarado na oposição e preso pela PIDE). O autor, com uma escrita densa porém simples ao leitor, percorre a trajetória política de Henrique Galvão nas instituições do Estado Novo ressaltando os pontos de vista do intelectual e suas contradições com o próprio regime que defendia, inclusive apontando os anúncios da dissidência e ruptura. É uma boa investigação que detalha os percursos institucionais e suas filiações a grupos mas esquiva-se em associar Galvão (pelo menos até a década de 30) ao fascismo, bem como o próprio regime. Sua narrativa é simples na busca da coerência da obra intelectual de Galvão, não sendo raro, por exemplo, sustentar argumentos sobre a atuação na década de 30 citando documentos do personagem elaborados em décadas posteriores. O historiador também é bem hábil em trabalhar documentação de arquivos ou de imprensa, no entanto não dedica maior profundidade na análise interna de documentos do próprio Galvão, apesar de que em algumas partes faz isso, deixando implícitas as conclusões pela relação com as conjunturas, porém sem diferenciar com mais clareza quais as obras de Galvão são autenticamente autorais e quais são oficiais. Montoito faz uma excelente biografia política e encerra o texto no momento de dissidência de Galvão, o que é bem interessante se considerarmos que é mais comum associá-lo somente à oposição democrática – assim é

⁷ CASTRO, P. J. **O Inimigo nº 1 de Salazar**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.; MONTOITO, E. **Henrique Galvão - Ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1952)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.; MOTA, F. T. D. **Henrique Galvão - Um Herói Português**. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

apresentado o personagem antes dessa oposição, nos detalhes institucionais de quando era quadro do Estado Novo. Ainda assim, algumas coisas ficam em suspenso: é demonstrado como aos poucos Galvão vai se divergindo do regime e como suas opiniões vão ficando cada vez menos atreladas às demandas oficiais, mas qual é o sentido dessas opiniões que levaram à dissidência?

Já Mota tem uma proposta diferente da de um historiador e faz mesmo uma biografia. Sua investigação foi densa, expondo muitas informações de foro pessoal obtidas dos documentos íntimos de Galvão no arquivo familiar⁸. Entre essas informações pessoais, estão citados escritos e fotos de Galvão em suas atividades culturais, como o teatro ou a ingênua – e bem chata – literatura produzida na juventude. Vejo, contudo, alguns problemas nessa biografia. A começar pelo título⁹ e subtítulo¹⁰ que já dão o tom da obra: é a repetição do que o próprio personagem queria que dissesse sobre si mesmo, mas com um tom heroico que antecede um texto que mistifica toda a sua trajetória política como um homem incorruptível, isento de desvios morais e sem atrelamento substancial com interesses antipopulares. A capa é uma foto interessante na qual o Galvão mais velho está em um momento calmo, de óculos e lendo algo sentado em seu escritório, realçando de primeiro momento o intelectual reflexivo e não o homem de ação. O biógrafo também se esquia da palavra “fascismo” e redige uma narrativa realmente heroica, destacando as características irreverentes do personagem. Uma das falhas que considero é o autor raramente indicar no texto as referências bibliográficas, além de passar muito rapidamente por temas mais polêmicos, como quando Galvão defendeu publicamente o uso de trabalho compulsório nas colônias. No geral, o biógrafo demonstra-se um fã declarado de Henrique Galvão, cujas dissidência e ruptura são mais devidas a um ato de consciência individual – um despertar ou uma remissão de pecados – em uma suposta independência do sujeito perante os grupos sociais e políticos, como um indivíduo de superioridade moral.

Castro segue a mesma tônica de Mota, comprando o heroísmo de Galvão e construindo o personagem isento de desvios morais. O título¹¹ também é bem indicativo de como será a obra, destacando um certo protagonismo de Henrique Galvão – ora, é meio pretensioso dizer

⁸ F. T. da Mota informa dados como quem foram os pais e avós de Galvão, sobre seu casamento amargurado com Maria de Lurdes, sobre sua filha Beatriz encontrada em uma praia de Cascais e adotada e até uma rápida notícia sobre amantes.

⁹ “Henrique Galvão: Um Herói Português” – com o “português” destacado em vermelho.

¹⁰ “A história de um homem corajoso, sem medo dos poderes instalados, que atravessou de forma desassombrada o século XX”.

¹¹ “O inimigo nº 1 de Salazar” com subtítulo “Henrique Galvão, o líder do assalto ao Santa Maria e do sequestro de um avião da TAP”.

que Galvão era o principal inimigo de Salazar, apesar de ter sido mesmo um dos mais perigosos por ter pertencido aos quadros do regime e ter muito o que falar com autoridade de testemunho, algo que o próprio Galvão fazia questão de expor dizendo que ninguém conhece melhor o amo que seu criado. O autor é jornalista e seu trabalho, apesar de bem fundamentado em vasta documentação e intensa pesquisa, carrega também o tom jornalístico na narrativa descritiva de eventos, nas quais as análises corroboram as versões de Galvão e de seus antigos camaradas. O livro trata exclusivamente do Galvão opositor e é repleto de documentos, incluindo fotografias e detalhes muitas vezes retirados de entrevistas com pessoas que conheceram Galvão, como Camilo Mortágua e José Alves das Neves, porém o autor não é hábil ou não se propõe a estabelecer maior senso crítico às suas fontes.

Os livros de tom heroico de Mota e Castro foram publicados em um momento bem específico de Portugal que ainda sentia em força os efeitos da crise na Zona Euro¹². Entre os gostos literários dos portugueses, sempre tive a impressão que os romances e contos policiais e as biografias são os gêneros favoritos, julgando pelo volume de publicações e destaques nas montras das livrarias. Quando estive por lá na primeira vez, em 2012, presenciei cenas bem destoantes do que costumam dizer sobre a Europa: era um país em crise, com aposentados vilipendiados, trabalhadores sem emprego e os empregados com um salário insuficiente – em 2015 a impressão foi diferente, pois apesar de a situação ainda estar ruim, nos cafés e tascas as televisões passavam mais futebol e péssimos programas de auditório que os embates calorosos da Assembleia da República. Foi lá em 2012 que via as montras das livrarias repletas de biografias de personalidades políticas, sendo essas de Henrique Galvão bem procuradas. Parecia que o mercado livreiro apostava em uma demanda dos consumidores em se procurar heróis nacionais. Inclusive a biografia de Salazar escrita por Felipe Meneses era uma das mais procuradas, sempre em promoções com bons descontos vindos já das distribuidoras e aumentadas nas livrarias. Um dia, questionando a um livreiro sobre os possíveis motivos dessa procura por biografias, em especial a de Salazar em promoção, a sua resposta não poderia ter sido mais decepcionante: “É que, como andam as coisas, se calhar o Dr. Salazar faz muita falta cá”. Entre saudosistas da ditadura e dos opositores, parecia que o mercado editorial apostava em vender heróis¹³.

¹² “Portugal pode virar a Grécia!”, diziam uns.

¹³ Minha primeira impressão de Portugal estava balizada pelo momento de crise e pelo pessimismo geral nas ruas e comércio (na universidade, incrivelmente, parece que os estudantes sempre vivem em um mundo sem tantos problemas). E os momentos de crise sempre trazem espécimes intrigantes. Lá, tal como cá, existem os misteriosos comentadores políticos e sociais de internet, nem sempre com opiniões úteis. Em dias de tédio eu acabava perdendo

Em meu trabalho, já explicitando aqui de onde parte meu ponto de vista, pretendo fugir a essa concepção de Henrique Galvão como um herói, realizando o ofício desconfortável e que nem sempre agrada de desconstruir alguns mitos. Assim opera um historiador, ainda que eu seja um aprendiz: dizendo coisas muitas vezes desagradáveis. Sei que a atuação dele enquanto opositor é a que lhe dá maior fama, então me proponho a passar com mais detalhes pelo seu percurso anterior – que ele era um opositor depois de ter sido um salazarista é sabido, mas o que fez enquanto era salazarista? Por que se tornou opositor? Seria simplesmente a tomada de consciência baseada em preceitos morais contra uma ditadura? Sua principal atuação foi como colonialista, sendo, como lembra bem Michael Peres¹⁴, o eixo ou o determinante de sua carreira política. É no colonialismo que estarei focado, tomando outros assuntos como auxiliares nos argumentos, mas não me aprofundando em questões diversas – que não deixam também de serem importantes. Tendo essa premissa, adianto que foi na questão colonial que ingressou como nome de confiança do Estado Novo, mas também em divergência de concepções, na qual se deu sua ruptura. Como eram as concepções coloniais de Galvão que o fizeram aderir e romper ao regime? Eram concepções pessoais, puramente individuais, ou tinha respaldo como representação de projetos de grupos maiores? Dito de outra forma, quais grupos Galvão representou com sua produção intelectual e a quais pertenceu? Nessa questão, os outros investigadores responderam em partes mas ainda deixaram de lado uma questão que proponho a tentar resolver: qual a função de Galvão na reprodução material da sociedade, ou sua posição de classe social? Sua produção intelectual representava alguma classe social?

Com essas questões, escolhi recorrer ao método de Lucien Goldmann como ferramenta para investigação da trajetória institucional de um intelectual e sua ação política na conjuntura – a ação do intelectual como interferente na realidade vivida. Se no início desse projeto pretendi

muito tempo e paciência lendo comentários desagradáveis. Houve uma vez uma polêmica sobre uma ficha da PIDE em que o então presidente Aníbal Cavaco Silva, na altura ainda jovem, estava inscrito como informador. Uns diziam que era erro de interpretação, já outros diziam que ele realmente era um bufo. Nisso um comentador deixava sua opinião dizendo que perante o Cavaco de agora, lacaio do FMI e da União Europeia, preferia o Cavaco de ontem “pois ao menos a PIDE era coisa nossa”. Já em um documentário no *YouTube* sobre a guerra colonial, um comentador mais conservador dizia que a culpa da crise no século XXI era injusta se atribuída a Passos Coelho, pois seria na verdade do Cunhal e do Soares por terem “entregado a África aos pretos”. Um outro, mais radical em seu posicionamento conservador, retrucou dizendo que Cunhal e Soares eram culpados menores, pois os verdadeiros culpados, mais antigos ainda, eram “os filhos da puta que entregaram o Brasil”. Minhas impressões, porém, no geral, eram mais otimistas. No Brasil é mais comum se achar gente assumidamente saudosista dos períodos de chumbo. Em Portugal, mesmo que de maneira mística e pela versão oficial, há mais apego pela democracia e o passado de ditadura é normalmente visto como tenebroso e algo a se superar sempre. Ainda assim, muito se diz do 25 de Abril de 1974, e pouco se diz do 25 de Novembro do ano seguinte.

¹⁴ PERES, M. S. "Bewitched": Africa as a Determinant in the Career of Henrique Galvão, 1927-1970. **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies - Journal of the Association for Spanish and Portuguese Historical Studies**, 40, 2015. 116-138. Acesso em: 13 Abr. 2016.

abarcando o máximo possível de informações e obras do intelectual, por diversos motivos fui levado a fazer enxugamentos, preferindo por me concentrar em sua atividade administrativa, a produção intelectual nesse âmbito e também em sua atuação como opositor – escritos políticos, enfim, ainda que para abrir esse trabalho recorri a uma produção literária.

Os aspectos do pensamento de Henrique Galvão são, basicamente, o objeto de estudo nesse trabalho. Como intelectual produtor de ideologia, considero que o personagem está inserido em situações nas quais deve-se levar em conta a relação de sua produção com as situações por ele vividas, presumindo que o sujeito é pertencente a grupos sociais, a uma classe social e interativo com o meio externo a si mesmo enquanto indivíduo. O indivíduo é uma parte pertencente a um todo maior (o grupo, a classe...), que por sua vez também é uma parte de um todo maior ainda. As partes, como a expressão da visão de mundo de um intelectual, só podem ser compreendidas em um conjunto maior, que também não poderia ser compreendida sem o entendimento das partes, em um movimento dialético em que “a marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente” (GOLDMANN, 1979, p. 05-06). No caso desse estudo sobre Galvão, portanto, compreender a sua visão de mundo no tema colonial requer compreender o meio em que estava inserido, os grupos e os interesses a que se vinculava e ter noção das transformações envolvidas. O objeto de estudo, pela ferramenta de Goldmann, é o ser humano com sua consciência e comportamento inserido em uma realidade de interação social.

A tendência à coerência é característica do ser humano que, no caso de um intelectual como Galvão, procurou agir no sentido de interferir nos acontecimentos: “Esse empenho para adaptar-se à realidade segundo as conveniências humanas faz com que os indivíduos tendam a fazer de seu comportamento uma ‘estrutura significativa e coerente’” (FREDERICO, 2005, p. 429). Henrique Galvão foi ativo politicamente durante a maior parte de sua vida, sendo um personagem marcado por intenso trânsito entre grupos. Foi militante, quadro administrativo do Estado e escritor – produziu textos para imprensa, conferências, literatura, obras de conjuntura política e de propaganda, sempre procurando dar respostas aos problemas dispostos a si e aos grupos os quais integrou. A ação da produção intelectual procura uma coerência: na análise de sua trajetória institucional percebi que “trocou de lado” em diversos momentos, mostrando sempre alguma insatisfação e algumas vezes mudando de opinião. Ainda assim, mantinha em sua obra um eixo ou uma coerência independentemente do seu pertencimento institucional ou do que atacava. Há ainda outra interrogação: quem é o sujeito da expressão de visão de mundo em uma obra intelectual?

Minha proposta na operação deste trabalho se dá pelo movimento da observação entre as partes e o todo, sendo esse todo uma parte de outra estrutura mais ampla. A estrutura significativa, que é a tentativa de coerência ao se dar resposta às expectativas, presente na integralidade da obra do autor, inicia meu processo de investigação. O passado assim deve ser reconstruído pela noção de *relação* entre as totalidades parciais, entre o autor e sua obra, mas considerando que o autor, o indivíduo, é um ser sociabilizado e seu produto intelectual é compreendido inserido em uma conjuntura. Vejo que pela relação e interação do autor com o grupo social no esforço de se responder aos problemas, na formação de estruturas significativas, a visão de mundo expressada pelo autor não é puramente individual, mas coletiva. É o esforço histórico de grupos sociais em um processo de relacionamento com o mundo para dar respostas aos seus anseios nos desafios da vida social, encontrando espaço de expressão na obra ou na produção intelectual de alguns indivíduos. O sujeito é, por isso, *transindividual*, e sua obra permite acesso a situações institucionais e sociais de um período pelo viés relacional¹⁵.

Retomando, não se pode dizer que a visão de mundo é apenas individual, imanente ao autor. No entanto não deve haver o equívoco de se creditar a consciência apenas ao grupo, como se o autor, indivíduo, fosse simplesmente um porta-voz ou um médium intelectual do coletivo: “A natureza do sujeito que conhece, que não é nem o indivíduo isolado nem o grupo somente, mas uma estrutura extremamente variável na qual entram ao mesmo tempo o indivíduo e o grupo ou um certo número de grupos” (GOLDMANN, 1973, p. 100). O autor interage com o grupo social a fim de responder suas expectativas, e a sua produção é a expressão das possibilidades do grupo, é a resposta significativa a qual:

“funda o autor enquanto mediação constitutiva através da qual a consciência possível de um grupo se encarna de maneira coerente na obra literária. Inversamente, essa mediação constitutiva é o meio pelo qual o sujeito individual, imediatamente criador, entra em acomodação, em equilíbrio e assimila, sempre em sentido piagetiano, as categorias mentais possíveis do grupo, sujeito transindividual. Não há, portanto, homologia entre a estrutura biográfica ou sociológica do autor e aquela do grupo, mas

¹⁵ “(...) não cremos que o pensamento e a obra de um autor possam ser compreendidos por si mesmos se permanecerem no plano dos escritos e mesmo no plano das leituras e das influências. O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. E este, por sua vez, é apenas um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso, acontece freqüentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode ou não pertencer) e sobretudo, quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social” (GOLDMANN, 1979, p. 08).

entre as estruturas mentais categoriais da obra enquanto virtualidade daquelas do grupo” (NAÍR apud FREDERICO, 2005, p. 430)

A visão de mundo como ferramenta conceitual é útil para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. É uma realidade que não é puramente individual, considerando então que o sujeito da ação nunca é o indivíduo isolado, mas um grupo com interesses e aspirações em comum. A visão de mundo tem expressão na criação cultural do intelectual que é movida a um máximo de coerência em busca de esclarecimento: um *máximo de consciência possível*, ou o máximo de adequação ao qual o grupo social poderia chegar, mas sem mudar sua natureza (GOLDMANN, 1973, p. 103).

Como investigador, tenho acesso à obra do autor, a qual traz a expressão de uma visão de mundo, ou seja, de consciência coletiva que tenta alcançar o seu máximo de clareza conceitual na consciência do intelectual. Sirvo-me dessa visão de mundo como ferramenta conceitual que aplicada ao texto permite identificar o que é essencial nas obras e qual é a significação que os elementos parciais têm no conjunto (GOLDMANN, 1979, p. 22). Na investigação deve-se não só apontar a visão de mundo, mas problematizá-la ao perguntar “quais são as razões sociais ou individuais que fazem com que essa visão de mundo (que é um esquema geral) tenha sido expressa nessa obra, nesse lugar e nessa época, precisamente desta ou daquela maneira” (idem), considerando ainda que há ou pode haver algo na obra que se desvie da expressão de visão de mundo que normalmente corresponde ao todo da produção do autor: é o chamado *acidental*, que de forma alguma deve ser ignorado, mas antes, indagado e colocado em contraste com o que é *essencial* do objeto estudado.

A proposta desse método me é interessante quando o questionamento inicial é sobre a finalidade de se estudar um aspecto da visão de mundo de um intelectual, que no caso é o pensamento colonial de Henrique Galvão. Onde o intelectual esteve inserido, quais funções exerceu, o que representavam suas produções e a importância que tiveram autor e obra no meio social vivido, e também em quais ações políticas esteve envolvido ou exerceu; se essa visão de mundo é apenas sua ou se, como proposto, é uma visão de mundo coletiva que atinge clareza conceitual em sua obra; o que se mantém coerente em sua obra, o que foge a essa coerência e por que. No caso de Galvão, em um recorte tão extenso com todas suas idas, vindas, defesas e ataques, o meu desafio será encontrar uma coerência em seu pensamento sobre a questão colonial portuguesa e qual o sentido de seus projetos de interferência na realidade em que viveu.

Passo agora, em revista rápida, o geral da trajetória de Henrique Carlos da Malta Galvão, nascido em Barreiro a 4 de Fevereiro de 1895 e oriundo de uma família de operários ferroviários.

Em 1914 assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria nº 2, ingressado na carreira militar mais por questões financeiras, mantendo sua preferência pelo desporto, literatura e teatro. Ainda assim, desde jovem demonstrava ser um nacionalista. Nessa idade publicou um livro de poemas dedicado aos pais (o pai havia falecido quando Galvão tinha cinco anos de idade) de título “Fruta Verde”, exercendo também colaboração no jornal *A Aurora do Lima*, de Viana do Castelo, em 1915. Em 1916 publicou em formato de folhetim o seu primeiro romance intitulado “Na Nossa Terra: O Minho”, concorrendo ao concurso literário pela revista *Correio Literário*. Desde essa idade demonstrava posicionamentos mais radicais, em estilo irreverente, repleto de ironia e sarcasmo. Em 1917 foi um dos jovens cadetes da Escola de Guerra apoiadores de Sidónio Pais, o “presidente-rei” com curto mandato na chefia do país, uma primeira experiência autoritária protofascista. Ali Galvão já desenvolvia sua militância política na extrema-direita, sendo parte de uma geração de jovens militares que acreditavam em sua missão de interferência política.

Em 1923 cursou Educação Física na Escola Normal de Ginástica de Joinville-le-Pont, em França. Especialista em Educação Física, retorna a Portugal como professor de ginástica militar na Escola de Tiro de Infantaria, em Mafra, instruindo sargentos até 1925. Em 1926 foi um dos apoiadores do golpe do 28 de Maio, esperançoso na virada autoritária, antidemocrática e antiliberal para a condução do país. Em 1927, ainda integrado à Ditadura Militar, foi um dos cabecilhas operacionais do “golpe dos Fifis”, intentona fascista de cariz radical contra Sinel de Cordes e Óscar Carmona. Com o fracasso do golpe dentro do golpe, é punido com o desterro em Angola. Foi lá que iniciou seu interesse por assuntos coloniais, primeiramente como chefe de gabinete do governador da colônia, Filomeno da Câmara – um dos líderes do golpe dos Fifis. Foi também nomeado em 1929 governador do distrito de Huíla, tendo a oportunidade de conhecer melhor os funcionamentos da administração colonial, demitido meses depois por divergências com Filomeno.

Em 1930 já era um dos apoiantes dos partidários de Salazar dentro da ditadura, proferindo na Sociedade de Geografia de Lisboa uma conferência defendendo a nacionalização das colônias, com maior centralismo, e a solução financeira salazariana como resolução da crise

econômica por que passava Angola. Em 1931 foi diretor da revista *Portugal Colonial* e representante português na Exposição Colonial de Paris. Sendo já um nome de confiança para assuntos coloniais, em 1932 lhe foi atribuída a direção das Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques. Pelo reconhecimento de sua atuação nesse evento, também lhe foi confiada a direção da 1ª Exposição Colonial Portuguesa no Porto, em 1934. Por se destacar em atividades de propaganda para o Estado Novo, em 1935 foi nomeado diretor da Emissora Nacional. Nesse ano ainda exerceu curto mandato como parlamentar.

Em 1936 foi nomeado ao cargo de Inspector Superior de Administração Colonial, acumulado com o de diretor da Emissora. Ainda exercendo funções de propagandista, em 1939 foi nomeado para a comissão organizadora das comemorações dos Centenários no ano seguinte: em 1940 dirigiu a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, os festejos de Braga e o Cortejo dos Centenários. Ainda como inspetor, concorreu e foi eleito deputado por Angola, exercendo mandato de 1946 a 1949. Se há alguns anos era um quadro do regime com posicionamentos críticos, devido a divergências de política colonial, como inspetor e deputado sua dissidência já se preparava com mais nitidez. Em 1947 apresenta um polêmico relatório denunciando abusos, violências, corrupção e ineficiências das políticas coloniais do regime, além de ter, nesse ano, testemunhado a favor da defesa de seu amigo Carlos Selvagem acusado de conspiração armada contra Salazar. Em 1949 terminava seu mandato e estava consumada sua dissidência e oposição ao regime liderado por Salazar.

A partir de 1950 publica com Carlos Selvagem a extensa “Monografia do Império”, já politicamente afastado do Estado Novo. Em 1951 assume oficialmente sua oposição apoiando a candidatura oposicionista de Quintão Meireles à presidência da república, e no início do ano seguinte foi preso pela PIDE e condenado a três anos de prisão acusado de conspiração contra o Estado. Recluso em cárcere em Lisboa, produziu vários panfletos contra o regime. Em 1955 já deveria ser solto, mas continua preso. Em 1957 sugere a outro oposicionista, António Sérgio, o nome de Humberto Delgado como candidato às eleições presidenciais de 1958. Galvão já mantinha contato com Delgado, alto oficial da Força Aérea e também dissidente do regime, desde 1952. Em 1958, antes das eleições, Henrique Galvão – já condenado a dezoito anos de prisão – foi transferido como prisioneiro ao Hospital de Santa Maria, em Lisboa, de onde fugiu em Janeiro de 1959 quatro dias depois de Delgado pedir asilo político na embaixada do Brasil. Henrique Galvão, evadido do hospital vigiado pela PIDE, pede asilo na embaixada da Argentina, embarcando clandestinamente três meses depois a Buenos Aires, de onde partiria a

Caracas. Na Venezuela, uniu-se aos oposicionistas espanhóis no exílio, integrando o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação.

Em Janeiro de 1961, o capitão Henrique Galvão é um dos líderes operacionais da *Operação Dulcineia*, que assaltou e sequestrou no Caribe o paquete Santa Maria. A intenção declarada por Galvão seria dirigir o paquete a Angola de onde iniciaria um levante de colonos contra o regime, porém isso não ocorreu por interferência internacional depois da acusação de pirataria. Ainda assim, a embarcação foi desviada ao Brasil, onde foi concedido pelo presidente Jânio Quadros o asilo político aos militantes. Mesmo que os objetivos de se chegar a um levante armado no estilo *comandos* em Angola não foram atingidos, outro foi bem sucedido: a ação de propaganda, um ataque ao prestígio do Estado Novo perante os olhares internacionais, expondo o autoritarismo salazarista ao mundo. Pelo mesmo sentido, Galvão e seus comandados puseram em prática a *Operação Vagô*: em Marrocos, o sequestro de um avião da TAP com linha Casablanca-Lisboa. Sobrevoaram a baixa altitude as cidades de Lisboa, Barreiro, Évora e Faro lançando panfletos de oposição. Pelo assalto ao Santa Maria, Henrique Galvão já estava condenado em Portugal a 22 anos de prisão.

No Brasil, integrando a Frente Antitotalitária de Portugueses Livres Exilados, Galvão e outros oposicionistas no exílio continuam as atividades de ataques ao regime de Salazar. Dependendo de doações financeiras e direitos autorais de seus livros, Henrique Galvão será empregado no jornal *O Estado de São Paulo*, mantendo estreita amizade com Júlio de Mesquita Filho e João Alves das Neves. No jornal, escreveu artigos de oposição a Salazar e sobre questão colonial, dirigindo a seção sobre assuntos africanos até 1966. Acometido por adoecimento psíquico, algo parecido com *Alzheimer*, Galvão foi internado em hospital psiquiátrico onde recebia poucas visitas, principalmente de Mesquita Filho. Em 1970, na cidade de São Paulo, Henrique Galvão morreu, derrotado, tendo sido sepultado aqui mesmo no Brasil. Somente em 1991 seus restos mortais foram transferidos a Lisboa.

No trabalho que segue, o primeiro capítulo trata dos primeiros contatos de Henrique Galvão com o continente africano, em específico a colônia de Angola. Seus principais vestígios do período, os quais exponho, são um livro de crônicas sobre suas impressões à, até então desconhecida, África e o seu relatório de governo em Huila. Ali o intelectual interagia com os anos finais da ditadura iniciada em 1926, já em momento de ascensão política de Salazar.

O segundo capítulo traz Henrique Galvão nesse momento de preparação do Estado Novo, como um de seus apoiadores e entusiastas, esperançoso de que o novo regime traria também um novo arranjo para o desenvolvimento das colônias. Nesse período Galvão já era um nome de confiança da situação, iniciando suas tarefas de propagandista sendo conferencista e diretor da revista *Portugal Colonial* – apesar de não ser oficial do regime, essa revista estava totalmente alinhada.

O terceiro capítulo é sobre a atuação de Henrique Galvão como agente de propaganda do Estado Novo. Escritor e organizador habilidoso, dirigiu exposições coloniais que foram grandes obras de propaganda colonial do regime, além de ter sido também diretor da Emissora Nacional – órgão radiofônico oficial.

Já no quarto capítulo apresento Henrique Galvão exercendo cargos de administração colonial pelo Estado Novo. Como inspetor colonial, teve a oportunidade de percorrer longos percursos e conhecer mais a fundo os problemas da realidade das colônias. Como deputado, pôde utilizar esse conhecimento colonial como arma de denúncias a situações que julgava erradas, na pretensão de ser útil a interferências. Contudo, é nesse período que suas divergências com o regime tornam-se dissidência, culminando com sua ruptura concretizada em 1949. A partir dali, seria lançado à oposição ao Estado Novo.

CAPÍTULO 1

Primeiros contatos com África (1927-29)

1.1. Henrique Galvão no degredo em “Terra de Pretos” (1927-28)

“15 de Novembro:

Desde hoje que sou, no arrazoadado d’um papel oficial que me entregaram a bordo, como guia de expedição – um deportado político; segundo a ironia delicada do Ministro que me êxpediu – um pacifico burguez que vae fixar residencia nas Colonias; segundo as declarações publicas d’um outro Ministro, que talvez por ter sido meu companheiro *no facto culposo*, inventou esta designação mais elegante – apenas um turista desenfatiado. Hontem á noite, um telegrama lacónico, confidencial, ordenava o meu empacotamento para a Africa, com destino a Angola. Vou para a Africa correr a sorte d’aqueles mesmos deportados a quem venci – e afinal por tê-los vencido! Mas parto sem odios, nem projectos de vingança, nem esperanças doentias n’um futuro ajuste de contas – esses odios e essas vinganças que são a marca dos vencidos e dos quais me sinto isento, talvez para sentir compensadoramente, que está n’esta isenção o primeiro e unico triunfo da minha efêmera vida politica” (GALVÃO, 1929, p. 07-08)

Essas são as indignadas palavras de Henrique Galvão, perceptivelmente ressentido, em seu diário de bordo em 1927, sintetizado em uma crônica homônima que compõe seu *Em Terra de Pretos: Crônicas d’Angola*, coletânea de crônicas publicada em 1929, que “já contém em si características de toda a obra e vida de Galvão, um apurado senso de observação, uma refinada ironia, um inequívoco sentimento de superioridade e uma imensa irreverência” (MOTA, 2011, p. 40). Sobre essas características, mantenho o acréscimo que fiz na dissertação, que é o evidente ressentimento pessoal pela condenação, sentimento que não determina sua visão política, mas também não a contradiz (VARGAS, 2013, p. 55). Ali se encaminhava ao seu primeiro contato com o continente africano, em uma situação claramente contra a sua vontade.

Tratava-se de uma deportação política: Henrique Galvão estava sendo penalizado com um desterro em Angola, para onde eram levados muitos condenados a ficarem por pelo menos algum tempo longe da metrópole.

Em minha dissertação de mestrado¹⁶ tratei em algumas páginas a questão do assim chamado golpe – ou intentona – dos Fifis (nome dado devido à liderança de Filomeno da Câmara e Fidelino Figueiredo), na qual participou Henrique Galvão. Antigo cadete pela Escola de Guerra ainda no governo de Sidónio Pais, para o qual foi um de seus jovens cadetes apoiadores, vivendo a turbulência da Primeira Guerra Mundial, a “Grande Guerra” como é conhecida em Portugal, o já então jovem oficial subalterno fora uma das lideranças operacionais do movimento que tinha como intenção derrubar o governo do general Óscar Carmona, colocando Filomeno em seu lugar, como o novo “chefe unificador” (MONTITO, 2005, p. 20). Como uma espécie de “golpe dentro do golpe”, a intenção do movimento seria a de “resguardar o espírito do 28 de Maio”, ou seja, garantir os princípios pelos quais se deu o golpe de 1926 que instaurou a Ditadura Militar. À direita do próprio regime e mantendo o protagonismo militar, os golpistas dispunham de um pretexto moral na política e pretendiam levar a ordem novamente aos trilhos originais de 1926 – a derrota de quaisquer resquícios da velha ordem liberal – acusando assim o então governo de desvio, em uma revolução em que se preservassem intactos os fundamentos da organização social vigente (VARGAS, 2013, p. 26).

Quanto à composição de novos ministérios, Henrique Galvão tinha acordo com Moraes Sarmento, um dos cabecilhas, em suas sugestões que incluíam, além dos “Fifis” e outros, João de Almeida e António Oliveira Salazar. O primeiro, grande admiração e inspiração de Galvão; o segundo, uma admiração que durou até certa altura. Seriam homens de apoio à ditadura e críticos dos rumos que o regime tomou, que poderiam cooperar “na obra de dignificação do Exército, de ressurgimento e de transformação política com o fim de criar um Estado Novo, que pela sua acção impedisse o retorno ao passado recente e salvasse a Pátria” (MONTITO, 2005, p. 30).

Derrotado o movimento dos Fifis, suas lideranças foram detidas e alguns, como Galvão, condenados ao desterro. Em 15 de Novembro de 1927, após prisão na Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa, Henrique Galvão partia no vapor Pedro Gomes em direção a

¹⁶ VARGAS, A.L.S. *Por uma doutrina colonial nacionalista: o “Império Português” em Henrique Galvão (1927-1932)*. 2013. 150 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013. Disponível em <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/D2013-15.pdf>

Angola. Fazendo as escalas em Luanda e Moçâmedes, quase um mês depois o desterrado chegava ao destino onde cumpriria a pena: Sá da Bandeira, principal cidade de Huíla, distrito pobre ao sul de Angola. Seis meses depois, por decisão de anistia, Galvão retornava a Lisboa, apresentando-se ao gabinete do ministro das Colónias para regularizar sua situação política. Nesse curto período em Angola, primeiro contato com um território africano, Galvão pôde conhecer o espaço, as situações e pessoas das quais se tornaria amigo, como seus companheiros de caça Teodósio Cabral e Abel Pratas, que o ciceronearam nesta iniciação em África.

Na crônica “Diário de Bordo”, Henrique Galvão afirma não pretender fazer escritos típicos de exilado político, revelando coisas escandalosas, mas que iria simplesmente “rabiscar crônicas desprentensiosas” e portar-se como um turista – à maneira indicada pelo tal ministro – ao escrever apenas postais e impressões de viagem (GALVÃO, 1929, p. 08-09). Assumir-se desprentensioso é quando o irônico Galvão é vítima da ironia da própria situação: nesse texto é evidente a vaidade de um homem que se sente injustiçado por cumprir pena devido a sua luta política. Esse disfarce retórico tem intenção de dar a entender ao leitor que é um homem honrado ao não nutrir-se do ódio ou sentimento de vingança contra seus carrascos. De fato outras preocupações lhe irão tomar prioridade posteriormente, mas é evidente que Galvão se sente traído pelo regime que mereceu seu apoio.

Também irrita Galvão o fato de que, desde a despedida em Belém, foi embarcado junto a criminosos bombistas¹⁷ escoltados pela polícia que lhes apontava as espingardas contra suas nucas, enquanto eram dirigidos ao porão do Pedro Gomes. Nosso escritor, em sua crônica, diz achar um exagero ter sido transportado com aqueles detentos – mas obviamente não precisou dividir com eles espaço no porão, já que gozava de relativa liberdade no vapor, onde podia inclusive visitar o convés, espaço de onde tirou muito material para o diário. Por essa constatação fica claro que Henrique Galvão não é um prisioneiro qualquer, afinal tem o convés e não a escolta policial. Na página de diário do dia 17, o autor expõe o ressentimento típico de um derrotado que amarga o desterro, quando teve contato com outros na mesma situação, mostrando que o sentimento de ódio e vingança não são tão irrefreáveis – e que a situação por ele é tida como injustiça:

“No cais, ao regressar a bordo, encontro os primeiros deportados políticos – aqueles a quem uma saúde melindrosa não permitiu ir mais além. Ouço-os um momento,

¹⁷ Termo comum em Portugal para designar pessoas, normalmente militantes das mais variadas tendências, que recorriam ao uso de explosivos em suas ações políticas. O nome tem o mesmo significado e peso de “terroristas”.

quando colhem notícias da Metrópole. Ha odio nas suas palavras – o odio que desonra as revoluções e castiga os revolucionarios, e que no exilio se vae acumulando facilmente, como adição de contas a liquidar um dia” (GALVÃO, 1929, p. 14)

No dia 21 de seu diário, terra à vista. Era Cabo Verde, primeiro a Ilha de Santo Antão e posteriormente a de São Vicente, cuja descrição é de desolamento. Aqui nota-se um Galvão ainda sem o deslumbramento africano, demonstrando um enorme pessimismo em relação ao momento vivido por Portugal vitimado pela miséria, sobretudo moral:

“E aqui, como em Lisboa, como em todos os portos portugueses, como em tantos aspectos da vida nacional, sempre esta sensação constrangedora de pelintrice, de miseria, de desconforto, sempre esta razão amarga de mal dizer, sempre esta necessidade de ir ao Passado buscar um calor que falte ao presente, sempre um grande motivo de tristeza, apenas atenuando pelo nosso natural apego ao torrão e pela ultima prenda que conservamos do patriotismo dos nossos maiores: a basofia lusitana!” (GALVÃO, 1929, p. 14)

Persistindo pela perspectiva do ressentimento e do olhar crítico à situação portuguesa, ressalta os defeitos da presença portuguesa em África em detrimento de toda propaganda da obra colonial veiculada na metrópole, atacando criticamente a sede dos ministérios (Terreiro do Paço) – como continuaria fazendo durante toda sua trajetória. Diz reconhecer em Cabo Verde “uma colonia bem portugueza”, porém mais em defeitos que em virtude onde poderia se assentar a “alma nacional” (ibidem, pp. 18-19).

Como impressões de um desterrado, procura uma razão para ser patriota sem o sentimentalismo obrigatório de sê-lo, já que estava perante o que considerava um desperdício de energias na construção da obra colonial. A desolação de Galvão não é apenas uma opinião pessoal, mas expressão ideológica. O orgulho nacional, em consideração à situação sob seu testemunho, só poderia vir mesmo pelo sentimento vazio e sem base material, já que a realidade que encontrou decepcionara sua imaginação acerca dos territórios ultramarinos (ibidem, p. 19). Henrique Galvão ressalta, dessa forma, sua profunda insatisfação que o levava à militância nacionalista, incluindo o falhanço de 1927.

O prosseguimento do diário trata de sua entrada em Cabo Verde. Aqui tem início o que fará bastante em sua produção intelectual, sobretudo na década de 1940 – um etnólogo amador: descreve os fenótipos de homens locais, estabelecendo em detalhes, por sua observação pretensamente etnológica, diferenças de traços faciais e corporais entre eles e de outros

africanos mais ao sul. Com teor crítico politicamente e socialmente, descreve a aldeia em que se encontra pela situação de falta de higiene, conforto e beleza, e pela presença de colonos e burocratas que, em seu exame, não passariam de gente desinteressada em fixar-se nessas terras, interessadas somente em enriquecer-se de alguma maneira e partirem dali. E de maneira crítica, carregada de sentido ideológico de quem se decepçiona com uma mal conduzida “missão civilizatória”, carente de incentivos e compromisso:

“É um miserável hotel de pouca permanência, onde cada colono vai viver, para ganhar um dinheiro, que só lhe parecerá legítimo gastar nas estâncias thermais da Europa, a curar maleitas, que teria porventura evitado, se na sua peregrinação de trabalho se houvesse como civilizado. Porque o português colonial – e creio que todo latino – é isto: Um homem que da civilização em que vive só leva às colônias um mínimo absolutamente indispensável para ganhar dinheiro e uma boca sôfrega para chupar glotonamente uma teta abundante. Não vai civilizar, por consequência, vai apenas transigir ele próprio com os hábitos dos incivilizados, para conquistar o desafogo da velhice” (GALVÃO, 1929, p. 21)

O projeto imperial português no mundo assim, para Galvão, era prejudicado pela ganância pessoal dos que para lá vão, em vez de empreenderem o papel do homem português de colonizar os espaços disponíveis e civilizar os nativos que encontram, sem o compromisso de expandir a missão portuguesa. O que se expõe nesse tipo de crítica é a concepção de um nacionalista decepçionado pela realidade que confronta as palavras da propaganda oficial, porém ciente de um indício que comprovaria seu idealismo político no sentido de mudar essa situação.

Antes de prosseguir com a análise, destaco que esse livro de Henrique Galvão concorreu ao Concurso de Literatura Colonial de 1926 e foi desclassificado. Armando Zuzarte Cortesão, na altura agente da Agência Geral das Colônias¹⁸, diretor do Boletim da agência e presidente

¹⁸ “Organismo dependente do Ministério das Colônias, criado em 1924. Na sequência de uma série de propostas formuladas pelos meios coloniais portugueses desde o último quartel do século XIX, são-lhes atribuídas funções de procuradoria dos governos coloniais e de informação e propaganda junto da opinião pública metropolitana e ultramarina. Trata-se, pois, de uma instituição que, em conjunto com a Sociedade de Geografia de Lisboa, detém um papel nuclear no sistema de produção e socialização da ideologia colonial do Estado Novo, conhecendo várias reestruturações ao longo de meio século de existência, facto que não obsta a que os propósitos tendentes à propaganda colonial portuguesa se mantenham praticamente inalterados. (...) No plano cultural e artístico as competências da instituição ultrapassam também a esfera editorial, em primeiro lugar pelo apoio que é prestado, desde a I Exposição Colonial Portuguesa, à organização da maioria dos congressos e das exposições coloniais realizados na Metrópole e colônias. Em segundo lugar, pela acção relevante que a Agência desenvolve na senda do incremento da produção literária e ensaística colonial portuguesa, sector em que se destacam os concursos de literatura colonial inaugurados em 1926”. PAULO, João Carlos. Agência Geral das Colônias/Ultramar. In.: ROSAS, F. & BRITO, J. B. d., 1996. *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

do júri do concurso entre 1926 e 1931, considerou a obra antipatriótica, indignado com o fato de Galvão não ter encontrado "na obra que os portugueses têm feito nas colônias que ele visitou uma pessoa ou um facto que lhe merecessem admiração ou mesmo simpatia" (PINTO, 2010, p. 124). A crítica de Cortesão, um dos representantes públicos da política colonial vigente, era, obviamente, devida à acidez com que Galvão descreve suas impressões pessimistas e as implicações que isso poderia trazer à reputação do regime que triunfara a pretexto de restaurar a ordem, inclusive colonial.

Provocador, Galvão compara o tipo colonial do português com os de outras nações europeias, pelo recurso que defini como um nacionalismo por desdém: sua nação não é rebaixada com intenção de provar sua inferioridade, mas com o objetivo de incitar alguma reação dos mais preocupados leitores nacionalistas (VARGAS, 2013, p. 60). O contraste é feito com duas potências coloniais: Reino Unido (histórica aliada de Portugal, ainda que era esse que devesse maiores lealdades, e proponente do *ultimatum* de 1891) e Alemanha (inimiga de Portugal na I Guerra Mundial, disputando batalhas nas fronteiras de Angola e Moçambique). Nessa comparação, Henrique Galvão expõe sua ideia de como deve ser e se comportar, orientado por um sentimento superior, o colono português – além de se mostrar francamente favorável a uma modernização em termos de colonização:

“O que constitue a superioridade dos povos do Norte, e sobretudo dos ingleses e alemães, como povos colonisadores, é muito menos a forma como colonizam do que o espirito com que colonizam. O inglez ou o alemão, considera, e justamente, o tempo que ha de viver nas Colonias como um tempo normal na sua vida – a sua vida, que em todos os períodos é preciosa, quer atravez d’uma mocidade activa e resistente quer no declínio d’uma velhice farta. E dentro dessa mentalidade que é a unica capaz de dar um sentido pratico e moderno á colonisação no seculo XX, põe provisoriamente de parte a ideia d’um regresso à Patria e rodeia-se do conforto, da higiene, da civilisação, enfim, que julga indispensavel a todo europeu do nosso tempo, quer ele haja de viver no Convent Garden quer tenha de labutar n’um povoado d’Africa. E enriquecendo, como enriquecem alguns dos nossos, não deixam pobres as colonias em que viveram, nem teem de ocultar como vergonhas inconfessaveis certos dos seus processos de coloniais. Os nossos processos produzem S. Vicente, Loanda, Mossamedes – os d’eles fazem Johanesbourg, Cape Town, Durban, etc.” (GALVÃO, 1929, p. 21-22)¹⁹

¹⁹ Essa comparação com outras nações colonizadoras irritou ainda mais Armando Cortesão, dizendo que Galvão só admirava estrangeiros, exaltando sua superioridade em relação aos portugueses. Em crítica publicada no Boletim da Agência Geral das Colônias em 1930 reclama: "tudo lhe inspirou desdém, desprezo, crítica destrutiva

Ainda sobre o desembarque em Cabo Verde, Galvão que enxerga tudo negativamente descreve as pessoas desembarcadas consigo e os que já se encontravam no local. Deprecia quem e o quê encontra em África, especialmente os africanos: “(...) os tipos da terra: o negro esguio e indolente, as mulheres trabalhadeiras a pingar suores fedorentos, as velhas cachimbando com tristeza, as mães com os filhos às costas, garotos raquíticos que nos observam e uma multidão de mendigos de todas as idades que nos assalta” (GALVÃO, 1929, p. 23). Seguindo o relato da viagem, chegando a São Tomé e Príncipe, o narrador continua a apresentar as precariedades da paisagem e sua tristeza é estendida também àqueles que com ele vinham embarcados de Portugal. Na descrição da cidade de Santo Antônio, o autor enfatiza a precariedade estrutural do local agravada pelas condições ambientais, mas agora com um elogio de teor nacionalista a quem lá habita e se ocupa: “uma inteligencia e uma ordem consoladoras, aquela ordem e aquela inteligencia que fazem de S. Thomé e do Príncipe as exceções na desordem e nos erros da nossa administração colonial (...) um trabalho de portugueses em terra portuguesa” (ibidem, pp. 33-34). Além dos elogios aos colonos, surge pela primeira vez uma crítica mais direta à instituição do Estado, pela sinédoque do Terreiro do Paço, expondo uma distância, intolerável a um nacionalista, entre o centro de poder metropolitano e as colónias por ele regidas:

“Esta gente não só ignora o que politicamente se passa em Portugal, como também parece sentir a maior das satisfações em ignorá-lo. As notícias políticas, os casos sensacionais do Terreiro do Paço – e Deus sabe que historias originalissimas e picarescas eu poderia contar! – não os comovem nem os interessam” (GALVÃO, 1929, p. 35)

As crônicas que se seguem ao diário são já frutos da vivência de Galvão em Angola. Alberto Oliveira Pinto, para análise de algumas dessas crônicas, as separa em quatro eixos temáticos: 1) Como vê Henrique Galvão os portugueses; 2) como vê Henrique Galvão os "cafrealizados" portugueses; 3) como vê Henrique Galvão os "cafrealizados" estrangeiros; e 4) Como vê Henrique Galvão os angolanos. E considerando as acusações de antipatriótico por

e maldizente (...), desde os mais altos funcionários aos mais modestos, os colonos, tudo e todos; (...) Quem lesse e acreditasse no que o Sr. Henrique Galvão escreve, teria vergonha de ser português! Que certos italianos e alemães, que não perdem a esperança e a fantasia de uma partilha das Colónias portuguesas, nos insultem e difamem, compreende-se; mas que um português, com a responsabilidade de ser um oficial do exército, faça o mesmo, é que não se compreende, maldizendo tudo o que é nosso com ar *blazé* e superior. (...) A que se poderá isto prestar nas mãos dos activos, persistentes e perigosos inimigos da nossa obra colonial? Que tristeza! Que serviços terá o Sr. Henrique Galvão prestado à sua Pátria, para se julgar com o direito de maldizer tudo e todos?” (CORTESÃO apud. PINTO, 2010, p. 124).

Cortesão, infere que se trata do modo como Galvão desenvolve as três primeiras temáticas, e não a última (PINTO, 2010, p. 124).

Em “O Clima”, Galvão já de início repreende o que se tinha oficialmente como a mítica esperança de um eldorado colonial:

“Africa – e em Portugal a Africa são as colónias portuguesas – tem sido apresentada como um papão, uma terra maldita, inóspita, para onde os degredados vão expiar crimes e os *falhados* vão estoirar de febres. Ir para Africa e assentar praça, são os dois pesadelos da gente da minha terra. E ir para Africa é ainda um tão grande desastre, que o nosso emigrante, tendo-a aqui, sob a mesma bandeira que lá tremula nas festas da sua terra – e rica, prodiga, abundante e prometedora, é ainda para o Brazil que se expatria, o Brazil exausto, difícil, onde vae encontrar a Dôr como outr’ora encontrou o Oiro” (GALVÃO, 1929, p. 39)

O autor ainda aponta a ineficiência ou negligência do Estado em não se desmitificar as lendas que colocam as colônias em África como um inferno na terra: “Ainda, que me conste, não se fez um esforço serio e pratico para destruir essas lendas e convencer os portugueses de que o Brasil foi chão que deu uvas e que Africa é chão que as vae dar” (GALVÃO, 1929, p. 40). Se o Brasil foi um exemplo do projeto português que deu certo, África é promessa de futuro do império²⁰, portanto a crítica traz implícito o dever que ainda se tem em se desenvolver as colônias e a elas atrair colonos compromissados, algo que o autor julgava como ineficiente e aquém de uma obra colonizadora. Nesse sentido de convencer a atração às colônias, o autor atenua o início do texto na intenção de quebrar alguns preconceitos que vigoram em Portugal sobre a natureza africana. Ele explica que a paisagem e, sobretudo o clima, não são os mesmos em todos os lugares de Angola, como muitos europeus pensam, pois há uma rica diversidade geográfica no continente africano e mesmo nas colônias portuguesas. Compara regiões de Portugal a Huíla, em um mimetismo que seria fundamental na constituição ideológica de uma nação espalhada para além do continente europeu, e conclui que no planalto angolano o clima é mais agradável que em muitos sítios da metrópole (ibidem, pp. 42-43).

Cláudia Castelo (2007, p. 251-252) vê que desde a transferência da metrópole para a colônia, em trânsito, o emigrante em mudança espacial estava sujeito a implicações em nível

²⁰ Essa concepção é contrastante com outra, mais vinculada aos monarquistas do século XIX. As duas consideram os prejuízos da perda do Brasil, procurando em Angola a sua segunda versão. Os monarquistas de tradição liberal, contudo, consideram uma “amputação” desnecessária, uma traição, portanto não enxergam amadurecimento nem sucesso da missão civilizatória portuguesa como essa que Galvão defendia.

social e simbólico, com a experiência psicológica de sair de um lugar conhecido, portanto mais seguro, a outro desconhecido cujas representações normalmente eram de perigos, ameaças e oportunidades. Em primeiro contato com o território desconhecido, o emigrante passava também por um “embate ambivalente”: a exuberância natural das paisagens, fauna e flora, e os temores dos perigos advindos, como feras, clima hostil e doenças (ibidem, p. 252). Até as primeiras décadas de 1900, afirma a historiadora, a África significava o “cemitério do homem branco”, sendo que médicos e higienistas coloniais se preocupavam com a situação e sugeriam que os colonos só poderiam viver se se fixassem em zonas de clima temperado. Entretanto havia quem, como Carlos Roma Machado de Faria e Maia, acreditasse que o português seria pertencente a uma raça propensa a se adaptar a vários tipos de clima. Assim como ele, médicos e outros intelectuais como Manuel Ferreira Ribeiro, João Bentes Castel-Branc e Alfredo Leão Pimentel escreveram estudos sobre clima, território e etnografia coloniais que serviriam como guia²¹ ao emigrante em novas terras. No entanto ainda persistiam, mesmo com a popularização do quinino, o “mito da África mortífera” (ibidem, pp. 252-256).

O médico Luís Baptista da Assunção Velho e mesmo Henrique Galvão, em seu relatório de governo em 1929 e nesse livro de crônicas, esforçavam-se em tentar desmistificar a insalubridade africana para tentar encorajar emigrantes (ibidem, p. 254). Douglas Wheeler detecta que desde os primeiros contatos de portugueses com África esses problemas estão presentes ao afirmar que “o exílio, a escravatura, a malária e a miscigenação formaram a essência da velha Angola” (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 82). A partir dos anos de 1880, verifica-se um recuo demográfico, sobretudo de população negra, devido a massacres militares que também traziam a fome, epidemias e reforçavam os efeitos das secas (MARQUES, 2001, p. 314). Contudo, a modernidade de novas técnicas que permitiam tanto o extermínio das armas quanto a terapêutica da medicina, não impedia que a malária fosse um problema, chegando aos seus níveis mais preocupantes entre 1893 e 1904. Ou a doença do sono²² se alastrando principalmente a partir de 1895 pelo curso comercial do rio Cuanza, causando mortalidade infantil especialmente em áreas rurais, no Dondo com ápices em 1899 e 1903, em Benguela entre 1900 e 1912 ou no Congo entre 1890 e 1910. A tuberculose e peste bubônica, levadas pelos europeus, assolavam áreas mais populosas, como espaços urbanos, em um movimento de contágio que era maior no litoral e se espalhava ao interior pelas regiões de caminhos e estradas.

²¹ Instruía-se sobre higiene corporal, alimentação, vestimentas, sobre onde construir casas ou os horários mais apropriados para o consumo de bebida alcoólica.

²² A. H. Marques traz a informação de que o vetor dessa doença foi descoberto em 1904, mas só a partir de 1911 tomou-se maiores cuidados em ações preventivas. (p. 315)

Além das doenças, as primeiras décadas do século foram marcadas pelas pragas e secas que destruíam produções agrícolas, marcando “um período de desastre ecológico e epidemiológico” (ibidem, pp. 315-316).

Somado a tudo isso, fatores psicológicos advindos da monotonia e do isolamento sertanejo também afetavam os colonos. O funcionário dos Correios Carlos Ribeiro, lisboeta e residindo no interior de Moçambique desde 1924 – tendo deixado esposa e filho na capital Lourenço Marques – relatava que o isolamento e a monotonia o faziam gradualmente perder o gosto pelo asseio pessoal, tendo sido afetada inclusive a coerência na fala (CASTELO, 2007, p. 257) – o que talvez sugere algum quadro de distímia ou depressão. Casos semelhantes são relatados por mulheres que ficavam sozinhas com filhos em áreas pobres e pouco povoadas, com pouco contato com brancos (em quem confiavam mais), enquanto seus maridos das mais variadas profissões encontravam-se em outras localidades e pouco visitavam as famílias, como é o caso de Maria Leal Gomes que relatava esse tipo de situação ainda no final dos anos 40 do século XX (ibidem, pp. 257-258). Embora a propaganda oficial, reportagens na imprensa ou mesmo literatura tentavam convencer de que África não era um lugar tão ruim e inóspito, é de se considerar que os relatos em cartas ou cartões-postais de familiares vivendo no sertão fizessem pensar os candidatos emigrantes até que ponto era vantajoso se arriscar em busca da riqueza que as potencialidades coloniais pudessem oferecer.

Parece-me claro que essas descrições e tentativas de desmitificações por parte de Galvão têm a intenção de servirem, no empenho do escritor nacionalista, como incentivo a possíveis imigrantes, para que se fixem e construam suas vidas na colônia. O fator que causa desinteresse não é natural, mas humano: morre-se muito em Angola, diz Galvão, mas não pelo clima, e sim pelos vícios dos europeus, pela falta de estruturas para cuidados de saúde, pela falta do tratamento sanitário da colônia (ibidem p. 43). O desânimo gerado faz com que os portugueses raríssimas vezes vão para as colônias com o intuito de se fixar ou de colonizar, fazendo com que tenham a intenção única de se fazer fortuna e voltar para a metrópole (idem). Esse egoísmo, na percepção do autor, assim ameaçaria a existência coletiva nacional, pela falta de seriedade e empenho prestado pelos colonos à sobrevivência do império.

Henrique Galvão começa escrevendo sobre o clima africano e os mitos que lhe rodeiam para induzir ao argumento das péssimas condições de estrutura, conforto e saúde que levam à mortalidade de alóctones e autóctones. A culpa, ele continua insistindo, não é do clima nem do terreno, mas dos vícios humanos, da falta de higiene, da falta de regras e de moral. Em suma,

tudo isso pela falta de interesse em se fixar ou colonizar – pela falta de interesse pelo império e pela nacionalidade, sacrificados pelo egoísmo do enriquecimento fácil em detrimento de um suposto interesse comum e superior [da nação] – a saber, em detrimento de um projeto de consolidação imperial. E para o autor, enfático, o que falta é interesse, uma motivação maior e com sentimento nacional, que impede o pleno desenvolvimento de condições materiais nas colônias ao nível de preparação que o contexto das potências colonizadoras exigia:

“Mas que não é a falta de recursos, e sim uma **falta de espírito moderno de colonizador**, que tornam faceis as invasões doentes do clima, prova-o o facto de igualmente se não precaverem os homens das cidades, onde a defeza da saude poderia estar solidamente assegurada” (GALVÃO, 1929, p. 45)

O destaque em negrito faço como sugestão aos leitores para que guardem essa expressão cujo sentido embasará a crítica política de Galvão, tendo nos anos seguintes se preocupado com a questão de uma falta de doutrina ou “ideia superior” na gerência imperial. Não o clima em si, que inóspito quanto seja a um nativo de clima mediterrânico ainda não o impediria de seguir a vida caso houvesse as condições materiais necessárias. Essas condições são básicas ao desenvolvimento produtivo e prosperidade das colônias, algo que um “espírito moderno de colonizador” – talvez como os ingleses e alemães dispunham – consideraria. Tal falta de espírito moderno, para Galvão, era característica de toda a nação portuguesa, seja do alto comando do Terreiro do Paço, seja do próprio colono, falhado em quesitos comportamentais (ibidem, pp. 45-46).

Se até então a crítica é incisiva mas não rompe com a ideia predominante da Agência Geral das Colónias, sobre a necessidade de empenho e desenvolvimento colonial, o que se segue é umas das coisas que mais irritou Armando Cortesão: o estereótipo que Galvão, nacionalista e sem necessidade de dar satisfações à propaganda oficial, faz do português que migra à colónia, considerado com pouco escopo de fixação, muito menos de colonização; que quer fazer fortuna e regressar à metrópole o quanto antes puder; que se submete a sacrifícios (moradias miseráveis, sem conforto ou higiene); sujeito a doenças; dependente, além do quinino necessário para se combater a febre, do álcool – sem regra, nem moral, nem preocupação (ibidem p. 44-47). Julga e culpa a moral desregrada dos comportamentos, como a gula, os péssimos hábitos alimentares e o alcoolismo – talvez pela influência da “falta de civilidade” que para ele caracteriza a sociedade africana. O autor, militar e licenciado em Educação Física, que defendia a tese de que a disciplina rígida seria base da regeneração moral e física de um povo, analisa que em

Angola os colonos se alimentam em excesso e muito mal, bem como abusam das bebidas alcoólicas e negligenciam exercícios físicos como a caminhada, portanto rendem muito pouco no âmbito produtivo, e por isso poderiam condenar as colônias à decadência. Com seu sarcasmo político, diz que na cidade bebe-se constantemente e que no mato bebe-se a toda hora; que as mulheres de cinquenta anos não se desvalorizam e que a cerveja é a grande distração da província, onde não há cassinos (ibidem, p. 47). Por parte dos colonos, a falta de regras e de um espírito realmente comprometido com o projeto colonizador corrompe os corpos. Corpos fracos e indisciplinados não são aptos ao trabalho e, portanto, significam uma ameaça à vida da nação nos territórios ultramarinos: “É o Mosquito! É o Clima!” (ibidem, p. 48), dizem ser os problemas de decadência física dos corpos dos colonos em África. Mas Galvão interpreta de outro jeito: a culpa é dos hábitos dos brancos em Angola, sem o espírito disciplinado e planejador. Essa mentalidade de compromisso com o império, na concepção do autor, deve ser nacional, portanto não só responsabilidade dos administradores.

A questão da moral do colono seria ainda objeto do autor em outras crônicas, tendo como questão central a “cafrealização”, ou assimilação de costumes africanos por europeus. Na linha do darwinismo social, Henrique Galvão considera o fenômeno como “descivilização” ou “assimilação regressiva” (PINTO, 2010, p. 128), tendo em vista que o único processo de assimilação que seguiria normalmente o curso evolutivo-histórico civilizacional seria o de costumes europeus por africanos. Assim, define dois modos de cafrealização: os que se assimilaram a modos indígenas mantendo a moral e os que se assimilaram de forma indigna (idem).

Em “Regresso às Trevas” – título que sugere bem a concepção evolucionista do autor e sua definição acerca da assimilação às avessas – inicia referindo-se a uma história do intelectual positivista Teixeira Bastos, o qual “defendendo a ideia de que a civilização caminha por *étapes* sucessivas e lógicas, segundo as leis d’uma evolução e nunca conforme as precipitações d’uma revolução, gradualmente e nunca bruscamente” se refere a um caso envolvendo uma criança indígena brasileira que, para Galvão, serviria como prova de seu argumento (GALVÃO, 1929, p. 171). A criança foi capturada no interior do Brasil por tropas durante operações militares de ocupação, e depois levada pelos sequestradores ao “Brasil europeizado do litoral” (idem). A análise de Galvão nesse período não fica isenta de um racismo explícito, que hierarquiza em graus de civilização as “raças” humanas, aproximando o indígena a um macaco, mas com potencialidades de se “humanizar”:

“A creança, encarada de principio nas suas graças infantis e na bizzarria dos seus gestos, como um pequeno animal estranho e domesticavel, especie de macaco para entretenimento nas horas de ocio, revelou em breve qualidades tão humanas, que ninguém teve duvida em deixa-la transitar para a especie mais avançada dos brasileiros do litoral” (ibidem, p. 171-172)

O miúdo indígena, por essa visão de mundo racalista, é rebaixado em sua condição humana – se não totalmente desumanizada – porém demonstrou “qualidades humanas”, como se um filhote europeu também não se assemelhasse a um macaco nos primeiros estágios de desenvolvimento infantil. Detectando tais qualidades, aqueles que o capturaram logo o mandaram à escola, ensinaram-lhe as “boas maneiras de viver em sociedade”, vestiram-no ao estilo europeu e “sugestaram-n’o, emfim, no cadinho civilizador das cidades” (ibidem, p. 172). Ou seja, “civilizaram”, ou assimilaram ao modo ocidental, europeizado e urbano, considerado como modo superior e avançado de vida. Desta forma, transformaram o “selvagem dos sertões agrestes do Brazil, n’um medico erudito e elegante do Rio de Janeiro” (idem). De selvagem a médico por meio de uma criação ou educação dita civilizada, o índio brasileiro não passou integralmente pela gradual transição das raças ao estágio superior. Por isso mesmo, desapareceu do Rio de Janeiro e foi encontrado algum tempo depois, em uma situação que o autor pretende utilizar como exemplo a confirmar a tese evolucionista de Teixeira, a qual, à moda do racismo científico do século XIX, demonstra que uma força muito maior dirige o curso histórico e biológico das raças – o *atavismo*: “o medico tinha simplesmente regressado à sua tribo selvagem, onde vivia feliz e descuidado, depois de trocar o *complet* pela tanga dos seus maiores e a ciencia pelos feitiços de seus manipanços” (ibidem, p. 173).

Na sequência, na tentativa de ilustrar um caso de cafrealização indigna que ratificaria a tese evolucionista, Henrique Galvão narra um outro caso. Agora o de um advogado que, sem clientes na metrópole, está há cerca de vinte anos em Angola. Nascido em uma cidade da região do Douro, de família antiga e criado na tradição católica, o bacharel em direito juntou suas poucas fortunas e rumou ao “paraizo dos advogados”, Angola, onde:

“Como sucede a muitos portugueses em Angola, bons meridionais, para quem os preconceitos de raça e de cor, não tem grande peso, dividia-se regularmente entre os afazeres da sua profissão e o amor facil das pretas. As repugnancias que de principio os brancos d’uma certa categoria sentem pelas mulheres negras, e que n’alguns é constante, por mais larga que seja sua permanencia em Africa, rapidamente foi

sufocada, pela falta de contacto com as mulheres brancas. O nosso homem não só as suportava, como também, passado algum tempo, as apreciava com um verdadeiro *gourmet*. E não lhes faltavam, para se justificar, n'uma posição de esteta sensual, pretas esculturais, impressionantes, verdadeiras reproduções do genio grego, em cujos corpos gentis ele se prestava a esquecer a hediondez do rosto, a boca repugnante e o cheiro insuportável. A sua predileção, a que ele queria dar uma inteligencia e razão de civilisado, não era, de resto, senão um banalissimo caso sexual, sem razões da razão, independente, como todos os casos sexuais, da conformação mental dos homens” (ibidem, pp. 174-175)

Cabe ressaltar desse trecho o que não é raro nesse livro de crônicas: a representação extremamente negativa da mulher negra. Se o advogado nos afigura como machista e racista, tendo em mulheres negras apenas a satisfação sexual, o cronista crítico também não escapa. Seu machismo e racismo, no caso, mesmo com motivos opostos aos do advogado, aparecem na descrição física das mulheres negras (a fealdade e o mau cheiro) e o asco subentendido em seu juízo de valor sobre um branco ter relações com africanas negras. Ora objeto sexual, ora objeto de repulsa misógina, a mulher negra é explicitamente inferiorizada na representação do autor. Continuando no enredo, o advogado duriense desaparece e é encontrado três anos depois por um caçador nos arredores de Luchazes, na província do Moxico. Então, a descrição do encontro ressalta de maneira espantada a assimilação daquele homem pelos costumes tribais²³ de onde foi se assentar: “(...) E o seu aspecto era tão bárbaro, tão rudimentar, tão semelhante, no significado exterior, ao dos outros negros que habitavam a senzala, que o caçador insensivelmente começou a falar-lhe na lingua indigena” (ibidem, p. 176-177)²⁴.

Além de tudo isso, o advogado formado em Coimbra e que adquiriu hábitos indígenas – alimentava-se da *fuba*, dançava batuque, dormia no chão e bebia *marufo* (ibidem, p. 177) – teve um filho com a mulher, um “mulato de cabelos alourados (...) que se parecia muito com o pai” (idem). Aqui temos a imagem de um “híbrido” (termo mais afeito a intelectuais racistas darwinistas como Ernst Haeckel e Oliveira Martins) cuja inferioridade designada é contraditória

²³ A considerar a região em que se encontrava, essa população é do grupo etnolinguístico *nganguela* (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 33), da família bantu, contando com até onze idiomas.

²⁴ No prosseguimento da descrição, Galvão deprecia as moradias e a mulher africana: “Na sua cubata miserável, um barrete de *clown* armado com ramos secos e barro, cobertos de capim, por onde se entravam por um buraco, semelhante á entrada no covil dos javardos, vivia ele e a sua mulher – uma preta que, na cidade, com filtros misteriosos, o tinha levado á monogamia. Ela tinha-se transformado n'um bicho hediondo, de seios pendurados e longos como sacos de café, o ventre rotundo, a cabeça asfixiada n'um penteado fantastico de barro e gorduras repelentes, o pescoço ajoujado de amuletos gentilicos, todo o corpo reluzente de banha fétida” (GALVÃO, op. cit., p. 177)

à pretensa “ausência de preconceitos de raça” dos luso-tropicalistas (PINTO, 2010, p. 130). Galvão, que nessa altura demonstrava-se crítico ao modo português de boa convivência com outras “raças” – e que posteriormente será defensor ferrenho dessa perspectiva – julga que os portugueses assim são mais susceptíveis de cair na “cafrealização indigna” ou “regresso às trevas”, diferentemente dos ingleses e bôeres (ibidem, p. 131) – já esses explicitamente segregacionistas, como a experiência do *apartheid* sul-africano comprova.

Uma exceção estaria em “Theodosio Cabral – caçador de elefantes”. Henrique conheceu Teodósio já nessa viagem de degredo, e se tornariam amigos por muito tempo, sendo companheiros de caça pesada. Nessa crônica, Galvão tece elogios ao caçador de elefantes, primeiramente porque é uma tarefa difícil e que exige disposição à aventura, isolamento e uma certa brutalidade; também, porque, para Galvão, o elefante é o verdadeiro rei das selvas, de uma inteligência sem igual e que exige de um caçador também uma inteligência e destreza específicas. Cabral, portanto, é homem de se admirar, mas não só pela ocupação de caçar tal bicho – que ao sul de Angola diz-se ter temperamento mais agressivo. Para cumprir a missão violenta de caçar elefantes, é preciso que o caçador se isole por seis meses no mato, afastado de brancos, povoados e caminhos. Uma situação que cria “cafres brancos” com “suas enormes faculdades de regressão” (GALVÃO, 1929, p. 159), mas Cabral tem uma especificidade:

“E a minha impressão confirmava-se: homens [sic] evidentemente cafrealizado, incapaz mesmo de sentir o que a sua condição tem de mais belo – a liberdade ampla, enorme, generosa, que nenhum homem da Europa pode supor, nos seus sonhos libertários, e a certeza de que para gosar apenas de si pode dispor e consigo pode contar! E quando o dia o conheci – encontrei um *gentleman*! Realmente Theodosio Cabral não é um banal caçador de elefantes!” (GALVÃO, 1929, p. 160)

E, assim como o indiozinho brasileiro sequestrado, com a diferença de ser nesse caso um indivíduo considerado de raça superior, o Teodósio Cabral da crônica também demonstra suas características atávicas, como um Tarzan ou Mogli que já chegara maduro à vida selvagem, conservando seu gênio civilizado apesar da brutalidade que a vivência no mato o obriga:

“Com trinta e cinco anos, caçando como profissional desde os vinte, uma robustez excecional, constituída para a ação, toda ofensiva, uma serenidade saxonica n’um espirito profundamente meridional, dispões largamente de todos os recursos físicos indispensaveis a um grande caçador. Mas o que na sua individualidade surpreende e parece incompreensível, é a sua cultura, o seu aprumo moral, o seu espirito profundamente europeu. Theodosio Cabral, no dia em que regressa ao Lubando, depois de seis mezes de mato, pode envergar o *smoking*, tomar um lugar de luxo n’um

paquete da Europa, e ninguém dirá que, sob a elegância do *gentleman* e a sensibilidade do homem, se encontra um caçador profissional de elefantes” (idem)

Interessante que, mesmo de “espírito profundamente meridional”, pois é português, Teodósio recebe o elogio por sua “serenidade saxônica”, portanto assemelhado aos ingleses. Ainda, pela superioridade que lhe é atribuída, é admirado pela dedicação de seus serviços de caça, principalmente seu braço direito, um negro caçador “que põe uma argola d’unha de elefante no braço por cada um que vê [Teodósio] matar” (ibidem, p. 163). Essa superioridade do homem branco em África não se limita ao domínio sobre o gentílico, mas a toda natureza²⁵. Teodósio é o colonizador ideal, que não degrada nem regrid no grau de civilização, ficando acima dos negros e mestiços, “fazendo os primeiros de servidores e desprezado os segundos” (PINTO, 2010, p. 132). Nisso o caçador, sobretudo o de grandes feras como o elefante, tem posição privilegiada de intervenção, de sensação de poder²⁶. Porém, para decepção do autor, não tem o talento bem aproveitado pelo Estado no processo de expansão territorial da própria colônia, já que poderia servir como guia de tropas em vez de ter o seu ofício de caçador perseguido pelas autoridades (GALVÃO, 1929, p. 169), para lamento de Galvão que se tornaria também, na companhia de Cabral e Pratas, caçador colonial.

Retornando à questão da representação feminina na obra, nota-se que Galvão recorre a tipificações de mulheres para corroborar alguns de seus juízos. A mulher negra, como já demonstrado, é praticamente zoomorfizada. Na acidez jocosa de “O Paraíso das Quarentonas”, definido por Alberto Oliveira Pinto como a concepção da “grosseria machista” do autor (2010, p. 127), Galvão inicia afirmando que há duas coisas que são muito bem valorizadas em 30% quando chegam da metrópole para a colônia – moeda e mulheres²⁷. Do litoral ao interior (e ao interior sul) mais remoto e menos explorado, a mulher seria mais rara e seria mais bem cotada, segundo o sarcasmo maldizente e impiedoso do autor português e conservador na década de

²⁵ De certa forma, numa concepção de superioridade racial que distingue a civilização do barbarismo, o próprio gentílico também é parte da natureza.

²⁶ Na descrição da morte de um elefante por Cabral, Galvão exclama: “É o grande momento da vida do caçador – a embriaguez, o orgulho, a satisfação de vitória!” (GALVÃO, op. cit., p. 169), portanto a demonstração de domínio.

²⁷ “Uma nota de cem escudos trocada em Loanda vale cento e trinta escudos provinciais – mesmo que cá chegue velhinha e esfiampada: uma senhora de quarenta anos embarcada no Caes da Fundição e cambiada em qualquer cidade angolana, vale uma virgem de vinte e cinco primaveras – mesmo que cá chegue com caria nos dentes e nodoas na reputação. Entre a moeda e as mulheres ha apenas uma diferença: enquanto uma enfraquece com a transferencia, a outra ganha força, enquanto a moeda tem o mesmo agio em toda parte, o da mulher varia na razão direta do quadrado das distancias para o interior. A sexagenária, que em Benguela se cota por quarenta anos, é recebida por trinta no Huambo, por vinte e cinco no Bihé, por dezoito certamente nas lonjuras do Cubango, lá para onde Angola acaba” (GALVÃO, op. cit., p. 75-76).

1920 que, estando com 33 anos quando escreveu esse texto, considerava mulheres a partir dos 40 anos de idade como decadentes anciãs. Ele diz que Angola é o lugar ideal para as mulheres europeias vencidas na concorrência na Europa, e não poupa ofensas²⁸ em tom que ironiza mesmo os ineficazes e quase inexistentes programas de atração de colonos. Pois “Angola é o Paraíso das deserdadas do amor – Angola é todo o futuro das europeias sem futuro!” (GALVÃO, 1929, p. 77). Lá, segue o texto, bonita ou feia, a mulher exerce uma influência considerável na vida da colônia, onde sobra cerveja e falta mulher: um ambiente propício ao disparate entre homens. Falta mulher em Angola e o homem branco europeu, muito tempo longe das brancas, acaba preferindo ficar com uma preta (ibidem, p. 78). Aqui essa crônica se relaciona tanto com “O Clima”, a respeito dos vícios²⁹ dos colonos, e “Regresso às Trevas”, onde outro vício, degradação moral, é tratado (relações sexuais entre brancos e negras).

O autor parece querer retratar a situação demográfica dos colonos em Angola, de um desequilíbrio de grande número de homens brancos para poucas mulheres brancas. Uma situação em que Portugal mostra uma falha de distribuição ou de atrativos para migrações de homens e mulheres, indo mais homens às colônias e ficando a metrópole cheia de mulheres solteiras, tendo os colonos que recorrer ao “amor” das negras – e Galvão é claro em sua preferência por relações entre brancos e brancas. Enfim, irreverente que é e partindo ao recurso do sarcasmo cruel como uma sátira de propaganda pró-emigração, possivelmente polêmico, insinua que o projeto colonial português tão cômico como trágico:

“Vinde! A vida de hoje é difícil e ingrata: a carne está caríssima e é preciso jantar todos os dias; os tecidos estão pela hora da morte e é preciso compra-los de quando em quando; o amor está pessimamente distribuído e a tua alma está esfomeada com os desejos do teu corpo. Vinde! Sereis gentilíssimas para os que lá ficam, fareis a felicidade dos que cá estão!” (ibidem, p. 81-82)

Por surpreendente que pareça, há nesse livro mulheres que merecem o respeito de Henrique Galvão, e estão em “Mulheres Boeres”. O primeiro caso contado na crônica é a de uma família

²⁸ “meninas de quarenta e nove anos, a quem nunca apareceu o homem que povoava os teus sonhos – nem outro qualquer; solteirona de pele aperingalhada e sorriso gasto (...) tia de sobrinhos adultos (...) mulheres obesas, estrabicas, escolioticas, de quem os olhos do homem se afastam; almas tristes (...), com pernas tortas, ventres flácidos, seios achatados, peles escamosas ou dentes mal semeados – todas vós enfim, que sois a falange numerosíssima das desencantadas, das tristes, das deserdadas do amor – se nas vossas almas resta uma luzita de esperança, se nas cinzas dos vossos ideais ha ainda uma lembrança de calor, se na frieza mortal dos vossos desesperos se conserva ainda uma vibração de revolta, se na vida dos vossos nervos cintila ainda uma fagulha de desejo, façam as vossas malas e venham o quanto antes a Angola, escolher o marido que vos faltou, o amante que não vos apareceu (...)” (GALVÃO, op. cit., p. 76-77).

²⁹ O alcoolismo, na lógica do sarcasmo do autor, poderia ter uma razão: a falta de mulheres.

bôer³⁰ (homem, mulher e uma criança de dois anos), que nômade, vivia errantemente pela sobrevivência. Para auxílio, alguns dias antes de pararem em uma aldeia próxima da senzala do soba Mutalo, contrataram dois serviçais e um caçador negro, de nome Malongo, “um negro bestial, com os dentes serrados em bico como os dos canibais e uma barbicha musgosa nas pontas do queixo” (ibidem, p. 111). Ele gerava aversão na mulher bôer, que “sentia mais do que aquele desprezo banal que os boers, embora pouco mais civilizados, sentem pelos negros – uma repulsa instintiva, quase um pressentimento de mau agouro” (idem). Malongo e Mutalo, que frequentemente se viam e conversavam, planearam matar o homem bôer e roubar sua esposa. Em um dia de caça, a sós com o homem bôer, Malongo mata-o traiçoeiramente e à queima roupa pelas costas. O assassino leva então o chapéu do morto ao acampamento, como se fosse um troféu, reivindicando a posse da mulher como esposa (ibidem, p. 112). Segurando a fúria e angústia, a viúva dissimulou aceitar o desígnio trágico, fazendo o negro animalizado acreditar e aceitar apenas um pedido da viúva: chamar o soba para que sejam resolvidas as questões de partilha e o funeral. Chegado o soba, a mulher³¹ já lhes esperava com a criança nos braços, um barril de pólvora e uma vela. Ao escutar os pormenores do assassinato, depois que ela pediu que lhe contasse, explodiu a todos em ato de heroísmo (ibidem, p. 114).

A outra estória também diz respeito a um casal bôer, dessa vez não nômades, tendo se fixado às margens do rio Cunene onde construíram casa de pau-a-pique, plantaram e criaram animais. O homem frequentemente ausentava-se por longo tempo, confiando, “pela boa amizade com os indígenas” – e aqui o autor planta a desconfiança que se deve ter em relação aos negros –, em deixar sua mulher sozinha. Ela, de perfil independente, não foge à descrição animalizada que até então se dedicou às mulheres negras: “Era ainda uma boer como as outras, mulher vigorosa e lesta, de aspecto possante, um belo animal creado para lutar e para procriar, de felpa amarela como as leoas e carnes turgidas como as amazonas” (ibidem, p. 115). Uma noite em que o marido encontrava-se ausente, surge na casa o sobeta³² Lapundo, régulo daquela região, em cena animalesca de vilania: “Plantou-se deante d’ela, cobrindo a porta com a negrura do tronco enorme, as pernas afastadas, o porrinho a balançar na mão, na atitude d’um animal de preza que venceu e vae banquetear-se” (idem). Anunciada pelo próprio Lapundo que ele estava ali para violenta-la sexualmente, a mulher, assim como a outra bôer, recorre à

³⁰ Os bôeres, grupo étnico descendente sobretudo de neerlandeses – mas também outros, como alemães, dinamarqueses e outras nacionalidades nórdicas, majoritariamente protestantes – eram comuns no sul de Angola, como Huíla, chegados pela fronteira com a Namíbia.

³¹ Galvão é enfático na descrição da branquidade da mulher bôer: “rosada e loira (...) lívida (...) cor baça do luar” (GALVÃO, 1929, p. 113).

³² Um soba cujos domínios são pequenos.

dissimulação e convida-o a tomar um café antes de irem para a cama. Ele, assim como os estupradores do outro caso, de pronto acredita: “Esticou a beíçola enorme, n’um sorriso hediondo, e com os olhos a boiar alegremente dentro das orbitas redondas, esboçou uns passos de batuque” (ibidem, p. 116) – em uma descrição horripilante, estereotipada do considerado bárbaro, na qual a **hediondez** mais uma vez caracteriza um africano. Tratado com afeto, é levado à cama pela mulher branca. No quarto, o comportamento do negro é mais uma vez representado como animalesco: “Batia-lhe carinhosamente nos músculos d’ebano, palmadinhas que o faziam contorcer, em tregeitos burlescos de símio” (ibidem, p. 117). Além de animalizado, é infantilizado: “E ele, que nada tinha de despir, deu uma gargalhada alegre, especial, a gargalhada granizenta dos negros, e refastelou-se em cima da cama, todo fletido, com as mãos enormes a cobrir os olhos. Ria, ria perdidamente, já sem ferocidade, como uma grande creança” (idem). A mulher, que se ausentou para tirar a roupa, voltou com uma machadinha na mão golpeando o crânio de Lapundo, matando-o instantaneamente. Após isso, friamente e demonstrando nojo, montou no cavalo e saiu à procura do marido, como em mais uma representação heroica de mulheres bôeres matando, em legítima defesa, estupradores negros.

Quanto a essas representações enfim elogiosas de mulheres, tenho acordo com a interpretação de A. O. Pinto quanto às intenções do autor:

"Para Henrique Galvão, o mérito destes colonizadores de origem holandesa, francesa e alemã que são os bóeres, particularmente o das duas mulheres, está, pois, na atitude de desprezo que votam aos africanos, caso estes não se lhes submetam servilmente, e na coragem que revelam em não se aliarem a eles na sua 'selvajaria'" (PINTO, 2010, p. 136)

Já que até então negras e negros foram descritos pelo estereótipo do bruto, incivilizado, bestial, perigoso, feio, hediondo etc., elencarei a partir de agora os trechos das crônicas que tratam mais explicitamente das relações inter-étnicas entre colonos e nativos. A crônica “Branco e Negro” traz as opiniões de Henrique Galvão sobre a relação entre os colonos brancos e os negros. Seu objeto de análise é o tratamento dado aos negros, aos “pretos”, considerados por ele como a “expressão viva da África” (GALVÃO, 1929, p. 63). Esse tema, segundo diz, é assunto comum nas colônias, portanto deve ter uma devida atenção, principalmente por ser visto por diferentes perspectivas: “Na meza de café, para entreter ocios, como na Sociedade das Nações para movimentar interesses complexos, o tratamento do negro, é um capítulo

inexgotável, que ora resa a prosa mansa do humanitarismo, ora especula com as leis incertas da Sociologia” (idem). Sobre o tratamento de colonos a africanos:

“(…) E, muito naturalmente, porque, em geral, ha colonos que sofrem de instintos duvidosos ou exibem produtos de educação muito pouco coloniais, resolve-se mal – mal quando tem uma solução de crueldade, que é frequente, mal ainda em certos aspectos de requintado humanitarismo, o que é mais raro. Entre esses dois extremos, muito humanos entre latinos sem educação e sem bom senso, o preto, ou sofre como uma besta mal querida ou delinque como uma creança tarada³³” (GALVÃO, 1929, p. 63)

Henrique Galvão diagnostica que o problema de tratamento dado pelos colonos brancos aos africanos negros é sinal de falta de educação ou habilidade tipicamente colonial, ou seja, não exercem bem o papel de colonos em sua função civilizatória. O tratamento correto aos povos colonizados seria um requisito do empreendimento colonial. Segundo ele no excerto acima, há dois tipos de tratamento aos negros, sendo os dois considerados exagerados a algum extremo e errados: o tratamento é violento e cruel, maltratando desumanamente os africanos; ou o tratamento é demasiado “humanitarista” – e por isso a sutileza irônica à Sociedade das Nações, assunto que trarei adiante – sendo para ele um fator de rebaixamento do negro ao nível da menoridade mental. Se os dois extremos são nocivos, qual seria, para Galvão, o tratamento correto a se dar aos negros, como forma de uma legítima “educação colonial”?

Duas situações para exemplificar os dois extremos são narradas. Uma, a exemplificar o extremo de crueldade nos tratamentos, conta um caso de uma rebelião de negros em Angola que foi duramente reprimida por força militar. Ao se invadir uma senzala onde supostamente viviam vários desses negros insubordinados, um oficial puniu com severidade os presentes, resultando um negro agonizante por ter sido gravemente ferido na garganta por uma baioneta. Segundo depoimento do próprio oficial, ele daria um tiro para acabar com a dor do ferido, mas preferiu deitar-lhe fogo, por incrível que pareça, “para não o fazer sofrer mais” (ibidem, p. 65). O outro caso narrado é o exemplo do tratamento oposto, demasiado oposto. Trata-se também de uma rebelião de negros Bangalas, entre Camalanga e Xá-Muteba em 1913. O alferes que comandava a operação, diz Galvão, tratou com extrema e desnecessária bondade os rebeldes negros:

³³ A nós brasileiros o principal sentido desse termo refere-se a uma incontinência de desejo sexual. No trecho, a acepção é referente a alguma anomalia ou defeito de ordem geral, mas normalmente mental.

“Entendia o alferes – e não por ensinamentos d’uma experiencia que não tinha, mas por imposição d’um temperamento solido e, possivelmente, por influencia d’uma educação cristã – que tanto sob o ponto de vista civilisatorio, como por motivos humanitarios, que a sua razão determinava, o branco devia tratar o negro com acentuada bondade, uma justiça sempre benevolente e com exemplo de coração, que mais que quaisquer outros, fariam reconhecer a sua incontestavel superioridade e o seu direito de soberania. O preto, que tantas vezes se revoltava por motivos de maus tratamentos, aceitaria a tolerancia, a bondade e os sentimentos de Justiça do branco, como uma razão indiscutível de sua superioridade – razão que mais eficazmente do que as armas o havia de pacificar” (ibidem, p. 70)

Galvão critica o ponto de vista do alferes, até com mais contundência e ironia que a crítica ao oficial que ateou fogo ao negro. Critica uma pretensa superioridade dos brancos sobre os pretos buscada pela bondade. Rejeita a violência, mas parece desprezar ainda mais os utopismos cristãos e o senso de justiça benevolente que estaria a menosprezar a capacidade dos negros como humanos (logo o autor que estereotipa os negros como quase bichos), incluindo a capacidade de errarem e serem punidos. O que pensa, pois, Galvão? Na sequência ainda afirma que o alferes, que tão bem tratou os negros, foi aos poucos mudando de opinião na medida em que ia conhecendo melhor o ambiente africano e os indígenas de perto, e via que não valia a pena o tratamento demasiado humanitarista. Para dar validade à mudança de opinião, Galvão exemplifica mais, ao contar quando o alferes, em uma marcha de uns 30 quilômetros em pleno mato africano, dispensa sua vaga na tipoia³⁴ para uma negra. Aquilo, na visão de quem narra – um tenente que presenciou o fato – é uma grande novidade na relação entre brancos e pretos em África. Para Galvão é quase um absurdo, uma ingenuidade imensa do alferes, pois a negra não seria bem tratada nem pelos próprios homens negros, imagine se deveria sê-la por um branco! E assim, Galvão faz uma análise cujo juízo de valor é generalista no âmbito doméstico em países considerados mais civilizados:

“E aqui convem esclarecer que, no trabalho, nas fadigas, no dispendio diario de energias fisicas, a gentileza indigena não concedeu á mulher qualquer especie de privilegio. Pelo contrario: É ela que, alem de todos os trabalhos caseiros, cultiva a terra, transporta as cargas, enquanto o preto dorme e se embriaga” (GALVÃO, 1929, p. 68)

³⁴ Tipoia é uma rede, suspensa em uma vara a qual em cada uma das pontas duas pessoas seguram, apoiadas nos ombros ou cabeças, e transportam a que vai deitada ou sentada na rede. Tradicionalmente para o transporte de autoridades tribais, em relações sociais coloniais era comum um homem branco deitado nessa rede enquanto dois ou mais negros o transportavam por longas caminhadas em plena savana ou selva.

Ainda empenhado em confirmar o quão desastroso é o tratamento “humanitarista” ao negro – empenhado mais ainda que em confirmar o quão nocivo é o tratamento violento –, Galvão continua sobre o alferes. Estava instalado em um posto, quando chega um pelotão de soldados negros comandado por um sargento. O alferes deveria fazer um reconhecimento de terreno e, ciente de que o itinerário seria o mesmo do sargento, prefere esperar mais dois dias para irem todos juntos. Em uma noite, um dos soldados negros vai ao alferes e pede uma vaga em seu posto, alegando sofrer maus tratos do sargento, visto que a fama do alferes era a de homem branco que trata muito bem os negros. Ordenando ao sargento a passagem de guia, o alferes acatou o pedido do soldado – uma tolice militar segundo Galvão (ibidem, p. 70), já que pela lógica hierárquica um superior acata sugestões de um raso em detrimento de um sub-oficial. Houve uma indisposição entre o sargento e o alferes, então o primeiro pôs-se em marcha com seu pelotão sem esperar a companhia do alferes para sua missão de reconhecimento, e assim segue na frente liderando seus soldados. A missão de reconhecimento do alferes seria no dia seguinte, mas antes um soldado lhe fez o alerta para não passar pela senzala do soba Malengue, entre Camalanga e Xá-Muteba, justificando que o soba não o pouparia. O alferes ignorou a recomendação, por sempre ter tratado muito bem o soba como a todos os outros negros, e pôs-se em direção à sanzala. Passara antes por lá o sargento e sua tropa, bastante respeitado pelo soba por ser um homem branco temido pelos negros. Com o alferes ocorreu o contrário: foi recebido com hostilidade e provocações pelo soba e seus súditos. Como se não bastasse apenas a demonstração, o soba ordenou que se assaltassem todos os homens do pelotão, tomando-lhes armas e roupas, inclusive as roupas do alferes que preferiu não dar ordens de reação. Com as armas e equipamentos em mãos, o soba ordenou que aniquilassem aquele pelotão, e assim se fez, sobrando apenas um soldado ferido que fugiu e um outro treinado em cavalaria militar, que agora trataria dos cavalos do soba.

“Dois exemplos dos dois pontos de vista d’esta questão, tantas vezes debatida: Como deve a gente branca tratar a gente negra? Não é, evidentemente, na posição que estes dois extremos determinam, que o problema se resolve. Há uma medida quase ignorada entre nós, que é, ao mesmo tempo, de bom senso político e de boa aceitação moral, que, afastando-se d’um extremo, sem ter que cair no outro, corresponde mais praticas e nobremente aos interesses privados da nacionalidade, sem atingir o humanitarismo das almas bem formadas. Simplesmente essas regras medias do bom senso...”
(GALVÃO, 1929, p. 73)

Henrique Galvão então insiste em defender que, em questão de tratamento de brancos a negro, não se deve ir a nenhum extremo – nem ao extremo da violência nem ao da benevolência. Em um momento em que o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique* (1926) ainda era algo novo, Henrique Galvão é polêmico porque, mesmo refutando os dois extremos (humanitarismo e violência), colocando-os com mesmo peso, ainda considera que a violência preserva o fator de temor dos negros em relação aos brancos, corroborando a hierarquia social entre civilizados e bárbaros.

Em “Entrevista com um Soba”, relata uma estadia sua na sanzala do soba Barro, em Cabinda, no Congo. De pronto já descreve a residência, a cubata, como “quase civilizada” (ibidem, p. 83). Ele diz que o soba é um monárquico, um nostálgico e saudosista, não muito ligado ao presente (ibidem, p. 86-87). Tece elogios ao chefe africano, pois o considera um letrado, um civilizado, já que esteve na Europa e de lá trouxe o conhecimento e o gosto pela cultura ocidental. O letramento do soba, Galvão rastreia pelo contato de africanos com jesuítas, desde pelo menos ao século XVIII quando Marquês de Pombal expulsou membros da Companhia de Jesus para África. O contato de jesuítas e africanos resultou que os primeiros aprenderam técnicas e ensinamentos indígenas enquanto os segundos, sobretudo os chefes, aprenderam alguns ritos da mitologia cristã e a própria língua portuguesa, passando aos seus herdeiros, o que Galvão chama de “contagio civilizador” (ibidem, p. 89). O conhecimento adquirido pelo soba lhe era útil para o contato e comunicação com os brancos – uma técnica vantajosa de “civilização”, tanto para os chefes africanos quanto para os comerciantes portugueses, que por essa facilidade comunicativa realizavam negócios. Quanto à leitura de livros, o senhor Barro não se interessa. Primeiro porque não sabe ler a caligrafia impressa, apenas a manuscrita, e segundo porque as histórias europeias não o interessam. Ele sabe contar histórias de cabeça com um talento narrativo ao estilo de bons escritores europeus, e essa constatação de Galvão trata de uma característica comum às sociedades africanas subsaarianas, que são ágrafas, portanto mantêm a tradição da oralidade. Quanto ao conceito de civilização, Galvão indaga

“Porque nós somos civilizados e o senhor Barro não o é? Evidente que não. Senhor Barro conhece da Europa, muito mais que muitos europeus conhecem da Africa. É simplesmente porque senhor Barro é muito mais feliz do que nós, na essência e na forma da sua sensibilidade (...)” (GALVÃO, 1929, p. 95)

Aqui parece que Galvão interpreta positivamente algum africano – um chefe. O desprezo do soba pela imprensa, de notícias ruins e intrigas políticas, é algo que Galvão elogia na próxima passagem, que assume estar encantado pela inteligência e opinião do soba, a quem ele atribui um elogio à sua maneira (“negro civilizado”). Para prosseguir, a pergunta: “Que pensa senhor Barro dos civilizados?”:

“Ora, senhor Barro não pensa de nós coisas muito lisonjeiras. Dir-se hia mesmo que lhe corre na beíçola grossa, não sei que vago sorriso de ironia, quando ouve falar em *civilizados*. Das suas palavras conluo que o senhor Barro nutre pelas produções materiais da gente branca – e sobretudo pelo foi avião e metralhadora – uma admiração franca, mas pouco lisonjeira. Pela nossa moral e pelas nossas forças espirituais, senhor Barro sente o mais acabado dos desprezos” (GALVÃO, 1929, p. 92)

O soba, que admira a tecnologia bélica da “gente branca”, despreza sua cosmovisão. E sobre a opinião do soba Galvão continua, espantado pelo menosprezo do africano aos inventos ocidentais, demonstrando aí uma incompatibilidade e um confronto entre duas visões de mundo, já que o que para o europeu “civilizado” é um grande motivo de lisonjeio, para o africano não é tanto:

“E então todas as maravilhas d’esta sciencia exuberante, que os brancos recebiam com magníficas expressões de admiração, que eram apregoadas na Imprensa de todo o Mundo, que faziam vibrar academias e que consagravam para sempre o inventor, passam a ser para o senhor Barro, fosse qual fosse a sua importância e grandeza, simplesmente *Coisas de Branco!*” (GALVÃO, 1929, p. 93)

E, tão acostumado ao lado que se considera superior, Galvão é surpreendido pela relativização dos fatos quando o soba fala como normalmente um português falaria dos indígenas:

“Esta expressão [“Coisas de Branco!”], evidentemente, traduz uma certa admiração e reconhece uma superioridade. Simplesmente é uma admiração que senhor Barro não deseja e uma superioridade que senhor Barro não inveja. *Coisas de branco*, corresponde um pouco às *coisas do demônio*, que tantas vezes serve aos nossos burguezes supersticiosos, para explicar o que o seu bestunto não atinge. Também o senhor Barro me explicou a razão do seu desprezo pelos civilizados, na ordem moral e espiritual. Senhor Barro entende que a sua moral – a que vulgarmente rege os seus

actos e os seus pensamentos – é nitidamente superior á moral dos brancos – á que eles vulgarmente seguem e não á que eles apregoam” (GALVÃO, 1929, p. 94)

Galvão, nos rebates às ideias do soba, não deixa de estar defendendo o lado europeu da “superioridade”; apresenta uma visão de mundo do africano sobre as coisas dos brancos, entretanto isso serve mais de alerta aos exageros da colonização que uma campanha de admiração à cultura do povo de Cabinda. Para não ficar como um simples provocador, o soba apresenta exemplos de maus tratos de brancos, como um funcionário colonial que mutilava negros ou outro que almoçava debaixo da árvore em que mandava enforcar indígenas. No final do relato, exclama: “Coisas de branco!”, com o mesmo tom a que se refere a tecnologias ou hábitos de europeus. E como Galvão não deixaria essa relativização passar assim, conclui a crônica em seu tom de superioridade civilizacional no menosprezo aos julgamentos do soba:

“Pela estrada fora ia meditando n’estas coisas tão varias que colhi no paleio destrambilhado do senhor Barro e pensava do alto do meu orgulho de branco, na segurança de vinte séculos de civilização: _ Coisas de preto! – Estavamos quites!” (GALVÃO, 1929, p. 96)

Em outro texto, “Coisas de Pretos”, Galvão também escreverá sobre esse estranhamento cultural que tem ao *ethos* dessas sociedades africanas com as quais teve contato. O enredo é sobre Goncho, que perdera sua mulher Madiba comida por um jacaré. O primeiro estranhamento se deve ao homem não ter lamentado a morte de sua esposa, mas a perda de bens: tinha três esposas, mas agora só teria duas e precisaria de mais outra para manter o *status*; o jacaré comeu a esposa que lhe custara mais caro (boi, manta de papa, duas fiadas de missanga e um búzio) (ibidem, p. 120). Na descrição física de Goncho, também está presente o recurso à zoomorfização, ao atribuir-lhe adjetivações como “animal em decadência” ou, citando a escuridão da pele e o formato do nariz, compará-lo a um gorila em aspecto de “bestialidade impressionante” (ibidem, pp. 120-121). Também o autor destaca sua poligamia, alcoolismo e indolência (PINTO, 2010, p. 139) mas deixando claro sua posição privilegiada em seu próprio meio social, já que era sobrinho de soba, proprietário de mulheres e gado e por isso estava isento de trabalhar. E também a propensão à dança e ao belicismo tribal (GALVÃO, 1929, p. 122), elementos necessários à representação estereotipada de um africano não totalmente absorvido pela cultura do colonizador e à produção capitalista. Além também de mencionar o fato que poderia ser chocante demais a portugueses que o lessem: as outras duas mulheres estimulavam e queriam que Goncho conseguisse uma nova esposa, mesmo porque seria mais uma para dividir as tarefas. Não havia disputa ciumenta entre elas desde que o marido se dedicasse a cada

uma de maneira igual, sem preferências ou abandonos (ibidem, p. 123). Se a questão de um relacionamento não-monogâmico pode espantar e incomodar gente do século XXI, no início do século XX em um país tão conservador e tradicionalmente católico tais descrições seriam escandalosas, reforçando o estereótipo do barbarismo às sociedades tribais africanas a quem tivesse acesso a essa literatura respaldada no suposto poder de testemunho do autor.

A narrativa prossegue com Malonga, a nova esposa de 12 anos de idade de Goncho, indo buscar água e sendo surpreendida por um tal Taolo que lhe ofereceu tabaco em troca de sexo. A reação de Goncho, estranha às resoluções cristãs em caso de adultério, seria a de pedir uma indenização proporcional ao tempo de relação sexual: duas cabeças de boi, uma cabaça de *marufo* e considerando o tabaco dado à menina como desconto (ibidem, p. 133). Quais as intenções morais e políticas de Henrique Galvão com mais essa crônica? Consideremos, primeiro, que dentre as críticas negativas de Armando Cortesão há a exceção: considera as palavras do autor nessa crônica como “bem observadas e bem escritas” (CORTESÃO apud. PINTO, 2010, p. 142). Logo essa em que se condensam as representações negativas acerca dos hábitos, religiosidade, da fisionomia e das mulheres negras no sertão angolano.

"Que conclusão tirar deste facto inusitado? Sem dúvida a de que para a propaganda colonial portuguesa interessava, acima de tudo, transmitir do angolano a imagem que Henrique Galvão esboça na crônica 'Coisas de Pretos' (...). Em contrapartida, o colonizador português deveria ser apresentado como um exemplo de ordem e civilização, paradigma esse que Henrique Galvão, manifestamente, não quis respeitar" (PINTO, 2010, p. 142)

Para Galvão, se o colono português tem falhas morais, deve ser feito o esforço de mudar, pois cabe a ele o papel prático de se ocupar os espaços e civilizar populações. Nem que para essa mudança seja preciso se inspirar em “raças” europeias consideradas mais avançadas, como os ingleses e alemães. Em questões culturais, não são feitas analogias, mas comparações que tentam demonstrar a hierarquia entre raças e civilizações, ou melhor dizendo, na concepção de Galvão, entre civilização e falta de civilização. É evidente que tenta causar espanto quando retrata um matrimônio indígena que, além de poligâmico, se dá como processo econômico de troca de mercadorias – sendo a mulher uma delas; mas, por exemplo, não consideraria uma comparação com o casamento cristão o qual, despido de todas as ideações românticas, também tem seu caráter econômico – além da propriedade privada sobre outra pessoa, que nesse caso oficialmente é só uma, há as funções sociais de cada parte do casal que se dão no âmbito

econômico. Apesar de algumas ironias sutis e rápidas a maquiagens femininas em Paris³⁵, ridicularizadas para se descrever maquiagens africanas, Galvão também não consideraria que suas vestimentas e penteados pudessem fazer rir alguns indígenas, e se o fizessem, seria ainda assim sintoma de incivilidade.

A indolência do colono europeu é diferente da indolência do africano, assim como o alcoolismo. Enquanto a moral falhada dos colonos deveria ser reajustada, para se comportarem à maneira civilizada, a moral falhada dos africanos seria atávica, natural, portanto deveria ser superada e extinta pelo processo de civilização – leia-se, pelo processo de assimilação e gradual “amadurecimento” da raça até se chegar no padrão de valores defendidos pelo autor. Assim esse livro, considerando o óbvio fato de que ele foi escrito para ser lido, tem caráter de propaganda não-oficial de colonização, cuja essência é: há uma raça que é superior, desenvolvida, mais forte, cuja missão é ser soberana sobre as inferiores.

Além dos quatro eixos temáticos que Alberto Oliveira Pinto destaca nessa obra de Galvão, inclui os textos de teor estritamente político, quer dizer, os que trazem críticas às instituições estatais relacionadas ao empreendimento colonial. Aqui estão aspectos da visão de mundo de Henrique Galvão que o acompanharão ainda em outros escritos. Em “Uma visita de ‘Sexa Alto’”, o autor expõe muita ironia e sarcasmo contra o mais alto cargo de gestão da colônia³⁶, que nos faz facilmente perceber sua fama de irreverente:

“«SEXA Alto» (Sua excelencia o Alto Comissario) é a abreviatura d’um titulo pomposo e uma alcunha. Os funcionários escrevem-na respeitosamente nos telegramas e pronunciam-na desdenhosamente entre duas garrafas de cerveja. No telegrafo serve para economizar tempo, na maledicencia serve para lhe dar saber” (GALVÃO, 1929, p. 49)

Se pelo lado da obrigação formal mantêm-se o respeito por ele, pelo lado informal do cotidiano há um desprezo popular por sua autoridade, e aí seu pronome de tratamento ganha um sentido chistoso. Henrique Galvão então pretende analisar a estima de António Vicente Ferreira na província, diz ele, tentando se provar neutro, que não por opinião própria (e que

³⁵ Já era tempo de celebridades como, por exemplo, Coco Chanel. E Paris ainda vivia a ressaca da Belle Époque, com bulevares repletos de novas tendências na moda. E Galvão era português.

³⁶ Em 1928, ano da crônica, o Alto Comissário em exercício era o engenheiro militar António Vicente Ferreira, que também exercia atividades no ramo ferroviário. Foi importante gestor tanto na Ditadura Militar quanto no Estado Novo, tendo sido Ministro das Finanças e Ministro das Colónias.

esperteza do autor!), mas baseado nos boatos e conversas: “*Vox Populi, vox Dei...*” (ibidem, p. 51).

“Mas valha-me Deus! – Sexa Alto não é realmente um Senhor muito amado e bem visto!” (idem), exclama Galvão ao contar que só pela notícia de uma visita do Alto Comissário, as pessoas nas ruas e nos estabelecimentos já começaram a maldizer e demonstrar reprovação pela autoridade executiva de Angola. Os motivos, mesmo com esse tom humorístico, já são uma denúncia: notícias de improbidade administrativa, ao reduzir os vencimentos de funcionários públicos e aumentar os próprios; também porque permite maiores poderes a altos burocratas enquanto o comércio entra em crise e os comerciantes sentem seus efeitos. Enquanto isso, dizem que sua obra para Angola é pouca. Mesmo assim, a sua visita faz com que a cidade do Lubango (Sá da Bandeira) se prepare para recepcioná-lo, com limpeza de ruas, filarmônica e ensaios de corais infantis a prepararem os gritos de “viva!” quando da chegada do Alto Comissário. (ibidem, p. 52-53).

Galvão narra que em um de seus discursos, “Sexa Alto” “(...) afirmou que seria inflexível, que estava convencido de que era útil a Angola, a obra que tinha empreendido – e que não lhe pedissem nada *porque estava resolvido a nada fazer* (sic)” (ibidem, p. 59). Segundo Galvão, para salvaguardar sua imagem já ao deixar o cargo, o Alto Comissário ciente de que não tinha popularidade entre os habitantes de Angola, diz que não fará nada. Não faz promessas, mas mantém o que tem sempre feito: nada. (idem). E assim se explica a boa preparação para a receptividade ao Alto Comissário, na esperança de que a crise do comércio, a falta de pagamentos a funcionários e a falta de um liceu fossem resolvidas. Ao invés de dar uma expectativa, logo foi dada a decisão: nada a fazer. Ironicamente Galvão escreve: “Mas Sexa excedeu-se. Mostrou que também era genial. Não fará nada!” (ibidem, p. 60).

Descrevendo-se isolado, observador, Galvão põe-se como o espectador na cena que não sabe concluir se o governante é uma figura benquista ou mal-amada. Não importa como ele se comportou nessa cena ou se essa cena realmente existiu, mas como ele narra tudo isso. Suas críticas, claro, atingem o próprio povo que não se decide em qual estima tem pelo Alto Comissário, se a maledicência do cotidiano ou se a subserviência do contato oficial. Mas de mais alto significado é o destaque crítico do autor à crise de autoridade por que passa Angola, sob responsabilidade de um administrador corrupto, inoperante, sem respeito ou estima estável entre o povo. Seria talvez aquele tipo de crítica de Galvão que serve como um alerta que, em

sua visão de mundo, chamaria à necessidade de uma autoridade administrativa eficiente e compromissada com o desenvolvimento e bem-estar da colônia.

A questão do alto-comissariado, para além das questões específicas da gestão de Vicente Ferreira que tratarei mais adiante, remete-nos à problemática de se decidir um regime de administração colonial. Em linhas gerais, o debate que já vinha de muito tempo se dava em torno de dois modelos: centralização ou descentralização administrativa.

Nas últimas duas décadas de monarquia, fechadas por campanhas militares como a de António Enes e Mouzinho de Albuquerque na aniquilação do reino de Gaza em Moçambique, as linhas gerais de governação ultramarina mantinham-se praticamente inalteradas em relação a períodos anteriores. Preconizava-se o centralismo metropolitano, representado pela coroa, conduzindo a prática de conquista territorial na formação do “império teórico” (MARQUES, 2001, p. 21). Entre 1881 e 1910, com o advento da república, verificou-se em Angola uma geração de agitação e conflito, sobretudo por meio da imprensa nacionalista angolana, composta por intelectuais “assimilados” que clamavam à resistência à política portuguesa. Este nacionalismo angolano embasava-se no republicanismo que se acentuava ao longo do século XIX e, defendendo a ideia de emancipação para o progresso, agradava a muitos assimilados (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 154-155). Por exemplo, é nesse contexto que temos a atuação do intelectual angolano assimilado José de Fontes Pereira. Jornalista residente de Luanda, escrevia para vários periódicos portugueses e angolanos, como o radical *O Cruzeiro do Sul*, no qual expôs de maneira mais contundente suas críticas à “corrupção, as injustiças e a imoralidade do sistema angolano”, tratando de temas como trabalho forçado, ineficácia e corrupção administrativa portuguesa, debilidade econômica, discriminação racial, sistema de ensino ineficiente e exportação de força de trabalho a São Tomé e Príncipe, além de críticas a administradores provinciais (ibidem, p. 155). Defensor da alternativa republicana especificamente angolana, e primeiro assimilado a publicar fortes críticas à administração portuguesa, Fontes Pereira

“Concebeu uma Angola unificada sob um domínio português expandido, em que os angolanos nativos «civilizados» acabariam por dominar a sociedade. Enquanto assimilado, identificava-se com os angolanos que tinham tido uma educação europeia; para ele, o «preto boçal», expressão comum na época para designar pejorativamente os nativos africanos, não fazia parte da Angola ocidentalizada, embora os seus direitos

humanos tivessem de ser defendidos das injustiças da escravidão e do trabalho forçado” (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 155-156)

Como parte dessa visão de mundo de um republicano emancipacionista angolano, considerava que as missões protestantes eram mais aptas a “civilizar” rapidamente as populações angolanas em situação tribal. Descrente que o sistema português fosse incapaz de conduzir um processo civilizatório que permitisse uma posterior emancipação angolana, Fontes Pereira a partir de 1882 defendia a ideia de formação de uma associação angolana com fins políticos – proposta parecida com a de outro intelectual, Carlos da Silva, em 1889 – e radicalizava-se ao ponto de sugerir que Angola deveria ser colonizada por potências como Inglaterra, que daria maiores fundamentos ao processo civilizatório (ibidem, pp. 156-157). Ainda que o radicalismo de Fontes Pereira tenha sido duramente combatido, é de se assinalar que vários foram os assimilados angolanos republicanos, mas de perspectiva mais moderada – não rejeitavam Portugal enquanto colonizador, esperando que as transformações até a autonomia ainda tivessem essa metrópole como supervisora. Nesse contexto, segundo Douglas Wheeler em parceria com René Pélissier (p. 158), surgiam as raízes intelectuais do que seria denominado “mística colonial” com o elogio aos heróis militares e ao pretense “talento especial dos portugueses para civilizar a África tropical”. Mesmo com essa situação de intelectuais republicanos que, de maneira moderada ou radical, inspirados por deportados políticos que agitavam politicamente a colônia, nenhuma conspiração independentista logrou êxito. Todavia, a pressão de intelectuais republicanos angolanos e de *lobbies* de empresários como da Associação Comercial de Luanda, deixava em pauta as questões de **autonomia financeira e descentralização administrativa**.

Como forma de superação dos problemas vinculados ao monarquismo, obviamente, e também como forma de se incorporar e suprimir as lutas republicanas angolanas, é instaurada em Portugal a república em 1910. No ano seguinte cria-se o Ministério das Colônias aos moldes do congênere francês. Sem uma doutrina que se pudesse considerar inovadora nos assuntos coloniais, os princípios eram aqueles que o republicano Bernardino Machado, então ministro de Negócios Estrangeiros, definia ao tratar “as possessões ultramarinas um património tão sagrado quanto o território da mãe-pátria”. “Colônias” e “províncias ultramarinas” ainda eram consideradas sinônimos³⁷ (MARQUES, 2001, p. 21-22). Se A.H. de Oliveira Marques

³⁷ A. H. de Oliveira Marques informa-nos que no texto da Constituição republicana de 1911 constavam os termos “ultramar” e “províncias ultramarinas”. Com o decorrer dos anos foi mais comum que as pessoas se referissem a “colônias”, inclusive Marcello Caetano advogava que esse termo dava a ideia de maior autonomia. Em 1920 uma

considera que o advento da república significou, em âmbito colonial, a introdução de mudanças essenciais na administração (ibidem, p. 22), D. Wheeler é mais cético e não vê grandes mudanças significativas ou profundas, sobretudo tendo em vista a persistência do uso de trabalho forçado³⁸, mantida por padrões coloniais para suprir a escassez de mão-de-obra de considerável qualificação em contexto de acumulação – lembrando que o governo ainda priorizava as campanhas de “pacificação” em um período de crescente exploração generalizada de força de trabalho africana, reforçada pelo aumento do controle governamental sobre a vida dos angolanos e crescimento das ideias e práticas racistas entre colonos e administradores coloniais (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 168-171).

Outro historiador, favorável ao colonialismo e ao império, chama a atenção para a situação até 1911, considerada “quimérica convicção” de que as instituições coloniais deveriam ter uniformidade. Recorrendo a opiniões de gestores da geração de 1895 – nomeadamente Paiva Couceiro com sua ideia de reorganização administrativa que começaria pelo recrutamento de “bons funcionários” orientados a um “bem superior”, e João de Almeida que criticava os administradores que nada conheciam dos administrados, recomendando portanto um maior contato com nativos a fim de conhecê-los melhor para dominar – que influenciariam o governo metropolitano a decretar em 1911 para Angola o sistema administrativo já adotado desde 1908 em Moçambique pela portaria provincial de Aires de Ornellas. Por essas decisões, criou-se o sistema de circunscrições, subdivididas em postos, sobretudo onde não fosse mais necessário a ocupação militar. Assim, mesmo que se nomeassem gestores com pouco conhecimento técnico em administração, muitas funções acumuladas (a principal seria gerenciar os indígenas, tanto em sua força de trabalho quanto nas revoltas), porém muito patriotismo, a república considerava desfazer-se do “figurino metropolitano”, descentralizar hierarquicamente poderes e, com o Regulamento das Circunscrições Cíveis da Província de Angola em 1911, condicionar a administração segundo especificidades étnicas e de terreno (NETO, 1964, p. 83-92). Fica evidente que, ao menos, perante as poucas mudanças tão essenciais, a administração colonial sob a república seria mais descentralizada e guiada por princípios técnicos – ainda que não tão especializados.

alteração de texto inclui nos artigos 67º e 67º-F o termo “colónias”, sem retirar “províncias ultramarinas” dos artigos que já estavam escritos. (op. cit., p. 22).

³⁸ D. Wheeler dá notícia de Manuel Maria Coelho, de exilado político republicano a governador-geral de Angola nomeado pela república, que tentou acabar com o trabalho forçado e em 1911 deportara onze portugueses acusados pelo crime; e Carvalhal Henriques, governador de Moçâmedes, conhecido por ser contrário ao trabalho forçado e demitido do cargo por pressão de uma pequena burguesia colonial aliada a “homens influentes” de Lisboa. (op. cit., 168).

A *descentralização* seria um valor da ideologia republicana, constando inclusive no artigo 67º da Constituição de 1911. A partir desse princípio, as leis orgânicas (1914) e cartas orgânicas (1917) trariam os fundamentos da descentralização ao mesmo tempo que traziam normas de como lidar com populações indígenas. A *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas* e *Lei Orgânica da Administração Financeira das Províncias Ultramarinas*³⁹ regiam pelos princípios da autonomia administrativa e autonomia financeira para cada colónia, promulgando-se as cartas orgânicas pelo Ministério das Colónias sob Ernesto Jardim de Vilhena. Esses documentos tiveram aplicação vetada no interregno mais autoritário e protofascista de Sidónio Pais a partir de 1917, retornando a vigor em 1919 já com republicanos liberais no poder.

Em 1920 os documentos legais contariam com novos artigos e princípios reforçando que as colónias gozariam de autonomia financeira e descentralização: a administração seria por um Governador Geral assistido pelos conselhos executivo e legislativo e fiscalizado pela metrópole; as funções executivas poderiam ser delegadas temporariamente a altos-comissários, cujas funções seriam acumuladas com a de governador. Sem grandes novidades em relação aos diplomas de 1914 e 1917, o diferencial estava agora no surgimento da figura do alto-comissário. Entretanto, no ano seguinte, cria-se para Angola e Moçambique, o regime de alto-comissariado⁴⁰. Dando ao alto-comissário a possibilidade de contrair empréstimos sem intervenção do governo central metropolitano, segundo sua autonomia financeira⁴¹, esse cargo vai dispor de maiores poderes (MARQUES, 2001, p. 22-24).

Os altos-comissários enviados por ordens de Lisboa contavam assim com quase amplos poderes. Essa autonomia, porém, não seria destinada a colonos e muito menos a trabalhadores e camponeses. D. Wheeler diz que houve a partir daí uma regulamentação de todas as fases da vida, contando com maior policiamento das massas – sabe-se lá o que o historiador define com esse termo, mas interpreto como a população mais numerosa, abrangendo a classe-média de pequenos patrões, profissionais liberais e também trabalhadores e indígenas não proletarizados – em uma viragem mais autoritária no controle político. O autor verifica também um agravamento no preconceito racial e “deterioração das relações entre raças”, com o adicional

³⁹ Respectivamente, lei nº 277 e 278 de 18 de Agosto de 1914.

⁴⁰ Nomeações de Brito Camacho para Moçambique e Norton de Matos para Angola.

⁴¹ Alterações regidas pelas leis nºs 1130 e 1131 de 26 de Março de 1921.

dos imigrantes britânicos em seu racismo tipicamente anglo-saxão (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 170-171).

É esse autoritarismo que Henrique Galvão ironicamente critica em sua crônica. Mas como poderia Henrique Galvão, vindo de uma tradição política militar, autoritária e de extrema-direita, de tendência fascista mesmo, criticar uma administração delineada por autoritarismo? O regime de alto-comissários, que duraria até 1930 mesmo depois do apaziguamento de poderes nas reformas de João Belo (1926), vinha da tradição republicana liberal de descentralização de poderes. Galvão, em sua trajetória, demonstrará que defenderia a tendência centralizadora e autoritária. O que condiz com sua visão de mundo é o fato de os alto-comissários terem sido gestores de postura autocrática ou despótica que, assim como outros desvios morais que Galvão aponta e apontaria mais tarde na administração e cotidiano colonial, tinha como fins tirar vantagens pessoais ou de pequenos grupos. Nacionalista, a moral de Galvão condena a corrupção – termo tão genérico que desvia a análise política no capitalismo do foco racional para a moralidade – em proveito de interesses pessoais, em desfavor de interesses considerados superiores (o “bem da nação”).

Em sua crônica, Sua Excelência o Alto-Comissário é um personagem que se usufrui da burocracia excessiva e ineficiente para o tal bem público e conta com bastante impopularidade entre as “massas”. Essa postura personalista é mais homóloga ao *ethos* burguês: despótico em sua propriedade, contando com indiferença ou rejeição, mas também com temor por parte de seus comandados. Para uma visão de mundo de gestão nacionalista como a esboçada por Galvão, otimista com a profunda renovação social dentro dos limites da sociedade de classes e das fronteiras nacionais, o Estado em sua configuração de poder público deveria ser gerenciado com vistas ao bem público. Se o “público” é tão generalizante e cimenta uma heterogeneidade de diversidades e antagonismos sociais, assim como “massas” dá a entender, o tal bem público seria confundido ideologicamente com o coroamento dessa generalização: os interesses nacionais.

Outra crítica a instituição política pelos preceitos do nacionalismo de Galvão está na crônica “O Terreiro do Paço em Angola”, o qual seria seu alvo durante sua trajetória colonial, com discreta trégua durante seus anos fieis ao Estado Novo. “O grande defeito de Angola – a sua grande doença – não está na Distancia, nem no clima, nem nos perigos. O mal de Angola

chama-se Terreiro do Paço” (GALVÃO, 1929, p. 97). Quer dizer que os problemas que envolvem a vida nas colônias, assim como ele já o tinha feito na crônica “O Clima”, não são culpa da geografia do local, mas de fatores humanos, que nesse caso agora o entrave se dá não pela falta da mentalidade colonial dos colonos, mas pela ação negativa das instituições políticas: O Terreiro do Paço, a sede dos ministérios – incluindo o das Colônias.

Diz que o emigrante, pressionado pela condição social na metrópole, vai em busca de uma nova vida em África. Nisso sente o “medosinho burguez” da febre, dos canibais, do clima etc. (GALVÃO, 1929, p. 98) contudo encontra uma realidade até melhor que a imaginação. O problema seria outro:

“Depois de seis mil Kilometros de viagem não encontra nenhum dos espectros que receava. O unico que vae tomando forma, que o assusta, que o desola é o que lhe dá a impressão que desembarcou outra vez no Terreiro do Paço! (...) Também em Loanda, este outro coração *claque*, onde é preciso que venha anemisar-se e poluir-se o sangue generoso e moço que corre em Angola, o nosso homem vae encontrar a intriga política que desarruma a nossa sociedade e a emporcalha, o manha d’alpaca atravassado em todos os caminhos, como um dragão de lenda, o papel selado, o requerimento, as repartições, as cunhas, o Terreiro do Paço, enfim!” (GALVÃO, 1929, p. 99)

Se Angola, e as possessões em África no geral, são a promessa de uma novidade, de uma renovação e o motor do futuro do império, e se para lá vão homens e mulheres saídos da metrópole à procura de uma nova vida, quem frustra todos esses projetos, na denúncia de Galvão, é a burocracia estatal:

“É ao seu cursivo elegante, aos seus cotovelos coçados, á sua sciencia de riscar mapas e adicionar verbas, que está entregue o fomento, a colonisação e o futuro de Angola. Cada um d’eles, por organização de serviços, por influencia do Terreiro do Paço, por conformação mental, é um *empata*, um consumidor do tempo, do dinheiro e da paciência, que os colonos tinham destinado a capitalizar os seus trabalhos. São eles que enviam em notas, em prosa de portaria, em despachos do *Sexa*, atravez das distancias enormes de Angola, o desalento, a confusão e a desesperança” (GALVÃO, 1929, p. 100)

Então Galvão inclui nesses problemas os padrinhos, os afilhados e as “invejasinhas”, e conclui em tom de lamento: “E Angola depende de Loanda, do Terreiro do Paço – d’isto!” (GALVÃO, 1929, p. 100). Para ele, o grande problema colonial por que passa Angola, em plena crise econômica da década de 1920 que assolava as colônias e principalmente essa, era a

burocracia das instituições políticas que administravam as possessões ultramarinas. Burocracia viciada que atrapalha, que consome muitas verbas e muito tempo em sua própria malha, portanto prejudica as colônias. Apesar de a política em Angola ser centralizada em Luanda e assim centralizada no Terreiro do Paço, não é a centralização política que Galvão acusa, mas a má gerência das instituições, a falta de eficiência e os desperdícios – tudo isso associado à concepção que tinha de governos liberais. Além das intrigas pessoais que se sobrepõem os interesses nacionais, também uma crítica que seria comum em Galvão – assim como em tantos outros opositores à ordem de tendência democrática parlamentar e liberal.

Diferentemente de outras crônicas, como “O Clima”, agora o autor datilografa com menos força ao se referir aos colonos, para atacar as instituições estatais. Os colonos, o homem comum, agora aparece como o verdadeiro herói nacional, responsável pelo fardo civilizatório, em contraste com os burocratas:

“E Loanda, o Terreiro do Paço – isto! – como a Arcada, em Lisboa, nas suas relações com o Paiz, mandibulando levianamente, também crê que é ela toda a Angola e também não ouve, nem sente, nem vê, os milhares de portugueses anônimos, ignorados, esquecidos, que por cá labutam ingloriamente, porque se esqueceram ou não puderam acender uma lampada em Meca. E contudo ha em Angola, entre gente da nossa terra, exatamente entre aqueles que não fruem direitos de suzerania, esforços obscuros, encarniçados, heroicos, que é ruim pecado não respeitar, tanto eles nos dizem das qualidades de trabalho, de adaptação e de persistência de nossa raça (...). E o lutador é um homenzinho portuguez, que aduba a sua lavra com sangue e suor, que se gasta como uma enxada nas mãos d’um cavador – a fecundar a terra, a civilisa-la. Sobre ele passa o Tempo e todas as torturas do isolamento, passam a miséria e todas as pancadas que se recebem n’essa luta áspera, sem quartel, entre uns metros de terra perdidos n’um canto do Mundo e os seus musculos entorpecidos pela febre. Durante longos mezes, durante anos possivelmente, não vê um homem da sua raça e não ouve uma palavra da sua língua – é um Robinson obscuro, da tempera d’aqueles primeiros portugueses que enfiaram atravez do Mar Tenebroso. A sua vida é um longo rosario de dias agressivos, eguais, monotonos, a fazer d’aquela terra selvagem, habituada a parir mato esteril, um celeiro ou uma horta, uma riqueza, um velo d’oiro, um pedaço de Portugal” (GALVÃO, 1929, p. 101-102)

Os burocratas estariam assim na função de parasitismo aos feitos dos homens comuns, portanto um fator que mais atrapalha que ajuda:

“E muitos anos depois a terra cede, a batalha foi ganha! É n’esta altura que o Terreiro do Paço intervem. Esses homens heroicos, de quem a historia não resa nem resará,

que vão transformando Angola, laboriosamente, como as térmitas, que fornecem á Provincia os alentos com que bravamente vae resistindo á improvisação dos governantes – os homens de que Angola precisa – teem de haver-se agora com o poder central! Está creado, está gordo, está apetitoso! Pois tanto melhor; não faltam apetites em Loanda, no Terreiro do Paço! Sempre houve grandes interesses a parasitar os grandes heroísmos! Foram esquecidos, abandonados – mas agora já vale a pena cuidar da sua ventura, zelar os seus interesses, acudir maternalmente ás suas necessidades” (GALVÃO, 1929, p. 103)

A função dessas instituições centrais na política colonial é vista por Galvão como algo de caráter parasitário, oportunista; de homens de gabinete que aproveitam do trabalho exercido pelos que labutam no chão da colônia. Além disso, a morosidade é um grande problema apontado por ele, como a lentidão dos trâmites burocráticos, de decisões e documentos presos em várias instâncias e repartições públicas. Para piorar, Angola é muito grande e a burocracia ligada ao Terreiro do Paço, de função decisiva, está centralizada em Luanda, o que significa que, além dos trâmites burocráticos, toda documentação que vá para outros sítios ao interior da colônia devem enfrentar a lentidão dos transportes, tendo em vista que a infraestrutura da colônia estavam em más condições. A falta de eficiência institucional é um grande fator de atraso, um grande empecilho ao desenvolvimento das colônias, e a isso Galvão atribui ao parasitismo do Terreiro do Paço:

“É o poder absorvente do Terreiro do Paço – a grande cortina safada, oleosa e opaca, que nos separa do resto do Paiz. No entanto, para além d’esta cortina, n’esta Angola maravilhosa, encontra-se frequentemente, consoladamente, razão de mais peso e alento de mais substancia, do que o passadismo doentio dos nossos festeiros patrióticos, para acreditar nos destinos da Raça e confiar, sem sebastianismos faceis, no nosso dia de gloria. São os trabalhadores de Angola quem n’o los dão” (GALVÃO, 1929, p. 105)

Galvão inclui o termo “Raça” nesse trecho para confirmar um projeto imperial de perpetuação dos portugueses como uma grande nação, como uma raça específica. Os grandes promotores desse projeto não são para ele os burocratas de gabinete, aqueles que de caneta em mãos assinam despachos ou outros documentos concernentes à política colonial de Estado, mas pessoas comuns, portugueses que vão para a colônia construir suas vidas e assim construir o império, perpetuando a raça portuguesa por territórios fora da metrópole. E a referência ao destino da raça ou ao dia de glória é a característica essencial de um discurso nacionalista português, que vê no império o futuro da nação, e portanto a sua razão de existência. Os sujeitos

ativos responsáveis por essa razão de existência e futuro são, nessa opinião de Galvão, os portugueses comuns – a linha de frente da colonização.

E, para provocar a ira de nacionalistas da situação, o Galvão nacionalista opositor mais uma vez faz uma comparação entre Portugal e outro país colonizador de maior desenvolvimento, indicando que há um modelo a ser tomado de exemplo:

“Simplesmente não lhes pesa em cima um Terreiro do Paço! (...) No Congo Belga, onde a colônia portuguesa é numerosa, os nossos compatriotas são valores de primeira grandeza. Ha um governo que os compreende e que os respeita – não ha um Terreiro do Paço que os explore e os irrite” (GALVÃO, 1929, p. 107)

A concepção de Henrique Galvão quanto à colonização já demonstrada até aqui é bem semelhante à de Norton de Matos. Em Angola, Matos foi governador-geral (1912-1915) e alto-comissário (1921-1924) – após período como Ministro das Colônias em 1915, sendo atribuída a algumas de suas decisões políticas a crise angolana que teve ápice em 1923, e que lhe rendeu a demissão do cargo no ano seguinte. Norton de Matos proferiu em 1924, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, a conferência de título *“Mentalidade Colonizadora dos Portugueses”*, publicada em seu livro *“A Província de Angola”* (1926). Ele elege a colonização dos domínios do ultramar por brancos como principal questão, afinal só assim se garante a soberania sobre esses territórios, e cuja resolução se faria dedicando todo o esforço a Angola (e Moçambique). (CASTELO, 2007, p. 66)

Em territórios ultramarinos a colonização portuguesa privilegiaria a fixação de caráter rural de famílias de agricultores agrupados em aldeias, de preferência famílias de mesma região geográfica, no intuito de se reproduzir uma organização já existente e tradicional na metrópole, de relações de parentesco e vizinhança. Nada seria possível sem uma infraestrutura que permita esse empreendimento, portanto é necessário o investimento em condições econômicas, higiene e conforto que atraia e mantenha os colonos. Enquanto essa infraestrutura não ficasse pronta, deveria ser incentivada a colonização de “trabalhadores do mar”, formando povoações de pescadores sobretudo em praias ao sul de Angola onde o peixe é abundante e os resultados seriam imediatos (ibidem, 2007, p. 66-67).

Além da infraestrutura necessária, há a questão da moralidade dos colonos, que Matos exemplifica principalmente com as relações com os africanos, defendendo como negativa a miscigenação com os negros, em acordo com as avaliações de Galvão no livro de crônicas:

“(...) é necessário ter a certeza de que eles [os colonos] encontrarão no local onde se fixarem campo vasto para o seu trabalho e a sua condigna remuneração, condições higiénicas e comodidades que lhe permitam viver com conforto vida farta e fácil e multiplicar-se em gerações futuras cada vez mais prósperas, um meio de moralidade, o afastamento possível da possibilidade de cruzamento com a raça preta, um ambiente material e moral superior ao que deixaram nas suas terras da Metrópole” (MATOS, 1926, p. 26-27)

Ao se chegar ao território ultramarino, cada família de colonos deveria receber uma casa modesta e confortável e que ao se passar cerca de 15 anos seria passada para sua posse. O Estado deveria fornecer também o atendimento médico, técnico e religioso. Assim, para se erguer o império português no mundo como fator de propagação de nacionalidade e existência de Portugal, Norton de Matos defende a emigração de “elites”, ou seja, técnicos, intelectuais, profissionais liberais e membros do clero católico, paralelamente à emigração de famílias de agricultores:

“Sem técnicos, sem homens de ciência, de alta cultura intelectual e moral, de alta educação que, em grande número, se vão fixar em Angola, para enquadrarem, orientarem e levantarem rapidamente a um nível superior os núcleos dos colonos formados com os magníficos elementos do nosso povo, não será possível a rápida realização da Angola portuguesa que todos tão ardentemente desejamos. (...) Angola, toda a África portuguesa, nada fará sem que os elementos superiores da nossa raça, os sábios, os artistas e os homens de alta moralidade para ali vão como chefes e guias indispensáveis ao bem, à grandeza e ao prestígio da Pátria” (MATOS, 1926, p. 26-27)

O que fica expressado nessa concepção de Norton de Matos é uma organização da produção sob uma perspectiva nacionalista, na qual cada componente, ou cada classe social, desempenha seu papel específico na edificação do império. Os técnicos, ou intelectuais, a “elite pensante”, teriam a função de chefia e controle sobre os processos produtivos na colônia, responsáveis pela organização. Caberia a esses “guias indispensáveis” a organização necessária à integração dos processos produtivos – e entre as ações mais conhecida de Matos, estava a construção de estradas, caminhos de ferro e portos para dinamizar o transporte na colônia.

Muitas das ideias de Norton de Matos foram executadas em seu governo na década de 1920 em Angola, de maneira a se fomentar a colonização efetiva do território. Investiu-se em reformas administrativas e incentivou a fixação de funcionários públicos, agraciados com melhores vencimentos, e também a fixação de trabalhadores. Incentivou-se também a ida de técnicos com concessão de subsídios a alunos de engenharia dispostos a irem a Angola, e

também se incentivou a ida de mulheres para controlar o desequilíbrio demográfico de muitos homens para poucas mulheres. Outra política posta em prática foi a do apartamento racial, que encontrou oposição por vários capitalistas que viam nisso um entrave à procura de mão-de-obra barata e abundante (CASTELO, 2007, p. 82).

O governo seguinte ao de Norton foi o de Vicente Ferreira, o alto-comissário em exercício à época em que Galvão escreveu as crônicas. Ferreira também apostou na política de colonização branca em Angola, com facilidades como concessão de crédito agrícola e a promulgação do *Estatuto Orgânico dos Serviços de Colonização*, objetivando facilitar a fixação e a soberania da “raça portuguesa” em Angola, por via de dois tipos de colonização: a coletiva, por aldeamentos rurais e a singular, com agricultores isolados a explorar herdades médias. O diploma também previa estabelecimento de orfanatos coloniais e colônias penais como fontes subsidiárias de colonização agrícola, mas não chegaram a se realizar (ibidem, 2007, p. 83).

Apesar de “Em Terra de Pretos” não estabelecer elogios específicos a Norton de Matos, mas críticas diretas a Vicente Ferreira, a visão de mundo é bem próxima àquela expressa pelo primeiro em seus projetos, condensados na conferência em Coimbra. O caráter racial da colonização, o papel do Estado como fomentador e organizador da produção e os cuidados morais como condições indispensáveis para a construção do império (perpetuação nacional; missão histórica) são pontos comuns entre as concepções de administração colonial de Henrique Galvão e Norton de Matos.

1.2. Crítica ao modelo colonial vigente: governador do distrito de Huíla (1929)

Henrique Galvão escreveu “Em Terra de Pretos” enquanto cumpria pena de degredo. Como se verifica na obra, cada crônica leva data e local em que foi escrita. Não escreveu só em Lubango – maior cidade do distrito de Huíla, para onde Galvão foi enviado – mas em outras localidades, incluindo Luanda. Como criminoso político, oficial militar e dissidente da situação, e não um opositor radical de esquerda (como os comunistas e anarquistas), gozava de alguns privilégios: além de ter embarcado como passageiro e não como carga de porão, essa não privação de ir-e-vir e o tempo livre para colher observações e sintetizá-las no papel é situação bem diferente da dos degredados “comuns” – aqueles que causavam ojeriza na

população da colônia, temor das autoridades e que trabalhavam em oficinas ou granjas destinadas a degredados (NETO, 1964, p. 190-191). O fado de Galvão foi, pois, bem diverso⁴² do que provavelmente foi reservado àqueles bombistas que embarcaram, sob mira de espingardas, no porão do Pedro Gomes.

Retornado à metrópole em 1929, depois de cumprir pena, seis meses depois já regressava a Angola onde já teria para si cargos importantes: chefe interino do gabinete do Alto Comissário, no caso Filomeno da Câmara (um dos *Fifis*) e governador do distrito de Huíla. Desse mandato como governador de distrito resultou um relatório, publicado em 1930.

1.2.1. Antecedentes e contexto dos governos em Angola sob regime de alto-comissariado

José Norton de Matos foi governador geral de Angola entre os anos 1912 e 1915, trazendo uma concepção modernizante de gestão que tinha como finalidade o desenvolvimento dos processos produtivos na colônia, a integração econômica e ainda, em contexto da 1ª Guerra Mundial, a preocupação de manter os interesses da soberania portuguesa contra interesses de potências em anexar territórios. Foi entretanto demitido do cargo, retornando em 1921 já como alto-comissário. Como governador, não apresentou inicialmente caráter renovador quanto ao povoamento europeu, preferindo atuar em outros assuntos segundo sua concepção modernizante. Como principais medidas nesse período, pretendia modificar o estilo de vida dos europeus fixados, sobretudo em questões habitacionais e estimulando que se fixassem mais ao interior. Nesse programa, criou em 1912 a cidade de Huambo (que posteriormente se chamaria

⁴² A perseguição política em Portugal não é novidade dos anos 1920, sendo que a polícia política foi também recurso bastante utilizado em repressão a opositores durante a 1ª República. A espionagem então, era secular, tendo grande importância já nas grandes navegações do século XV e XVI. Mas especificamente nos anos da ditadura implantada em 1926, a Polícia de Informações – em 1928 concentrando funções de repressão política na Polícia Internacional – foi responsável pela prisão, tortura e desterro de milhares de opositores políticos. Mas é de se destacar que essa polícia e suas sucessoras eram bastante seletivas nas penas a depender das vítimas. Adversários republicanos de matriz democrática e liberal sofreram duras penas, inclusive de desterro, porém muitos, sobretudo os renomados, teriam mais benefícios apesar da dureza e penúria sofridas. Sindicalistas, comunistas e anarco-sindicalistas, como os militantes detidos da Legião Vermelha, acusados pelo regime de associação ao bolchevismo internacional e terrorismo bombista, por suas ideias e classe social sofreriam castigos piores – torturas físicas e psicológicas, desterro aos piores destinos penais (como o caso do militante Bela Kun que, com seus camaradas, foi encerrado na prisão de Ai Pelo em Timor) e mesmo trabalhos forçados. A esses não era concedida liberdade condicional para seguir miseravelmente a vida em seus degredos. Militantes de extrema-direita cuja participação no regime implantado em 1926 foi reconhecida, como Henrique Galvão, sofriam penas mais leves, de caráter mais corretivo. Ainda, como no caso dele e Filomeno da Câmara, poderiam oferecer auxílios necessários à manutenção do regime, inclusive na gestão colonial.

Nova Lisboa) onde não era permitida a construção de casas de adobe, pau-a-pique ou outras semelhantes com técnicas indígenas, portanto arcaicas. Mesmo o bairro indígena deveria ser construído nos moldes modernizantes de ordem capitalista: alvenaria, ruas largas e sanitarismo. A nova cidade, em suas intenções, seria apresentada com modernas práticas de higiene e construção, porém sem perder o aspecto português (NETO, 1964, p. 107-108)

A cargo do governo geral, não apresentou esforços em atrair europeus, mas o contrário: fez retornar à metrópole vários que apresentavam atitudes consideradas como retrocesso – integrados ao modo de vida dos indígenas (ibidem, p. 109). Contra essa “cafrealização indigna”, agindo em nome da modernidade, preferia tentar transformar os europeus coloniais em “*élite*” que impusesse um “padrão de vida superior” e estimulasse com o exemplo os nativos a serem “civilizados” (idem). No contexto de campanhas militares de ocupação e 1ª Guerra Mundial, criou zonas com governo militar que deveriam ser temporários – portanto sem administração civil direta e em estado de exceção, o que nos demonstra que na frente de expansão territorial a ditadura militar já vinha de anos antes de 1926. Pretendeu também a renovação económica, priorizando a agricultura ao extrativismo, vendo o aumento das cotações do milho e suas facilidades de escoamento pela já presente rede de transportes nessas regiões de plantio. Começou projetos de urbanização porém, com a queda da borracha, e não tendo resultados imediatos da exportação de milho, somado à instabilidade dos distritos militares, viveu a realidade da estagnação (ibidem, 109-115).

Antes de sua chegada como alto-comissário, ainda em 1920, propôs projetos concernentes a fixação de colonos brancos em Angola. Primeiramente, pensou em um crédito de 80.000\$00 para instalação de colónia de pescadores de sessenta poveiros⁴³ e indústria da pesca, iniciando em Porto Alexandre (NETO, 1964, p. 115). O plano era iniciar com um povoamento de todo o litoral, já há muito mais povoado porém não completamente, e seguir a um plano maior de povoamento dos planaltos. No interior, colonos rurais receberiam insumos de produção em gêneros e seriam proibidos de empregar mão-de-obra indígena. Nesse projeto, a fixação deveria ser liderada e custeada pelos tesouros da metrópole e da colónia. Apesar de a liderança na organização e custeio estarem como encargo do Estado Restrito, articulações com outros espaços de poder seriam necessárias na tarefa de se fixar colonos: missões católicas deveriam cumprir uma parte da responsabilidade, assim como representantes do Estado Amplo – em especial à Empresa de Colonização de África Lda., a qual receberia vantagens concedidas

⁴³ Naturais da Póvoa de Varzim, localidade tradicionalmente pesqueira.

pelo Estado Restrito. Por ter exigido alto custo em pouco tempo, o plano não chegou a ser realizado, apenas a instalação do primeiro núcleo poveiro. Como alto-comissário, portanto gozando de maiores autonomias em relação ao poder central do Terreiro do Paço, emitiu decretos entre 1921 e 1923 que previam concessões, por parte do Estado R, de grandes extensões de terras a serem arrendadas a privados que criassem gados e produzissem carne ou outros derivados animais. Mas também fracassou. (ibidem, 117).

Fora dos projetos fracassados, concentrou sua ação de fixação de colonos no plano de se permitir a colonização indireta como preparação para a colonização direta⁴⁴. Nesse empreendimento era necessário que o Estado R participasse com **fomento**, visando aumento de produção em contexto de acumulação. Também iniciou a contratação para ampliação dos quadros de funcionalismo, que como já demonstrei anteriormente, atraía pelos benefícios concedidos a funcionários públicos, comerciantes, agricultores, industriais e cientistas – portanto começava por ser atrativo a técnicos, burgueses e outras funções de organização, propriedade e controle sobre produção. Como exemplos, estabeleceu carreiras atrativas a mulheres (professoras e datilógrafas sobretudo) em um momento de concentração de homens, bem como atrativos a operários qualificados, subsídios a estudantes de engenharia (futuros quadros técnicos de gestores de obras e produção), medidas de assistência para não deixar em desamparo colonos recém chegados, incentivo do turismo como tática para colonização indireta e criação de instituições estatais de organização da colonização. Exigia nacionalidade portuguesa a pelo menos metade do pessoal contratado, em gestão ou trabalho, e deu início à criação da Vila Lobito, que deveria ser símbolo isolado de modernização colonizadora no sertão angolano (ibidem, 119-126).

Por consequência de suas ideias modernizantes, de fomento estatal como início e desenvolvimento a médio e longo prazo a depender da evolução da integração econômica, suas ações foram bastante onerosas aos cofres públicos e por isso recebeu severas críticas. O período era de crescente crise econômica colonial, com desvalorização das principais *commodities* angolanas em mercado internacional e valorização de outras. Em seu governo foi registrado aumento de população branca já entre 1920 e 1922, sendo que José Pereira Neto afirma que em 1924 contava mesmo um aumento de 75% (p. 131). Em questão de progresso na economia, foi

⁴⁴ Indireta, portanto de trânsito mais livre, de emigrantes dispendo de algum capital à procura de residência e trabalho que lhes forem disponíveis. A direta já seria a colonização planeada e dirigida pelo Estado R, portanto pelo Ministério das Colónias, destinando emigrantes, devidamente selecionados segundo critérios de competência técnica e demanda, a localidades específicas e previamente estabelecidas, recebendo auxílios.

registrado aumento de exportações, porém os ganhos eram mais aparentes que real, devido à desvalorização monetária em tempos de crise (idem). Ainda assim, o historiador J. P. Neto, entusiasta do colonialismo, elogia a ação governativa de Norton de Matos em Angola destacando-o como “excelente” no cumprimento do objetivo de integração (ibidem, p. 132).

Norton de Matos em sua concepção de mundo modernizante prezava pelo modelo fomentista, assimilacionista e descentralizador (PAULO e SILVA, 2001, p. 283). Tendo a lucidez de um gestor que presume o desenvolvimento econômico por meio da constituição de condições gerais de produção, indispensáveis à integração necessária, investiu sobretudo nas áreas de infra-estrutura⁴⁵. Ficou célebre pelos cerca de 15 mil km de estradas construídas até 1915, criação da Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (que originaria a Diamang), fundação de Huambo e Vila Luso, criação de escolas para raparigas indígenas, parque municipal em Luanda, isenção de impostos à exportação de milho, proibição de venda de bebidas alcoólicas a trabalhadores indígenas, publicação do *Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província* e extensão da assistência médica aos indígenas⁴⁶ (idem).

Estudou Matemática em Coimbra e, além de maçom, frequentou a Escola do Exército, onde teve, além de várias outras, leituras de Proudhon. Em 1898 esteve à frente da repartição de agrimensura na Índia portuguesa e, entre outras funções, na Direcção de Obras Públicas. Na Índia, segundo testemunha de sua irmã, foi onde começou a formular a ideia de “nação una” (SILVA, 2003, p. 175-176). Em seu governo a partir de 1912, teve como um dos pilares de modernização capitalista a abolição da escravatura, defendendo que a partir do *ultimatum* que derrotou o projeto do mapa cor-de-rosa o colonialismo português deveria seguir para um rumo mais pragmático, tendo como referenciais a visão de mundo e ação colonialistas de Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, António Enes e outros (ibidem, pp. 177-179). Segundo

⁴⁵ Na definição de João Bernardo, “condições gerais de operacionalidade das unidades produtivas” e “condições gerais da operatividade do mercado”, que incluem redes de produção e distribuição de energia, redes de comunicação e transporte, fornecimento de água e tratamento de esgoto, coleta de lixo, preparação de ambientes físicos para instalação de processos de produção, sistemas de informação e relação entre consumidores e produtores, armazenagem e outros denominados genericamente como “infra-estrutura”. (BERNARDO, 1991, p. 161).

⁴⁶ Além das condições gerais de produção citadas na nota anterior, referente ao que é comumente chamado de infra-estrutura, vejo que nessas medidas Norton de Matos também investiu em “condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho”, concernente a estabelecimentos e ensino, assistência sanitária e urbanismo em sentido lato, como função de qualificação e reprodução da força de trabalho; “condições gerais da realização social da exploração”, incluindo o urbanismo em sentido lato e as instituições repressivas (demonstrarei as medidas de Matos na repressão); e “condições gerais da operatividade do processo de trabalho”, com centros de investigação e inovação tecnológica, a fim de assegurar a reprodução do trabalho e o controle e organização por parte de capitalistas. Apesar de os conceitos já indicarem do que se trata, tratarei melhor sobre a teoria das Condições Gerais de Produção adiante já com o governo distrital de Henrique Galvão em Huíla.

Armando Malheiro da Silva (2003, pp. 179-181), esses portugueses, com Norton e João Belo – mas rastreando desde Sá da Bandeira –, sejam monarquistas ou republicanos, estariam filiados às concepções de programa colonial de Jules Ferry⁴⁷ e também Paul Leroy-Beaulieu⁴⁸.

As filiações e relações na visão de mundo de gestão de Norton de Matos aparentemente mostram contradições, mas há sentido. Suas predileções juvenis pelas leituras de Proudhon não o fizeram um anarquista – assim como não fizeram anarquistas os fascistas da *Action Française* e *Cercle Proudhon*. Assim como não era integralmente um liberal pelas predileções aos intelectuais gestores franceses citados, também não podendo ser considerados liberais puros da utopia do *laissez-faire*. De Beaulieu vem também a tradição saint-simoniana, o que não o fazia um socialista – assim como Saint-Simon não rompia com a ordem das relações capitalistas. Adepto da descentralização administrativa e autonomia financeira, não deixava de lado o centralismo das posições dos esmagadores do reino de Gaza. Republicano de paradigma fomentista e modernizador, filiado a um “nacionalismo pró-capitalista”, liberal e filantrópico, com raízes também no liberalismo antropológico de cariz positivista de Sá da Bandeira (ibidem, pp. 180-181), de onde tirou sobretudo a lição de que o desenvolvimento do capitalismo seria incompatível com a mão-de-obra cativa e não assalariada da escravidão, a mim parece que Norton de Matos expressava em sua visão de mundo e em sua ação administrativa a consciência de uma organização capitalista corporativa, na qual aparentes contradições ideológicas são sintetizadas na estruturação pretensamente harmônica entre classes sociais e na articulação pragmática entre Estado R e Estado A.

Se João Pereira Pereira Neto elogia⁴⁹ Norton de Matos, o mesmo não se dá na análise de Douglas Wheeler, explicitamente crítico da obra colonial e da longa ditadura portuguesa. Além do racismo paternalista de Matos em relação à força de trabalho indígena, que tratarei mais adiante, Wheeler rastreia no governo de Norton de Matos – especificamente em relação à administração e tratamento da população indígena – as bases do autoritarismo do Estado Novo e assim reforço meu argumento de que sua concepção era corporativa. Diz ele que Matos foi o

⁴⁷ Republicano e colonialista francês, pensando a expansão colonial francesa, tinha programa de protecionismo de mercado colonial com livre-cambismo e autonomia administrativa, considerando que as colônias deveriam absorver o excedente de produção da metrópole industrializada. (SILVA, op. cit., pp. 180-181).

⁴⁸ Economista francês lido por Matos, dizia que o empreendimento colonial não deveria servir somente à conquista ou satisfação de interesses mercantis da metrópole, mas levar adiante um projeto de modernização e desenvolvimento da própria colônia objetivando, em futuro, autonomia econômica. Criticou também o modelo colonial português, atribuindo não à pequenez metropolitana, mas à péssima administração central todos os erros que poderiam ameaçar a soberania portuguesa em África (SILVA, op. cit. p. 180).

⁴⁹ J. P. Neto doutorou-se no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina de Lisboa, em 1964, orientado por Adriano Moreira.

“principal responsável pela destruição do movimento nacionalista angolano e pelo atropelo às liberdades cívicas, com o objectivo de alcançar uma «unidade» política absoluta em prol do desenvolvimento económico” (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 174) e “Foi ele quem estabeleceu os precedentes legislativos e executivos para uma repressão política eficaz de todos os movimentos políticos” (idem). Inicialmente permissivo com associações republicanas em Angola, passou a demonstrar desconfiança em relação aos angolanos, em especial os mais instruídos (sobretudo os “assimilados”) e perseguiu e encerrou associações, jornais e sindicatos de assimilados suspeitos de “nativismo” ou propagadores de ideias independentistas, deportando várias lideranças. Tudo sob pretexto de seguir adiante um projeto de desenvolvimento econômico na colônia. Sendo um dos “cirurgiões de ferro”, “(...) o homem que lançou os alicerces do reino de silêncio que vigorou durante o Estado Novo. O fim deste período de liberdade de imprensa e de associação em Angola começou com Norton de Matos, e não com Salazar” (ibidem, p. 175).

O programa de fomento de Norton de Matos em Angola dividia-se em três objetivos no âmbito de se constituir condições gerais de produção: primários (caminhos-de-ferro, portos, estradas, habitações para funcionários públicos, colonos e operários; secundários (hospitais e enfermarias, ações de profilaxia, urbanização, comunicações – telefonia, telegrafia e rádio –, navegação de cabotagem e fluvial, farolagem e criação de quarteis); e terciários (organização de serviços de geologia, geografia, astronomia e meteorologia, construção de laboratórios médicos e veterinários e criação de institutos de investigação científica) (SILVA, 2003, p. 188). Seu projeto desenvolvimentista, portanto, tratava primeiramente de implantar as condições de integração econômica em Angola, sem perder de vista a soberania do Estado nacional na direção, mesmo que com articulações com empresas privadas.

Retorno à questão de críticas sobre sua onerosa administração. O fomento estava essencialmente na base dos recursos, todavia era necessário contrair empréstimos e pagar dívidas, abrindo para capitais estrangeiros investirem. Ainda assim, o crédito gerava novas dívidas, pioradas com a situação orçamentária e financeira em tempos de crise econômica. Seu plano era o de executar os objetivos em um prazo de uma década, mas conseguiu chegar a apenas três anos sem os resultados pretendidos. Por isso, foi acusado de não tomar cuidados com o saneamento financeiro e de ser imprudente no crescimento de despesas. Recebeu aconselhamentos de Quirino de Jesus, porém com discordâncias, além de ter desavenças com o Banco Nacional Ultramarino e depois com o Banco de Angola sob direção de Cunha Leal, crítico de Norton de Matos assim como posteriormente seria crítico ferrenho da política

financeira de Salazar (ibidem, pp. 188-191). A concepção modernizadora, desenvolvimentista e nacionalista de Matos custava caro a um Estado sem grande orçamento, reservas de ouro ou divisas estrangeiras, fazendo com que saísse do governo de Angola com a culpa de quase ter levado a colônia à bancarrota.

Após a demissão de Norton de Matos, os alto-comissários interinos que seguiram tiveram que propor e agir em regime de austeridade, “enxugando” os gastos implantados por Matos. Em 1926, o engenheiro Vicente Ferreira, também republicano conservador e militar de carreira do Exército, foi o primeiro alto-comissário da ditadura militar, tendo já exercido funções de ministro (Interior e Colônias) – um dos principais responsáveis pela criação do Banco de Angola em 1926 e gestor colonial presente nos debates e negociações a respeito de ampliação nas redes de transportes nas colônias.

Vicente Ferreira, apesar de toda política de austeridade requerida na gestão capitalista de Angola em crise, tomou posse pretendendo retomar as ações de Norton de Matos, sobretudo no âmbito de fixação de grandes massas de colonos europeus. Angola, em suas intenções e projetos, deveria ser considerada “o segundo Brasil ou terceiro Portugal”, o “destino natural” para excedente populacional metropolitano, estabelecendo critérios e reverberando a propaganda das qualidades do que seria o tipo de colono ideal, selecionando os emigrantes pelo julgamento do caráter, idoneidade, aptidões físicas etc. (NETO, 1964, pp. 139-140). Seguiu os passos do titular anterior prosseguindo com a ideia de que o Estado R deveria acolher e preparar os projetos de constituição das condições gerais de produção, assim como a proibição de uso de mão-de-obra indígena por colonos brancos.

Como assistência à sua gestão, Ferreira contava com intelectuais como Torres Garcia, que fazia estudos das condições angolanas a fim de direcionar as políticas. A concepção desse intelectual seria a de transformar Angola em uma “colônia propriamente dita”, priorizando a fixação de colonos rurais nos planaltos, estimulando a exploração das riquezas do solo e tomando como princípio geral a **nacionalização** (ibidem, p. 141). Seguindo as orientações de seus intelectuais tecnocratas, em 1927 Vicente Ferreira institui o crédito agrícola e de colonização, porém sem muitos resultados. Também tentou implantar as missões rurais de colonização para consolidação dos planos, aos poucos atribuindo a serviços especializados “a orientação dos esforços de intensificação do povoamento europeu”, criando o *Estatuto Orgânico de Serviços e Colonização* e contratando técnicos gestores, uma camada média de tecnocracia, para organizar as bases de sua política de povoamento, recorrendo inclusive à

propaganda para atrair e recrutar colonos (ibidem, pp. 145-147). Mesmo assim, ciente da austeridade que deveria impor aos gastos, e diante das várias demandas a serem cumpridas dentro de uma administração determinada por entraves burocráticos, não conseguiu fechar seu mandato com muitos avanços no prosseguimento das políticas lançadas por Norton de Matos.

O sucessor titular de Vicente Ferreira foi Filomeno da Câmara. Também oficial de carreira, só que da Armada, Filomeno teve carreira em Timor. Integrante dos círculos de republicanos conservadores, e assim como António Ferro entusiasta do fascismo de Mussolini e de Primo de Rivera, foi dirigente da organização fascista Cruzada Nun'Álvares e, sempre próximo a Sinel de Cordes, um dos principais líderes da insurreição de 1925 conhecida como “Golpe dos Generais” – evento que antecederia o golpe de 1926 que implantou a ditadura militar. Mantendo-se ainda à extrema-direita do próprio regime, representante de um fascismo de tendência mais radical e de massas, era ao lado de Fidelino de Figueiredo, outro fascista radical, chefe do falhado golpe dos Fifis. Portanto um dos integrantes da direita mais radical do regime que, após a tentativa de golpe, foi punido com a nomeação a alto-comissário de Angola em 1929. Sua liderança operacional da intentona fascista radical, Henrique Galvão, o acompanhou no degredo, tendo sido seu chefe de gabinete antes da nomeação a governador do distrito de Huíla.

Como uma das primeiras medidas sendo alto-comissário de Angola, Filomeno vetou a autonomia das missões rurais de colonização, estando agora subordinadas aos chefes de circunscrição civil assistidos por conselhos de colonos, mas restaurando sobre essa instância a direção dos governadores de distrito (NETO, 1964, pp. 158-159). Tendo que gerenciar Angola sob condicionamento de redução de receitas, ainda que com crescimento nas exportações de café, milho e diamantes, Filomeno da Câmara iniciou o desmonte de vários serviços implantados por Norton de Matos e Vicente Ferreira nas políticas de colonização rural. Retirou dos colonos várias assistências técnicas, seguindo as diretrizes que lhe foram impostas de aumentar receitas e reduzir o déficit, adotando “as providências de carácter excepcional que tornassem possível na província a administração desejada” (ibidem, p. 161).

Entre as ações de reforma financeira e políticas de austeridade, extinguiu algumas instituições, entre elas a Junta Central de Crédito Agrícola de Angola. Por tais desmontes, recebeu críticas de Torres Garcia, tecnocrata de Vicente Ferreira, atento às mazelas e misérias a que algumas zonas de colonização iam sofrendo, assim como o crescente pauperismo e falta de assistências aos colonos – como interrupção de fornecimento de força de trabalho indígena

a colonos autorizados, fome, paludismo e a falta de assistência médica que causava mortes de mulheres e crianças. Em reação, alguns colonos protestavam e em consequência eram espancados, detidos ou mesmo expulsos de seus locais (ibidem, p. 162), como é comum a uma gestão autoritária e centralizadora em tempos de políticas de austeridade financeira. Como uma alternativa de intensificação da exploração do trabalho em contexto de acumulação rápida na tentativa de amenizar o déficit dos cofres públicos e aumentar os lucros de empresários, Filomeno continuou a política de seus antecessores na instalação de colônias penais onde os condenados trabalhariam, com algumas concessões, na produção agrícola, supervisionados e controlados por militares.

Contudo, perante todos os contingenciamentos de “rombo” orçamentário, a gestão autoritária de Filomeno procurava equilibrar-se no desmonte de instituições e assistências consideradas onerosas, nos ritos burocráticos, no estímulo à intensificação da exploração do trabalho e no gerenciamento de conflitos sociais. Nesse último aspecto, enfrentou uma revolta de colonos a qual matou um de seus secretários. Ainda que a repressão tivesse surtido efeito no desmantelamento da revolta, o então ministro interino das Colônias, António Oliveira Salazar, em solução de apaziguamento de contestações e equilíbrio entre as divergências das direitas da ditadura, solicitou a demissão de Filomeno do cargo de alto-comissário. Curiosamente, mas não é difícil imaginar os motivos, sua gestão não mereceu tantas críticas de Henrique Galvão – que também curiosamente não é qualificado como fascista por seus biógrafos quanto ao seu pertencimento ao grupo dos Fifis, que preferem a alcunha mais geral de “radical” de direita vindo de meios militares.

1.2.2. O “Relatório de Huíla” (1929)

Governando Huíla entre Fevereiro e Junho de 1929, redigiu e pôs a publicar um relatório de seu governo, *“Huíla: Relatório de Governo”*, cuja data de edição é do mesmo ano, mas a de publicação é do início do ano seguinte. O livro é dividido em duas partes: “O Meio”, na qual contextualiza as situações políticas e ideológicas da colônia e “O Governo”, na qual será mais específico em se tratar das experiências administrativas no distrito de Huíla e na qual contará seus feitos como governador.

Na apresentação do relatório, tenho alguma divergência com Zilhão (2006, pp. 09-10) acerca de seu caráter e de sua importância documental, quando esse historiador afirma que Henrique Galvão mostrou um olhar demasiado exterior perante a realidade angolana. De fato, Galvão realmente não se importou em documentar nos detalhes como eram os hábitos, as visões de mundo e o funcionamento das sociedades africanas como faria em obras mais tarde, mas também não era essa a intenção, já que se trata de um documento prático de uma atividade administrativa e de defesa ideológica de um projeto empreendedor colonial. Não me parece que Galvão tenha tido um olhar demasiado externo a Angola ou à África em geral, pelo contrário. Vejo que sua análise só é possível inserindo-se na realidade colonial, mas pela perspectiva de um administrador – ainda que novato, portanto a constatação óbvia do olhar externo – que tem a tarefa de gestor-colonizador, presumivelmente colocado por si mesmo como superior naqueles territórios. A importância documental deste relatório está em como o autor interpreta a realidade e como, segundo sua perspectiva ideológica, pretende interferir – dentro das possibilidades de um inexperiente administrador.

A introdução do livro vem com duas epígrafes: uma de um ex-governador de Huíla entre 1908 e 1910, João de Almeida, que diz que é obrigação moral do governante prestar contas em relatório (o que era comum a outros administradores coloniais após conclusão dos mandatos). A outra, em francês, é uma citação de Pierre Daye, jornalista belga que em seu país foi notável colaborador nazista e membro do movimento fascista *Rexisme*. Esse diz, com um trecho de seu livro *Congo et Angola*, que a vivência em um mundo novo acarreta transformações nas ideias, exigindo uma renovação contínua de julgamentos. Desse último autor é que Galvão inicia o capítulo primeiro do relatório, de sua preocupação expressa em *Congo et Angola* quanto a falta de métodos e doutrina coloniais da Bélgica em seus domínios ultramarinos. A preocupação e o lamento são os mesmos de Henrique Galvão sobre a realidade portuguesa:

“Não temos uma doutrina colonial, nem um espírito colonial, nem um método colonial (...) Esta falta duma doutrina colonial resulta em grande parte na ausência duma Política Colonial. A falta de uma e outra, eliminam, de entrada, a possibilidade de ideias coloniais práticas e eficientes. E assim as colônias – e porque o nosso caso neste trabalho se localiza em Angola – assim Angola se arrasta, aos baldões das ideias, mais ou menos secretas, nos seus Altos Comissários ou Governadores Gerais, da sua vontade muito pessoal, dos seus caprichos, muitas vezes. E nem essas ideias, que o crânio de Suas Ex^{as} tem, na maior parte dos casos, recolhidamente guardado, nem a sua vontade, nem os seus caprichos, podem dizer-se ligados, ou provenientes, duma grande ideia, ou duma grande vontade nacional sobre os destinos do nosso Império

Colonial. Ora, onde falta uma *Ideia* abundam muitas ideias. Exactamente porque não há só *Uma* aparecem muitas... Geralmente, cada Ministro das Colónias trás as suas ideias, os seus métodos os seus pontos de vista. Essas ideias não são as do País – porque o País não as tem” (GALVÃO, 1930, p. 03-04)

Assim como o fez no seu livro de crônicas, mas agora na intenção de dar uma evidente carga política à sua escrita, Galvão denuncia uma falta de doutrina colonial dirigida por cima, uma falta de unidade de pensamento que possa reger as políticas coloniais. Ao contrário disso, o que ele observa são variedades de ideias que se modificam de acordo com a chegada ou saída de algum administrador, mais ligadas a interesses pessoais que a interesses coletivos. Para Galvão isso é uma degradação do valor da nacionalidade; é o perigo que assola o futuro do império pela falta de uma política colonial que estabeleça a hierarquia de ordens superiores a fazer funcionar a nação portuguesa, no sentido alargado que inclui as possessões ultramarinas (ibidem, p. 04).

A falta de unidade de pensamento e a falha de comportamento em que cada um deveria exercer o que lhe é da função de acordo com seus cargos ou posição social são, para Galvão, um problema de falta de consideração de patriotismo. Os conflitos de ideias existentes são, na verdade, conflitos pessoais, nocivas ao império que só sobreviveria e se desenvolveria se se seguisse **ideias superiores**, tendo conexão com o todo nacional. Ainda diz sua experiência como governador, da dificuldade de se governar sem ter um chefe, uma ideia superior ou indicações definidas (ibidem, p. 06), em uma clara defesa de planificação ideológica e hierarquia administrativa. Seus elogios, nesse sentido, vão à obra de João de Almeida quando foi governador em Huíla (1908-10), esclarecendo que não tem relações pessoais com tal (àquela altura), mas que admira sua obra e seu exemplo de patriotismo.

Galvão reforça a ideia de que não é possível governar e realizar o projeto colonial sem uma orientação superior. Mesmo tentando fazer isso em apenas uma parte, como no caso de Huíla, é impossível que dê certo, tendo em vista que é preciso a integração com a totalidade do império, centralizada em uma política colonial orientadora das ações, livre de personalismos. Segue dizendo que governar é uma função objetiva e não subjetiva, portanto sendo necessário eliminar todos os “impulsos, todas as paixões, todos os instintos”, com imparcialidade e espírito de finalidade (ibidem, p. 07). Dessa maneira, a condição básica do triunfo de um governo estaria na complementação da colaboração dos governados. Para livrar-se dos vícios do personalismo e da falta de uma doutrina superior, é necessário criar uma situação moral na política na qual

“servir o País” seria diferente de “servir-se do País” (ibidem, p. 08) e dessa maneira Galvão, que ao longo de sua produção não conseguiu esconder a vaidade, faz críticas à vaidade na política.

Essa condição moral, que segundo ele não está nos tratados ou nas leis, deve ser a base de um governo. Contra grupelhos, clãs e partidos em embate, deve-se guiar o governo apenas pelo bem superior, a construção do grande império de Portugal, devendo o governador ter o “Meio” (os governados, a paisagem e as instituições organicamente orquestradas) consigo, “acima de partidos, simpatias ou malquerenças pessoais e de intrigas sem interesse” (ibidem, pp. 09-10). Desta forma, expressa uma crítica nacionalista e corporativa contra características atribuídas aos liberais democráticos.

E para definir a prática que seu governo deveria realizar, no que diz respeito à colonização e organização das atividades produtivas e do desenvolvimento do distrito na colônia, mais uma vez Galvão espelha-se na doutrina/ação política de João de Almeida: este definia seu governo pelo lema de “Pacificar, Organizar, Colonizar”. Galvão, lamentando uma orientação superior em política colonial, definiria a sua gestão em “Ocupar-Organizar-Colonizar” (ibidem, p. 10). A tarefa agora seria de ocupar, já que a fase de expansão militar, da “pacificação” pelas metralhadoras, obuses e espingardas, já estava avançado. Assim, o sentido é de ocupar economicamente, antes pela ação de estradas que pela força de armas (idem). Aqui, Galvão refere-se um dos grandes problemas da colônia – o qual Norton de Matos já se preocupava também: o de transportes, especificamente terrestres. Até oito anos antes do mandato de Galvão, a colônia quase não contava com estradas, tendo que escoar os produtos agrícolas do interior por meio de carregadores humanos ou carros bôeres, o que saía caro e era lento. As três vias-férreas começaram a ser construídas em fins do século XIX ou início do XX, sendo concluídas ou expandidas já por volta da década de 1920. A linha de Moçâmedes, que atendia Huíla, já fora sugerida em 1866 pelos exploradores Capelo e Ivens, tendo iniciada sua construção apenas em 1904 e chegando a Sá da Bandeira (Lubango), capital do distrito, somente em 1923 (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 113). A construção de um projeto de integração econômica entre as unidades produtivas que dariam eficiência ao desenvolvimento da colônia, vivendo ainda os efeitos de sua crise financeira⁵⁰. E Galvão reafirma seu lema: “Ocupar,

⁵⁰ Em 1929 Angola ainda sentia os efeitos da crise financeira, mas na metrópole já se sentia o equilíbrio orçamentário posto em prática pelas medidas protecionistas de Salazar. Apesar de ser desse ano a crise mundial desencadeada em Wall Street, seus efeitos em Portugal só foram significativos a partir de 1931 (ROSAS, 1998, p. 126-137).

Organizar, Colonizar, é, por consequência, todo o programa do governo da Huíla. E dentro dele, Governar não pode ser senão *Realizar*” (GALVÃO, 1930, p. 11).

No segundo capítulo, afirma de início que em Angola há uma instabilidade de governo, marcada por falhas na divisão territorial, um mal que está diretamente associado a uma falta de orientação ou doutrina superior (ibidem, p. 13). Essa afirmação não contradiz a centralização de uma doutrina superior, pois a descentralização aqui refere-se ao poder administrativo dos governadores sobre seus próprios distritos, sem interferências externas centralizadas na metrópole ou em Luanda, não dispensando – se calhar até exigindo – a existência de uma orientação ideológica única, como defende.

Sobre as características demográficas, conclui com uma tabela que a população branca é mal distribuída no distrito, enquanto os indígenas encontram-se por todo o território. De colonos, afirma que apenas os funcionários públicos estão distribuídos de maneira correta. Quanto aos agricultores, acusa que:

“sua vida é difícil, desamparada e, por vezes, miserável, apesar do carácter agrícola que se atribui ao Distrito da Huíla, por parte duma proteção eficiente e duma organização razoável. A maior parte da população agrícola deve-se ao indígena, apesar do abandono a que também tem sido votada a intensificação e aperfeiçoamento das suas culturas” (GALVÃO, 1930, p. 18)

As críticas continuam, dessa vez, assim como no “*Em Terra de Pretos*”, à mentalidade burocrática e improdutiva de funcionários públicos morosos, os “mangas de alpaca”. Necessitaria, sim, de homens de ação, não de gabinete (idem). É a reiteração de sua defesa à eficiência administrativa como fator fundamental de desenvolvimento em uma colônia carente de melhores investimentos em suas atividades. O comércio, abundante, necessitaria segundo ele de uma melhor organização, assim como a atividade industrial também necessitaria. A pecuária, uma atividade também considerada como “indústria”, é exercida majoritariamente pelos indígenas, pelo Estado e pela Cia. De Mossâmedes, guardando em si maiores probabilidades de desenvolvimento e prosperidade que os bancos não se atinam, preferindo financiar o comércio. Sobre o cultivo de gado, a pecuária, coloca esperança ou otimismo nas potencialidades, mas denuncia a falta de investimentos, interesses e iniciativas: “As outras indústrias do Distrito, não só pelas razões que determinam a crise e a confusão do comércio, mas ainda por falta de capitais, de iniciativas e de mercados seguros, são modestas e

grandemente inferiores às possibilidades do Distrito” (ibidem, p. 20). Sintetizando seus pensamentos, na denúncia de um sistema falho e prejudicial:

“Em resumo: A população branca da Huíla, distribui-se pelo funcionalismo, Comércio e agricultura; a sua situação económica, se bem que prometedora, pelo que diz respeito às possibilidades naturais do distrito, não pode dizer-se brilhante. É uma ocupação sem organização. A população indígena, na sua maior parte, ou serve o branco, ou produz apenas o que julga indispensável para as suas necessidades – muito pouco. Na sua quási totalidade, nem mesmo se defende das crises dos maus anos agrícolas, por um aumento de produção destinada a reserva alimentar. As fomes são frequentes” (GALVÃO, 1930, p. 20)

Suas conclusões são as de que 1) a população de Huíla, seja a branca ou indígena, é insuficiente para uma ocupação satisfatória do território, portanto é necessário um equilíbrio demográfico – remediável talvez com a imigração de portugueses da metrópole; 2) as características do meio determinariam a forma econômica de ocupação sendo o negro, “indígena”, o elemento de produção por excelência, e é da intensificação e aperfeiçoamento de suas atividades produtivas que depende o progresso do distrito, até mais que das atividades dos brancos; 3) a atividade dos brancos deveria se orientar para as explorações industriais que tenham como base a produção dos indígenas, e para as funções técnicas, comerciais e burocráticas. E fechando, 4) o distrito de Huíla oferece condições ideais para a fixação de brancos, podendo tornar-se um verdadeiro prolongamento de Portugal em África.

As dificuldades para se colocar em prática essas conclusões, segundo diz, vem da falta da orientação superior que tanto acusa. A função de governador de distrito, assim, seria meramente decorativa, dependente da centralização de infraestrutura e burocrática em Luanda e das decisões de funcionários do Terreiro do Paço que, segundo o autor, pouco ou nada conhecem sobre a realidade colonial. A invasão e confusão de atribuições e a falta de autonomia do governador de distrito, somada à falta de infraestrutura que permita uma integração econômica ágil, seriam para Galvão fatores de atraso ao desenvolvimento colonial.

Chegada a segunda parte de seu relatório, Galvão dará mais foco a essas questões produtivas e de desenvolvimento. Um problema básico em Angola são as falhas técnicas, de ocupação insuficiente para tantos serviços feitos, que trariam também o déficit orçamentário, com despesas mais altas que a receita. Por exemplo, sobre a construção de estradas, construiu-se uma rede vasta em Angola, sob orientação dos administradores locais, como os próprios governadores de distritos. Criou-se entretanto o Serviço de Obras Públicas, o qual gastava

muitos recursos com os vencimentos de muitos técnicos – rendimentos que segundo ele daria para abrir muitas outras estradas (ibidem, p. 31). Além disso, as decisões de serviços ficariam centralizadas em Luanda, dependentes de trâmites burocráticos lentos⁵¹.

Henrique Galvão raciocina até aqui com uma lógica econômica que precede a justificação ideológica de “mística imperial”, considerando que o império constrói-se na prática, em cada cidade, vila, aldeia ou roça, primeiramente constituindo uma base material. As mudanças estão na ordem da “mentalidade”, na presença ou ausência de uma orientação ideológica superior. Para ele, a centralização e a morosidade na ordem burocrática, que não apresentariam modificações substanciais em relação ao regime governativo derrotado da primeira república, são nocivas ao progresso econômico, portanto naquele momento via que era preciso descentralizar e então desburocratizar para simplificar e agilizar o aparato estatal que coordenaria os processos produtivos, julgando que assim seria melhor que a dependência ao ministério sediado em Lisboa.

O exemplo da urgência das estradas é significativo: é uma infraestrutura essencial na integração econômica, necessária ao desenvolvimento econômico por se tratar da logística – do trânsito de mercadorias, força de trabalho e de administradores – de cuja rapidez depende o sucesso da produtividade. Trata-se, portanto, de um fator essencial no capitalismo: a integração dos processos produtivos pelas Condições Gerais de Produção (CGP)⁵². A integração é o que caracteriza o capitalismo, pois sem ela não se processariam os mecanismos de mais-valia relativa responsáveis pelo próprio desenvolvimento do modo de produção (BERNARDO, 1991, p. 159). No âmbito regional de Huíla, Galvão tem essa percepção de que o desenvolvimento se daria pela integração, possível na ação estratégica de logística dos transportes, que era até então o maior gargalo detectado pelo administrador. Dos vários tipos de CGP definidos por João

⁵¹ “No Distrito da Huíla, como em tôda a Colónia, não podem deixar de ser as circunscrições os fulcros da ocupação e Administração Geral (...) Assim o entendemos, e como tal resolvemos proceder em conformidade, dentro dos nossos recursos: desburocratizar as circunscrições e transformá-las, pouco a pouco, nos verdadeiros agentes de ocupação económica do Distrito” (GALVÃO, 1930, p. 31)

⁵² “a integração econômica pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos (...) É a partir daí que as inovações melhor se propagam a toda a economia, de maneira que os custos de reorganização da fabricação são muitíssimo menores do que seriam se o aumento geral da produtividade se tivesse devido à soma das reorganizações de cada uma das unidades produtivas particularmente consideradas. A estes processos fundamentais, necessários à integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, chamo Condições Gerais de produção (CGP). (...) Não deve entender-se aqui produção num sentido meramente técnico, mas em toda a sua amplitude social. As CGP não se limitam ao que geralmente se denomina ‘infra-estruturas’, mas cobrem todo o campo da tecnologia, que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade” (BERNARDO, 1991, p. 157-158).

Bernardo, aqui destacam-se as “condições gerais da operacionalidade das unidades de produção”, referindo-se diretamente a infraestruturas como transportes, energia e saneamento (ibidem, p. 161), elementos básicos para o funcionamento das unidades produtivas⁵³, para circulação de produtos e força de trabalho e à própria sobrevivência e reprodução dessa força de trabalho. As UPP, que em Angola poderiam ser sobretudo fazendas, estabelecimentos comerciais, oficinas etc., só lograriam êxito produtivo se articuladas devidamente com as CGP. No caso dos transportes, gestores mais lúcidos e preocupados com integração econômica, como Henrique Galvão e Norton de Matos, pensam em um modelo que seja mais ágil e em boas condições de manutenção. Evidentemente, estradas em terra batida seriam mais eficientes que as picadas improvisadas, assim como as pavimentadas seriam melhores ainda: permitem o fluxo mais rápido de mercadorias, por exemplo, a outras CGP como portos, agilizando a exportação com o mínimo de desperdícios; permitem também fluxo mais rápido da força de trabalho que deveria ser deslocada de um sítio a outro, ou fluxo mais rápido de gestores a controlar os processos produtivos em um sítio ou outro; e também evitam maiores danos a veículos. Tudo isso, na concepção gerencial modernizante desses administradores, poderia reduzir custos de produção e garantir maior valor aos produtos coloniais constantemente ameaçados na concorrência internacional. Obviamente, a integração econômica pensada assim também garantiria maior produtividade e lucros aos proprietários, com realização de mais-valia e acumulação – com vistas a uma reprodução ampliada no território colonial.

Na questão dos transportes, preocupa-se com o arcaísmo técnico dos modais, pensando na modernização tecnológica nesse setor importante à integração econômica. Perante o arcaísmo de carros de propulsão animal e péssimas estradas, que com a distância e centralização dos serviços em Luanda dificultaria a mobilidade também dos administradores, seria necessária a modernização dos transportes, com mais automóveis – portanto enaltece a obra de Norton de Matos, que construiu estradas e distribuiu carros aos administradores. É a carência de rapidez e a agilidade que animam Galvão nessa ideia. No caso de transporte de administradores, daria mais liberdade de ação para esse grupo social, que agilizaria o desenvolvimento econômico das colônias, auxiliado pela valorização do trabalho de técnicos que deveriam contar com um boletim, com conselhos técnicos e elementos de estatística que facilitassem seus serviços. É

⁵³ Definidas mais especificamente como “Unidades de Produção Particularizadas” (UPP), as quais “não desempenham qualquer função de CGP”, “particularizadas porque, servindo o seu *output* de *input* a um número reduzido de outros processos, não desempenham funções básicas nem centrais na propagação dos aumentos de produtividade. Enquanto as CGP iniciam a generalidade das remodelações tecnológicas e dão aos seus efeitos o âmbito mais vasto possível, cada UPP limita-se a veicular tais efeitos ao longo da linha de produção em que diretamente se insere, e dessa apenas” (BERNARDO, op. cit., p. 158).

uma visão de mundo tecnocrática, em que a gestão seria amparada cientificamente para melhores resultados; portanto o melhoramento para o desenvolvimento econômico de uma nação até então conhecida pelo obsoletismo produtivo. A modernização econômica, no âmbito material e das relações sociais de produção, desta forma seria necessária e indispensável para a manutenção do império português perante os impérios de metrópoles com capitalismo mais desenvolvido.

Pensando ainda nessa perspectiva do desenvolvimento dos mecanismos de produção capitalista na colônia, Galvão defende a ideia de se militarizar a administração, justificando que seria um método de se selecionar os melhores funcionários. No seu argumento, tenta convencer que haveria vantagens de se substituir um mau funcionário por um oficial militar, segundo ele – um militar, nessa altura ainda um tenente – presumivelmente mais idôneo por ser militar. E relacionado a isso, também considera vantajoso

“generalizar aspectos da mentalidade militar, absolutamente úteis num serviço árduo como o das circunscrições: maior espírito de sacrifício e de economia, sentimento elevado do prestígio da autoridade, desembaraço a resolver e actuar e um sentimento de liberdade e engenho nas obras empreendidas, que é incontestavelmente um dos traços mais brilhantes da individualidade dos militares que administraram em África”
(GALVÃO, 1930, p. 33)

Henrique Galvão, já na altura em que as administrações coloniais são civis, defende de uma maneira elogiosa e também saudosista o método militar de administração colonial, e então verifica-se um aspecto importantíssimo em sua visão de mundo. O militarismo na administração, ou seja, a hierarquia e a disciplina rígida militar aplicadas ao âmbito produtivo da burocracia – também uma importante e essencial CGP – poderiam levar a uma maior racionalização possível da organização e controle do trabalho, de maneira a se evitar morosidades pela rapidez que essa divisão hierárquica e rígida supostamente traria. Além disso, essa concepção tecnocrática militarista permitiria a seleção dos funcionários mais produtivos. Portanto, nesse contexto de acumulação que exigia rapidez, em uma colônia onde as rudimentares relações sociais de produção seriam regidas por mais-valia absoluta, Henrique Galvão sugere a militarização da gestão: ordens verticalizadas, nenhuma contestação dessas ordens e tempo de trabalho estendido, como nos quartéis e gabinetes militares.

Outro problema apontado é a situação financeira de Huíla. A crise financeira da província obviamente atinge o distrito. A crítica maior está no fato de que os alto-comissários

dispensaram o auxílio necessário de técnicos especializados em finanças, os únicos capazes de tratarem a situação⁵⁴. Nesse sentido sobram críticas até a Norton de Matos, também por Galvão apontado como o maior responsável pela crise angolana. Esse problema, para Galvão, também se deve à centralização de poderes no Terreiro do Paço acusado de não ter uma doutrina superior, à falta de autonomia dos governadores, à desorientação e à falta de método e ordem (GALVÃO, 1930, p. 65-66), que é o eixo de sua análise em todo o relatório. Um saneamento financeiro seria improvável, em sua análise, pela falta de recursos, então Galvão sugere soluções de contingenciamento: criar novas receitas e comprimir despesas (ibidem, p. 65). Como realizações suas em política fiscal, aplicadas em Huíla, contam: participação de 50% nas receitas alfandegárias de Moçâmedes; participação de outros distritos nas despesas militares de Huíla – por essa ser um distrito de fronteira; a cobrança do Imposto de Sambo, tributando a riqueza pecuária e recaindo mais sobre os indígenas proprietários; e outras taxas (ibidem, p. 69-72).

Para se referir aos gastos excessivos e desnecessários, como formas de falta de inteligência administrativa, Galvão faz a defesa de que colonos africanos são a aposta a curto prazo da colonização portuguesa, não sendo necessário gastar recursos para trazer e qualificar outros vindos da metrópole (ibidem, pp. 74-75). Segundo o autor seria um desperdício e, portanto, uma falha que empecilha o crescimento econômico da colônia, consequentemente afeta a estabilidade do império.

E quanto aos indígenas, o relatório também oferece um espaço dedicado ao assunto, tratando de qual seria o papel dessa parcela da população nas tarefas produtivas do império. Para ele, contextualizado nas polêmicas dos perigos estrangeiros às possessões portuguesas, como no caso da publicação do *Relatório Ross* (1925), o assunto serviu de ofensivas ambiciosas de outras potências contra Portugal, perdendo-se em “idealismos abstratos” e distanciando-se dos problemas de realidade econômica (ibidem, p. 130). As atividades indígenas são consideradas por ele de fator de imensa importância para a economia colonial, devendo o Estado incentivá-las nessa colaboração e, defendendo os valores da missão civilizadora de Portugal: “As questões indígenas têm por consequência uma importância capital, resolvidas

⁵⁴ “Angola debate-se numa crise financeira já muito antiga, agravada constantemente com novas desordens, desorientações, instabilidade de pessoas e de ideias, e um hábito de improvisar, que não pode deixar de ter más consequências. E coisa curiosa: apesar de ter sido dito em todos os tons, e de todos, mais ou menos, saberem, quer por experiência própria, quer por ouvir dizer, que os males de Angola são, sobretudo, de ordem econômica e financeira, nenhum Alto Comissário se tem feito acompanhar dum financeiro – talvez por todos eles terem julgado que o são um pouco” (GALVÃO, 1930, p. 65)

como têm de ser dentro dos deveres que nos impõe a nossa missão civilizadora e da finalidade econômica que pretendemos alcançar” (ibidem, p. 133). Esquivando-se das questões internacionais sobre o trabalho indígena, a que ele certamente definiria no extremo do humanitarismo – para relembrar a crônica sobre a relação entre brancos e negros –, Henrique Galvão alia a mística da tradição ideológica da missão portuguesa nas colônias com as necessidades de produção econômica.

Da produção indígena mais importante ao império, estava a pecuária, portanto necessitando de incentivos. Entretanto o autor afirma que dificilmente os indígenas pecuaristas desfazem-se de suas cabeças de gado na venda. A solução para isso seria a montagem de estabelecimentos comerciais que ofereceriam objetos de cobiça aos negros, que se veriam obrigados a venderem seu gado para poderem consumir, e então fazerem circular o dinheiro (ibidem, p. 136-137). No “estímulo” à monetarização e consumo, ele também defende a obrigatoriedade da cobrança do imposto indígena, que seria importante fonte de renda para se aumentar as receitas do Estado. E sobre o trabalho indígena, na polêmica do trabalho obrigatório, Galvão critica as ideias “demasiadamente humanistas”, que atrapalhavam o recrutamento e a produção. Em acordo com os documentos legislativos e regulatórios sobre o tema, que tratavam o trabalho como fator de civilização dos negros, defende que o trabalho dignificaria os indígenas e que seriam assim valorizados socialmente se estivessem empregados, e que não deveriam ser empregados castigos contra os trabalhadores africanos para que lhes fosse mostrado que o trabalho não é um castigo, mas um elemento de crescimento moral. E agora parecendo contrário à ideia de que os negros africanos são indolentes por natureza, Galvão defendia que todos são aptos ao trabalho. Em uma situação de escassez de mão-de-obra como se passava em Angola, era imperativo a Galvão que o trabalho indígena fosse obrigatório, inclusive como fator de assimilação.

No *Relatório de Huíla*, quanto à alegação de que falta uma doutrina colonial que oriente as ações políticas das colônias, tese desse relatório de Galvão, saliento que na altura da década de 1920 dois modelos de projetos coloniais estavam em disputa. Um deles era o de Norton de Matos, inscrito na tradição das campanhas em África, tendo como expoentes Eduardo da Costa e António Enes. Nesse modelo preconiza-se a descentralização e autonomia política, administrativa, económica e financeira (ALEXANDRE, 1993, p. 1124). Outra medida desse modelo de Norton de Matos, e que ele aplicou em Angola, era o fomento acelerado da economia, se necessário até mesmo com o sacrifício do equilíbrio orçamentário, para o

investimento em infraestrutura. De fato, com Matos Angola recebeu vários quilômetros de rodovias e caminhos de ferro, além de portos e habitações, mas essas medidas foram fundamentais para levar a economia angolana à crise em 1923, tendo sido esse projeto posto em causa (ibidem, p. 1125-1126). Alguns outros intelectuais sustentavam teses parecidas, mas criticando a situação criada em Angola. Um deles era Cunha Leal que associava o projeto descentralizador de Norton de Matos à *commonwealth*, mas discordava de alguns pontos e defendia apenas a autonomia administrativa.

Surgem também as teses contra – portanto outro projeto colonial. Da direção da Associação Industrial Portuguesa surge uma proposta centralizadora, visando um “ressurgimento nacional”, com o estreitamento de laços de solidariedade e o equilíbrio financeiro que predominasse os interesses metropolitanos (ibidem, p. 1126). Promovido pela Ditadura Militar, com João Belo na pasta das Colónias, o projeto colonial vigente era centralizador, nacionalista e dava à metrópole poderes fiscalizatórios como previstos pelas *Bases Orgânicas*. Nesse sentido estava a defesa da nacionalização das colônias, ou a necessidade de se nacionalizar o império. É nessa corrente que Henrique Galvão é incluído em 1930, defendendo a nacionalização de Angola⁵⁵. Com essa defesa, será apoiado por vários membros do governo militar e se alinhará com as ideias do ministro das Finanças, Salazar. Marcaria assim o seu nome como um dos mais importantes ideólogos do colonialismo português, fazendo parte nesse momento do círculo de intelectuais que prepararam ideologicamente a doutrina colonial do que viria a ser o Estado Novo.

⁵⁵ Ressalto que a crítica de Galvão à centralização no Terreiro do Paço tratava-se sobretudo de como as instituições metropolitanas de gestão colonial agiam, segundo suas análises. O modelo centralizador, com relativa autonomia aos governadores, ainda era o preferido por Galvão. O problema por ele sempre apontado seria ainda os resquícios da república liberal – gestores coloniais que decidem tudo no ministério sem sequer conhecer as realidades coloniais, acusados de agirem no improviso, ao sabor de interesses mais particulares, sem uma linha orientadora (ideológica) a coordenar as ações.

CAPÍTULO 2

Posição de prestígio na ditadura e a construção ideológica do Império Colonial: defesa do Estado Novo que surge (1930-32)

2.1. Nacionalizar as colónias na ideia do “Terceiro Império” (1930)

Henrique Galvão, em 1918, havia já passado pela experiência administrativa sendo presidente da câmara municipal de Montemor-o-Velho. Jovem ainda e administrando um município sem dúvidas bastante antigo e conhecido em Portugal, porém pequeno. Como governador do distrito de Huíla teria maiores atribuições e responsabilidades, além de ter iniciado sua carreira como administrador colonial. A partir dessa experiência passaria a assumir funções de controle no Estado Novo, não sendo mais apenas um jovem oficial do Exército cujas atribuições se limitavam à gestão operacional dos movimentos que fez parte. Ascendendo na carreira administrativa do regime que se preparava já do interior da ditadura, o prestígio que os novos dirigentes políticos reservavam a Galvão era motivado sobretudo por sua função de intelectual representante da ordem que estava em processo de instauração. Reconhecido mais que por sua curta passagem na chefia do governo de Huíla, Henrique Galvão mostrava qualidades de intelectual nacionalista com potencial de propagandista e, além de sistematizador de ideias, um bom organizador dentro dos preceitos dessas mesmas. Diferentemente do que ocorreu com muitos degredados políticos, a Galvão foram destinados espaços importantes na organização ideológica e administrativa do colonialismo português: propagandista, conferencista, organizador de eventos e outros cargos institucionais.

Como definir, assim, sua posição de classe na realidade política em que estava inserido? Como intelectual, não me basta afirmar que era somente um representante ou um porta-voz das classes dirigentes que saíram vitoriosas do 28 de Maio de 1926, ou simplesmente um intelectual orgânico a serviço do regime. Detinha funções burocráticas na condução política, na organização econômica do império e no apaziguamento das contradições sociais pela ordem instaurada – nacionalista e corporativa nos quadros da alternativa fascista conduzidas pela tecnocracia que tinha em Salazar o maior ícone, e considerando a manutenção do império, pela

posse de colónias, como de fundamental escopo à soberania nacional e aos desígnios de empresários interessados na estabilidade financeira e social perante uma crise económica no capitalismo em âmbito mundial. A esses interessava principalmente manter os privilégios de atuação no mercado colonial, espaço cativo para se reorganizarem e sobreviverem enquanto classe dominante, e ao regime do Estado Novo seria delegada a condução dos processos de reorganização, tendo os intelectuais um papel decisivo na orientação de estudos acerca dos potenciais produtivos ou na produção de propaganda a fim de convencer o geral da população sobre a providência do novo regime e a importância “espiritual” que o império teria para a nacionalidade portuguesa.

Não estando à parte, apenas como assessores na função de reverberar os valores ideológicos, ou como auxiliares das classes dirigentes, intelectuais como Galvão também assumiam postos nos quadros das classes dirigentes. Recorro assim à interpretação teórica de João Bernardo ao constatar que no capitalismo a classe capitalista não seria apenas uma, a burguesia, mas duas: uma classe social específica, a dos *gestores*, divide a posição de classe dominante com a burguesia em igual antagonismo com a classe trabalhadora.

João Bernardo, superando a ortodoxia marxista, afirma que “o sistema de integração hierarquizada dos processos produtivos, com a superestrutura política que lhe corresponde, pressupõe que no interior do grupo social dos capitalistas se distingam a particularização e a integração” (BERNARDO, 1991, p. 202). No aspecto de funcionamento particularizado das unidades produtivas, e detendo propriedade jurídica sobre os meios de produção, está a classe burguesa. Já no aspecto de integração, do funcionamento das unidades particularizadas em relação com o processo global, está a atuação dos gestores. Considerando ainda que as classes sociais só se definem no relacionamento com as outras, burgueses e gestores estão em antagonismo com a força de trabalho, organizando e controlando os processos produtivos, apropriando-se, cada qual à sua função, de mais-valia. Nesse relacionamento de produção e apropriação de mais-valia, despojando os produtores da administração sobre o próprio processo produtivo, gestores e burgueses definem-se como classes capitalistas. E na relação e oposição que mantêm entre si, definem-se como classes capitalistas distintas (ibidem, p. 203).

As relações entre gestores e burgueses demonstram especificidades de acordo com a situação histórica, e esse modelo, por ser teórico, não deve ser tomado apenas por aspectos gerais. A cada momento histórico e a depender de qual situação analisada, poderíamos verificar a sobreposição de uma classe capitalista sobre a outra ou mesmo casos de conflitos entre elas.

O fascismo mesmo, segundo esse modelo em linhas gerais, e adotando a organização corporativa, demarca o desenvolvimento histórico de inoperância da burguesia enquanto classe capaz de conduzir os processos integrados e ascensão de uma nova elite, formada por gestores, muitos mesmo vindos do próprio movimento operário, como classe capaz de dirigir a economia e sociedade. No âmbito político, nos aparelhos de exercício de poder, os gestores gradativamente foram assumindo posição de classe mais dominante na organização corporativa – seja nos fascismos, no capitalismo de Estado soviético ou nos preceitos *keynesianos* do *New Deal* nos Estados Unidos da América. Ou seja, entre os momentos históricos da revolução em 1917 na Rússia e a crise após a 1ª Guerra Mundial que teve no *crack* de 1929 seu auge, os capitalistas passariam por processos de reorganização que encontraram no corporativismo uma solução planificadora de superação do liberalismo de supremacia burguesa e da prevenção contra levantes e revolução operárias que poderiam colocar em xeque o próprio modo de produção capitalista. Daí em diante, segundo as análises de João Bernardo, os gestores passariam a assumir a posição de classe dirigente sobre a burguesia – o que se tornaria definitivo após o fim da 2ª Guerra Mundial e maior integração económica no planeta.

No caso dos fascismos, como em Portugal, a nova tecnocracia de gestores vindos dos mais diferentes meios (sobretudo acadêmico e militar), pretendia superar a ordem liberal de dominância burguesa e assumir o controle e orientação dos processos produtivos e organização social. Derrotando qualquer iniciativa de emancipação dos trabalhadores pela repressão, absorção de reivindicações e cooptação dos movimentos operários⁵⁶, assim como derrotando a burguesia limitada a exercer o controle sobre processos mais particularizados da economia, a tecnocracia fascista assumia o comando dos processos de integração econômica numa reorganização social de supostos equilíbrios sob preceitos ideológicos de superação da luta de classes – obviamente mais concebida por propaganda e repressão que pelo desaparecimento de fato dos antagonismos sociais. Assim estariam esses gestores na posição de classe mais dominante, sobrepondo-se à atuação dos burgueses no tecido social e, com essa burguesia

⁵⁶ O movimento operário organizava-se em diversas tendências de esquerda: anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas. Em nível mundial, a revolução russa de 1917 animou e inspirou os movimentos operários e os partidos de esquerda ou extrema-esquerda. A reação fascista consistia basicamente em superar o liberalismo, que com sua proposta individualista e oligárquica seria responsável pelo surgimento de ideias de luta de classes e a consequente reação da classe trabalhadora em busca de emancipação. Por isso, assim como em outros regimes fascistas, o regime português considerava o “bolchevismo internacional” como um dos principais inimigos públicos a serem combatidos, resultado da degenerescência plutocrática de ganância individualista atribuída ao capitalismo liberal. Quando chefes e teóricos fascistas, ou mesmo os teóricos do corporativismo, afirmavam em sua retórica uma pretensão de superação do capitalismo, o que pretendiam na verdade era a superação do modelo liberal de capitalismo, não rompendo com a organização fundamental desse modo de produção.

secundarizada como classe dominante, controlando e organizando os trabalhadores na produção nacional, conduzida mais que nunca pelo amparo ideológico de que cada grupo, não importa a função exercida, teria sua importância incontestável na defesa dos “interesses nacionais”.

A burguesia, em sua característica particularista, apropria-se de mais-valia tendo na superestrutura jurídica os direitos de propriedade sobre os meios de produção e controle e organização sobre a força de trabalho. Já os gestores, comumente despossuídos da propriedade jurídica, apropriam-se coletivamente de mais-valia, na coordenação da integração sobre os processos produtivos e força de trabalho. Aqui consideram-se os conselhos diretores, os administradores de empresas, os políticos, engenheiros e outros tecnocratas, corretores de ações, sociedades anônimas etc. Mas também, e na gênese histórica da classe dos gestores, funções mais intermediárias da produção, como gerentes, coordenadores, supervisores e capatazes, saídos “do chão de fábrica”, de onde tinham maior contato imediato com a força de trabalho e maiores conhecimentos em detalhes do processo produtivo que os proprietários. Por isso é mais difícil, em certas análises, distinguir quem é trabalhador e quem é gestor – mais que diferenciar quem é gestor ou burguês – devido à linha tênue da aproximação no trabalho e também devido à condição jurídica a que estão submetidos⁵⁷.

Os burgueses teriam seu espaço privilegiado de ação no que está conceituado como UPP, sendo estas não comandadas apenas pela burguesia, contando também com seus gestores nas funções de controle imediato da força de trabalho e integração com outros processos produtivos em articulação com as CGP. Já as CGP seriam espaços privilegiados de atuação da classe gestorial – mas também sendo espaço para ação secundarizada da burguesia – devido a seu caráter de integração dos processos produtivos (BERNARDO, 1991, p. 204).

Sobre a atuação política, ou a posição das classes dominantes nos aparelhos de exercício de poder, não há definições rígidas. Gestores atuam tanto no interior do Estado quanto de empresas. Aqui, para entender melhor o exercício político das classes capitalistas, João Bernardo define que o Estado, na hierarquização de componentes da superestrutura política, é

⁵⁷ Apesar de não produzirem valor nas mercadorias e serviços, os gestores normalmente são juridicamente enquadrados como assalariados, não configurando o que teóricos do marxismo ou do capitalismo denominam como lucro. Porém, pela perspectiva sugerida por João Bernardo – que não foi criação originária, mas desenvolvimento de outros teóricos que já enxergavam na burocracia uma classe distinta – esses gestores apropriam-se coletivamente de mais-valia (por exemplo o “capital social”) em vez de serem expropriados do valor que produzem. A confusão se dá sobretudo em algumas análises em casos específicos quando o problema está em se qualificar algum indivíduo ou grupo como gestores ou como trabalhadores exercendo alguma função em quadros de gestão – basicamente “protogestores”.

o aparelho ou espaço de poder das classes dominantes, com capacidade de organizar e disciplinar o processo produtivo e hetero-organizar a força de trabalho (ibidem, p. 162). Por isso, para discordância de interpretações mais ortodoxas do marxismo, sobretudo aquelas filiadas ao leninismo, o teórico inclui na categoria de Estado inclusive as empresas privadas. Ao Estado entendido como usualmente nos referimos (“Estado-Nação”), àquela estrutura de poder público limitada a fronteiras nacionais e dividida classicamente em três poderes (executivo, legislativo e judiciário), o autor denomina *Estado Restrito*, restringindo-se sobretudo às relações entre capitalistas. Já a empresas e corporações regidas por propriedade privada, o autor dá a denominação de *Estado Amplo*, onde se dá exclusivamente e diretamente os mecanismos de produção de mais-valia, não restringindo necessariamente seu poder⁵⁸ de atuação às fronteiras nacionais (como empiricamente se dá com as multinacionais ou transnacionais) (ibidem, pp. 162-163).

A totalidade da superestrutura política estaria na integração entre Estado Amplo e Estado Restrito, e em cada caso histórico analisado, diferentes seriam as formas com que se dá essa articulação. Por exemplo, em casos de autoritarismo explícito como as ditaduras – como a que contextualiza a trajetória de Henrique Galvão, estaria em questão a fragilidade nas relações intercapitalistas, marcadas pelos conflitos entre diferentes frações das classes capitalistas. Nesse caso, assim como na generalidade dos fascismos, a relação entre Estados Amplo e Restrito se transformaria no sentido de sobrepor o segundo ao primeiro, estando o Estado R na função centralizadora de promover as CGP em caso de articulação incipiente do Estado A. Ao Estado R, como vemos na reorganização social e econômica implementada pelos fascistas em Portugal, cabia a responsabilidade de centralizar, planificar ou coordenar a integração econômica, assim como protagonizar a desarticulação dos conflitos de classes pelo reforço de mais-valia relativa e centralização de poderes (ibidem, pp. 164-165).

Nesse trabalho, portanto, estou em acordo com a concepção de Estado proposta por João Bernardo: Estado Amplo (A) referindo-me a empresas capitalistas e Estado Restrito (R)

⁵⁸ Na justificativa de seu modelo de interpretação do Estado como espaço de exercício de poder das classes dominantes, João Bernardo argumenta que as empresas constituem-se indubitavelmente como instituições estatais. Com poderes amplos, empresários atuam nas empresas legislando, executando e julgando, recorrendo mesmo a métodos de pretensões totalitárias no controle de movimentos corporais, comportamentos e hábitos dos trabalhadores, mesmo fora da jornada de trabalho, a despeito dos acordos conseguidos em nível de Estado Restrito acerca de direitos trabalhistas – esses só conquistados como absorção e cooptação de demandas das lutas sociais dos trabalhadores, implantados por força de lei quando úteis ao desenvolvimento de mais-valia relativa e aumento de produtividade. As corporações empresariais, denominadas portanto como Estado Amplo, não fugiriam à função de serem também aparelhos ideológicos (BERNARDO, 1991, p. 168) – constatação que Maurício Tragtenberg também fazia anteriormente a João Bernardo.

referindo-me ao espaço de relações internas das classes dominantes, ou o “poder público” /”governo”/”regime”. De outra forma, a fim de facilitar a escrita: quando me referir a Estado, estarei falando de Estado R, e quando falar de empresas, estarei falando de Estado A.

Henrique Galvão passou de militante de extrema-direita a governador de distrito em Angola. Iniciava assim sua carreira como gestor colonial. Não obstante, era também um intelectual. Sua atividade intelectual unia as funções de produção ideológica do regime e organização, assumindo inclusive funções de controle na burocracia estatal: governou de Huíla, dirigiu feiras e exposições, a Emissora Nacional, foi inspetor superior de colónias e deputado na Assembleia Nacional. Sobre temas coloniais, proferiu conferências, escreveu livros e dirigiu periódicos, a serviço oficial do regime ou por iniciativa, digamos, pessoal. A produção intelectual de Henrique Galvão funcionava no sentido de propaganda da ideologia colonial e defesa do regime do qual era quadro gestorial, também como defesa de projetos de organização produtiva conduzidos pelo Estado Novo. Era, portanto, um intelectual-gestor atuando de dentro do Estado Restrito.

O ministério das colónias de João Belo, ainda que adotando tendência centralizadora e de manifestada preocupação com a nacionalização das colónias, não agradava ainda os interesses do grupo que sairia vitorioso a partir da posse interina de Salazar como ministro das Colónias em 1930 e de Armindo Monteiro como titular em 1931. Belo não rompia ainda com a tendência descentralizadora de Norton de Matos, que também demonstrava, assim como Paiva Couceiro, preocupações acerca de como promover a nacionalização dos territórios coloniais. Henrique Galvão tinha acordo com a visão de mundo gestorial de Matos e Couceiro no aspecto de fomento, modernização e integração dos processos produtivos nas colónias conduzida pelo Estado R, mas era favorável ao modelo administrativo centralizador de Salazar e Monteiro. Principalmente em reação às críticas da Sociedade das Nações acerca do trabalho indígena, fazendo o ministério promulgar o *Código do Trabalho dos Indígenas* em 6 de Dezembro de 1928 que aboliu a obrigação legal do trabalho (ALEXANDRE, 2000, p. 1129), os nacionalistas aos quais Galvão pertencia clamavam por um modelo de organização nacionalizador,

centralizador e de hostilidade a qualquer interferência internacional em assuntos coloniais portugueses. Galvão não estava em total desacordo com a concepção muito atribuída a Norton de Matos de fomentar um desenvolvimento capitalista moderno, no qual a mão-de-obra deveria ser “livre” e assalariada. Julgava, porém, que o momento não era oportuno para acatar sugestões de potências internacionais aglomeradas na SDN, preferindo considerar apenas que o trabalho era obrigatório como fator para civilizar o negro, classificando o *Código do Trabalho dos Indígenas* como um “documento transigente, opiado, castrado do mais elementar sentido das realidades” (GALVÃO, 1930, p. 15).

A questão central desse momento de crise financeira colonial era sobre como deveriam se relacionar a metrópole e as colônias. Industriais têxteis da metrópole pressionavam por um modelo centralizador e de protecionismo na atuação em mercados coloniais, pretendendo “nacionalizar” o setor algodoeiro colonial (ALEXANDRE, 2000, p. 1131) em um esquema de rígido pacto colonial. Esses desígnios de estreitamento de relações entre metrópole e colônias, com privilégios de empresas metropolitanas sobre os mercados coloniais, também eram sistematizados no plano ideológico pela produção de intelectuais⁵⁹. Nesse momento estavam lançadas as bases ideológicas do Acto Colonial, documento regimentar da política colonial do Estado Novo. Nessa perspectiva, um dos intelectuais que tentarão dar respostas a essa realidade – pela categoria de “estrutura significativa” de Lucien Goldmann – é Henrique Galvão, cuja visão de mundo corresponde ao grupo de intelectuais nacionalistas que pensa a “nacionalização” das colônias por uma estrutura administrativa centralizada na metrópole⁶⁰.

Contrário a essa perspectiva centralizadora estavam Norton de Matos, Vicente Ferreira e Filomeno da Câmara, cujo argumento básico era o de que essa relação de sujeição das colônias como simples fornecedoras de matérias-primas para indústrias metropolitanas era nociva aos governos ultramarinos, sustentando então a defesa de uma nacionalização⁶¹ pela

⁵⁹ “A um nível mais abstracto, preconizava-se o estreitamento das relações entre a metrópole e as colônias – uma ideia que nos textos aparece expressa pelos termos «solidariedade», «entente», «aliança económica», «bloco de produção nacional», «unidade do Império Português» (conceitos que, no contexto em que eram produzidos, tendiam a equivaler-se, remetendo para uma noção comum: a necessária subordinação da economia das colônias à da metrópole, no quadro de um regime de tipo pacto colonial)” (ALEXANDRE, 2000, p. 1131).

⁶⁰ “Por um lado, a corrente militar nacionalista vem dar-lhe o seu apoio, pela pena de Henrique Galvão, que defende «uma sólida e inteligente coordenação entre os interesses económicos da Metrópole e os de Angola» – através da proteção dada à exportação nacional e à frota colonial –, como «agente mais eficaz de nacionalização de Angola»” (ALEXANDRE, 2000, p. 1131).

⁶¹ Filomeno da Câmara era, entretanto, contrário à concepção de nacionalização das colônias: “(...) nomeado governador de Angola em 1929, que prevenia não se poder impedir o desenvolvimento das colônias, que no futuro não seriam meros mercados para as indústrias metropolitanas. Levando até ao fim a lógica subjacente a esta perspectiva, Filomeno recusava a ideia de uma integração progressiva dos territórios do ultramar e da metrópole

industrialização das colônias, inserida na ideia de descentralização administrativa. Mesmo tendo passado pela vivência africana, conhecendo de perto as necessidades das gestões coloniais e sido crítico dos poderes do Terreiro do Paço, Henrique Galvão não coadunava com esses ex-governadores de Angola, defendendo o projeto que sairia vitorioso.

A 4 de Janeiro de 1930 Cunha Leal, governador do Banco de Angola, proferia uma conferência na Associação Comercial de Lisboa criticando a política governamental e defendendo medidas com ortodoxia financeira. Oliveira Salazar, então ministro titular na pasta das Finanças, reagiu com uma nota oficiosa publicada de forma autónoma, gerando uma crise governamental que culminaria na queda do governo de Ivens Ferraz, abrindo espaço ao governo de Domingos Oliveira, último governo da Ditadura Militar, antecessor de Salazar na presidência do Conselho de Ministros (chefia de governo). Desenvolveria daí o Estado Novo, tendo no Acto Colonial a consolidação ideológica e legislatória da administração do império sob preceitos centralizadores. Nove dias depois da conferência de Cunha Leal, é proferida a de Henrique Galvão em consonância com a ideologia colonial do novo regime expressa no Acto Colonial.

Com o título “*Nacionalização de Angola*”, a conferência do intelectual-gestor salazarista Henrique Galvão se faz perante plateia de gestores na Sociedade de Geografia de Lisboa. A justificativa inicial de sua fala era a de que era preciso “salvar” Angola, sendo necessário abandonar a excessiva retórica e partir para a ação (GALVÃO, 1930, p. 03), tendo seu chefe como referência elogiada:

“São as palavras que ainda há meses levaram o Sr. dr. Oliveira Salazar – um dos homens que mais notavelmente tem combatido o veneno de certas palavras – a dizer, num discurso, onde todos nós ouvimos daqueles que tonificam e engrandecem: «A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fizeram da vida administrativa do País uma mentira colossal»” (GALVÃO, 1930, p. 03)

O conferencista refere-se ao que já apontara desde quando era governador em Huíla – a falta de uma doutrina colonial. Especificando melhor, o autor diz que há uma falta de execução correta do projeto colonial. É preciso então ação, e não apenas palavras. Henrique Galvão,

numa nação única: Angola não seria nunca portuguesa, tal como os Estados Unidos não eram ingleses”. (ALEXANDRE, 2000, p. 1132).

nacionalista, anuncia-se como isento de quaisquer interesses partidários ou ligados a pequenos grupos ou clãs, assegurando que sua fala parte de sua qualidade comum a de todos os outros presentes na conferência: a de ser português (ibidem, p. 04). Angola, continua ele, é a mais portuguesa das colônias pois lá se exerceu a ação *nacionalizadora* com mais êxito: nela se prolongam os caracteres, a fisionomia e os interesses morais e econômicos genuinamente portugueses⁶². Perante os problemas por que passava Angola, “a mais próspera colônia portuguesa”, a solução apontada por Galvão, em acordo com a tecnocracia salazarista, era a da nacionalização da província.

“Nacionalizar”, no sentido até então aqui exposto, não significa tornar Angola um Estado independente como uma interpretação anacrônica poderia deixar a entender. Pelo contrário, “Entendemos por Nacionalização, a Acção de todos os elementos tendentes a converter e manter as Colónias, na situação de componentes dum grande Todo Nacional” (ibidem, p. 05). Ou seja, seria partir do princípio de que Angola seria um pedaço tão legítimo de Portugal como seriam a Beira, o Alentejo, o Algarve, o Minho, Trás-os-Montes, Ribatejo, Douro, Açores ou Madeira. A justificativa para a urgência da nacionalização de Angola se daria no argumento de que para Portugal as colônias são justamente o fator de existência da nacionalidade; parte fundamental da missão histórica portuguesa, de uma vocação colonial da raça (idem), portanto diferente dos modelos imperialistas de outras potências colonizadoras europeias que, para Galvão e outros intelectuais do regime, teriam caráter estritamente de dominação militar e de ambições econômicas em seus territórios coloniais. A história de Portugal seria dividida então, pelo autor, em três finalidades: a Peninsular, de formação do reino; a Europeia, na luta contra os mouros; e a Mundial, ainda por se alcançar totalmente, que seria a expansão dos domínios ultramarinos (ibidem, p. 06). Escapando dos limites da “existência ibérica” na Europa, é feita a aposta no futuro do império ultramarino que se construiria pela nacionalização das colônias.

⁶² “Ora, essa acção prolongada, contínua, paciente, cujo preço em sangue e sacrifícios de toda a espécie, é quanto basta para marcar e afirmar, perante a consciencia mundial – se é certo que o Mundo tem uma consciência – a capacidade e as virtudes dum Povo Colonizador, parece ter sido interrompida ou abandonada, pois vemos cair dia a dia, os melhores dos seus fructos, e amontoarem-se, constantemente, certas ameaças, que não são de molde a deixar tranquilos os mais otimistas. Como vamos demonstrar, o velho logar comum que considera Angola a mais portugueza de todas as Colónias, já não corresponde, senão muito relativamente ao puro sentimento de orgulho que criou a frase. Quer dizer: Põe-se novamente – e com urgência determinada pelo character dos acontecimentos desta época de incertezas e de precipitações – o problema da Nacionalização de Angola, como de há muito se vem pondo o da nacionalização do nosso Império Colonial” (GALVÃO, 1930, p. 05)

É desta forma defendido o velho preceito ideológico de constituição pacífica do império português (ibidem, p. 07) – a grande nação que incluía suas possessões ultramarinas como províncias de um só Portugal⁶³. Essa pretensa missão deveria ser a base sólida de um pensamento ou de uma doutrina colonial única a se seguir, para evitar os desarranjos políticos tantas vezes apontados em seus escritos anteriores. Falta ainda orientação colonial a Portugal, ao contrário do Reino Unido que depois da I Guerra Mundial direcionou seus interesses muito mais para fora da Europa que para dentro dela.

No discurso estão presentes elementos de “mística imperial” quanto aos reais interesses em se nacionalizar as colônias. Galvão cita a raça e tradições nacionais, como a fé cristã, o idioma e a missão civilizadora. Juntos estão o nacionalismo português (a condição de “Nação Colonial”) e um tipo de pan-nacionalismo europeu colonialista na pretensão de um continente Euro-Africano a fazer frente contra concorrência econômica da América (ibidem, p. 07), em um cenário pós-Primeira Guerra no qual o continente Europeu saía abalado por ter sido palco da maioria das batalhas, e no qual os Estados Unidos sobressaíram-se como potência mundial – apesar de que o mundo vivia a crise econômica eclodia na mais importante bolsa de valores norte-americana. Outros elementos citados me fazem ver um ressentimento nacional acompanhado de orgulho, na defesa de um povo que deveria ser reerguido à “condição moral dos homens europeus”, e não degradados à condição servil.

Assim como vários outros nacionalistas das mais diversas tendências ideológicas que julgavam que Portugal não poderia sobreviver apenas dentro das fronteiras europeias, a ideia que Galvão defende é a de que o império é a razão de existência de Portugal como nação, e que assim também deveria ser defendida por todos os portugueses. É a ideia do Todo, da “unidade

⁶³ Essa interpretação não é somente de Galvão. Expressa assim a visão de mundo da tecnocracia colonial salazarista e de colonialistas de filiação republicana rompidos politicamente com o salazarismo. Gil Marçal publicaria ainda em 1947 um livro de defesa da nacionalização de Angola. O prefácio é de Norton de Matos, a essa altura opositor do regime de Salazar, defendendo a ideia de Portugal como “nação una” – em acordo com a ideia de Marçal de que Angola, especificamente, era “ponto fulcral da nação portuguesa”. Mesmo ponto de vista defendido por Galvão desde essa conferência de 1930. No prefácio à obra de Marçal, Matos defende a unidade imperial em “nação grande e una, composta de terras da península ibérica e de terras distantes”, o maciço fomento pelo governo central metropolitano – “drásticas medidas para que a riqueza inactiva na metrópole ou aplicada a gastos improdutivos, de vida luxuosa ou imoral, se aplique na maior parte em empreendimentos de natureza colonial” e a ideia de racismo paternalista de que a concepção cristã de Portugal não compreende inferiorizar ou segregar outras raças (“homens de côr”), mas tutelá-las no processo civilizatório. Em 1947, ano de publicação do livro de Gil Marçal, Norton de Matos era oposição ao governo de Salazar mas não deixava de ser colonialista. Neste mesmo ano, e sem deixar de ser colonialista, Henrique Galvão denuncia ingerências na condução de políticas coloniais e rompe com o salazarismo. Coincidentemente, consultei essa obra de Marçal em edição disponível na biblioteca da Faculdade de Antropologia da Universidade de Coimbra, e nela consta uma dedicatória ao “Exmo. Sr. Capitão Henrique Galvão” com uma rubrica que não consegui identificar.

inalterável” em que se compreenderiam todos os territórios além da Península Ibérica como parcelas indissociáveis. O “génio português” é o amálgama do “Todo Nacional”. O autor defende que Portugal tem o dever e direitos históricos para possuir, colonizar e civilizar territórios ultramarinos, em oposição às denunciadas ganâncias imperialistas de outras potências coloniais supostamente mais preocupadas em exploração econômica que em implantar um projeto civilizador. A iniciativa para construção do império português seria nacionalizar. São esses os princípios do diploma que seria aprovado meses mais tarde e que regeria ideologicamente toda a política colonial a partir de então: o *Acto Colonial*. Nacionalizar as colônias, no argumento de Henrique Galvão, seria essencial para os interesses econômicos e solidez da soberania. Nacionalizar seria também fator de civilização sobre territórios e povos considerados primitivos (ibidem, p. 09). E contra os fatores de desnacionalização, como as ideias de separatismo, as cobiças estrangeiras e má administração (governos sem orientação de uma doutrina colonial superior), nacionalizar também seria fator de defesa (ibidem, p. 15).

Os problemas enfrentados por Angola seriam para ele os reflexos do que seria a condução até então pelo Terreiro do Paço desamparado por uma doutrina. A desordem interna – manifestada pelas frequentes trocas de ministros – abriria brechas aos agentes externos de ameaça, então Angola, que era a mais portuguesa das colônias, seria nessa situação apenas a “menos estrangeira” (ibidem, p. 16). As críticas de Galvão mantêm o mesmo tom de suas críticas como novato em África: a falta de doutrina orientadora e o excesso de interesses pessoais ou de grupos acima dos interesses nacionais. O perigo da desnacionalização pelo separatismo dos angolanos é interpretado por Galvão como descontentamento que gera más relações de muitos colonos com a metrópole, portanto para mudar deveria se introduzir na política de Administração Colonial um “alto Pensamento Português” conduzindo para a nacionalização (ibidem, p. 18). Do ponto de vista econômico, o índice de desnacionalização era perceptível na redução da participação da metrópole nas atividades de comércio e alfândega e na redução da importação de produtos portugueses pelas colônias. A administração estaria para ele em estágio de desordem, demonstrando uma falta de critério nacionalista (ibidem, p. 20).

A sua desconfiança ao capital estrangeiro, “sem Pátria nem Nação” (ibidem, p. 22), a que frequentemente era recorrido pelos governos coloniais, é uma marca forte de seu nacionalismo econômico, receando uma possível ameaça estrangeira aos interesses portugueses. Portugal, perante as ameaças internacionais, deveria fechar-se em si, o que seria vantajoso inclusive para evitar a evasão de indígenas que vão procurar em colônias estrangeiras

melhores condições de vida. A crítica de que continuam a enviar colonos da metrópole enquanto os das colônias sentem-se abandonados e desamparados, como já denunciava Norton de Matos, também está presente nessa conferência

A nacionalização para Galvão seria definitivamente o início da solução para a crise colonial. Da nacionalização viriam a boa gestão e a salvação financeira da colônia – quanto a isso o conferencista elogia a política financeira de Salazar. Como solução, a administração deveria ser arrumada e guiada pelos “interesses nacionais”, segundo critérios nacionalistas. A coordenação de interesses económicos entre metrópole e colônia seria no sentido de uma ligação mais estreita (ibidem, p. 29), portanto um pacto colonial de coordenação centralizadora. Sobre os capitais estrangeiros assume que podem ser benéficos dependendo da avaliação de crivo nacionalista, ou seja, desde que não tragam a ameaça de “desnacionalização”. A população africana definida como indígena seria também nacionalizada pelo processo de “assimilação”, subordinando as tão criticadas Políticas Indígenas aos princípios e pensamentos qualificados pelo autor simplesmente como “nacionais” (ibidem, p. 30), quer dizer, aos princípios de um racismo paternalista que não se assume como tal pelo contraste às práticas segregacionistas de outras potências coloniais.

Por fim o autor clama que deveria se chegar ao momento em que a exaltação a Portugal e a Angola corresponderia à realidade, e não seria mais um exagero retórico desvinculado de ação em que o passado é exaltado “por carência de motivos do presente”.

“(…) A idéia de desenvolvimento e prosperidade de Angola, está um dos eixos de reorganização económica de Portugal, parece-me que deve ser sentida lá e cá. E creio que é prestar um bom serviço ao País, cujas forças morais é necessário levantar, leva-lo à convicção de que na coordenação da política económica das Colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e, mais ainda, da nossa Missão Imperial” (GALVÃO, 1930, p. 30)

Assim Henrique Galvão, intelectual pertencente aos quadros da tecnocracia estadonovista, defende o que deveria ser o direcionamento do desenvolvimento colonial: a nacionalização. Ao tratar especificamente de Angola, mais do que demonstrar maior domínio sobre uma realidade que conheceu, Galvão expressa o que, pelo menos em palavras, o Estado Novo considerava: a importância maior de Angola como colônia que oferece as melhores potencialidades de desenvolvimento – um “segundo Brasil”:

“Enfim, resumindo: Desarrumada a Administração, ocupadas por estrangeiros as melhores posições económicas de Angola, – aquelas, que portugueses desbravaram e valorizaram à custa de tantos sacrifícios – desnacionalizada uma parte da população indígena e descontente a quási totalidade da população branca, enfraquecida a expansão missionária portuguesa, abertas as fronteiras a todos os abusos e acções exteriores, ameaçada a nossa soberania, abalada a economia da Colónia, assaltada de novo por uma crise grave, pergunta-se se não é oportuno, urgente e inadiável, considerar o problema da Renacionalização de Angola, entre os problemas que de alto dominam o futuro da nossa mais vasta e importante Colónia?” (GALVÃO, 1930, p. 27)

2.2. Ideologia colonial definida juridicamente e estabelecimento de bases da política colonial e organização do Estado Novo: o *Acto Colonial* e a União Nacional (1930)

Desde o início do “novo ciclo colonial” em fins do século XIX, tendo em 1895 (coincidentemente o mesmo ano de nascimento de Galvão) um marco de expansão do poderio colonial sobre territórios e populações africanas, ainda pouco se poderia notar de alterações qualitativas em termos económicos e sociais no início dos anos 1930. A população branca em Angola, grande parte da burocracia colonial, representaria somente 0,9% da população geral, demonstrando fraca ocupação pelo baixo índice de fixação de colonos (ROSAS, 1986, p. 75). A economia era baseada na produção e exportação de *commodities*⁶⁴ que serviriam matérias-primas a indústrias localizadas fora das colónias. Capital estrangeiro, às vezes associado a capital português, era bastante atuante na produção colonial de matérias-primas, mas atuava sobretudo em condições gerais de produção, em especial nas vias de transporte (caminhos-de-ferro principalmente). Essas empresas privadas, componentes de Estado A, recebiam concessões do Estado R para atuarem em territórios onde poderiam exercer plena soberania – organizavam a força de trabalho local; as condições gerais de produção dos mais variados tipos, incluindo a constituição de corpos policiais privados; e até definiam qual seria a moeda corrente em territórios sob sua administração⁶⁵.

⁶⁴ Algodão, sisal, oleaginosas, café, açúcar, cacau, pecuária e minerais (como os diamantes de Angola) eram alguns dos principais produtos coloniais.

⁶⁵ Por exemplo, as companhias majestáticas de origem britânica atuantes em Moçambique (Cia. de Moçambique, Cia. do Niassa e Cia. da Zambézia) tinham o poder legal de fazer circular a libra como moeda corrente em cerca de metade do território da colónia. Tais poderes de soberania foram gradativamente perdendo poder entre 1928 e 1939 pelos princípios de nacionalização conduzidos pelo Estado. (ROSAS, 1986, p. 76).

A exploração econômica assente na produção de matérias-primas, comumente em grandes plantações, recorria também ao recrutamento e uso de trabalho forçado como formas de capitalistas tirarem o máximo de lucros com o mínimo de investimentos no processo de acumulação. Quanto a atribuições do Estado R, o fomento não era o que gestores e ideólogos mais apaixonados do colonialismo desejavam: à exceção das campanhas militares de “pacificação” e da construção de rodovias durante a 1ª República (Norton de Matos em Angola), as verbas destinadas ao fomento colonial correspondiam a pouca parte do orçamento, situação que se agravaria ainda mais com as políticas de austeridade financeira de Salazar (ibidem, pp. 76-77). E como efeitos da desvantagem do capitalismo pouco desenvolvido de Portugal na divisão internacional do trabalho, os mercados coloniais eram reservas para excedentes da produção industrial metropolitana⁶⁶, fazendo das colônias um prolongamento do mercado interno dominado pela concorrência do capital estrangeiro (ibidem, p. 77). Como se vê, haveria muito a se fazer para colocar em prática as intenções de nacionalização das colônias – desenvolvimento econômico de cunho nacional e soberania portuguesa sobre os territórios.

As *Bases Orgânicas da Administração Colonial* e as respectivas cartas orgânicas das colônias criadas por decretos de João Belo quando Ministro das Colônias em 1926 atenuaram o poder dos alto-comissários com restrição da autonomia que dispunham. As intenções do ministro seriam expostas na pretensão de se restaurar a unidade política dos territórios ultramarinos e aumentar a superintendência e fiscalização metropolitanas sobre as colônias. Contudo, só em 1930 a Ditadura poria fim à política de autonomia dos governos coloniais, desfazendo o esquema de descentralização, extinguindo o regime de alto-comissariado e retornando a um **sistema centralizador** semelhante ao que era anteriormente a 1914. Como fundamentos dessa mudança, estariam as justificativas de dar fim à desorganização administrativa e financeira e corrigir abusos e comportamentos autocráticos de governadores coloniais, muito atribuídas a Norton de Matos. A aprovação de novos decretos restauraria ao Ministério das Colônias as funções de plena coordenação da política colonial (MARQUES, 2001, p. 24-25).

⁶⁶ Caso de vinhos, tecidos de algodão, cimento, conservas, azeite e outros produtos vindos da indústria metropolitana, tecnologicamente defasada e de alto custo em comparação aos concorrentes estrangeiros.

Como Fernando Rosas indica, até o início dos anos trinta as colônias representavam na prática para a metrópole um valor muito maior nos planos político e ideológico que no econômico. Demonstrando tabelas estatísticas de produção econômica e trocas comerciais, o historiador conclui que a metrópole importava em maior volume do estrangeiro certas matérias-primas que as colônias também produziam, sendo talvez as oleaginosas uns dos únicos casos em que vinham das colônias maiores volumes que do estrangeiro. Em relação a exportações para as colônias, há destaque para vinhos, tecidos de algodão e outros bens de consumo vindos da indústria transformadora metropolitana⁶⁷. Esses setores tinham maior interesse nas colônias, mais como mercados consumidores de seus produtos industrializados que mercados fornecedores de matérias-primas (ROSAS, op. cit., 80-81). Fica exposta uma situação de interesse de certos grupos econômicos industriais da metrópole nos mercados coloniais, onde realizariam parcela significativa de seu processo de acumulação. Alguns desses grupos demonstravam menor interesse no desenvolvimento colonial e na nacionalização desses mercados⁶⁸, já outros demonstravam maiores interesses no sentido de subordinar as atividades coloniais ao mercado interno metropolitano⁶⁹. Em geral, no início dos anos 1930, as colônias serviam como extensão do mercado interno para agricultura de exportação e alguns setores da indústria, dependente dos mercados coloniais; também como fontes de acumulação do capital bancário, comercial e industrial, interessados na exploração e comércio das *commodities* coloniais; e como instrumento de equilíbrio das contas externas do Estado (ibidem, p. 87).

A crise desencadeada em 1929 seria sentida com maiores efeitos em Portugal apenas em 1931, porém já passava desde o início da década de vinte pela crise econômica colonial. As potências coloniais mais desenvolvidas sentiriam já em 1929 os efeitos da crise mundial, abrandando suas pressões e concorrência sobre Portugal e abrindo espaço para que as classes dominantes portuguesas já pensassem na nacionalização das colônias e o regresso ao pacto

⁶⁷ Água mineral, cerveja, bolachas, laticínios, chapéus, calçados, fósforos, sabões, tintas, vidraça e cimento.

⁶⁸ Eram os casos das burguesias da família Burnay (ligada ao Banco Burnay, atuando em Angola com pesquisas mineiras e com a Diamang, e com companhias agrícolas, e possuindo em São Tomé em roças); da família Ulrich (ligada ao Banco Nacional Ultramarino, atuando em Angola, Moçambique e Guiné com companhias agrícolas e possuindo roças em São Tomé); e da família Espírito Santo (ligados ao Banco Espírito Santo e Banco da Beira, atuando em Angola com a Diamang e companhias agrícolas, em Moçambique com companhias agrícolas e possuindo roças em São Tomé) (ROSAS, 1986, p. 85-86).

⁶⁹ Casos da *holding* CUF (ligada ao banco Casa Totta e à companhia de navegação da Sociedade Geral do Comércio e Indústria, atuando em Guiné pela Casa Gouveia e em Angola pela Companhia do Congo Português); da família Castelo Branco (ligada ao Banco Nacional Ultramarino e à Companhia Nacional de Navegação, atuando em Angola e Moçambique com companhias agrícolas); família Reis (ligada ao Banco Português do Continente e Ilhas – Montepio Comercial e Industrial, atuando em Angola com companhias agrícolas e pecuárias, e possuindo roças em São Tomé); e família Centeno/Fundição de Oeiras – CRGE (ligada à Companhia Nacional de Navegação e atuando em Moçambique com companhias agrícolas) (ROSAS, 1996, p. 85-86).

colonial estrito em sentido protecionista, revogando a “política de portas abertas” imposta pelas potências vencedoras da 1ª Guerra Mundial e que fazia a prática descentralizadora e de autonomia dos governos coloniais da república liberal. Como reações à crise mundial, apenas em 1931 a tecnocracia colonial francesa redefiniria o relacionamento da metrópole com as colônias na exploração econômica, e em 1932 a tecnocracia britânica redefiniria essas relações com os acordos de Ottawa com políticas protecionistas de “preferência imperial” e portanto revogando as práticas de livre-cambismo (ROSAS, 1986, p. 90; 1998, p. 253).

Perante esses condicionalismos, somados à propaganda de que ameaças estrangeiras rondavam os territórios portugueses de além-mar, a ditadura que já se preparava em Estado Novo adotou uma nova postura política em relação às colônias, nacionalista e centralizadora, definindo o que seria o “império”.

Já no início de 1930, Ivens Ferraz foi demitido da chefia de governo e quem assumia em seu lugar era o general Domingos Oliveira, marcando a derrota daqueles componentes da ditadura que pretendiam retornar à “normalidade constitucional republicana” (ALEXANDRE, 1993, p. 1132). Nesse novo governo, António de Oliveira Salazar permaneceu como titular na pasta das Finanças e passou também a ser ministro interino na pasta das Colónias, fato que se justificava pelas intenções de se estender às colónias as políticas de “equilíbrio financeiro” aplicada na metrópole, o que abria ainda mais caminho à sua ascensão no regime (idem). Assim, com Salazar à cabeça do Ministério das Colónias, e sete meses após a conferência de Galvão na SGL, é aprovado o documento que definiria juridicamente as políticas do império: o *Acto Colonial*⁷⁰.

A passagem de Salazar pelo Ministério das Colónias devia-se sobretudo à sua atuação de tecnocrata das finanças. Tendo as colônias, sobretudo Angola, passado por preocupante crise econômica e financeira, o regime já por isso legitimava o acúmulo de cargos de Salazar. Na política colonial seria incluída a necessidade de “saneamento financeiro”, porém era preciso antes de tudo que se justificasse ideologicamente as novas tomadas de posição da ditadura no assunto. Extinguindo o alto-comissariado e revogando os princípios de descentralização e autonomia dos governos coloniais, a nova concepção de práticas de gestão colonial estaria assentada nos princípios do nacionalismo e da centralização de poderes na metrópole – mais especificamente no Terreiro do Paço. Assim, para justificar a promulgação do *Acto Colonial*,

⁷⁰ Decreto nº 18.750 de 8 de Julho de 1930.

Salazar argumentava oficiosamente dizendo que “causas profundas na raiz das deficiências de ordem económica, financeira e política que se pendem aos princípios mais fundamentais da administração colonial”, portanto, antes de qualquer reforma constitucional, era preciso um diploma onde

“as garantias fundamentais da nação portuguesa como potência colonial, as dos indígenas, as da governação ultramarina e as das relações económicas e financeiras entre a Metrópole e as colónias [e] representasse, em face das tendências e necessidades da época, uma proclamação do mais alto nacionalismo e uma barreira contra os factores de desorganização” (SILVA in ROSAS e BRITO, 1996, p. 21)

. Em 1930, Portugal estava em conflito com a Sociedade das Nações quanto ao trabalho indígena obrigatório/forçado, sendo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a instituição que interpelava diretamente o país. Isso favorecia o discurso dominante no governo de que haveria forças estrangeiras interessadas em “internacionalizar” as colónias portuguesas, portanto foi bem a calhar aos defensores de sua nacionalização. Além disso, a situação política interna, caracterizada por esses nacionalistas como uma desordem na administração, também foi importante para a construção ideológica em curso (ALEXANDRE, 1993, p. 1133).

A redação do Acto Colonial é atribuída a Salazar, Quirino de Jesus e Armindo Monteiro⁷¹. Este último, já bastante determinante para o viés ideológico do diploma, que, de maneira geral, “inaugura uma nova fase na administração colonial portuguesa, uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, que irá vigorar até 1951” (CASTELO, 1998, p. 45). Juridicamente, pode-se dizer que foi o primeiro documento constitucional do Estado Novo, marcando ainda o início da organização constitucional das colónias (TORGAL, 2009, p. 183). Como projeto, o Acto Colonial foi de pronto aprovado pelo Conselho de Ministros, mas era necessário passar por uma apreciação pública entre gestores interessados na questão colonial, que foi no III Congresso Colonial, reunido na SGL. Nessa reunião estavam duas correntes se

⁷¹ Todos os três eram técnicos especialistas em finanças, licenciados em Direito – Salazar e Jesus – ativistas conservadores iniciados no Centro Católico – pela Universidade de Coimbra, onde o primeiro seria docente, e Monteiro, de origem burguesa e anglófila, pela Universidade de Lisboa, onde também seria docente. Os três formavam o “núcleo duro” da tecnocracia financeira da Ditadura Militar, tendo Salazar na chefia. Armindo Monteiro e Quirino de Jesus eram especialistas em assuntos coloniais – o primeiro seria Ministro das Colónias de 1931 a 1935, e o segundo despontava como maior especialista entre os três neste assunto, tendo colaborado com diversos textos em periódicos especializados. É interessante verificar que o “triumvirato” redator do Acto Colonial era composto por intelectuais-gestores técnicos em finanças e economia, dando a perceber a diretriz impulsionadora da política colonial do Estado Novo.

defrontando: uma contrária ao Acto Colonial, destacando-se Cunha Leal e a outra, favorável, destacando-se Henrique Galvão, apoiada pelo Conselho Superior das Colónias, louvando a figura pessoal de Salazar. Por esse fato, pode-se perceber que Galvão, que tanto clamava por uma “doutrina colonial” de “orientação superior”, apoiou e divulgou o Acto Colonial, para si uma esperança de mudança nos rumos da administração colonial.

Os termos “Acto Colonial”, “Império Colonial Português” e “Colónia” foram por si só questão de controvérsia devido a objeções de opiniões divergentes (SILVA in ROSAS e BRITO, 1996, p. 21). O Conselho Superior das Colónias tinha consenso em relação aos termos “Acto Colonial” e “Colónias” em vez de “Províncias Ultramarinas”, por considerar que esse último termo era homólogo a uma política assimilacionista enquanto “colónias” corresponderia melhor à “política de associação” já levada por outras potências coloniais (TORGAL, 2009, p. 475). Discussão sobre termos e conceitos que, enfim, não modificava a realidade de subordinação dos territórios coloniais à metrópole, nem eliminava a pretensão de assimilacionismo por conceitos que exprimiam um certo proteccionismo e paternalismo nas políticas de gestão de indígenas.

Aprovado e promulgado o diploma, estava oficialmente declarado que o país tratava-se de um império colonial, portanto estava fundamentada ideologicamente uma nova fase na política colonial portuguesa – a do Estado Novo. A base ideológica do “império”, presente no Acto Colonial, deve-se muito a Armindo Monteiro, que chegou a ser ministro das Colónias por cinco anos. Em seus escritos, “a missão imperial aparece como a expressão de um «ideal colectivo», radicado «pelos séculos na alma da Nação» e correspondendo por isso mesmo a um imperativo histórico e político, cuja negação poria em causa a própria independência do país” (ALEXANDRE in ROSAS e BRITO, 1996, p. 432). Essa visão de mundo sobre a “missão imperial” seria certamente adequada à concepção salazarista de Estado: fortemente centralista e nacionalista, destacando uma função integradora do território colonial (idem). Publicado pela Secretaria Geral do Ministério das Colónias a 8 de Julho no *Diário do Govêrno*, o decreto que aprova o Acto Colonial tem em seu preâmbulo a afirmação de que o diploma pertence a uma conjuntura de reforma na “Constituição Política da República”, referindo-se à parte relativa às colônias. Nessa introdução, justifica-se ser necessária essa reforma em defesa da soberania portuguesa sobre as colônias, sobretudo a partir da Guerra Mundial, quando aumentaram os rumores de ameaças estrangeiras aos territórios ultramarinos portugueses. Outra justificativa seria a de reorganizar internamente a administração pública, então rompendo o modelo de

autonomia financeira e descentralização administrativa das colônias ⁷². Estaria assim substituindo-se o título V da Constituição de 1911, da República liberal, a “Primeira República”, afirmando princípios de centralização administrativa das colônias para a metrópole.

Já no texto, o título I (“Das garantias gerais”) traz os princípios ideológicos do diploma, declarando a soberania portuguesa sobre seus territórios – cuja posse e colonização são defendidas como uma “função histórica” – e a unidade do Império⁷³. Este é o principal preceito do Acto Colonial e que corresponde ao artigo 2º que, quase uma unanimidade na historiografia, é o que fundamenta ou resume o diploma e seu sentido ideológico:

“Art. 2º. É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nêles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do oriente”⁷⁴.

Além de possuir e colonizar, outro aspecto de função histórica destacado é o de “civilizar” ou “exercer influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”, o que quer dizer que reforça a ideia de que os povos nativos das colônias, os chamados indígenas, estariam sujeitos a ações civilizatórias embasadas na relação entre a Igreja Católica e o Estado. Fica reiterada a visão de mundo de que a função histórica do povo português é a de submeter outros povos, considerados em estágios inferiores de evolução, aos paradigmas culturais cristãos, como papel civilizatório da colonização.

O que temos nesse título I é a afirmação ideológica da existência de um império uno, fundando a noção de “**Império Colonial Português**” por uma perspectiva centralista. Sobre isso, e pela já citada questão de defesa de uma unidade contra o desmembramento e contra as ameaças estrangeiras à soberania, há o preceito de que:

”Os domínios de Portugal constituem o Império Colonial Português. Uma solidariedade moral e política existe substancialmente nas suas partes componentes e com a Mãe-Pátria. Envolve essa solidariedade em especial o dever de contribuir o

⁷² *Acto Colonial*, Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1307.

⁷³ Nos principais preceitos do título I, é colocado: “Portugal, diz-se aí, tem a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos e de exercer influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. Denominam-se colônias êsses domínios e cada um dêles é indivisível, devendo manter a indispensável unidade pela existência de uma só capital e de um só governo geral ou de colônia, contrariando-se as ideias de desmembramento”. In.: *Acto Colonial*, Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1308.

⁷⁴ *Acto Colonial*, Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1309.

Império para que sejam garantidos os fins de cada um dos seus membros e a integridade e defesa da Nação (...)"⁷⁵

Essa ideia é correspondida no texto com o artigo 3º:

“Art. 3º. Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português. O território do Império Colonial é o existente à data da publicação deste diploma.

§único. A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter a qualquer outro território colonial”⁷⁶

A ideia de solidariedade tem intenção de romper com a ideia de descentralização administrativa, considerando as colônias como partes periféricas e espalhadas pelo mundo e a metrópole como parte central de um todo – o Império. Este, por seu lado, constituiria nesse sentido a essência da nação portuguesa, que corresponderia a toda população de todos os territórios – ainda que os indígenas “não-assimilados” fossem regidos por códigos distintos e por isso não gozavam de cidadania. A centralização dos poderes, entretanto, ficaria na metrópole – especificamente Lisboa. Quanto às atribuições do Estado, reservava-se “o direito de administrar e explorar os portos comerciais das colônias”, portanto impondo monopólio e limites aduaneiros a bandeiras estrangeiras. Também o Estado não concederia prerrogativas de soberania a empresas privadas⁷⁷, limitando aos poucos as concessões já estabelecidas desde o século XIX e gradativamente subordinando o Estado A às prerrogativas de nacionalização do Estado R.

O que se verifica nas intenções do texto é que, referente à organicidade do “Império Colonial Português”, todas as suas partes componentes são solidárias entre si e com a metrópole (art. 5º), o centro administrativo e decisório da totalidade do império, como forma de assegurar a integridade física da nação (art. 6º). Por questão de soberania, o Estado não aliena nem cede territórios ou poderes públicos a nações ou a empresas privadas (art. 7º, 8º, 9º, 10º e 11º). Sobre as concessões a empresas privadas, ressaltam-se os limites às suas atividades (art. 12º), devendo-se sempre subordinar aos interesses nacionais em que o Estado é o regulador e planejador dos processos produtivos. Ainda nessa linha, mas em especial ao capital estrangeiro, o compromisso é o de se garantir o princípio da nacionalização:

⁷⁵ *Acto Colonial*, Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1308.

⁷⁶ *ibidem*, p. 1309.

⁷⁷ *ibidem*, p. 1308.

“Art.13º. A concessões do Estado, ainda quando hajam de ter feito com aplicação de capitais estrangeiros, serão sempre sujeitos a condições que assegurem a nacionalização e demais conveniências da economia da colônia (...)”⁷⁸

Exclusivamente sobre populações africanas nos territórios coloniais, há o título II (“Dos indígenas”). Nesse ponto é explícito o sentido protecionista aos “indígenas”, o que significa que os povos nativos africanos circunscritos em território colonial são tutelados pelo Estado (TORGAL, 2009, pp. 183; 476). Essa tutela, como é de se presumir, reafirma a ideia de que as sociedades negras em África vivem em uma menoridade civilizacional em relação aos europeus. Considerado inferior ao europeu, o negro necessitaria portanto ser tutelado e civilizado como forma de se seguir uma suposta evolução, parte do dever e função histórica do povo, nação ou “raça” colonizadora⁷⁹.

Quanto ao trabalho indígena, o Acto Colonial garante em letra⁸⁰ que, se a serviço do Estado, o trabalho é remunerado (art. 18º). Também é previsto que há proibição em o Estado fornecer trabalhadores indígenas a empresas privadas (art. 19º). Já os citados direitos de liberdade individual, justo salário e assistência (art.21º) estão contrapostos à garantia de que o Estado pode compelir os indígenas ao trabalho em caso de obras públicas de grande interesse coletivo, em execuções de decisões penais ou cumprimento de obrigações fiscais (art. 20º). Sejam quais forem os direitos ou os deveres garantidos, a ideia é a da tutela do branco sobre o negro, numa visão marcada por correntes racistas do final do século XIX assente na crença da inferioridade da “raça negra” (CASTELO, 1998, p. 47). Por essa visão de mundo, consideradas como fator essencial de um processo de dominação colonial, as missões religiosas têm papel de importância fundamental – como também era defendido por Henrique Galvão – na atribuição de “civilizar” o indígena. Nesse texto, é notória contribuição ou absorção de preceitos já

⁷⁸ *Acto Colonial*, Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1310.

⁷⁹ “A soberania de Portugal no ultramar tem sido dominada através da história pelos mais altos princípios de civilização cristã. A sua acção foi sempre superiormente guiada por um sincero pensamento universal. No texto das leis e na mente dos governantes preponderava a ideia da igualdade humana e a aspiração geral de defender, proteger e educar os indígenas (...) O Estado protege e defende os indígenas das suas colónias. Estabelece que é dever da autoridade colonial impedir ou castigar os abusos cometidos contra eles (...) Proíbe os regimes pelos quais tome o compromisso de os fornecer para o serviço de emprêsas (...) Estriba o contrato de trabalho na liberdade individual e na garantia do justo salário e assistência, com a sua fiscalização”. In.: *Acto Colonial*, Diário do Governo, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1308.

⁸⁰ Garantias em textos legais ainda hoje não pressupõem suas realizações na prática. É o que mostrarei mais adiante a respeito da polémica com a Sociedade das Nações acerca do trabalho forçado, tendo Henrique Galvão como interlocutor em defesa das posições do regime. Já em 1947, acerca do mesmo assunto, Henrique Galvão apresenta nova tomada de posição, entrando em colisão contra o regime.

aplicados pelo alto-comissário Norton de Matos, como a estratégia de se garantir usos e costumes dos indígenas, gradativamente transformados no processo de “civilização”⁸¹.

Referente ao regime político e administrativo (título III), afirmando princípios de centralização administrativa na metrópole, é oficialmente extinto o regime de alto-comissariado, substituindo esse cargo pelo de governador geral ou de colônia, “a quem reduz drasticamente os poderes e a autonomia da decisão, centralizada agora no ministro das Colônias ou no Governo de Lisboa (cf. art. 29º, 30º e 31º)” (CASTELO, 1998, p. 46). Tais princípios de centralização são reafirmados no título IV (“Das garantias económicas e financeiras”). Nesse último item trata-se da organização financeira das colônias e das atribuições do governo central da metrópole nesse campo. Os fundamentos são da política financeira de Salazar, que o fez tão aclamado técnico das finanças na Ditadura Militar, com políticas de rígido controlo orçamentário e restrições a empréstimos do estrangeiro, numa perspectiva de proteccionismo econômico claramente nacionalista. Essa organização econômica e financeira é subordinada ao princípio da unidade nacional (a que chamam de solidariedade neste diploma) em que a metrópole, quer dizer o centro decisório do Estado R, é nomeadamente “árbitro” dos interesses comuns, dando fim à autonomia financeira das colônias e proibindo-as de contrair empréstimos ao estrangeiro – como era na república liberal, atendendo a demandas das potências vencedoras da 1ª Guerra Mundial que tinham na SDN o espaço de negociações e decisões geopolíticas⁸².

No documento está a justificativa ideológica para sua redação e aprovação, considerando o império como futuro da nação, a qual extrapolaria as fronteiras europeias, e delineando propostas de ações práticas. Os redatores, que já afirmaram que o Acto Colonial faz parte do processo de reforma constitucional, defendem que a aprovação deste diploma deve vir antes mesmo da reforma geral da Constituição, afirmando urgência de políticas de fomento da economia ultramarina, moderação para dívidas e emergência de obras públicas na África portuguesa com a finalidade de “colonização propriamente dita” e “expansão da nossa raça”⁸³. Nesse projeto ideológico para uma política colonial de um novo regime que se preparava está

⁸¹ “O Estado promulga para os indígenas, onde seja ainda primitiva a rudeza, estatutos especiais que, orientados ainda assim pelo direito público e privado de Portugal, contemporizem com os usos e costumes que não destoem essencialmente da moral e dos princípios de humanidade. Aceita e auxilia as missões religiosas portuguesas, como agentes eficazes de civilização e de soberania (...)” In.: *Acto Colonial*, Diário do Govêrno, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1308.

⁸² Por exemplo, um alto-comissário tinha autonomia suficiente para negociar empréstimos diretamente com a União Sul-Africana ou com empresas privadas sem necessariamente pedir permissão ou ter o governo metropolitano como intermediário.

⁸³ Diário do Govêrno, I Série, nº 156, 08/Julho/1930, p. 1309.

um termo que o define: a *mística*. Franco Nogueira, que já foi inclusive ministro dos Negócios Estrangeiros durante o Estado Novo, defende o Acto Colonial em uma de suas obras apologéticas⁸⁴ do regime:

“Não se tratava, com efeito, de uma relação entre dominantes e dominados, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e soberanos e súbditos ou vassalos. Procurava-se firmar a noção moral e espiritual de um império que fosse, no seu conjunto, uma *totalidade portuguesa*: seria uma extensão ou um prolongamento de Portugal. É esta a mística que se incute no ânimo dos Portugueses: fazer sentir a estes a presença viva do ultramar e apertar entre todos os territórios os laços de convívio e de solidariedade” (NOGUEIRA, 2000, p. 241)

Douglas Wheeler, como já citado anteriormente, detecta nos movimentos republicanos angolanos, e na reação, as raízes intelectuais da mística colonial. Também afirma que essa mística estava já bem arraigada nos primórdios da república implantada, com Bento Carqueja afirmando em 1920, no sentido de encontrar no ultramar as razões de ser da nação, que “nas colónias reside a garantia mais segura da nossa autonomia, a mais sólida garantia da nossa prosperidade”. As colónias como futuro promissor de Portugal e principalmente Angola como espécie de “salvação nacional”, em contexto de lentas conquistas do interior africano – cujo controle significava o caminho para a “transformação gloriosa da nação” – é a ideia geral da consolidação de uma *mística colonial* (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 131-132).

A mística do Acto Colonial está bastante associada à contribuição de Armindo Monteiro, que seria ministro das Colónias nos próximos cinco anos. Ainda jovem, mas já docente da Faculdade de Direito de Lisboa como professor de Economia Política (assumidamente antiliberal), Monteiro redigiu para o seu curso um manual multidisciplinar no qual incluía-se apontamentos sobre a realidade demográfica portuguesa. Certo de que os portugueses estariam perante uma “iminente decadência da raça”, e baseando sua análise na estagnação demográfica apontada pelo censo de 1920, sublinhava alguns fatores para o fenómeno: “perda do espírito religioso”, “fraqueza da instituição familiar”, “contágio de maus comportamentos” e ausência de uma “*mística portuguesa*” (OLIVEIRA, 2000, p. 40-41).

Como medidas concretas a partir da promulgação do Acto Colonial houve, na área econômica, a recusa em ratificar a convenção sobre o trabalho forçado, e a promulgação da “lei

⁸⁴ Nesta mesma obra, este autor afirma que a escolha por uma política centralizadora tinha como motivação “libertar as *colónias* de servidões antigas, que na prática limitavam o exercício da soberania portuguesa” (NOGUEIRA, 2000, p. 241).

de transferências” em 1931 que dava prioridade nos pagamentos aos exportadores metropolitanos, garantindo-lhes importante parte do mercado angolano; e nas finanças, o reforço da política de equilíbrio financeiro. Com Armindo Monteiro, a partir do mesmo ano de 1931, haverá também uma “intensa campanha em torno da ideia de império, que marcará o regime (e o país) nas décadas seguintes” (ALEXANDRE, 1993, p. 1134). Para ele, “no Ultramar está o verdadeiro ideal português”, correspondendo ao discurso colonial republicano construído a partir da ocasião do ultimato britânico de 1890, que também considera Portugal como nação pluricontinental constituída em um todo “uno e indivisível” (OLIVEIRA, 2000, p. 112).

A visão de mundo colonial de Armindo Monteiro, intelectual-gestor de peso na constituição ideológica do Acto Colonial e do Estado Novo, baseia-se na crença de superioridade da civilização ocidental, impondo às populações consideradas “incapazes” a ascensão a formas superiores de vida social e espiritual (ALEXANDRE in. ROSAS e BRITO, 1996, p. 432). É a ideia de hierarquização de raças – considerando mesmo uma natural indolência dos negros, que deveria ser combatida pelo trabalho compelido e obrigação de pagamento de impostos – derivada do darwinismo social que seria presente na ideologia colonial do Estado Novo. Para Armindo Monteiro, alguns negros seriam inevitavelmente aniquilados, ao passo que outros seriam civilizáveis, mas sempre em posição inferior e por isso subordinado no processo produtivo: os dirigentes e técnicos deveriam ser sempre brancos (ibidem, p. 433).

Surge um novo conceito de Império, “a um tempo naturalista/organicista e ontológico”: “Pelo empolamento retórico e pela manipulação da história, Monteiro coloca o Império «acima das finanças, da economia e da política», em comunhão com o passado, a moral e o sentimento nacionais, qual «consustanciação do próprio ideal português»” (CASTELO, 1998, p. 47). Era a apropriação de Monteiro da “concepção espiritual” de império do nacionalismo católico de Quirino de Jesus, fundamento do artigo 2º do Acto Colonial, basicamente a versão portuguesa do “fardo do homem branco” (OLIVEIRA, 2000, p. 112). Tal clima de “arrebamento imperial” não é exclusivo de Portugal, mas vem de uma perspectiva universalista adotada por outras potências coloniais: “«por todo o lado a colonização faz-se em nome, quer da necessidade de explorar riquezas do continente africano, quer do dever de ‘elevar’ as raças atrasadas ou inferiores, espalhando os benefícios da civilização ocidental»” (CASTELO, 1998, p. 50-51). Na visão de mundo de Armindo Monteiro, porém, o novo conceito de império é

tomado – baseado na ideia de direito e função históricas de possuir, colonizar e civilizar – como algo atemporal, de vontade do povo, ou uma realidade moral e espiritual unicamente portuguesa, com uma mentalidade particular (ibidem, p. 47). É esta a **mística** imperial ou colonial do novo diploma, difundida como um pretense amor pelo império cuja realização estaria a cargo do Estado Novo. Para a tarefa de difusão dessa visão de mundo foram organizados vários congressos, mostras, exposições, feiras etc. com o intuito de fazer propaganda dos valores ideológicos do “Império Colonial Português”, além de terem sido plataformas de negociações entre Estado R e Estado A interessados nos mercados coloniais. Para dirigir alguns desses importantes eventos, Henrique Galvão seria constantemente acionado como intelectual-gestor de confiança, especialista em assuntos coloniais.

A equipe de gestores que orbitavam em torno de Salazar apresentava os fundamentos do que seria o partido único da ditadura do Estado Novo: a União Nacional, contemporânea ao Acto Colonial. Os esforços até então eram o de aglutinar elementos da heterogênea ditadura, composta por várias tendências de direita e extrema-direita, em torno de um projeto hegemônico e, mais desafiador ainda, criar uma base de apoio civil.

Em meio a vários projetos dentro da ditadura para se aglutinar forças, em 1927 o governo anunciara intenção de criar uma “organização de forças civis” que fosse diferente do esquema de partidos da democracia representativa da república liberal e de uma forma que não se abalasse o equilíbrio entre as várias tendências internas. Surgia então a União Nacional Republicana – ou apenas União Nacional – e que seria o projeto mais próximo do que seria a União Nacional salazarista. Como se demonstrou em 1930, faltava mesmo Salazar como figura conciliadora para integralização do projeto o qual já expunha três anos antes suas perspectivas organizativas: iniciativa do governo com estreito atrelamento entre partido e Estado, hierarquia rígida, propositada indefinição ideológica e pouco apelo à mobilização popular (CALDEIRA, 1986, p. 943-952).

O general Domingos de Oliveira, então chefe de governo, apresentou em 30 de Julho de 1930 o manifesto com as bases orgânicas da União Nacional que então surgia como associação cívica e só no Estado Novo se consolidaria enquanto partido único ligado ao regime, inclusive recebendo recursos financeiros dos cofres públicos. Na cerimônia fundadora da UN, Salazar que era ministro das Finanças proferiu o discurso posteriormente intitulado “*Princípios*

fundamentais da Revolução Política”, um manifesto de várias alíneas que pretendia estabelecer os caminhos para um “projeto político nacional” que ultrapassasse a lógica “demoliberal partidária”. Salazar, portanto, um dos fundadores da UN, com esse discurso pretendeu agregar o máximo possível de grupos políticos em um plano de grande abrangência e ambiguidade, desde que nacionalistas e de tendência autoritária e antiliberal:

“«A União Nacional compõe-se de portugueses dispostos, pela compreensão dos seus maiores deveres cívicos, a trabalhar para a salvação e engrandecimento de Portugal» (1.º). Para tal, procurava-se, como ali se dizia, encontrar um «terreno comum»: «A União Nacional reconhece que, para se organizar eficazmente e desempenhar bem a sua missão, tem de escolher, como terreno comum dos seus membros, entregues dentro dela a uma colaboração patriótica, as doutrinas fundamentais de direito público e de nacionalismo que sejam ou possam e devam ser geralmente seguidas, pelas exigências razoáveis das situações herdadas, ou da ideologia superior da época, ou das aspirações do povo português» (4.º)” (Manifesto apud TORGAL, 2009, p. 174-175)

Entre os pontos dessa doutrina nacionalista defendida, estão as afirmações de que “Portugal é um Estado pacífico, civilizador e cooperante na ordem internacional” (alínea c) e também princípios coloniais de caráter europeísta e racista, em acordo com as perspectivas do Acto Colonial. Aqui se reafirma a função colonizadora e “civilizadora” da nação portuguesa:

“«A Nação Portuguesa considera princípio de direito público, estabelecido pela História, pelos equilíbrios das raças e dos Estados, pelos fins da civilização e pela sua acção colonizadora, possuir fora do continente europeu o domínio ultramarino, territorial, político e espiritual que juridicamente lhe pertence ou venha a pertencer em complemento da sua posição geográfica» (alínea h)” (Manifesto apud TORGAL, 2009, p. 175)

O Estado, na nova proposta de organização política dos poderes, deveria demonstrar força, com papel centralizador das ações nacionais – “centro de propulsão, coordenação e fiscalização de todas as atividades nacionais” (alínea k), onde o Executivo teria papel fundamental ou a “plenitude da força e da autoridade” (alínea v), relegando ao Legislativo as funções de legislar e fiscalizar. Nesse sentido, há influências das teses jurídicas de Alfredo Rocco, importante intelectual do fascismo italiano que reequacionava a tese clássica – ou a perspectiva liberal de Montesquieu – de divisão de poderes (TORGAL, 2009, p. 176).

No âmbito de coordenação económica, ao Estado forte estaria o dever de organização produtiva sob base corporativista, estabelecendo direitos à classe trabalhadora fora dos ditames do liberalismo e também longe das tendências marxistas, procurando uma harmonia por pretensa conciliação que negasse o antagonismo de classes e reafirmasse a nação como uma totalidade comum a todos os cidadãos:

“«A **União Nacional** consagra e perfilha assim um nacionalismo histórico, racional, reformador e progressivo, que, teórica e praticamente, se desvia do socialismo e do liberalismo sistemáticos e concorrentes a posições exclusivistas, sem tornar impossíveis as adesões que daí mesmo deve trazer o espírito de civismo, de renascença ou de renovação» (6.º)” (TORGAL, 2009, p. 177)

Paralela à UN, elementos de extrema-direita de tendência a um fascismo radical mais próximo aos moldes da experiência mussoliniana em seu caráter miliciano compunham a Liga 28 de Maio, demonstrando que as pretensões unificadoras do grupo hegemônico de Salazar encontrava algumas resistências até mesmo entre grupos que partilhavam da mesma oposição àqueles membros republicanos conservadores, possivelmente ou certamente partidários do retorno à república parlamentar. A oposição entre o autoritarismo conservador e conciliador da UN, que rejeitava a mobilização de massas, e o autoritarismo radical e “fascizante” de outros elementos, seria expressa de maneira mais contundente nos confrontos e divergências políticas entre a União Nacional e o Nacional-Sindicalismo⁸⁵. Ficava marcada com a fundação da UN a vitória do grupo de Salazar, já consolidado seu poder dentro da ditadura devido à sua esperada atuação de tecnocrata das finanças. Com ele em franca ascensão na hierarquia do regime, sacrificou alguns apoios de fascistas radicais objetivando reunir apoios de uma extrema-direita que tinha como base a rejeição ao liberalismo, formando o “partido único, brando e submetido ao Estado” (LÉONARD, 1998, p. 47). Dessa constatação de Yves Léonard, devo discordar, ou ao menos questionar a relativização que considera uma brandura na UN: se não se configurava exatamente como suas congêneres da Itália fascista ou da Alemanha nacional-socialista, não tira o fato de que demonstrou pesada censura e perseguição a opositores lançados à clandestinidade.

Se chegaram ao poder com relativo consenso social, os militares estariam já no fim da década de vinte demonstrando-se incapazes de gerir o poder que dispunham, inclusive pela

⁸⁵ Cf. PINTO, A. C. As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. **Análise Social**, Lisboa, XXVII, 1992. 575-613.

ausência de projeto ideológico coerente na heterogeneidade de forças componentes da ditadura. Setores como da pequena burguesia urbana mostravam-se insatisfeitos com a Ditadura Militar repleta de instabilidades ministeriais, em que os militares faziam-se presentes e predominantes em ministérios, administrações civis municipais e mesmo em empresas, além de exercerem grande influência nos governos. A Ditadura Militar, para além de não conseguir aglutinar as diversas tendências políticas do regime em torno de um chefe, encontrava oposição de alguns setores das burguesias locais, insurreições militares nos quartéis e ainda precisou de um civil para se resolver – à maneira autoritária – a crise financeira. Com as exigências de Salazar e seus êxitos nas questões financeiras pela ditadura, os militares iriam progressivamente perdendo os espaços de poder decisório (CALDEIRA, 1986, p. 954).

Aos oficiais militares reunidos a 28 de Maio de 1930 (aniversário de quatro anos do golpe) no Arsenal da Marinha, Salazar discursava para passar a mensagem de que a ditadura não seria um intervalo na “normalidade constitucional” para se retornar à antiga ordem, mas uma fórmula transitória que em si não seria solução do problema, ao qual deveriam procurar outras soluções. Da solução autoritária que esboçava, Salazar basicamente pedia aos militares que continuassem sendo base legitimadora, mas que se afastassem das principais decisões (ibidem, p. 455). A UN como partido foi criada “a partir de cima”, diferentemente das experiências de fascismo radical em que os partidos formam-se a partir de instituições de base como sindicatos, milícias ou mesmo as forças armadas. Seu tipo seria os do que Juan Linz chamou de “partidos unificados” e Giovanni Sartori de “partidos únicos autoritários”, prescindido de divergências fundidas (com integrações e exclusões) a partir de cima (PINTO, 1992, p. 586-587). Todavia, essa unificação não isentou o regime de posteriores contestações e revoltas oposicionistas – sobretudo da própria direita e extrema-direita, republicanos ou monárquicos – durante os próximos anos no continente, nas ilhas, nas colônias ou nos exílios (LÉONARD, 1998, p. 47).

O *Manifesto da União Nacional* seria mais que o estatuto fundamental do partido, mas o esboço do que seria a Constituição de 1933, documento legal que consolidaria juridicamente o regime do Estado Novo. No manifesto, assim como estaria na Constituição, já se presumia um Estado autoritário e corporativo, mas com elementos típicos da tradição liberal de garantias de direitos individuais (CALDEIRA, 1986, p. 955). Essas garantias liberais, assim como as garantias de limitada autonomia previstas do Acto Colonial, evidentemente não passariam da letra portanto não seriam de fato garantias – como sempre foi comum em regimes autoritários,

e em especial os fascistas, os malabarismos retóricos de garantias de direitos não tinham correspondência na vida prática. Nesse caso, em específico, Salazar fazia uma pequena concessão àquelas tendências republicanas liberais tendo em vista assegurar seu poder pelos equilíbrios. Já a Constituição de 1933 incorporaria o Acto Colonial, sofrendo ligeira alteração em 1935 de teor “cosmético”. A propósito, modificações legais de teor cosmético, em que palavras e conceitos são reutilizados, manipulados ou transformados, seriam constantes durante o Estado Novo, sobretudo em questões de polêmicas internacionais acerca do modelo de colonialismo e do caráter fascista do regime.

2.3. Primeiro ano na direção da revista *Portugal Colonial* e a polêmica do trabalho indígena (1931)

Em 1931, já prestigiado no círculo colonial da ditadura e entre os homens ligados a Salazar, Henrique Galvão foi nomeado chefe de gabinete do Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, função que exerceria até 1935. No mesmo ano de 1931 também foi incumbida a Galvão a função de dirigir⁸⁶ a revista *Portugal Colonial*, cujo nome oficial era “*Portugal Colonial: Revista mensal de propaganda e expansão do Império Português*”, título que já indica as intenções e o grau de importância de tal empreendimento.

A revista era propriedade do nome social “Emprêsa Portugal Colonial”, localizada na baixa pombalina, precisamente na Rua Augusta em Lisboa (nº. 229, 2º andar), a cerca de meio quilómetro do Terreiro do Paço. Contou com a colaboração de artigos de políticos, administradores coloniais, académicos, militares e empresários, “que partilham reflexões sobre os mais diversos problemas relacionados com a administração e o desenvolvimento das colónias, denunciando problemas, representando interesses de tipo corporativo e defendendo soluções” (CORREIA, 2014, p. 01). Inclusive a revista era patrocinada por capitalistas das mais variadas áreas⁸⁷, desde produtos farmacêuticos, fábricas de vinhos e cervejas, companhias de

⁸⁶ Henrique Galvão foi diretor da revista de 1931 a 1937.

⁸⁷ Como exemplos de patrocinadores que anunciavam na revista: Vacuum Oil Company, Diamang, Cotonang, C. Vinhas Lda., Companhia de Mossamedes, Companhia do Sul de Angola, Companhia de Moçambique, Companhia Nacional de Navegação, Algodoeira Colonial Lda., Companhia Central Vinícola de Portugal, Companhia de Cervejas Estrella, Nestlé e dezenas de outras empresas de menor porte e exportadoras/importadoras.

navegação e companhias petrolíferas interessados no mercado colonial e que contavam com publicidade na revista.

Sobretudo nos primeiros anos da revista, Angola merecia bastante atenção, afinal eram os anos em que a colônia sentia os impactos da crise financeira. E na defesa da nacionalização, por uma nova concepção de gestão do império, a revista sob liderança de Galvão presta o serviço de propaganda colonialista segundo os preceitos ideológicos sumariados no *Acto Colonial*. No primeiro número da revista, Armindo Monteiro escreve o artigo “Reorganização Administrativa de Angola”⁸⁸, prometendo que o governo tem grande interesse na exploração do rico potencial da colônia, necessitando primeiro de uma “obra de ressurgimento económico”. Afirmando que não há problemas insolúveis em Angola, o ministro das Colônias estabelece como uma das metas de reorganização administrativa o saneamento financeiro.

Esta primeira edição traz como abertura uma apresentação geral em editorial por Henrique Galvão⁸⁹. Aqui ficam firmados os pontos ideológicos e quais intenções deste veículo oficioso de imprensa. De início, demonstrando ser um antiliberal ao modo fascista, já expõe o que julga ser consequências do liberalismo no âmbito colonial:

“Portugal, a quarta potência colonial do mundo, e primeira na riqueza das suas tradições coloniais, mestre de colonisadores, precursor equilibrado e perfeitíssimo da colonização moderna e a nação que de direito, mais puro e indiscutível, é cabeça dum grande Império de fronteiras mundiais, desviou-se do sentido colonial, por volta de 1820, com as primeiras febres do liberalismo” (n. 1, 1931, p. 01)

Utilizando um recurso argumentativo que transpõe à análise política metáforas referentes a anatomia e fisiologia, explicando o império como um organismo vivo, continua dizendo que “Todas as fortes ligações que prendiam e animavam como arterias e nervos dum corpo unico, o pequeno territorio metropolitano ás vastas possessões de Alem-mar entraram a debilitar-se”. O modo liberal ainda trouxe, na análise de Galvão, o prejuízo de uma nação “quasi⁹⁰ desarticulada” que esqueceu e desconheceu a amplitude de seu império, seu patrimônio cultural, tradições e passado glorioso, o gênio cristão etc.: “(...) – seis milhões de almas – que precisavam viver, não degradados á condição servil duma colónia de mestiços, mas sim reerguidos ao nível normal dos homens europeus”. Nesse fim de trecho ainda deixa seu

⁸⁸ **Portugal Colonial**. n. 1, Mar. de 1931, pp. 03-04.

⁸⁹ **Portugal Colonial**. n. 1, Mar. de 1931, pp. 01-02.

⁹⁰ E o “quase” é palavra importante durante esse texto para não se dar uma situação por perdida, portanto com uma solução possível.

julgamento racista, associando “mestiços” à servidão e “europeus” a um estágio superior, reerguidos da situação de atraso deixada pela herança liberal.

Também com o recurso de se considerar a realidade política e social como um corpo, característica de uma visão de mundo corporativista, reitera suas críticas ao Terreiro do Paço – definido por ele como “coração arítmico e falhado” e “o império concentrado em uma praça pública”⁹¹. E do Terreiro do Paço, na considerada escuridão liberal, veio o desvio da nação de sua função histórica, de sua razão de ser: “Daqui resultou escurecer-se, quase completamente o sentido colonial dum povo que nas Colônias tinha a expressão e a realidade da sua finalidade histórica mundial”.

Das consequências das gestões liberais nas colônias, considera: “Creou-se o terrôr da África, transformaram-se as colônias em negros calvários de degredados e passamos a exercer, nessas terras tão portuguesas, tão nossas, uma soberania apenas hipotética”⁹². Mas desse “caluniado século XIX” Galvão tirava alguns nomes que mereciam seus reconhecimentos pelo empenho colonizador. Por exemplo, o nobre [Bernardo de] Sá da Bandeira, apesar de que Galvão considera que não tenha conseguido levar adiante a missão colonial, mas mantém o tom elogioso por suas “tentativas generosas”. Sá da Bandeira, um estadista liberal, enquanto ministro da Marinha e Ultramar (1835-36), encabeçou o início da primeira fase de expansão em Angola. Defendia que a abolição do tráfico de escravos e a própria escravatura seriam pré-requisitos essenciais ao desenvolvimento económico, que requereria novas fontes de receitas – aumento de impostos sobre populações africanas e aumento de taxas aduaneiras dos portos angolanos (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 91). Para se alcançar esses objetivos de desenvolvimento, o governo português firmou acordos com a Inglaterra para se pôr fim ao tráfico de escravos e abrir os portos a estrangeiros, o que deu poderes suficientes para que os ingleses pusessem limites à expansão portuguesa sobre os portos do norte angolano; estabeleceu Luanda como base de penetração ao interior, como ação de expansão da soberania portuguesa em Angola – sobretudo por meio de campanhas militares avançando sobre áreas de extração de cobre, onde contaria com investimentos de capitais brasileiro e britânico (ibidem, pp. 92-94). O plano de Sá da Bandeira, acatado pela coroa portuguesa, era basicamente substituir a

⁹¹ Terreiro do Paço também é conhecido por Praça do Comércio, sua nomenclatura oficial no projeto de reconstrução pombalina, também termo mais conhecido atualmente.

⁹² Ou o “Império teórico”. Cf. MARQUES, A. H. D. O. (). **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1890-1930)**. Lisboa: Editorial Estampa, v. XI, 2001.

economia fundamentada no tráfico de escravos por um novo modelo de desenvolvimento em Angola (ibidem, p. 94), a dizer capitalista.

Foram, entretanto, outros nomes (todos também militares) do século XIX que merecem os maiores reconhecimentos por Galvão. De uma “geração de coloniais que, dando realidade e grandeza á nossa soberania em terras de Africa, sacudia o torpor em que viviamos e restabelecia, na ordem militar, o nosso desviado sentido colonial”:

“Antonio Enes com Mousinho [de Albuquerque], Aires de Ornelas, [Henrique de Paiva] Couceiro, [Eduardo] Galhardo, etc. em Moçambique, [Henrique de Paiva] Couceiro em Angola, com esse admirável ocupador, fronteiro e organizador que foi João de Almeida, salvaram nessa travessia difícil da nossa vida de País Colonial, a honra e a integridade de Império. E com uma soberania que começou a exercer-se de facto e, só por si, reatava parte da influencia penetrante que, mesmo nas colónias de África já tínhamos exercido intensamente, ficou preparada a grande obra de colonisação moderna, que o barranco aberto em 1820 tão lamentavelmente interrompeu” (n.1, 1931, p. 01)

À exceção de Enes, todos os citados eram militares. Os que atuaram em Moçambique, sob liderança do civil Enes, participaram da assimétrica campanha militar de 1895 que destruiu o Império de Gaza, tendo seu chefe Ngungunhane capturado pela divisão comandada por Mouzinho de Albuquerque. Paiva Couceiro, assim como João de Almeida, participaram em Angola de campanhas semelhantes. São esses homens, participantes e lideranças de campanhas de “pacificação”, símbolos da expansão do poderio português sobre o interior africano, que Galvão elogia e toma como exemplos de defesa da soberania portuguesa – que na altura defendia-se no temor de ameaças estrangeiras, já que o volume das campanhas subiu a partir do *ultimatum* de 1890.

O que Henrique Galvão lamenta é que o país ainda não havia seguido os rumos desses colonialistas que, curiosamente, eram monarquistas – sendo Couceiro um integralista e liderança da Monarquia do Norte em 1919 – sendo Galvão republicano. Ainda que houvesse essa diferença aparentemente inconciliável, era a visão de mundo nacionalista e de solução fascista sobre a prática colonial que unia o autor a esses homens. Prática caracterizada sobretudo pelo empenho em expandir, ocupar e colonizar, priorizando a constituição das CGP no ultramar, e a qual faltava ainda a aplicação sistemática:

“Da agitação produzida, dos efeitos reais alcançados, não resultou, como era de esperar, um sentido nacional unânime, da nossa missão imperial, nem mesmo o sentimento profundo da grandeza e das possibilidades do Império. Apenas se formou mais uma classe – a dos coloniais! É neste agrupamento, onde nem sempre alinham apenas aqueles que tinham a noção e o sentimento da idéia de que as circunstâncias os tinham tornado representantes, mas também todo e qualquer que á Africa tivesse feito uma viagem de ida e volta, ficou, em fileira desmantelada e heterogénea, uma parte muito reduzida da população a quem faltava, por completo, um pensamento colonial” (PORTUGAL COLONIAL, n. 1, 1931, p. 02)

O autor se queixa daquela já denunciada falta de uma doutrina superior, o que chama aqui de “pensamento colonial”, que guiasse as ações de colonização para além do frívolo interesse em enriquecimento pessoal que levava emigrantes ao eldorado colonial. Portanto, para ele, Portugal só realizaria sua “grande obra colonial”, a sua “mais alta missão entre os povos do mundo”, em um movimento que tenha “sólidos esteios numa **consciência nacional**”⁹³ convencida da sua necessidade, da sua importância e do alto interesse que ela tem para todos os portugueses”. “Numa palavra: é necessário que Portugal retome nas ordens política, moral e económica, tão brilhantemente como o retomou na ordem militar, o sentido colonial perdido com os primeiros alvares do século passado” (n. 1, 1931, p. 02). Portanto, reiterando e nos lembrando as críticas aos viciados e desinteressados colonos descritos no *Em Terra de Pretos*, não deveria haver um grupo de “coloniais” apenas, mas legítimos portugueses – tendo em consideração que, para o autor, ser português seria algo a mais que simplesmente nascer em Portugal, mas também pertencer a uma “raça” com determinada missão histórica no mundo: expandir, colonizar e civilizar.

A partir dessas ponderações, Galvão estabelece quais as intenções do surgimento da *Portugal Colonial*: preencher a lacuna em Portugal da inexistência de uma imprensa colonial. Portanto, um veículo onde vários gestores alinhados e apoiadores da proposta colonialista sob chefia de Salazar publicariam estudos úteis à administração colonial, também de propaganda de uma doutrina colonial e um chamamento para colaboradores – sobretudo jovens – nessa missão:

“Contribuir (...) para o reestabelecimento dum sentido colonial que não póde ser prerrogativa dum grupo sem unidade, mas que tem de ser bússola e facho de quantos são alumados pelo sol do Império Português. Para tanto procurará, longe de toda

⁹³ O destaque é meu, para reforçar o que fazia falta a Henrique Galvão na condução do império: ideia superior, doutrina superior, ou consciência nacional (no sentido colonial).

política inferior e de todos os interesses ilegítimos fazer a propaganda de nossas colónias, pugnar pela formação duma hierarquia de valôres, animar as gerações novas em que é preciso recrutar urgentemente elites coloniais, agitar e estudar os problemas que interessam às colónias, acolher e orientar todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas. Finalmente, procurará prestar ao País, cujas fôrças morais é preciso levantar, o serviço de o convencer que na coordenação da política económica das colónias, com a política económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e – mais ainda – da nossa missão imperial” (n. 1, 1931, p. 02)

No número seguinte da revista, Galvão traz uma entrevista com Paiva Couceiro⁹⁴, nome que considera de maior importância e que deveria ser recordado por quem se interessa pelas questões do império. Em alusão às divergências políticas, o entrevistador republicano adianta que não interessam os erros, paixões, partidos ou ideias que afastaram o integralista monárquico da atuação política nacional, já que dele deve-se levar o que há de fundamental: a ideia do império, sua verdadeira contribuição à pátria (n. 2, 1931, p. 2). Galvão afirma que Angola é a colónia cujo “*portuguesismo*” tanto deve a Paiva Couceiro. Este termo refere-se a um dos aspectos da nacionalização, que seria o aspecto lusitano trazido pela colonização, presente no hábitos, no idioma português e nos estilo arquitetônicos, por exemplo.

A entrevista, explica Galvão, tem uma utilidade prática: “Recolher a opinião duma autoridade, que é das que sólidamente se afirmaram no estudo e no conhecimento dos problemas coloniais”, portanto um especialista no assunto. Além do mais, por mais que queria ser retirado e esquecido, membro dessa “geração infeliz” da qual pertence Galvão em termos de estruturas significativas de pensamento, “por detraz duma fisionomia enquadrada por cabelos brancos depressa se manifesta a chama do patriota, o quente idealismo do português”.

Nas primeiras palavras de Paiva Couceiro, este complementa o ponto de vista de Galvão ao afirmar que não basta simplesmente estabelecer uma doutrina superior, mas é preciso executá-la, logo é preciso ação:

“Sim, Angola não está bem. E êste ‘não está bem’ refere-se a uma situação que, talvez mais na ordem internacional do que na interna, exige cuidados sérios e prontos. É indispensável um grande movimento de ressurgimento que reate a obra iniciada com Antonio Ennes em 1895 – uma obra de ocupação militar concluída em uma obra de ocupação económica que estava desenvolvendo com brilho. Não basta ter uma ideia e

⁹⁴ **Portugal Colonial**. n. 2, Abr. de 1931, pp. 01-03.

um pensamento imperial. É preciso dar-lhes praticamente uma grande extensão – realisa-las. Temos que fazer de Angola um grande Brasil. É a nossa conveniencia, é a nossa missão, é a nossa mais alta razão de ser” (n. 2, 1931, p. 02)

Dentre os problemas coloniais apontados, estão a decadência, a burocracia, abundância e confusão de legislação colonial e falta de homens de ação produtiva – sendo a burocracia a antagonista da *ação*. Perguntado sobre qual seria a ideia que deveria dominar Angola, o intelectual-gestor Paiva Couceiro responde que é a ideia económica, pois a colónia tem problemas financeiros e de fomento; e a agricultura deveria ser a atividade principal nos planos de desenvolvimento, estando os indígenas na pequena agricultura e os europeus na agricultura intensiva. Para isso, na montagem do básico das CGP, necessitava-se de uma “cabeça económica”, que estabelecesse o saneamento orçamentário, ordem financeira e administrativa, e então organizar a produção com base em assistência técnica junto aos agentes de produção (indígenas e colonos). A cabeça económica que estava sendo preparada então, desde 1928, era a tecnocracia encabeçada por Salazar – logo ele que perseguiria e exilaria Couceiro, oposicionista integralista. Desta entrevista, as ideias defendidas por Paiva Couceiro – que seguiria como colaborador na revista – seriam tema de um opúsculo editado pela própria *Portugal Colonial* e trariam sugestões do que o intelectual-gestor colonialista pensava para organização do fomento para Angola⁹⁵.

No número 3, pela seção “Crónica do Mês”, Henrique Galvão escreve “*Planos e Ideas*”⁹⁶, onde desenvolve rapidamente a ideia de que dos maiores problemas enfrentados na administração colonial, o personalismo de certos gestores é o pior, pois é fator de fracasso de qualquer plano – por isso o constante movimento de recomeços. De maneira geral, a má situação é aquela em que homens administram com planos próprios e ideias pessoais; já o ideal seria que esses homens executassem uma *ideia superior* de administração, segundo *interesses nacionais*, o que é bem coerente com a visão de mundo corporativista e nacionalista.

“Temos pois que administrar as nossas colónias com homens moral e intelectualmente organizados para servir os objectivos nacionais e os planos que lá conduzem – isto é, executores – como sucede na Inglaterra, sobretudo, e não com as ideias, mais ou menos deslumbrantes, mas pessoais, de improvisadores, embora talentosos e brilhantes. Não compreendemos um «Império» sem objectivos nacionais perfeitamente definidos” (n. 3, 1931, p. 01)

⁹⁵ COUCEIRO, H. D. P. **Projecto de Fomento Geral d'Angola**. Separata da revista "Portugal Colonial". ed. Lisboa: [s.n.], 1931.

⁹⁶ **Portugal Colonial**. n. 3, Mai. de 1931, p. 01.

Nota-se a coincidência com a entrevista de Paiva Couceiro, pois Galvão enfatiza a questão da ação ou da execução da “ideia superior”. Contra o personalismo, “a consciência na missão superior de servir”, sem a confusão de “servir” com “servir-se”. “Ora, entre nós, parecem ter falhado tôdas as ideias e todos os planos – mesmo aqueles cujo cunho nacional e nacionalizador é claro e nítido” (n. 3, 1931, p. 01). Qual seria então o motivo dessas falhas de execução? O autor identifica-as nos chefes, mais que nos funcionários subalternos, ou o que considera como maus administradores. O grande problema portanto, seria de gestões incompetentes, que sacrificam os interesses nacionais pelos privados:

“Doentes de tal delírio de personalidade, deslumbrados a maior parte das vezes pelos aspectos exteriores e decorativos do cargo, amarrados por vaidade ou susceptibilidades doentias a tôdas as intrigas tropicais, alimentadores dessas próprias intrigas, consomem-se em esforços estéreis, numa esgrima inferior de palavras, pequenas vinganças e prepotências – sem mentalidade, nem vontade, nem entusiasmo, nem patriotismo, nem dedicação para sentirem e funcionarem segundo o ritmo e a orientação superiores da sua função (...) Há apenas que criar bons executores para aqueles que pertencem ao país – no fundo homens capazes dêsse patriotismo elementar sem palavras, nem gestos teatrais, que obriga a «servir» mesmo quando nesse serviço haja que esquecer a vaidade própria e outras pequenas misérias que, são é certo da própria essência humana, mas que o amor da pátria e da função, quando são sinceros, fãcilmente removem” (n. 3, 1931, p. 02)

Ainda nessa edição, está uma entrevista ao brigadeiro João de Almeida⁹⁷ transcrita do *Diário de Notícias*, na qual discute-se os problemas de Angola, colônia que merecia especiais atenções de intelectuais-gestores colonialistas. O herói militar “pacificador”, líder de campanhas resultantes em massacres e sujeição de populações africanas ao poderio colonial, ex-ministro das Colônias, ex-governador de Angola e organizador da ocupação de Huíla e demarcação da fronteira sul-angolana de soberania portuguesa, também considera Angola na posição de protagonismo dos interesses portugueses, defendendo aquilo que se considera como nacionalização. Diz que a obra de ocupação iniciada a partir de 1895 não foi suficientemente levada à frente por problemas de organização cuja responsabilidade seria dos governos democráticos-liberais. Para João de Almeida não há crise de crescimento em Angola, mas crise de instabilidade política legada pelos governos anteriores a 1926, incapazes de dar continuidade ao projeto nacionalizador sobretudo por falta de orientação superior vinda do Ministério das

⁹⁷ **Portugal Colonial**. n. 3, Mai. de 1931, pp. 05-06; 19.

Colônias (“cabeça do Império”) e de execução por parte dos governadores, supostamente desinteressados no projeto de grandeza imperial.

Como já demonstrado até aqui, não há dúvidas de que Henrique Galvão tem em João de Almeida uma das principais referências e admirações, tendo inclusive estreitado amizade mesmo quando o velho oficial do Exército já era oposição ao regime no qual o jovem oficial do Exército era situação. Ainda que monárquico, Almeida tinha a mesma concepção de Galvão quanto à necessidade em se nacionalizar as colônias, desenvolvendo gradualmente as condições gerais de produção. João de Almeida seria parte da geração de expansão territorial, de ocupação e dominação militar sobre as populações indígenas; Henrique Galvão seria parte da geração da continuidade dessa obra, sobretudo na que exige ocupação efetiva e organização – montagem administrativa e econômica sobre território conquistado pelas campanhas militares. É essa a questão central, a estrutura significativa da visão de mundo que une os dois, apesar das divergências político-ideológicas: a concepção nacionalista e corporativista de gestores desejosos de fomentar um desenvolvimento moderno de capitalismo colonial cuja coordenação estaria a cargo do Estado R. João de Almeida inclusive era associado à Liga 28 de Maio – grupo formado por militares de extrema-direita de tendência fascista radical, incluindo alguns derrotados da intentona dos Fifis – como uma de suas principais lideranças, tendo sido indicado pelo seu grupo como um dos possíveis chefes da ditadura a substituir Salazar. Apesar da dissidência de João de Almeida ao salazarismo⁹⁸, proferiu conferências de defesa do Estado Novo como objetivo final da ditadura militar, rumo ao “ressurgimento nacional”⁹⁹, figurando Salazar como homem providencial dos novos tempos.

No mesmo número da revista que traz essa entrevista de João de Almeida, o professor de Política Indígena da Escola Superior Colonial, Lopo Vaz de Sampayo e Mello, assina artigo

⁹⁸ Em 4 de Julho de 1930, João de Almeida foi preso por envolvimento em um movimento militar que tinha intenções de afastar Salazar das intenções de chefia do governo. Henrique Galvão, que admirava e se identificava com João de Almeida tanto no sentido nacionalista de colonialismo quanto no sentido patriota de revolta política, não demonstrou fidelidade extrema à ditadura e proferiu críticas à prisão do coronel integralista e monárquico: “Como eu compreendo toda a revolta, indignação, desgosto que o João de Almeida deve sentir. Triste época esta: para qualquer pedaço de asno ou qualquer malandro, ter o direito de julgar aqueles que ao País fizeram o dom de serviços raros – é preciso tão pouco! E, toda a gente afinal, os prefere aos outros (...) Que vontade que dá de cuspir em cima de tudo isso... ou que desgosto de não se poder ser como eles” (MOTA, 2011, p. 53). Isso nos sugere que a identificação de visão de mundo entre Galvão e Almeida transcende as questões da superestrutura política.

⁹⁹ ALMEIDA, J. D. **Nacionalismo e Estado Novo**. Ao Serviço do Império. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v. VII, 1932; ALMEIDA, J. D. **O Estado Novo**. Ao Serviço do Império. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v. V, 1932; ALMEIDA, J. D. **Ressurgimento Ultramarino - Grandeza e Romantismo duma geração**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v. VIII, 1933.

intitulado “*Nacionalização das Colónias*”¹⁰⁰. Coerente com a noção de nacionalização do regime, a qual Henrique Galvão apresentara em sua conferência de 1930 na SGL, o intelectual Sampayo e Mello toma como base o Brasil como maior exemplo de sucesso nacionalizador português, só se tornando independente após amadurecimento natural pela ação civilizatória e ainda assim se mantendo “tão português quanto Portugal”, útil à ex-metrópole no papel de um dos principais destinos de exportação. O professor defende que o mesmo esforço nacionalizador da ação colonial no Brasil deveria ser destinado a todas as colônias integrantes do “terceiro império”. O “cunho nacionalista na obra de colonização” era para esse autor sobretudo fator de defesa contra resistências de populações indígenas insubmissas e ganâncias estrangeiras, quando a iniciativa militar deveria sobrepor-se às iniciativas de colonização de fato. Mas não seriam as campanhas militares o objetivo último, somente meios necessários para se iniciar a montagem das estruturas produtivas. Desta forma, Sampayo e Mello isenta-se da retórica de mística imperial e assume que a colonização nacionalista deve ser guiada por demandas econômicas:

“É certo que precisamos de navios, de soldados e de canhões para defesa militar das nossas colónias, mas a acção defensiva ainda mais urgentemente se deve manifestar no campo económico e no campo social através de um contínuo e porfiado esforço de valorização material e de nacionalização integral” (n. 3, 1931, p. 02)

Quanto ao processo de assimilação, tido pelo professor como “nacionalização dos indígenas”, deveria ser feito sobretudo pela educação de responsabilidade de missionários portugueses “mediante uma tenaz propaganda da moral cristã e dos deveres patrióticos do cidadão português”. Os indígenas considerados “mais inteligentes” ou “civilizados” poderiam ter oportunidade de se qualificar na metrópole, e os que ficavam na colônia estariam sob tutela paternalista de funcionários públicos da administração portuguesa cuja idoneidade fosse confiável. Nessa lógica, nacionalizar as colônias pressupunha nacionalizar as populações nativas pelo dito processo civilizatório, convertendo a todos em cidadãos portugueses.

No mesmo sentido de nacionalização colonial em âmbito econômico, o economista J. da Fonseca Ferreira publica o estudo intitulado “*A desnacionalização do mercado colonial de tecidos de algodão: suas causas-Necessidade imperiosa da sua nacionalização*”¹⁰¹. Este intelectual-gestor alerta para o fato de que, perante a crise colonial que tinha no mercado

¹⁰⁰ **Portugal Colonial**. n. 3, Mai. de 1931, pp. 02-04.

¹⁰¹ **Portugal Colonial**. n. 3, Mai. de 1931, pp. 15-18.

algodoeiro um dos seus cernes, a desorganização industrial e comercial dos setores nacionais têxteis e algodoeiros fazia com que houvesse falhas de transferências para Angola, prejudicando esses capitalistas nacionais e beneficiando os estrangeiros que contavam com melhores condições técnicas e financeiras. Como solução, ainda que exigisse pesados investimentos, Ferreira sugere planos de nacionalização e estreitamento do pacto colonial com vistas a proteger a produção colonial de algodão, a produção metropolitana de tecidos e assegurar o mercado colonial como comprador desses tecidos produzidos na metrópole com matéria-prima da própria colônia. Era portanto um intelectual representante dos desígnios dos empresários metropolitanos, tendência hegemônica dos nacionalistas do Estado Novo, em contraste com a tendência dos que defendiam maior descentralização e desenvolvimento industrial nas colônias de ramos produtivos já existentes na metrópole.

Por ocasião da Exposição Colonial de Paris de 1931¹⁰², a edição unificada nº 7-8, redigida em francês¹⁰³, teve clara intenção de se afirmar a soberania portuguesa perante os leitores internacionais, expressando um ufanismo exagerado em que a nação portuguesa é reiteradamente definida por sua missão imperial e feitos originais. Aqui, por exemplo, Armindo Monteiro publica o artigo “*Les portugais, maîtres en colonisation*” (pp. 02-03), João de Almeida traz “*L’esprit de la race portugaise dans son expansion outre-mer*” (pp.14-16) e Sampayo e Mello escreve sobre política de gestão de indígenas por Portugal (pp. 31-34). Juntos a outros artigos de propaganda da soberania colonial portuguesa, compõem essa edição voltada especialmente para marcar a posição portuguesa contra possíveis ameaças estrangeiras.

O número 9 da revista traz, vindo da caneta de Galvão, o assunto concernente a imprensa colonial¹⁰⁴. Na crônica de Galvão há uma autoafirmação elogiosa da própria revista, que se coloca como diferencial em relação a outras de mesmo tipo, as quais praticariam insultos e ofensas: como espectador desses insultos estaria o indígena, que não conhece “as regras do jogo” e que por isso poderia acarretar em prejuízo na “ação civilizadora, moral e social” da

¹⁰² Paralelamente e em oposição à exposição em Paris, foi organizada por setores de esquerda e extrema-esquerda – em destaque o Partido Comunista Francês, a central sindical CGTU e intelectuais surrealistas – uma contra-exposição colonial intitulada *La Vérité sur les Colonies*, com duras críticas às políticas dos países colonialistas, como o trabalho forçado. Dessa contra-exposição saiu o manifesto anticolonialista *Ne visitez pas l'exposition coloniale*, assinado por célebres intelectuais e artistas dadaístas e surrealistas: entre eles André Breton, Paul Éluard, Benjamin Péret, Georges Sadoul, Louis Aragon, René Char, Yves Tanguy, Pierre Unik, André Thirion, René Crevel, Maxime Alexandre e Malkine George.

¹⁰³ **Portugal Colonial**. n. 7-8, Set.-Out. de 1931.

¹⁰⁴ **Portugal Colonial**. n. 9, Nov. de 1931, pp. 22.

missão do branco sobre ele. Por isso, Galvão chama a atenção e dá sua opinião de como deveria ser um órgão de imprensa colonial, em clara demonstração de seu racismo de cariz paternalista:

“O programa, de resto, não é de realização complicada. No dia em que os jornalistas coloniais, adquirirem a única mentalidade que lhes é própria rapidamente compreenderão a grandeza da missão que lhes está confiada. E nêsse dia deixa de haver espaço nos jornais para o insulto, a calúnia, a intriga – todas essas misérias da imprensa metropolitana que, transferidas para as Colónias, dão aos indígenas o direito de pensar que não somos melhores que êles” (n. 9, 1931, p. 22)

Nessa edição vem a transcrição de uma conferência sua realizada em 1931 no Congresso Internacional de Imprensa Colonial, intitulada “*La Presse Coloniale et le Problème du Travail Indigène*” (“A Imprensa Colonial e o Problema do Trabalho Indígena”). Em tom polêmico, Galvão defende o modelo de trabalho vigente nas colônias portuguesas perante uma plateia formada por gestores representantes de vários países colonizadores.

A questão do trabalho forçado nas colônias após a abolição da escravatura é tema delicado e conta com poucas análises, sobretudo pela dificuldade em se encontrar fontes ou tocar em feridas polêmicas. Já em 1861, o governador-geral Calheiro Menezes se preocupava com a escassez de mão-de-obra, sendo um problema essencial da economia angolana – a questão para ele era como organizar a força de trabalho disponível e como evitar ou impedir sua migração. Diante de tal situação, concluiu que o trabalho livre era uma impossibilidade em Angola, tendo apoio dos colonos europeus (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 105): “A agricultura dos brancos em Angola, em géneros coloniais (sic), pode dizer-se impossível sem o trabalho forçado. Trabalhos livres dos pretos, prestados aos brancos pela remuneração, é um sonho, ao menos por ora” (MENEZES apud. WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 105).

O trabalho de carregamento forçado e a escravidão, ainda que em novas formas, continuavam. Uma das justificativas de Calheiros e Menezes para tais práticas era a “vagabundagem dos africanos” (ibidem, p. 106). Ainda no período republicano persistiam instituições governamentais que recrutavam essa força de trabalho para empresas europeias atuantes em África. Já para os africanos, o trabalho para o europeu não era dádiva, ainda mais que demonstravam incompatibilidades na concepção de tempo e trabalho (ibidem, p. 106), já que a concepção de mundo e historicidade de um era totalmente diferente da do outro.

Nesse contexto, considero as relações de contato entre europeus e africanos inseridas em situação de fronteira, na acepção de José de Souza Martins. Ainda que esse autor tenha escrito sobre uma realidade brasileira, principalmente amazônica, não desconsidero que sua ferramenta teórica possa ter utilidades para se analisar casos que fogem ao recorte a que foi destinada. Também, Martins levou cerca de duas décadas de investigação intercalada em campo e gabinete para se chegar nesse modelo interpretativo, o que definitivamente está muito longe de minha investigação. Em termos gerais, porém, os casos mostram semelhanças sobretudo no que tange à expansão capitalista sobre territórios e populações de tempos históricos distintos, portanto mantenho como hipótese a situação de fronteira nas realidades coloniais – o que evidentemente só poderia ser comprovado ou descartado por quem dispusesse de esforço semelhante ao de Martins e empreendesse uma investigação mais específica, com maior fôlego, disponibilidade de tempo e investimentos. Assim considerando, *fronteira* não se reduz ao sentido simples de limite geográfico:

“Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (MARTINS, 1997, p. 13)

A fronteira é lugar de conflito, de alteridade, intolerância, ambição e morte. É lugar de esperança ou promessa de redenção, como podemos verificar na corrida pelo eldorado colonial que leva emigrantes europeus a África. “Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é” (MARTINS, 1997, p. 11). Nesse “lugar privilegiado de observação sociológica”, apesar dos discursos oficiais de encontro entre culturas, o que se verifica é o desencontro da humanidade, onde tem lugar as disputas entre o que seria cultura e natureza; homem e animal; humano e não-humano; civilizado e não-civilizado; nós e os outros (ibidem, p. 12). Na análise dessa situação de limite do humano, a figura central e “sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira e de sua importância histórica” é a vítima e não o pioneiro (ibidem, p. 12). Portanto, por detrás dos discursos de missão civilizadora e das narrativas heroicas de chefes de expedições militares, há a subjugação do lado mais fraco – no nosso caso, os “indígenas” africanos – em um contexto mais fácil de se vislumbrar quando deslocamos nosso olhar da perspectiva do colonizador para a do colonizado – tarefa que só poderia lograr maiores sucessos com disponibilidade heurística

do ponto de vista dos dominados. Portanto, quando se diz genericamente em “interesses nacionais” ou “superiores”, como se houvesse interesses em comum a todas as partes envolvidas no processo histórico, ignora-se que para se alcançar tais objetivos é preciso sacrificar um dos lados: o lado considerado bárbaro, inferior, necessitado de civilização.

Nas colônias africanas, e específico Angola, ainda no século XX grande parte do sertão encontrava-se praticamente desconhecida ou sem presença de instituições portuguesas. No âmbito geopolítico e de relações internacionais, considerava-se o interior pertencente aos limites de soberania portuguesa, mas pela falta de ocupação efetiva pelos colonizadores configurava-se no que A. H. Marques denomina como “império teórico”. Com sentido semelhante, mas no caso defendendo os interesses britânicos, em 1860 Lord Russel em correspondência ao embaixador português no Reino Unido – Conde do Lavradio – referia-se a uma “soberania estéril”¹⁰⁵. Isso significa que vastos territórios e várias populações africanas viviam ainda fora do domínio institucional português. Durante o século XIX o governo português empreendeu esforços de expansão de soberania ao interior angolano, encontrando obstáculos no tráfico de escravos que Sá da Bandeira já tentava combater. Para tanto, missões religiosas, rotas comerciais e expedições científicas eram úteis para se abrir caminhos ao conhecimento do interior. Como forma de dominação, as campanhas militares foram determinantes: onde não era possível estabelecer alianças com sobas, fornecendo-lhes em troca privilégios políticos e poderes de agentes coloniais entre suas populações, a força das armas de fogo era utilizada para se romper as resistências e impor o domínio português.

Onde o domínio português se instalava, as populações se sujeitavam – recorrentemente sob violência – às novas instituições, lentamente tendo que se adaptar de alguma forma à novas temporalidades históricas. Nesse cenário que retomo de maneira mais generalizada, milhares de pessoas que viviam em suas realidades “tradicionais”, quer dizer “pré-capitalistas”, agora estavam sob os imperativos dos dominadores: a obrigatoriedade de se pagar impostos já sujeitavam essas populações às instituições colonizadoras. Quando se exigiu que as populações africanas pagassem os impostos não mais em gêneros, mas em dinheiro, forçava-se a monetarização. Para se conseguir o mínimo de recursos em pecúnia, os “indígenas” deveriam se submeter ao assalariamento, marcando uma gradual proletarização dessas populações. A essa

¹⁰⁵ Lord Russel opinava que “Os interesses de Portugal seriam muito mais bem servidos pelo desenvolvimento dos recursos dos vastos territórios que o país já possui em África do que pela tentativa de estender uma soberania estéril a futuras extensões de território nesse continente, que só poderiam ser adquiridas pela violência e pelo derramamento de sangue”. Apud. WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 89.

situação, os dominados tinham basicamente três opções – aceitar, rebelar-se e sofrer punições severas ou mesmo a morte, ou fugir da jurisdição portuguesa à procura de realidades menos opressoras (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 95).

As formulações ideológicas legitimavam esse longo processo histórico de expansão capitalista nas colônias. Da escravidão às políticas de indigenato, a diversidade étnica reduzida a “pretos” ou “indígenas” estava submetida a julgamentos racistas, nos quais um lado que se dizia civilizado dava a si mesmo a tarefa de dominar, tutelar e civilizar o lado considerado primitivo, infantilizado por uma visão de mundo que, ao não encontrar um espelho nessas populações, tratava-as como atrasadas e necessitadas de “assimilação” aos seus próprios valores “civilizados”. A violência das armas, a imposição da fé cristã, o ensino de língua portuguesa e de habilidades ao trabalho capitalista, bem como as alianças com chefias tribais, os estupros e pilhagens eram elementos de “progresso” e “civilização”. Não importa tanto se havia aqueles “civilizados” que agiam segundo preceitos de um racismo radical ou aqueles que, animados por ideias liberais e humanistas, preferiam o mito da plasticidade do colonizador sob preceitos de um racismo paternalista que considerava o colonizador como responsável por guiar os primitivos no processo civilizatório: de maneira geral o arcabouço ideológico procurava justificar a dominação colonial na constatação de que algumas sociedades humanas encontravam-se em estágios inferiores de civilização.

Em qualquer projeto de expansão colonial, verifica-se que os civilizados mostraram sua face mais bárbara – extermínios e massacres decorrentes de campanhas militares sobre populações que resistiam aos invasores, que tinham como símbolo maior a expansão em Moçambique pela aniquilação de Gaza em 1895, e que continuariam ainda no início do século XX; legislações que obrigavam ao trabalho e normatizavam as vidas de africanos segundo valores ocidentais, ainda que algumas tivessem a lucidez de minimamente garantir costumes tradicionais; recrutamento violento de mão-de-obra pelo princípio de obrigação ao trabalho; recurso ao trabalho forçado com mão-de-obra negra; repressão política e policial a contestadores; e demais fenômenos tipicamente coloniais. Nesse confronto de temporalidades históricas em nos processos de expansão de uma civilização sobre outras, vislumbro algo semelhante à situação de fronteira definida por José de Souza Martins.

Na maior parte do século XX o governo português confiou no uso de trabalho forçado, tendo o Estado como recrutador de força de trabalho destinada a empresas privadas. Em relação a outras colonizações, como a britânica ou francesa, as práticas se diferenciavam mais em tipo que em essência, já que o colonialismo é, por sua natureza, explorador (BALL, 2005, p. 01-02). Em comparação a outras potências, faltava a Portugal investimentos em capital e planejamento. Por isso, antes de se ganhar controle sobre as terras, era preciso controlar acesso à força de trabalho (barata) – e desde os anos iniciais do colonialismo moderno, oficiais portugueses asseguravam o fornecimento de trabalhadores (ibidem, p. 02).

Perante a insuficiência de capital e a escassez de mão-de-obra, Portugal recorreu a modalidades de trabalho forçado para o desenvolvimento capitalista nas colônias. O Código do Trabalho Indígena de 1875, ainda que posterior e em função da proibição do tráfico de escravos e da escravidão, seguia o princípio de que o trabalho era fator de civilização, portanto para educar os indígenas, era preciso fazê-los trabalhar – surgindo daí o trabalho forçado ou obrigatório (MATEUS, 2013, p. 03). Mesmo Sá da Bandeira, opositor da escravidão e que via na mão-de-obra compelida um obstáculo ao desenvolvimento, defendia que era preciso uma regulamentação que desse conta dos casos de vadiagem, demonstrando que o trabalho colonial era, de qualquer forma, obrigatório (SOUZA, 2015, p. 07).

Norton de Matos estabeleceu uma série de reformas laborais, criando a Secretaria de Negócios Indígenas que tinha como função implantar um modo “científico”, ou mais ágil e modernizador, de administração (BALL, 2005, p. 03). Desde 1899 já vigorava um regulamento que previa a sujeição dos indígenas à obrigação, moral e legal, do trabalho para sua melhoria social e, em caso de não fazê-lo, o poder público tinha atribuições de obrigá-los (MATEUS, 2013, p. 65-66). Em 1914 é promulgado o “*Regulamento geral do trabalho dos indígenas nas colônias portuguesas*”, instituindo já em seu artigo 1º: “Todo o indígena válido das colônias portuguesas fica sujeito, por esta lei, à obrigação moral e legal de, por meio de trabalho, prover ao seu sustento e de melhorar sucessivamente a sua condição social”. Permanecia nesse regulamento a obrigação de trabalhar e o trabalho como caminho evolutivo à “civilização”, sendo os administradores coloniais os responsáveis pelo recrutamento de força de trabalho (BALL, 2005, p. 03).

A cobrança de impostos era também fator de obrigação ao trabalho, como já dito. Aos indígenas que sobravam vivos das campanhas militares de expansão ao interior, era cobrado o imposto de palhota. Vindos de sociedades não-monetárias e depois obrigados a pagar impostos

em pecúlio, esses “indígenas” se viam também obrigados a vender força de trabalho a companhias ou proprietários rurais. Em 1928 o “*Código do Trabalho*” não permitia que se exigisse aos indígenas o trabalho obrigatório para fins particulares, porém lhes obrigava moralmente a trabalhar para sustento próprio (MATEUS, 2013, p. 04). Nos imperativos do modo de produção capitalista que se construía nos sertões africanos, a aparência de trabalho voluntário trazido na lei era, na realidade, a obrigação ao trabalho; com isso, possibilitava a contratação forçada mediante péssimas condições de trabalho e baixíssimos salários – que eram consumidos em mercadorias e, em grande parte, nos impostos.

“O problema do trabalho indígena é comum a todas as nações coloniais, e tende a se resolver conforme uma fórmula universal”, inicia Galvão sua conferência em Paris¹⁰⁶, “A economia colonial, sobretudo em regiões onde o clima impede o uso de mão-de-obra europeia, depende fundamentalmente da mão-de-obra indígena” (GALVÃO, 1931, p. 03). Portanto, o intelectual e gestor colonial Galvão fala a seus semelhantes estrangeiros sobre como organizar a força de trabalho indígena (aqueles que obviamente encontravam-se fora dos espaços de decisão).

“Desde a abolição da escravatura, a questão do trabalho indígena deixou de ser um problema exclusivamente económico para entrar no quadro dos problemas sociais que as ideias modernas, muito humanas, tornaram acessíveis a todos os homens, sem distinção de raças ou cores – uma evolução cuja economia exigiu que fosse metódica e prudente (...) Contudo, na velha Europa onde os problemas são frequentemente debatidos muito longe das realidades coloniais, o problema do trabalho indígena é colocado como resultante de um conflito entre um ponto de vista económico e um social-humanitário – dois extremos” (GALVÃO, 1931, p. 03-04)

Com sutil sarcasmo, ele se refere a interferências estrangeiras na questão colonial, mais especificamente no âmbito do trabalho. Já há algum tempo, Portugal temia as ameaças de potências coloniais mais ricas e desenvolvidas contra suas possessões, sob risco de desmembramento: o ultimato britânico de 1890; os acordos entre Alemanha e Inglaterra de 1898 (secreto) e 1912-13, planejando uma partilha de territórios de Angola e Moçambique; e a própria I Guerra Mundial, obrigando Portugal a entrar no conflito para defender seus territórios africanos. A partir de 1919, com a Conferência de Paz, a Sociedade das Nações instituía novos

¹⁰⁶ Os trechos da conferência a partir daqui citados são traduções livres feitas por mim.

princípios em matéria de colonização, o que preocupava Portugal (ALEXANDRE, 1993, p. 1118). A preocupação não deixava de ter sentido: sendo um país menos desenvolvido que os demais colonizadores, não dispunha de capital suficiente para cumprir as demandas exigidas, sendo um país colonizador que por muitas vezes, incapacitado de investimentos próprios, teve de recorrer à força da metralhadora ou trabalho forçado para manter seus vastos domínios ultramarinos sem maiores prejuízos aos capitalistas nacionais ou estrangeiros.

Portugal, inseguro, viu-se por muitas vezes exposto em suas práticas arcaicas perante os olhares internacionais, principalmente na década de 1920. Norton de Matos destinou ao ministro das Colónias um relatório em 1924, apontando a urgência de um plano de fomento para que se pusesse em marcha o projeto detalhado, que traz no documento, de desenvolvimento modernizador das condições gerais de produção que permitissem a ocupação dos territórios em Angola e o afastamento das ambições estrangeiras. Incluía também a questão do trabalho forçado a indígenas, considerado por ele como arcaico e que deveria ser superado, sobretudo pelas formas de educação e instrução de trabalhadores, mantendo-se ainda favorável à obrigatoriedade do trabalho sob relações capitalistas (MATOS, 1926, p. 70-209).

Ainda mais específico, o que Galvão diz por “ponto de vista social-humanitário” refere-se ao chamado *Relatório Ross* de 1925¹⁰⁷. O sociólogo americano Edward Ross, a serviço da Comissão Temporária de Escravatura da Sociedade das Nações, investigou o trabalho em Angola e Moçambique. Nesse relatório, baseado em observações e entrevistas a trabalhadores indígenas, cita casos como o de um trabalhador em Bailundo que fora recrutado pelo governo e “vendido” a uma companhia de petróleo, submetido a trabalho exaustivo e sem receber o salário prometido. Conclui, portanto, que Portugal não cumpre com os objetivos da sua declarada missão civilizatória (BALL, 2005, p. 05). Esse relatório, por motivos óbvios, suscitou a ira do governo português e demais nacionalistas, que o percebiam como ingerência de cobiça estrangeira às possessões portuguesas.

Devemos considerar que na conflituosa situação de fronteira se dá o processo de reprodução ampliada de capital pela expansão territorial: é a *frente de expansão* (MARTINS, 1997, p. 27). Na situação de Angola, por exemplo, lentamente a frente de expansão foi avançando ao interior, recorrentemente com o uso da força militar. Nessas frentes de expansão, na missão histórica de civilizar e colonizar, havia o contato nem sempre pacífico entre o dito

¹⁰⁷ “*Report on the Employment of Native Labor in Portuguese Africa*”.

civilizado e os ditos bárbaros: houve revoltas e também houve alianças, ao preço de alguns grupos étnicos aceitarem lutar contra outros a serviço do colonizador – por exemplo, os bacongo e os ambundo assimilaram-se com mais facilidade aos costumes europeus, e começaram a viver em áreas urbanas; os quimbundo e bacongo da região dos Dembos resistiram mais às incursões europeias; os ovimbundos, que assimilavam mais do que eram assimilados, conduziram os europeus ao interior; os nganguela tinha propensão a um “etnocentrismo africano”; e os grupos não-bantu (bosquímanes, cuissi e cuepe) do sul recusavam as influências bantu e europeias (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 34-36). A situação de fronteira é, portanto, complexa e marcada pelo desencontro e confronto entre diversas concepções de temporalidades – ou historicidades – dentro do próprio processo de expansão capitalista, que acabava resultando em violência (MARTINS, 1997, p. 31).

Homens como Sá da Bandeira, Andrade Corvo e Norton de Matos, que defendiam a modernização da produção capitalista nas colônias, colocaram-se contrários ao trabalho escravo ou forçado. Há uma lógica: a relação de trabalho capitalista, assalariada, seria mais produtiva – sobretudo por garantir o mínimo de bem-estar ao trabalhador, que produziria melhor e se reproduziria enquanto força de trabalho. Todavia essa lógica não é tão simples perante a realidade histórica. A existência de trabalho forçado nas colônias caracterizariam um modo de produção não-capitalista? De acordo com José de Souza Martins, apesar de parecer incompatível, a existência de trabalho compulsório, tipicamente pré-capitalista, é uma contradição que não nega o próprio processo de reprodução capitalista¹⁰⁸.

Há, deste modo, uma peculiaridade na situação de fronteira que define o desenvolvimento capitalista em território colonial – a qual empresto de Martins da sua análise sobre a expansão capitalista sobre a Amazônia brasileira: para que o capital possa reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade, criam-se mecanismos de *acumulação primitiva* (confisco de terras e territórios, por meios violentos que permitam crescer em escala, como as campanhas militares) no interior da *reprodução ampliada*. Nesse contexto, surgem as formas arcaicas de trabalho que, mesmo não sendo caracteristicamente capitalistas, estão a seu favor¹⁰⁹.

¹⁰⁸ “o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante de acumulação capitalista, racional e moderna” (MARTINS, 1997, p. 15).

¹⁰⁹ “Essas formas coercitivas extremadas da exploração capitalista surgem onde o conjunto do processo de reprodução capitalista do capital encontra obstáculos ou não encontra as condições sociais e econômicas adequadas a que assumam, *num dos momentos* do seu encadeamento, a forma propriamente capitalista” (MARTINS, 1997, p.

Isso explica, por exemplo, a recorrência do recurso às campanhas militares, mais que outras potências utilizaram. E também o recurso do trabalho forçado em um período em que as poderosas nações vencedoras da “Grande Guerra” clamavam pela modernização. Esses recursos extremados da situação de fronteira só poderiam ser fundamentados pela noção ideológica de que o civilizado tem uma missão no mundo: a da propagação dos “valores superiores” sobre populações “inferiores” que deveriam ser libertas da “barbárie” através do barbarismo da superexploração do trabalho. Portanto, não haveria incompatibilidade do trabalho não-livre com o capitalismo pois trata-se do processo de produção de capital pela acumulação primitiva¹¹⁰.

Reforçando minha hipótese de que a ferramenta teórica de José de Souza Martins pode ser válida na compreensão do uso de trabalho forçado na situação de fronteira colonial, Henrique Galvão prossegue seu raciocínio dizendo que é preciso equilibrar “as necessidades de uma economia civilizada e os direitos de um humanitarismo sensato”, e que:

“Não se pode exercer uma acção humanitária em uma economia desorganizada nem conduzir uma economia paralelamente a um humanitarismo que, embora nas melhores intenções, conduz as populações indígenas à ociosidade, à improdutividade e a todas funestas consequências de uma vida de inacção. É preciso que o trabalho seja um dos agentes mais preciosos de um humanitarismo que tenha em si a ideia de elevação e melhoria” (GALVÃO, 1931, p. 04)

Diagnostica, então, que a economia portuguesa nas colônias encontrava-se desorganizada. E estava mesmo, afinal eram tempos de crise e o país apresentava relativo grau de subdesenvolvimento capitalista. Economia desorganizada, na concepção de Galvão, seria incompatível com o “humanitarismo”, que poderia ser a garantia de melhores condições de trabalho e vida, pautadas por relações sociais de produção tipicamente capitalistas (com jornada de trabalho estabelecida, salários que permitam pelo menos a mera sobrevivência e reprodução

85). É o caso de Portugal que, em comparação a outras potências coloniais de maior desenvolvimento capitalista, como Bélgica ou Reino Unido, encontrava-se em estágio de menor desenvolvimento capitalista, precisando recorrer ao extremismo de exploração do trabalho.

¹¹⁰ “Essa modalidade de exploração do trabalho se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, **produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital**. Isso fica claro se entendermos que, historicamente, pode-se falar em **reprodução capitalista de capital**, reprodução de capital com base em relações formalmente capitalistas de produção. Mas não se pode falar em **produção capitalista de capital**, pois a produção do capital envolve mecanismos e procedimentos próprios da acumulação primitiva. Envolve, portanto, a conversão de meios e situações não-capitalistas ou pré-capitalistas em instrumentos da produção capitalista propriamente dita, isto é, produção de mais-valia (...) Ou seja, a **reprodução ampliada do capital**, nesses casos, inclui a **produção não-capitalista de capital**” (MARTINS, 1997, p. 96-97).

da força de trabalho etc.). Sendo porta-voz dos capitalistas atuantes em Angola que desejavam aumentar produtividade, Galvão associa os indígenas à ociosidade e improdutividade – ficando claro o desencontro de temporalidades e visões de mundo, já que esses juízos do palestrante não condizem com o trabalho tradicional dessas populações “inactivas”. Se o trabalho tem conotação moral no capitalismo, a “ociosidade” deveria ser combatida com a obrigação de trabalhar.

Sobre o trabalho indígena, diz que é de interesse da economia colonial haver um processo de melhoramento intelectual, moral e material do negro, portanto uma harmonia entre os dois extremos (da economia e do humanitarismo), o que ele classifica por bom senso (GALVÃO, 1931, p. 04). Então o que defende é a qualificação mínima, a instrução e educação da força de trabalho; a assimilação dos indígenas ao modo de produção do branco. E sua concepção de que o trabalho é fator de civilização fica mais clara:

“Da mesma forma que a escravidão e suas formas mais ou menos disfarçadas constituem uma violência intolerável nos princípios elementares de humanidade que as sociedades modernas adotaram, o humanitarismo ignorante que lhes conduz ao direito de não trabalharem, à condição parasitária onde vivem em suas organizações primitivas. É uma violência que os interesses económicos legítimos não podem suportar, que se oporia à própria civilização das raças atrasadas” (GALVÃO, 1931, p. 05)

No prosseguimento de sua fala, faz a afirmação de que os países coloniais desenvolvem suas possessões com a “colaboração dos nativos” – alguns com fórmulas incertas de política indígena e outros que consideram as “fases da evolução dos indígenas a uma civilização mais perfeita”. Assim, demarcando a diferenciação do caso português perante a plateia estrangeira, diz que o gênio colonizador português produziu resultados notáveis. E que não haveria antagonismo de raças ou preconceitos humilhantes contra nativos nas colónias portuguesas, estando elas ocupadas, seja nas áreas estratégicas, seja no interior (ibidem, p. 06). Com isso, o nacionalista Galvão afronta as potências coloniais presentes no congresso, valendo-se do mito da harmonia entre raças, tipicamente português, e exagerando quanto à real ocupação e domínio integral sobre os territórios.

Sobre as relações raciais de trabalho, tipifica os grupos sociais dizendo que o branco europeu e o indígena trabalham juntos, “O branco como um trabalhador persistente e realizador/dirigente que não se limita a dirigir o trabalho do nativo. O nativo é um colaborador

voluntário e algumas vezes é mestre e proprietário de terras” (idem). Aqui deixa saber uma suposta situação de harmonia entre os sujeitos coloniais, definindo o trabalhador indígena – obrigado moral e legalmente ao trabalho imposto pelo colonizador – como um “colaborador voluntário”.¹¹¹ Continuando, coloca-se na posição de defensor do processo “civilizador” a indígenas para atacar o “humanitarismo”:

“O extremismo humanitarista que conduzirá as populações indígenas às suas organizações primitivas da barbárie e crueldade, que as destruirá se for posta em prática um dia. Esse humanitarismo extremo está instalado na Sociedade das Nações com palavreados declaratórios a um grande espetáculo, fazendo malabarismos com suas utopias e suas belas frases, em uma ofensiva completa contra os países coloniais” (GALVÃO, 1931, p. 06)

Em sua crítica nacionalista, indica quais são aqueles que atrapalham a missão colonial: URSS; países que perderam colônias; e países que pretendem ter colônias (ibidem, p. 07). Ou seja, praticamente todos os países são uma ameaça a Portugal, segundo Galvão. Além disso, a pressão internacional sobre o colonialismo português tinha, para ele, poder destrutivo: “Humanitarismo verbal e utópico: um arma que, em definitivo, é destinada a embaraçar a economia de países coloniais e lhes criar graves dificuldades, muito mais que proteger ou defender os direitos das raças indígenas” (ibidem, p. 07). O que fica claro nesse debate é o confronto entre os interesses de países capitalistas desenvolvidos e os interesses de Portugal que buscava maneiras mais rápidas de se atingir um nível de desenvolvimento suficiente para marcar posição na concorrência internacional. Henrique Galvão, intelectual-gestor, foi em Paris o representante dos interesses do regime e de grupos hegemônicos de capitalistas portugueses que tinham na *Portugal Colonial* uma importante plataforma de defesa de ideias e proposição de programas.

De tal modo como fazia a crítica à burocracia do Terreiro do Paço, Henrique Galvão a fará contra a Sociedade das Nações, ridicularizando-a por ser um órgão de burocratas que carecem do testemunho e da vivência “de pés no chão” da realidade africana:

¹¹¹ Não consigo segurar a digressão ao ler essas palavras de Galvão datadas de 1931. Quando vemos que em pleno século XXI aqueles que outrora eram chamados de “proletários”, “operários”, “trabalhadores” ou mesmo “funcionários”, são chamados de “colaboradores”, podemos consagrar a vitória do corporativismo em sua essência: a pretensa harmonia entre classes antagônicas em prol de um pretenso desígnio superior. Deste modo, ideologicamente o trabalho é despido de seu caráter imperativo para sobrevivência no mundo capitalista e passa a ser considerado como uma ação meramente voluntária.

“Nenhum colonial conhecedor da vida colonial in loco, habituado às dificuldades de uma acção local, bem mais profundo nos ensinamentos que a lógica de diplomatas, deixaria de sorrir diante de certos discursos que em matéria de trabalho indígena são lidos nos relatórios da Sociedade das Nações... podemos apenas considerá-los como o resultado da inocência/ingenuidade, da ignorância ou da doutrina simplista de espíritos penetrados de cristianismo” (GALVÃO, 1931, p. 07)

Em seu argumento faz elogios à França e Bélgica, ao dizer que estes países, com Portugal, estão “à frente de uma campanha da qual a economia, mais que os indígenas, está submetida a uma acção civilizatória – que é o verdadeiro objetivo” (idem). Afinal, como agir sobre uma economia sem agir primeiramente sobre sua [potencial] força de trabalho? O objetivo até que poderia ser “civilizar a economia”, mas os meios inevitavelmente seriam os de assimilar ou adestrar populações nativas nos paradigmas das relações sociais do rudimentar capitalismo colonial. E contra essa “ação civilizatória”, a Sociedade das Nações seria um perigo – ficando o alerta de Galvão aos colegas estrangeiros:

“Atitude extremista assumindo do alto da tribuna de uma Sociedade que, teoricamente, dirige os destinos do mundo é, na verdade, embaraçosa para os países coloniais e tem frequentemente conduzindo-os a situações delicadas, seja perante as populações indígenas submissas à sua soberania, seja diante de problemas internacionais inquietantes. Se é para corrigir abusos e exageros que os pontos de vista estritamente económicos pudessem provocar, não é menos certo que ela mesmo deva ser corrigida por uma acção de bom senso: o bom senso que compreenda as necessidades de uma economia moderna e os direitos de uma sociedade humana” (GALVÃO, 1931, p. 08)

As palavras de Galvão devem ser bem medidas nessa conferência, e delas poderíamos interpretar que sua mensagem central é: há necessidade do uso de formas arcaicas de recrutamento e trabalho para que se agilize o processo de desenvolvimento econômico das colônias em pleno período de crise. Se na *fronteira* as práticas escravagistas são revividas dentro do processo de reprodução do capital, então a contradição entre formas arcaicas de trabalho e economia moderna não resultaria numa impossibilidade ou completa irracionalidade. É a modernidade capitalista que se constrói também se utilizando de relações de produção pré-capitalistas¹¹².

¹¹² “Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato, ele as *recria*, mas agora como momento do seu processo de

Diante de tantos problemas, o conferencista, a cargo de representar a *Portugal Colonial* que dirigia, atribui à imprensa colonial uma ação corretiva. Por ela, composta de técnicos e especialistas em assuntos coloniais, devem-se esclarecer todas as questões que, mal colocadas, poderiam prejudicar o desenvolvimento colonial. Tendo conhecimento da realidade colonial, essa seria a tarefa da imprensa especializada (GALVÃO, 1931, p. 09). E essa era, na verdade, uma das intenções editoriais da *Portugal Colonial*, exceto pela afirmação de que “o debate não se faz de modo doutrinário” (ibidem, p. 08-09), afinal é explícito o teor ideológico e doutrinário da revista.

Concluindo sua exposição, depois de firmar o que pensa ser função e compromisso da imprensa colonial, convoca todas as demais a unirem-se contra possíveis desinformações – ou melhor dizendo, contra ações intervencionistas e reguladoras de órgãos internacionais sobre possessões nacionais:

“É preciso haver uma união estreita entre os povos que têm uma missão mundial comum com os objetivos sociais idênticos e interesses especificamente similares, uma solidariedade política, como agentes defensivos contra o assalto das ideias, das utopias e de fórmulas, cuja essência doutrinária não se distingue de uma essência política que devemos sempre ter o direito de considerar como suspeita” (GALVÃO, 1931, p. 09)

2.4. Henrique Galvão como diretor das Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques (1932): o Império como objetivo e não como realidade

Em 1932, a Henrique Galvão foi dada a responsabilidade de dirigir as Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques. A função era de grande importância e o evento seria um espaço para negócios e propaganda colonial. Deste evento, Galvão escreveu um relatório, “*As Feiras de Amostras Coloniais: 1932 – Relatório e contas*”, no qual relata detalhadamente todas as atividades e números relativos às Feiras ocorridas nas capitais das duas maiores colônias: Angola e Moçambique. Já em seu prólogo encontra-se o viés ideológico das Feiras e a visão de mundo expressa pelo autor, considerando-se o momento político em que

reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada” (MARTINS, 1997, p. 92)

escreve, bastante crítico da situação colonial vivida e otimista em relação aos rumos que o novo regime poderia dar.

Vinculada ao Ministério das Colónias, cujo ministro era Armindo Monteiro, a realização das Feiras de Amostras Coloniais se deu pelo artigo 2º do Decreto nº 21.060 de 6 de Abril de 1932, que justificava:

“Artigo 2º. Para a intensificação das relações comerciais entre a metrópole e as colónias durante a estada do Ministro das Colónias em Luanda e Lourenço Marques, realizar-se-ão nestas duas cidades feiras de amostras de produtos metropolitanos e conferências comerciais entre comerciantes e industriais metropolitanos e de Angola e Moçambique” (GALVÃO, 1933, p. 21)

E reforçando os objetivos: “Contribuir na ordem económica para a nacionalização das províncias ultramarinas e para a unidade do Império” (ibidem, p. 22). Ou seja, as Feiras foram organizadas como realização prática do programa político colonial definido pelo Acto Colonial. Constituindo o evento, seriam montados estandes, como o de “propaganda”, o de “livros e imprensa” e, os quais destaco, “*Stands* dos produtos industriais da metrópole que interessem à colónia” e “*Stands* de matérias primas das colónias transformáveis pelas indústrias metropolitanas ou utilizáveis para consumo na metrópole”. Esses dois itens demonstram que, no sistema centralizador e nacionalista, os valores de defesa da unidade do Império e de solidariedade entre suas partes configuram-se como pacto colonial. De caráter protecionista, é um “pacto colonial” por delimitar bem os papéis entre as partes envolvidas em relação aos seus produtos comerciais: as colónias são fornecedoras de matérias-primas, que na metrópole serão *inputs* da indústria – transformando em mercadorias (*outputs*) que seriam exportadas às colónias, mercado consumidor de manufaturados e industrializados pela metrópole. Nessa relação econômica, a metrópole tem bem definida sua centralidade.

Iniciando o prólogo do relatório, Henrique Galvão discorre sobre a palavra “Império” e o seu significado. Tão comum aos portugueses há tempos, diz que esse termo sempre aparece em momentos de crise (ou desânimo ou desespero), em algum contexto de defesa de um ressurgimento ou reconstrução nacionais (ibidem, p. 05). Por esse motivo, Galvão elogia o Acto Colonial, afirmando que nele a palavra “Império” foi escrita oficialmente pela primeira vez sendo correspondida pelo domínio público. Desta maneira, o diploma representaria, em uma época de crise, as aspirações a um **ressurgimento** (ibidem, p. 06). Para o autor essa crise, como já dizia desde quando fora governador de Huíla, decorria da falta de uma doutrina colonial

essencialmente portuguesa, a que o Acto Colonial deveria enfim resolver. Sobre o acolhimento público da palavra, no ímpeto de reforçar a ideia de uma nação que extrapola as fronteiras da Europa, Galvão ainda defende que mesmo nas colônias o sentido de império encontrou bem o seu significado:

“E facto notável: Não foi só na Metrópole – cabeça do Império – que a palavra teve acolhimento. Também as Colónias se encontraram a pronunciar-la, dum dia para o outro, e tão insensivelmente como se ele fora palavra de sempre, habitual. cremos até que nesse Portugal distante ela tem sido melhor compreendida do que na Metrópole” (GALVÃO, 1933, p. 06)

A sua intenção é a de afirmar que há realmente uma unidade moral entre todo o império, um ideal coletivo que seria consequência do sentido histórico único da colonização portuguesa, como já afirmavam muitos ideólogos do colonialismo português e como será oficialmente escrito no Acto Colonial. Esse ideal coletivo de uma consciência nacional a ser exercida por metropolitanos e colonos – e mesmo indígenas – não poderia ficar, como Galvão começará a defender, apenas no plano das ideias. Seria preciso, pois, materializá-la para que se fizesse sentido uma mística imperial. Uma unidade moral de todo o império, portanto, só se realizaria plenamente com uma unidade econômica:

“Isto significa que as condições para a realização duma ideia imperial estão formadas no fundo espiritual da Nação e que a consciência nacional está apta a reformar-se, a reconstituir-se, segundo uma expressão imperial. Mas o fenómeno desenvolve-se, fundamentalmente, na ordem económica. Não resulta da formação duma mística especial – que seria aliás muito oportuna – nem é tão pouco colhido nas energias morais da Nação. Pode conduzir a uma mística nacional e fazer, por via dela, a sua obra de unidade moral e espiritual entre as gentes desavindas do povo português – mas renasceu e está ganhando terreno como um fenómeno de ordem económica. Quer dizer: só através de realizações económicas poderemos alcançar os objectivos de ordem natural e espiritual que hão de completar uma ideia total de Império. Império subentende unidade na economia, nos ideais, na moral. Esta tríplice unidade tem por base a realidade Unidade Económica” (GALVÃO, 1933, p. 06-07)

Henrique Galvão, na expressão do máximo de consciência da elite tecnocrática do Estado Novo, que defendeu a tese de nacionalização das colônias e que defendeu o Acto Colonial – baseadas em princípios de um modelo de organização nacionalista e centralizador em administração, economia e finanças – afirma que a realização do império, tal como se define ideologicamente, seria possível desde que com uma base material que a permitisse. Quere dizer,

desde que a economia esteja organizada e segura, o império seria possível em sua construção. E reforça – com destaque que faço: **“será na ordem económica, e só nela, que podem encontrar esteio sólido e aceitável a unidade moral e espiritual da Nação”** (ibidem, p. 07). Diz ainda que são em tempos de crise econômica que a ideia imperial é mais simpaticamente aceita, portanto é chegado um momento em que se deve procurar, em Portugal, por soluções práticas: não se prender em palavras, em retórica ou simplesmente em uma mística, mas partir para realizações práticas de ação econômica visando construir a base material e sólida do império (ibidem, p. 08). As palavras, ou ações de ordem moral e espiritual como diz, em suma, uma constituição ideológica, seriam complementos resultantes de uma ação primordial que deveria ser material, de natureza econômica. Galvão assim retoma suas ideias expostas no início de *Nacionalização de Angola*, de que as palavras até então sempre vieram vazias, puramente retóricas, mas agora haveria a oportunidade de se dar a base material da realização prática do império - o Acto Colonial.

Seguindo esse raciocínio de que as palavras por si só são inócuas e que se vive, desde a promulgação do diploma em 1930, a oportunidade de se realizarem ações práticas, Henrique Galvão faz a afirmação de que “o Império, em Portugal, não é uma realidade – é um objectivo” (ibidem, p. 09), portanto justifica-se a organização e realização dos eventos de 1932 (viagem do ministro das Colónias à África e as Feiras de Amostras de Produtos Portugueses e as Conferências Comerciais em Luanda e Lourenço Marques):

“Elementos de acção de ordem eminentemente económica tinham ainda a virtude de demonstrar que entrávamos numa política de realizações como consequência natural e prática das ideias que as palavras tinham enunciado. As Feiras de Amostras Coloniais excederam assim em muito a simples expressão duma manifestação de vigor económico por parte das forças vivas do País, embora esta fosse a própria condição do seu êxito e eficiência, porque se houveram também como princípio activo duma política nova, na qual o sentido coordenador do Estado se pôs, prática e efetivamente, ao serviço das energias de produção” (GALVÃO, 1933, p. 10)

Ressalta-se o Estado R como coordenador dos processos produtivos, do planejamento econômico do país, considerando uma economia nacional dependente do próprio império. Isso faz parte do que Galvão chama de uma “política nova”, ou a concepção de uma organização corporativa que superou o modelo democrático e liberal, responsabilizado por toda a crise que o país e o império enfrentavam. É a política nova do Estado coordenador e centralizador como se defendia no Acto Colonial e nos estatutos da União Nacional, apontando as diretrizes e as tendências políticas de Salazar e do regime que se preparava: o Estado como “centro de

propulsão, coordenação e fiscalização de todas as atividades nacionais”. No âmbito da política colonial é o mesmo, mas enfatizando que o cerne desse Estado centralizador era na metrópole, mais especificamente no Terreiro do Paço.

Essa política nova, para Galvão, seria um ponto de partida para uma fase dinâmica que superaria o que ele considera como fase doentia ou sentimental de uma suposta consciência nacional (ibidem, p. 10). O problema dessa fase sentimental, diz ele, era consequência do vazio das palavras perante a situação de crise, em que os portugueses, por algum “vício fundamental de educação” ou “desorganização de mentalidade” não reconheciam verdadeiramente em um *mapa-mundi* a própria grandeza, aceitando sem entender a fé dos “destinos da Raça” (idem) – raça que, nesse sentido nacionalista e colonialista de quem defende que Portugal tem uma função histórica civilizatória, inevitavelmente pressupõe uma certa superioridade de sua própria nação sobre outras, sobretudo sobre povos considerados primitivos. Essa “sentimentalidade sem vigor, piegas, choradinha quási feminina” que subsistia em um orgulho nacional sem levar em conta a situação decadente, deveria deixar um lugar para a razão, ou seja, um motivo real e material para se ter orgulho da nacionalidade, e não uma obrigação moral imposta por tradição ou hábito. Seja como for, mesmo criticando essa fase de sentimentalismo social, Galvão não deixa de expor mais um comentário nacionalista que não esconde certo sentimentalismo sob o disfarce de racionalidade: “Todavia, uma realidade subsistia: É que éramos, de facto, grandes – embora a nossa grandeza fosse fragmentária, desunida nas suas partes, desconexa nos seus sentimentos” (idem).

A desunião anunciada é decorrência da crise, que para o grupo de nacionalistas ao qual Henrique Galvão pertence – vindos do 28 de Maio e pró-Estado Novo – é fruto do liberalismo, desde o século XIX à crise nas colônias (principalmente Angola) nos anos vinte pós-Primeira Guerra e, em plenos anos trinta, começando a sentir em Portugal os efeitos da crise econômica mundial da “Grande Depressão”. Segundo ele, todas as parcelas do império sentiram a crise, mas cada qual isolada em seu “sofrimento”, sem união ou laço que pudesse ir além de uma “vaga expressão de Império” advinda de um “espírito eterno de Raça” (ibidem, p. 11). Isso, explica o autor, seria consequência de uma falta de unidade econômica – em acordo com o que defendera em 1930 quanto à nacionalização das colônias. Para se alcançar a unidade, argumenta, é preciso desenvolver realmente um “sentimento colonial”, a “antecâmara do Pensamento colectivo que ainda não se constituiu” (idem). Daí viria um novo sentido de “renascimento”: “forma prática de elevação sob condição, *sine qua non*, de se unir num todo moral, espiritual e económico” (idem).

O renascimento que anuncia, que se realizaria na forma prática de se unir o todo por uma base econômica advinda de uma política nova, viria como um objetivo traçado em diretrizes de uma “Política da Nação” (idem). Henrique Galvão, desde os seus escritos no degredo e mais enfaticamente no *Relatório de Huíla*, diz que não há uma ideia ou doutrina colonial em Portugal, uma crise ideológica que seria culpa de uma falta de uma política colonial definida. Desde então, à procura de respostas coerentes para os problemas que se colocavam na política colonial, Galvão defendeu ideias e programas que se confirmariam com o Acto Colonial, que nesse sentido em que defende já em 1932 no relatório das Feiras, é a proposta de uma doutrina colonial única e regida por um centro coordenador – um Estado forte e centralizador. Portanto, é chegada a “idade duma Acção” (ibidem, p. 12). Aqui há elogios à figura do ministro das Colónias, Armindo Monteiro, ideólogo do colonialismo do Acto Colonial: “coordenador das forças dispersas”, “renovador duma mentalidade ávida de reorganização”, “o político do Império” (idem) são os exemplos de elogios proferidos por Galvão. Era atribuída ao ministro a iniciativa das Feiras de Amostras que, para Galvão “sucendendo a um trabalho metódico de arrumação financeira em cada parcela imperial, foram a primeira realização activa e produtiva da sua política – da nossa Política Nacional” (idem). Assim, como demonstração de confiança do autor, estaria sanado pelas ações colonial e financeira de Monteiro e Salazar o que Henrique Galvão reclamava como falta de uma doutrina colonial.

Henrique Galvão diz que as colónias são o fator de ressurgimento da metrópole, ou seja, é a ideia de que o império é o futuro de toda a nação e que a união e o estreitamento de laços entre as partes são fundamentais para o funcionamento do “organismo imperial”. Fica evidente sua intenção de ideólogo de propaganda colonial inclusive às próprias populações coloniais:

“A Metrópole, com as provas morais, espirituais e económicas do seu vigor e da sua vontade de ressurgir, foi às colónias levar uma razão da Razão para se fazer amar, e conhecer de perto, através de alguns dos seus homens, os motivos reais de sua própria grandeza. As colónias, perante factos, perante realidades duma política nova, facilmente terão compreendido que é na coordenação dos seus interesses com os interesses metropolitanos que assenta a sua prosperidade” (GALVÃO, 1933, p. 12)

Nota-se que Henrique Galvão reitera os princípios de organização do império segundo o Acto Colonial. Mas o que ele coloca como tese dessa reflexão inicial do relatório, é de que só de “mística” não se faz política nem subsiste um império. É preciso ter, para Galvão, um fundamento material e uma prática para a partir daí poder se constituir com sentido, e não uma

mera repetição vaga de palavras, uma verdadeira mística imperial que comprovaria por meios da realidade “solidária” entre metrópole e colônias a tão apregoada função histórica de Portugal no mundo. É, portanto, pela economia que se constrói e assegura a existência do “Império”. A própria crise, que segundo diz é a mesma por que passa todo o mundo (desde 1929), é também resultado da fragilidade da estrutura de organização econômica (idem), portanto é no ultramar, sendo justamente o império, que poderá tirar Portugal dessa situação. Ele afirma que não são todos os países que contam com essa oportunidade, portanto: “Simplesmente, é necessário, é urgente, que tôdas as suas partes se unam e trabalhem com o mesmo objetivo, que se amparem, que se organizem, como elementos comuns do mesmo sistema defensivo” (idem). As Feiras de Amostras Coloniais foram, para Galvão, o ponto de partida dessa política de estreitamento de laços na relação metrópole-colônias (ibidem, pp. 12-13) ou seja, a pretensão de ser já a realização prática desse ponto do programa do Acto Colonial.

Para tentar provar seus argumentos, Galvão elenca algumas conclusões quem um tal Sr. Mimoso Moreira¹¹³ publicou em artigo no catálogo geral das Feiras de Amostras Coloniais e Agência Geral das Colônias. A primeira conclusão é a de que “Na ordem económica, o Império está longe de ser uma realidade – mas é um objetivo necessário que deve dominar tôda a nossa política económica” (ibidem, p. 13). Outra é a de que realmente as Feiras foram um primeiro passo para o estreitamento de laços entre colônias e metrópole em uma nova forma de organização política – e foi realizada nas colônias e não na metrópole. Daí coloca-se no texto tabelas de dados econômicos sobre as trocas comerciais entre a metrópole e as colônias (no caso, somente Angola e Moçambique) em um período que vai de 1926 a 1930. A conclusão é negativa, com balança desfavorável, constatando que no comércio português as importações superavam muito as exportações – e explica um pouco, pela parte comercial, como a crise mundial iniciada em 1929 afetou Portugal:

“Tanto as colónias como a Metrópole compram no estrangeiro a maior parte dos produtos que poderiam comprar nos mercados internos, o que não só limita as possibilidades de produção, como também obriga tôda a nossa vida comercial a depender estreitamente das circunstâncias difíceis em que vivem os países fornecedores” (GALVÃO, 1933, p. 15)

¹¹³ Homem que estaria com Galvão nesta e também na comissão gestora da Exposição Colonial no Porto em 1934.

Algo importante a se notar nas tabelas de produtos importados e exportados¹¹⁴ são os papéis econômicos desempenhados pelas colônias e pela metrópole, que indicam uma carência maior de condições gerais de produção e propriamente um setor industrial desenvolvido e organizado nos territórios ultramarinos. As colônias produzem e exportam matérias-primas (*commodities*) seja para países estrangeiros, seja para a metrópole, onde essas matérias-primas são transformadas pela indústria. As mercadorias industrializadas na metrópole são exportadas, seja para o estrangeiro, seja para as colônias – essas consumindo produtos transformados da própria matéria-prima que exportam. É, propriamente dito, um esquema de “pacto colonial” previsto pelo diploma de 1930 (ROSAS, 1986, p. 92). O problema advindo dessa relação demonstrada, para Galvão, não é o pacto em si, mas como ele estava funcionando. A metrópole comprou do estrangeiro o que as colônias poderiam – e deveriam – produzir, assim como as colônias compraram do estrangeiro o que a metrópole poderia – e deveria – oferecer. Surge um problema que, para o autor, deveria se resolver à luz das políticas coloniais nacionalistas e protecionistas em voga a partir da promulgação do Acto Colonial:

“Não é difícil imaginar a importância que teria para a economia da Metrópole e das Colónias – para a economia do Império, por consequência – a fixação no País de todo o ouro e todo o trabalho que estas compras representam. Justificaria por completo, se outras razões poderosas não houvesse, a política a que nos estamos referindo. Evidentemente, não se pretende que por um jogo de pautas irreflectido se alcance bruscamente esta solidariedade económica. Não o consentiriam, entre outras as circunstâncias de ordem financeira em que actualmente vivem a Metrópole e as Colónias. Todavia, o desenvolvimento gradual e metódico, dum plano que conduzisse a fixar no País esta grande massa de ouro que o estrangeiro nos leva todos os anos, compensaria a breve trecho, e com usura, a quebra que necessariamente haviam de sofrer as receitas aduaneiras” (GALVÃO, 1933, p. 17)

Galvão conclui esse prólogo do relatório com o otimismo de quem defende as medidas coloniais da “política nova”, expressando o máximo de consciência possível em assuntos de programa económico colonial do Estado Novo, dizendo que a indústria portuguesa está apta a fornecer produtos e concorrer com os produtos estrangeiros, desde que se invista no “esforço coordenador do Estado” (ibidem, p. 18) e que se consiga enfrentar e compensar o protecionismo de outros países – “nacionalismos económicos”, como ele mesmo refere (ibidem) com os quais Portugal mantiver relações comerciais. Para isso, foi necessário consertar alguns erros que ele

¹¹⁴ Nas páginas 15 e 16.

considerava – e assim critica o Terreiro do Paço, como já o fazia desde o início de sua carreira colonial:

“Por outro lado, a política do Terreiro do Paço, teimando em encerrar-se nos estreitos limites do território metropolitano, mantinha-se indiferente a qualquer tendência de coordenação entre os interesses económicos da Metrópole e os das Colónias. Não se percebia, em quási tôda a legislação económica dos últimos cem anos que fôssemos a cabeça dum Império – e o Ministério das Colónias conservava letàrgicamente a sua função de estação central de recepção e expedição de funcionários” (GALVÃO, 1933, p. 19)

Voltam aqui aquelas críticas que sempre fizera ao Terreiro do Paço, tomado pela letargia e pela complexidade burocrática que mais desorganizavam as políticas e finanças do que resolviam problemas. A resolução e o bom funcionamento do Terreiro do Paço, como defende neste relatório, começam com a viagem ministerial de Armindo Monteiro, gestor representante do Estado R, às colônias na tentativa de se coordenar os interesses das partes do império, tomando as Feiras de Amostras como a ação prática dessa tentativa, ao se esclarecer os mercados coloniais acerca das potencialidades da indústria metropolitana:

“Se realmente, depois das Feiras de Amostras que se realizaram, ficou nos mercados coloniais a certeza de que a Indústria metropolitana realizou progressos notáveis e conquistou galhardamente o direito de ser preferida em mercados que são portugueses; se, através dos seus representantes que foram às colónias, os industriais da Metrópole se convenceram de que podem encontrar, com vantagem para êles e para o país, nas matérias primas que Angola e Moçambique produzem a maior parte dos materiais de que carecem para as suas indústrias – as Feiras de Amostras Coloniais terão realizado inteiramente o seu objetivo e terão sido, de facto, um primeiro passo decidido e inteligente andando no caminho, aliás longo de percorrer, que nos levará a uma realidade imperial” (GALVÃO, 1933, p. 19)

Por suas funções desempenhadas e pelo que escrevera desde a defesa do Acto Colonial ainda como um projeto, Henrique Galvão – da base militar de apoio ao regime, ainda um tenente do Exército – é claramente um homem de respaldo no círculo de nacionalistas que, do seio da Ditadura do golpe de 1926, engendrou o Estado Novo. A função de diretor das Feiras de Amostras Coloniais só poderia ter sido concedida a alguém de confiança e de peso em relação às questões coloniais, pelas quais o novo regime ia construindo um de seus pilares ideológicos.

Em minha dissertação de mestrado afirmei que Henrique Galvão não era um grande ideólogo do colonialismo como Armindo Monteiro. Agora revogo essa afirmação. Pode não ter

sido uma figura política de grande exposição, como um ministro que muitas mais vezes aparecia publicamente, pois é um representante de Estado e Governo. Ambos eram de bastidores em relação a outras figuras como Salazar ou Carmona, mas Galvão ainda atuava mais na retaguarda do organograma do regime, o que não fazia de si um personagem anônimo – era bem conhecido entre os círculos das classes dominantes interessadas em assuntos coloniais, confirmado pela sua participação em conferências e na organização de eventos, e também como liderança da *Portugal Colonial*. Foi também conhecido do “público” nas solenidades desses eventos, além de ter lançado a voz no ar pelas transmissões da Emissora Nacional a partir de 1935 – considerando ainda que foi governador, escritor de literatura (teatro, romances, caça etc.) e escritor de ensaios etnográficos. Considerando que o sujeito de uma visão de mundo é transindividual, Monteiro não é o inventor da “mística colonial”, mas sistematizador, intérprete, e institucionalizou essa perspectiva nos quadros da ideologia do regime. Assim como ele, Galvão corresponde a estrutura significativa de seu pensamento na montagem ideológica do Estado Novo, presente no diploma que estabeleceu caráter jurídico ao que procurava como uma “doutrina colonial”. Nesse início de anos trinta, Galvão foi um propagador de uma visão de mundo que corroborava com a do novo regime em termos de política colonial e, particularmente como diretor das Feiras de Amostras Coloniais, foi um representante intelectual dos interesses econômicos de industriais metropolitanos em pleno período de crise. Mas principalmente, Henrique Galvão foi um representante da nova “mística imperial” que se formava e que embasou a política colonial do Estado Novo. Ainda assim, sua visão de mundo de organização das condições gerais de produção corresponderia mais àquela de gestores como Norton de Matos, João de Almeida, Paiva Couceiro entre outros.

A organização das Feiras de Amostras Comerciais de Luanda e Lourenço Marques, e de suas conferências, era encabeçada pelo Ministério das Colónias que delegou uma direção intermediária e imediata, sendo Henrique Galvão o diretor. Quanto a verbas de custeio, Galvão assume que a organização foi feita “em condições aflitivas de tempo e dinheiro” (GALVÃO, 1933, p. 22), sobretudo considerando que a realização se daria nas colónias de Angola e Moçambique, portanto os transportes seriam de alto custo. Mesmo com as dificuldades, o diretor foi surpreendido pelo grande número de inscrições de expositores e produtos à disposição¹¹⁵, buscando explicações para tal: “a crise em que a Indústria e o Comércio se

¹¹⁵ “(...) o número de expositores foi além de duzentos e os volumes de mostruários expedidos para as colónias além de três mil e quinhentos!” (GALVÃO, 1933, p. 30)

debatiam, o ambiente feito à questão das transferências de Angola, o derrotismo próprio das galerias que comentam todos os acontecimentos da vida portuguesa” e o sucesso de eventos semelhantes dos quais Portugal participou (GALVÃO, 1933, p. 30).

Na Feira de Luanda, inaugurada em Junho, além dos poucos funcionários destacados para montagem dos cenários, os poucos recursos fizeram com que se empregassem temporariamente desempregados, operários e carregadores recrutados no Depósito de Degredados e os “indígenas vadios” detidos pela Polícia de Segurança Pública (*ibidem*, p. 48). Não há, porém, disponibilização de quanto esses trabalhadores recebiam em ordenado – se é que recebiam algum ordenado. Quanto aos expositores de produtos, várias empresas metropolitanas e coloniais disponibilizaram seus produtos. Eram sobretudo empresas (UPP) da pequena burguesia nacional, maioria de propriedade familiar (alguns de origem estrangeira, é certo), mas algumas companhias maiores, interessadas no aproveitamento do mercado colonial. Destacam-se entre os industriais metropolitanos 53 produtores de vinhos, aguardentes e licores¹¹⁶; 17 de azeite¹¹⁷; quatro de cervejas¹¹⁸; nove de águas minerais e refrigerantes¹¹⁹; 12 de conservas¹²⁰; 23 de metalurgia¹²¹; 19 de produtos químicos e farmacêuticos¹²²; 11 de artes decorativas e mobiliário; três de massas; bolachas e chocolates; 21 têxteis¹²³; 13 de vestuário e calçado; 23 de livraria e papelaria; dez de vidros e cerâmicas; e diversas outras empresas e instituições (UPP e CGP) com atividade colonial. Das empresas de sede nas colónias: 35

¹¹⁶ A. A. Cálem & Filho Lda., Adriano Ramos Pinto e Irmão Lda., Agapito & Lopo Lda., A. Pinto dos Santos J. & C. Lda., Caves Lucien Belsecker Lda., Companhia Agrícola e Comercial de Vinhos do Pôrto, Companhia de Agricultura de Portugal, Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, Fábrica Ancora, Francisco Pinto Coelho Soares de Moura, J. H. Andersen, Suc. Lda., Joaquim dos Santos Samora, Jules Devèze, Suc. Lda., Luiz de Sommer, Filhos (Sociedade Agrícola da Quinta da Cardiga, Lda.), Manoel Costa e C. Lda., Morgado & Silva, Offley Forester Lda., Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, Sociedade dos Vinhos do Pôrto Constantino, Lda., Sociedade de Vinhos do Pôrto Lda., Sociedade Vinícola do Sul de Portugal Lda., Vinícola de Basto etc. (GALVÃO, 1933, p. 53-54;58).

¹¹⁷ A. Carvalho e C., Bernardino José Borges, José António Cabral & Filhos, Sociedade Agrícola da Quinta da Cardiga etc. (*op. cit.*, pp. 58-59).

¹¹⁸ Araújo Tavares & Passos Lda. (Fábrica Leão), Companhia de Cervejas de Coimbra, Companhia da Fábrica de Cerveja Jansen Lda., Companhia Produtora de Malte e Cerveja «Portugália». (*op. cit.*, p. 59).

¹¹⁹ Assis & C. Lda., Companhia Portuguesa das Águas Salus, Empresa dos Refrigerantes Bom Jesus Lda., Sociedade de Águas do Luso etc. (*idem*).

¹²⁰ Bernardino José Borges, José António Cabral & Filhos Lda., Tenório & Madeiras Lda. (Fábrica Progresso) etc. (*op. cit.*, p. 60).

¹²¹ A. Alumínia Lda., António Burguete, Eng., Carlos Alfredo da Silva Lda. (Fábrica Vulcano Colares), Centro Industrial de Ferragens Lda., Construções e Reparações Elétricas Lda., Empresa Progresso Industrial, Fábrica de Esmaltagem Mário Navega (Minchin), Sociedade Mecânica Setubalense Lda., Venâncio da Silva Cambra & Genro. (*op. cit.*, pp. 60-62).

¹²² Companhia Comercial de Química Industrial, Companhia Portuguesa de Higiene, Farmácia e Perfumaria Cortez, Fábrica de Pólvoras Físicas e Artíficos, Saboaria e Perfumaria Confiança, Sociedade Químico Industrial Portuguesa Lda. (Fábrica de Sta. Clara) etc. (*op. cit.* pp. 62-63).

¹²³ Algodoeira Colonial Lda., Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, União Industrial Algodoeira Lda. Etc. (*op. cit.*, pp. 64-65).

produtores de cereais, legumes e outros produtos alimentícios¹²⁴; 31 de estimulantes (café, principalmente, e folha de tabaco); 13 algodozeiras; 27 de oleaginosas; 21 de madeiras; 25 de carnes, derivados, banha de porco e salsicharia; seis laticínios; seis de couros, peles e lãs; três de marfim; nove de cera e mel; oito de carvão mineral, metais¹²⁵, mármore e gesso; uma de água mineral; três de açúcar; 15 gráficas, trabalhos manuais e artefatos de fibra; sete de conservas; cinco olarias; quatro de mobiliário; três de refrigerantes e licores; três de tabaco manipulado (cigarros, charutos etc.); cinco de sabão; quatro de sal; e 22 diversas (UPP e CGP) (ibidem, pp. 70-81).

Em Lourenço Marques, em Agosto, relata Galvão, os preparativos sugeriam maiores fracassos sobretudo pelos prazos apertados e pelas dificuldades de transporte enfrentadas pelos expositores. Ainda assim, mesmo que em menor número, houve a exposição. Das UPP metropolitanas representadas, eram praticamente todas as mesmas que foram a Luanda. Das coloniais, inclusive de capital estrangeiro: cinco de “matérias-primas”¹²⁶. Das industriais: quatro gráficas¹²⁷; duas de oleaginosas¹²⁸; quatro de materiais de construção; uma de massas e farinhas¹²⁹; duas de cerâmica; quatro de refrigerantes e xaropes¹³⁰; duas de tabaco manipulado¹³¹; e seis diversas (espelhos, peles, mobílias, cordas, perfumaria e tubos de cimento).

Com esses eventos, Henrique Galvão – militar de carreira mas assentando praça em cargos de administração civil – demonstrou ser um intelectual hábil na gestão de propaganda. Essa, por sua vez, não seria apenas a divulgação de valores do regime, mas também a divulgação dos interesses de empresários no mercado colonial. Constatando os problemas econômicos a serem superados, como o de transferências, rumo a um desenvolvimento colonial e constituição do império, Henrique Galvão recenseou queixas de capitalistas privados¹³² e concluiu, entre outras coisas, que: “o actual sistema de fretes marítimos entre a Metrópole e as Colónias é gravosíssimo para as relações comerciais entre ambas as partes”, impondo a remodelação “em

¹²⁴ Por questões estéticas, e para não reproduzir a chatice metódica de Galvão na listagem dos expositores, não nomearei as empresas a partir daqui, deixando apenas as referências das páginas e poupando os leitores. Trata-se em geral de UPP coloniais: fazendas de burguesia de propriedade familiar, sociedades, companhias e associações produtoras, fabriquetas, estações zootécnicas, granjas militares, missões religiosas e postos civis.

¹²⁵ DIAMANG incluída.

¹²⁶ Direcção dos Serviços de Agricultura, Empresa Agrícola do Lugela etc. (op. cit., p. 164).

¹²⁷ Imprensa Nacional de Moçambique, Minerva Central etc. (idem).

¹²⁸ The Moçambique Scape and Oil Company Lda., Sociedade Industrial de Óleos Lda. (idem).

¹²⁹ Fábrica Nacional de Moagens e Massas Alimentícias Lda. (op. cit., 165).

¹³⁰ Fábrica de Cerveja Nacional, The Victoria Cold Storage and Ice Factory Lda. (idem).

¹³¹ Empresa dos Tabacos de A. E. George & C. Lda., Sociedade Colonial de Tabacos Lda. (idem).

¹³² Como da metalurgia, química industrial e exportadora de vinhos.

obediência aos altos objectivos que os transportes marítimos têm que servir”; fretes altos que custam muitos subsídios, impondo a “intervenção do Estado junto das empresas de transporte para as Colónias, como orientador e coordenador dos interesses económicos do País, e como credor, sem garantias suficientes, de quantiosos capitais emprestados a essas empresas” (ibidem, pp. 247-248). Henrique Galvão, intelectual e gestor representante do governo, logo concebe a função do Estado R como coordenador da organização geral dos processos produtivos. Ou o Estado R enquanto responsável pela montagem das condições gerais de produção indispensáveis à integração económica entre as UPP e à “solidariedade” entre as empresas metropolitanas e coloniais pelo pacto colonial. O que se percebe portanto é a incapacidade desses setores da burguesia de unidades particularizadas de produção, normalmente do Estado A, em se levar adiante um processo de desenvolvimento económico imperial, cabendo ao Estado R e seus gestores essa missão. Portanto além de ideólogo colonialista, Galvão também exerceu funções de planejador económico do império sob o Estado Novo.

2.5. Da comédia dramática à “nova era” em Portugal (1932-33)

Dos interesses literários de Henrique Galvão, o teatro estava entre uma de suas predileções. Ainda jovem, em 1917, a revista *Coplas do Papagaio Real*, em coautoria com Jorge Grave e Flávio dos Santos, fora encenada no Teatro da Trindade¹³³. Em 1920 encenou como ator, em folga de suas obrigações militares, a peça “Badaladas” (MOTA, 2011, p. v). Na primeira metade da década de 1940, a editora Livraria Popular de Francisco Franco publicou uma série de traduções livres feitas por Galvão de obras do dramaturgo estadunidense Eugene O’Neill.

Em 1932, a peça de Henrique Galvão intitulada “Revolução – Comédia dramática em três actos”, foi encenada no prestigiado Teatro Nacional Almeida Garret¹³⁴ contando no elenco

¹³³ O *teatro de revista* é um gênero dramático de caráter popular que teve apogeu em fins do século XIX e início do XX. Fez bastante sucesso, por exemplo, em França, Brasil e Portugal – onde o gênero também é conhecido como *revista à portuguesa*. Destacando sobretudo a fama de atrizes desse gênero, as chamadas vedetes, outras características desse gênero popular de teatro são o recurso a *sketches*, música, dança e conteúdo de teor satírico e de crítica política. Em Portugal, a casa típica desse gênero foi o extinto Teatro Gymnasio, localizado bem próximo ao Teatro da Trindade em Lisboa.

¹³⁴ Conhecido hoje pela designação oficial de Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa.

com célebres nomes como Amélia Rey Colaço, Raul de Carvalho e Assis Pacheco, que se tornariam atores diletos do Estado Novo. Sem dúvida, o local da primeira representação e o corpo de atores indicam já a boa recepção e interesse oficiais nessa obra de Galvão. Nessa obra, Henrique Galvão, pertencente ao tenentismo de extrema-direita que estava nas bases da ditadura do 28 de Maio de 1926, expressa o máximo de consciência possível do grupo ao qual representava, qual seja as elites políticas que sairiam vitoriosas da ditadura militar e efetivariam a ditadura do Estado Novo.

O enredo se passa sobretudo em uma vivenda no Estoril, de propriedade do dr. Sebastião Montalverne, personagem que representa um chefe de governo – um típico político pré-Estado Novo. O contexto é de crise política, estourada a partir de notícias sobre algum escândalo envolvendo o poder público e alguma concessionária de mineração na Zambézia. Por conta disso, e em consonância com a situação real em Portugal, é de conhecimento os rumores de “agitação revolucionária” (GALVÃO, 1933, p. 16), que quer dizer, na concepção de nacionalistas militares como Galvão, agitação de algum grupo oposicionista, militar e vanguardista. Dessa oposição que aproveitaria o momento de crise da situação, está um dissidente do partido de Montalverne: Carlos Côrte Real, um ex-frequentador da casa, afastado por conta de um divórcio e por motivações políticas (ibidem, p. 19). Este personagem é, e desenvolverei mais adiante a hipótese, criado à imagem e semelhança do próprio autor – e não só pelo nome, já que o segundo nome de Henrique Galvão é “Carlos”.

Um indício de que Carlos é personagem correspondente a Galvão pode ser verificado em uma descrição feita pelo próprio Montalverne, que diz:

“O Carlos infelizmente é um dos tais patetas que apenas querem salvar a Pátria – uma ambição difícil de satisfazer! O Carlos e toda essa turba de heróis criados pela guerra e pelas revoluções, que concorrem na política aos lugares de chefes como os generais de vinte anos das guerras da Revolução e do Império” (ibidem, p. 20)

De maneira bem simples, típico da linguagem do teatro de revista, o autor constrói a fala da personagem mais reacionária fazendo um espantalho do que seria o personagem herói – um jovem sonhador e patriota tido como “pateta”. Este herói é Carlos que, assim como Galvão, tem a ambição de salvar a pátria de acordo com os valores de sua formação institucional. Criado pela guerra, assim como o autor que em 1914 assentara praça como voluntário no Regimento de Infantaria nº 2 (MOTA, 2011, p. 14). E pelas revoluções, como o jovem alferes Galvão que em 1917 fora um dos cadetes defensores de Sidónio Pais em repúdio ao regime republicano

liberal e parlamentar e seus políticos; que em 1926 participara do golpe que instaurou a ditadura militar, defendendo-a na luta armada em Fevereiro de 1927 e, seis meses mais tarde, e também armado, participando de outra tentativa de golpe contra o mesmo regime (MONTTOITO, 2005, p. 20).

Na sequência, Montalverne é advertido pelo Conde de Vilarrei – personagem bem próximo àquele, com características de lúcido conselheiro, a “voz da razão” – que é devido à ação desses heróis das revoluções o encerramento do parlamento e a lei de plenos poderes de que goza Sebastião Montalverne (GALVÃO, 1933, p. 20). Ou seja, é a ação de homens da linhagem de Carlos (ou Galvão) que derrotou a democracia liberal e burguesa vigente com a primeira república, portanto a vitória desses movimentos nacionalistas autoritários – alguns de tendência mais radical, fascistas.

No decorrer da cena, é revelado que Carlos e Madalena, filha de Sebastião Montalverne, têm um *flirt*. Diante disso, Sebastião e o conde pensam em usar a situação politicamente em seu favor (ibidem, p. 21). Por isso mesmo, quando Carlos retorna à vivenda dos Montalverne depois de muito tempo, é bem recebido com bom humor (ibidem, p. 33).

Em cena com seu tio Luiz da Cunha, Madalena Montalverne desabafa acerca do “meio falso, *snob* e futil, dêsse Portugal que tu e minha tia recordavam com tanta saüdade enquanto vivemos lá fora”¹³⁵ (ibidem, p. 36). Interpelada pelo tio que tentou amenizar dizendo que ao menos a paisagem ainda se mantém, Madalena responde:

“Mas uma nação vive muito mais das almas, que das coisas, dos cenários. Olha essa fantástica Zita que reconstruiu a garage à portuguesa, mas que escreve novelas em francês e vai recitar em alemão na próxima verbena da Parada!” (GALVÃO, 1933, p. 36)

Ao considerar que a nação vive nas almas e não nas coisas, a “mocinha” do enredo, filha do representante político da “velha ordem”, expressa a visão de mundo nacionalista do autor, que defende a ideia de que Portugal se perde sem sua identidade nacional, sobretudo perante a valorização que costumeiramente as elites portuguesas dão a culturas estrangeiras. No caso, a culturas de países mais desenvolvidos que Portugal, também potências coloniais (França e

¹³⁵ Como era, e ainda é, comum entre os portugueses, sobretudo em França, Madalena e seus tios foram emigrantes.

Alemanha) cujos interesses, para os nacionalistas, figuravam perigosamente como ameaças às possessões portuguesas em África.

Sobre seu pai, Madalena descreve-o criticamente ao seu tio como um *gentleman*, correto de maneiras, mas que pela defesa da ordem contra os oposicionistas pode executar uma revolução sanguinária; incorruptível, mas que “associa a sua acção de govêrno a um estendal de vergonhas” e que ainda se mantém com a consciência limpa por ser um “típico homem da ordem” (ibidem, p. 37). Ou como seu tio Luiz coloca, “a ordem é o domínio da fôrça que serve os seus interesses” (idem). Ao tentar argumentar que Portugal e os portugueses não se resumem a esse tipo de valores, Luiz é respondido pela sobrinha que “é ela [esta gente] que domina e sugere aos outros, da altura em que vive, o exemplo mau da vida” (ibidem, p. 38). Temos aqui a concepção de que os governantes têm um papel moral perante uma nação, a qual se espelha nos seus chefes.

Respondendo à crítica da sobrinha, Luiz explica a geração política da qual fazem parte ele e o irmão:

“(…) A geração do teu pai, a minha geração, é uma sobrevivência moribunda dum mundo sem fé e sem alma. Fomos aqueles homens fortes que retiveram da lição tão moderna e tão rejuvenescente do Eça e do Ramalho, apenas o pormenor picante, a crítica demolidora e fácil. Fizemos do espírito renovador desses e doutros a chalaça ordinária das nossas conversas e o pretexto intelectual do nosso septicismo. E todos, mais ou menos, fomos assim: Monárquicos, renegámos a realeza; católicos, olhamos Cristo como um vago sonhador fora de moda... Isto tudo, o País e as Colónias, nos pareceu reles e o contrário da velha Europa. E para nós, a Europa, foi-se reduzindo aos *boulevards* de Paris, às suas *boites*, às suas *cocottes* pintadas... Aqui tens a escola onde teu pai e os seus amigos aprenderam a governar o terceiro império colonial do Mundo” (GALVÃO, 1933, p. 38)

Fica aí a expressão da visão de mundo do autor, que pertence a uma outra geração, de negação e repúdio à geração liberal, combatida seja na forma monárquica enfraquecida sobretudo pelo *ultimatum* britânico de 1895; seja na forma republicana, laica e parlamentar da república de 1910 a 1926, marcada pelas atribulações de golpes, atentados, da sucessão de poderes (quarenta e cinco governos, oito presidentes e cinco dissoluções) e fragmentação social. É nesse contexto que surgem e se fortalecem os grupos e movimentos nacionalistas de “impregnação autoritária” (LÉONARD, 1998, pp. 21-22), alguns tipicamente fascistas de

cunho radical, como o Integralismo e o Nacionalismo Lusitano – ainda que em Portugal não se verificaria a existência de amplos movimentos fascistas de massa como na Itália ou Alemanha.

Essas tendências de extrema-direita já haviam se aglutinado na experiência da ditadura de Sidónio Pais (1917-18), mas seria na experiência da ditadura de 1926 que essa heterogeneidade se uniria contra a experiência da democracia liberal. Unidade que, aliás, era frágil ao ponto de dissidências como a dos Fifis. Foi dessa ditadura que ascendeu Salazar como homem providencial, célebre principalmente pelas medidas de austeridade enquanto responsável pela pasta das Finanças, que lhe daria gradativamente mais poderes de influência sobre os governos dos quais pertenceu e os quais enfrentavam cada vez mais reações revoltosas de opositores republicanos conservadores de tendência liberal, muito comum ainda nos meios militares (ibidem, p. 46).

Devemos considerar essa peça de Henrique Galvão no contexto de transição da Ditadura Militar ao Estado Novo, da “longa marcha de Salazar” (ROSAS, 1998, p. 141). Em 1930 é formada o que seria o partido único do Estado Novo, a União Nacional, na qual Salazar, o tecnocrata acadêmico vindo da militância católica, aglutinou aqueles setores de direita antiliberais, nacionalistas e autoritários, ainda que excluindo as tendências de fascismo radical da direção política, configurando um partido mais submetido ao Estado. Enfrentando também a oposição dos antigos aliados mais radicais, em fins de 1931 Salazar é nomeado chefe de governo, o que se formalizaria em 1932, ano de encenação da peça de Galvão. A partir daí iniciaria a composição do governo, contando inclusive com a nomeação de republicanos liberais e exclusão de direitistas radicais – considerada uma traição por setores fascistas como a Liga 28 de Maio (ibidem, p. 50) – e a montagem das instituições do Estado Novo, oficializado em 1933 (ano de publicação da nova Constituição e da peça aqui tratada). É então, especialmente em 1932-33, que se consolida a vitória do fascismo de cariz moderado do Estado Novo, derrotando a tradição liberal que seria lembrada como tempo velho, a era perdida; a degeneração e decadência nacionais sintetizadas na fala do personagem Luiz da Cunha.

Retornando ao enredo, Madalena e Carlos encontram-se e discutem sobre o retorno dele à casa Montalverne. Ele tenta se preparar e espera esse momento em que será “criticado sem piedade e julgado odiosamente nessa casa” (GALVÃO, 1933, p. 46). Assim, aproveita para definir-se como homem de ação, valor defendido de maneira reiterada por Galvão em sua obra e trajetória: “(...) Sou homem feito em plena guerra e, bem ou mal, sou levado a pedir à acção, a realização duma vida nova num mundo novo” (ibidem, p. 46), demonstrando também a

perspectiva e o desejo por uma nova ordem, em um renascimento ou ressurgimento nacional, em consonância com a montagem do aparelho ideológico e de propaganda que teria como um dos objetivos formar o “homem novo” tipicamente salazarista, submetido ao aparelho ideológico do Estado (ROSAS, 2001, p. 1031-1032).

Carlos também explica seu rompimento com Sebastião Montalverne, respondendo de forma indignada a Madalena quando esta tenta alertar contra qualquer ação subversiva contra a situação, considerando que qualquer movimento resultará em portugueses combatendo portugueses. Nessa resposta, Carlos expõe os valores políticos de Galvão, os mesmos dos nacionalistas defensores da nova ordem – antiliberal, contra a ganância de políticos que entregam o país a capitalistas estrangeiros ou quem governa de acordo com interesses privados, sacrificando os grandes interesses nacionais:

“Há um mês estava na sombra toda a miséria que eu vim a conhecer depois: êsses conluíus feitos lá fora para converter a o país na sucursal dum Banco estrangeiro, essas combinações de poder feitas para encher o bolso dum sindicato de negociantes, que seu pai dirige, representa e defende, sob a elegância das soluções políticas, em nome do Direito da Ordem e da Salvação Nacional. Português seu pai!... (...)” (GALVÃO, 1933, p. 47)

E nesses valores morais na política, tão comum nas promessas de nova ordem na retórica dos fascistas, Galvão expressa por Carlos o que por muitas vezes referia-se como “baixa política” (GALVÃO, 1933, p. 48), também outra referência inclusa na crítica fascista à ordem burguesa, democrática, liberal e parlamentar.

Em uma cena posterior, Sebastião fala de maneira preocupada a Madalena, após reunião com o ministro do Ultramar, sobre uma tempestade política e a possibilidade de uma revolução, a qual ele deverá por obrigação combater. Madalena, que já havia argumentado com Carlos, diz ao seu pai, afrontando-o, o que pensa desse tipo de política: “Eu não percebo nada de política, meu pai. Sei apenas que me desgosta e me repugna essa atividade sem um ideal, sem uma moral sequer (...) É inferior, concorda” (ibidem, p. 58). É a crítica de Galvão contra a velha ordem, que tentei explicar em minha dissertação de mestrado, pela qual dizia faltar em Portugal uma ideia superior que conduza a política à satisfação do que considerava, por uma concepção corporativista nacionalista – ou seja, negando a clivagem de interesses entre classes antagônicas – interesses nacionais, contra a política (baixa, ou inferior, sempre nesses termos) que prioriza interesses particulares ou de pequenos grupos no poder.

Sebastião Montalverne responde que, por ser mulher, Madalena não poderia compreender esse assunto. E continua, dizendo que quem está do outro lado da barricada é Carlos, o homem que “praticamente anima a revolução”, “(...) movido por uns entusiasmos complicados de homem de acção e por um idealismo de oposição”, portanto o melhor nome para evitar o derramamento de sangue nas ruas de Lisboa em caso de sublevação contra a ordem. Assim sendo, Sebastião espera que a filha, em seu papel de mulher em disputa entre dois representantes de projetos políticos adversários, convença seu possível pretendente a abortar a tal revolução (ibidem, p. 59-60).

Em meio a uma disputa de argumentos em que Madalena questiona a política do pai, este resolve explicar o tal caso da operação sobre minas em África, episódio que fundamenta a crítica no enredo. Justifica-se dizendo que:

“(...) Era necessário centralizar nas minhas mãos a defesa de certos interesses de amigos meus. E bem vês, não podia evitar que uma margem de lucros fôsse para eles. Devo-lhes o apôio nas Câmaras, a influência dos seus jornais. Tu talvez não compreendes mas a política é assim...” (GALVÃO, 1933, p. 63)

Quer dizer, em nome da governabilidade, o personagem Sebastião, representante da elite política derrotada pela ditadura, confessa que sua política é baixa, ou seja, que os interesses de lucros privados se atrelam ao poder público. O Estado, por sua vez, aceita e relaciona-se com corporações privadas em negociatas que sacrificam o interesse nacional – sendo assim o esquema a ser derrotado pela nova ordem defendida pelo autor. Além disso, Sebastião confessa à filha que até então a oposição os combatia sem provas, mas que agora o ministro [do Ultramar] informou que desapareceram muitos documentos que poriam em perigo sua honra. Tais documentos poderiam estar já nas mãos dos revoltosos do grupo de Carlos, e por isso mesmo o pai pede à filha que convença Carlos a não levar a revolução para a rua (ibidem, p. 64). E seguindo o debate entre duas gerações – pai e filha – incluindo uma provocação sobre quem é verdadeiramente cristão, encerra-se o primeiro ato da peça.

O segundo ato acontece em um pequeno escritório na Baixa de Lisboa, local onde reúne-se uma célula de comando dos revoltosos, portanto os personagens aqui são os representantes da nova ordem. Discutindo a ação, Julião, Torres Noronha e Antunes Maia, fazem o planejamento operacional considerando o pequeno número de militantes. Ao que indica por

uma fala de Maia, todos são militares, quando esse diz que Carlos é contrário à entrada de civis nas ações armadas (ibidem, p. 74), ficando demonstrada a concepção elitista de “revolução” do autor: ações planejadas e executadas por pequenos grupos vanguardistas e militares, em luta armada, enquanto a população civil assiste e apoia, aguardando os resultados. Isso ilustra em partes algo comum no período da primeira república: a inúmera quantidade de “revoluções” – golpes ou tentativas de golpes (intentonas) dentro da própria ordem social, executadas por milícias vanguardistas armadas em confronto nas ruas. Algumas das quais o próprio Henrique Galvão participou.

Com a chegada de Carlos no escritório, este passa as ordens do estouro do movimento, indicando quais quartéis mobilizar e o momento certo de assalto a uma reunião de ministros onde os revoltosos dariam a voz de prisão aos adversários (ibidem, p. 80). É a postura típica de um chefe operacional, função de patentes militares como tenentes (ou alferes) e capitães – mais um indício autorreferencial do autor (iniciado no exército como alferes/tenente e depois promovido a capitão), que em todas as ações que participou e ainda participaria – como os assaltos de 1961 – estava como liderança ou entre as lideranças operacionais. E nas instruções, enfatiza o valor nacionalista da ação, tendo os interesses superiores da nação como objetivo – como é característico do pensamento fascista, de incluir a moral como fator determinante da ação política de transformação dentro da ordem capitalista inalterada:

“Não queremos cá ninguém que ponha outro preço à sua colaboração que não seja o bem da Pátria. Ou vamos fazer qualquer coisa diferente do que os outros têm feito ou não vale a pena arriscar vidas (...) Exijo que o nosso movimento tenha um fim moral e se sirva de elementos morais” (GALVÃO, 1933, p. 82).

Carlos, organizador do movimento de ação, confirmando a desconfiança de Sebastião Montalverne, tem consigo os documentos quentes sobre a negociata das minas da Zambézia e reafirma os valores anti-plutocráticos do grupo de inspiração autoritária: “Em todo o caso o que é essencial, por agora, é desalojar os piratas que nos estão vendendo a um Banco Estrangeiro” (ibidem, p. 84-85).

Olivares, outro membro do grupo oposicionista, informa a Carlos, o chefe operacional, dos planos e projetos – enfim, o programa – dos revolucionários: equilíbrio financeiro, reforma da instrução (educação), proteção à agricultura e aproveitamento das riquezas (ibidem, p. 95), também pautas do grupo que saiu vitorioso da ditadura que vinha desde 1926, do qual pertenciam Salazar e Galvão. Outro ponto mencionado por Olivares é a reforma do Exército,

também em comum com o projeto de Estado Novo, porém na obra seria pelo aumento de soldo a oficiais. Nesse sentido, Carlos é contra, pois parece mais um “movimento de estômagos” e desvirtuaria os objetivos superiores da revolta – que é o de mudança de consciência e procura por uma doutrina superior que reformaria as instituições (ibidem, p. 96-97).

Carlos continua em crítica, incomodado com qualquer possível falha no programa às vésperas de eclosão do movimento, expressando a imagem que o autor constrói de si mesmo – incorruptível, sério, sóbrio, operacional e preocupado com uma modernização de ideias e preparação de consciências:

“Digo que mais me faz falta um Ministério e um programa com ideias modernas do que as proclamações (...) é lamentável que vamos destruir sem que os nossos homens se tenham ainda concertado na maneira de reconstruir (...) O Vale Moreira [autor do programa e nome cotado a chefe de governo dos golpistas] é um homem, mais um outro homem!... E eu queria mais ideias e menos ídolos... (...)” (GALVÃO, 1933, p. 97)

Angustiado com os rumos pós-revolução, Carlos exclama: “(...) E como vês enquanto nós trabalhávamos seriamente, arriscando vidas e situações para o servir, o homem que há-de governar chega ao fim da revolução sem saber o que há-de fazer!” (ibidem, p. 100). Pelo que é rebatido por Olivares em uma declaração mais moderada, que cede ao *modus operandi* dos adversários, sem contudo abalar o idealismo de Carlos:

“(...) As sociedades de hoje são movidas por homens que têm outra mentalidade e outros sentimentos... É preciso coloca-los primeiro como lhes convém para que eles funcionem como nos apraz e como interessa ao País. A Política de hoje, infelizmente, é assim e não seremos nós que a poderemos modificar só porque triunfamos num movimento de rua (...)” (GALVÃO, 1933, p. 101)

Madalena vai ao escritório dos revoltosos na intenção de convencer Carlos a interromper o movimento. Este se nega a tal atitude justificando que “(...) Acima de todas as razões sentimentais está o interesse nacional” e continua otimista: “(...) Havemos de chamar gente nova... É preciso que Portugal regresse à Europa... Tem que vencer uma política nova” (ibidem, p. 117-118). E por essa firmeza e insistência nos planos, desentende-se com Madalena.

A partir de então, os planos começam a dar errado, resultando em prisões de alguns revoltosos do grupo de Carlos antes mesmo de eclodir a revolta armada. Então, em um momento de pieguice romântica ainda confusa entre os dois, a católica Madalena justifica sua ação conciliadora recorrendo a vontades divinas, sensibilizando Carlos a assumir os perigos e desgastes de recorrentes lutas políticas que terminam em derramamento de sangue português (ibidem, p. 127). Com prisões efetuadas e a traição de alguns desertores, o destino reservado aos golpistas, incluindo Carlos, seria o degredo.

O terceiro ato inicia, como se fossem dois anos depois da intentona abortada antes de sair às ruas, em um solar na região do Douro. Luiz da Cunha constata que a casa está rejuvenescida, sem ruínas e com flores (ibidem, p. 138). É a metáfora do novo tempo, da primavera que substitui o inverno trazendo de volta a vida. Em conversa com sua sobrinha Madalena, Luiz diz que o governo de seu pai venceu os revolucionários e mandou para o degredo em África “os melhores”, os quais retornaram há poucas semanas: “Os vencidos de ontem são os vencedores de hoje” (ibidem, p. 146). A autorreferência em tom de lapidação de si mesmo¹³⁶ comprova-se pelo fato de Galvão ter sido mandado a degredo em Angola por consequência da conspiração dos Fifis. Portanto, nessa perspectiva do autor, os que lutaram por uma nova realidade foram vencidos na revolta armada mas o tempo assegurou sua vitória por justiça dos novos valores contra a velha ordem.

O autor segue a autorreferência lapidária de si mesmo, como exemplo moral de revolucionário, pela continuação da conversa de Luiz com a sobrinha:

“Vê o Carlos, o teu amigo de infância... A nobreza com que se houve na hora difícil, a-pesar-de traído pelos seus, quasi isolado entre os povos que como êle não faltaram aos compromissos... Que cegueira julgar que eram vencidos esses rapazes, que numa hora de tanto aviltamento davam um exemplo moral tão raro!...” (GALVÃO, 1933, p. 147)

Já do lado de Sebastião Montalverne, que vencera militarmente os golpistas sendo porém derrotado pelo advento dos novos tempos, as coisas ruem-se. Traído pelos seus antigos aliados, tendo alguns se afastado ou seu melhor amigo, o conde de Vilarrei, fugido com sua

¹³⁶ Termo de Ângela de Castro Gomes, ainda que originalmente trabalhando com diários e documentos epistolares. Cf. GOMES, Â. D. C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

esposa¹³⁷. É a decadência da velha ordem, representada pela casa Montalverne e seus comensais oportunistas, em antítese com a juventude primaveril dos revolucionários idealistas e anunciadores do Estado Novo.

Fazendo jus ao seu caráter de personagem conselheiro e racional, Luiz argumenta com Sebastião que fora sua política que o vencera, e não necessariamente os adversários. É a visão de mundo expressa pelo autor que procura convencer da urgência e inevitabilidade da nova ordem: “(...) Tu pertences como eu a uma geração que passou e que tem sobrevivido por velocidade adquirida” (ibidem, p. 151). O que seria o novo, “o mundo que desponta”, questiona Sebastião a Luiz, que o responde afirmando ser este novo que traz o que a geração de “mentalidades antigas” ou “anquilosadas” nunca dispôs: “um ideal!...” (ibidem, p. 152-153). Este ideal seria, logo, a doutrina superior de condução da política segundo os interesses nacionais. “(...) estamos no princípio duma ordem nova (...) Somos a geração que ruiu (...)” (ibidem, p. 153), assume a derrota Luiz, personagem de caracterização mais lúcida, como que enterrando a geração liberal superada por essas novas elites políticas.

Sobre os rapazes degredados, Sebastião refere-se em tom de escárnio: “Os D. Quichotes¹³⁸ do teu ideal!...” (ibidem, p. 154). Luiz, fazendo o papel do personagem que aceita a derrota, replica: “(...) Mas são generosos, são puros!... Pertencem a uma geração muito diferente da nossa! (...)”, uma “geração de transição” (ibidem, p. 154), tenta o autor demarcar uma ruptura entre as gerações.

Sebastião Montalverne é o velho derrotado, que diz a sua filha que leu no jornal o anúncio de um livro intitulado “A Ressurreição dos Ideais Portugueses – Aspectos morais da nossa crise”, da autoria de Carlos Côrte Real (ibidem, p. 161). É o personagem, *alter ego* do autor, que considera o novo tempo como, na verdade, a ressurreição de valores essenciais da nação portuguesa, adormecidos ou ignorados por uma geração cuja crise gerada vai além da questão material, configurando-se como problema de ordem moral. É a marca ideológica do Estado Novo que tornaria política oficial o resgate de valores tidos como naturais dos

¹³⁷ Temos aqui mais uma vez o recurso que Henrique Galvão faz a personagens femininas como intermediárias nos conflitos. A mulher é o meio de troca ou negociação, e está presente como elemento da vitória ou derrota institucional – verdadeiros espólios – dos personagens masculinos, sujeitos ativos da política.

¹³⁸ A capa do livro é uma litografia de um cavaleiro, em seu cavalo empinado, a espetar sua lança em uma pá de moinho-de-vento, sem perfura-la, arqueando a arma. Em segundo plano, nuvens se afastam dando lugar ao sol. Ao lado da gravura, a inscrição *victus*, que pode significar “vencido” em latim. É uma referência clássica a D. Quixote de la Mancha, personagem e obra pelas quais Galvão tem identificação, referindo-se a eles em suas ações vanguardistas, como o espetacular assalto ao Santa Maria em 1961.

portugueses; que em nada foge à tônica dos fascismos em se construir um projeto de avanço ao futuro baseando-se no resgate, renascimento, ressurgimento ou ressurreição de tradições nacionais inventadas. Ou a superação da decadência do considerado velho, sendo necessário ao novo a tradição antiga, ou originalmente nacional.

O decrépito Montalverne perdeu a esposa e dinheiro para seu melhor amigo, o qual tinha no homem traído o fiador de um levantamento de dinheiro feito por meio de letras. É isso que mais angustia Sebastião, assumindo-se já como vencido pela inevitável chegada do tempo novo. À sua jovem filha, na tentativa de causar ciúmes e uma desagregação do casal, informa que Carlos, esse da moral, esteve degredado em Angola e que “procurou arranjar uma conquista”, mas sem sucesso – “(...) não tinha inclinação para as pretas – uma questão de gosto”, importando da Europa a sua ex-esposa branca para fazer-lhe companhia (ibidem, p. 162-163). Além da permanência da presença da mulher como uma subalterna necessária a um homem de ação política, é sugerido o racismo do homem metropolitano, a quem não agradam mulheres negras como companhia, tendo sido preciso recorrer à ex-esposa.

Retornado à casa, Carlos tem com Madalena já após sua experiência em África: “Vivia-a tão profunda, tão interiormente!” (ibidem, p. 177). Madalena diz, em tom de crítica pessimista, que é filha do vencido ao mesmo tempo que é amiga de Carlos, o vencedor, que poderia se tornar mais um homem de política como fora seu pai. Carlos então lhe contesta fazendo uma autocrítica ao seu grupo:

“A minha vitória não é essa: Êsses a quem se refere, os meus companheiros da política há dois anos só na aparência são os vencedores. A Madalena pode entender essas palavras: Na política só vencem em vontade, os que no poder realizam uma ideia. Olho para todos êles, tristes imagens do que eu fui, e sinto que o seu triunfo como a política do vencido, sem princípios nem ideal, é efêmera, transitória!” (GALVÃO, 1933, p. 180)

E prossegue o personagem expressando o que o autor escreve de si, em relação aos valores morais que determinariam a ação política tendo como fundamento a mudança de consciência necessária à adequação ao que viria de novo. Sua consciência, no caso, fora transformada pela vivência no degredo africano:

“(...) Eu fui um homem de acção feito pela guerra, que pretendeu reformar a nossa sociedade com golpes de energia e de audácia, mas – a minha miséria!... – não tinha sequer reformado a própria alma... (...) Começa aqui a lição do meu destêro, das

longas horas de desamparo e de desgraça... O que eu sofri!... E foi longe, tão longe de tudo quanto eu amava, nesse pesado isolamento do exílio que eu olhei pela primeira vez a minha alma e tive a consciência do meu erro e o remorso das minhas faltas (...)" (idem)

Continuando em seu autoexame de consciência, justifica a Madalena porque levou a ex-esposa para África: estaria acatando um pedido da amiga para que cumprisse algum dever de vida. Este dever, Carlos encontrou levando a ex-esposa no momento em que ela passava por dificuldades financeiras. Portanto, na parte amorosa do enredo, Carlos é perdoado por Madalena (GALVÃO, 1933, p. 182). E insiste na autocrítica de ter feito uma ação sem ter construído antes um ideal norteador: "(...) E reconheci que a minha culpa maior, fora a de ter planeado a sangue frio, sem um sistema, sem um ideal, sem uma fé, uma luta sanguinária entre portugueses!... Para este pecado não tinha alcançado ainda o meu perdão..." (ibidem, p. 183). E, como quem tenta passar sua imagem de homem probo, ciente de suas falhas e que procura uma expiação para seus erros, porquanto tem um objetivo maior: "(...) Mas eu era um homem de acção que reconhecia a necessidade dum ideal... (...) Julgo ter redimido as minhas faltas (...) E sinto que comigo hão-de-estar dentro em pouco os melhores da minha geração" (ibidem, p. 183-184).

Ao ser questionado por Madalena qual vai ser sua vida e qual sua ideia, Carlos expressa a maior definição autorreferencial de Galvão, demonstrando o papel que o degredo em função da intentona dos Fifis lhe proporcionou, sendo o início de sua trajetória na carreira colonial. Por essa descoberta de África¹³⁹, Galvão desenvolve seus valores colonialistas, sintetizando a defesa do império pela perspectiva de que é sua grandeza e alcance, com sua missão civilizatória, o sentido de existência da nação portuguesa – o que seria condizente com o conteúdo ideológico do Estado Novo pelo Acto Colonial em seus anos de implantação, portanto expressão de máximo de consciência:

"A minha ideia é a velha ideia de Portugal que fui encontrar em África... Ainda somos uma grande nação, Madalena, um grande Império corroído pelas nossas misérias morais, pelo nosso ceticismo e pelas nossas discórdias políticas – mas é um grande Império! Em parte alguma o senti tão bem como lá... Suponha este grande povo espalhado por todo o Mundo, tão unido como hoje está disperso, renovado pelo Ideal do seu Império e ao serviço da Civilização Cristã! Não será este o sentido de patriotismo do nosso tempo, a salvação dum povo infeliz, que como os homens também tem expiado com dureza os seus erros? Este é que é o Ideal a opôr a esses

¹³⁹ Expressão de MOTA, F. T. da., p. 29.

falsos deuses, os deuses sanguinários das revoluções: Governantes, preconceitos da Política, tudo isso que são apenas meios de governo e que nós tomamos pelos próprios fins de Portugal” (GALVÃO, 1933, p. 185)

Emocionada com as palavras de Carlos, Madalena sugere que são os mesmos valores que ela nutre, mas não havia ainda expressado por ser mulher e não saber dizer (ibidem, p. 186). Ele diz que, mesmo sem palavras, foi o sentimento entre os dois que o conduziram a essas conclusões, portanto mais uma vez a importância da mulher como agente de bastidor do homem político. Expressando desejo de ter um relacionamento amoroso com Madalena, Carlos diz que comprometeu toda sua fortuna em África e que é um viúvo. E que por não ter dinheiro, não poderia levar a cabo o casamento, já que Madalena é rica e ele não tem mais nada. Ela, indignada, diz que sua fortuna é, na verdade, pertencente ao pai, e que a riqueza não os deve dividir; pelo que é completada por Carlos, concordando que seu fator de união seria o mesmo amor e a mesma fé (ibidem, p. 187-190). Fica então implícita a visão de mundo conciliadora entre dois lados opostos na riqueza material, tendo como único fator aceitável a união e o compartilhamento do mesmo ideal superior: a sobrevivência do império, portanto da nação portuguesa.

Sebastião e Luiz entram na cena e encontram o casal, irritando o pai que não aprova o matrimônio, fazendo a filha se explicar: “(...) Sôbre todos nós passou a tempestade dos ódios que dividem os portugueses... (...) É tempo, concorde! É tempo de reparar essas ruínas... de pôr termo a tanta dôr! (...) Queremos ser também felizes nessa casa (...)” (ibidem, p. 192). É a mulher, herdeira da velha política, resultado da transformação operada pela novidade, clamando ao pai pela unidade na casa, pelo fim das divisões internas a fim de um bem comum.

Luiz, o personagem lúcido, encerra a peça com sua lição moral de política: “Eu bem dizia, meu velho... Esta hora já não é nossa! Passamos... *(com emoção mal disfarçada pela ironia)* Aqui tens a verdadeira Revolução!... A única que não se fez em Portugal!” (ibidem, p. 192). O pano cai sobre Madalena abraçada a seu pai derrotado, ainda não convencido pela imploração da filha, e tem fim essa obra de Galvão que tem objetivos claramente moralistas, ideológicos e de propaganda.

2.6. Salazarismo, autoritarismo, totalitarismo, corporativismo... fascismo?

António de Oliveira Salazar alcançou notoriedade liderando a “ditadura financeira” (1928-32), entendida como série de intervenções estatais nas finanças públicas como forma de se resolver o “problema político” do Estado – resolver basicamente o problema da “crise de autoridade do Estado liberal” percebida pelos nacionalistas a partir de 1890-91 como interdependência entre as crises política e financeira, portanto pensando em uma reformulação do aparelho político (Estado R) de forma que se implementasse uma política de austeridade financeira. Como esse tipo de medida é impopular, a alternativa desses grupos antiliberais seria a de se apoiar em uma ditadura, logo resolver “a crise de autoridade do Estado” e a inserção de Portugal no capitalismo mundial (TELO, 1994, p. 779-780).

A ditadura instaurada em 1926 já contava com a desorganização do movimento sindical e a incapacidade reivindicativa dos trabalhadores urbanos, algo que a república democrática e liberal já havia conseguido, sendo inclusive uma das causas de sua instabilidade. Em contexto de crise dos “aparelhos políticos tradicionais”, a preocupação de Salazar nas Finanças seria basicamente impedir o regresso da inflação, que poderia fortalecer o derrotado movimento operário em lutas por aumento de salários, portanto colocando o “problema social” na terceira ordem de prioridades – o que foi diferente do caso da Itália (ibidem, p. 785). Perante as reivindicações patronais, como as associações industriais pedindo protecionismo no mercado interno, redução de impostos e benefícios do Estado R, como crédito fácil, em geral o que se reivindica nos dois anos iniciais da ditadura são a estabilização do escudo e saneamento financeiro do orçamento do Estado, apontando para a possibilidade de fomento. A partir daí o programa de reforma financeira de Salazar é proposto como prioridade (ibidem, p. 787). Essa prioridade financeira obrigaria a uma reorganização política, colocando o ministro das Finanças como centro do poder: ao Estado é aumentada sua capacidade reguladora e interventora, sendo fundamental para o funcionamento da economia, e é com os militares que o ministro das Finanças encontraria a principal base de apoio (ibidem, p. 788).

Com discurso de força e autoridade, amparado pelas forças armadas, e alcançado o equilíbrio orçamentário no ano de 1928, Salazar partiria para as medidas econômicas, procurando atender os interesses dos mais variados setores capitalistas. Em 1929 já não enfrentava tantas críticas, desaparecidas por “convicção, repressão ou conveniência” (ibidem,

pp. 790-791). Equilibrando interesses econômicos vindos do Estado A e também equilibrando as divergências entre as próprias direitas componentes da ditadura, a atuação de Salazar vai ganhando mais apoios e as insatisfações de trabalhadores em relação às políticas de austeridade não poderiam vencer a repressão. As críticas de Cunha Leal, apoiadas inclusive por Ivens Ferraz, não derrotaram Salazar, aliás o fortaleceram: desorganização das organizações de trabalhadores, equilíbrio orçamental, estabilização da moeda, crédito público a partir da Caixa Geral de Depósitos, abaixamento de taxa de juros e liquidação da dívida externa flutuante agradam os empresários nacionais. Com essas medidas foi possível iniciar programas de obras públicas, apoio financeiro a Angola, reforma do sistema bancário do império e promulgação do Acto Colonial, compensando os setores exportadores que passavam por dificuldades em decorrência da crise internacional. Assim se delineava melhor a organização corporativa sob regência do Estado (ibidem, pp. 793-794).

Com forças de apoio reequacionadas, o ano de 1931 foi marco da nova linha econômica guiada pela reforma financeira de Salazar. A sua linha econômica mantinha a política de condicionamento industrial, concebido originalmente como instrumento de contenção de crise e, assim como a cartelização corporativa, abrangendo um conjunto restrito de setores industriais (moagem, resinosos, conservas de peixe, trigo, vinho do Porto, lanifícios, cortiça). Estratégia de intervenção do Estado R a longo prazo, iniciada em 1927, o condicionamento industrial português seguiu sentido inverso de outros países que adotavam a intervenção estatal na economia com políticas de ampliação industrial (MARTINHO, 2009, p. 310). Em Portugal, apesar do esforço industrializante e da proteção a setores produtivos, ainda que vários não enfrentassem concorrência internacional, não se viu um projeto global de industrialização em termos mais modernos, mantendo-se a preponderância ruralista “habitual” da ideologia salazarista.

Com caminhos abertos à reforma autoritária e corporativa, criada a União Nacional e promulgado o Acto Colonial, Salazar já gozava de grande autoridade dentro do regime. O próprio gabinete das Finanças havia se tornado em um centro de intrigas políticas e reunião de direitas antiliberais, com equilíbrio entre as forças presentes e apoio nos militares e nas instituições católicas. A autoridade de Salazar por sua atuação financeira era tão grande que quando ameaçou sair do governo de Vicente de Freitas, fez o próprio governo cair para que retornasse já com Ivens Ferraz e continuado até o governo de Domingos de Oliveira, quando já se clarificaria o que seria o Estado Novo. Com a queda de Primo de Rivera na Espanha, o

governo em Portugal também poderia sucumbir. Tomando a autoridade da ditadura, em 1931 no Conselho Político Nacional, Salazar pedia que os militares se afastassem mais ainda das decisões políticas.

Em Maio de 1932, Salazar recebeu do Exército a condecoração da grã-cruz da Torre e da Espada, primeira vez concedida a um civil. Nessa mesma ocasião disse às forças armadas que não lhes cabia "fazer política, não tem obrigação de apoiar governos determinados" e reconhece o papel de "garantia e penhor da revolução nacional". Respondeu à direita fascista que o caminho é da "revolução pacífica mas integral" – e apresentou no mesmo dia o projeto de Constituição (ROSAS, 1998, p. 179). Dois meses depois Salazar foi empossado como presidente do Conselho de Ministros, ou seja, como chefe de governo, formando ministério e compondo a comissão central da UN segundo seus preceitos “frentistas” de equilíbrios de diversas forças de direita, avançando na linha institucional do que se efetivaria como Estado Novo (idem).

As ideias mestras da “revolução política” salazarista seriam: a recusa da democracia liberal e do comunismo, colocando a necessidade de um governo autoritário; o “ecletismo” e “empirismo” no equilíbrio de apoios à reforma constitucional; repúdio em letra ao totalitarismo, mas o historiador Braga da Cruz (1988) realça as tendências totalizantes do regime no sentido de enquadrar as vidas dos governados; nacionalismo corporativo (pretensão de se integrar a nação no Estado em uma concepção de nação orgânica, criação da Câmara Corporativa com funções consultivas mas mantendo concepção de “Estado Corporativo” e manutenção da concepção de cidadão-eleitor); Estado forte com concentração de poderes no executivo, com um chefe de Estado de reduzidas responsabilidades e um chefe de governo com poderes de legislar, mantendo o parlamento em posição subalterna em um esquema de “presidencialismo bicéfalo” mas com poderes concentrados no chefe de governo (presidência do Conselho de Ministros, ou dos Ministérios); intervencionismo econômico e social (Estado R coordenador, árbitro e organizador de CGP, garantindo no artigo 31º da Constituição de 1933 o poder de intervir diretamente na gerência de atividades económicas particulares, inclusive com financiamento); e imperialismo colonial (ROSAS, 1998, p. 180-183).

O projeto de reforma constitucional foi publicado na imprensa em Maio de 1932 para debate, “livre e aberto” mas realizado apenas no interior da ditadura. As oposições republicana e operárias já se encontravam derrotadas pelas campanhas repressivas ao que se dizia

genericamente como “revirvalho”. Entre os situacionistas, as críticas republicanas recusavam a “ditadura constitucionalizada”, “ditadura do executivo” e o “partido único”, sendo célebre a oposição de Vicente de Freitas em 1933. Já a extrema-direita (integralistas, realistas, monárquicos, nacional-sindicalistas) criticava a abertura aos republicanos no equilíbrio salazarista, além do que considerariam artificial a organização do corporativismo – “belo edifício, mas pelo telhado”. Como “árbitros” do debate, os salazaristas Bissaya Barreto e Quirino de Jesus apaziguavam, elogiavam a iniciativa de Salazar e incitavam confiança nas garantias de liberdades prometidas nessa síntese de antagonismos. Óscar Carmona, além de representar a base militar de apoio, era ainda mantido como figura de confiança para setores liberais-conservadores, portanto necessário ao jogo de equilíbrios de Salazar – no referendo foram mantidas as concessões às demandas liberais, como o parlamento (ibidem, pp. 184-186).

Em 11 de Abril de 1933 o resultado do plebiscito dava como aprovada a nova Constituição que seria a consolidação jurídica do Estado Novo. Como medidas complementares estavam a censura prévia, a criação da nova polícia política¹⁴⁰, legislação base da organização corporativa e criação do Secretariado de Propaganda Nacional. A seguir vieram a repressão ao revirvalho de Bragança, à frustrada greve geral de 1934 e aos nacional-sindicalistas – 1934 seria marcado como o ano da “coesão, unidade e homogeneidade” celebrados no I Congresso da UN, e início da “normalidade constitucional” imposta pela “revolução nacional” (ibidem, p. 187). No Estado Novo, e para sua sustentação, seriam ainda criadas instituições de caráter fascista: as milícias paramilitares¹⁴¹ e as organizações corporativas para trabalhadores¹⁴².

Como afirma Yves Léonard, Salazar tentava se desvencilhar do fascismo, apesar dos elogios e inspirações de Mussolini, acentuando a singularidade do Estado Novo supostamente não totalitário. Uma considerável parte de historiadores¹⁴³ considera que a ditadura do Estado Novo não foi um regime autenticamente fascista, preferindo caracterizá-lo como regime

¹⁴⁰ Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

¹⁴¹ Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa e Mocidade Feminina Portuguesa – as últimas com semelhanças a Opera Nazionale Balilla e Hitlerjugend.

¹⁴² Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), Junta das Casas do Povo, Junta das Casas de Pescadores, sindicatos nacionais e Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) – essa última com semelhanças com o Doppelarbeit.

¹⁴³ António Costa Pinto, Maria Filomena Mónica, José Mattoso, Manuel Braga da Cruz, Yves Léonard, Eric Hobsbawm, Giovanni Sartori, Philippe Schmitter, Juan Linz et. al. F. LOPES, H. F. Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A União Nacional em perspectiva organizacional e comparativa. **Working Paper #76, Observatório Político**, Novembro 2017.

autoritário e conservador, antiparlamentar, antidemocrático e antiliberal, de corporativismo aquém do anunciado e nacionalismo “prudente e conciliador”. Aliás, como característica singular, o nacionalismo salazarista era inscrito nos “oito séculos de história”, momento na “continuidade histórica da missão civilizadora”, apresentando-se como regime autoritário, reacionário, de Estado cristão e policial, com milícias “à romana” e raras concessões à modernidade (LÉONARD, 1998, pp. 75-78).

Outros cientistas, como Hugo Lopes, coadunam com teses que negam a classificação de fascismo ao regime salazarista quando partem da análise do partido em relação ao regime, excluindo a União Nacional do que seria um partido único tipicamente fascista em comparação ao *Partito Nazionale Fascista* (PNF) e o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP), considerando que a UN era muito mais influenciada pelo Estado que o contrário, como acontecia na Itália ou Alemanha. Assim, Lopes ampara-se sobretudo nos estudos de Manuel Braga da Cruz, que em resumo detecta no salazarismo mais a influência do chefe que do partido, configurando-se mais como autoritarismo e não totalitarismo; em relação a UN, o Estado Novo seria regime *com* partido único e não *de* partido único. Em geral, mesmo reconhecendo todas as semelhanças possíveis com os fascismos, Braga da Cruz define o Estado Novo salazarista como “nacional-catolicismo ideológico de cariz tradicionalista, numa *ditadura civil, policial e pessoal do chefe do Governo*, que, apoiada numa *organização social corporativa*, e a expensas do operariado industrial e do campesinato rural, serviu os desígnios de uma burguesia nacional débil e dependente” (CRUZ, 1982-3, p. 794). António Costa Pinto, historiador especialista nos movimentos fascistas em Portugal, reconhece o autoritarismo do Estado Novo e sua centralização – inclusive corporativa – na figura do chefe, mas não do partido, com instituições de inspiração fascista montadas “por cima” e sem a demagogia típica dos fascismos radicais. Não é no fascismo, mas nas origens da direita radical e do tradicionalismo do catolicismo antiliberal que Costa Pinto situa o Estado Novo. Fazendo análise comparativa dos regimes autoritários da Europa pós-1ª Guerra, o autor argumenta que existem vários graus de fascização nos regimes, e o Estado Novo seria um dos que menos apresentavam esse caráter¹⁴⁴.

¹⁴⁴ “Em graus variáveis, as elites e movimentos políticos que inspiraram essas ditaduras foram influenciadas pelo fascismo, mas os princípios, os agentes de institucionalização e o tipo de ditadura que fundaram extravasou largamente a especificidade do fascismo” **Fonte bibliográfica inválida especificada..**

Por outro lado, correspondendo a uma menor parte, há aqueles cientistas que consideram que o Estado Novo foi, sim, um tipo de fascismo. Manuel de Lucena considerou o salazarismo como “fascismo sem um movimento fascista”, não excluindo o papel da UN na construção da ditadura apesar de suas divergências com os partidos dos fascismos “clássicos”. Fernando Rosas também considera o Estado Novo como fascista, atribuindo ao corporativismo enquanto regime essa classificação. No colóquio sobre o fascismo em Portugal, realizado em 1980 em Lisboa¹⁴⁵, Fernando Piteira Santos definiu o Estado Novo como “governo servidor e criador de *fascismo*”, e Manuel Villaverde Cabral via no regime mais semelhanças com o fascismo italiano que com outros regimes autoritários do entreguerras. Na mesma “opção” de Cabral, Luís Reis Torgal também considera o Estado Novo como fascista, ressaltando as especificidades portuguesas¹⁴⁶. Michel Cahen, assim como os demais citados, também se preocupa em fazer uma interpretação científica que não ceda às paixões militantes de antifascistas, elencando as especificidades do regime português e também as semelhanças com outros fascistas. Em suas investigações, trabalhando sobre a hipótese do “*colonial-fascisme*” vinda dos nacionalistas africanos, constata que o colonialismo já se organizava como ditadura nas colônias desde antes do Estado Novo, ainda na monarquia, e que lá, sobretudo em Moçambique, já se esboçava um tipo de organização corporativa – na relação das companhias com o Estado. Ainda assim, apesar da “ditadura colonial”, afirma que somente na metrópole podia se dizer que o Estado Novo configurou-se como fascismo: as instituições fascistas alcançavam as colônias, por exemplo a Mocidade Portuguesa que chegou às colônias em 1939 mas funcionava basicamente como um escotismo obrigatório, ou a UN que era vista com desconfiança por muitos colonos como “o partido da metrópole” (CAHEN, 1997, p. 12). Ainda, considerando que nas colônias vivia-se uma ditadura, somente na metrópole – considerando como central a natureza do Estado e seus modos de estruturação da sociedade, regulação da economia e os desígnios imperialistas – pode-se dizer que o Estado Novo manifestou-se como fascismo.

Não tenho dúvidas quanto ao empenho e validade das diversas interpretações sobre o que foi o salazarismo e o Estado Novo. É certo que todos consideram as especificidades do caso português e as colocam em plano de comparação a outras experiências contemporâneas,

¹⁴⁵ SANTOS. “O fascismo em Portugal: conceito e prática”; CABRAL. “O fascismo português numa perspectiva comparada”. In.: **O Fascismo em Portugal - Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982. pp. 09-18; 19-30.

¹⁴⁶ “Trata-se de um «fascismo à portuguesa», no sentido que se organiza segundo as nossas próprias características e os nossos condicionalismos, de um povo essencialmente rural e com fraca densidade urbana, dotado de uma mentalidade tradicional e de uma concepção católica, de um Estado que fez da manutenção do seu Império colonial a sua grande cruzada” (TORGAL, 2009, p. 364).

ressaltando a guinada autoritária do pós-1ª Guerra Mundial com vistas a superar o capitalismo liberal – e sua democracia – e negar o comunismo por uma “terceira via”, o corporativismo. E é mesmo a partir da análise comparativa que os autores iniciam suas divergências – alguns dizendo que o Estado Novo português não foi fascista, sobretudo em comparação às experiências “clássicas” dos regimes em Itália e Alemanha ou aos próprios movimentos fascistas; outros afirmando que, sim, o Estado Novo foi fascista, à sua maneira. Nessa questão tendo a assumir o lado que considera o Estado Novo como fascista, amparando-me no modelo explicativo proposto por João Bernardo em seu *“Labirintos do Fascismo”*. João Bernardo não encontra menores dificuldades no estudo complexo do que foi (e é e pode ainda ser) o fascismo – ou os fascismos. Não é por menos: o fascismo foi central nas contradições internas das classes dominantes e também do movimento operário; o fascismo por si só é um grande labirinto, encruzilhada ou teia de contradições¹⁴⁷ no seio do capitalismo moderno e tanto os casos em específico quanto as generalizações apresentam mistérios pela “desarticulação das estruturas das causas e consequências”, não apresentando genealogia bem definida como o liberalismo, conservadorismo ou socialismo.

De modo mais sucinto, o autor define o fenómeno geral do fascismo como a “revolta no interior da coesão” ou a “revolta no interior da ordem”, de carácter ambivalente (radical e conservador). Na definição de chefes fascistas, Primo de Rivera dizia que “A Revolução, quando é bem feita, tem como característica formal ‘a ordem’”; Mussolini dizia que “Nós damo-nos ao luxo de ser aristocratas e democratas, conservadores e progressistas, reaccionários e revolucionários”; já Salazar afirmava, por sua vez, que “é necessário fazer neste país uma grande revolução *na ordem* para evitar a que outros fatalmente fariam *na desordem*” (BERNARDO, 2018, p. 14). Um teórico do fascismo, Balbino Giuliano, já dizia que deveria procurar-se a “síntese dialética de todos os opostos”, a “harmonia espiritual na dialética da vida” – progredir e conservar, liberdade e autoridade¹⁴⁸ (GIULIANO in. BRITO, 1999, p. 77). A

¹⁴⁷ “Os fascistas actuaram politicamente no âmbito económico, pretenderam fazer política como se fosse uma arte, admitiram para a arte uma inspiração estritamente política, remeteram a filosofia para o mundo da acção, reduziram a acção à vontade do espírito. A única coisa que me move a estudar o fascismo é a ambição de esclarecer, a partir deste amontoado de contradições, as ambiguidades mais íntimas do capitalismo, aquelas que produziram efeitos mais trágicos” (BERNARDO, 2018, p. 09).

¹⁴⁸ “O Fascismo não exalta essa liberdade que despedaça o sagrado poder soberano em favor da soma algébrica dos egoísmos individuais, mas também não exalta a autoridade do Estado como uma espécie de providência material que, para submeter esses egoísmos, elimina toda a liberdade de acção e todo o sentido de responsabilidade nas iniciativas próprias. Combatemos a liberdade democrática que destruía a autoridade, mas também não apreciamos a autoridade teocrática que anula o impulso espontâneo da actividade humana” (GIULIANO in. BRITO, 1999, p. 77).

pretensão de se sintetizar *liberdade* e *autoridade*, num esquema corporativo de Estado orgânico, também era preocupação de Arnaldo Volpicelli, também teórico do fascismo. Continuando nessa exemplificação pelos intelectuais ideólogos do fascismo italiano – “clássico” – Ugo Spirito qualificava o fascismo como revolução na ordem, bem demarcadas as diferenças com a Revolução Francesa de cunho burguês e liberal-democrático (SPIRITU in. op. cit., p. 111) e Carlo Costamagna, meditando sobre a “teoria geral do Estado Corporativo”, dizia que o fascismo afasta-se do liberalismo no conceito de povo e afasta-se do socialismo no conceito de trabalho, concluindo que “O Fascismo é tão antiliberal como anti-socialista e, nessa equidistância entre liberalismo e socialismo, reside a sua originalidade”¹⁴⁹ (COSTAMAGNA in. op. cit., p. 125).

Apropriando-se de elementos burgueses, mas também proletários, as tecnocracias fascistas que ascenderam como elite, ou classe dominante, recuperaram temas e métodos revolucionários usando-os para o fim oposto, utilizando-se da linguagem para tal. Assim, além de desnaturar as instituições criadas nas lutas coletivas de trabalhadores, o fascismo as transferiu para a esfera do Estado e “transportou para o quadro genérico da opressão o próprio tema da revolução” (BERNARDO, 2018, p. 23). Por esse viés podemos começar a compreender, além das instituições corporativas do fascismo, os motivos pelos quais, por exemplo, Salazar considerava a ditadura como “Revolução Nacional”. O fascismo usa a máscara da imagem de seus inimigos, trazendo a nostalgia da auto-organização operária nos limites da hetero-organização dos trabalhadores pelos capitalistas (idem).

Recorrendo frequentemente aos artistas e à manipulação de palavras, o fascismo configurou-se como “ficção política”, ou nas palavras de Salazar em 1938 na posse de novos dirigentes da União Nacional – definindo também como se organizaria a propaganda do regime: “em política, tudo o que parece é” e “politicamente, só existe o que o público sabe que existe” (ibidem, pp. 24-25). João Bernardo cita exemplos como o do fascista suíço Georges Oltramare que dizia “pode-se ser rebelde desde que não se ponha em causa o património sagrado, as verdades fundamentais”, ou do poeta fascista espanhol Dionísio Ridruejo, que “confessou com amarga ironia que ele e os seus correligionários haviam chamado «revolução» a uma operação de polícia e a tinham vivido espiritualmente como se o fosse” – o que faz dos fascistas

¹⁴⁹ “Assim sendo, o Fascismo aceita do liberalismo o princípio da vontade geral como fundamento da soberania do Estado e do socialismo, incorpora o princípio do trabalho, na medida em que faz deste o título de cidadania do indivíduo” (COSTAMAGNA in. BRITO, 1999, p. 126).

conservadores na prática e radicais no espírito (ibidem, p. 24). Essa constatação de Ridruejo lembra-me de Carlos Corte Real, o *alter ego* de Henrique Galvão, com seu grupelho vanguardista “revolucionário” formado por jovens militares nacionalistas. Definindo o que seriam *revoluções*, da mesma forma que intitula sua peça como “Revolução”, o autor referia-se a nada mais que golpes de revoltosos contra uma ordem política vigente, porém mantendo a estrutura da ordem social. A “revolução” seria assim a revolta no interior da coesão, e por isso que Henrique Galvão, como intelectual e militante fascista, expressa nessa peça o máximo de consciência possível do drama sem comédia que durou, somando os períodos, 48 anos.

Sobre a diversidade de manifestação dos regimes fascistas, o que faz com que diversas interpretações ou dúvidas quanto ao caráter do regime salazarista surjam, João Bernardo propõe a interpretação por eixos de instituições que sustentaram os regimes. Primeiramente, constata que uma das características do fascismo é a violência, mas ela não é exclusividade dos fascistas – e que o digam, por exemplo, as democracias que utilizaram de repressão desmedida. Quanto à organização corporativa, também é uma característica do fascismo, mas o autor nos lembra que o corporativismo – tomando o referencial de Manoïlescu – iria muito além dos fascismos, considerando que a URSS e os EUA do *New Deal*, para limitar em exemplos maiores, também adotaram esquemas de organização corporativa. Manoïlescu inclusive criticava a noção de “economia dirigida” preferindo a de “economia organizada”, portanto se buscar um “purismo” teórico em todas as experiências, é certo que todos os regimes fascistas “falharam” quanto à organização corporativa – assim como Salazar não era um *maurrasiano* “puro”. Partindo do princípio que as investigações sobre o fascismo só devem ser feitas pelos estudos comparados, João Bernardo interroga por que tantos historiadores consideram apenas as experiências alemã e italiana – que se diferenciam muito entre si e entre essas diferenças caberiam todos os outros regimes que causam a hesitação de cientistas – como fascismo. Nisso entrariam os problemas da Áustria, com o conflito entre o nacional-socialismo e um fascismo de inspiração italiana, ou da Romênia entre dois tipos de fascismo. Ou Portugal e o seu “nacional-catolicismo autoritário de tendência corporativa e totalitária” salazarista, que derrotou os movimentos tidos como verdadeiramente fascistas. Aqui cabe aquela indagação sobre caracterizar como fascismo os regimes cujos chefes mudaram de opinião: “Ora, o fascismo caracterizou-se no plano ideológico pela apologia da intuição do chefe, ao qual se reservava a capacidade de mudar de orientação e de opiniões sempre que assim o decidisse” (ibidem, pp. 48-49). Assim entra uma outra característica dos fascismos: a confiança na intuição dos chefes.

É fato, então, que cada manifestação ou experiência fascista teve suas características próprias. Em questão metodológica, e fugindo aos nós que sempre atordoam os que estudam os fascismos, João Bernardo recusa o caminho dos “tipos ideais” de Max Weber – ou de Balzac e elabora um campo contando com dois eixos e quatro polos, onde o fascismo estaria inserido. Na encruzilhada proposta pelo autor, um eixo de instituições exógenas ao movimento fascista estariam nos polos compostos pelas Igrejas e pelas forças armadas, representando o pendor conservador da sociedade (coesão social); e o outro eixo, de instituições endógenas ao movimento fascista, estariam o partido/milícias e sindicatos/milícias, representando um pendor radical (revolta). Reproduzo abaixo a esquematização gráfica do autor na última edição de sua obra:



Figura 1. Campo para estudo comparativo dos regimes fascistas. (BERNARDO, 2018, p. 50)

Dentro desse campo de análise, a especificidade de cada caso de fascismo “consistiu no carácter que imprimiu às instituições endógenas e na forma como se ligou às instituições exógenas”. As dúvidas interpretativas derivariam então da confusão entre os movimentos e regimes, das comparações indevidas entre movimentos vistos em sentido restrito e dos regimes em sentido global, fazendo com que muitos autores desconsiderem fascismo em alguns regimes por diferirem dos movimentos tipicamente fascistas (ibidem, p. 50).

No caso português, João Bernardo constata que o fascismo surgiu do eixo conservador mas “reduziu ambos os eixos a uma expressão mínima”, centrando-se na figura do chefe – Salazar, que ao contrário de Mussolini, por exemplo, inicialmente mais pendente ao eixo endógeno, era avesso ao populismo e mobilização popular. Oliveira Salazar, que procurava em Charles Maurras uma ideologia fascista, fez o que seu ideólogo referencial não fez: sua política desgarrou-se da preferência monárquica, sem “anseios de heroísmo e limitada por uma persistente modéstia de horizontes (ibidem, p. 98).

Se desde 1926 o fascismo português se desenvolvia tendendo mais ao eixo exógeno (forças armadas e Igreja), Salazar se mantinha na conjugação dos dois polos desse eixo e formava sua imagem como “homem providencial” por suas políticas de austeridade financeira que agradavam ao patronato e a insistência em equilibrar o orçamento. Já o apoio da Igreja Católica, de onde atuava politicamente na juventude, era o seu reforço conservador, com o apoio em algumas esferas maçônicas e na ala liberal dos militares (ibidem, pp. 100-104). Pela União Nacional, Salazar atraía várias correntes políticas de direita e colocava-se como “mediador indispensável” do eixo exógeno, ou conservador, ainda que durante um tempo foi Óscar Carmona o mediador entre as correntes militares republicanas. Ainda que passasse por atritos com o general Carmona e com o cardeal Cerejeira, o fascismo salazarista se fortalecia com a imobilização da oposição moderada, mantendo Salazar no centro – tendo sua abstenção quanto à forma de governo (república ou monarquia) confirmando os equilíbrios sob sua liderança (ibidem, p. 105). A própria UN, enquanto partido, não se destinou a conquistar o Estado, mas emanou deste por criação de decreto ainda na Ditadura Militar. Suas linhas mestras foram traçadas na reação às revoltas de 1927, atuando no próprio eixo endógeno com intenções de se retirar os militares da condução política nacional, ao mesmo tempo que enfraquecia os nacionais-sindicalistas, pendendo às perspectivas conservadoras, atuando o partido como agremiador e integrador de elites locais¹⁵⁰.

A estabilidade alcançada pelo regime em 1933 não se deu com o apoio das forças do eixo endógeno do fascismo, mas do eixo exógeno (conservador). Oliveira Salazar e Rolão Preto, liderança do Nacional-Sindicalismo, desencontravam-se em perspectivas – o líder da UN e do governo preferia o conservadorismo dos gabinetes que o radicalismo de massas. Desorganizado o Nacional-Sindicalismo por Salazar e União Nacional, muitos dos nacionais-sindicalistas acomodaram-se nas instituições que o Estado Novo lhes garantia. Os sindicatos corporativos ficavam então de fora dos espaços de direção da política nacional, sendo-lhes entregue a missão de organizar forças repressivas auxiliares. Por exemplo, a Legião Portuguesa absorveu adeptos do fascismo radical, no entanto tinha papel secundário e auxiliar perante as polícias e as forças armadas, mantendo a preponderância do eixo conservador. Diferentemente do que ocorria sob Hitler ou Mussolini, Salazar confiava mais em instituições exógenas fortes que em ações

¹⁵⁰ "Algumas personalidades de primeiro plano, Salazar entre elas, anunciaram claramente que a nova organização não se destinava a recrutar massas, mas a escolher elites. Em vez de monopolizar a vida política portuguesa, o partido único serviu para alhear Portugal da vida política" (BERNARDO, 2018, p. 111).

violentas de rua, deixando as milícias de fora desses tipos de ação¹⁵¹. Salazar não pretendia massas mobilizadas, mas a formação de elites vindas do ensino secundário (ibidem, p. 113).

O fascismo enquanto regime em Portugal, pelo Estado Novo, só conseguiu se alicerçar pelo eixo conservador. Daí o seu “liberalismo depurado” de um fascismo de características formais de um liberalismo conservador, como equilíbrio formalizado na Constituição de 1933. “A aparente disformidade de um Estado corporativo que subalternizava as corporações forneceu-nos a chave das demais anomalias, num regime que criou o fascismo exclusivamente de cima para baixo, uma «revolução de cima», como Salazar adequadamente a denominou” (ibidem, p. 110). O que não significa, na interpretação de João Bernardo, que o Estado Novo fascista só se compôs das instituições do eixo conservador, ou exógeno:

“Os generais e os prelados nunca deixaram de dar o tom a este regime beato e timorato, mas o próprio facto de as instituições endógenas do fascismo subsistirem no caso português, apesar de estarem quase resumidas a funções decorativas, revela a sua necessidade estrutural. Salazar não pôde dispensá-las e equilibró-as com um comando militar e uma hierarquia religiosa que no decorrer do tempo haviam sido igualmente afastados da intervenção política activa. Afinal, talvez este fascismo desprovido de entusiasmos, a que Salazar conseguiu imprimir os traços da sua mentalidade bisonha, se caracterizasse não tanto pelo prevailecimento do eixo conservador como sobretudo pela palidez a que condenou qualquer dos quatro pólos componentes. Num discurso de 1938, ao mesmo tempo que reafirmou a intenção de dar aos portugueses «consciência da grandeza e da missão providencial da Nação», o presidente do Conselho nada viu de paradoxal em descrever o seu país como «a nossa casa sem dúvida modesta mas tranquila, arrumada e digna». É a conjugação da modéstia e da grandeza que melhor define a especificidade do fascismo salazarista. E Salazar apresentara um insuperado retrato da mediocridade que pretendia para «esta pequena casa portuguesa» quando exortara a plateia do Centro Católico do Funchal, em Abril de 1925, exactamente três anos antes de se tornar o ocupante perene da pasta das Finanças: «Ensinai aos vossos filhos o trabalho, ensinai às vossas filhas a modéstia, ensinai a todos a virtude da economia»” (BERNARDO, 2018 p. 114)

¹⁵¹ “Não existindo interesse em promover a milícia da Mocidade Portuguesa e copiando-se das forças armadas apenas a cadeia de comando e as ordens dadas aos berros, a preparação bélica das crianças acabou por se limitar a entediadas marchas e meias-voltas e o seu enquadramento militarizado não se prolongou de facto até à idade adulta” (op. cit., p. 113).

Já Henrique Galvão se formou como oficial do Exército, integrando os quadros do Estado Novo ainda como tenente. Foi um dos cadetes do ensaio de regime fascista do “presidente-rei” Sidónio Pais em 1917. Dez anos depois era um dos que conspiravam junto ao militar Filomeno da Câmara, antigo dirigente da organização fascista Cruzada Nun’Álvares, e os intelectuais fascistas Fidelino Figueiredo e António Ferro. O que vejo, até então na trajetória de Henrique Galvão, é sua inserção e formação como jovem oficial em um dos polos do eixo exógeno ao fascismo – mas era do alto oficialato que vinham as direções militares da ditadura. Galvão alinhava-se, até então, à visão de mundo de um fascismo de cariz radical, mas na prática eram nos grupos “revolucionários” das casernas, atuando mesmo como milícias – ainda que pertencentes ao eixo exógeno ao fascismo –, que depositava as responsabilidades de condução da revolta dentro da ordem. Relembro Carlos Corte Real, seu personagem *alter ego* na “comédia dramática em três actos”, mostrando-se contra a participação de civis nas operações violentas de revolta.

No processo de instauração do Estado Novo, Henrique Galvão adaptou-se à situação como uma salazarista aparentemente convicto, dando fé publicamente na condução do chefe de estilo “habitual”, todavia não perdia suas concepções modernizantes nos destinos de Portugal. O que aproximava Galvão do salazarismo e o salazarismo de Galvão era justamente a questão colonial – o império, mais que o corporativismo, como essência do regime e razão de ser da nacionalidade. Por isso mesmo, e fiel à situação, o tenente – e depois capitão – Henrique Galvão prestigiado como especialista em assuntos coloniais e propagandista habilidoso, portanto um intelectual, ocuparia funções civis dentro do regime. Contudo, como sua trajetória política demonstrará, de intelectual e gestor de confiança ocupando posições importantes na tecnocracia do regime, Galvão gradativamente apresentaria divergências à visão de mundo e à prática salazarista, ainda que mantivesse suas esperanças no “espírito” do Estado Novo.

CAPÍTULO 3

Henrique Galvão como intelectual-gestor de propaganda do Estado Novo

3.1. A propaganda no Estado Novo

A propaganda e censura, presentes em todos os tipos de governo, foram fundamentais e de importância central nos regimes autoritários confessos, em especial nos regimes fascistas. O objetivo básico seria o de obter “consenso” da sociedade em torno de suas propostas – como recuperação de uma “glória passada perdida”, exaltação de heróis nacionais construídos, “mística” do regime e sua pretensa “eternidade futura”, bem como a importância da “raça”, da juventude, do papel da mulher na sociedade e do chefe (PAULO, 1994, p. 15). O sistema de valores na propaganda de regimes autoritários exprime sempre um simplismo redutor com objetivo de fornecer “certezas” incontrovertidas que “modelem os espíritos e legitimem o direito de mandar, anulando e ilegitimando a veleidade de resistir, com isso justificando e tornando aceitável, como coisa natural, o dever de obedecer”, exercendo função disciplinadora (ROSAS, 1998, p. 258).

No Estado Novo salazarista, o aparelho ideológico foi montado por essas premissas, pensando em alcance e penetração na sociedade, com finalidade de se criar “um homem novo tipicamente salazarista” (ROSAS, 2001, p. 1032). Pela propaganda ideológica procurou-se assentar uma ideia mítica de nação e “interesse nacional”, a fim de “resgatar a alma” dos portugueses e integrá-los “sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, «no pensamento moral que dirige a Nação»” sob pretexto de “«educar politicamente o povo português» num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional” (idem). Enfim, um programa de montagem de propagação ideológica tipicamente fascista e totalitário, por pretender infiltrar-se em todos os espaços de sociabilidade¹⁵². “Resgatar almas” ou “renovar o espírito” dos portugueses seria, na perspectiva salazarista, no sentido

¹⁵² “Neste contexto, sustenta-se a ideia de que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos «espíritos», de criação de um novo tipo de portugueses e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador” (ROSAS, 2001, p. 1032).

patriótico/católico sintetizado na divisa “Deus, Pátria e Família” – ou, de forma mais completa, “Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho”. Essa política de renovação da propaganda era considerada por Salazar como forma imprescindível de se modificar a maneira de se pensar e ser da sociedade portuguesa pretendendo recuperar sua “verdadeira essência”: tradicionalismo através de estruturas corporativas em um modelo de integração social submetido ao molde ideológico do regime, ocupando-se de uma educação pública seguindo as ideias da nova constituição (RODRÍGUEZ, 2012, p. 179). Assim pressupõe-se que o sistema de educação ou instrução pública fosse composto nesses preceitos, sendo as escolas também instrumentos de propaganda e inculcação ideológica do regime na reprodução de força de trabalho. É significativo que as escolas portuguesas trouxessem em suas salas de aula crucifixos, retratos dos chefes (Salazar principalmente) e contando com um corpo docente dócil, fiel e selecionado. Os manuais escolares para educação infantil, como os Livros de 1^a, 2^a ou 3^a Classe, e os cartazes intitulados “A Lição de Salazar”¹⁵³ são documentos de grande importância para se compreender a dimensão do esforço propagandístico enquanto didática e pedagogia.

Quais seriam, portanto, em linhas gerais, os valores de que se ocupava a propaganda do Estado Novo? As ideias estruturais dos discursos de propaganda do fascismo salazarista partiriam, como já dito, da concepção de “nova renascença” e “recomeço regenerador” proporcionados pelo regime – antes em 1926, consolidado com o Estado Novo. Assim podemos elencar: 1) o “mito palingenético” da reinvenção do passado histórico em um sentido nacionalista, tradicionalista e imperial de superação do liberalismo e rejeição ao comunismo, um “renovar da tradição” em que o Estado Novo não seria apenas um regime, mas “a tradução institucional e ontológica do verdadeiro destino da nação”¹⁵⁴ – portanto a manipulação da história como legitimadora do regime nacionalista e instrumento de propaganda; 2) criação de uma “identidade nacional” de cariz rural, de uma nova “essencialidade portuguesa”, de ética nacional da ruralidade, apologia do país “essencialmente rural e essencialmente pobre” como “virtudes permanentes da raça”, apologia da mítica família tradicional de essência rural, virtudes da pequena propriedade e artesanato, elogios às virtudes matriciais da terra como primeira e principal fonte de riqueza possível e a pureza de seus usos e costumes “de sempre”

¹⁵³ Cf. PEREIRA, A. et al. **Análise semiótica do cartaz «Deus, Pátria, Família»**. Faro: Universidade do Algarve - Escola Superior de Educação e Comunicação, 2011. Trabalho realizado para a unidade curricular de Semiótica; REMÉDIO, M. M. R. **A “Lição de Salazar” e a iconografia do Estado Novo**: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939). Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras - Departamento de História, 2012. Dissertação de Mestrado em Didática da História.

¹⁵⁴ “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, célebre frase atribuída a Salazar e que seria um dos *slogans* do Estado Novo.

(“viver habitualmente”); 3) utopia da ordem corporativa contra a “plutocracia imoral” do liberalismo e sua consequência natural (comunismo), contra a luta de classes em uma harmonia corporativa de pretensa “pureza original” de instituições permanentes sob “interesse nacional corporizado no Estado”, do “um lugar para cada um e cada um no seu lugar”; 4) essência católica da identidade nacional, elemento constitutivo do “ser português”, reguladora da “paganização do Estado” limitado “pela moral e pelo direito”, religião católica como modeladora das almas e dos comportamentos e mito da pobreza como honra; 5) relacionada à essência ontológica do regime, o mito imperial de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar, do “fardo do homem português”, desígnio mítico da raça e a ideia da nação pluricontinental, plurirracial, uma, indivisível, inalienável, solidária e harmoniosa (ROSAS, 2001, pp. 1034-1035; 1998, p. 259-260).

Para propagação desses valores era preciso, porém criar instituições. A reprodução ideológica, assim como a reprodução, seriam sustentáculos indispensáveis do regime (TORGAL, 2009, p. 198). Para tanto, em 1933 é criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)¹⁵⁵ com a justificativa de função básica de “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação”, como consta no decreto (PAULO, 1994, p. 73). Não funcionando como ministério, como suas congêneres¹⁵⁶, o SPN estava diretamente ligado à presidência do Conselho (ou seja, Salazar), e coordenaria todo o aparelho policêntrico de propaganda do regime¹⁵⁷. O SPN foi criado como instituição fundamental para articulação, desenvolvimento e projeção das ideias salazaristas, tanto em dimensão cultural quanto política, por meio de rígido controle de comunicação pública (censura) (RODRÍGUEZ, 2012, p. 179).

¹⁵⁵ Decreto-lei nº 23.054 de 25 de Setembro de 1933.

¹⁵⁶ Há semelhanças com o Ministério para a Informação Popular e para a Propaganda (da Alemanha nacional-socialista, sob comando de Joseph Goebbels) e do Ufficio Stampa della Presidenza del Consiglio/Sottosegretariato per la Stampa e la Propaganda (da Itália fascista, sob comando de Galeazzo Ciano, genro de Mussolini). A congênere nazista também é de 1933, mas as italianas só se consolidaram em 1934 e transformadas em ministério em 1935. (TORGAL, 2009, pp. 201-202).

¹⁵⁷ O “projeto totalizante de «integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação», de «resgatar as almas portuguesas», de «educação política do povo português em harmonia com os princípios da Revolução Nacional», portanto o projeto de propaganda do Estado Novo, contava também com as outras instituições que cumpriam esse papel. A Educação Nacional da reforma de Carneiro Pacheco no Ministério da Instrução em 1936; a organização corporativa da “cultura popular” com FNAT, sindicatos, Juntas das Casas do Povo e dos Pescadores; a Emissora Nacional; a organização miliciana da Mocidade Portuguesa, Mocidade Feminina Portuguesa, Legião Portuguesa, OMEN; e a Agência Geral das Colônias seriam também instrumentos de propaganda, complementares e subordinados à coordenação do SPN. Cada um com setorial de propaganda, publicando boletins e organizando paradas, confraternizações, excursões, missas, acampamentos, congressos, comícios e **bodos** aos pobres (ROSAS, 1998, p. 260-261).

Na liderança do SPN (que se tornaria Secretariado Nacional de Informação com as reformas de fachada do salazarismo pós-segunda guerra) foi nomeado António Ferro, expoente do fascismo português pertencente ao primeiro modernismo, de estética futurista, e intelectual ligado ao jornalismo. Companheiro de Henrique Galvão na intentona dos Fifis, Ferro é autor de uma série de entrevistas a Salazar publicadas no *Diário de Notícias* (e compiladas em “*Salazar: o homem e sua obra*” de 1933) mas antes publicara entrevistas elogiosas a ditadores como Mussolini, Primo de Rivera, Pétain, Gabriele D’Anunzio e Clemenceau (originalmente em *O Século* e *Diário de Notícias*, compiladas em “*Viagem à volta das Ditaduras*”). Fascista e modernista, adequado ao tradicionalismo do fascismo conservador salazarista, António Ferro foi o sistematizador da “política do espírito” como valor ideológico geral da propaganda, sintetizando seu significado em “ser modernos sem deixar de ser portugueses”.

Com funções de mensagens aos públicos interno e externo, como lembra Heloisa Paulo (1994, p. 74), o SPN de António Ferro pretendia ser instrumento essencial da política salazarista em sua construção retórica, com missão fundamental de proteger o regime contra campanhas de propaganda contrárias, difundir sua visão de mundo, captar adeptos, assentar o Estado Novo em processo de renovação moral da “política do espírito” e controlar a opinião pública. O SPN, assim como a Emissora Nacional e a Direcção Central dos Serviços de Censura estavam diretamente na dependência da presidência do Conselho, ou chefia de governo (RODRÍGUEZ, 2012, p. 181). Em seus primeiros anos de existência legal e pleno funcionamento (1934-43), o SPN publicou cerca de 115 obras, quatro grandes exposições, 114 curtas-metragens, organizou concursos sobre temas “tipicamente nacionais”, realizações artísticas com teatro popular, cinema ambulante e prêmios literários (PAULO, 1994, p. 81). Na década de trinta, com menos realizações, preocupou-se bastante com a situação da Guerra Civil de Espanha e propaganda anticomunista, além de tentar amenizar a opinião militar sobre a reforma do Exército e também organizando exposições nacionais e participações nas internacionais como formas de mostrar Portugal e as obras do regime ao mundo (ibidem, pp. 83-87). Nos anos quarenta, de funcionamento mais complexo e já como SNI, teve seu ponto alto na Exposição do Mundo Português e comemoração do duplo centenário – pontos altos do regime também –, além de participar na organização do Congresso Nacional de Ciência da População (Porto) e Congresso do Mundo Português (Lisboa), os quais fomentaram debates acerca do panorama de questões históricas e sociológicas em busca de justificativas “científicas” para as comemorações (História de Portugal, o “ser português” e a “raça portuguesa”) (ibidem, pp. 88-89). Em parceria com a União Nacional, o SPN/SNI também esteve presente em eventos de formação e

mobilização política: edições, conferências, manifestações de apoio aos chefes, campanhas eleitorais, desfiles comemorativos, exposições coloniais na evocação de heróis e grandeza imperial, demonstrações de força militar e paramilitar, encenações dos espetáculos de inauguração das obras públicas e celebrações católicas (ROSAS, 1998, p. 261).

Em resumo, a censura e propaganda salazaristas institucionalizadas tinham como objetivos, para além das mensagens externas de afirmação do regime, educar moralmente os indivíduos em “espírito”, em um tipo de pedagogia imperativa de transformação de mentalidades de um povo tido pelo próprio Salazar como individualista, abúlico e destituídos de espírito crítico (uma ironia à fascista!), além de combater a ação dos “inimigos da ordem” – como deixaria claro em seu discurso na posse de António Ferro na direção do SPN (ibidem, p. 260). De função educativa e modeladora de consciências, a propaganda do Estado Novo procurava a geração do “homem novo salazarista”, com diferenças específicas mas com semelhanças de princípio com o mesmo empenho de “homem novo”¹⁵⁸ dos outros regimes fascistas (ROSAS, 2001, p. 1053-1054).

De igual função de propaganda, mas voltada exclusivamente a assuntos coloniais, existia a Agência Geral das Colónias¹⁵⁹, surgida já em 1924 sob direção de Armando Cortesão – o mesmo que confrontava Henrique Galvão em seu início de carreira colonial. Ainda em seu surgimento, no período republicano liberal, procurava fazer o trabalho de divulgação que já era feito por outras potências colonizadoras. Em 1932, três meses antes da ascensão de Salazar à chefia do governo, Júlio Garcez de Lencastre tomava posse como agente-geral, empenhando-se em fazer na agência uma reforma administrativa na ideia de se criar “órgãos capazes de compreender a ideia da unidade do império colonial e de cumpri-la integralmente”, portanto fazendo da AGC uma instituição de propaganda exclusiva à divulgação do “mundo português” e da concepção imperial da política colonialista, de caráter centralizador (GARCIA, 2016, p. 345-346). Pela AGC organizou-se as Feiras de Amostras Comerciais de Luanda e Lourenço Marques em 1932; em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, a AGC organizava anualmente a “Semana das Colónias”. Também organizou, como órgão estatal, a 1ª Exposição Colonial Portuguesa em 1934, e a partir de 1935, dirigida pelo gestor colonialista Júlio Cayolla, as comemorações do 40º aniversário da prisão de Gungunhana e exposição da Ocupação

¹⁵⁸ Da apropriação de instituições e termos dos revolucionários dos movimentos operários (comunistas e anarquistas sobretudo) feita pelos fascistas, a formação de um “homem novo” em uma “sociedade de novo tipo” é uma delas.

¹⁵⁹ Transformada nas reformas cosméticas do pós-segunda guerra em Agência Geral do Ultramar.

Colonial em 1937 e a secção colonial da Exposição do Mundo Português e comemoração dos Centenários em 1940. Além dos eventos, congressos e palestras a agência lançava coleções de escritos sobre assuntos coloniais e contava com o seu boletim, o *Boletim Geral das Colónias* (ibidem, pp. 352-353).

Até então descrevi as intenções legais das instituições de propaganda. Fernando Rosas chama a atenção para as contradições do próprio discurso ideológico e as contradições entre intenções e efetiva inculcação na prática. Primeiro, é preciso lembrar que o regime tentava passar a ideia de harmonia e consolidação de autoridade em torno de um ideal, porém tentava se equilibrar na instabilidade das elites que o apoiavam. Também os dualismos da síntese fascista na valorização do tradicionalismo rural e campesino, e das campanhas do trigo, simultaneamente aos investimentos nas obras públicas modernizantes e nas novas indústrias de base¹⁶⁰; do nacionalismo passadista de “cruz e espada”, de nautas, santos e cavaleiros, mas também nacionalismo industrialista e modernizante, além do modernismo estético (ROSAS, 1998, p. 260). Para esse lado modernizante, inclusive, figuras como António Ferro e Henrique Galvão representavam o que o campestre Salazar não representava. E também, na lógica salazarista de propaganda de que “o que parece é”, na prática a política de homogeneização ideológica e “reaportuguesamento” de almas não alcançava a integralidade que pretendia (ibidem, p. 261), afinal a sociedade mostrava-se diversa, complexa e fragmentada por regiões, classes sociais e interesses distintos. Ainda assim o regime insistia no projeto totalizante de “mudar os homens”, mas a propaganda por si só não cumpria com esse desígnio: era preciso o uso da força repressiva, seja pela censura ou pela polícia política – a institucionalização do medo.

Henrique Galvão, que já demonstrava boas capacidades de intelectual-gestor na organização de eventos, palestras proferidas e na oficiosa *Portugal Colonial*, teria suas funções garantidas no regime na função de propaganda. Em estreita colaboração – se não mesmo subordinação – ao SPN e AGC, publicando também pelo Editorial Império, todos órgãos de propaganda do Estado Novo, Galvão foi intelectual propagandista do Estado Novo, ainda que a visão de mundo expressa por si fosse notadamente de cariz modernizador em relação à visão

¹⁶⁰ Na série de cartazes “A Lição de Salazar” podemos verificar essa apologia à modernização de condições gerais de produção e industrialização fomentadas e coordenadas pelo Estado Novo.

de mundo salazarista a qual também se propôs a difundir. Além das Feiras de 1932, o regime recrutou Galvão para dirigir a 1ª Exposição Colonial Portuguesa no Porto (1934) e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português (1940). De 1935 a 1941 foi incumbida a Galvão a importante tarefa de dirigir a Emissora Nacional, outra instituição de grande importância para a propaganda do Estado Novo. Portanto, Henrique Galvão estava na condição de intelectual cujas capacidades cognitivas serviam tanto para a gestão quanto para a função de ideólogo do regime, atuando principalmente nos “bastidores”. E não só: ainda que oficialmente cumpria o dever de propagação da visão de mundo salazarista, a visão de mundo que expressava transcendia o regime – colonialista, nacionalista, corporativista, fascista porém mais inclinado à modernização e não à estagnação ao bucolismo, ainda que considerasse os valores “tradicionais” da nacionalidade.

3.2. Henrique Galvão como diretor técnico na “lição de colonialismo” da 1ª Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934)

Demonstrando competência na direção das Feiras de 1932, além de sua competência geral como intelectual-gestor e propagandista da causa imperial a serviço do Estado Novo, Henrique Galvão recebe o anúncio ainda em 1933 de que seria o diretor técnico da exposição colonial do Porto a realizar-se entre Junho e Setembro de 1934. “Era uma oportunidade única de se afirmar aos olhos de Salazar e do País, demonstrando a sua Fé no Império mas, também, a sua capacidade de direção e realização”, segundo Francisco Teixeira da Mota (2011, p. 63). Com as cores de heroísmo que o biógrafo pinta nosso personagem, informa ainda que, passando por uma situação ruim no casamento, Henrique Galvão aproveita o momento para o qual “Dedicou-se, sim, de alma e coração, à organização da Exposição Colonial do Porto. Iria demonstrar a todos, mas a Salazar em particular, o seu valor, a sua capacidade de realização, a sua capacidade de criação” (*idem*). Porém não era somente a Salazar – tampouco à mal-amada Maria de Lurdes – que o diretor deveria demonstrar suas capacidades gerenciais, sem dúvida muito prestigiadas para merecer tal missão. O evento seria de imensa importância aos desígnios do Estado Novo perante Portugal, às colónias e a outras nações. E também aos desígnios dos patrocinadores do empreendimento.

Em acordo com os princípios ideológicos do Acto Colonial, o governo do Estado Novo encabeçou a *1ª Exposição Colonial Portuguesa*, idealizada no ano anterior à sua execução,

portanto à mesma altura em que se oficializava juridicamente o regime. No segundo artigo de seu decreto de criação¹⁶¹ ficam expostas as intenções econômicas e o sentido político-ideológico do evento, na afirmação que

“A exposição será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação” (**Boletim Geral das Colónias**, Lisboa, v. X, n. 109, p. 141-144, Julho 1934)

O verbo “mostrar” sugere que a exposição seria, portanto, uma obra de propaganda do colonialismo português; a nação, dividida em “várias partes”, extrapolaria obviamente as fronteiras europeias; e o anseio pelo “estreitamento de relações comerciais” reforça o sentido do Acto Colonial que, apesar de prever em seu artigo 26º a descentralização administrativa e autonomia financeira das partes do império colonial, no 34º afirma que as colónias e a metrópole, “pelos seus laços morais e políticos, têm na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural”, cabendo à última parte o poder de “assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses que (...) devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos das colónias” (art. 36º do Acto Colonial). Mantida a autoridade e centralidade metropolitanas das quais diziam mesmo assim garantir a descentralização administrativa às colónias, como rege o principal documento legislativo do império, a ideia da Exposição, concebida na metrópole, trouxe a necessidade material de integração económica entre as partes constituintes do império colonial.

Sendo a obra de propaganda uma acção fundamental para essa empreitada de integração económica – ou seja, uma condição geral de produção –, a estratégia geral seria a de desenvolver e disseminar o projeto colonial, em concordância com a pretensão de ruptura com o passado liberal, pelo que chamavam “lição de colonialismo” (MARRONI, 2013, p. 60), expondo ou dando a conhecer (ou mostrando, como já dizia o decreto de criação do evento) a grandeza das possessões portuguesas e suas potencialidades, despertando assim os interesses de quem por ventura pudesse contribuir na defesa e nos investimentos da colonização portuguesa, pela perspectiva ideológica do ressurgimento da política colonial. Nas palavras do Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, expressas na introdução ao álbum comemorativo do evento, a Exposição é “filha de um pensamento de política imperial”, na sequência de outras exposições,

¹⁶¹ Decreto nº 22.987, de 28 de Agosto de 1933. Cf. **Boletim Geral das Colónias**, Lisboa, v. X, n. 109, p. 141-144, Julho 1934.

com intenção de “preparar lentamente a opinião para empreendimentos de maior fôlego”, destacando a função propagandística ao afirmar que “A série de realizações destinadas a criar e avigorar no nosso povo a idea Imperial (...) procurando chamar as massas do sul e do centro do país à compreensão da grandeza da Pátria através de sua obra ultramarina” (GALVÃO, 1934, p. 07-08).

O Porto, “capital do norte”, foi escolhido para ser sede da Exposição. Cidade grande, símbolo nortenho de modernidade, entre o litoral e o interior, a escolha demarcava a junção entre o rural e o urbano, propagando o até então quase desconhecido império na simbologia da fraternidade entre a população urbana do Porto e o campesinato dos arredores (MARRONI, 2013, p. 61). A articulação entre a tradição inventada e a modernidade pretendida não estaria alheia à ideologia do fascismo característico do Estado Novo, assentado na ideia de um corporativismo nacionalista e tendo um chefe que, saído de uma aldeia rural para tornar-se doutor e tecnocrata em cidades grandes, ilustra bem esse discurso ideológico. Se o comando do império localizava-se ao centro-sul da metrópole, agora seria a vez de levar ao norte a oportunidade de mostrar sua importância e suas possibilidades na pretensa missão civilizadora. Além do mais, do Porto efetuava-se o comércio com as colônias, e era do norte que saía a maior massa de emigração ao Brasil, a qual deveria ser reencaminhada às colônias (SERRA, 2016, p. 49). Como local da exposição foi escolhido o Palácio de Cristal, que para a ocasião foi recuperado do abandono que se encontrava em seu espaço próprio e nos jardins que o circundavam, na lógica prometida e nem sempre satisfatoriamente realizada de que grandes eventos demandam investimentos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos que supostamente resultariam em legado depois de tudo, tendo sido chamado durante o evento de Palácio das Colônias (SERRA, 2016, p. 48).

É certo que dos cofres públicos saiu menos dinheiro que o desejado pelos promotores, e que das atribuições do Estado, compreendido como aquele restrito às fronteiras nacionais, governado por Salazar, contava a iniciativa: o Ministério das Colônias chefiava a organização, incumbindo à Agência Geral das Colônias a presidência da comissão executiva, devendo organizar congressos, palestras e conferências, portanto a gerência da produção intelectual do evento. Da comissão executiva, a coordenação imediata de Henrique Galvão como diretor técnico – função assaz operacional, de estilo organizativo certo a um oficial do exército com experiência administrativa no âmbito colonial.

A Henrique Galvão também ficava outra função essencial ao serviço de propaganda: a responsabilidade de dirigir a revista quinzenal *Ultramar*, órgão oficial de imprensa do evento com 10 mil tiragens a cada exemplar, e cujas administração e redação funcionavam no Palácio de Cristal junto ao evento (MESQUITA, 2011, p. 01). Assim como a *Portugal Colonial*, essa revista reverberava a ideologia colonial do Estado Novo, sendo de grande importância na circulação de conhecimentos, publicidade de produtos e propaganda imperialista. No corpo editorial estavam nomes como João Mimoso Moreira, chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias e diretor adjunto da Exposição; Hugo Rocha, escritor portuense e jornalista d'O *Comércio do Porto*, importante jornal que tratava de assuntos relativos aos interesses do comércio, indústria e agricultura no Porto; e Mário de Figueiredo. O periódico não funcionou apenas durante o evento, antecedendo-o a fim de preparação e divulgação e sucedendo-o, a fim de reforçar os êxitos e a visão de mundo nele expressa em seus artigos de louvação da mística imperial e da racionalidade da gestão econômica do império, para fortalecer a inculcação ideológica do regime. Como funções destinadas a *Ultramar*, destacam-se a de propaganda externa e boletim interno da Exposição, promoção turística e doutrinação e divulgação colonial (MESQUITA, 2011, p. 03).

Ainda sobre a participação de notáveis na gestão do evento, o ministro Monteiro informa no álbum comemorativo que o decreto de criação da Exposição dá estrutura jurídica e cria a comissão organizadora, liderada por Jorge de Viterbo Ferreira, membro da burguesia do Porto, comercial e proprietário de rural¹⁶²; e Manoel Caetano de Oliveira, que recebeu homenagem nas páginas da *Ultramar* atribuindo-lhe “um valor social de primeira ordem como trabalhador e organizador” – um elogio que talvez tenha vindo mesmo do próprio Galvão, pelo indício autorreferencial na continuação que esclarece melhor alguns interesses econômicos em torno do evento: “Quem estas linhas escreve aprendeu a considerá-lo em Africa onde a sua energia e o seu bom senso abriram ao mercado português de tecidos de algodão enormes possibilidades”¹⁶³. Esses senhores, representantes de setores econômicos interessados no mercado colonial e na projeção que a Exposição poderia dar aos negócios, estavam encarregados de reunir o capital necessário à realização do evento (GALVÃO, 1934, p. 11).

¹⁶² Também foi vereador e presidente interino da Câmara Municipal do Porto, diretor do Instituto do Vinho do Porto, presidente do Grémio de Exportadores do Vinho do Porto e deputado à Assembleia Nacional a partir da legislatura de 1935.

¹⁶³ In.: *Ultramar*. n. 8, 15 Maio de 1934, p. 05.

Armindo Monteiro indica que a ideia e preparativos para a Exposição vinham já desde 1931, da experiência em Paris, e que o plano inicial seria realizá-la em Lisboa, porém um “activo grupo de entusiastas” do Porto convenceu o governo a sediar tal evento no norte (GALVÃO, 1934, p. 08). O ministro ainda escreve que outro passo fundamental para realização da proposta foi dado na Conferência Imperial de 1933 em Lisboa, da qual um dos “resultados silenciosos” foi angariar o apoio dos governos coloniais – considerando “com justiça”, interessantemente, a Companhia de Moçambique¹⁶⁴ (empresa privada de capital social de origem estrangeira) também como um dos governadores (GALVÃO, 1934, p. 09), o que nos demonstra uma relação íntima entre Estado Amplo e Restrito na gestão colonial, com uma empresa de capital estrangeiro recebendo os agradecimentos do regime nacionalista. Ressalto que no Acto Colonial foi preconizado que o Estado não aliena seus territórios nem concedem prerrogativas de soberania a empresas privadas, porém, desde que estas se subordinem ao princípio da nacionalização e ao centralismo da metrópole como árbitro, tendo o desenvolvimento econômico das colônias como missão, poderiam exercer suas atividades. Em suma, a soberania empresarial não sofria abalos, caso estivessem em acordo com a política colonial do regime, de um corporativismo dirigido ao contrário do livre-mercado de aspiração liberal.

Também nos agradecimentos do ministro aparecem os nomes de António Domingues de Freitas, Ricardo Spratley e António Cálem, que sob liderança deste último formaram a Sociedade Anónima da Exposição Colonial. Spratley, habilitado em comércio, era gestor do ramo de transportes e banca¹⁶⁵, vinho¹⁶⁶ e antigo presidente (anteriormente secretário) da Associação Comercial do Porto; também entrou na vida política a partir de 1942, tendo sido vereador do Porto e deputado à Assembleia Nacional. António Cálem era então o presidente da

¹⁶⁴ A respeito da Cia. De Moçambique, a edição especial do Boletim Geral das Colónias à Exposição Colonial reservou algumas páginas. Nelas, a Agência Geral das Colónias agradece a ação colonizadora levada pela empresa no território cedido à sua administração. E também louva o investimento na cenografia (com mapas, fotografias, maquetes e dioramas) montada pela companhia em seu estande na Exposição, relativa a sua área de soberania. Além das sessões de ciência, comércio indústria, transportes etc. e a cenografia – ou parte dela, como era de se supor aos organizadores – a companhia também montou a representação de palhotas e, em sua sessão etnográfica, expôs estátuas e fotografias “de indígenas pertencentes a 13 sub-raças”, seus costumes e um exemplar de alguns artífices indígenas a reproduzir seus hábitos à frente do público visitante. Cf. *A Participação da Companhia de Moçambique na 1ª Exposição Colonial*. In. **Boletim Geral das Colónias**, Lisboa, v. X, n. 109, p. 111-124, Julho 1934.

¹⁶⁵ Tendo sido diretor da Cia. De Caminhos de Ferro da Póvoa, membro do conselho de administração da Companhia de Ferro do Norte e membro do conselho superior dos Caminhos de Ferro; membro diretivo da filial portuense do Banco de Lisboa e Açores.

¹⁶⁶ Diretor adjunto do conselho administrativo da Real Companhia Vinícola e presidente do Instituto do Vinho do Porto.

Associação Comercial do Porto e da companhia de vinhos do Porto que leva, desde 1859 até hoje¹⁶⁷, o nome dessa família pertencente à burguesia vinícola do norte. A sociedade anônima liderada por Cálem para financiar a Exposição Colonial tinha seus nomes e origens: a Associação Industrial Portuense financiava o Movimento Pró-Colónias do Porto, que era sediado na Associação Comercial (liderada também por A. Cálem) (MARRONI, 2013, p. 64). Portanto, a comissão de gestores que patrocinou financeiramente boa parte dos investimentos da Exposição Colonial era formada por capitalistas regionais (burgueses e tecnocratas) de diversos ramos mas que tinham em comum os negócios de produção de vinho, unindo duas associações (industrial e comercial) para tal empreendimento. O evento para eles seria, desta forma, uma boa feira para negócios e defesa de interesses corporativos e de classe. Alguns desses gestores, inclusive, entraram no ramo político do Estado Restrito após a realização da Exposição, assumindo poderes regionais, como na Câmara de vereadores do Porto ou defendendo seus interesses de classe (alguns especificamente em suas áreas, como o negócio vinícola) no parlamento da Assembleia Nacional.

Como nos lembra Luísa Marroni (2013), havia claros interesses desses capitalistas pelo mercado colonial. Se desde a década de noventa do século XIX os industriais defendiam a *complementaridade dos mercados* metropolitano e ultramarino, após a crise da década de vinte do século XX e com os governos da ditadura resultante do movimento de 1926, com o discurso de ressurgimento nacional após os anos de liberalismo, redobrou-se a intenção de um “renascimento” de interesses pelas questões e mercado coloniais (pp. 63-64). Ou como Filomena Serra (2016) indica quanto aos interesses de empresários e tecnocratas no êxito de tamanha obra de propaganda colonial, “Quanto melhor conhecessem os territórios ultramarinos, mais fortes seriam em teoria os laços criados e os sentimentos de pertença a uma comunidade construída e imaginada para além das fronteiras metropolitanas” (2016, p. 49). A propaganda nacionalista embasada na mística imperial manteria, segundo a concepção corporativa, a ideia de pertencimento e interesse geral da nação nos territórios coloniais, em um sentimento nacional que superasse (ou anulasse) qualquer divisão de classes, enquanto os capitalistas – na concepção do regime não considerados como classe antagônica a outras classes exploradas, mas como uma elite econômica a serviço do interesse geral – aproveitariam o ensejo de colaboração

¹⁶⁷ A Porto Cálem (A. A. Cálem & Filhos S/A) é uma das maiores produtoras e exportadoras de vinho do Porto no mundo, sendo uma das caves de Vila Nova de Gaia mais famosas e procuradas por turistas deslumbrados. Sem dúvidas, a empresa cuja propriedade jurídica nunca deixou de ser da família Cálem, é uma das marcas identitárias mais fortes do Porto, pelo seu produto típico da região do Douro que também é um dos orgulhos nacionais portugueses – mesmo que talvez a criação de tal tipo de vinho seja de origem inglesa.

nacionalista para desobstrução e aproveitamento dos mercados coloniais, defendendo os interesses de sua classe organizada em associações corporativas, tendo o beneplácito do poder público. No caso em específico, além de outros vários ramos com interesse nos mercados de além-mar, os “entusiastas” do Porto certamente tinham interesse nessa questão: da produção à exportação, era certo que desejavam, ao menos, vender seus produtos em África, Timor, Goa e Macau. Portanto a Exposição Colonial, obra de propaganda imperialista do regime, também era obra de publicidade, para a qual capitalistas do Porto convenceram em *lobby* (ou o “resultado silencioso” que Armindo Monteiro dissera) para que a realização do evento acontecesse onde precisavam, demonstrando seus anseios pela conquista de mercados coloniais. Estes não poderiam se estruturar em benefício dos negócios sem o planejamento, devidamente fundamentado nos valores do Acto Colonial, de desenvolvimento das condições gerais de produção capitaneado pelo Estado Novo em territórios ainda não totalmente explorados.

Mota (2011) narra que no discurso inaugural da exposição, o ministro Armindo Monteiro congratulou-se pelo fato de que ali nos jardins do Palácio de Cristal, “à sombra da nossa bandeira, no nobre solar europeu da nação, vindos de todas as colónias” acontecia a confraternização dos “portugueses de todas as raças”, “na representação simbólica do que somos”, além de ser a Exposição um “grito de protesto contra a concepção ibérica da nossa existência” ou “à prova material da extensão, do poder criador, da virilidade das províncias ultramarinas de Portugal” (MONTEIRO apud MOTA, 2011, p. 66). O palavreado do ministro elencado por Mota não passa da retórica simbólica e espiritual típica de um dos maiores ideólogos da mística imperial, na afirmação do império construído supostamente a partir da pretensa histórica missão civilatória portuguesa. Filomena da Serra (2016) nos mostra que nesse mesmo discurso do ministro estava o dever de promover Portugal perante o mundo enquanto potência colonizadora, assim como afirmar a orientação e programa de organização e fixação de colonos e resolver “o problema dos empréstimos que iam pagando empréstimos” (MONTEIRO apud SERRA, p. 49) logo, os propósitos práticos de interesses económicos a serem resolvidos e que tinham como pano de fundo a justificação ideológica da mística.

Quanto ao discurso de Armindo Monteiro, encontra-se transcrito na edição que o *Boletim Geral das Colónias* elaborou especialmente sobre a Exposição Colonial do Porto¹⁶⁸ e é verdade que seu conteúdo mostra-nos algo além do patriotismo apaixonado do ministro o qual

¹⁶⁸ *Discurso do Sr. Ministro das Colónias*. In. **Boletim Geral das Colónias**, Lisboa, v. X, n. 109, p. 236-259, Julho 1934.

o biógrafo narra. A ocasião era o dia anterior à inauguração do evento, e entre os presentes estavam membros do governo, corpo diplomático, o cardeal patriarca (Cerejeira), António Cález e o presidente da república, Óscar Carmona, a quem a palavra foi dirigida especialmente¹⁶⁹. O chefe de governo, Salazar, estava ausente da cerimônia, pelo qual lamentou o ministro dedicando-lhes também a lisonjaria protocolar que tais rituais exigem, sobretudo de um regime autoritário e de hierarquia rígida. Após essa introdução, o ministro estabeleceu suas críticas (que expressavam a visão de mundo do regime) ao passado a ser superado – aquele da “confusão de dissídios políticos” (op. cit., p. 238). À concepção derrotada pelo Estado Novo, em relação à grande importância das questões coloniais, diz que

“Enganavam-se os homens supondo que a democracia ou a sua negação eram o facto fundamental: e isso era apenas a ilusória superfície das coisas. Na esfera internacional, no campo financeiro ou no terreno económico, acima de tudo o País sentia sempre os reflexos das vitórias ou das derrotas do espírito Ibérico ou do espírito colonial” (idem).

Mais específico ainda quanto à denunciada negligência colonial dos regimes anteriores às frações dominantes saídas de 1926, Monteiro critica a perspectiva na qual a metrópole é a grande protagonista, preocupada com suas questões ibéricas, e as colônias meros anexos. Para um dos grandes nomes do Acto Colonial e do Estado Novo, obviamente, as colônias deveriam ser de fundamental importância dada a suposta missão mundial sob responsabilidade portuguesa. Segundo a concepção ideológica de império pelo Estado Novo, é ao ultramar que Portugal encontra sua razão de ser, fato ignorado pelo passado liberal que consideraria as colônias como fardo ou não aproveitara bem as potencialidades das possessões coloniais: “Criar-se-ia assim a idéia de uma hierarquia de interesses nacionais – os da Metrópole primeiro, os do Ultramar depois. As colônias seriam o luxo e a glória – o oneroso prolongamento da verdadeira Pátria” (ibidem, p. 239). Contra o “iberismo” de louvação ao “país rural”, o ministro invoca a tradição inventada de um passado glorioso que chamou os portugueses a se lançarem ao Atlântico, criando um “espírito ultramarino” que jamais deveria ser abandonado pela nação, já que tais territórios e povos conquistados seriam parte dela. Portanto, era tarefa a ser desempenhada por esse novo regime o resgate da ambição, contra a tranquilidade rural, de se esforçar pelas colônias, encarando a “pesada tarefa civilizadora que o comando dos mortos nos impõe” (idem).

¹⁶⁹ No Palácio da Bolsa, sede da Associação Comercial do Porto, na Sala Árabe deu-se essa solenidade. Estavam presentes, além dos citados, o ministro do Interior, Guerra, Marinha, Negócios Estrangeiros, Instrução, Comércio e Indústria; Henrique Galvão; João de Almeida; e indígenas como parte da decoração, a segurarem bandeiras.

Como, porém, exercer a tarefa civilizadora? Para isso era preciso ter recursos materiais e condições favoráveis à produção – assim como era preciso ter a justificativa ideológica da missão civilizadora para se garantir os recursos materiais e desenvolver as condições favoráveis à produção capitalista. Um dos problemas centrais elencados pelo ministro em seu discurso era o alegado excedente demográfico na metrópole (ainda que até hoje Portugal seja pouco populoso e pouco povoado em várias áreas do interior), o qual seria resolvido canalizando a emigração não para fora dos domínios do país, configurando fuga de força de trabalho e também de capitais¹⁷⁰, mas para as colónias, onde portugueses se fixariam e desenvolveriam suas vidas. Para execução do projeto colonial, segundo o ministro, e considerando a situação de desenvolvimento do país, era preciso uma política *orientada* e modesta de capitais;

“política de conjugação de esforços, de energias, de meios de acção, em que a metrópole não negue a ajuda de uma solidariedade indispensável e em que as colónias se entreguem livre e confiadamente à experiência superior da Mãe-Pátria (...) Política que faça do Império uma colaboração efectiva, idestrutível coesão de tudo que é português a caminho de dias melhores; política de protecção mútua e de tal amparo que os interesses de um dos membros da grande comunidade portuguesa sejam os interesses gerais, guardados de modo que nenhuma diferença entre eles existam, e que o mais fraco se sinta, na justiça e no amor de todos, igual ao mais forte” (ibidem, p.242)

Essas palavras, síntese sempre incansavelmente repetida dos valores expressos no Acto Colonial, ideologicamente corporativos e fascistas, clamando por uma solidariedade orgânica entre partes desiguais sob a mesma bandeira, com certeza serviram para acalmar e entusiasmar àquele público formado por membros da elite que apostava no sucesso do evento¹⁷¹. A política devidamente orientada por uma doutrina superior, com centralização de poderes maiores na metrópole, objetivando a “colaboração efectiva”, certamente asseguraria o vigor do regime e de seus empresários ansiosos pelos mercados ultramarinos.

Além da questão demográfica e da “mentalidade rural” que obstaculava os caminhos do império, Monteiro aponta outro problema considerado grave – já anteriormente aqui citado pela

¹⁷⁰ Lembro o que já foi citado anteriormente sobre a escolha da cidade do Porto para a Exposição, por ser esta uma cidade portuária importante ao fluxo de mercadorias e maior cidade de um norte do qual emigravam vários portugueses.

¹⁷¹ “Realização dêste espírito de solidariedade, a Exposição Colonial é grito de protesto contra a concepção ibérica da nossa existência, – é a prova material da extensão, do poder criador, da virilidade, das províncias ultramarinas de Portugal” (op. cit., p. 244).

sugestão deixada por Filomena Serra: a política de empréstimos¹⁷² como panaceia que supre a necessidade de desenvolvimento, ou a “superstição do empréstimo” que cria “alto obstáculo ao desenvolvimento económico” que levava à dívida e falência (ibidem, pp. 245-246). A preocupação do ministro é a de que a dependência da ilusão da facilidade de créditos criava uma mentalidade de que era fácil ou simples o desenvolvimento colonial, por exemplo, quanto à fixação de brancos nas colónias, que iam à África pela aventura da melhoria de vida e acabavam jogados de qualquer forma. Armindo Monteiro aponta que o caminho é o planeamento, a paciência que a política exige, e que não poderia ser qualquer pessoa a emigrar – seria preciso a seleção dos melhores, portanto também era necessário se pensar em como qualificar ou treinar tecnicamente os colonos (ibidem, pp. 246-249). A chamada “ilusão do crédito” ao colono seria, na defesa de Monteiro, de carácter assistencialista e não produtivo. A esses “abusos de crédito” ele aponta a origem da crise colonial (sobretudo a de 1923 e 1931), fruto direto da descentralização de poderes coloniais à época dos alto comissários, que tinham maiores autonomias para negociar empréstimos, e cujos resultados detectados pelos gestores do Estado Novo eram a dívida dos juros, a falência económica e a desagregação do império (ibidem, pp. 249-252).

A Exposição Colonial, então, seria a plataforma de propaganda e construção de projetos a resolver todos esses problemas do passado recente elencados, tomando por princípio que as colónias são importantes partes constituintes do império (ibidem, p. 253). Por diferença ao passado liberal, democrático e parlamentar que, seja enquanto monarquia ou república, não superou os erros apontados pelos estadonovistas:

“O povo tinha perdido a fé em si próprio. Durante mais de um século ouviu falar apenas em direitos, reivindicações, liberdades – como se êsse fosse o caminho da dignidade e abundância. Esqueceu-se do que tinha e do que valia. A Exposição Colonial veio lembra--lho. Ao mesmo tempo que pretende repô-lo no seu orgulho de velhas eras, quer restituí-lo à consciência dos seus deveres e das suas responsabilidades. Provando-lhe o que tem feito no Mundo, servir-lhe-á de incitamento para novas emprêsas” (op. cit., p. 256).

¹⁷² Esse era um dos problemas que conduziram a política orçamentária do grupo que formou o Estado Novo, o qual elevou o prestígio de Salazar como tecnocrata das Finanças ainda em fins dos anos 1920. Armindo Monteiro também era especialista em finanças públicas, chegando a rivalizar muitas vezes com as concepções de Salazar, e a questão do crédito era uma das chaves de ascensão do novo regime.

Especialmente ao caso dos problemas económicos, o ministro reforça que a Exposição seria de grande valia na promoção da solidariedade económica e que os primeiros passos do que seria a solução, a **nacionalização** comercial, já estavam dados e que “a indústria e o comércio têm ainda imenso campo de trabalho aberto à sua iniciativa e acção” (idem). Como exemplo ilustrativo, o ministro cita o êxito das Feiras de 1932, sobretudo a de Luanda – portanto também reconhece implicitamente o êxito de Henrique Galvão como diretor daqueles eventos – verificando em suas estatísticas apresentadas que houve, e ainda acontecia, uma retomada de desenvolvimento económico em Angola (idem). Sem sombra de dúvidas uma notícia direcionada aos homens de negócios, dando-lhes a confiança no projeto colonial do Estado Novo, no rumo do estabelecimento dos quadros de uma economia imperial que caminhava supostamente bem e que, a exemplo dos resultados obtidos após as negociações feitas nas Feiras de 1932, o ministro afirma que testemunhou, em Angola e Moçambique, a “luzida missão de industriais portugueses, que, de espírito aberto à compreensão das grandes necessidades da vida nacional, no estudo das possibilidades locais, recolheram os elementos preciosos para mais largos empreendimentos” (ibidem, p. 257). E, para explicar o jogo de interesses que levavam, desde a confirmação na Conferência de 1933 de que o Porto sediaria a Exposição, o ministro encerra o discurso com a bajulação ufanista¹⁷³ à cidade (palco de uma insurreição liberal em 1820 e de tentativas de revoltas reviralhistas como a de 1927). As adulações encobrem o real propósito: convencer o empresariado, diretamente o portuense, da viabilidade das políticas coloniais do Estado Novo.

A sequência do texto no boletim informa em tom laudatório que o presidente da república, “profundamente emocionado”, fez fala “de reconhecimento e louvor àqueles que souberam levar a efeito o grandioso empreendimento nacionalista que é a I Exposição Colonial Portuguesa” (ibidem, p. 259). E então condecorou António Cálem com a distinção da Grã-Cruz do Mérito Industrial e, em reconhecimento do serviço prestado, condecorou também o diretor técnico, capitão Henrique Galvão, com Grande Oficialato da Ordem de Cristo (ibidem, p. 260),

¹⁷³ “Depois, ofereciam-lhe êste quadro sem par que é a cidade do Pôrto, reclinada sôbre o Douro, à beira do mar, orgulhosa do passado, certa do futuro, franca e confiante em si, guardiã das mais velhas e nobres virtudes lusitanas, e, para mais, colocada no centro da região, entre tôdas, populosa, com hábitos de emigração, profundamente interessadas nas emprêsas ultramarinas e desejosa de nelas aumentar ainda o seu quinhão. Não podia desejar-se melhor. Como hospedeiro magnificante, o Pôrto, solar da raça, abriu liberalmente, à moda antiga, as suas portas ao Império, que, com o Infante, pode dizer-se aqui nasceu, oferecendo-lhe o calor do seu coração, a graça e a formosura das suas mulheres, o perfume, o viço e a frescura dos seus jardins, as fantasias de ouro e púrpura dos poentes sôbre o Douro e sôbre o Atlântico, e, mais do que isso tudo, o seu poder de trabalho e de organização, a sua vontade de bem fazer, o seu enternecido entusiasmo. Depois de dons tão preciosos, só por feia traição das coisas podia esta festa, em que amorosamente se casam o passado e o futuro, faltar ao brilho que promete. Não faltará. Ao Pôrto terão as colónias de guardar duradoura gratidão (...)” (op. cit., p. 259).

demonstrando o grande prestígio que este já gozava dentro do regime, exemplificando o fato de que nos regimes fascistas os intelectuais mais afetos e “mais tratáveis” eram recompensados com cargos e honrarias (PAXTON, 2007, p. 231). Era a primeira honraria dedicada ao capitão, que já vinha sendo recompensado com cargos civis no regime – cargos que, a propósito, seriam de maior importância no decorrer da década de 1930, como podemos verificar em qualquer simples cronologia da trajetória institucional de Galvão.

Anteriormente ao discurso de Armindo Monteiro, aliás, António Cálem abriu as falas, seguido de Henrique Galvão. No longo discurso do empresário, chefe daquela Associação Comercial que sediava a cerimônia, elogiou-se os membros do governo e o Acto Colonial, “monumento legislativo notabilíssimo”¹⁷⁴. Após vários elogios e glorificações ao passado e à obra de vultos heorificados como João de Almeida, Mousinho, António Enes, Andrade Corvo et. al., Cálem entra no mérito dos grupos económicos envolvidos, defendendo seus interesses de classe, saudando e justificando a importância que não só a Associação, mas toda a atividade do comércio tem com o Porto – relembrando que a burguesia comercial sempre foi o carro chefe da região, a começar pelo tratado Anglo-Português de 1353 entre a coroa britânica e os negociantes do Porto (ibidem, p. 214). Lamentou que a mentalidade colonial portuguesa é pouco desenvolvida, sugerindo que funcionários coloniais façam estágio em chão africano. Justificando porque a exposição não se deu em Lisboa, disse que por lá na capital, apesar de também não haver uma mentalidade colonial bem desenvolvida, há um maior interesse e conhecimento sobre o ultramar, em boa parte devido ao seu porto de face marítima. Já no Porto o desconhecimento era maior, logo lá, essencialmente industrial e comercial, onde chegavam, por exemplo, o algodão colonial, transformado em tecidos; e de onde um grande fluxo emigratório deveria ser redirecionado à África (ibidem, p. 215-216), portanto necessitando de uma agitação e propaganda para estímulo à colonização. Dadas as suas sinceras preocupações de empresário interessado nas possibilidades abertas pelo colonialismo organizado, encerrou o discurso com as exclamações de “Fé! Império! Portugal!”. Fica evidente por sua participação a coesa organização firmada entre capitalistas do setor privado e público em negociações acerca da questão colonial.

¹⁷⁴ *Discurso do Sr. Antonio Oliveira Cálem. In.*

O historiador Fernando Rosas (1994) verificou que a realidade económica do império era mais complexa que a simples retórica doutrinária dos documentos legislativos do regime. Das resoluções do I Congresso da Indústria Portuguesa em 1933 os capitalistas chegaram a alguns consensos, por exemplo, da necessidade de barateamento de fretes e modernização do transporte marítimo, flexibilização de equilíbrio orçamental das colónias com permissão para fomento local (com financiamento direto do Estado), proteção da bandeira nacional no comércio colonial e quanto à necessidade de se achar solução para o problema de emigração e fixação de colonos – além do consenso sobre os “perigos” de “cobiças estrangeiras” que ameaçavam as colónias portuguesas (p. 255). Entretanto havia também os dissensos entre esses capitalistas: os interesses dos industriais metropolitanos por vezes conflitavam com os de exportadores e outros empresários coloniais. Por exemplo, enquanto aqueles patrões metropolitanos costumavam defender a ideia de que era preciso se industrializar a metrópole, às custas de reservas de mercados coloniais (para consumo ou fornecimento de matérias-primas), os coloniais julgavam que isso seria um sacrifício da economia das colónias, defendendo que a produção colonial deveria ser tratada como produção portuguesa – em coerência com a ideia de “nação pluricontinental” – e sendo que a crítica à rigidez do “pacto colonial” por vezes vinha acompanhada pela defesa da necessidade de se desenvolver a indústria nas próprias colônias (pp. 255-256).

Nessas divergências entre os interesses capitalistas de ambos lados do oceano, o Estado [Restrito] era reivindicado enquanto poder arbitral, na “regulação mútua do acesso aos mercados”, e praticamente apenas nessa função, dado o fato que durante os anos trinta o investimento direto e o crédito público estavam estagnados (ibidem, p. 256). Ainda assim, a produção metropolitana saía mais beneficiada: dois anos depois da exposição do Porto, aprovou-se um decreto para regulamentar e definir quais indústrias poderiam ou não ser instaladas nas colónias, proibindo que nas colónias se abrissem indústrias já existentes na metrópole¹⁷⁵. Todavia mesmo antes desse decreto, já estava proibida a instalação de indústrias vinícolas nas colônias. Em 1935, um ano após a Exposição Colonial, e talvez a essa já se

¹⁷⁵ Decreto nº 26:509 de 11 de Abril de 1936. Em seu preâmbulo, é feita a alegação de que “O estabelecimento de indústrias nas colónias não está sujeito a quaisquer regras económicas definidas” (Diário do Governo, I série, n.84, p. 409) e que para evitar a concorrência desregrada, justificando esse decreto, era preciso “fixar regras que definam as indústrias que convém estabelecer nas colónias” (idem). Também, justificam que pela falta de mão-de-obra especializada e pelo fato de os técnicos dirigentes serem europeus, acabam encarecendo os produtos, além de que as colónias não contariam com densidade populacional suficiente para uma industrialização sem planejamento central e “É, portanto, mais lógico que por enquanto as colónias produzam matérias primas de que a indústria metropolitana careça, só trabalhando aquelas cujos produtos possam produzir em boas condições de preço e cujo consumo esteja assegurado” (idem).

devesse o resultado, mais da metade de toda produção vinícola portuguesa era absorvida pelos mercados coloniais (ibidem, p. 257). Dos interesses da produção colonial, alguns produtos (tabaco¹⁷⁶, aguardente e álcool) continuavam nos privilégios dos produtores metropolitanos, porém os coloniais se destacavam ainda na produção do café e do algodão (idem), ainda que desse último produto se poderia encontrar de melhor qualidade no mercado internacional. Certos produtores, como os de cimento e vinho, tinham nos mercados coloniais praticamente todo o seu fator de expansão ou mesmo de sobrevivência (ibidem, p. 258). Assim sendo, são compreensíveis as intenções e todo empenho que aqueles capitalistas de vinho do Porto prestaram como gestores da 1ª Exposição Colonial por meio de suas instituições de classe e da formação do Movimento Pró-Colónias e da Sociedade Anónima.

A seguir Cálem, e antecedendo o já demonstrado discurso de Armindo Monteiro, Henrique Galvão também fizera um longo pronunciamento¹⁷⁷ como diretor da Exposição. Inicou já com impacto de uma retórica apaixonadamente nacionalista, ao alegar que “Os homens da minha geração vieram ao Mundo dentro dum país pequeno. Felizmente vê-se que pretendem morrer num Império”, sendo essa realidade imperial o “mais alto objectivo da Nação” após longo e árduo caminho, exercendo a Exposição a função de “contribuição dinâmica para a obra nacional de ressurgimento” (op. cit., pp. 219-220). E com menos pudor na fala, pelo seu carácter de fascista mais irreverente, atacou o passado liberal que exige esse tal ressurgimento, de quando, segundo diz, Portugal só era considerado entre Melgaço e Olhão¹⁷⁸:

“Do fundo do barranco, aberto em 1820, pelo contágio de ideologias, que é inferioridade dos homens primitivos, que se substituísssem ao ideal claro e límpido da nacionalidade, tinham, para trás, cem anos de política torpe, para a frente tôdas as dúvidas e incertezas que acometem as gerações deminuídas na sua confiança, na sua fé e na sua fôrça. Não era invejável a herança¹⁷⁹” (ibidem, p. 220).

¹⁷⁶ F. Rosas (op. cit., p. 257) aponta que a CUF normalmente estava contra os interesses coloniais. A *holding* Companhia União Fabril era controladora d'A Tabaqueira. É de se notar que, além do vinho e da cerveja, o tabaco sempre foi produto quase indispensável aos portugueses, portanto uma concorrência pela produção colonial de tabaco era algo que esses industriais metropolitanos do ramo não desejavam, assim como pensavam os produtores metropolitanos de vinho.

¹⁷⁷ *Discurso do Sr. Henrique Galvão*. In. **Boletim Geral das Colónias**, Lisboa, v. X, n. 109, p. 219-236, Julho 1934.

¹⁷⁸ Como no Brasil poderíamos dizer “do Oiapoque ao Chui”.

¹⁷⁹ Aqui ele “faz justiça” aos colonialistas e eventos durante esse período que merecem seu respeito pela obra empreendida por estes nos assuntos coloniais: João de Almeida, Paiva Couceiro, Caldas Xavier, Mousinho de Albuquerque; batalhas de Coolela, Chaimite, Cascadengo e Cuamato. (idem, p. 200).

Os que trabalharam em favor do império, continua Galvão, foram aventureiros, pois defenderam o patromônio português de além-mar sem nenhum rumo ou finalidade na ordem internacional (ibidem, p. 222), o que reitera seu posicionamento acerca da necessidade de uma doutrina superior que guiasse a política colonial. Essa doutrina superior seria formalizada no Acto Colonial, e constituía assim a apologia imprescindível aos direitos históricos evocados, afinal “Só têm direito de possuir colónias aqueles povos que, na ordem internacional, têm uma finalidade a alcançar”, a qual só existia no descurso da evolução histórica da *raça* (ibidem, pp. 222-223).

Continuando nesse sentido, Henrique Galvão demarca três fases elementares da história de Portugal: a finalidade peninsular, com a formação do reino; a finalidade europeia, com a expulsão dos elementos anti-europeus (mourous); e a finalidade mundial, com a expansão ultramarina. Dessas, diz que apenas as primeiras foram concluídas e que ainda estava por ser completada a última (ibidem, p. 223), que estaria como missão do Estado Novo e firmada desde 1926. E com o tom tipicamente fascista de que há um futuro grandioso a seguir os trilhos de heroísmo do passado, interrompidos por fases de degeneração a serem superadas por uma era de renascimento, Galvão como intelectual do regime expõe, de maneira ainda mais clara que o ministro, as aspirações gerais de um programa ideológico marcado pelo ressentimento de uma pequena nação que se deveria considerar grande em espírito:

“De facto, a falência da Europa perante a América exige uma reorganização espiritual, política e económica da Europa, que se constituirá possivelmente por meio do novo continente euro-africano, a opor ao continente económico africano. A nossa extensão geográfica e extensão dos nosso domínios em África, marcam-nos um lugar de relêvo nessa obra de alcance eminentemente europeu, lugar que não é, evidentemente, pousio confortável para exibição de grandezas passadas, mas sim campo de acção e de emprêgo das nossas energias ráticas do presente, como parcelas dum todo europeu. Finalmente, temos um território continental a elevar; um passado de heroísmo e civilização a honrar; um património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão a defender e manter – e seis milhões de almas que precisam viver, não degredadas à condição servil duma colónia de mestiços, mas sim reerguidos à condição moral de homens europeus” (ibidem, p. 226)

Obviamente o evento, como obra de propaganda do regime fascista, não pretendia agradar ou alcançar apenas o pequeno público pertencente às classes dominantes. Era pretensão alcançar o maior número possível de portugueses das mais variadas origens e classes sociais,

além do público estrangeiro. Os discursos alinhados dos três oradores reforçam o sentido ideológico do pilar colonial do Estado Novo e, como propaganda, deveria ser de conhecimento de quantos portugueses fosse possível: se para uns eram interessantes as possibilidades de expandirem seus poderes econômicos, para outros deveriam ser interessantes as oportunidades de se fixarem nas colônias para dar prosseguimento à missão civilizatória. O que importava à tecnocracia do regime, que tinha voz em seus intelectuais como Galvão, era, basicamente, a união de esforços na defesa de supostos interesses nacionais, mesmo que significassem na realidade a garantia de lucros às classes proprietárias e gerenciais. À classe trabalhadora, alienada de sua realidade sociológica enquanto classe e reduzida a *massa*, no emaranhado de grupos e classes sociais que se denomina genericamente de *povo* ou *raça* – tendo em comum o fator identitário da nacionalidade –, como é característico dos fascismos (BERNARDO, 2018, p. 18), cabia tão somente a defesa apaixonada dos ditos interesses da nação com suas funções históricas. A lógica era fazer com que as ambições de conquistas de mercados coloniais fossem consideradas como interesse geral dos portugueses, independentemente de suas funções sociais nas relações de produção.

Como citado anteriormente, João Bernardo (2018) define a concepção de indivíduos e massa no fascismo, presidida mesmo pela noção liberal de indivíduo, por meio da fragmentação da classe trabalhadora na perda de sua consciência sociológica, reduzindo-se a mera entidade econômica. No plano político, essa conversão de classe em massas seria um dos objetivos básicos do fascismo (p. 18). A partir daí se definiria a organização dos indivíduos nas instituições fascistas (milícias, partidos, sindicatos etc.) prevalecendo incontestavelmente as hierarquias. Nisso incluem-se os eventos festivos e espetaculares dos regimes fascistas, como festivais e desfiles, que tinham uma função de grande importância no exercício político dos regimes. Nesses eventos “cada indivíduo não era mais do que um figurante, um espelho do modelo geral, multiplicando todos eles, até ao infinito, essa imagem singular, enquanto a coreografia do conjunto se dispunha em função da figura central e exclusiva do chefe” (ibidem, pp. 18-19). Mais de duas décadas atrás, o mesmo autor, discorrendo sobre as raízes liberais do fascismo, argumentou que a concepção fascista do chefe supremo seria a emanção da vontade coletiva das massas – de origem no princípio burguês e democrático do sufrágio universal, no qual os indivíduos depositam os poderes nos eleitos (BERNARDO, 1992, p. 05). A relação entre o supremo dirigente e as massas seria totalmente assimétrica: de um lado, o do chefe, o

monopólio da iniciativa; e do outro, o das massas, a única razão de ser era a união em torno do chefe (idem) e do ideal de nação como elemento unificador entre indivíduos das mais variadas classes ou grupos sociais¹⁸⁰. Nessa genealogia da concepção de massas e indivíduos no fascismo, João Bernardo aponta na Revolução Francesa algumas origens. O fascismo de cunho radical (ou populista, como se refere nesse artigo) teria suas raízes democráticas no jacobinismo radical, e o fascismo conservador na ala moderada. Robespierre teria sido o primeiro dirigente político moderno a colocar em um mesmo processo o culto ao chefe e a fragmentação popular pelo sufrágio universal, e seria por meio dos grandes festejos, da invenção de novas cerimônias e ritos (e a invenção de uma nova arte e nova religião) a comemorar o triunfo da revolução e enterrar a tradição das cerimônias eclesiásticas (ibidem, p. 06). Na mesma lógica seguiram os fascistas, sejam radicais ou conservadores, na criação de novos ritos e no emprego de seus próprios artistas, arquitetos e coreógrafos a encenar publicamente os triunfos de suas revoluções [dentro da ordem].

Os grandes espetáculos, desfiles, festivais e, incluo aqui, exposições como a do Porto em 1934, mereciam atenção e empenho por parte dos regimes pela sua função de propaganda – complementar à de balcão de negócios entre empresários e governo – a fim de emocionar as massas e reforçar o orgulho nacionalista, bem como reforçar a autoridade dos seus líderes. Também tinha como função demonstrar força, soberania e coesão aos olhares internacionais, bem como intimidar inimigos internos e externos (opositores políticos). O fascismo salazarista, ainda que em seu caráter mais conservador no qual não apresentava aqueles verdadeiros espetáculos acalorados, de massas eufóricas em uma espécie de egrégora de histeria patriótica como os que aconteciam em torno de Mussolini e Hitler, não deixou de recorrer à organização de eventos com essa finalidade de propaganda e reforço de poder.

Salazar, antes mesmo de 1932 quando subiu à chefia de governo, mostrava intenções de se constituir uma “trama reconstrutiva” pela qual demonstraria a reconstrução nacional pretendida contra a “desordem”, “caos económico e social” e a “perda de uma identidade aglutinadora”. Nesse sentido, começou a pôr-se em prática programas de reparação monumental paralelamente à sua ação de “reparação” económico-financeira: restauração de património material e instituição de comemorações que sedimentariam uma memória colectiva

¹⁸⁰ João Bernardo nesse artigo de 1992 cita uma frase ilustrativa de Benito Mussolini que dizia: “No Estado fascista, o indivíduo não é anulado, mas multiplicado, exactamente do mesmo modo que um soldado num regimento não é diminuído, mas ampliado, pelo número dos seus camaradas” (p. 05).

em sintonia com a causa do Estado Novo (ACCIAIUOLI, 1998, p. 11). Desta forma, com motivação nacionalista, tentava-se desvincular ou superar o passado “decadente” e retomar a pretensa continuidade heroica. Faltava a isso, nessa altura, uma coordenação eficaz para conduzir o programa a fim, sobretudo, de passar a mensagem de “transformar as glórias passadas em incentivos políticos mais actuais” (idem). Para isso, a criação de instituições seria necessária. Se desde 1929 já havia uma Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais vinculada ao Ministério do Comércio e Comunicações, para representar “a ordem patrimonial que o novo regime instaurara”, a partir de 1930 a União Nacional toma para si a missão de, na defesa dos “princípios da reconstrução nacional” e da ordem social¹⁸¹, “enraizar nos hábitos dos portugueses o culto das celebrações”, sendo essas manifestações simbólicas o “coroamento dessa ‘restauração’ pretendida” (ACCIAIUOLI, 1998, p. 11).

Seguindo esses propósitos, nos anos iniciais de oficialização do regime, o engenheiro Duarte Pacheco é nomeado ministro de Obras Públicas e Comunicações (anteriormente Ministério de Comércio e Comunicações) e António Ferro dirige o recém criado SPN. Ambos tecnocratas modernistas, colocariam em marcha uma política patrimonial que nem com a Ditadura Militar conseguia se desvincular de concepções românticas dos republicanos nesse assunto. Era preciso, para os estadonovistas, alterar ideologicamente essas políticas patrimoniais, enquadrando-as “nos princípios da ideologia dominante” (ibidem, p. 12). Os Conselhos de Arte e Arqueologia criados em 1911, de carácter descentralizado, são substituídos em 1932 pelo Conselho Superior de Belas Artes, em consonância com o carácter centralizador do regime e clamando pela defesa do “interesse nacional”, estando entre seus objetivos “a organização de exposições e a formulação de projectos para grandes festas e solenidades nacionais” (idem), demonstrando que tais eventos seriam atividades de grande importância ao regime que então surgia.

Fernando Rosas (op. cit., p. 254) indica que nesse período inicial do Estado Novo, vários foram os congressos e exposições organizados com intuito de como materializar as políticas impostas pelo Acto Colonial (1930) e os documentos regulatórios que o sucederam¹⁸², a saber

¹⁸¹ Para uma análise mais descritiva quanto ao papel do estatuto da UN e seu direcionamento no regime quanto ao espírito de “renascença ou de renovação”, Cf. TORRALBA, L. R. **Estados Novos, Estado Novo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, Parte I, Cap. IV, pp. 173-183.

¹⁸² Carta Orgânica do Império Colonial Português (decreto-lei nº. 23:228, de 15 de Novembro de 1933) e Reforma Administrativa Ultramarina (decreto-lei nº. 23:229, de 15 de Novembro de 1933).

– algumas já citadas – as Feiras de Amostras Comerciais de Luanda e Lourenço Marques (1932), I Conferência Imperial Colonial (1933), I Exposição Colonial Portuguesa (1934) – e em simultâneo o I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colónias –, I Conferência Económica do Império Colonial (1936)¹⁸³ e Exposição Histórica da Ocupação (1937). Também, de iniciativa privada mas na mesma lógica e em sintonia com o governo, as anuais “semanas das colónias” promovidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, I Congresso da Indústria Portuguesa (1933) e I Congresso da União Nacional (1934)¹⁸⁴. Esse último ocorreu um mês antes da inauguração da Exposição do Porto, e de lá saía a proposta pelo diretor-geral de Edifícios e Monumentos os critérios de restauro patrimonial, em que incluía nos critérios técnicos a “verdadeira devoção patriótica”, com sentido ideológico de “restituir os monumentos ‘à pureza de sua traça primitiva’ partir de um princípio de devolução integral que tinha um horizonte ideológico preciso no conatural ideário de Salazar, enquanto procura insuperável de devolução do país a uma ‘essência perdida’”, na tentativa de anular as marcas de “épocas de decadência” (ACCIAIUOLI, 1998, p. 13).

Essas novas políticas, em que a própria reconstrução patrimonial é uma metáfora da restauração nacional (ACCIAIUOLI, 1998, p. 14), trazem elementos ideológicos que não ficam apenas no campo do restauro de monumentos materiais. Era propagada assim uma noção histórica de que a restauração do passado mais longínquo é a reiteração do seu valor no presente, tendo 1926 como data fundadora de uma superação de um passado mais recente de “decadência”. De Salazar e da UN vinha a exigência de “coesão, unidade e homogeneidade” por meio dessa revisão histórica ao sabor do novo regime que pretendia justificar sua trajetória e seu rumo. Por isso também a exigência de se promover eventos de natureza pedagógica e propagandística na qual o SPN com António Ferro responsabilizava-se por organizá-las de modo que o novo regime era louvado perante o público (ACCIAIUOLI, 1998, pp. 15-17). Para o I Congresso da UN, foram chamados vários intelectuais das mais diversas áreas (fotografia, arquitetura, grafistas etc., todos modernistas elencados por Ferro) para materializar o evento que tinha como inspiração a Exposição Italiana de 1932, em comemoração do decênio da Marcha Sobre Roma, objetivando dar uma *lição* pelo regime iniciado em 1926 (ibidem, 17). A

¹⁸³ Esse tipo de evento não era exclusividade do império português, e cito como um exemplo mais conhecido a Convenção de Ottawa em 1932, quando a coroa britânica liderava as discussões acerca do futuro económico de seu império face aos impactos da crise de 1929.

¹⁸⁴ Rosas (1994) ainda adiciona a esses eventos a “abundante literatura em jornais ou revistas ligados às actividades económicas e não só” (p. 254), e dessas revistas saliento a *Portugal Colonial* e *Ultramar*, dirigidas por Henrique Galvão.

Exposição do Porto, com todo seu aparato cênico e arquitetônico, incluía-se nesse esforço propagandístico.

Assim sendo, a Exposição deveria cumprir várias tarefas para garantir a consolidação e confiança ao projeto colonial do Estado Novo. Para isso, pode-se dizer que se dividia basicamente em dois tipos de espaços ou funções: uma (“secção particular”), a de plataforma de negociações e interlocuções entre as classes dirigentes, entre Estado Restrito e Estado Ample; e outra voltada ao público (“secção oficial”), como propaganda dessas políticas visando sua aceitação e defesa por parte da população, que viria como visitante do evento. Era preciso mostrar ao povo português e estrangeiro o tamanho e força do império, dentro dos preceitos da mística imperial. Para tanto, foram produzidos materiais de propaganda tais como cartazes, filmes, monumentos, trabalhos científicos, postais, selos e outros *souvenirs*; foram promovidos concursos, congressos, atividades desportivas e excursões, mostras de história da obra colonial, representações etnográficas e militar, zoológico (incluindo “zoológico humano”), teatro oficial, serviços de informações, exposições de arte e posto de provas de produtos coloniais (MARRONI, 2013, p. 61-62). Quanto às excursões, vinham de escolas, orfanatos, quartéis, sindicatos corporativos e igrejas, contando com o apoio da CP¹⁸⁵ para que se realizassem. Também, vários foram os visitantes vindos da Galiza, sobretudo jornalistas, e outros estrangeiros convidados, como o príncipe de Gales, o ministro das Colónias da Bélgica e o diretor do jornal *Les Temps* (SERRA, 2016, p. 48). Como ponto alto da Exposição, foi realizado o cortejo no seu encerramento, demonstrando com desfiles pedonais e de carros alegóricos a diversidade étnica e cultural das várias partes do império, como representação simbólica da vastidão da nação portuguesa.

A variedade de público e o empenho em se levar o maior número possível de visitantes¹⁸⁶, a serem defrontados com tamanho investimento em aparato de propaganda, dizem respeito ao esforço do regime em se passar dois tipos de mensagem: ao público nacional, interno, a mensagem de orgulho pela dimensão da “missão civilizatória” portuguesa, da reafirmação e legitimação das conquistas do Estado Novo (a modernidade e o progresso do executor e sua capacidade de realização como renovação) e da confirmação da posse sobre as colónias e suas

¹⁸⁵ Caminhos-de-Ferro Portugueses, empresa de transporte ferroviário até hoje em operação em Portugal.

¹⁸⁶ Estatísticas oficiais diziam que chegou-se à marca de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) visitantes. Cf. MARRONI (2013), p. 62. Sabemos que sempre é bom desconfiar de estatísticas oficiais, mais ainda quando se trata de uma obra de propaganda de um regime autoritário, mas é certo que durante esses meses de evento houve alto índice de visitação.

potencialidades a serem exploradas; ao público estrangeiro, a demonstração de domínio e força contra as supostas cobiças estrangeiras, justificação da ação colonial portuguesa e reforço da imagem de autoridade e necessidade por um chefe providencial (Salazar) (MARRONI, 2013, pp. 66-67). Como palavras ensaiadas de seus organizadores, em especial Henrique Galvão, a Exposição Colonial tinha como função maior a de dar uma **lição de colonialismo**, e para tal eram necessárias técnicas de como se passar as mensagens pretendidas. Naquele contexto de consolidação do regime proponente da nacionalização das colônias e de sua colisão contra organismos internacionais como a Sociedade das Nações, o evento foi considerado pelos seus organizadores como realizado no momento certo/oportuno – aquele em que se dizia ser o de “ressurgimento imperial”.

Considerando que grande parte da população portuguesa era analfabeta, pensou-se em como as mensagens seriam direccionadas e absorvidas pelo público letrado e pelo não-letrado. Demonstrava-se a “preocupação ideológico-propagandística” e o empenho dos organizadores ao se pensar nos pormenores da cenografia, dos dioramas, iluminação e outras experiências que não tinham só um carácter informativo, mas “essencialmente pedagógico de elucidação da diversidade do império” (SERRA, 2016, p. 49). Luísa Marroni (2013) traz o conceito de “*pedagogia cerimonial*”¹⁸⁷ para definir as intenções do evento, ou ainda, apoiando-se na interpretação de António Medeiros, como “exercício autoritário de pedagogia imperial e nacionalista” com “conteúdos ideológicos para o consumo e doutrinação mais eficazes das massas visitantes” (MARRONI, 2013, p. 62). Para tal efeito pedagógico de se dar a lição de colonialismo, era preciso se utilizar de técnicas didáticas variadas. Ao público letrado, informações escritas de exaltação do império e da nacionalidade portuguesa. Ao público não-letrado, e a todos em geral, as exposições visuais em monumentos, obras de arte, fotografias, dioramas, maquetes e reproduções de ambientes coloniais e presença de “amostras” étnicas de cada canto do império. De toda forma, era preciso passar a mensagem de orgulho do império a ser defendido.

Henrique Galvão, no álbum comemorativo da exposição, arrola as atrações que ficavam a cargo de expositores. Na secção oficial, uma mostra histórica a cargo do Arquivo Histórico Colonial para narrar a “actividade descobridora e colonizadora” desde 1415; uma mostra para se expor a obra colonizadora, como ensino colonial, assistência médica, científica e econômica,

¹⁸⁷ Conceito que Luísa Marroni empresta de Jurgen Schriewer para definir o evento tinha um carácter pedagógico com intenção de se causar alguma mudança nos receptores da mensagem, ou a “ressocialização da sociedade”

atividades missionárias, política de povoamento europeu, transportes, turismo, etnografia, caça etc.; representação etnográfica com exemplares – nativos de cada colônia que foram ao evento para demonstrar, nas reproduções de suas habitações, seus “usos e costumes”; representação militar, sobre a obra de “ocupação e pacificação” e a exposição de “soldados indígenas”; monumentos, com obras como o *Monumento ao Esforço do Colonizador Português*, de Ponce de Castro, *Monumento aos Mortos da Civilização Portuguesa*, reconstituição da gruta de Camões, inscrições sobre “fatos notáveis” da colonização e outros; parque zoológico, expondo exemplares animais das faunas coloniais; teatro e cinema oficiais, com apresentação de duas peças de teatro e filmes de propaganda colonial. Além dessas mostras, balcões de serviços, como o de informações (acerca de dados gerais de política e economia coloniais); correios e telégrafos; livraria colonial; posto de atendimento médico aos indígenas; sala de exposições de arte, conferências e congressos; posto de provas de produtos coloniais; e cantina para atendimento dos trabalhadores do evento. Na seção particular, exposição industrial¹⁸⁸, “dos produtos industriais portugueses de maior interesse no mercado colonial e dos produtos coloniais mais importantes para o mercado metropolitano”; concessões comerciais para assistir o evento (tabacarias, restaurantes, *souvenirs*, jornais, vinhos etc.); atrações lúdicas como reprodução em pequena escala de um caminho de ferro percorrendo a exposição e transportando seus visitantes, Luna Park, espetáculos culturais dos povos colonizados etc. Tudo organizado “de forma a dar uma ideia sobre a unidade do Império” (GALVÃO, 1934, p. 19-22). Aparentemente, sob o comando de Galvão como diretor técnico, as atividades foram bem planejadas para que se integrassem de forma orgânica, à semelhança do que se pretendia ser o império colonial, e indubitavelmente bastante atrativo a todo tipo de público, sobretudo o público infanto-juvenil, que além de ter de defender orgulhosamente sua nacionalidade, era o mais visado pela propaganda no sentido de migrarem e fixarem-se nos territórios ultramarinos. O que a direção do evento soube bem fazer era pensar em tornar tudo muito divertido e interativo, para fugir à frieza típica de exposições, tendo sido assim uma grande e criativa forma de propaganda do Estado Novo. O público era parte da exposição, não se alheando meramente como espectadores, o que nos mostra uma lucidez de capacidade em intervenção pedagógica, por parte destes fascistas do regime, mais avançada e efetiva que a de muitos museus, galerias ou escolas contemporâneas. Pensaram em uma lógica de educação pública e lúdico-turística

¹⁸⁸ Diz Galvão que apenas essa seção contou com 600 expositores em 650 mostruários distribuídos pelos espaços interno e externo ao Palácio de Cristal (COLOCAR A REFERÊNCIA).

que, a exemplo de exposições como a de Paris de 1931, pretendiam simbolicamente a “dar a volta ao mundo em um dia” (MARRONI, 2013, p. 68).

A “lição de colonialismo” pretendida era fundamentalmente a propagação da mística encabeçada pelo Ministério das Colónias, cujo ministro Monteiro confiou a Galvão a responsabilidade de se mostrar a obra de colonização portuguesa em vários aspectos, como a científica, comercial, pedagógica e didática (SERRA, 2016, p. 50). A intenção com o público seria a de repassar os valores da mística quanto à pretensa missão do povo português pelo mundo, como “ofensiva patriótica e pacificadora” em termos de propaganda, à semelhança da colocação dos retratos dos chefes nas escolas (MARRONI, 2013, p. 68). Para tanto, as mensagens escritas quanto – e em especial estas – as visuais procuravam despertar as emoções como o orgulho de grandeza e potência imperial. Fundamentos como a extensão e diversidade territoriais, diversidade étnica e potencialidades da economia colonial, podiam ser apreendidas pelos sentidos, em especial a visão, com intuito de despertar o orgulho de pertencimento nacional. Para que tais efeitos fossem atingidos, a organização técnica sob comando de Galvão dispôs de diferentes técnicas museográficas (ibidem, pp. 68-69). Já exclusivamente ao público letrado, a imprensa, evidentemente censurada, seja ela oficial do regime ou privada, fez as vezes de propagandistas ao se reforçarem a importância e os êxitos da Exposição, sempre em acordo com os valores da mística imperial.

É importante salientar que tais técnicas são educativas. Os inscritos, estátuas, cartazes, fotografias, mostras etnográficas e tudo o mais que constituía fisicamente a exposição, e como a organização de tudo foi pormenorizadamente pensada na ocupação dos espaços, visando, em carácter pedagógico, causar algum impacto no público por sua apreensão cognitiva, constituíam recursos didáticos a que recorreram os organizadores. Tais recursos didáticos tinham a função pedagógica de “dar a conhecer a vastidão territorial do Portugal ultramarino e os amplos recursos e oportunidades, envolver a população metropolitana (e das colónias) no projecto e na política imperial”, como lição dada em espaço público visando abranger o máximo de pessoas possível, apelando a uma “catequese sentimental”¹⁸⁹ (ibidem, p. 69) por meio dos sentidos

¹⁸⁹ “(...) A 1ª Exposição Colonial Portuguesa (...) pretende ser a lição de colonialismo que ainda não foi dada ao povo português – lição que procurará rigorosamente apresentar expressões, não só de ordem moral, política e espiritual, mas também de ordem económica. Não podem amar-se as Colónias sem se conhecerem e não se podem conhecer através de simples palavras quentes ou duma catequese sentimental (...) Através de toda a exposição procurar-se-á, sobretudo, dar uma lição ao povo: com simplicidade, com poder emotivo e pitoresco, com os elementos por vezes ingênuos que impressionam e ensinam porque para o povo é e deve ser a Primeira Exposição Colonial Portuguesa. E se aqueles que passarem pela Exposição vierem a substituir os seus possíveis preconceitos por uma ideia exacta, ou a iluminar a sua ignorância com um conhecimento novo, ou ganhar uma nova fé no nosso

(visual principalmente) e que atingisse até mesmo aqueles que não podiam decodificar os escritos laudatórios do regime.

Ainda que o evento possa ser caracterizado como um ato de educação informal, com práticas pedagógicas fora do espaço estritamente escolar, a instrução escolar do que se chama educação formal também foi um dos assuntos contemplados, afinal a educação escolar constitui uma condição geral de produção essencial à formação, qualificação e reprodução da força de trabalho dentro dos limites da doutrinação mística do salazarismo. Era preocupação dos gestores estadonovistas a formação da juventude, além do adestramento nas milícias de mocidade, para a disposição colonial. Aqui considero a instrução de jovens portugueses possíveis colonos, seja como trabalhadores ou administradores, e de jovens e adultos das diversas etnias a serem “assimiladas”. Para isso, incluída na programação da Exposição Colonial, aonde visitavam também estudantes, docentes e administradores educacionais de várias partes do país, ocorreu o I Congresso de Ensino Colonial, em que essa modalidade seria discutida como currículo aos liceus portugueses, “propondo alteração de programas das disciplinas para contemplar mais informação e aspectos relacionados com a causa colonial, pela constituição de museus e bibliotecas nos liceus, contendo referências coloniais mais específicas” (MARRONI, 2013, p. 66).

Sobre esse assunto, e em confirmação da educação como condição geral de produção de posição nevrálgica na qualificação e reprodução da força de trabalho apta ao desenvolvimento da produção colonial, destaco um livreto¹⁹⁰ de Gastão Sousa Dias, professor do Liceu Nacional da Huíla, intitulado *O Ensino em Angola*. Nessa obra, o professor inicia com uma descrição cronológica do ensino ultramarino, desde “alguns mancebos” do Congo no século XV que eram levados para estudar em Lisboa, passando pela “obra nitidamente educativa” dos Jesuítas, que fundaram o Colégio de Luanda em 1659, à obra do governo de Francisco de Sousa Coutinho no século XVIII, que “(...) conseguiram aperfeiçoar de tal forma a mão-de-obra local, que no último ano do seu govêrno pôde iniciar nos estaleiros de Angola a construção da fragata «Luanda»” (DIAS, 1934, p. 06). Fica clara aqui a tônica em relação ao ensino voltado ao desenvolvimento material, mesmo que nesse caso seja exemplificada a formação de

futuro de potência colonial – terá a Exposição alcançado certamente o mais nobre dos seus objectivos”. In. A Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Objectivos. Organização. Disposições oficiais, in. *Regulamento Geral*. Porto: Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelarias Lda., 1933, pp. 07-09 Apud MARRONI, p. 69.

¹⁹⁰ Da Exposição Colonial do Porto surgiram várias obras prolongando os debates lá feitos. Essa, em questão, e publicada pela delegação do governo de Angola, faz parte de uma coleção reunindo textos de vários autores discorrendo sobre problemas relacionados às condições gerais de produção nas colônias (REFERÂNCIA).

engenheiros militares. O autor lamenta que a queda do iluminista marquês de Pombal acarretou prejuízos ao ensino, mas elogia o governo de Saldanha da Gama no século XIX que retomou o projeto de uma educação pública voltada à formação de dirigentes, sejam oficiais militares (artilharia, engenharia, geometria) ou mulheres de elite (escrita, leitura, francês e música), além de se criar escolas elementares em Luanda e Benguela. O professor Gastão percorre o século XIX em sua descrição, salientando decretos de criação de escolas, e o prosseguimento no século XX da primeira república em que as várias tentativas de reorganização ainda não alcançavam, em sua análise, a plenitude necessária. Para ele, foi com Jaime de Morais (1911) e Norton de Matos (1913) que se viu acelerar o processo de reorganização do ensino, incluindo a educação para indígenas.

Quanto ao ensino para indígenas, que o autor verifica crescente desenvolvimento apesar das melhorias que ainda precisam ser implantadas, concomitantemente à reorganização da educação básica, diz que os negros deveriam se submeter ao aprendizado de língua portuguesa, tendo como estratégia os “professores de côr” nas escolas rurais e escolas-oficina¹⁹¹. Esses dois tipos de escolas, em modalidades que conhecemos hoje como ensino técnico, eram as preferenciais dos gestores para educação dos negros: além de aprenderem o idioma, aprenderiam técnicas ao estilo profissionalizante para exercerem trabalhos normalmente ligados à produção agrícola e pecuária (como conserto e operação de máquinas), sobretudo em áreas ao interior, com falta de força de trabalho qualificada e excedente de populações nativas ainda não proletarizadas. Gastão chama à necessidade da “modernização” do ensino primário aos moldes metropolitanos, como forma de se combater o analfabetismo, de fato um óbice à qualificação de força de trabalho, e que “De futuro, Angola limpa dêsse mal, contará com uma população cada vez mais consciente e capaz de activamente cuidar do seu progresso” (DIAS, 1934, p. 14). É citado o exemplo dos distritos de Huíla¹⁹² e Mossâmedes, ao sul de Angola, áreas mais subdesenvolvidas e menos ocupadas da colônia, “onde o problema do ensino oferece um interêsse capital como factor de colonização” (ibidem, p. 22).

¹⁹¹ Os liceus e outras instituições de ensino para crianças e adolescentes, normalmente situadas nas maiores cidades das províncias, também receberiam “indígenas”, mas eram voltados sobretudo à instrução e qualificação de jovens colonos.

¹⁹² Nesses distritos o autor acusa uma “ausência absoluta da raça preta e predomínio bem acentuado da raça branca sobre a mixta”. Por isso o autor aponta a necessidade de se institucionalizar os negros na educação formal. Em 1929 foi criado, no alto-comissariado de Filomeno da Câmara e governo distrital de Henrique Galvão, o Liceu Nacional da Huíla, elevado de nível em 1933. No distrito considerado “centro privilegiado de colonização portuguesa” (p. 16), ou seja, com grande parcela de população branca, o liceu atendia principalmente à formação de jovens colonos.

Quanto ao ensino destinado aos negros, como a modalidade profissional ou religiosa¹⁹³, “apontado como uma necessidade inadiável” ainda que “longe de alcançar o desenvolvimento”, teria como função primordial a proletarização desses indivíduos em atividades de menor remuneração e baixa posição hierárquica no mundo do trabalho, como processo dito civilizador (Decreto do Alto-Comissariado, nº 242, de 22 de Fevereiro de 1922)¹⁹⁴. Nas palavras do professor Gastão Dias, expressando a visão de mundo de um tecnocrata racista alinhado aos projetos coloniais do regime:

“De facto, são grandes os benefícios prestados por estas escolas. A transformação por elas operada sobre o gentio, roubando-o à inferioridade da senzala, vestindo-o, fazendo dele um artífice meticoloso, incutindo-lhe, pelo exemplo, hábitos de asseio, levando-o a preferir à cubata a casa construída pelas suas próprias mãos, abrindo-lhe a inteligência pela frequência da escola, moralizando-o pelo sentimento da família, deve constituir um dos motivos de orgulho da nossa acção civilizadora. (...) O professor das escolas-oficinas deve possuir especiais qualidades de ponderação e de bondade, espírito de justiça e simpatia comunicativa, virtudes que imediatamente gerarão na alma simples do negro um sentimento de respeito e subordinação, sem o qual as escolas dificilmente poderão progredir” (ibidem, p. 25)

A educação, portanto, cumprindo seu papel fundamental de formação de mão-de-obra, tiraria os negros “não civilizados” de seu estágio pré-capitalista para o inserir “assimilado” ao projeto colonial, enquanto força de trabalho mais barata e minimamente qualificada. A concepção do professor não é diferente da concepção expressa por outros tecnocratas do regime, como Henrique Galvão, que compartilha desse paternalismo racista de considerar os negros como raça inferior que necessita dos valores da “civilização” colonizadora. Faz parte do histórico processo, repito, de proletarização dessas sociedades africanas, para que se insiram no incipiente capitalismo colonial português, fundamentado na subordinação racial. E como expectativa do educador autor do opúsculo, de proposta definida na Exposição Colonial, a educação – condição geral de produção que é – deveria, pelo Estado Novo, alargar-se para acompanhar o crescimento demográfico e integrar-se em um sistema geral, seja para formação

¹⁹³ Escolas-oficina, escolas rurais e missões religiosas. Essas últimas, principalmente as católicas, ainda que em estágio mais rudimentar, é apontado pelo autor como de grande importância pelo ensino da língua portuguesa. Também, ressaltado, pelo ensino da fé cristã portuguesa. Idioma, fé e adequação à tecnologia capitalista seriam então as principais aptidões esperadas no processo de “assimilação” dos negros ao projeto de desenvolvimento colonial.

¹⁹⁴ “O Objectivo das escolas-oficinas é prover ao aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e carácter das populações indígenas, disseminando o ensino de profissões manuais, de educação moral e da língua portuguesa, como necessárias e graduais etapas do seu progresso para uma civilização mais perfeita” (DIAS, 1934, p. 24-25).

de quadros dirigentes dos processos produtivos ou para formação de força de trabalho. Sem dúvida é uma concepção moderna e mais condizente com a lógica integracionista do capitalismo. Nesse caso, a educação considerada como serviço essencial à colonização, sobretudo pela sua função “civilizatória” com as populações nativas, só poderia funcionar com “um cérebro director indepentente” (ibidem, p. 35) – então condiz com o caráter centralizador do regime, aquele que deveria suprir a falta de uma orientação superior já acusada por Galvão em suas impressões aquando da gestação do Estado Novo.

A Exposição Colonial tinha sua pretensão educativa não-escolar ao público, e também a função de plataforma de debates acerca da organização produtiva colonial, carente de recursos materiais e desenvolvimento tecnológico das quais dispunham outras potências colonizadoras. Nesse último âmbito, como exemplifiquei, a educação escolar foi um dos temas, apontando sobretudo aos desafios de assimilação e inserção das populações nativas na produção e mercado capitalistas. Além disso, algumas foram as excursões de acadêmicos, e saliento na área de antropologia, que visitaram o evento como prática pedagógica. Ali, estariam em contato com os simulacros de cotidiano indígena, servindo tanto aos estudos científicos quanto ao divertimento do público em geral perante a alteridade das populações colonizadas. A função didática do “dar a conhecer para melhor defender [o império]” também tinha seu papel de *dar a conhecer para melhor dominar*.

“O exotismo na Exposição Colonial é dado sobretudo pelos indígenas e pelos exemplares zoológicos, que têm constituído para o público um motivo de excepcional curiosidade”, assim constava n’*O Comércio do Porto Colonial* em 16 de Junho de 1934 (MEDEIROS, 2003, p. 04). O despertar para o deslumbre do que é exótico, colocando praticamente no mesmo patamar bichos e humanos como atração, revela-nos o tipo de apelo publicitário a que recorria a imprensa para atrair mais público à exposição. Pretendia-se despertar o orgulho de pertencer a uma nacionalidade colonizadora – e seu consequente dever de colonizar e civilizar – não só pela invenção de narrativas heróicas em diversos meios didáticos, ou na mostra de humildes progressos materiais, mas também pelas atividades lúdicas que apostavam no exotismo como fetiche da população metropolitana. As circunscrições que separavam as representações cênicas de paisagens e vilas tradicionais são a materialidade da fronteira que separa o país europeu das colónias ou a civilização sobre o mundo selvagem ou, pelo menos, menos civilizado. As cercas invisíveis que mediavam e limitavam a interatividade, seja entre cientistas e “amostras” ou entre cidadãos portugueses com suas famílias e

“indígenas”, eram também a fronteira humana da alteridade. Podemos fazer um exercício de imaginação básico quanto aos sentimentos de um europeu em contato tão próximo, pela primeira vez nessa exposição, com um indivíduo da África, Ásia ou Oceania. Dependendo de sua posição social – por exemplo a alguém de alguma aldeia rural do norte português que não tinha acesso à leitura ou acesso a algumas fotos do ultramar e conversas – o exotismo podia exercer mais fascínio, espanto, estranhamento e daí as mais diversas conclusões: a pretendida pelos organizadores, evidentemente, era a do sentimento de superioridade racial e civilizacional, de quem poderia e deveria desbravar povos e territórios exóticos. Também podemos imaginar os sentimentos de alguém do outro lado, a quem poderia gerar iguais espantos e estranhamentos perante um povo tão coberto (de roupas e pêlos) e fascinado por atividades e hábitos por eles considerados tão simples e comuns como socar fuba em pilão, nudez de algumas partes do corpo ou carregar seus bebês em tiras de tecido presas ao corpo. Ainda mais imaginativo seria pensar como as “amostras” relacionavam-se entre si: africanos de várias identidades, timorenses, goenses e “*tou-seng*” reunidos nos jardins do Palácio de Cristal.

Ainda que o estranhamento perante o outro fosse o pretendido, uma dose mínima de empatia era necessária para se estabelecer a comunicação simples de que atividades agrícolas tradicionais de um ou outro lado do mar, por exemplo, mesmo que tão diferentes em aspectos estéticos, poderiam ser muito semelhantes em aspectos técnicos. A esse sentimento de que apesar das diferenças há muito em comum, atribuiria-se a mensagem de unidade nacional, com a diferença de que um lado é considerado superior e que, apesar das técnicas e hábitos tradicionais, esse lado haveria de se sobrepor ao outro, dominando bem como dirigindo o desenvolvimento de técnicas capitalistas de produção adquiridas no processo de “evolução histórica”. Enfim, o lado mais maduro deveria educar o considerado infantil em termos civilizatórios. A fronteira do humano, assim também, era o canal de acesso ao contato que se revestia pelo mito da ausência de discriminação racial. Estranho, porém, é tentar imaginar algo tão simples como a troca de olhares entre as grades em que a empatia surgida despertasse a conclusão de que a identidade em comum seria a humanidade. Pode ser que dentre os milhões de visitantes, alguns tenham tido essa sensação, mas a intenção do evento com seus recursos didáticos montados para despertar o sentimentalismo imperial e nacionalista era o de reforçar e disseminar o racismo estrutural da ideologia colonial portuguesa – ainda que pautado no paternalismo autoritário que permite o contato mais próximo com o outro e não em uma espécie mais explícita de *apartheid*.

Dar a conhecer o império presumia também dar a conhecer as populações que ali habitavam enquanto “nativos”, “autóctones” ou “indígenas”. Se em 1851 as Exposições Universais no Reino Unido pretendiam expor os “selvagens” em oposição aos “civilizados”, em Portugal essa lógica é continuada nas exposições trocando os termos, expondo os “indígenas” perante os colonizadores, “exibindo o vencido e glorificando o conquistador”, em uma relação de dominação (SERRA, 2016, p. 51). A própria imprensa reforçava esse “consumo do exotismo” no esforço de propaganda, por exemplo quando na *Gazeta das Aldeias* afirmava-se que a exposição da vida tribal não pretendia apresentar “à nossa gente civilizada exemplos dignos ou merecedores de imitação”, mas “demonstrar a grandiosidade da Nação e dos domínios além da metrópole pequenina” (MEDEIROS, 2003, p. 7), dando a ideia de um todo coeso e submetido à ordem, pretendendo uma cultura nacional nova (ibidem, p. 9). Também na *Crónica da Tarde*, em 1934, escrevia-se que “sem negros e sem negras, a Exposição atrairia, afinal, pouca gente (...) os indígenas porque são pretos, porque são amarelos, porque são pardos, da cor do chocolate, da cor da cidra, da cor do bronze, têm o favor incontestável do público”¹⁹⁵ (MARRONI, 2013, p. 72). Nessa “nova cultura imperial”, a representação etnográfica tem fundamentos em preceitos nacionalizadores, realçando as características rurais das culturas e despindo qualquer caráter cosmopolita (MEDEIROS, 2003, p. 10), além de incitar a curiosidade do público sobre o que é exótico ou pitoresco.

A representação etnográfica, com pessoas vindas das colónias e alojadas em representações de habitações tipicamente africanas, cercadas pelo modernismo estético da exposição, não deixava de ser estereotipada ou de pretender demonstrar o progresso do regime, que trazia ao limiar da modernidade povos “primitivos” (MARRONI, 2013, p. 72). Desta forma, legitimando as hierarquias raciais, o Estado também legitimava sua “missão civilizadora” que substituíria, ou prosseguia, a missão de conquista de regimes anteriores, pretendendo ainda

¹⁹⁵ O trecho em questão enfatiza o exotismo como atração mas com tom de crítica. Originalmente foi publicado em *O Comércio do Porto Colonial*, versão exclusiva do *Comércio do Porto* que funcionava no estande de imprensa da Exposição. A autoria é atribuída a Hugo Rocha, jornalista e redator chefe, o qual criticava o evento e divulgava impressões mais pessimistas e pejorativas, como essa em que pretende afirmar que o público se interessava mais pelo exotismo que pelas “glórias” coloniais. Por esta postura, Rocha esteve em conflito com Henrique Galvão, que reivindicava para si, como diretor técnico, a censura ao material de imprensa produzido na Exposição – já Rocha reivindicava que só aceitaria a censura oficial do governo. Em troca de correspondências com Bento Carqueja, diretor d’*O Comércio do Porto*, Galvão firmava acordo de que então o diretor do jornal ficava a cargo da censura às produções de *O Comércio do Porto Colonial*. No entanto, Carqueja acabou decidindo encerrar as atividades do periódico especial na Exposição Colonial (MOTA, 2011, p. 79-80)

demonstrar que as populações colonizadas estariam em acordo com essa missão (ibidem, pp. 73-74).

Como recursos didáticos dessa “lição de colonialismo”, além das exposições etnográficas par-a-par com zoológicos, estavam ilustrações e fotografias que recheavam jornais, revistas e os álbuns comemorativos da exposição. A representação em miniatura do “continente negro” era um convite a terras e pessoas ainda não exploradas, em que o atijamento do exotismo é também o convencimento à colonização. Expostos aos olhares dos visitantes, pessoas em situação de zoológico simulavam seus hábitos tradicionais, bem como práticas religiosas de “feiticeiros”. Populações guineenses expostas com suas indumentárias típicas acabavam por veicular uma condição de suposto primitivismo, advindos de um território recentemente pacificado e supostamente ainda não suficientemente civilizado, o que gerou “comportamentos impróprios” de alguns visitantes que mereceram a intervenção de Henrique Galvão e Armindo Monteiro (SERRA, 2016, p. 51). Juntamente à representação de povos africanos como primitivos ou selvagens, estava a representação dos mesmos, sobretudo as mulheres, no sentido da sensualidade e objetificação dos corpos que, além do trabalho, também serviam ao sexo do povo colonizador.

António Medeiros (2003) cita um exemplo de “momentâneas erotizações do desejo homoerótico dos repórteres que descrevem entusiasmados os corpos de bailarinos – estranhos contornos de corpos nus e suados” ou o desejo de “burgueses e maraus do Porto que rondavam mirando os peitos nus das africanas”, em especial as escolhidas *misses* “Inez [bailarina bijagoz], esbelta e formosa e linda” ou a “preta Rosinha”, descrita n’*O Comércio do Porto Colonial* em 1934, em tom de mimetização com a metrópole e exotismo racista, e avaliada: “(...) se lhe tirasses a pele – o negrume da pele, bem entendido – fizesses dela uma branca verias na sua figura uma airosa minhota” (p. 21). Rosinha, também chamada por vezes como Rosita, era uma jovem de etnia balanta, proveniente da Guiné e uma das atrações mais célebres da Exposição Colonial, sendo assim um ícone da exploração do corpo feminino para os fins pretendidos pelos organizadores. Um concurso para eleição da “rainha das colónias” foi organizado pelo *Jornal de Notícias*, que adjetivava as concorrentes por “corpos de ébano” ou “Vénus negras”. O desfile com eleição da vencedora se deu pouco antes do encerramento da exposição e a vencedora, aclamada pelos aplausos (de sete minutos) pelo público, foi a filha do soba do Quipungo, em Angola (o que deveria facilitar as relações institucionais entre o regime colonizador e essa sociedade). Presenteada pela faixa de campeã em seu torso nu, colocada pelo diretor, Henrique

Galvão, que também compunha o júri, a filha do soba estava acompanhada por duas outras jovens, entre elas Rosinha, agraciadas como damas-de-honra (SERRA, 2016, pp. 54-55).

A nudez das africanas, em meio a um Portugal fortemente católico e conservador – mas que com certeza julgava negativamente mais a nudez de mulheres brancas e “civilizadas” que a nudez típica das “selvagens” –, era atrativo sobretudo para público masculino à Exposição. Rosinha foi destaque na capa da revista *Civilização* na edição especial da Exposição Colonial do Porto, em fotografia de Domingos Alvão, que também disponibilizou seus trabalhos para a *Notícias Ilustrado* e *Ilustração* (ibidem, p. 52). O álbum fotográfico de Alvão foi cuidadosamente montado a fim de expor, por exemplo, um soldado landim como prova de um exército português multirracial, o soba Amadú Sissé e seu filho Abdulai, vestindo roupas europeias na prova de uma “assimilação” e também Rosinha, que aqui aparece ainda de seios nus porém em uma pose que mantém maior decoro ao leitor (ibidem, p. 53). Na *Portugal Colonial* verifica-se também o apelo a esse exotismo dos povos ultramarinos considerados em escala inferior de civilização, como por exemplo nas séries de fotos avulsas intituladas “Gentes do Império” e “Ninfas e feiticieros de Angola”¹⁹⁶, onde não faltam fotografias de corpos nus de mulheres negras para inundar a imaginação de possíveis colonos. Contudo aí havia discordâncias por parte de Henrique Galvão que, apesar de pretender agradar a “gostos populares”, não se entusiasmava com o concurso de “Rainha das Colónias”. Assim como demonstrava já em sua primeira estadia em África, Galvão considerava as mulheres negras “a perdição de muitos brancos”, rejeitando o contato sexual de colonos com elas¹⁹⁷ (MOTA, 2011, p. 78).

O *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial*, escrito por Henrique Galvão, também cumpria essa função de propaganda ao atizar imaginações para o exótico. Feito para público letrado e com maior renda, foi disponibilizado em menor tiragem (edição de luxo, com papel cartonado), redação bilíngue (português e francês) e ilustrações de Eduardo Malta, pintor acadêmico portuense que também ilustrava obras de Henrique Galvão. O álbum em questão tinha como público alvo os pertencentes a elites políticas, como governantes, diplomatas e outros políticos, como um cartão de visitas do império português (SERRA, 2016, p. 55). Em grafite, a ilustração que abre o álbum é a representação de um monumento em homenagem aos

¹⁹⁶ In.: Portugal Colonial. n. 37, Mar. de 1934, pp. 07; 10; 11; 14; 15; 18; 19; 21; 29.

¹⁹⁷ “Para si, as indígenas, por motivos de ordem sexual, não se afeiçoavam grandemente aos brancos. Na sua vida por África, tinha visto muitos brancos em desequilíbrios de paixão por negras, mas já não pode dizer o mesmo da situação inversa” (MOTA, 2011, p. 78)

mortos na obra da colonização – uma mulher branca nua: no braço esquerdo leva a bandeira portuguesa, na mão direita uma muda de planta; atrás da perna direita, o brasão português e uma cruz; acima à direita uma caravela; e acima à esquerda um castelo. A legenda diz “Aos milhões de portugueses de todas as raças mortos nas cinco partes do mundo pela obra portuguesa de colonização”. A seguir, as autoridades de Estado: primeiro o general Carmona, em pose típica de alto oficial militar em ambiente fechado; depois Salazar, desenhado em primeiro plano a uma paisagem¹⁹⁸. A seguir, Armindo Monteiro tendo de fundo um mapa da África austral, sendo que o corpo do ministro preenche o que seria o “mapa cor-de-rosa”. E finalizando, Henrique Galvão, diretor da exposição, desenhado a grafite de maneira mais simples: magro, jovem, de pose descontraída e olhar altivo, sem muitos detalhes, ao estilo de rascunho¹⁹⁹.

Além dos retratos dos chefes em grafite, o álbum traz também as reproduções dos murais pintados por Malta que compunham a Exposição e que seriam exibidos também na *II Exposição do Secretariado da Propaganda Nacional* em 1935 (ibidem, p. 56). Em estilo acadêmico, de alto nível técnico, o ilustrador representou as amostras etnográficas coloniais. A primeira pintura que aparece²⁰⁰ é a da família do régulo guineense Mamadu-Sissé. O chefe aparece sentado e usando roupas que cobrem o corpo inteiro, enquanto ao seu lado esquerdo inferior está uma de suas esposas amamentando um bebê e atrás estão seu filho, um homem e duas mulheres, com acessórios porém ainda assim nus. Em outra pintura²⁰¹ aparecem retratados exemplares de Timor, Índia e Macau, também com rostos inexpressivos porém trajando roupas mais requintadas que as dos africanos. Nessa comparação, percebe-se uma tentativa de se estabelecer uma escala civilizacional entre os povos colonizados, na qual os africanos estariam em posição inferior aos asiáticos e timorenses, portanto ainda mais atrasados no processo de assimilação (ibidem, p. 57).

Acompanhando o processo de incursão e colonização, o desenho tinha uma pretensão de retratar a realidade tal como é, de maneira menos contestável que as narrações faladas ou

¹⁹⁸ Filomena Serra (p. 56) analisa essa ilustração realçando que Malta a concebeu segundo modelos da retratística clássica, em um caso possivelmente único onde Salazar é pintado do natural. Eduardo Malta, que também era pintor de Primo de Rivera e sua família, retratou Salazar neste álbum de forma a ficar em primeiro plano sobre a representação da paisagem da nação, porém estabelecendo uma continuidade visual entre o corpo do chefe de governo e essa nação.

¹⁹⁹ Além de Galvão, ao longo do álbum podemos verificar que outras autoridades também foram retratadas por esse estilo *sketch*: Calem, Spratley, Viterbo, Mimoso Moreira e outros gestores do evento.

²⁰⁰ Entre as páginas 24 e 25 do álbum.

²⁰¹ Entre as páginas 34 e 35.

escritas, mas ainda assim não se pode dizer que se trata de uma modalidade neutra. Do mesmo radical de *designar*, vindo do latim *designare*, o *desenho* materializa uma concepção de mundo do observador, sendo uma “decisão oculta do entendimento, ou seja, como Desejo” (PEREIRA, 2010, p. 02). As ilustrações de Eduardo Malta no álbum prosseguem nas páginas finais em desenhos ainda não acabados, *sketches* em grafite com alguns toques de cor. Entre eles, homens e mulheres de etnias não-europeias são representados, porém destaque que ainda as mulheres africanas são mais sexualizadas nas imagens. Enquanto uma mulher timorense é retratada de modos recatados, sentada e com muita roupa, uma jovem da região de Huíla é retratada em beleza notável, sentada de frente ao observador e com uma mama à mostra. Já Ignez, a “bailarina bijagoz”, é retratada com olhar mais lascivo, sentada frontalmente ao observador, com ombros assimétricos em que o braço esquerdo está repousado sobre a perna, em um movimento de olhar que conduz dos seios nus à mão sobre a vulva devidamente tapada²⁰². Se o desenho servia à propaganda colonial, “funcionando como um cimento simbólico que contribui para a sedimentação de valores e princípios culturais” (ibidem, p. 10), a representação do exótico era chamariz a quem quisesse ou pudesse servir aos desígnios imperiais. Povos, cores, paisagens, animais diferentes e estranhos aos portugueses europeus, disponíveis ao processo ativo de civilização, mesmo recorrendo à erotização de “pretas” em suposto estágio inferior de civilização, com corpos sensuais e disponíveis aos desejos de jovens colonos.

Como já dito, Henrique Galvão fora o diretor da revista *Ultramar*, editada especialmente para cobrir e propagandear a Exposição Colonial do Porto em 1934. Ao molde de outras congêneres, como a *Portugal Colonial* ou mesmo a *Gazeta das Colónias*, e mesmo que existindo somente em função do evento, trazia em suas páginas textos sobre problemas a serem resolvidos no âmbito colonial e publicidade de patrocinadores²⁰³. Era, portanto, uma revista assumidamente oficial sob comando da própria burocracia do Estado Novo – e não para-oficial como eram as outras. Em seu primeiro número, o diretor Galvão (que também era diretor do evento, portanto a autoridade máxima imediata, representante das autoridades do regime, do qual dependia aprovação até mesmo da carta de vinhos do restaurante de luxo instalado no

²⁰² A partir da cintura, o desenho fica mais rascunhado e menos detalhado, ao ponto de a bailarina ser retratada sem os pés, encerrando a imagem em linhas e leves sombreados que fariam o contorno da panturrilha.

²⁰³ Em seus dois primeiros números (01 de Fevereiro, p. 08 e 15 de Fevereiro, p. 03), a *Ultramar* trazia a lista de centenas de empresas que teriam estandes de amostras de produtos na Exposição. Grande parte dessas empresas localizavam-se no Porto e região (como Vila Nova de Gaia, onde ficam as caves, como a da família Cálem). A propaganda de regime era, enfim, também propaganda empresarial.

Palácio de Cristal) escreveu o editorial que atesta – assim como atestara em sua conferência na exposição parisiense em 1931 – a falta – à execução de um e outro – de órgãos de imprensa colonial em Portugal, e que esta revista supriria pelo menos um pouco essa necessidade ao cobrir o evento que, para ele, como ideólogo propagandista do regime, ocorreria em boa oportunidade, pois:

“No alvorecer deste ano de 1934, somos na Europa, e até no Mundo, um exemplo de ordem, de equilíbrio, de firmeza e de organização. Quando o vendaval assola todo o mundo, vai a nossa nau singrando na Política, na Economia, nas finanças, na vida social, sem abalos temerosos, com nítido espírito de ressurgimento e o rumo desanuviado de grandes preocupações. Na actividade colonial, com possessões espalhadas por quatro partes do Mundo, a nossa situação é invejável sob qualquer ponto de vista porque a encaremos. Iniciou-se uma obra de arrumação, de equilíbrio de ressurgimento, em plena aflição mundial. E enquanto outras estruturas sólidas gemem e se desconjuntam, enquanto outras nações de tradicional prestígio o perdem na confusão e na balburdia das idéas e dos acontecimentos - a nossa obra fabrica resultados notáveis e prossegue”²⁰⁴

Na *Portugal Colonial*, Henrique Galvão introduzia a 1ª Exposição Colonial como uma obra necessária de propaganda de um regime de “ressurgimento” que traria mais que um sentimento, mas um pensamento colonial orientado, importante para acabar com a ignorância dos portugueses acerca das potencialidades coloniais. Aliás, para Henrique Galvão, expressando a concepção ideológica do Estado Novo, a posse de colônias estaria diretamente associada e determinando o futuro da nacionalidade portuguesa, pois “estão nas colónias a esperança da nossa grandeza e o motivo mais forte da nossa existência como povo independente na Europa”²⁰⁵. Não só o futuro da nação ou da “raça”, mas da própria economia. Assim, Galvão também costura a mística imperial aos desígnios materiais dos capitalistas interessados na empresa colonial: a lição a ser dada pela Exposição não seria “só de ordem moral, política e espiritual, mas também de ordem económica”, tendo em vista que

“A representação oficial pretenderá fazer uma exibição imperial organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonisadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as

²⁰⁴ Ultramar, n. 01, 01 de Fev. de 1934, p. 01.

²⁰⁵ Portugal Colonial, n. 33, Nov. de 1933, p. 11.

possibilidades de estreitamento das relações comerciais entre as várias partes da Nação” (idem)

O apontamento das possibilidades económicas abertas pela Exposição Colonial, com propaganda da produção nacional, estaria assim presente nas páginas da *Portugal Colonial* em companhia de outros textos de temática económica. Por exemplo, na mesma edição acima citada, Henrique Galvão assina o texto “*A Política de Intervenção Financeira nas Colónias*”, no qual tenta responder a críticas veiculadas pela imprensa que estaria criticando as medidas financeiras coloniais portuguesas em comparação a outras potências coloniais. Aqui, Galvão faz a defesa das atitudes do Estado Novo dizendo que, no geral, assim como França, Inglaterra e Bélgica fazem com suas colónias – cada qual com sua especificidade – a regra é uma não intervenção direta da metrópole nas finanças coloniais, assegurando que as colónias devam “bastar a si mesmas” sem obviamente descentralizar o sistema administrativo (n. 33, pp. 09-10). No número 34, Jorge Figueiredo de Barros, apresentado como presidente da direcção da Associação dos Agricultores de Angola, assina o artigo “*A Protecção às oleaginosas das Colónias*”, em que afirma que a produção de oleaginosas vegetais (babaçu, dendê etc.) foi uma das mais afetadas pela crise e que os produtores portugueses estariam em desvantagem por pagarem altos custos de produção – sobretudo pela situação precária de transporte, o que, somado a lucros de exportadores e outros encargos, encareceria os produtos no mercado. Como medidas sugeridas e pedidas por esse gestor representante dos empresários de oleaginosas, estão as que o governo já havia tomando em relação à produção algodoeira: privilegiar a importação de oleaginosas coloniais em detrimento das estrangeiras para os industriais metropolitanos, com fixação de cotações (n. 34, pp. 10-11). Além destas, implicitamente a necessidade da melhoria da estrutura de transporte entre as unidades produtivas e os portos.

Na edição seguinte, vem um pequeno informativo intitulado “A protecção aos produtos portugueses” saudando as medidas protecionistas adotadas pelo governo, tais como os maiores direitos aduaneiros e portuários a *commodities* coloniais, que pagariam menos que mercadorias estrangeiras. Dessas *commodities*, entrariam no regime especial de protecção o café, cacau, chá e arroz²⁰⁶. Esse informativo foi precedido por outro bem entusiasmado acerca dos êxitos parciais da Exposição Colonial, «a primeira grande jornada do Império – a primeira depois do Acto Colonial», nas palavras de Armindo Monteiro, que também entusiasmava-se com o grande número de produtores inscritos para exporem seus produtos e negócios (ibidem, p. 11). Nas edições 36 (pp. 15-19) e 37 (p. 13), a *Portugal Colonial* trazia os problemas e a chamada ao

²⁰⁶ Portugal Colonial, n. 35, Jan. de 1934, p. 12.

enfrentamento à concorrência dos produtos japoneses em detrimento da indústria portuguesa. Além desses exemplos em que empresários portugueses, sobretudo coloniais, utilizam-se da revista para defender seus interesses, gestores como engenheiros e militares escreviam sobre a necessidade de modernização de condições gerais de produção, destacando-se as vias de ferro do Lobito e o ensino técnico voltado à agricultura indígena.

A revista dirigida por Henrique Galvão não era exclusivamente um espaço de defesa do governo. Era também espaço para pressão sobre esse governo pela defesa dos interesses de diversos capitalistas da produção colonial. Fossem os proprietários e representantes de unidades de produção ou os tecnocratas organizadores de condições gerais de produção, as edições contemporâneas à Exposição, onde esses capitalistas tiveram espaço para negócios e propaganda, coadunavam para o tal “momento oportuno” do certame: era o evento e suas mídias de divulgação a grande oportunidade para defesa dos seus interesses de classe, pedindo ao governo central do Estado Restrito maiores proteções aos seus negócios perante a concorrência estrangeira (sempre mais sedutora em termos de preços ou de qualidade de produtos). Henrique Galvão, que dirigia e escrevia para revistas como a *Portugal Colonial* ou *Ultramar*, exercia assim a função de gestor e intelectual que exprimia a visão de mundo do regime e de empresários, portanto um representante intelectual das classes capitalistas comprometidas com o projeto colonial do Estado Novo.

Como gestor maior do evento, Galvão não poderia deixar de fazer a propaganda do certame à nação realçando os valores da mística e da **lição de colonialismo**. Este termo, aliás, exaustivamente repetido pelos gestores do evento, sobretudo por seu diretor: “Através de toda a exposição procurar-se-á, sobretudo, dar uma lição ao povo: com simplicidade, com poder emotivo e pitoresco, com os elementos por vezes ingênuos que o impressionam e ensinam...”²⁰⁷. E entre esses recursos didáticos “com poder emotivo e pitoresco”, “Todas as colónias enviarão famílias indígenas que serão instaladas em ambientes tão aproximados quanto possível do próprio e a exposição virá a constituir para todos os portugueses aquela lição de colonialismo que tão necessária é”²⁰⁸. Sobre o exotismo atrativo da Exposição, Hugo Rocha já escrevia um instigante texto de chamado²⁰⁹, e Henrique Galvão louvava o “processo espiritual” proposto pelas mostras etnográficas da Exposição com o atrativo a portugueses que visitavam na empolgação de “vamos ver os pretos!” (GALVÃO, 1934, p. 27).

²⁰⁷ Portugal Colonial, n. 38-39, Abr./Mai. de 1934, p. 28.

²⁰⁸ Portugal Colonial, n. 32, Out. de 1933, p. 21.

²⁰⁹ Ultramar, n. 01, 01 de Fev. de 1934, pp. 01-02.

O *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, já mencionado, é publicação posterior ao evento em que Henrique Galvão faz seu balanço, prefaciado por Armindo Monteiro e intercalado com ilustrações e pinturas de Eduardo Malta. Nele, Galvão será enfático e coerente com os demais organizadores e com o regime acerca do sucesso obtido, reiterando tudo o que já foi dito na *Ultramar, Portugal Colonial* e outros órgãos de imprensa.

Primeiramente, Henrique Galvão afirma o “momento apropriado” do certame, contemporâneo ao Acto Colonial, e responsabilizando o regime do Estado Novo por todo êxito da política colonial e do sucesso da Exposição, por despertar o princípio da mística na nação portuguesa (ibidem, pp. 12-15). Em acordo com a concepção ideológica fascista de que o Estado Novo é uma era de ressurgimento, sobretudo em questão imperial, Galvão afirma:

“É, por consequência, um acontecimento duma Política que o Govêrno Português vem, desde 1926, desenvolvendo laboriosamente e que assenta sólidamente em três realizações fundamentais: Ordem política e social; ordem económica e financeira; ordem colonial. Não é o princípio nem o termo de uma obra. É uma fase da sua evolução no rumo dos verdadeiros interesses do País (...) E quando despertamos [do período de “decadência”] havia tudo a refazer – tudo a refazer como outr’ora se fizêra, em tempos recuados da História e primeiro que quaisquer outros: sós, com a nossa pobreza demográfica, as nossas dificuldades, mas com o génio expansivo e realizador, que renascia e reintegrava em nós próprios” (ibidem, p. 13)

Ainda nesse sentido, Galvão enfatiza a oportunidade do momento de realização da Exposição Colonial no Porto justificando que em outro momento histórico não aconteceria, justamente por ser naquele momento o “despertar” da “retomada” portuguesa que dera início com a ditadura de 1926 e se consolidaria com a efetivação do Estado Novo. Antes disso, segundo o autor-diretor da Exposição, seria impossível a sua realização, pois o país não apresentava organização económica, política e moral e não se “despertara na Nação aquela confiança que é princípio de todas as místicas” (idem). Esse despertar trazido por essas novas elites fundido com o que chamava “génio expansivo e realizador” que trouxe, segundo seu argumento, a iniciativa de renascimento e reintegração (idem), o que evidentemente reforça a posição de Henrique Galvão como disseminador da ideologia oficial do Estado Novo.

Propagandista do regime e de sua ideia do que seria o “império”, sobretudo em assuntos de administração e política ultramarina, Galvão faz o reconhecimento afirmativo do Acto Colonial, “diploma essencial para se alcançar o império”, e da atuação ministerial de Armindo

Monteiro como fundamental no estreitamento nas ligações entre metrópole e colónias (ibidem, p. 15). Antes do diploma, argumenta Galvão, o povo português tinha um “sentimento colonial” mas não um “pensamento colonial com valor prático”, portanto desconhecendo a importância das possessões ultramarinas (ibidem, pp. 15-16). Por esse caminho, reitera um de seus argumentos mais centrais na defesa do colonialismo e que era correspondente à propaganda ideológica colonial do regime: o de que “estão nas Colónias a esperança da nossa grandeza e o motivo mais forte da nossa existência como povo europeu independente” (ibidem, p. 16), portanto o império como fator essencial de sobrevivência econômica e existência da nação portuguesa que não poderia se bastar na sua pequenez dentro – e na beirada – da Europa.

Nesse contexto, a 1ª Exposição Colonial foi, nas palavras orgulhosas de seu diretor nesse material de propaganda da ditadura salazarista, “a primeira lição de colonialismo dada ao povo português, com bastante poder de expansão para alcançar todas as almas e todas as razões, com bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante originalidade de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos” (idem). Nota-se o orgulho, sem modéstia alguma, acerca das intenções e dos supostos resultados obtidos, e a ambição em alcançar o máximo de gente possível, inclusive os mais céticos, e mesmo aqueles que não sabem ler, como já dito aqui sobre as estratégias didáticas dos organizadores. O amplo alcance de mensagem pretendido tem por fundamento ideológico a noção de totalidade e unicidade nacional, de uma concepção de mundo supraclassista essencialmente corporativa e nacionalista, pois independentemente dos estratos sociais, os receptores deveriam ser antes de tudo portugueses com um suposto interesse nacional em comum, superior a qualquer antagonismo de classe. Isso se confirma quando o orgulhoso diretor, em retórica bem característica de um gestor, líder corporativo, tenta convencer o leitor de que:

“Não houve entre êle [o pessoal que prestou serviços ao evento] e o seu Director, desde o mais humilde operário ao mais graduado chefe de serviço, uma nota discordante. Dir-se-ia que eram todos legítimos representantes dêsse espírito construtivo da Nação, que há uns anos se vem desenvolvendo, e que era a própria ância de ressurgir por esta manifestada, que aquecia a sua dedicação e manobrava o seu trabalho”²¹⁰ (ibidem, p. 18).

²¹⁰ Henrique Galvão pretende passar a ideia de que entre os gestores do evento e seus trabalhadores, não importando suas funções sociais no âmbito organizativo da produção da Exposição, havia um interesse em comum – os interesses da nação. O projeto colonial assim é transmitido ao leitor como algo que mereceu a voluntária contribuição de representantes de todas as classes sociais. Só uma outra linha de investigação, a depender das fontes encontradas, poderia verificar até que ponto essa consciência imperial de fato era presente e sincera em todos esses indivíduos. Henrique Galvão, que além de gestor de propaganda do regime era também o “patrão”, ou

E nessa mesma lógica corporativa e fascista, Henrique Galvão prossegue dando a entender, com orgulho que deixa implícita uma autocongratulação, o êxito unificador²¹¹ do regime triunfante e de sua “lição de colonialismo”:

“As manifestações foram unânimes e concordantes. Nelas comungaram os homens de todas as políticas e de todas as ideologias. E se alguns entraram com reservas, com o gume afiados dos seus despeitos ou ferimentos, com o fel das suas derrotas ou o preconceito das suas idêas – todos se renderam igualmente, como portugueses de lei que, de repente, topam diante de si, um caminho mais largo, um ar mais puro” (ibidem, p. 28)

A 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada em 1934, era a autoria portuguesa desse tipo de eventos cujo maior exemplo na altura foi a Exposição Colonial Internacional de Paris em 1931. Após a exposição francesa, surgiram na imprensa portuguesa opiniões que pressionavam o regime a realizar algo parecido (MARRONI, 2013, p. 64). Nacionalista, Henrique Galvão elogia a exposição parisiense como esteticamente maravilhosa, porém diz que não tinha uma lição colonial como a portuguesa (ibidem, p. 22). Assim como insistentemente defendia enquanto diretor²¹², a exposição portuguesa não deveria ser a imitação, mas a superação do evento francês. Na versão portuguesa, difundia-se os valores místicos de uma

melhor, gerente da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, assume que devido ao baixo orçamento para realização do certame não foi possível pagar bons salários aos seus trabalhadores, “o pessoal assalariado”, sendo-lhes servidas como compensação uma dose de sopa pela manhã e outra à tarde em um recinto específico no Palácio de Cristal depois de já inaugurado o evento (op. cit., p. 19). Com estômagos vazios e docilidade perante à repressão do regime fascista, esses trabalhadores que ergueram a “primeira lição de colonialismo” venderam sua força de trabalho a pouco dinheiro e ao direito de duas doses diárias de sopa, recebendo assim o elogio de seu chefe pelo que foi considerado simplesmente como ato de orgulho nacional e consciência imperialista. Henrique Galvão que, por ser homem de ação endurecido pelo serviço militar e pela savana, gerenciava tudo aquilo dos gabinetes e dos corredores, bem diferente do arquétipo do burguês enclausurado, não devia deixar de cumprimentar e supervisionar de perto esses trabalhadores nacionais ou mesmo o serviço de suas refeições. Contudo, era também o homem que usava *smoking* e chapéu alto na inauguração, ao lado de seus pares (gestores), com quem almoçava e jantava no bufê e restaurantes de luxo montados no Palácio das Colônias. Foi de Henrique Galvão também a autorização das cartas de vinho montadas de maneira a disponibilizar os melhores produtos nacionais, satisfazendo a publicidade dos capitalistas vinicultores. Para infelicidade do “pessoal assalariado”, a quem também, como portugueses orgulhosos, deveriam interessar os melhores vinhos nacionais disponíveis, somente a sopa entrou como compensação salarial. No número 15 da *Ulamar*, um texto não assinado de título “Os cooperadores ignorados da Exposição” (pp. 04-05), presta homenagem aos servidores “anônimos”. São nomeados e homenageados médicos, enfermeira-chefe, artistas, intelectuais e outros organizadores “menores”. Trabalhadores não mereceram senão, como no caso dos jardineiros fornecidos pela câmara municipal do Porto, uma menção mais generalizada.

²¹¹ O diretor também assume que a disposição das montras na organização espacial do evento dentro do Palácio de Cristal tem uma mensagem: afim de demonstrar a unidade do império, fugiu-se ao esquema tradicional de representar cada colônia em um pavilhão próprio, optando por dispô-las “em conjunto, dentro de cada grupo técnico [portos, caminhos de ferro etc.]” (op. cit., p. 22).

²¹² Luísa Marroni (op. cit., p. 71) chama-nos a atenção a uma interessante coincidência: a trajetória institucional dos dois diretores. Henrique Galvão era militar (inicialmente tenente, ou alferes, e posteriormente capitão) com carreira colonial iniciada em Angola. Louis Hubert Gonzalve Lyautey era marechal e teve carreira colonial no Marrocos.

missão colonizadora que seria a solução para a crise, já a francesa concebia-se na justificativa de um colonialismo de acumulação de território para impedir ataques (ibidem, p. 70). Como semelhanças, a “missão civilizadora” portuguesa era análoga à concepção de “boa nação colonizadora” dos franceses – Portugal agarrado às glórias de um passado inventado de heroísmos, e França com a mística do legado da paz, triunfo da justiça e emancipação dos povos (idem). Ainda como semelhanças, os dois eventos pretenderam ser pedagógicos, a passar uma lição, e se legitimaram como obra de patriotismo por terem sido realizadas com poucos recursos financeiros disponíveis.

No evento francês surgia um *slogan* que proclamava a “*plus grande France*” seguida de “*territoire couvrant vingt deux fois celui de la metropole, où flotte le drapeau tricolore*” (ibidem, p. 71) em clara alusão orgulhosa e patriótica de que a França, por seu império, seria muito maior que suas fronteiras europeias. Nessa edição do *Álbum* há um mapa, no caso em tons de verde, intitulado *Portugal Não É Um País Pequeno*. Reproduzo abaixo a versão mais difundida, datada de 1935 e cuja organização é atribuída ao próprio Henrique Galvão – edição patrocinada pela câmara municipal de Penafiel e impressão gráfica pela Litografia Nacional.



Figura 2.. "Portugal não é um país pequeno". [Material cartográfico] : superfície do império colonial português comparada com a dos principais países da Europa / mapa organizado por Henrique Galvão. - Escala [ca 1:8500000]. - Penafiel: Câmara Municipal, [ca 1935]. - 1 mapa : litografia, color. ; 59,00x90,00 cm, em folha de 69,00x97,50 cm.

Material de propaganda deve ter uma mensagem fácil de ser interpretada: com seu título bastante sugestivo, os autores sobrepõem ao mapa da Europa ocidental, em amarelo, as colônias portuguesas em vermelho, de forma a demonstrar que Portugal não é uma país que se basta na pequenez europeia. À exceção do Reino Unido, as colônias portuguesas estão representadas por cima das maiores potências coloniais europeias, e a própria metrópole portuguesa encontra-se em amarelo. Como expressão bem reveladora do que se diz como “complexo de inferioridade” típico das crises morais das classes dirigentes portuguesas (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 41), o autor confronta a ideia estereotipada do Portugal pequeno demonstrando seu “verdadeiro” tamanho, considerando a integralidade imperial. É uma óbvia concepção patriótica que, sendo fruto de propaganda surgida no contexto da Exposição Colonial, procurava atingir tanto o público nacional quanto estrangeiro: aos primeiros, a demonstração de uma suposta grandeza de potência colonial e aos segundos a instiga ao orgulho dessa grandeza. Porém, como observou bem um autor, se inverter a lógica e sobrepôr ao mapa europeu as possessões coloniais de outras metrópoles, certamente Portugal não perderia seu caráter de país pequeno, o que sugere uma irracionalidade de propaganda de sentimentalismo nacionalista que usa de lógica aritmética, além da credibilidade dada pela legenda que contabiliza a área dos territórios, para “comparar o incomparável” (TORRES, 2015).

A interpretação feita com apoio de analogias com a psicologia não é exclusividade de Douglas Wheeler. Eduardo Torres recorre ao conceito freudiano de **negação** para argumentar que “os autores e todos os que aceitam o valor da afirmação *sabem* que Portugal é um país pequeno, mas preferem negar a evidência”, utilizando-se inclusive do termo “não é” em seu *slogan*, o que não ocorre no caso da frase de efeito da exposição francesa. Inclusive em França não se utilizou do recurso cartográfico para tal fim, bastando a afirmação de grandeza. Portanto é a certeza da inferioridade portuguesa (seja demográfica, territorial ou de desenvolvimento econômico) que os autores implicitamente assumem mas procuram negar com o recurso de sobreposição de territórios, afrontosamente reivindicando o reconhecimento de Portugal como império e potência colonial. Para alcance maior, este mapa teve versões pouco modificadas em inglês e em francês, além de um outro intitulado *Angola Is Not a Small Country*, de autoria atribuída também a Galvão, e no qual Angola (e Cabinda) é o território amarelo a ser sobreposto por dez mapas em vermelho da porção continental de Portugal e preenchido em suas lacunas pelas insulares Açores e Madeira. Pela perspectiva paranoica das ambições estrangeiras sobre os territórios portugueses, esse material de propaganda é um claro aviso às demais potências coloniais. *Portugal Não é Um País Pequeno* também está presente em uma fotografia como

plano de fundo, tendo à frente Salazar discursando aos microfones da Emissora Nacional já dirigida por Henrique Galvão.

Henrique Galvão, na ocasião da Exposição Colonial, proferiu duas conferências, posteriormente editadas em opúsculos de propaganda oficial, com títulos que já fornecem a ideia geral que se pretende transmitir: *No Rumo do Império* e *A Função Colonial de Portugal: razão de ser da nacionalidade*. Por mais que seja, como é comum de um intelectual insistente exercendo propaganda, a reiteração exaustiva dos preceitos ideológicos do colonialismo do Estado Novo, essas duas conferências especificam e sintetizam os valores, pretensões e concepção imperial do regime. “*A Função Colonial de Portugal*” foi proferida no I Congresso Militar Colonial juntamente com “*A acção civilizadora do Exército Português no Ultramar*”, de Norton de Matos, e “*A cooperação dos nativos na expansão e defesa do Império*”, de João de Almeida. Esses dois convites feitos por Galvão irritaram Armindo Monteiro, que no I Congresso da Imprensa Colonial criticou como “viveiro do revirinho”. O biógrafo Francisco Teixeira da Mota diz que “Para Galvão, importante era juntar na Exposição todos os portugueses que amavam as colónias e o Império, e que queriam ver o seu desenvolvimento, independentemente de ideologias” (2011, p. 72). Para mim, o que todo esse “amor” representava seria a concordância em visão de mundo e de suas estruturas significantes quanto à questão de políticas coloniais, pelas quais Henrique Galvão mostrava pertencimento junto a esses oposicionistas de Salazar, muito mais que à concepção de Monteiro enviesada pelos princípios ideológicos e obrigação da defesa da ditadura em si.

Em *No Rumo do Império*, o autor inicia expondo o que considera como “herança indesejável” que sua geração recebeu em matéria colonial: o “fundo do barranco aberto em 1820”, ou seja, o passado liberal de “contágio de ideologias, que a inferioridade dos homens permitiu que se substituíssem ao Ideal claro e límpido da nacionalidade”, ressaltando que nesse período ainda houve aqueles homens que julgava dignos de glória patriótica devido às suas contribuições à obra colonial, como Mousinho de Albuquerque, Caldas Xavier, João de Almeida e António Enes, portanto aqueles que, em campanhas militares, expandiram fronteiras sobre populações nativas e iniciaram a obra de ocupação militar, predecessora à instalação e desenvolvimento colonial (GALVÃO, 1934, p. 11). Esse passado liberal, que perdurava até na república pós-1910, significava ao Galvão estadonovista um estado de “desorganização geral”,

“desordem sistemática” de “ideologias sangrentas de «clans» desvairados”, o que só seria superado pelo advento dos primórdios do Estado Novo em 1926 no qual a unidade em torno de um suposto interesse maior traria a era de **ressurgimento** (ibidem, p. 12). Assim fica mais fácil compreender o título, sugerindo que o “império” não é um objetivo completamente alcançado, mas um processo que se encontra em curso, no rumo. Em resposta a um inglês que afirmava a inexistência de um pensamento imperial nos portugueses, Henrique Galvão responde que, no momento de realização da 1ª Exposição Colonial, “estamos outra vez no rumo do Império” (ibidem, p. 15).

Esse rumo, pretensamente retomado pelo considerado tão necessário pensamento superior trazido pelos esforços do Estado Novo, só teria sentido na aceitação e compromisso com o que a mística definia como “missão” dos portugueses, na concepção ideológica de que Portugal tem um *modus operandi* específico no relacionamento com seus dominados: a “concepção imperial-velha de séculos na História portuguesa” – o que nos demonstra mais uma vez o discurso de retomada dos trilhos originais da glória nacional, obscurecidos por um período de decadência – que “não tem significado militarista”, apesar das tão elogiadas campanhas militares que resultaram em massacres, mas de “constituição pacífica duma unidade política, moral, espiritual e económica, entre Portugal da Metrópole e o imenso Portugal de Alem-Mar” (idem). Seria então dever prosseguir esse rumo imperial no cumprimento da missão civilizatória portuguesa, a qual seria dividida em três funções as quais explicitarei mais adiante, mas que tinha como objetivo chegar na constituição e reorganização de um “continente euro-africano que faça oposição ao continente americano”, “reerguendo” os povos dominados “ao nível moral dos homens europeus” (ibidem, p. 16), o que é expressão evidente da visão de mundo do regime acerca do processo civilizatório e assimilacionista no rumos de unidade imperial – e também a repetição incansável dos preceitos do Acto Colonial:

“Esta idéia imperialista, que deve dominar de muito alto os nossos destinos, e que é a própria razão da nossa existência como Nação, é uma idéa de Todo, de Unidade inalterável. Nesta Unidade se compreendem todos os territórios continentais e ultramarinos, como parcelar indissociáveis da Nação” (p. 16)

Como louvação do novo regime, e caracteristicamente fascista, Henrique Galvão dá os méritos de ressurgimento às figuras dos chefes, sobretudo de Salazar como chefe máximo em sua obra de “ordem e equilíbrio”, enfim de “purificação”, que clareia o rumo do império, guiado pelo “forte pensamento imperial instalado no Governo da Nação” que faltava ao passado

“desordeiro” (ibidem, pp. 18-21). Como reconhecimento de ação em vez de apenas retórica, e como complexado de sua inferioridade nacional, Galvão saúda não só a seus chefes realizadores, mas também o faz a outras potências coloniais estrangeiras, rendendo inclusive elogios ao marechal Lyautey (ibidem, p. 23), seu correspondente francês. Com sentimento de inferioridade mas orgulhoso, Galvão encerra saudando a “ordem e equilíbrio financeiro” atribuídos a Salazar como situação de causar inveja.

Em *A Função Colonial de Portugal: razão de ser da nacionalidade*, o título também já é bem explicativo do sentido que se pretende consolidar. Iniciando também a demonizar o passado liberal superado pelo “renascimento”, defende o nacionalismo como defesa contra essa ordem anteriormente imposta, culpada da “deformação da mentalidade nacional”, incluindo a crítica à simbologia do Terreiro do Paço como entrave, em oposição aos gestores como o próprio Galvão que pensam o futuro imperial fora do conforto e das ambições dos gabinetes (GALVÃO, 1934, p. 13).

Diz haver uma coincidência essencial que deveria confirmar a “razão de ser da nacionalidade na função colonial”, que seria o reestabelecimento de uma “ordem, espírito firme de ressurgimento, ânsia sincera de renovação, sede de dignidade nacional, orgulho de raça, sentido de grandeza e vontade de nos resgatarmos de erros de cem anos” cuja consequência inevitável era o ressurgimento da ideia colonial (ibidem, p. 14). O destino (ou fado) português estaria, nas palavras do propagandista do Estado Novo, intrinsicamente atrelado à causa colonial, sendo que “a aptidão e vocação colonizadora nasce com a nacionalidade” (ibidem, p. 15), algo que a ideologia mística do regime atribui somente aos portugueses, “estruturalmente um povo de colonizadores” a perseguir uma missão que somente a esses nacionais estaria dada. É isso que seria a base ideológica da “necessidade de ir além-mar” e superar os limites impostos pelas contingenciais fronteiras europeias. Porta-voz do regime criador do Acto Colonial e que pretendia cada vez mais se legitimar, sobretudo pela “salvação” salazariana, Henrique Galvão diz:

“As horas que estamos vivendo, o triunfo para que nitidamente nos dirigimos, sobre uma casa em ordem, ideais que renascem, místicas que se reformam, orgulho e brio que se refazem, é a nova obra de dignificação dum espírito nacional – que valorizando e prestigiando a metrópole, se aliou imediatamente à causa colonial, porque essa é a sua razão de ser e a condição espiritual e moral da sua existência. Como seria possível

tudo isso se deixássemos de ter colónias? (...) De facto, nós valemos na Europa pela posição de país colonial” (ibidem, pp. 22-23)

Há, porém, uma contradição muito comum na invocação mística dessa suposta missão portuguesa no mundo. Se por um lado, e inclusive utilizando o caso de outras potências coloniais, como a Bélgica, o propagandista afirma que o colonialismo português não é de finalidade económica, mas sobretudo moral e espiritual (ibidem, p. 20), por outro expõe uma razão econômica do colonialismo português, dizendo que “a economia portuguesa não resistiria à perda das colónias e arrastaria consigo a nacionalidade” (ibidem, p. 26). Como as justificativas místicas-ideológicas não subsistem sem condições materiais, e como estas também não são buscadas sem uma justificação mística-ideológica, a economia colonial também seria “a razão de ser da nossa existência como nação”, sobretudo em tempos de “nacionalismos económicos”, considerando que “foram as colónias que salvaram a economia metropolitana” (ibidem, pp. 28; 30).

Como tentou argumentar Henrique Galvão, o país se encontrava no rumo do império e somente nas colónias encontra-se a razão de ser da nacionalidade portuguesa, sendo essa a justificação adotada pelo Estado Novo para o direito de manutenção de suas possessões ultramarinas. Se foram as colónias as responsáveis por tirar Portugal da crise em que se encontrava, só a poderia ter acontecido devido à *acção* empreendida pelo Estado Novo de Salazar, tratando-se essas conferências sobre o *futuro* português, alicerçado nos valores de um passado glorioso inventado: “Aos que quiseram regressar à miséria de há 30 anos oponhamos o nosso desejo de regressar ao espírito de há quatrocentos. E nós, seremos, estamos na frente e no Caminho eterno de PORTUGAL” (ibidem, p. 31) – esse país e nação que só existe em função de suas colônias, justificando a exclusiva missão histórica.

Outro opúsculo de Henrique Galvão, este não datado²¹³ porém certamente da década em questão, editado pelo Secretariado de Propaganda Nacional, é *O Império*, de mais denso esforço propagandístico de louvação ao Estado Novo. Nesta obra claramente encomendada pelo regime, reitera a mesma mensagem que proferia desde 1930, descrevendo o que seriam as tais finalidades históricas de Portugal. A primeira seria a “finalidade peninsular”, de formação do reino no século XII; a segunda seria a “finalidade europeia”, da luta e vitória contra os mouros; e a terceira, ainda por ser concluída e somente bem sucedida sob a batuta do Estado Novo,

²¹³ Provavelmente de 1936, por se referir a dez anos de renascimento, de “Política portuguesa reintegrada em sua essência original” na retomada da finalidade mundial.

“finalidade mundial”, de expansão ultramarina, de civilização de outros povos (GALVÃO, S/D, p. 05). Claramente uma justificativa ideológica de como se procurar alternativas para fugir aos limites impostos pelas fronteiras europeias, apegando-se ao “destino” construído sobre uma concepção de história teleológica e composta por etapas evolutivas.

Se nas duas conferências de 1934 Galvão focaliza a análise no “rumo” e na “razão de ser da nacionalidade”, *O Império* traz condensado em 1936 o que já escrevia sobre o geral das obras realizadas pelo Estado Novo no âmbito das políticas coloniais, sendo um escrito de insistente reiteração dos valores ideológicos imperialistas do regime. Elogia-se o Acto Colonial, obra salazarista de “restituição das colónias ao corpo político da Nação” com estabelecimento das “bases e a estrutura de uma Política Imperial” (ibidem, p. 09). E que além disso traria, segundo o autor, evidentemente, a dignidade no tratamento aos indígenas como integrantes – ainda que incipientes e em processo civilizatório – da nação (ibidem, pp. 10-11).

Na sequência de elogios ao Acto Colonial, elogia-se o novo esquema de administração colonial, de organização das finanças a partir de Salazar e da política económica colonial. Sobre esta última, o que o propagandista ressalta é o princípio de solidariedade na “formação de um tódo económico nacional” (ibidem, p. 31). Nessa contribuição de Galvão à propaganda oficial, são elencados os princípios regentes da organização económica do império as quais o Estado Novo pretendia transmitir como verdade inquestionável: equilíbrio financeiro das colónias que não precisariam recorrer ao socorro metropolitano; autossuficiência produtiva das colónias que visava eliminar o quanto possível de importações; a prioridade no mercado imperial sobre o mercado externo; e a concepção corporativa e centralista de que “O Estado assegura o apetrechamento das Colónias com o fim de fomentar e valorizar as suas forças de produção, dirigindo superiormente a economia do Império e orientando-a para uma completa organização corporativa” (ibidem, p. 32). O papel do Estado coordenador e com recurso ao fomento é reforçado na promessa de que, apesar de dispor de poucos capitais²¹⁴,

“não construiremos cidades grandiosas, nem portos ultra-perfeitos, nem sociedades cosmopolitas – mas constituiremos uma ocupação densa, de malhas apertadas, homogénea, capaz de abranger todos os territórios e de levar os agentes portugueses de civilização dos povos nativos a tóda parte, quer se trate ou não de regiões economicamente ricas” (ibidem, p. 53)

²¹⁴ E essa desvantagem é justificada pela noção de colonização não exclusivamente económica, mas moral de dever histórico.

Sobre a população, afirma que os portugueses estão espalhados pelo mundo, sendo cinco séculos de colonização entre os oito de nacionalidade (ibidem, p. 43). Reforçando o mito, afirma que, como qualidades do povo português, está o eterno “carácter humano, civilizador e cristão da colonização portuguesa” (idem), e que apesar de as colónias não estarem prontas para receberem grandes massas de emigração, a fixação de colonos brancos, “elemento civilizador e pioneiro”, se daria concomitantemente a um gradual desenvolvimento das condições materiais de realização, ressaltando a assimilação e nacionalização dos indígenas como “uma das mais altas preocupações da política colonial portuguesa” (ibidem, pp. 44-47).

Desta forma, como podemos bem perceber, Henrique Galvão dispôs sua autoria intelectual na produção propagandística do Estado Novo, mesmo que se tratasse de promessas, projeções de futuro e mais discursos que a tão evocada ação. Como intelectual-gestor e porta-voz prestigiado do regime, o autor subscreve a propaganda e demonstra publicamente confiança nas perspectivas chefiadas por Salazar. Por ocasião da Exposição Colonial, que em resultados gerais Galvão julga por positivo, recebeu elogios e demonstração de confiança de Salazar em telegrama enviado a Armindo Monteiro. A Agência Geral das Colónias, que anos antes negava sua literatura, premiou o próprio diretor da Exposição com a segunda colocação no Concurso de Literatura Colonial do evento – o livro premiado era *Terras do Feitiço*, basicamente a mesma obra de *Em Terra de Pretos* porém com inclusão de crônicas inéditas. Entretanto, mesmo ascendendo em prestígio com chefe do Estado Novo, Henrique Galvão entrou em alguns conflitos na Exposição Colonial do Porto, inclusive em desentendimentos com o próprio Monteiro. O ministro censurou Galvão por ter se exibido a cavalo no cortejo e por não ter lhe “valorizado devidamente” no papel de Ministro das Colónias (MOTA, 2011, p. 86). Mesmo com serviços bem vistos pelo regime, por Salazar e pela imprensa, Galvão teve frustrada sua pretensão em legar da passageira Exposição um Museu Colonial do Porto; também viu frustrada suas tentativas de aplicar as receitas do evento em dotes para no máximo três famílias rurais pobres fixarem-se como colonos em Angola; e também foi negada a ideia de se fazer uma edição popular e em linguagem atualizada da *História Trágico-Marítima* (ibidem, pp. 85-86). Se o biógrafo de Galvão destaca as evidentes guerras de vaidades entre gestores próximos a Salazar, complemento que não se bastava somente a isso: era também o conflito de visões de mundo, sendo Henrique Galvão representante de uma concepção do império como fator de existência e identidade da nação, exigindo a prática de gestão moderna para o desenvolvimento colonial, para o qual o Estado Novo deveria ser um meio e não um fim acomodado em si mesmo.

3.3. Henrique Galvão como diretor da Emissora Nacional (1935)

Em Dezembro de 1934 Henrique Galvão foi eleito deputado à Assembleia Nacional pela União Nacional, a qual não era de sua simpatia mas ainda assim era filiado devido à sua posição no regime. Essa passagem como parlamentar foi curta, julgando não ser útil ao país a partir do palácio de São Bento, portanto renunciando ao mandato já em Maio de 1935 em carta escrita a Salazar, na qual afirmava esperar “cumprir integralmente no futuro e continuar a ser daqueles que servem onde é preciso – e se apagam onde não são chamados” (MOTA, 2011, p. 87). Era a posição de um gestor que, como já explícito em declarações anteriores e devido a sua filiação política notadamente desconfiada da ação parlamentar, preferia o que chamava “ação” à atividade meramente burocrática. Além do mais, como de se inferir de um sujeito vindo da extrema-direita militar (dos jovens oficiais fascistas), sua desconfiança em relação à UN poderia ser a mesma nutrida por seu amigo e influenciador João de Almeida; e a desconfiança em relação ao parlamento, como é comum aos fascistas, poderia ainda ser menos importante que o significado desta instância sob o Estado Novo: acessória, subordinada ao executivo, então imobilizadora de um homem que prezava pela ação – oficial militar de funções operacionais, administrador colonial, gestor “de chão” africano.

Pelo menos nesse momento, em que Henrique Galvão ia ganhando cada vez mais espaço e prestígio no regime por sua especialidade em temas coloniais e na habilidade de propagandista, recusou a atividade parlamentar. Isso não impediu que ainda tivesse algumas intervenções na Assembleia Nacional conjuntamente a outros deputados²¹⁵: apresentou proposta de alteração no Acto Colonial para modificar o termo “missões portuguesas no Ultramar” para “missões católicas portuguesas no Ultramar”, no sentido de se enfraquecer e retirar apoio do Estado às missões protestantes (normalmente estrangeiras) que geravam alguns problemas aos desígnios do regime. E foi aprovada. (ibidem, p. 88). Nesse mesmo ano de 1935, Galvão que ainda dirigia a *Portugal Colonial* foi nomeado secretário da Comissão de Colonização da SGL, de onde foi congressista na 1ª Conferência Económica do Império Colonial Português e da 1ª Conferência Nacional do Café.

²¹⁵ Manuel Fratel, António Aires, António de Aguiar, Vieira Machado.

No mesmo mês em que se recusava a prosseguir na função parlamentar, Henrique Galvão que despontava como nome prestigiado na propaganda colonial foi chamado por Duarte Pacheco, ministro de Obras Públicas e Comunicações, para dirigir e agilizar a organização da então experimental Emissora Nacional, a qual era centro de uma disputa entre a Administração-Geral dos Correios e Telégrafos (sob a qual funcionava a emissora), liderada por Couto Santos, e o Secretariado de Propaganda Nacional dirigido por António Ferro. Galvão, que seria presidente do conselho administrativo da emissora até 1941, não teve nomeação ao acaso nesta função: a confiança de Salazar “está embutida no objectivo de defesa, aplicação e difusão das ideias colonialistas” (MONTOTO, 2005, p. 71).

Em 1930 era emitido decreto criando o Conselho de Radieletricidade²¹⁶ na dependência da Administração-Geral de Correios e Telégrafos, primeiro diploma legal atribuindo ao Estado a regulamentação da atividade radiofônica em Portugal. Em 1933 houve as primeiras experiências com a Emissora Nacional com um transmissor de 20 *watts*, sem muitas preocupações artísticas, tendo como principal objetivo testar as capacidades técnicas de emissão e recepção, o que explica estar subordinada ao Ministérios de Obras Públicas e Comunicações. Em 1933 ainda, um decreto governamental previa a instalação de uma retransmissora para o Porto e uma emissora de ondas curtas que permitisse “levar a palavra lusíada a todos os portugueses espalhados pelo (...) vasto império, pelo Brasil e pela América do Norte” (RIBEIRO, 2007, p. 175-176). No ano seguinte seria composta a primeira comissão administrativa, emitindo programação ainda em caráter experimental mas já demonstrando uma preocupação em se montar a grade artística. A serviço do regime pela primeira vez, foram colocados cinco postos de reportagem entre o palácio de São Bento (Assembleia Nacional) e o Palácio de Belém (presidência da República) para se acompanhar o cortejo do chefe de Estado.

Fato importante desde os primeiros anos da emissora foi o conflito entre a própria e o SPN. Este – na liderança de António Ferro – questionava o direcionamento e trato ideológico da propaganda pela Emissora Nacional – na liderança do delegado do governo, Fernando Homem Christo²¹⁷ –, alertando ao chefe de governo, Salazar, que a rádio não se empenhava na obra de propaganda do regime (ibidem, p. 177). F. T. da Mota atribui a divergência

²¹⁶ Decreto nº 17.899 de 29 de Janeiro de 1930.

²¹⁷ Fascista e antigo aluno de Salazar na Universidade de Coimbra.

propagandística pelo fato de o SPN propagar a concepção de “política do espírito (...) não menos propagandista do Estado Novo, mas mais subtil” (op. cit., p. 89). António Ferro criticava e subestimava o simplismo propagandístico da Emissora Nacional, quase um amadorismo, que interrompia músicas para logo difundirem-se com voz estridente os feitos e valores do regime (idem).

Nelson Ribeiro afirma que, sobretudo nesses primeiros anos, Salazar nunca deu grande importância à radiodifusão da Emissora Nacional como meio de propaganda. Em seu estilo político característico, não pretendia mobilizar massas, bastando que não houvesse críticas ao regime. Quanto à transmissões ultramarinas, também não se empenhava nem destinava investimentos apesar dos esforços dos diretores, a não ser pela situação da Guerra Colonial na década de 1960 (RIBEIRO, 2007, p. 178). Nesse aspecto, é de se notar que a regulamentação pública da radiodifusão já foi tardia em relação a outros países europeus. No caso de regimes fascistas, se o tradicionalista Salazar menosprezava o poder da rádio nesses primeiros anos, os nazistas já tinham outra perspectiva: Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda do Terceiro Reich, que além de dominar muito bem o aspecto visual da propaganda, também apostava em grande na rádio para essa finalidade, inclusive incentivando famílias a comprarem aparelhos e estimularem outras pessoas a fazerem o mesmo (PAULO, 1994, p. 23).

Ainda que não dando as devidas importâncias e destinando poucas verbas, Salazar ainda se preocupava com o teor do que era veiculado na Emissora Nacional. Fernando Homem Christo ficava então encarregado de apurar e selecionar conteúdos, portanto em função de censura, ao mesmo tempo em que se preocupava com a falta de orientações na propaganda. Para Christo, “num Estado autoritário, um posto nacional de radiodifusão deve ser um meio de cultura e um instrumento de acção política”, e por isso mesmo já em 1935 foi solicitado ao SPN que começasse a fornecer à emissora noticiários diários sobre as realizações da ditadura do Estado Novo, na intenção de que a rádio propagasse os valores do regime (RIBEIRO, 2007, p. 178-179). Não só quanto a conteúdos, mas também nas maneiras de expressão, Fernando Homem Christo pensava até mesmo na seleção dos melhores locutores à tarefa de propaganda do regime – em suas palavras: “dizer as coisas políticas naquele tom másculo, imperioso, incisivo e quasi dogmático que esse género de afirmações exige” (ibidem, p. 179).

As divergências entre Homem Christo que se esforçava por construir um órgão de propaganda na Emissora Nacional e António Ferro que menosprezava e não queria perder o “monopólio” de propaganda do SPN foi resolvida com o afastamento do primeiro. Salazar

preferiu não unificar as duas estratégias de propaganda, mantendo as duas instituições, e no lugar de Christo indicou ao ministro Duarte Pacheco que nomeasse Henrique Galvão, até então homem de confiança do ditador, como diretor-presidente da Comissão Administrativa. O que se percebe é que Galvão, com experiência e conhecimentos em assuntos coloniais, também era reconhecido por sua atuação na gestão de propaganda, sobretudo após a organização da Exposição Colonial do Porto e seus escritos subsequentes. Não era de forma alguma uma posição de menor importância ao regime, pelo contrário: a propaganda sempre foi e ainda é sustentáculo de importância estratégica a qualquer governo, sobretudo para se manter um regime autoritário.

Henrique Galvão na chefia da Emissora Nacional propunha medidas modernizadoras tendo em consideração o potencial de propaganda – sobretudo de ideologia colonialista – que poderia ser proporcionado por essa instituição. Pretendia reforçar a transmissão em ondas curtas às colônias e aumentar a potência dos transmissores, mas nada disso foi atendido devido ao contingenciamento de verbas que o governo destinava à emissora. Das grandes preocupações do novo diretor, lamentava que o serviço de radiodifusão estava “bem longe de ser (...) um serviço nacional”, sendo que na metrópole era mais fácil captar transmissões espanholas, assim como nas colônias era mais comum a captação de transmissões de territórios estrangeiros. Nessa lógica de se propagar conteúdos de “teor patriótico e transmissão do génio português”, Galvão pensava também em alcançar as comunidades de emigrados portugueses, mas nenhum de seus planos foram de pronto atendidos (*ibidem*, 181-182).

O que se verifica é Henrique Galvão na função de principal gestor da Emissora Nacional. Não só como organizador de conteúdos e propaganda, mas também como organizador da própria força de trabalho da emissora: além de vender sua produção intelectual como material de propaganda do Estado Novo, a partir da Exposição Colonial e agora na Emissora Nacional suas capacidades intelectuais também foram aproveitadas pelo regime para se organizar e coordenar um ambiente produtivo, controlando força de trabalho e gestores abaixo de si na hierarquia corporativa. Devido às verbas reduzidas, Henrique Galvão escolheu demitir o maestro Rui Coelho, até então diretor da seção de música portuguesa, e já recebeu críticas descontentes dos músicos que restaram, acusando a nova direção de conduzir a emissora à “vulgaridade popular”. Ainda como medida de corte de gastos, demitiu Ivo Cruz que era regente da Orquestra de Câmara, o maestro Wenceslau Pinto da Orquestra Sinfônica B e Augusto de Santa Rita – os dois últimos retornariam à emissora como gestores menores. Como ordens de reorganização partindo de Galvão, a emissora passou a contar com apenas três

orquestras menores e os chefes de seção tiveram que diminuir os gastos, mesmo às custas de abaixar a qualidade da programação musical (ibidem, p. 182).

Na inauguração oficial da EN, Henrique Galvão se pronuncia aos microfones enfatizando a função de propaganda dessa instituição. Com algumas modificações, a fala do diretor foi publicada sob título “*A Emissora Nacional e o seu Boletim*”. Aqui apresenta a emissora e seus projetos, dando notícia geral do que considerava como conteúdo: palestras, “fixação de conteúdo”, propaganda e expansão, enfatizando em sutil ironia que isso justificava a publicação em boletins “a baixo preço” (Boletim da Emissora Nacional, 1935, p. 09-10). Apresenta também que na emissora foram feitas obras de restauro, novas aquisições e melhoramentos da estrutura da rádio. Assim, além de demonstrar feitos de sua gestão com poucas verbas (e indisposições com subordinados), expõe itens – de *a a y* – comprovativos das melhorias. Seleciono alguns que explicitam o caráter nacionalista e corporativo desse órgão de propaganda, tentando fazer-se presente para o máximo possível da população a fim de divulgar e buscar consenso nas obras do regime: estabelecimento de uma colaboração “íntima e activa” com o Secretariado de Propaganda Nacional e União Nacional – dissimulando as divergências; concursos de música e concertos públicos de orquestra; organização do orfeão da EN, “colaboração íntima” com a Sociedade dos Concertos e espetáculos de ópera – dissimulando as desavenças e demissões das primeiras orquestras contratadas; palestras de arte; ampliação da emissão; organização de palestras a estudantes sob orientação do Ministério da Instrução Pública; instalação de altifalantes nas fábricas e oficinas; organização de palestras para operários (ibidem, p. 10-11).

Mais que apenas mostrar os primeiros efeitos de sua obra, Galvão demonstrava sua visão de mundo nacionalista corporativista de traços modernos, insistindo sempre em melhorias técnicas no meio de comunicação ainda não totalmente compreendido pelo chefe Salazar de visão de mundo mais arcaica e tradicionalista. Talvez por isso mesmo Henrique Galvão tenha sido o nome certo: cessariam as contendas entre a Emissora Nacional e o SPN de António Ferro, assumidamente modernista e antigo camarada de Galvão na militância fascista. Mesmo constatando e assumindo a falta de recursos, Galvão compara a EN com estações congêneres e modernas da Europa (Amsterdã, Budapeste e Oslo), concluindo que a portuguesa em pouco se diferencia, em tom de elogio ufanista à própria instituição (ibidem, p. 12-14). Em material próprio de propaganda de si mesma, a Emissora Nacional vangloria-se dos avanços técnicos realizados entre 1935 e 1938, exaltando as programações, as coberturas de eventos e toda sua

estrutura física de maquinário moderno devidamente supervisionado pela equipe de engenheiros e demais gestores²¹⁸.

Quanto ao sentido ideológico, a Emissora Nacional reverberava a visão de mundo nacional-corporativa das elites do regime fascista e, como tal, pretendia alcançar, além dos ouvidos estrangeiros, os mais variados grupos e classes sociais de nacionalidade portuguesa. Da mesma forma como na 1ª Exposição Colonial considerava a função pedagógica da propaganda, Henrique Galvão via na Emissora Nacional o potencial de educação de massas. Assim, reconhecia a diversidade de públicos ouvintes e pensava nas melhores maneiras de se adaptar a linguagem para cada grupo social. Por exemplo, os noticiários tinham linguagem mais formal, voltada para ouvintes elitizados; bem como a seleção musical, entre erudita e popular, era organizada nessa lógica²¹⁹ (RIBEIRO, 2007, p. 185). A propagação de valores do regime, as coberturas de comemorações de efemérides como o décimo aniversário do golpe do 28 de Maio pelos Jogos Florais de 1936 e as leituras de prosa e poesia de teor nacionalista comprovam a função que a emissora cumpria na manutenção do regime. A preocupação em se fazer presente pelos altifalantes instalados em locais de trabalho, bem como os programas de palestras dedicadas à classe trabalhadora, demonstra tanto o caráter totalitário quanto a práxis corporativa. O diretor Henrique Galvão – o intelectual-gestor que mereceu confiança de Salazar nessa função tão fundamental ao regime – exprime o desejo da EN servir como “um instrumento de nacionalização, cultura e recreio espiritual de alguns milhões de portugueses que não pertencem a grupos ou classes – que pertencem à Nação” (Boletim, 1935, p. 11).

As palestras formavam umas das programações mais características da Emissora Nacional, tratando de assuntos como filologia, literatura, religião, arte, teatro, música, história,

²¹⁸ Emissora Nacional: três anos de trabalhos. Lisboa: Emissora Nacional de Radiodifusão, 1938.

²¹⁹ “[...] Vivemos num país de cultura média muito abaixo da que deveria classificar a grande massa. Há, de facto, uma «elite» constituída por pessoas de bom gosto, e entre estas, evidentemente, um número determinado de mais eruditas. É necessário levarmos em linha de conta os interesses desses três grupos distintos, conjugando-os da melhor forma possível” (GALVÃO apud RIBEIRO, 2007, p. 185).

assuntos coloniais, política, higiene e profilaxia²²⁰, radiofonia e assuntos femininos²²¹ (RIBEIRO, 2007, p. 187). Em assuntos políticos o mais comum eram transmissões de apologia à própria ditadura do Estado Novo²²², também utilizando-se de comparações entre a situação vigente e a situação antes do 28 de Maio de 1926, retratando a república demo-liberal como um caos e o Estado Novo como “restauração da hierarquia dos valores políticos e sociais, de harmonia com os ensinamentos da História, da Tradição e da experiência nacional” (ibidem, p.

²²⁰ Na sociedade capitalista que avançou em técnicas sanitárias, em geral, temas relacionados a higiene e profilaxia normalmente têm o sentido de fortalecimento de corpos e bem-estar voltado ao pleno funcionamento do corpo ao trabalho. Hoje é comum se falar em “promoção à saúde”, normalmente como apropriação capitalista de pautas de lutas sociais demandando mais acesso a serviços de saúde e menos adoecimentos ou acidentes de trabalho – apropriadas em contexto de mais-valia relativa quando a promoção à saúde” proporciona melhores condições ao corpo e mente de trabalhadores, mais aptos ao trabalho portanto mais produtivos. Nos regimes fascistas, cuja classe dominante era formada por tecnocratas geralmente de perspectivas modernas, esses assuntos eram de grande interesse: corpos aptos ao trabalho, trabalho para se crescer e proliferar uma nação, nação formada por gente de raça forte, gente de raça forte apta ao trabalho. A edição do Boletim da Emissora Nacional, nº 9 de 1936, traz a palestra “*Defenda seus filhos da febre tifóide*”, de autoria do Dr. Augusto D’Esaguy. A primeira edição traz “*O rico pão e o pão dos ricos*”, do mesmo autor. Nesse último trata sobre o pão, assunto bastante falado ainda em revistas e *blogs* ainda que agora depositam grandes preocupações acerca do glúten. D’Esaguy inicia dando razão aos pobres que dizem que o pão deve fazer parte da “ração cotidiana do homem” (p. 70). Constata que o pão branco, mais consumido por pobres, é menos nutritivo – em comparação, o pão escuro, normalmente consumido por ricos, é melhor. Porém diz que quem consome pão branco precisa consumir mais carne; já os trabalhadores do campo “cuja alimentação se resume a pão escuro, o pão equilibrado, a sopa, legumes” só precisam de “uma ou outra amostra de toucinho” (idem). Conclui que o pão é elemento gerador de energia física, indispensável aos trabalhadores. E também, se bem consumido, auxilia no crescimento das futuras gerações. O médico ainda ensina pormenorizadamente a maneira correta de se mastigar e salivar bem o pão, para ser melhor digerido, constatando que “muitas pessoas mastigam defeituosamente porque têm o péssimo hábito de ler durante as refeições” (p. 71). Ora, o doutor que atesta que o pobre come pão menos nutritivo é o mesmo que diz que um dos problemas da digestão do pão vem da má mastigação enquanto se lê – em um Portugal quando grande parte de trabalhadores pouco ou nada sabiam ler e pouco ou nada tinham de dentes. Finalizando, defende que o pão deve ser produzido segundo preceitos científicos, já que “o fabrico do pão constitui, em todos os países, um problema de higiene, um problema médico-social”, sendo o pão um alimento que “dá energia para o trabalho de sol a sol, ampara e protege, fornecendo-lhe a saúde que os habitantes das cidades, elegantes, enfezados e pálidos, não têm, não podem ter” (p. 72).

²²¹ Assuntos femininos diziam respeito à vida doméstica que uma mulher deveria levar segundo o Estado Novo: mãe, esposa, dona de casa. Por exemplo, a edição nº 7 do Boletim da Emissora Nacional, de Fevereiro de 1936, traz palestra intitulada “*Coisas caseiras. Utilidades domésticas*”, de autoria de D. Cristina de Aragão Moraes. A primeira edição traz “*O ritmo na vida da mulher*”, de Oliva Guerra a afirmar que tudo no universo “obedece a leis rítmicas que estabelecem o ponto de ligação por onde as almas se tocam; por onde comunicam com Deus (...) Sendo o ritmo a lei de proporção que rege todo o equilíbrio, toda a lógica da vida, ele não pode, não deve deixar de disciplinar, de sistematizar todos os movimentos do corpo e do espírito da mulher, libertando-os das sugestões rudes do instinto, submetendo-os a uma educação apropriada” (p.65). Daí prossegue descrevendo comportamentos e formas de sentimentos ou pensamentos considerados tipicamente femininos, e mesmo que constata que a mulher da sua época é mais moderna (já dirige automóveis e pilota aviões), insiste em tipificar as tais coisas exclusivamente femininas. Nessa palestra, a autora diz que a mulher deve sempre guiar-se pela verdade, sempre dizer a verdade, “eis a verdadeira moral” (p. 67), enquanto o homem naturalmente é egoísta – “a cujo orgulho e amor próprio tanta vez é sacrificada, o contraste suave da sua abnegação sem limites” (idem). Até então pouco se diferencia do que muito ainda é produzido no século XXI em revistas ou *blogs* estabelecendo padrões normativos de comportamento de gêneros, além de ditar uma disciplina ao corpo da mulher sedutora, mãe, esposa e dona de casa. “Todas as mulheres têm marcado por Deus um Ritmo destinado a integrá-las no concerto geral da máquina” (idem) reforça o tom místico da palestra, em bastante semelhança com a astrologia e outros esoterismos que ditam normas nas revistas e *blogs* de nossos tempos. Entretanto, Oliva Guerra fala de 1935 por meio de um veículo de propaganda do regime fascista português, e o “sagrado feminino” para ela tem sentido católico.

²²² “*A radiofonia ao serviço do Estado*”, de Cristiano de Sousa; “*A nossa casa*”, de Joaquim Leitão; “*O Estado Novo e os fins da Nação*”, de Leite Duarte; “*A Revolução e o Chefe*”, de Pires Cardoso; etc.

188). Além das reinvenções históricas do regime, eram feitas comparações com países estrangeiros a fim de atestar em Portugal uma situação económica invejável (idem). Nessas comparações, a situação da União Soviética era retratada como o maior caos, onde não havia propriedade privada e onde a situação do trabalhador era precária. Como exemplo, temos “*Delícias Soviéticas*”, palestra de propaganda anticomunista do engenheiro José Luiz Supico retratando os problemas de habitação em um país com muita burocracia e sem propriedade privada, uma Rússia onde “o trabalho não rende, o tempo se perde e os preços de custo de toda a produção são elevadíssimos” (Boletim, nº 7, 1936, p. 09). Outro que se ocupava de propaganda anti-comunista na rádio, além de temas coloniais, era o estadonovista Alves de Azevedo (RIBEIRO, 2007, p. 191).

Nos temas políticos, de propagação de valores do Estado Novo, também eram transmitidas palestras cuja visão de mundo expressada era explicitamente corporativista – portanto avessa à ideia de luta de classes. Em “*Da alegria de viver*”, José António Marques faz apologia do otimismo e do riso, estimulando a alegria na família, na sociedade (onde discussões políticas enfraquecem relações) e também no trabalho, à maneira da FNAT, dizendo que aí é onde está a fonte mais abundante de alegria: “É que o trabalho assim como é fonte de riqueza e de prosperidade seja também fonte de felicidade e alegria” (Boletim, nº 7, 1936, p. 19). Henrique Galvão não se furta à propaganda corporativista do salazarismo e é autor da palestra “*Como se engana os operários*”, na qual se critica a ilusão a que os republicanos arrastaram o operariado – somente consertada, segundo ele, em 1926 – e alertando à ilusão do “paraíso comunista (...) novo ídolo que se pretende levantar defronte do operariado e que amanhã o esmagaria – como o esmagou na Rússia, na Havana e o está fazendo na Espanha” (Boletim, nº 9, 1936, p. 05). A preocupação de Galvão em relação à vizinha Espanha tratava-se da situação de guerra civil no país, da qual o Estado Novo prestava apoio²²³ aos nacionalistas (fascistas sob

²²³ Cf. LOFF, M. **Salazar e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)**. Porto: Campo das Letras, 1996.; MEDINA, J. **Salazar, Hitler e Franco**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000; RODRÍGUEZ, A. P. A guerra de propaganda de Salazar: Os correspondentes portugueses a Guerra Civil de Espanha (1936-1939). **Media & Jornalismo**, n. 3, 2003. 09-22.; _____. La “guerra del éter”. La campaña radiofónica de Portugal contra la Segunda República española. **Diacronie - Studi di Storia Contemporanea: Spagna Anno Zero: la guerra come soluzione**, 7, n. 7, 2011.; _____. “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”. Salazar, la creación del Secretariado de Propaganda Nacional y la censura. **Hispania - Revista Española de Historia**, v. LXXII, n. 240, p. 177-204, jan.-abr. 2012.; _____. La Prensa Portuguesa ante la IIª República y la Guerra Civil Española: salazarismo, diplomacia y propaganda. **El Argonauta Español - revue bilingue, franco-espagnole, d'histoire moderne et contemporaine consacrée à l'étude de la presse espagnole de ses origines à nos jours (XVIIe-XXIe siècles)**, 20 Outubro de 2016.; LOFF, M. **Salazar e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)**. Porto: Campo das Letras, 1996.; MEDINA, J. **Salazar, Hitler e Franco**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. ROSAS, F. (). **Portugal e a Guerra Civil de Espanha**. Lisboa: Colibri, 1996.

Franco) contra a II República em aliança tática com anarquistas, comunistas e posteriormente com apoio da URSS – curiosamente um dos fatores de desagregação das próprias milícias comunistas alinhadas à POUM e dos anarquistas da FAI/CNT. Essa preocupação é demonstrada já no primeiro boletim, com Caetano Beirão e sua palestra “*O significado nacional da Batalha de Aljubarrota*” e Salazar com “*Comemoração da Batalha de Aljubarrota*”. Era ocasião do aniversário de 550 anos da tal batalha medieval entre os reinos de Portugal e Castela, e o chefe do Estado Novo é ábil na retórica de se elogiar o evento como marco de força da nacionalidade portuguesa e ainda assim mostrar-se favorável a desfazer qualquer rancor com os espanhóis, a fim de prestar apoio aos franquistas. Sequer cita o mito da lendária padeira, sua pá e seu forno repleto de algo que não era nem pão branco nem pão escuro.

Outra preocupação do diretor da Emissora Nacional, especialista em temas coloniais, era a de se transmitir para os territórios ultramarinos. Para as colônias eram transmitidas programações em onda curta por transmissões de pouca potência, o que gerava críticas e relatos de ouvintes que diziam escutar melhor rádios de Londres, Berlim, Roma, Paris ou Rio de Janeiro. Mas também havia elogios, sobretudo de colonos elegendo suas locutoras favoritas (RIBEIRO, 2005, p. 166). Em 1937 as transmissões foram suspensas por ordem do diretor técnico e engenheiro-chefe, Manuel Bívar e Cunha d’Eça, para se substituir o transmissor de 5 kW por um de 10. Henrique Galvão estava cumprindo missão em Angola, retornando seis meses depois à metrópole em suas funções na rádio e mostrando otimismo com o novo transmissor em ondas curtas que serviria melhor ao papel de propaganda dos valores do Estado Novo às colônias: “Para lhes corresponder, trouxe comigo um «speaker» quimbundo, para dar notícias em línguas indígenas e gravar discos de bem necessária propaganda” (ibidem, p. 167).

Na primeira transmissão da Emissora Nacional sob liderada por Henrique Galvão, o próprio falava ao microfone saudando a visita do presidente da república, Óscar Carmona, à estação. Aqui o diretor defende publicamente o Estado Novo e sua concepção colonialista de nação pluricontinental, o que justifica seu empenho desde o início em se transmitir a propaganda da “política do espírito” às colônias:

“Tem êste estabelecimento uma grande missão a cumprir: instrumento político de longo alcance, centro de distribuição de certos elementos de cultura importante, agente de recreio espiritual para o povo e para as castas de escol, mecanismo de expansão no mundo de idéias e ideais portugueses – não pode deixar de ser, ao serviço da Nação, um organismo de alta importância, cuja actividade merece as maiores

atenções. (...) esta casa será a emissora do espírito português através do mundo português, que se contém nas fronteiras de quatro continentes, em terra portuguesa, e se expande ainda por colónias interessantíssimas de povoamento de países estrangeiros. Nos confins de Angola e Moçambique, nas montanhas distantes de Timor, no Brasil, na América do Norte – em todo o vasto mundo que a expansão portuguesa alcança, a língua, a cultura, o espírito de Portugal chegarão, fácil e continuamente, como uma força agregadora, unindo a Nação, formando, na ordem espiritual e moral, a unidade do Império, o objectivo superior da nossa política nacionalista. Em resumo: A Emissora Nacional, realização do Estado Novo é hoje, como mais um soldado que se alista, uma força ao serviço do Estado Novo” (Boletim, n.º 1, 1935, p. 19).

Galvão complementa citando Óscar Carmona dizendo que “É necessário que isso se faça para que desapareça o afastamento e a distância a que se encontram de nós as colónias” (idem). Logo após, Manuel Cristiano de Sousa, professor e reitor do Liceu Camões, profere a palestra “*A ràdiofonia ao serviço do Estado*” exaltando o Estado Novo, a União Nacional, a língua portuguesa e reforçando a importância da emissora gerida por Henrique Galvão na propaganda do regime e de seu colonialismo imperialista:

“Encurtando-se tôdas as distâncias, sentimo-nos presentes, uns aos outros, no coração da Pátria, e damos à unidade do Império um sentido moral mais uno, mais vívido e mais real. A Emissora Nacional leva a voz da Pátria-Mãe a todos êsses cérebros e a todos êsses corações, testemunho vivo do esforço sobrehumano duma Raça e glória imorredoura dum Povo” (ibidem, p. 38).

3.4. Henrique Galvão como diretor da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português no “Centenário dos Centenários” (Lisboa, 1940)

Antes mesmo do início da guerra mundial, em Março de 1938 Oliveira Salazar anuncia e em Abril deu posse à “Comissão dos Centenários”²²⁴ a fim de se organizar a série de comemorações que em 1940 faria parte da obra de propaganda de afirmação perante o mundo da continuidade histórica de Portugal e seu “ressurgimento” orgulhoso. Nessa comissão, já confirmada sua boa atuação nesse tipo de eventos, Henrique Galvão foi nomeado para a Comissão Executiva sendo diretor da Secção Colonial. Como primeira atribuição, Galvão

²²⁴ “Fundação da nacionalidade” em 1140 e “Restauração da Independência” em 1640.

embarcou em Setembro do mesmo ano para a Índia e China, passando por outras localidades²²⁵, com o objetivo de trazer naturais das colônias orientais (Goa, Macau e Timor) para figurarem na Exposição do Mundo Português de 1940, bem como aproveitar para colher informações políticas e administrativas dessas colônias (MOTA, 2011, p. 105-106). Entretanto, apesar de – ou devido a – já ser considerado gestor de confiança no regime, Henrique Galvão entrava em conflitos com outros gestores nesse momento das comemorações centenárias. Por ocasião de sua ausência para as viagens oficiais ao oriente em função das próprias comemorações, Galvão fora excluído pelos outros gestores da Comissão Executiva a qual fora nomeado e na qual tinha posição cativa por dirigir a Secção Colonial (ibidem, p. 110).

A Exposição do Mundo Português com Comemoração dos Centenários de 1940 foi o maior evento político-cultural do Estado Novo, com dispêndios de recursos materiais e humanos nunca antes ocorrido. Assim como a Exposição Colonial do Porto seis anos antes, mas com temática mais abrangente e de qualidade muito maior, pretendia-se dar uma lição, nela vinculadas as mensagens internas e externas, mas dentro de um contexto internacional bem específico. Em primeiro lugar, sua idealização se deu quando ainda acontecia a Guerra Civil de Espanha, em um período de imposição dos regimes fascistas europeus, e era preciso que o regime português, que se consolidava na altura, demonstrasse sua soberania e apoio aos nacionalistas vizinhos (Falangistas) contra os republicanos – incluindo os comunistas e anarquistas. Na mensagem externa, Portugal também pretendia demonstrar força e soberania perante os desejos expansionistas da Alemanha – também fascista, mas potência – que anexava a Áustria após ter ocupado a Renânia e que há muito demonstrava interesses em anexar territórios de Angola. Com a vizinha, Portugal mantinha um pacto ibérico de respeito absoluto pelas fronteiras e territórios dos dois países, bem como recusar assistência a eventuais agressores ou estabelecer pacto de aliança contra a outra (ACCIAIUOLI, 1998, p. 107).

Como significados e simbolismos políticos, pretendia-se exaltar o nacionalismo, o autoritarismo, paternalismo, conservadorismo e o passado mítico legitimador do presente, como era da ideologia do regime (BARROS in. ROSAS e BRITO, 1996, p. 326). Inclusive o anúncio

²²⁵ Eugénio Montoito ressalta a ascensão de Galvão dentro do regime devido a sua competência em assuntos coloniais, até 1938 contando dezenove anos de contato com territórios africanos e relacionando-se com treze ministros (dez na pasta das Colónias e três na Obras Públicas e Comunicações). A posição de confiança de Galvão no Estado Novo era tão reconhecida que entre Setembro e Dezembro de 1938 seu Passaporte de Missão Especial contava com carimbos de Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Grécia, Egito, Pérsia, China, Domínios e Colónias inglesas em África e na Ásia e a Colónias francesas e italianas (MONTITO, 2005, p. 77).

das comemorações ficavam na responsabilidade de Salazar, celebrador dos “oito séculos de História”, com a justificativa política de que ele era o “principal arquitecto” (ACCIAIUOLI, 1998, p. 107). Nas palavras de António Ferro no *Diário de Notícias*, principal nome institucional da propaganda, o evento seria “o vigoroso espetáculo duma vitalidade surpreendente e excepcional” numa Europa “convulsa, agitada, revolucionada”, portanto um momento para manifestar “legítimo orgulho” (idem). A escolha das datas motivadoras das comemorações também calhavam bem ao regime nesse período, formulando a lógica de que: 1140 marcara a fundação da nacionalidade e explicava 1640 na recuperação da independência temporariamente perdida, e essa data por sua vez preparava 1940, na ideia estadonovista dos três anos sagrados, definidos por António Ferro como “o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento” (idem). Salazar, que estudava para planejar um programa do evento, uniu as três datas em uma festividade por uma linha teleológica que considerava 1940 como um terceiro centenário de reafirmação da independência de 1640, que recuperava o que nasceu em 1140. Como obra de propaganda, o Estado Novo impunha sua versão da história colocando o regime como “restaurador” (PAULO, 1994, p. 92). Não sem razão, além da participação de todos os agentes de governo e de suas instituições, vários artistas e historiadores foram mobilizados pelo regime para se amarrar ideologicamente o evento. Para o Congresso do Mundo Português, foram realizadas 515 comunicações de 231 historiadores portugueses e 121 estrangeiros (BARROS op. cit., p. 326).

Para a ocasião, o Estado Novo, no prosseguimento das políticas patrimoniais da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, restaurou diversos monumentos como castelos medievais e a reabertura do Teatro São Carlos. O momento era de apresentar a público, em forma de espetáculo e preparando para a inauguração da Exposição, todo o programa de obras públicas “evocador da pujança presente” (idem). Nesse contexto mais amplo houve a inauguração do Estádio Nacional, construção da Fonte Monumental da Alameda Afonso Henriques, ampliação do Museu de Arte Antiga, monumentalização da Assembleia Nacional, construção das gares marítima e fluvial, aeroporto, auto-estrada, Avenida do Aeroporto, viaduto Duarte Pacheco e as construções dos bairros de Alvalade e Restelo (idem). Com orçamento avultoso de 35 mil contos, contando com aproximadamente 3 milhões de visitantes ao final, a exposição tomou 560 mil m² na zona de Belém²²⁶ onde já em 1939 iniciava a série de demolições de casebres antigos – a modernidade do Estado Novo!

²²⁶ Hoje ainda se vê rastros dessa reforma urbanística em Belém, atração de centenas de milhares de turistas anuais em Lisboa. Nessa ampla zona atrativa ao turismo há o Centro Cultural de Belém (onde foi realizada a Exposição

Em catorze meses de trabalho, foram mobilizados 5 mil operários, 15 engenheiros, 129 auxiliares, mil estucadores e mais de 40 pintores (idem). O intelectual-gestor de destaque era Cottinelli Telmo, arquiteto chefe do certame, inclusive intermediário entre António Ferro do SPN e Duarte Pacheco, prefeito de Lisboa e ministro das Obras Públicas e Comunicações, no âmbito das obras públicas. É de Telmo a autoria, juntamente com Leopoldo de Almeida, do Padrão dos Descobrimentos, além de todo o “feitio” da Exposição. Modernista em estilo e em visão de mundo, sua concepção era a de se construir obras que fossem duráveis – e conseguiu – ao estilo do que fizeram com os legados das exposições de Paris em 1937 e Nova York em 1939. Além de Cottinelli Telmo, uma grande comissão administrativa formada por intelectuais-gestores²²⁷ dividia as tarefas de direção do evento. Se Júlia Leitão de Barros considera a

de 1940), Palácio de Belém (Presidência da República), o Mosteiro dos Jerónimos (com os túmulos de Luís de Camões – ainda que seja duvidoso que seus restos mortais estejam mesmo lá, Vasco da Gama e Fernando Pessoa), Jardim Botânico Tropical, Museu de Marinha, Praça do Império, Jardim de Belém, Jardim Afonso Henriques de Albuquerque e a célebre fábrica de pasteis de nata que ali são exclusivamente “pasteis de Belém”. Do outro lado da Avenida Brasília, o Padrão dos Descobrimentos (outra herança do evento de 1940) e mais além a Torre de Belém. Em 1998 foi realizada em Lisboa a Exposição Mundial em comemoração aos 500 anos de descobrimentos portugueses, legando desta vez na região do Parque das Nações uma reforma urbanística moderna da frente de expansão territorial urbana da gentrificação e especulação imobiliária. Na mesma lógica, e tendo o turismo como grande negócio da gentrificação, a região de Belém foi remodelada nessa altura e está sempre repleta de turistas dos quais muitos são brasileiros, afoitos em tirar *selfies* onde “nasceu” o Brasil. No ano 2000 essa região mereceu especiais atenções dos brasileiros na comemoração dos 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral, tendo a Rede Globo S.A. como principal vetor de propaganda da expansão do “portuguesismo” no mundo, chegando a espalhar naquela altura em todas as capitais brasileiras painéis com contagem regressiva à data do “aniversário” do “descobrimento”. A Torre de Belém simboliza assim o pontapé inicial do Brasil e o Padrão dos Descobrimentos cumpre papel parecido, mas em linhas modernas. Interessante notar que algo muito semelhante à concepção histórica da ideologia salazarista, talvez mesmo sua sobrevivência, ainda é noção vitoriosa e lucrativa ao negócio do turismo e da especulação imobiliária. Afinal os turistas sabem bem que o Padrão dos Descobrimentos simboliza a expansão da “raça” portuguesa no mundo, mas quantos sabem que se trata de uma obra de arte fascista? E dos que sabem, quantos se importam...?

²²⁷ Adriano de Sousa Lopes (diretor do Museu de Arte Contemporânea), Afonso de Ornelas (secretário da Academia Portuguesa da História), Alberto de Oliveira (embaixador), António Augusto Mendes Correia (professor e presidente da Câmara Municipal do Porto), António Ferro (diretor do SPN), António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (presidente da Academia Portuguesa de História), José Capelo Franco Frazão (colonialista, diretor da Escola Superior Colonial e presidente da SGL), Duarte Pacheco (engenheiro, professor do IST, ministro das Obras Públicas e Comunicações e presidente da Câmara Municipal de Lisboa), Francisco Nobre Guedes (diretor-geral do Ensino Técnico), **Henrique Galvão** (colonialista, diretor da Emissora Nacional e inspetor superior de administração colonial), Henrique Gomes da Silva (diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), Henrique Linhares de Lima (presidente da direção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal), Henrique Quirino (arqueólogo especialista em arqueologia naval), João do Couto (diretor dos Museus Nacionais de Arte Antiga), João Providência e Costa (professor da UC), José Cottinelli Telmo (arquiteto), Júlio Cayolla (colonialista e agente geral das colónias), Júlio Dantas (presidente da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa), Luiz Pastor de Macedo (secretário geral do grupo “Amigos de Lisboa”), Manuel Múrias (diretor do Arquivo Colonial), Manuel Silveira de Castro (presidente da Junta Autónoma das Estradas e do Conselho Nacional de Turismo), Paulino Montês (arquiteto), Porfírio Pardal Monteiro (presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos), Raul Lino (arquiteto e secretário da Academia Nacional de Belas Artes) e Reinaldo dos Santos (professor e presidente da Academia Nacional de Belas Artes) (ACCIAIUOLI, 1998, p. 113). Entre os escultores: Leopoldo de Almeida, Francisco Franco, Canto da Maia, António Costa, Barata Feyo, António Duarte, João Fragoso, Martins Correia et. al. Entre os pintores contratados: Almada Negreiros, Jorge Barradas, Emmérico Nunes, Carlos Botelho, Tom, Fred Kradolfer, Bernardo Marques, Paulo Ferreira, Eduardo Malta, Martins Barata, Leitão de Barros et. al. (BARROS, op. cit., p. 327).

“conciliação entre arte e política”, prefiro dizer que se trata da submissão da arte servindo a política, como é mais típico dos fascismos. Nesse quesito, para o certame os artistas modernistas da segunda geração de inspiração *déco* obtiveram preferência em relação aos artistas acadêmicos. Retratando heróis e nautas, esses artistas buscavam um “estilo português” de forma a “estilizar modernamente a emblemática histórica”. A “Nau de Portugal” (de Leitão de Barros e Martins Barata) construída segundo traça do século XVII e o Padrão de Cottinelli e Leopoldo apontado ao Tejo foram “o maior reclame jamais feito à vertente imperial de Portugal” (BARROS, op. cit., p. 327), portanto toda a obra artística do evento procurava representar a concepção histórica do Estado Novo, de ressurgimento da pátria e da nação nos “trilhos” seculares da expansão portuguesa pelo mundo.

Na disposição organizativa dos cenários, pavilhões e seções temáticas, bem como esculturas, foram meticulosamente planejados. A Exposição contava com Espelho d’Água, Jardim dos Poetas, Casa de Santo António, parque de atrações (semelhante ao Luna Park da Exposição Colonial do Porto) e um bairro de comércio. Contava também com o “Pavilhão dos Portugueses no Mundo”, “Pavilhão de Honra de Lisboa”, pavilhões da “Fundação, da Formação e Conquista da Independência” e “Descobrimentos”, “Pavilhão do Brasil”, “Centro Regional” e “Secção da Vida Popular” com reconstituição cenográfica de aldeias portuguesas e sala do “Portugal 1940”, tudo contando com efeitos cenográficos e objetivando a função didática desse tipo de evento, em consonância com a interpretação histórica teleológica do regime.

Da direção de Henrique Galvão havia a “Secção Colonial”, sob sua responsabilidade devido aos resultados de sua Exposição Colonial em 1934. Aqui também, em 1940, na Exposição do Mundo Português, Galvão apostou no exotismo como atrativo e recurso didático, elencando exemplares étnicos – no mesmo sentido de “zoológico humano”. Nas palavras de Duarte Pacheco, reproduzidas no *Diário de Notícias* em Junho de 1940, quando da inauguração da secção:

“Os indígenas das colónias, com os seus exóticos trajes de gala, (constituindo) em filas paralelas, um curioso friso, salientando-se as mulheres quipungas com os seus bizarros e complicadíssimos penteados, as anilhas e os colares que lhes rodeavam o pescoço e ainda o grupo dos músicos com os seus instrumentos estranhos que por vezes faziam soar na execução de esquisitas melopeias bárbaras” (ACCIAIUOLI, 1998, p. 152)

O comissário executivo da Exposição, Augusto de Castro, ressaltava da secção colonial a mensagem da “herança viva, tangível e gloriosa do nosso grande património histórico e da nossa afirmação imperial”, pretendendo transformar o espetáculo na encarnação do “bloco espiritual e geográfico” que encontrava estrutura política no Acto Colonial (idem). No *Diário de Notícias*, Castro tentava orientar o público à secção colonial dizendo:

“não vos contenteis com isso; fixai não apenas a vossa vista e os vossos ouvidos; inclinai-vos também com o vosso coração e debruçai sobre o que ides ver o vosso espírito: o que se estende sob esta feérica luminosa, transformada numa evocação ardente de climas e de paisagens múltiplas é Portugal – um minúsculo Portugal, símbolo do Portugal Maior de sempre, tão grande que mal cabe na História, tão nosso que cabe neste jardim, como imagem acolhedora da nossa alma” (ACCIAIUOLI, 1998, p. 153)

Assim como na Exposição do Porto, Henrique Galvão pretendeu, além da montra étnica com manequins vivos, recriar paisagens coloniais e os “aldeamentos indígenas” de forma a demonstrar também seus hábitos e costumes, uma “imediata forma de estar e habitar esses lugares longínquos” (idem). Para tanto, António Lino foi responsável por recriar em um pavilhão menor único, com decoração pesada, Angola e Moçambique; Gonçalo de Melo Breyner planejou com estilo mais sóbrio e de exotismo menos intenso a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor); Vasco Regaleira reproduziu a “Índia”, com edificações de Goa; e o pavilhão de Macau contava com santuário de laca e ouro, com pinturas de Fausto Sampaio. De Melo Breyner também havia o “Museu de Arte Indígena”, e de Regaleira a “casa do colono” e o “Pavilhão das Missões Católicas”. Nas intenções de Galvão, o que se pretendia com essa secção era criar ao menos os princípios de uma “Escola de Arte Colonial”, com o mesmo carácter pedagógico tentado em 1934.

Corolário da “política do espírito” tão evocada pela propaganda do Estado Novo, a Exposição do Mundo Português de 1940 contou no seu encerramento, como de costume nesse tipo de evento, com um cortejo. No “Cortejo Histórico do Mundo Português” procurou-se representar em blocos alegóricos as várias fases e personagens da história oficial inventada pelo Estado Novo. Por exemplo, o primeiro carro evocava a Lusitânia, com referências à obra de Camões, *Os Lusíadas*, colocando na mesma cena elementos da vida agrária “habitual” e os elementos da epopeia dos descobrimentos. No desfile estavam também as representações de

personagens históricos, como bispos fundadores, cavaleiros, nobres e representações estereotipadas de populações regionais do continente; também animais africanos e a homenagem aos missionários e colonos no “Carro Triunfal da Colonização”. A intenção de tudo seria criar o “rosto” do homem português segundo a concepção ideológica do Estado Novo. Fechando tudo, um desfile da Mocidade Portuguesa, “projectando para o amanhã a continuidade do presente (...) e a perpetuação do próprio Estado Novo” (PAULO, 1994, p. 92). O cortejo portanto atendia às aspirações de António Ferro, que esperava dele algo “tão milagroso, tão criador que os portugueses de amanhã, os portugueses de 2040 sintam a necessidade imperiosa de celebrar, com entusiasmo e reconhecimento, os Centenários de 1940, o Centenário dos Centenários” (ibidem, p. 93). Já Henrique Galvão, como um dos intelectuais-gestores do evento, assumia que o Cortejo formava o tríptico com a Exposição e o Congresso do Mundo Português, sendo “um acontecimento dos que melhor poderiam corresponder às intenções do Governo, quando resolveu comemorar solenemente o oitavo século da fundação da Nacionalidade” (GALVÃO, 1940, p. 27). E entre a descrição pormenorizada dos componentes alegóricos e da lógica teleológica planejada no desfile, Galvão orgulhoso completa no *Álbum Comemorativo* de Guimarães:

“(...) punha-se realmente como um dos acontecimentos dos que melhor poderiam corresponder às intenções do Governo (...), desfile grandioso das glórias do Passado, dos objectivos imperiais do Presente e também da graça, do encanto, do colorido pitoresco do povo português de vinte e uma províncias do Império (...) Um cortejo é essencialmente efémero. Um cortejo passa – e dele fica uma imagem que umas vezes não passa dos olhos – e é fugaz – e que outras vezes se instala no curacao – e vai connosco pela vida fora. Foi uma imagem desta última espécie que pretendemos realizar” (GALVÃO, 1940, p. 31)

A Exposição do Mundo Português foi marco de compromisso de artistas com o Estado Novo que se construía desde a década anterior, mas também foi o fim de um período e ponto de viragem. O evento ocorreu no período inicial da 2ª Guerra Mundial, e enquanto os visitantes passeavam pacíficos pela exposição, nos bastidores do regime havia a preocupação com a guerra que se alastrava pela Europa. Quatro anos depois viria a primeira crise séria do regime e, ironicamente, a exposição que tinha como função consolidar a grandeza, estabilidade e permanência futura do Estado Novo, “viera afinal comemorar, em apoteose, o fim do ciclo mais sólido da sua existência” (BARROS, op. cit., p. 327).

Como era comum para esse tipo de evento, e especialmente para este das comemorações dos Centenários e a monumental Exposição do Mundo Português, publicavam-se os álbuns comemorativos após os eventos. Materiais de pouca tiragem, os álbuns comemorativos, como já demonstrei no caso da Exposição de 1934, são delicadamente editados e decorados, trazendo fotos, desenhos, detalhes gráficos e textos (com mensagens de reiteração ideológica e descrição dos fatos ocorridos) com o propósito fundamental de servir como propaganda, porém destinados a públicos elitizados. Da autoria de Henrique Galvão, trago o *Álbum Comemorativo das Festas de Guimarães* e o álbum oficial da *Exposição do Mundo Português - Secção Colonial*.

O primeiro álbum conta com texto de Galvão, desenhos a lápis (grafite) de Eduardo Malta e desenhos de figurino de Manuel Lapa. Trata dos festejos ocorridos no contexto de comemorações dos centenários, especificamente dos festejos ocorridos em Guimarães. A escolha do local, na pequena cidade nortenha de origem medieval no distrito de Braga, tinha um propósito bem simbólico: tratava-se de onde era considerada a fundação da nacionalidade portuguesa, “berço”, marco inicial da “finalidade peninsular” a partir do condado portugalense e de onde a “raça” iniciaria sua expansão a sul na luta contra o califado dos “mourous” – anterior ainda à fundação de Coimbra em 1129 como primeira capital portuguesa, portanto precedendo a formação do reino na data comemorada de 1140. Além de figuras alusivas à simbologia ideológica da expansão portuguesa, como a esfera armilar, brasão e o castelo de Guimarães, o álbum é apresentado com um retrato de Óscar Carmona pelo lápis de Eduardo Malta, com o general franzino é representado em traje de gala militar e escorando-se com a mão esquerda no sabre fora da bainha, em um ambiente interno – talvez um gabinete – e olhando para o lado de onde entra luz. Na página seguinte, o verdadeiro chefe, Salazar, merece a reprodução que foi feita no álbum da Exposição Colonial de 1934, em primeiro plano a uma paisagem representativa da nação e com olhar fixado no observador.

Abrindo a parte escrita, e enfeitado com um desenho simples de Malta no qual dois anjos em lados opostos amparam o brasão português e apontam para um capacete de armadura medieval coroadado e guardado por um dragão, a transcrição sucinta – como é do estilo tímido e introvertido do orador – do discurso pronunciado por Oliveira Salazar na abertura dos festejos de Guimarães. O chefe de governo – e da nação – não poderia ter proferido o discurso em lugar mais significativo: o alto do castelo de Guimarães, fortaleza emblemática da resistência dos “portugueses” contra as incursões “mouras” e é lá que se considera tradicionalmente o

nascimento de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, significando também a virada para incursão sobre os mouros. Nesse discurso, o chefe que tinha como identidade política um tipo de “sociofobia”, já anuncia de início pretender ser breve. No seus estilo de recato católico, saúda a “comunhão espiritual” do evento expressando o teor ideológico do fascismo sob sua liderança: “Por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de tôdas as partes do Mundo, milhões de portugueses se recolhem, de alma ajoelhada diante dêste castelo, e comungam connosco nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação, de fé” (GALVÃO, 1940, p. i - Prefácio). Pretendendo demonstrar-se emocionado, Salazar passa em revista rápida os “oito séculos da vida de Portugal”: reis e cavaleiros medievais, descobridores, nautas, capitães, santos, “sofrimentos e glórias, esperanças e desilusões”, expulsão dos mouros, delimitação de fronteira ibérica, cultivo da terra, alargamento dos domínios e expansão, colonização de terras ultramarinas – exaltando o Brasil “glória da sua energia e do seu génio político”, escolas e universidades; também exaltação aos feitos portugueses, como arte, cultura e língua (ibidem, p. ii – Prefácio). Como diferencial do “génio português”, evidentemente cristão, primeiramente obra de nobres e depois de toda a “raça”,

“Quis o povo ser independente, livre no seu próprio território, e quiseram os reis que ele o fôsse, conquistando-lhe e mantendo-lhe a independência; e porque mandava em seus destinos, a Nação definiu um pensamento de vida colectiva, um ideal de expansão e de civilização a que tem sido secularmente fiel” (GALVÃO, 1940, p. ii - Prefácio)

Em exaltação nacionalista do próprio regime, Salazar ainda afirma que “verdadeiramente viver é, sobretudo, possuir um pensamento superior, que domine ou guie a actividade espiritual e as relações com outros homens e povos” (idem). E em demonstração do típico complexo de inferioridade das elites portuguesas, exalta o que considera como características tipicamente nacionais em um período de guerra mundial e afirmação do pequeno país – que para o regime não era um país pequeno – perante as potências estrangeiras: “Ser escasso em território, reduzido em população ou em fôrça ou em meios materiais não limita de per si a capacidade civilizadora: um povo pode criar em seu seio princípios norteadores de acção universal, irradiar fachos de luz que iluminem o Mundo” (idem). E nessa afirmação nacionalista perante o mundo, ainda tentando transmitir a confiança do regime que vivia o curto fôlego de consolidação e estabilidade, Salazar exalta – e é bem possível imaginar o tom de voz beato com que sempre falava – o “espírito” de “identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações de universalismo cristão” (idem). E por isso, para o chefe do regime fascista de tradição católica, a solenidade que acontecia em Guimarães,

pertencente à série de festividades nacionais que tinha em Lisboa o ápice, seria ao mesmo tempo “acto de devoção patriótica, acto de exaltação e acto de fé” (idem), em mostra de confusão entre política e religião na identidade do país segundo o regime. Afinal, não era somente ao deus, seu filho ou aos santos que deveria ser devotada exaltação e fé, mas também à ditadura e ao seu chefe, ponto até então culminante da cronologia linear que pretendiam traçar nas comemorações centenárias, ressaltando – em sua pretensão típica de orgulho nacionalista revestido de modéstia – a mística dos “direitos históricos”:

“Mas nós realizamos hoje, também, acto magnífico de fé: fé na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o Mundo afirmamos o direito de cumpri-la. Com a solidez das raízes seculares, ligados á História Universal, que sem nós seria, ao menos, diferente, sentimos com a glória desta herança as responsabilidades e o dever de aumentá-la. Estamos aqui precisamente por confiarmos nos valores eternos da Pátria; e quando, dentro de pouco – e nenhum de nós pode mais reviver êste momento – subir no alto do castelo a bandeira sob a qual se fundou a nacionalidade, veremos, como penhor que confirma a nossa fé, a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa” (GALVÃO, 1940, p. iii - Prefácio)

No início do texto principal do álbum, Henrique Galvão, que era na altura simultaneamente diretor da Emissora Nacional e inspetor colonial, a serviço da propaganda estadonovista exalta Guimarães como ponto de partida da “ância de expansão”, naquele momento considerada pelo regime ao qual representava, “capital solene de um Império de dezanove milhões de habitantes, criadôr de Império condestável da Civilização Cristã” (GALVÃO, 1940, p. 07). Já o momento, em acordo com o chefe, deveria ser de comunhão de todas as almas portuguesas “acima das suas paixões e ideologias, das suas misérias e suas desgraças, dos seus egoísmos e dos seus interesses” (idem), portanto um pensamento característico da visão de mundo nacional-corporativa do fascismo em pleno contexto de guerra mundial quando esse tipo de concepção e seus interesses conflitavam com os dos corporativismos das democracias capitalistas e os do capitalismo de Estado soviético sob Stálin. Com orgulho nacionalista exagerado, onde o sentimento toma lugar da razão na política, Galvão louva o momento em que o “puríssimo coração de Portugal” pulsaria com os “milhões de corações comovidos pela idéa sagrada da nossa idade e pêlo ideal límpido do seu

prolongamento nos séculos”²²⁸ (ibidem, p. 08). E na descrição da ritualística teatral planejada para a cerimônia em questão, algo bem comum da propaganda fascista, Galvão informa sobre encenação com sentinelas vestidos à medieval que de tempo em tempo bradariam “Portugal! Portugal! Portugal!”, assim como faziam as milícias salazaristas:

“Assim, o nome de Portugal, durante tôda a noite, de quebrada em quebrada – e, milagre do oitavo século! – ouvi-lo-hão como um éco, como uma sobrevivência de sons mediévais, como um sinal da nossa vitória no Tempo, os portugueses de todo o mundo que escutarem o seu receptor de T.S.F. sintonizado para a Emissora Nacional. Até á alvorada uma voz portuguesa, velando junto das pedras que abrigam e defenderam o primeiro rei de Portugal, e onde se alojou o Chefe do Estado neste oitavo século, irá por esse mundo fora, bradando, respondendo: Portugal! Portugal! Portugal!” (GALVÃO, 1940, p. 08)

Dessa maneira, Henrique Galvão na posição de intelectual propagandista do salazarismo, além de exaltar e chamar à “obra” o povo português espalhado pelo mundo – e sintonizado em sua Emissora Nacional – reproduz a concepção histórica teleológica do Estado Novo. No castelo de onde surgiu o primeiro rei de Portugal estaria então o chefe do Estado²²⁹, colocado aqui como último “rei” na sucessão histórica da linhagem da chefia do país. Nessa cerimônia de exageros teatrais²³⁰, badalares de sinos e de tiroteio das guarnições militares, o chefe de Governo, Salazar, também como ponta da mesma estirpe sucessória, surgiria por entre as ameias de uma das torres do castelo (a de Menagem) para proferir seu discurso:

“Na casa em que nasceu o Fundador da Nacionalidade (...) sôa com uma solenidade mais alta, mais impressionante, a voz do Renovadôr de Portugal. Essa voz responde á primeira que em tom de chefia e comando escutaram as pedras portuguesas de Guimarães! E atingimos o auge. A palavras do Chefe de Govêrno elevam-nos até ao momento eucarístico da Pátria nêste passo do seu oitavo século. Na Torre de Menagem, ninho de águias Imperiais de onde já se viu Portugal inteiro, o venerado

²²⁸ “Esta é a Grande Festa de Portugal! Êste é o momento santo das almas Portuguesas! Êste é o passo puríssimo da Raça na sua marcha secular” (GALVÃO, 1940, p. 08).

²²⁹ Referindo-se a Óscar Carmona.

²³⁰ Não só na dramatização, mas também no desenho. Na página 11 há um desenho *sketch* de Eduardo Malta em lápis de cor castanho/bordô. Nele, duas filas paralelas de pessoas vestidas de traje branco (parecidos com aqueles hábitos de cerimônias católicas como a primeira eucaristia) formam um corredor que conduz à entrada do Castelo de Guimarães. A ambiência é escura, provavelmente noturna como a inauguração da cerimônia, e as pessoas (provavelmente as “almas portuguesas”) estão de braços abertos em cruz e viradas ao observador, como se nos convidasse ou esperasse entrarmos no castelo. À medida que a fila avança, as personagens perdem os detalhes, formando uma “massa”. A Torre de Menagem destaca-se no tamanho levemente exagerado na proporção e em maior luminosidade. Em cima dela, uma figura humana que parece não estar trajada como as demais tem o braço direito erguido e segurando um objeto longilíneo (Um cetro? Uma espada? Uma bandeira?).

Chefe de Estado vai juntar num gesto ritual tôdas as almas portuguesas!” (GALVÃO, 1940, p. 10)

Perante toda invenção de tradição, misturando elementos medievais na política moderna do fascismo, Galvão louva a modernidade da Emissora Nacional que dirigia, atribuindo a ela o espalhamento da mensagem da cerimônia aonde houvesse portugueses: “O sinal corre o Mundo através da Rádio” (idem). Sem dúvidas, um ganho do regime nos seus esforços de propaganda e afirmação perante seu próprio povo e ao público internacional.

Após descrever e louvar o cerimonial da festividade de Guimarães, Galvão aproveita o ensejo do álbum para discorrer sobre a seção colonial que dirigiu na Exposição de Lisboa. Aqui ressalto a mudança de estilo na expressão escrita do autor. Se até então no texto, louvando a ideologia do Estado Novo celebrada nos festejos de Guimarães, mostrava uma escrita eufórica, despejando no papel aquela paixão política excessiva que tanto criticava em suas obras e conferências, agora – duas páginas depois – para tratar do assunto que lhe é do maior interesse e especialidade Galvão escreve em tom mais sóbrio e discretamente irônico. Interessantemente, e mesmo sendo um material de propaganda do regime autoritário – com sua censura –, o intelectual-gestor do mesmo regime mostra-se ainda decepcionado, perceptivelmente descontente com algo que era de alguma ideia de sua autoria, então nacionalista e de intenção construtiva ao regime, mas que não foi acatado entretanto.

Henrique Galvão inicia demarcando uma situação diferente da que ocorreu em 1934 quando do planejamento do certame. Diz aqui que a Exposição do Mundo Português de 1940 dispôs desde o princípio de um plano definido e de um pensamento nítido, para o qual não foi preciso recorrer às improvisações – exceto em alguns momentos de azáfama. Afirma ainda que a Exposição foi pensada para ser peça de fundo do ciclo de comemorações dos Centenários – mas já nos fica evidente que o resultado foi um protagonismo maior da Exposição – pois era de se considerar antes de tudo que os oitocentos anos de história da nação, perante o resto da Europa, mereceria atenções internacionais: “A Exposição Nacional do Mundo Português deveria alcançar o nível e o prestígio das Exposições Internacionais que por êsse mundo se têm erguido desde 1900 para cá” (op. cit., p. 18). A partir daí, para concretização megalômana do plano para impressionar o público internacional, o que Galvão não discorda, começariam as ironias de leve acidez pelo autor.

Se a diferença da montagem desse evento foi inédita no quesito de se precisar recorrer muito menos aos improvisos, Galvão informa que mais uma vez foi preciso lidar com poucos recursos – o que era bem diferente das exposições de Paris e Nova York. Ainda assim, o orgulho nacionalista do autor procurava atalhos na justificação:

“Mas se era impossível, materialmente impossível – competir em grandiosidade, dessa grandiosidade cuja mola real é o dinheiro – talvez fosse possível destacarmos pela originalidade da nossa realização, essa originalidade cuja mola real são a generosidade e o engenho do espírito” (GALVÃO, 1940, p. 18)

Henrique Galvão narra ainda que especificamente para a Secção Colonial, ele como diretor, não dispunha de muitas verbas tampouco de tempo, já que acumulava outras funções relativas às comemorações²³¹, e também sutilmente critica o Ministério das Colónias, encabeçado por Vieira Machado, por não ter prestado “a colaboração que esperávamos” (idem). Mesmo perante essas contingências, o autor considera, com orgulho mantido, aquele que dirigiu como o “mais importante certame colonial no género, realizado na Europa – se considerarmos que não é o «grandioso» material que dá importância às criações do espírito” (idem). Dispondo de menores recursos que outras secções ou pavilhões da mesma exposição, Henrique Galvão é aí o gestor que precisou moderar nos gastos de recursos e fazer render o pouco que tinha disponível. Então lamenta que todo cenário construído seria demolido após a realização do evento, sendo para ele um desperdício de esforços – já que poderia se deixar um legado após o efêmero certame²³². A ideia de Galvão seria a de deixar no local onde foi realizada a Exposição um legado da Secção Colonial: o Jardim do Ultramar²³³, ao lado do Mosteiro dos Jerónimos, continuaria e lá, na ideia de Galvão, deveriam construir o Museu Popular das Colónias como legado da Exposição do Mundo Português, de estilo modesto e original perante os congêneres europeus (ibidem, p. 19). Por essa aspiração à longevidade e pelo baixo orçamento, o diretor preferiu usar cimento nas esculturas.

²³¹ Organização do Cortejo do Mundo Português, comemorações em Guimarães, Congresso Colonial e propaganda radiofónica dos Centenários. Tantas funções de gestão atribuídas nessa obra demonstram a confiança que o regime reservava a Galvão.

²³² Por isso, e disfarçando a crítica com um argumento nacionalista e situacionista falsamente desapegado de coisas materiais, o irónico gestor diz: “Evidentemente que é, sobretudo, o rendimento político e moral aquêle que se procura obter com uma Exposição. Mas nem por isso é menos desolador êsse espetáculo de destruição, após o afan da construção, e o intenso movimento da obra realizada em funcionamento” (GALVÃO, 1940, p. 19).

²³³ Atualmente Jardim Botânico Tropical, ainda com espécimes da flora de várias ex-colónias, e Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Em 1944 o jardim botânico seria fundido com o Museu Agrícola Colonial (do Ultramar a partir de 1951). Afinal a ideia de Galvão não foi em vão.

O autor confessa outra ambição para legado de sua seção colonial, que seria a de formar uma “escola de arte colonial”, constatando que a arte em Portugal não tem cunho nacionalista e original: “Escreve-se á franceza, pinta-se á espanhola, contrói-se á americana (...) nem na técnica nem na inspiração – os artistas são portugueses” (ibidem, p. 20). Fazer essa constatação, precedida de “apenas um ou outro artista cujo espirito criador pretende reagir contra o seu internacionalismo”, não poderia soar de forma carismática vindo de um dos gestores do grande evento que recrutou diversos artistas portugueses. Defensor de que é no ultramar que se encontra a razão de ser da nacionalidade portuguesa, mas sem deixar de ser lúcido quanto às condições de desenvolvimento histórico da arte nacional, o autor defende que “é Além-Mar que os nossos artistas hão-de encontrar os traços nacionalistas da sua arte e o cunho marcado da sua nacionalidade” (idem), lamentando que poucos são os artistas que visitam as colônias e que assim uma intenção da seção colonial seria a de sanar essa falta²³⁴.

Nos mesmos preceitos que o guiavam na Exposição no Porto em 1934, Henrique Galvão pretendeu que a Secção Colonial servisse como lição, e para isso era necessário pensar em recursos didáticos mais adequados ao tipo de evento e que pudessem incutir no público as mensagens pretendidas pela obra de propaganda. Como principal ação desse detalhismo técnico, substituir informações pouco atrativas (gráficos e muitos textos) por elementos visuais, reconstituições e sínteses. Assim demonstrava a preocupação de se atingir a maior variedade de público, incluindo o não-letrado, na pretensão de se fazer obra abrangente de propaganda colonial²³⁵. A lucidez de Galvão como gestor de propaganda está em se considerar que o atrativo mesmo para se despertar interesses nas possessões coloniais reside no elementos pictóricos, no contato direto com pessoas, objetos, flora e fauna coloniais.

No livro específico da obra de Galvão no evento, *Exposição do Mundo Português – Secção Colonial*, o intelectual-gestor expõe em síntese tudo o que já foi citado quanto às suas intenções, definidas aqui como “coluna vertebral” do certame. Na capa uma pintura de Fausto

²³⁴ “Na arquitectura, na pintura, na escultura – e até na música – a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português terá, pelo menos, demonstrado um grande esforço organizado para a criação, entre nós, de uma escola de arte colonial” (GALVÃO, 1940, p. 20)

²³⁵ “Os elementos informativos das Exposições são, em geral, tão confusos e complicados que não deixam nos espíritos distraídos e folgazões que as vizitam, senão o brilho das suas fórmulas. De um gráfico diz-se que é «bonito» que é «engenhoso» que está «bem feito» – mas, de facto, ninguém lê o gráfico. Olha-se para êle como peça decorativa e não como documento ou lição. Demais o povo inculto não sabe lê-lo – e as pessoas cultas não é nas Exposições que vão aprender essas cousas” (GALVÃO, 1940, p. 20).

Sampaio, um dos poucos artistas de cunho nacionalista elogiados por Galvão por ter conhecido a realidade colonial, a retratar a Rua 5 de Outubro em Macau em uma cena cotidiana de movimentações e comércio – uma situação estranha a qualquer português dos anos quarenta acostumado só com as ambiências da metrópole. No verso da capa, um anúncio publicitário do moderno avião comercial JU90 da *Junkers Flugzeug und Motorenwerke A. – G.*, transnacional de capital alemão que inclusive fabricava aeronaves para a *Luftwaffe* – a que está no anúncio publicitário inclusive traz no estabilizador vertical a suástica nazista. Mesmo que a Secção Colonial destinasse maiores atenções para obra de propaganda do regime em termos de colonização, nem por isso não contou com larga mostra de produtos coloniais e pavilhões destinados aos produtores, como nos eventos anteriores coordenados por Galvão, -- associações e empresas capitalistas com interesses no mercado interno agitado pelo evento, nas obras públicas coordenadas pelo Estado Novo e, no horizonte, nos mercados coloniais. Sendo assim, o livro contou com anúncios de centenas de empresas patrocinadoras²³⁶ ocupando várias páginas.

Nesse livro, o intelectual-gestor Henrique Galvão, especialista em assuntos coloniais, sendo na altura inspetor superior das colónias, dispõe informações várias sobre cada um dos territórios ultramarinos. Como era comum a gestores coloniais que se empenhavam nesse tipo de produção intelectual, Galvão escreve sobre aspectos de paisagem, solo, clima, hidrografia, geologia, administração, situação financeira e econômica, produtos coloniais, etnografia, informações sobre colonização, demografia e condições gerais de produção. Serve, portanto, como propaganda da “grandeza imperial” e também como estudo para possíveis investidores ou auxílio na montagem de CGP. Por exemplo, diz que Angola tem “admiráveis possibilidades” na produção pecuária (GALVÃO, 1940, p. 11), dificuldades de navegação fluvial (ibidem, p

²³⁶ Cito algumas: Kodak, Companhia União Fabril Portuense, Companhia Nacional de Navegação, Empresa Insulana de Navegação, Companhia Rio Ave, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco de Angola, Banco Português do Continente e Ihas, Caixa Geral de Depósitos, Banco Burnay, Banco Lisboa e Açores, Sociedade Nacional de Tabacos, Sociedade Colonial de Tabacos, Couto Lda., Fábrica da Camisaria Progresso, Drogaria Herculano, Sapataria Barroso, Empresa de Productos Asfálticos, Mala Real Inglesa, Sardinha do Algarve, Eletrolux, Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos, Companhia do Papel do Prado, Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Barlavento do Algarve, Fábrica do Torreão, Eagloil, Companhia Portuguesa de Madeira, Remington, Caves Monte Crasto, Grémio Nacional dos Industriais de Borracha, Porto de Lisboa, Companhia de Cabinda, Sociedade Comercial Ibéria, Fábrica de Massas Alimentícias Itali, Companhia do Borôr, Grémio do Milho Colonial Português, Goodyear, Empresa Fabril de Angola, Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, Sociedade Agrícola do Cassequel, Robbialac, Standard Eléctrica, Sociedade Lusitana de Destilação, Companhia Colonial do Buzi, Sociedade Nacional de Cortiças, Sociedade Luso-Africana, Francisco Montero Lda., Junta de Exportação da Colónia de Angola, Companhia Nitro Química Brasileira, Votorantim S.A., entre centenas de outras empresas dos mais variados ramos – pequenas de propriedade familiar ou sociedades anônimas, comércio ou indústria, nacionais, coloniais ou de capital estrangeiro (ou associado) etc.

14), bons potenciais para pesca e é “região privilegiada” para caça (ibidem, p. 20), além de otimismo quanto à situação financeira da colônia traumatizada pela crise dos anos vinte (ibidem, p. 23). Demonstrando também ser estudioso das etnias angolanas, porém expressando uma visão de mundo racista de hierarquização de “raças”, Galvão faz um apanhado geral sobre o assunto. Por exemplo, detalha sobre fisionomias étnicas desses povos por ele considerados “primitivos”, mas também sobre costumes culturais, demonstrando fazer algum tipo de justiça intelectual ao considerar que “é vulgar dizer-se que são desconhecidas dêstes povos os mais rudimentares preceitos de higiene e limpeza” (ibidem, p. 31) – e esclarecer que o estranho hábito de se untar a boca e o corpo com gorduras tem como função proteger de raios solares, picadas de insetos e mudanças de temperatura, sugerindo de maneira sarcástica, mas também expressando um máximo de consciência possível de quem sonhava em concretizar a unidade imperial onde todos os povos pertencentes são portugueses, que:

“as mais chiques banhistas das praias ultra-civilizadas já lhe seguem o exemplo (...) Quem sabe se em épocas de um futuro próximo não veremos as nossas mais belas banhistas da Costa do Sol, juntarem à camada oleosa a pintura vermelha da tacula ou do barro, como usam os cuanhamas, os cuangares e Mucussos” (GALVÃO, 1940, p. 31)

Demonstrando maiores conhecimentos da realidade colonial, sobretudo da colônia onde se “formou” colonial, informa também acerca das características linguísticas das diversas etnias angolanas e das “faculdades intelectuais”. Interessantemente, não reproduz mais aquele racismo desdenhador e raivoso que expressava em obras como *Em Terra de Pretos* de 1929, quando ainda era um colonialista calouro, mas a visão de mundo do colonialista experiente e de racismo paternalista – típico de republicanos – que tem otimismo na obra civilizatória portuguesa e esperanças nas capacidades mentais dos indígenas ainda “primitivos”, mas passíveis de assimilação aos valores “civilizados”, mesmo que algumas características culturais (como a oralidade) persistissem sobre a linguagem escrita:

“A faculdade intelectual mais desenvolvida entre os nativos de Angola é a memória, revelada principalmente na reprodução fiel das tradições de geração em geração, aliada a uma fértil imaginação e a um completo espírito de observação. Basta assistir a uma polémica entre indígenas ou assistir a um julgamento para lhes não poder negar raciocínio e argumentação. As faculdades intelectuais estão exuberantemente demonstradas pelos resultados obtidos pela nossa acção civilizadora e pela instrução e educação, dentro de princípios utilitários e práticos. É claro que entre os pretos,

como entre todos os povos de qualquer raça ou côr, há uns indivíduos mais espertos do que outros. Os dogmas sôbre a estupidez, indolência, maldade, etc. do prêto vão desaparecendo” (GALVÃO, 1940, p. 41)

Já sobre organizações políticas e sociais tradicionais, afirma que há muito desapareceu a figura dos sobas déspotas, e que agora seriam agentes de administração colonial. Descreve o exotismo das culturas angolanas, de causar estranhamento e curiosidade nos leitores portugueses, citando a poligamia e a religião “feiticista” (ibidem, p. 44). Exalta sobretudo a “acção civilizadora”, que para ele, nessa obra de propaganda pretensamente legitimada por seus conhecimentos testemunhais, trata-se de “missão de país civilizador e colonizador” bem cumprida, “olhando com interêsse o colono, elemento de civilização, pelo exemplo e fazendo de cada indígena um valor para a comunidade portuguesa, de que todos, sem preconceitos de raças fazem parte” (idem). Portanto, a estrutura mental de uma visão de mundo colonialista que considera o processo civilizatório português como harmonioso, isento de discriminações raciais e pacífico – o que pode ser facilmente questionado se colocar em contraste todo o processo de “pacificações”, de recrutamento de mão-de-obra ao trabalho forçado e a erotização das mulheres negras como atrativos sexuais.

A obra segue com a mesma lógica de escrita para todas as colônias, com o diferencial de que, segundo os preceitos de hierarquização civilizatória, povos não-africanos são considerados em patamares superiores – ainda que exóticas e inferiores aos europeus. Com isso, afirma que “A Índia quando do contacto dos portugueses tinha já uma civilização e desenvolvimento intelectual demonstrada por testemunhos que a cultura ariana deixou através dos séculos até aos nossos dias” (ibidem, p. 126). Já sobre matrimônio, diz que “o povo indu tem mais do que qualquer outro a obsecação do acasalamento dos sêres e do casamento dentro da sua casta” (ibidem, p. 130) – informação que deveria espantar o conservadorismo católico português. Diz também que “um homem celibatário não tem importância e é membro inútil da colectividade” (idem), o que mais uma vez causaria, penso eu, choque de valores, já que em Portugal era um homem com essas características que ocupava a chefia do governo e da nação. Mas sobre as mulheres indianas apresenta um dado que não deveria chocar tanto uma nação católica de considerável machismo: “A mulher indu é notável pelo seu espírito de sacrifício e abnegação sem limites (...) A mulher ocupa na sociedade indu uma categoria inferior à do homem” (idem). Uma das características da visão de mundo racista expressada por colonialistas como Henrique Galvão é sempre procurar no *outro* semelhanças de si mesmos. Perante sociedades de organização menos complexa, sem algo parecido com o Estado moderno, ou com

técnicas rudimentares – que normalmente em Portugal eram comparadas às tradicionais e arcaicas técnicas camponesas – a conclusão seria sempre a do primitivismo, da menoridade civilizacional, ou mesmo inferioridade e bizarrice cultural. Defrontado com semelhanças evidentes em culturas consideradas inferiores (ou levemente inferiores), Henrique Galvão ignora uma comparação e prossegue com uma descrição isenta de autocritica mas que deixa latente o juízo de valor negativo sobre a cultura alheia. É o que ocorre quando conclui sobre os indianos sem realçar as enormes semelhanças com os portugueses católicos “habitualmente” salazaristas:

“Não obstante a evolução proveniente das idéas modernas a vida familiar do povo indu é ainda muito influenciada e dirigida pelas suas leis tradicionais e sistema religioso que intervêm em todos os seus usos e costumes bastante curiosos mas que não podemos apresentar com minúcia” (GALVÃO, 1940, p. 130)

Ornamentando o livro escrito por Galvão, fotos das realidades coloniais estão espalhadas por toda a obra. Dos povos asiáticos destacam-se cenas do cotidiano urbano e alguns *closes* a fim de se exemplificar as variedades fenotípicas do “povo português” multicontinental. Já dos povos africanos, dos quais são a maioria das fotos, destacam-se cenas do cotidiano tribal, dos hábitos e costumes, dos seios nus das mulheres, das tatuagens (na verdade escarificações) e outros elementos “comprovadores” de um suposto exotismo primitivo, diferente dos povos das colônias orientais. As diferenças de representações são expressas sobretudo pelas pinturas de Fausto Sampaio, o “pintor do Império”. Em uma delas, a paisagem de uma rua em Macau em dia chuvoso, por pinceladas rápidas ao estilo impressionista. Um curandeiro da mesma colônia, vestido e em ambiente interno, mesmo que portando um cachimbo de ópio, tem representação menos chocante que as fotografias dos curandeiros angolanos, moçambicanos ou de outras colônias africanas.

Pelo seu pincel, Sampaio também faz o retrato de uma mulher de Macau, vestida com um tipo de robe ou *pien-fu* de elegância similar à expressão facial. Já as tancareiras estão representadas com vestimentas tradicionais, bem coloridas, e uma delas carrega às costas um bebê em uma espécie de tipoia – que hoje chamaríamos de *wrap sling*. Em situação bem semelhante, uma mãe de São Tomé e Príncipe em ambiente fechado, toda vestida e legendada apenas como “tipo de nativa”, carrega seu bebê às costas. Contudo, a outra representação em pintura de nativa de S. Tomé segue os mesmos preceitos de erotização da mulher negra presentes no álbum de 1934. Nesse exemplar, uma jovem mulher negra de corpo magro, saía

colorida e seios à mostra está centralizada na tela e esboça um tímido sorriso. Em seu braço, e mais deslocado à direita (esquerda do observador), segura um cesto com frutas tropicais. O cenário ao fundo é uma praia sem nenhuma outra presença humana. A legenda da pintura é exatamente “Fruta da terra...”, com as reticências mesmo. O que isso poderia significar? Ao que me parece, se se referisse mesmo às frutas do cesto, a palavra não estaria flexionada no singular; portanto a “fruta da terra” parece se referir mesmo à protagonista centralizada, a mulher negra, possível atrativo a alguns homens que poderiam tentar a vida nas colônias – e assim há uma contradição à ideia de que a propensão à convivência de raças do povo português é isenta de racismo.

Intellectual-gestor de mais um evento relevante de propaganda, Henrique Galvão foi responsável por uma das seções mais importantes da colossal Exposição do Mundo Português de 1940, e continuava tendo atritos de bastidores com autoridades do próprio regime e algumas frustrações decorrentes. A tarefa a si concedida não poderia jamais ser menosprezada, confirmando sua posição de prestígio e a confiança que gozava como um dos grandes especialistas em propaganda e assuntos coloniais. Embora toda essa situação, que se manifestava publicamente, no círculo de gestores Henrique Galvão encontraria adversários. Apesar de sua aproximação com o antigo aliado na militância de extrema-direita, António Ferro, ambos de perspectivas modernas, conflitavam sobretudo pela visão de mundo modernista e cosmopolita de Ferro em contraste com as concepções nacionalistas de Galvão que defendia que a arte portuguesa deveria ter inspiração ultramarina, sendo nas colônias onde estaria o fator de inspiração para encontrar os originais traços nacionalistas da arte, assim como eram nas colônias que se encontrariam a razão de ser da nacionalidade (MOTA, 2011, p. 110). Na mesma ocasião de organização dos festejos centenários e da Exposição, Galvão desentendeu-se com Ferro e Duarte Pacheco quanto à escolha do local de realização do cortejo – Galvão planejava no Campo 28 de Maio ou Campo Grande, mas Pacheco preferia na Avenida da Índia, onde de fato ocorreu. Nos bastidores do maior evento de propaganda do Estado Novo, Henrique Galvão divergiu de dois gestores de maior hierarquia no interior do regime. Porém lhe foi pior divergir do ministro Duarte Pacheco, a quem Salazar deu razão, deixando Galvão “mais uma vez diminuído dentro da elite do regime”, inclusive recusando, indignado e ressentido, a medalha das Comemorações Centenárias apesar dos protestos apaziguadores de Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva (ibidem, p. 111).

Henrique Galvão estava no auge de sua carreira em cargos civis no regime, estando sempre bem próximo a Salazar, mas os conflitos com outros gestores próximos ao ditador, e as derrotas de suas propostas – era defensor ferrenho do princípio de que o império era razão de ser da nacionalidade, o que não era defendido com tanto afincio pelos outros homens do poder –, gradativamente lhe afastavam dos espaços de decisão. Como definiu Francisco Teixeira da Mota nesse momento na vida de Galvão, “Sentiu-se uma vez mais, e como sempre, isolado no meio da multidão. Mas, desta vez, nos seus 44 anos, a solidão começava a ter um travo de amargura” (op. cit., p. 110). O biógrafo, que explicitamente se compadece com o personagem perante os percalços em sua trajetória, identificando também que seu herói nesse momento “era útil ao regime mas não era indispensável”, conclui ainda que Henrique Galvão “Estava condenado a ser o artífice do efêmero. Salazar e os seus ministros não davam o devido valor às suas ideias e ambições. Só a sua capacidade de concretizar tarefas específicas era aproveitada. Era menos do que queria e podia ser” (ibidem, p. 114).

Porém, o que nem Galvão, Salazar ou os outros tecnocratas poderiam desejar ou esperar, a maior obra de propaganda do Estado Novo, a que expunha ao mundo a interpretação do regime em posição fulcral na continuidade histórica da nação, também foi o canto de cisne da “época áurea” da estabilidade política do regime – aquela já amadurecida “*pax salazarista*” desenhada pela insistente propaganda e garantida pela força da PVDE. A preocupação do contexto da 2ª Guerra Mundial não poderia se sobrepor no público ao próprio certame, mas é certo que ali, com propaganda e invenção de identidade da ditadura, já se transmitia ao público internacional a tônica diplomática que Portugal tomaria perante o conflito que ocupava as atenções da maior parte da Europa.

CAPÍTULO 4

Proponente de políticas coloniais para o regime, mas em rota de dissidência

4.1. Estado Novo português e a Segunda Guerra Mundial

A ocorrência da 2ª Guerra Mundial obrigou o governo português a tomar posições no âmbito das relações internacionais e consequentemente remover-se do conforto de estabilidade que parecia ter alcançado pela força do Estado Novo. Nesse momento, Salazar teria que demonstrar suas capacidades de equilibrista sem desfazer a imagem de seu regime nem arriscar a soberania ou mesmo a independência do país e do império. Para tanto, e sem precisar sair de Portugal, Salazar manteria sua chefia do governo mas acumularia cargos na posição de diplomata em contexto de guerra: era também, ao mesmo tempo que Presidente do Conselho de Ministros, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1936-1947) e Ministro da Guerra (1936-1944). Antes de qualquer coisa, o regime pretendia preservar a soberania e integridade do seu território europeu e do império perante as vulnerabilidades a que estava submetido (LÉONARD, 1998, p. 141). Ainda antes do conflito mundial, sendo mesmo seu preâmbulo trágico, a Guerra Civil de Espanha preocupava Portugal basicamente pela emergência da II República e fortalecimento dos campos republicano, comunista e anarquista – e os contatos entre militantes portugueses e espanhóis – e também pelos perigos de expansão espanhola de desígnio anexionista que poderia ameaçar a independência portuguesa dentro das fronteiras ibéricas. Logo, e em decorrência da chegada do conflito na fronteira com Portugal, Henrique Galvão à serviço da Emissora Nacional foi enviado à guerra para servir como informante do governo²³⁷. Em relação ao país vizinho, o Estado Novo apoiava os franquistas contra a

²³⁷ Em Agosto de 1936, a serviço da Emissora Nacional, Henrique Galvão foi enviado em missão secreta e arriscada à Espanha logo no início da guerra civil. Provavelmente fora escolhido como emissário por sua lealdade, qualidades militares e também para ser afastado do meio gestorial do regime no qual se indispunha, a fim de informar o governo do conflito que chegava perto da fronteira, especificamente pela sangrenta batalha de Badajoz. Informante de guerra, Galvão escreveu vários relatórios que de pronto eram enviados à chefia de gabinete de Salazar (Leal Marques). Neles, Henrique Galvão demonstra o apoio aos franquistas (tratados como revoltosos), com elogios a Francisco Franco, e total desprezo pelo lado inimigo, sobretudo aos comunistas. Chega mesmo a regozijar-se com os fuzilamentos e demais massacres onde eram vitimados os comunistas (e seus possíveis familiares ou amigos) e indignava-se com os ataques que os fascistas sofriam. É bem significativo que em uma passagem do relatório de 2 de Agosto, escrito em Sevilha, Galvão refere que em um confronto morreram 300 *comunistas* e 700 *pessoas*. Dessa missão que poderia ter custado sua vida, afinal estava em batalha, Galvão foi levemente ferido em Llerena. Esses relatórios podem ser conferidos – originais manuscritos e transcrições – em <https://ephemerajpp.com/2016/09/11/relatorios-de-henrique-galvao-numa-missao-secreta-a-espanha-no-inicio-da-guerra-civil-agosto-de-1936/>.

emergência dos republicanos e dos anticapitalistas (o “perigo vermelho”) mas também mantinha as ressalvas temerosas de expansionismo. Para tanto, e já preparando para o início da guerra mundial, foi assinado em 1939 entre os dois países o Pacto de Amizade e de Não-Agressão.

Na posição de preservar sua soberania, o regime também apelava à sua pretensa originalidade perante a Europa e o Atlântico, sendo favorável que o continente caminhasse aos rumos dos “Estados fortes” ao mesmo tempo que tentava delimitar-se de outros regimes fascistas. Assim, Portugal anunciava sua posição de neutralidade – não só uma decisão estratégica para preservar seus interesses nacionais mas também como fator ideológico (TORGAL, 2009, p. 500). Primeiramente, evocava a ideologia da estabilidade multissecular de suas fronteiras e sua vocação atlântica. Também, dentro do equilibrismo salazarista – agora em termos de relações externas – mantinha a aliança luso-britânica juntamente à necessidade de esconjurar o perigo espanhol sem necessariamente romper com Franco, mas atento ao expansionismo do III Reich de Adolf Hitler que mirava a Península Ibérica (as ambições da Operação Félix são um marco) e tinha no vitorioso Franco um aliado – dessa situação que escancarava as vulnerabilidades de Portugal na Península Ibérica, ao Pacto de Amizade de 1939 juntaram-se o Protocolo Adicional (1940) e a formação do Bloco Peninsular Ibérico (1942). Em relação ao Reino Unido, com a antiga aliança assegurada, Portugal tomou a posição de neutralidade unilateral, não-beligerante porém politicamente ativa, casando também com as preocupações britânicas em relação à Península Ibérica (era importante não permitir a entrada da Espanha na guerra ao lado do Eixo e assegurar a soberania naval Aliada nas ilhas portuguesas e em Gibraltar), contando Salazar com dois embaixadores anglófilos nessa questão – Armindo Monteiro em Londres e Pedro Teotónio Pereira em Madri (ROSAS, 1998, p. 268). A política de boas relações com o Reino Unido contava também com a cooperação da hegemonia da tecnocracia salazarista e com a imprensa em maioria anglófila, além do apaziguamento da oposição do Partido Comunista Português – desmantelada já pela repressão, clandestinidade e pelo Tarrafal – em sua decisão de “colaboração patriótica” a despeito das orientações de neutralidade vindas do Kommintern (ibidem, p. 269).

Na área económica, e apesar do bloqueio imposto pelos britânicos, Portugal foi poupado de maiores efeitos da guerra até 1940, tendo no ano anterior firmado um acordo comercial com o Reino Unido que ainda permitia as relações das colônias com países das Américas do Norte e Sul. Ainda assim, sempre ganhando tempo e defendendo os interesses dos capitalistas nacionais, Salazar faz frente a várias exigências britânicas colocando reservas a restrições de

liberdade comercial e exigindo maiores garantias aos interesses econômicos portugueses. Nisso, e à revelia dos aliados britânicos, Portugal continua a prática de “contrabando de guerra” com relações comerciais com a Alemanha: portos portugueses e espanhóis eram ponto de escoamento de exportações alemãs e fonte de divisas para o III Reich, fazendo com que a diplomacia britânica reavaliasse a política de neutralidade portuguesa (ibidem, p. 270). Outro ponto fulcral da economia portuguesa na guerra seria a questão do volfrâmio, em um impasse iniciado em 1941 com a preocupação dos Aliados perante o abastecimento da Alemanha pelo minério vindo de Portugal – sendo muitas das minas de capital britânico. Somente em 1944 o *Ministry of Economic Warfare* será enfático em cobrar o embargo da venda de volfrâmio que abastecia a economia alemã, encarando agora não como questão comercial mas também estratégica. Equilibrado entre a aliança com o Reino Unido e às esperanças de que a Alemanha pudesse barrar o avanço de uma “onda vermelha”, Salazar enfim cede às pressões dos Aliados, temendo perder a estabilidade do regime e a soberania de suas colônias, decidindo ainda em 1944 encerrar as minas de volfrâmio e embargar a sua exportação a qualquer destino (ibidem, pp. 280-282).

Outra questão de central importância quanto a participação neutra de Portugal na guerra seria a cobiça dos britânicos nos arquipélagos de Cabo Verde e Açores, posições estratégicas no Atlântico e que poderiam ser úteis a Portugal em caso de avanços alemão e espanhol. E, como ocorreu, as bases de Lajes e Santa Maria nos Açores realmente foram cedidas ao Reino Unido e Estado Unidos. Quanto a esse último, entrou na guerra em 1941 e de início sua beligerância foi subestimada por Salazar, que posteriormente foi tomando posicionamento mais receoso pelas declarações de Roosevelt contra os velhos impérios coloniais europeus, e também pelo perigo ideológico do *american way of life* contra o “viver habitualmente” do salazarismo (ibidem, p. 273).

Nesse quadro geral e muito pobremente resumido, vê-se que a neutralidade de pretensão “equidistante”, dos dois lados tentando tirar proveitos mas com desconfianças pelos perigos à soberania europeia e colonial, e mesmo que em regime se aproximasse mais das potências do Eixo, Portugal acabava por pender mais ao lado dos Aliados, devido antes de tudo pelas influências da aliança que mantinha com o Reino Unido. Era enfim uma neutralidade que se demonstrava mais visível no campo político que no econômico, já que o país mantinha relações comerciais e abastecia os dois lados (e a Alemanha se beneficiou bastante da neutralidade portuguesa e dos furos ao bloqueio britânico), mas o resultado era de fato uma colaboração aos Aliados e sobretudo ao Reino Unido, com quem viveu contradições durante o conflito sem

nunca assumir um caráter antagônico (ibidem, p. 283). Quanto aos capitalistas industriais e comerciais portuguesas, o historiador Fernando Rosas afirma que os “negócios de guerra” em situação de neutralidade permitiram a oportunidade de acumulação de capital, a industrialização de base como substituição de importações – perante a retração dos países beligerantes – e “uma viragem da colonização portuguesa assente na exportação de capital metropolitano e no seu investimento produtivo nas colónias africanas” (idem). Ainda em 1940 o Reino Unido encabeçava um acordo triangular com Portugal e Espanha, financiando a compra por esse de produtos coloniais portugueses (ibidem, p. 271). Com a guerra Portugal também se beneficiou de uma oposição apaziguada, porém a pendência aos Aliados também impunha os desafios de manter o regime e o império como estavam, portanto um fascismo colonialista, sem se identificar tanto com as potências do Eixo nem perder a soberania para as exigências dos Aliados, potências democráticas. No fim da guerra, aumentaria a importância do império no comércio externo português, tendo ainda uma aproximação entre Angola e Moçambique aos Estados Unidos da América a partir de 1942, que passou a fornecer a essas colônias materiais ferroviários, caminhões, máquina e alguns aviões para linhas internas. Em 1944 são autorizadas as instalações de fábricas algodoeiras, uma em Angola e outra em Moçambique, no mesmo ano em que o grupo Champalimaud desenvolve a indústria do cimento nessa última. A nova conjuntura internacional favoreceu a economia do império criando condições para um desenvolvimento rápido. Além da mudança de política de industrialização, os preços dos produtos tropicais no mercado internacional subiram, aumentando o peso das colônias na economia nacional – agora com maior e mais significativa influência dos EUA, permitindo uma série de projetos de infraestrutura (TELO, 1994, p. 243-244).

Em geral, a guerra deixou a Portugal os imperativos de uma arrumação política que não a identificasse com os fascismos, assim como o impasse de manter o império perante a reorganização mundial que caminhava a uma divisão entre duas esferas de influência sob dois vencedores do conflito – EUA e URSS. Apesar de alguns benefícios, o Estado Novo teve de romper sua estabilidade dos anos trinta e, perante as demandas de um novo cenário geopolítico, tentaria “saber durar” já enfrentando sua primeira crise séria após a guerra.

Pouco antes da deflagração da 2ª Guerra Mundial, em Março de 1939, Henrique Galvão e outros convidados de outros países visitam a Alemanha convidados pela Frente Alemã para o

Trabalho, organização sindical-corporativa nacional-socialista dirigida por Robert Ley. Ali, segundo seu biógrafo, Galvão reforçaria sua crença no desenvolvimento da Alemanha, sendo, portanto, um dos intelectuais de preferência germanófila em Portugal (MOTA, 2011, p. 106). Já durante a guerra, Fernando Rosas diz, citando Júlia Leitão de Barros, que “os germanófilos declarados são «homens que se encontram nas margens do regime»” (ROSAS, 1998, p. 269), como o monárquico radical Alfredo Pimenta, alguns jornalistas, alguns oficiais de escalões intermédios, alguns dirigentes da Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa e antigos militantes nacionais-sindicalistas. No início do conflito Henrique Galvão escondia publicamente sua tendência germanófila e pronunciou na Emissora Nacional seis palestras²³⁸ (acrescidas de mais duas “não proferidas” na publicação impressa). Nelas basicamente o intelectual e diretor da emissora propaga a ideia geral de neutralidade que os portugueses deveriam assumir perante o conflito, exaltando o carácter pacífico da nação em comparação com o restante da Europa e, diante “francófilos, anglófilos, germanófilos e italianófilos etc. (...) não se encontra um que diga e que mostre, que grite e que demonstre que é a única coisa que sèriamente, conscientemente, se pode ser, quando uma nuvem negra paira sobre a Europa: isto é: Lusófilo-Português e mais nada” (GALVÃO, 1939, p. 23-24). Se nutria aspirações germanófilas às vésperas do conflito, publicamente, a serviço do regime mas também coerente com seu nacionalismo, Henrique Galvão reforçava a “originalidade” portuguesa que justificaria a neutralidade adotada.

4.2. Henrique Galvão ascendente em cargos de gestão colonial

Henrique Galvão continuava sendo um gestor de propaganda do Estado Novo, porém a partir de 1936 passaria a acumular cargos e funções também como o mais alto inspetor colonial do regime. Desta forma, era o agente de propaganda de grandes eventos como a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, o Cortejo e as festividades de Guimarães no contexto de comemorações dos centenários, e também continuava sendo diretor da Emissora Nacional. Ao mesmo tempo, passaria a ser também o gestor responsável por comandar vistorias *in loco* nas

²³⁸ “Lusófilos”; “Os estratégicos, os críticos, os boateiros”, “Os tristes e os papões”; “O inimigo interno”; “Contra-espionagem”; e “Um critério prático de patriotismo”.

colônias. A partir de 1945, mesmo não tendo gosto pela atividade parlamentar, Galvão seria deputado pela província de Angola.

Inicialmente acumulando cargos e funções, de forma gradativa Henrique Galvão deixaria suas posições na propaganda oficial do regime e retornaria à administração colonial, porém agora exercendo cargos de maior autoridade. Essas novas funções permitiam com que o intelectual-gestor tivesse maior presença em território africano, sendo que as inspeções o faziam percorrer as realidades de várias colônias (incluindo estrangeiras). Como deputado por Angola e como inspetor, institucionalmente cabiam-lhe poderes fiscalizatórios, reguladores e de propostas à política colonial. Contudo, foram justamente essas novas posições institucionais que serviram para que Galvão se municiasse de críticas cada vez mais explícitas e iniciasse sua trajetória de dissidência ao próprio Estado Novo. Não obstante, apesar de não servir mais oficialmente à propaganda salazarista, não deixaria de ser propagandista – um dos seus principais talentos. Porém agora faria propaganda do colonialismo que julgava ser necessário, em conflito com o colonialismo real praticado pelo governo – o máximo de consciência possível de Henrique Galvão para a reformulação das práticas coloniais transcenderia o que existia e negaria mesmo a propaganda oficial do regime.

4.2.1. Inspector Superior de Administração Colonial (1936-1949): o lento desenlace com o regime

Em Agosto de 1935 surgia um boato de que haveria um golpe liderado por Rolão Preto contra o regime e que Galvão seria componente. No mesmo mês ele envia uma carta ao chefe de gabinete de Salazar pedindo que considerassem que ele não fazia parte do suposto movimento²³⁹ e dias depois envia ao próprio presidente do Conselho elogiando sua política como “única que tem valor e pode conduzir este país nos rumos que nos convém” (MOTA, 2011, p. 94). Já bem no fim do mesmo ano, Henrique Galvão escrevia em tom de lamento a Salazar por nunca ter tido a oportunidade de trabalhar mais junto ao chefe sem o risco de ter que voltar à ociosidade de alguma caserna e ainda queixava-se que o Estado Novo nunca reconheceria integralmente seus serviços nem lhe demandava as responsabilidades que julgava

²³⁹ Golpe de Mendes Norton tentado em Setembro desse ano mas sem êxito.

caber a si mesmo. Enfim, queixava-se a Salazar por ser pouco acionado mas encerrava a carta afirmando lealdade (ibidem, p. 95).

Meses antes, em Outubro, Henrique Galvão proferiu na SGL conferência de título “*Angola: O Passado e o Presente da Colónia*”. Logo de início, o autor provoca o público presente afirmando que estes já deviam conhecer bem as colônias, e que, portanto, a conferência só teria melhores efeitos se fosse destinada àqueles que não estavam presentes – “quem mais importaria conquistar e convencer”. Sua proposta geral para metodologia de sua palestra seria a de fazer uma interpretação ampla da conjuntura de Angola, a fim mesmo de se fazer a propaganda da colônia (GALVÃO, 1935, p. 17). Descoberta aos portugueses ainda no contexto das navegações, Galvão afirma que Angola nunca foi objetivo imperial, mas subsidiária, ora como caminho para as Índias, ora como fornecedora de mão-de-obra ao Brasil – mas não especifica o tipo de mão-de-obra (ibidem, pp. 18-19). Crítico, também afirma que do século XV ao XIX nunca se aproveitou o potencial que a colônia oferecia, com direções políticas sempre irregulares, a depender de quem eram os governadores – quando não havia ainda uma “doutrina superior” – portanto um eldorado nunca aproveitado. O autor lamenta que após a independência do Brasil a tradição imperial perdeu-se em vez de destinar esforços a Angola, adentrando um período [liberal] de “decadência, ébrio de política, míope, espiritualmente reduzido a fronteiras tão limitadas que, em muitos casos, não iam além do Terreiro do Paço”, portanto uma colônia sempre secundarizada, a “gata borralheira das nossas ânsias e virtudes de país colonizador” (ibidem, p. 20). No entanto, Galvão salienta que apesar de tudo isso, Angola continuava sendo a mais portuguesa de todas as colônias (ibidem, p. 21). Uma coisa, diz, são governos, e outra é o sentimento da nação: cada homem carregaria em si a raça, portanto cada homem seria um colono, sendo o espírito de expansão o sentido da “raça” portuguesa, daí atribuída a edificação de Angola, cujo rumo só se mantém pelo esforço aleatório de portugueses além-mar (ibidem, pp. 21-23). Nessa lógica, o que Galvão pretende dizer criticamente é que o único fator de sustentação de Angola até o momento seria o expansionismo atávico a cada português no ultramar, princípio de razão de ser da nacionalidade e não obra de governos:

“Evidentemente, a obra realizadas nestas condições – isto é, por acção de virtudes nacionais desligadas duma política nacional – se é admirável pelo que consegue e realiza com tão escassos recursos, devia ressentir-se fatalmente da falta duma organização que, sobretudo no campo económico, se fêz sentir quasi permanentemente” (GALVÃO, 1935, p. 23)

Desse esforço do homem comum português em terras ultramarinas, importa a Galvão realçar o “carácter nacionalizador”, ou o “cunho português da acção” (ibidem, pp. 23-24). Segundo afirma, esse movimento se deu de forma lenta e submetendo nativos até o século XIX, ação a qual julga ter se dado mais por missionários e comerciantes que pelas armas – dizendo mesmo que as ocupações (campanhas militares) foram pacíficas e que as revoltas só se deram contra os ocupantes devido a desmandos de comerciantes e intrigas políticas nas sucessões de chefias indígenas (ibidem, p. 25). Ora, nessa conferência o autor não considera – ou deliberadamente ignora – as formas de trabalho compelido e as repressões policiais no século XX como subjugação e considera os massacres de tropas sobre populações nativas como pacíficas, além de reduzir todos os atos de resistência dessas populações a simplesmente intrigas implantadas, não considerando a possibilidade de que em algum caso sequer essas populações “incivilizadas” tivessem capacidade de criar uma consciência contra o colonizador – aquele confronto entre duas temporalidades bem distintas. Continuando o autor, a obra portuguesa foi se espalhando “como mancha avassaladora de óleo em tecido bom” e mantendo o carácter português apesar das inconstâncias históricas. E no esforço da “iniciativa viril e inquieta dos colonos” efetivou-se a ocupação cujas influências se fazem perceptíveis na “nacionalização” e no “êxito das políticas indígenas” (ibidem, p. 26). E especifica o que seriam esses êxitos:

Henrique Galvão, como um dos ideólogos do colonialismo e funcionário do Estado Novo, reitera a ideia de que a colonização portuguesa seria de tipo diferente daqueles de outros países colonizadores (e mais desenvolvidos em termos de relações sociais e forças produtivas do capitalismo), dizendo que o jeito português garante uma colonização integral e não “puramente económica” como os modelos de outras potências²⁴⁰. Quanto à nacionalização, reproduz a ideia de mimetismo²⁴¹ dizendo ser bem visível no território – e nos costumes, encontrando uma paisagem bem semelhante à metropolitana, “a imagem clara de Portugal em suas virtudes e defeitos”, onde colonos, segundo testemunho de Galvão, sentem-se à vontade e incluídos no meio – algo que ele diz não encontrar em outras colônias como ocorre em Angola (idem). Quanto à política indígena, Henrique Galvão afirma que em todas as colônias logrou

²⁴⁰“Realmente, enquanto nas colónias vizinhas mais prósperas nós encontramos uma ocupação, aliás brilhante, mas localizada nos centros estratégicos de economia, como se a obra de colonização fôsse pura e simplesmente, como nos tempos de outrora, uma acção puramente económica de exploração comercial e industrial, em Angola observamos uma ocupação densa que foi a todos os pontos do território e que mesmo nesta época tão intensamente económica ainda conserva os elementos e o carácter duma colonização integral” (GALVÃO, 1935, p. 27).

²⁴¹ “Quem não encontrou na paisagem suave da Humpata motivos imediatos de comparação com risonhos campos portugueses? Quem não se lembrou em Mossâmedes de certas vilas alentejanas e algarvias? Quem não se surpreendeu em Malanje por se sentir transportado a vistas conhecidas de Portugal?” (op. cit., p. 27).

êxito, mas que em Angola os efeitos são mais perceptíveis. Diz que nessa colônia há “magnífica tranquilidade” e “ar pacífico”²⁴², realidade tão calma e hospitaleira que qualquer visitante nem acreditaria facilmente nas revoltas, “lutas cruentas” e dificuldades perante os “naturais”. Pretendendo ser realista e não apenas um otimista, diz que a obra colonizadora portuguesa fez “dêsses povos indígenas uma população portuguesa ligada aos destinos portugueses”, triunfos atribuídos às “virtudes dos colonos”, a quem Galvão confere valores heroicos de agentes civilizadores por vocação e amor mesmo desamparados pelo Estado, e acção missionária – “marca inconfundível dos processos de Portugal colonizador” (ibidem, p. 28).

Levantados esses elementos, Galvão conclui que o fato mais notável da colônia de Angola desde os últimos cinquenta anos seria sua integração em uma política imperial portuguesa, principalmente nos últimos anos – os anos pós-28 de Maio. Portanto, depois de cinco séculos do que julgou como desamparo, afirma que no momento poderia se dizer que a colônia encontra-se enfim em posição nacional, reatada a tradição ultramarina e ultrapassada a noção de que Portugal seria um país pequeno com o ressurgimento de um pensamento imperial português: o império africano como “base e campo de acção dos nossos verdadeiros destinos” (ibidem, p. 30). A situação favorável que o autor delimita como marco temporal da retomada dos desígnios imperiais seria o Estado Novo ainda em seus primórdios, com a promulgação do Acto Colonial, “o ponto de coincidência entre uma política definida da Nação e as virtudes eternas dos colonos de Angola”, a partir do qual, segundo o autor esperançoso, o futuro a longo prazo demonstrará resultados notáveis (idem). Desta maneira, Henrique Galvão insiste na concepção de que a retomada é recente, que o império não seria ainda uma realidade mas estaria em seu rumo (o “terceiro império”) por obra do Estado Novo. Para tanto, ainda em 1935, o intelectual tentando interferir na realidade chama à urgência e necessidade da realização prática das ideias, a **acção** a seguir a renovação de doutrinas, tentando convencer de que as circunstâncias são favoráveis:

“Angola espera-os num momento da sua vida particularmente difícil, mas com todos os elementos morais, espirituais e económicos necessários à formação duma grande colónia: moral e espiritualmente uma população branca profundamente portuguesa, de índole e sentimentos portugueses, capaz de todos os esforços e ungida por todos os sacrifícios, e uma população indígena pacificada e já pacífica, intimamente ligada à

²⁴² Henrique Galvão usa em seu argumento as palavras carregadas da pieguice mística nacionalista atribuídas a um observador em uma conversa informal: “Se houvesse uma revolta nesta colónia, movida pelos colonos, não era preciso tropa para a debelar. Chegava um bom orador, romântico, sentimental, que falasse de Portugal aos colonos. E todos se abraçariam com lágrimas nos olhos” (op. cit., p. 28).

massa colonizadora. Econòmicamente um vasto campo de realizações, pronto a entregar-se, a produzir, a desentranhar-se em riqueza. Simplesmente há que compreender na amargurada história de Angola a necessidade duma renovação total de processos – os processos que devem resultar de doutrinas, de preceitos –, duma política, enfim, que depois de tantos séculos descobriu Angola” (GALVÃO, 1935, p. 31)

Contando com diversidades naturais, mão-de-obra abundante e “centros irradiadores”, portanto o mínimo de condições gerais de produção para se efetivar um processo sistemático de desenvolvimento material, a “joia das províncias portuguesas” estaria, na análise de Galvão, no processo de “rumo do império” e pronta para um programa robusto de colonização. Considerada pelo intelectual como tão sagrada quanto qualquer província metropolitana, os problemas de Angola (financeiros, político, povoamento etc.) deveriam ser encarados em totalidade, sendo um exemplo otimista dos portugueses perante o mundo em crise. Como solução proposta, o intelectual sugere que o motor de desenvolvimento de Angola não seriam as grandes organizações capitalistas de capital anônimo, mas o **pequeno capital dos colonos**. Para isso, seria preciso pensamento, ação e vontade (ibidem, pp. 34-35).

No ano de 1936, ano em que Francisco Vieira Machado tomava posse como novo ministro das Colónias, Henrique Galvão foi nomeado Inspector Superior de Administração Colonial, cargo importante cuja função básica era, representando o Estado R, de comandar os serviços de fiscalização *in loco* nas colônias em questões administrativas e econômicas, como agente regulador dos processos produtivos – incluindo recrutamento e emprego da força de trabalho²⁴³. Gestor de confiança do governo central, o inspetor detinha poderes suficientes para fiscalizar e pedir esclarecimentos de governadores acerca de qualquer assunto concernente à administração colonial e suas relações com proprietários e demais colonos. No âmbito produtivo, das condições gerais de produção, as inspeções deveriam resultar em relatórios e pareceres que poderiam auxiliar e mesmo guiar as ações políticas coloniais na coordenação econômica dos territórios, portanto sendo um cargo essencial para as ações de integração. Nesse sentido, Galvão era intelectual-gestor de propaganda na Emissora Nacional e também de administração colonial como inspetor, acumulando cargos estratégicos para o regime.

²⁴³ Algo parecido com as inspeções de trabalho da administração colonial francesa. Cf. RENUCCI, F. L'inspection du travail et le droit en Afrique francophone au XXe siècle. **S. El Mechat. Les administrations coloniales (XIXe-XXe siècles). Esquisse d'une histoire comparée**, Rennes, 2009. 253-263.

Na ocasião da 1ª Conferência Económica do Império em 1936, Henrique Galvão proferiu “*O Povoamento Europeu nas Colónias Portuguesas*”, fazendo análise do problema de colonização e sugerindo planos de ação que o regime deveria tomar no assunto. Como anexo, seriam publicadas também as “*Bases para povoamento europeu nas colónias portuguesas*”, sistematizando em estilo legislativo o passo-a-passo a ser efetuado, ou em suas próprias palavras, essas soluções propostas seriam “a coluna vertebral de uma acção do Estado em matéria de povoamento europeu” (GALVÃO, 1937, p. 300). Esses dois documentos seriam incorporados em seu “*Angola (para uma nova política)*”, publicado em 1937 acrescido de análise mais pormenorizada e outras propostas de reorganização administrativa na colônia além da questão da fixação de colonos europeus. Como inspetor colonial, mais uma vez Henrique Galvão exercia a função de intelectual-gestor, ou seja, o intelectual cujo trabalho é propor uma organização da administração e dos processos produtivos nas colônias, logo um proponente de políticas a serem tomadas pelo regime na matéria seis/sete anos após a publicação do Acto Colonial e três/quatro anos após aprovação da Constituição do Estado Novo que incorporava aquele diploma e tomava como pilar fundamental do regime o colonialismo. Enquanto intelectual, Galvão pretendeu interferir na realidade modificando-a em alguns aspectos, e nessa tentativa de intervenção expressaria uma visão de mundo tecnocrática, de organizador de condições gerais de produção segundo seus preceitos ideológicos de colonialista e estudos de questões de ordem técnica, assegurando a ordem das relações sociais mas em modelos modernizadores, com o objetivo de desenvolvimento econômico e manutenção do império português.

Na Conferência Económica, o intelectual-gestor iniciou sua palestra afirmando que entre os principais problemas e obstáculos da colonização africana estavam a permanência de velhas doutrinas e a falta de concordância entre medidas e a realidade africana, assumindo que as “regras e ciências do colonialismo moderno” do século XIX eram viáveis para a época mas que no momento em que falava já eram defasadas, exigindo um novo estudo considerando as novas circunstâncias para o povoamento europeu em África (GALVÃO, 1936, p. 03-05). Como fundamento de seus argumentos, Galvão dispõe de dados de estudos do *Bureau International du Travail* da Sociedade das Nações alegando que a Europa encontrava-se superpovoada em contraste com o pouco povoamento da África – portanto um excesso de natalidade na Europa apesar da grande guerra, incapaz de alimentar seus habitantes e não encontrando solução na emigração intracontinental (ibidem, pp. 07-09). Assim, nesse tom *malthusiano*, Galvão toma como pressuposto que a “África é, no futuro, o único continente demograficamente capaz de

receber os nossos excedentes de população” (ibidem, p. 16), onde o clima não seria mais problema – já que melhorias técnicas assegurariam o domínio do humano sobre a natureza – e as questões sanitárias poderiam ser resolvidas com fomento necessário à obra de colonização, além da vantagem da África dispor de mão-de-obra suficiente e capaz para os primeiros trabalhos de estabelecimento (ibidem, p. 15). Ainda que considerasse que o continente africano fosse o melhor destino aonde europeus pudessem se fixar, viver e prosperar, Galvão ainda alerta que não há estrutura preparada o suficiente para receber todo o excedente populacional, então propõe algumas medidas mais imediatas. Antes de tudo, chama a atenção para as diferenças entre povoamento por subsídio das correntes de emigração – imediato, para sanar as necessidades humanas – e povoamento colonizador – valorização de todo o território em proveito de todos (ibidem, p. 17). Para tanto seriam necessários 1) estabelecer colonos antes de povoar com imigrantes e 2) emigrar capitais antes ou ao mesmo tempo que os emigrantes, concluindo que a colonização deve ser qualitativa e dirigida, devendo preparar as possessões africanas para tal empreendimento (ibidem, pp. 17-18). Nos dois tipos de colonização, Galvão define a *dirigida* pelo Estado e a *livre*, sendo esta última de iniciativa dos próprios emigrantes e o modelo responsável pela maior parte do povoamento das colônias, porém em decorrência da crise tem-se gerado desemprego fazendo com que o Estado impusesse limites a essa livre imigração (ibidem, pp. 19-20).

Em sua análise do que havia sendo feito até então, o autor afirma que há doutrina de mais e realização de menos, muita burocracia e pouca ação (ibidem, p. 20). Com isso, detecta na educação uma raiz do problema, entendendo que não se formam homens na integralidade *bergsoniana* (pensamento e ação) capazes de assumir a tarefa colonizadora. Citando elogiosamente mais uma vez Salazar, como fez em 1930 defendendo a nacionalização de Angola²⁴⁴, julga que a educação portuguesa não forma dirigentes de ação, mas burocratas (ibidem, p. 21). Não apenas na falha de aplicação prática e a ineficiência de se gastar muito e realizar pouco, Galvão aponta que há erros de métodos e doutrina, avaliando que a legislação em si já é insuficiente. De maneira incisiva, diz que Portugal não aprendeu com seu passado e sua vocação histórica, tampouco com os considerados êxitos do Brasil. Com sobriedade, retoma as necessidades que impulsionam o movimento emigratório e as demandas que esse fenômeno faz aos coordenadores econômicos:

²⁴⁴ “A falta de coincidência entre as instituições e seus fins (...)”.

“As correntes emigratórias formam-se por motivo duma necessidade do emigrante. As correntes de colonos por uma harmonia entre essa necessidade e os caracteres políticos e económicos do meio. Orientam-se e dirigem-se, natural, fatalmente, para onde possam satisfazer essa necessidade e corresponder às da colónia – isto é para o meio imigratório. E onde o meio não estiver monstituído [sic], ou não existir com seus caracteres próprios, é inútil atrair imigrantes ou fixar colonos” (GALVÃO, 1936, p. 24)

A partir disso, o intelectual elenca o que considera como falhas do empreendimento colonizador levado até então: falta preparação inicial básica ao colono para se estabelecer e não há condições nem delimita juridicamente o regime de propriedade que poderia criar o sentimento de proprietário no agricultor. Assim, toma como exemplo a Inglaterra que para ele logrou êxito porque delimitou o sentido de propriedade e tomou a ação colonizadora como um sistema, em que a direção do Estado entra como fator complementar. A Inglaterra ainda teria investido muito na ação – hidráulica agrícola, crédito agrícola e assistência técnica (ibidem, pp. 25-27), portanto Galvão considera que o sucesso da colonização se dá com investimento em CGP básicos para a produção colonial. Ao contrário dessa outra potência imperial, Portugal não dispunha de recursos financeiros, o que não deveria ser, para o autor, uma justificativa – tomando como exemplo o Brasil. Seria preciso encontrar uma fórmula nacional (ibidem, pp. 27-28). Em sua análise, Angola seria a província que melhor ofereceria condições para se estabelecer o colonato, sobretudo nos planaltos onde estaria o futuro da colonização próspera. No entanto, haviam falhas. A começar na metrópole, que não selecionava nem capacitava o emigrante-colono, normalmente inapto ao trabalho agrícola e abandonado à própria sorte. Também a falta de organização e conhecimento científico do terreno, desorganização de crédito e outras condições necessárias à fixação de colonos agricultores, além do funcionalismo burocrático que consumia grande parte do capital destinado às colónias (ibidem, p. 30). O que Henrique Galvão aponta então seria um problema de ineficiência e ineficácia da gestão colonial há muitos anos, inclusive no Estado Novo no qual confia que traria mudanças – em suma o problema de má gestão e insuficiência de CGP necessárias à colonização efetiva e bem sucedida.

Henrique Galvão é enfático ao reafirmar que o meio emigratório é condição essencial para o estabelecimento da colonização e que o esforço exige pesados investimentos e planejamento, não podendo depender apenas dos [poucos] capitais que o Estado dispõe. Assim, Galvão diagnostica que nas colónias “falta tudo, ou quasi tudo” e que é urgente se criar

condições para iniciar uma ação colonizadora de facto (ibidem, p. 33). Por isso, em sua função de intelectual-gestor – organizador de condições gerais de produção e força de trabalho – elenca problemas detectados no desenvolvimento colonial e propõe ações práticas à tecnocracia colonialista do Estado Novo.

Em primeiro lugar, diz que é preciso fazer uma criteriosa seleção de colonos: no esquema de colonização dirigida, destinar os colonos com aptidões rurais para áreas previamente estudadas e consideradas aptas à atividade agrícola, e a partir daí atrair a colonização livre com profissionais de diversos ramos. Alerta que um agricultor na metrópole não será presumivelmente um bom agricultor na colônia²⁴⁵, e que cabe ao Estado garantir a qualificação dessa mão-de-obra – portanto também uma condição geral de produção: “indispensável ao colono uma aprendizagem, um ensinamento especial, uma preparação técnica local, para poder ser um colono agricultor” (ibidem, p. 35). Sobre a concessão de terras, Galvão afirma que não se deveria partir de fórmulas prontas ou improvisos, mas analisar as situações reais e daí iniciar planejamento mais específico. À colonização de tipo livre seriam demarcados, pelo Estado, os tamanhos dos lotes de terra a depender do capital individual do colono. Ao Estado também caberia a responsabilidade da montagem das CGP, sobretudo em questão de infraestrutura (irrigação e regulação do regime de águas principalmente). Quanto à colonização dirigida, ao Estado caberia conceder gratuitamente ao colono um pedaço de terra, com imediato título de propriedade, casa, alfaías, sementes, gado e o que mais for de insumos necessários para se iniciar uma lavoura. Nesse regime, o colono deveria seguir regras estabelecidas (como hipotecar sem quitar o empréstimo com o Estado) e deveria produzir o que lhe fosse designado, a preços previamente estabelecidos. E à colonização por grandes concessionárias, o Estado concederia terras de tamanho proporcional ao número de colonos empregados por essas empresas, cabendo a ele (Estado R) a responsabilidade de orientação, fiscalização e tutela do colono – sem prejuízo de centralização burocrática – e ao Estado A, a companhia concessionária, a montagem das CGP básicas de infraestrutura no território concedido (ibidem, pp. 40-43).

²⁴⁵ “Este [colono agricultor] deve recrutar-se no meio rural, evidentemente, mas o organizador não pode esquecer que da vida rural da Metrópole o que mais é de aproveitar é o amor e a atração da terra e o que menos valor tem é a experiência técnica adquirida em circunstâncias locais diferentes daquelas para onde vai trabalhar” (GALVÃO, 1936, p. 35). O **organizador** a que Galvão refere seria um gestor (técnico) destacado especialmente para recrutamento e seleção de colonos.

Para escolha de zonas colonizáveis, Galvão afasta a hipótese de que o clima seria um fator preponderante considerando que a efetiva composição de CGP modernas garantiria um domínio satisfatório sobre a natureza. Sua ideia seria iniciar a colonização por zonas com CGP mais desenvolvidas e próximas a pontos de escoamento (como estradas e portos), para a partir daí expandir a zonas onde as CGP fossem se desenvolvendo aos poucos, sempre considerando a especificidade de cada zona a partir de estudos técnicos (ibidem, pp. 44-45). Em acordo com uma preocupação sua já de longa data, Henrique Galvão insiste que não se pode abandonar o colono à própria sorte, sendo responsabilidade do Estado orientá-lo e prepará-lo continuamente em formação técnica e conhecimentos econômicos: os órgãos centrais do Estado R devem fazer estudos e estabelecer as orientações segundo inovações tecnológicas; localmente, os técnicos deveriam partir para a ação na propaganda de técnicas, criação de granjas modelo e outras estações para distribuição de sementes e insumos agrícolas, construção de armazéns, moinhos, fornos e outras estruturas produtivas para uso comum e com fins formativos em qualificação do colonato (ibidem, pp. 47-49).

Também na ordem de preocupações e propostas de Galvão estaria a criação de serviços de assistência, sobretudo por CGP especializadas na produção e reprodução da força de trabalho e cuidados aos colonos. Nesse âmbito, o intelectual faz a crítica de que não basta as palavras publicadas nos diplomas oficiais, mas seria preciso e urgente a realização de serviços como assistências médica e sanitária, assistência moral e pedagógica (ibidem, p. 50). Sua ideia seria responsabilizar diretamente os administradores das Circunscrições sob os quais ficariam os postos de saúde, a vigilância sanitária, as escolas e as capelas missionárias, instalados na medida das demandas locais específicas. Crítico da ineficiência burocrática vigente, Galvão repudia as publicações sem lastro no *Diário do Governo* e sugere que, perante a incipiência do desenvolvimento colonial, as coisas sejam iniciadas aos poucos²⁴⁶, com atenção às situações e suas demandas²⁴⁷ e com hierarquia administrativa a partir das circunscrições, tendo os governadores de província como orientadores gerais dos processos de fixação e instalação de CGP. Outra forma de assistência, que exigiria maiores atenções em finanças e fomento colonial, seria o crédito para que os colonos iniciassem suas atividades produtivas sugerindo que o

²⁴⁶ “Tudo o que há a fazer e a organizar de comêço cabe, com vantagem, dentro da iniciativa, dos recursos e da competência dos Administradores de Circunscrição. Nascerá pequeno, modesto, mas vivo. É como nascem tôdas as coisas. Depois crescerá conforme o tempo e as circunstâncias, como sucede também com tôdas as cousas” (GALVÃO, 1936, p. 51)

²⁴⁷ “Doutra forma não faltarão quem determine a construção dum grande hospital (que nunca mais se construirá) para prestar assistência médica; de um liceu (que nunca mais se verá) onde houver apenas três colonos; de uma catedral onde estaria bem a pequenina capela das aldeias de Portugal” (op. cit., p. 51).

fornecimento viesse por caixa de crédito e não por banco, cabendo ao credor acompanhar e orientar seu uso e liquidação, com juros mais baixos e estabelecimento de longo prazo de pagamento a fim de se estimular a produção colonial. Em sua ideia, futuramente deveriam ser criadas as corporações de colonos, em que o crédito em pecúnia seria mais recomendado no lugar do crédito em insumos (ibidem, p. 53-55). O que se percebe até então é a preocupação do intelectual em se organizar pormenorizadamente e gradativamente o desenvolvimento econômico nas colônias a partir de uma organização produtiva onde até então ele enxerga atraso e certa negligência, priorizando os pequenos proprietários (colonos) como base desse desenvolvimento que poderia colocar as colônias portuguesas em condições de competitividade no mercado internacional, considerando os avanços e vantagens que as colônias estrangeiras vizinhas já demonstravam.

Na estruturação básica para o desenvolvimento capitalista nas colônias, Henrique Galvão ainda propõe que a princípio ao colono não deve ser fornecida mão-de-obra indígena, pois “Está provado que o colono a quem é fornecida mão-de-obra indígena passa a explorar o trabalho do preto e a considerar inferior a sua função de trabalhador da terra” (ibidem, p. 56). Nesse sentido, o intelectual está em acordo com a visão de mundo expressada também por Norton de Matos, que fugia às classificações do racismo segregacionista que imputava aos negros uma eterna e rígida inferioridade racial. Em sua concepção, o negro encontra-se na verdade em uma inferioridade ou menoridade civilizacional, podendo ser modificada com ação civilizatória do homem branco e cristão em uma perspectiva de tutela, portanto o racismo de estilo paternalista em que o colonizador e missionário cumpriria função de educar e “elevar” a “raça” negra. Assim é mais condizente com os preceitos ideológicos de vocação portuguesa da unificação nacional pluricontinental, em que gradativamente o *indígena* passaria a *cidadão* – uma concepção diferente, portanto, daquela que Galvão expressava em seus primeiros contatos com a África e também dos preceitos de Armindo Monteiro que condenava os negros ao determinismo da inferioridade. A visão de mundo de Galvão e Matos é mais condizente com a concepção de desenvolvimento capitalista em que os indígenas, devidamente “civilizados”, se adequariam aos modos de vida dos colonizadores e às relações sociais capitalistas – a proletarianização, incompatível com o tribalismo tradicional e com a condenação eterna de inferioridade. Não podendo dispor de mão-de-obra indígena, portanto, Galvão propõe que os colonos recém chegados deveriam contar com o apoio de outros colonos, amigos e parentes vindos da metrópole, imprimindo o mesmo ritmo de trabalho camponês de lá. Somente após quitados os encargos com o Estado, poderia se pensar em fornecer a força de trabalho indígena

ao colono a depender de suas qualificações. Já no caso de grandes propriedades, o Estado deveria fornecer a força de trabalho indígena mediante análise e pronto pagamento, ou deixar essa tarefa a cargo dos sindicatos corporativos (ibidem, p. 56). Se cinco anos antes Henrique Galvão fazia a defesa do direito português ao uso de trabalho forçado, em contexto de necessidade de acumulação que elevasse o país na concorrência internacional, agora preocupava-se com as consequências dos abusos e sua incoerência com a concepção vocacional da nação multissecular e pluricontinental. Assim sendo, sua preocupação e propostas para o desenvolvimento futuro das colônias e do império vão no sentido de se estabelecer as relações sociais propriamente capitalistas na organização desse modo de produção em territórios ultramarinos.

Quanto à organização e destinação de capitais, o intelectual sugere que naturalmente fluiriam às colônias depois de criadas pelo Estado as CGP necessárias. Distinguindo o que seriam as categorias, diz que com instalação de capitais atrairia *imigrantes* que logo poderiam tornar-se *colonos* – uma preocupação perante o fato de que muitos portugueses vão ao Brasil ou Estados Unidos da América em busca de uma melhoria de vida, preferindo esses países pelas condições previamente já existentes (ibidem, p. 57). Nesse assunto, Galvão vê maiores experiências de êxito no pequeno capital nacional que se instala nas colônias, tratando com pessimismo o grande capital de Sociedades Anônimas, por ele considerado como parasitário das capacidades de crédito coloniais, problemas de administração e burocracia por suas sedes normalmente estarem em Lisboa e que normalmente resultam em fracasso (ibidem, p. 58). Assim sua proposta é que ao pequeno capital sejam dadas todas as facilidades possíveis, e ao grande, maiores restrições. Já aos grandes capitais estrangeiros na exploração agrícola Galvão sugere que não haveria maiores perigos, desde que assegurados o emprego de gestores e trabalhadores nacionais e a participação de capitais portugueses, ou seja, observar regras e cuidados contra “os perigos de desnacionalização económica” (ibidem, p. 59). Já o pequeno capital estrangeiro, principalmente de colonos italianos e alemães em Angola, – ao contrário do que diz em relação aos nacionais – representaria maiores perigos para Galvão, que não explica em detalhes os motivos para que pense assim, mas possivelmente interpreta que poderiam ser agentes desnacionalizadores, ponta-de-lança de ambições de seus países. E sobre comércio e distribuição, a proposta de Henrique Galvão é que o mercado deve ser orientado e organizado pelo Estado R, com fixação de cotas de produção obrigatórias e previsão de criação da corporação de colonos agrícolas em Angola assim como já existiam as de pescadores (ibidem, p. 60).

Relembrando uma conclusão sua no *Relatório de Huíla* de 1929 sobre a organização do colonato, Henrique Galvão mantém que um dos maiores problemas, além do material, seria de fatores morais. Diz que é preciso se criar o espírito de coletivismo – segunda sua visão de mundo nacional-corporativa – para prosperar a colônia e que as missões seriam as instituições que melhor poderiam cumprir esse papel. Aos missionários Galvão atribui a assistência moral e espiritual, além de considerar que normalmente são agricultores, podendo também servir como assistência técnica. Assim sendo, sua sugestão é a de que se instalem missões junto a terrenos de agricultores ou que se instalem propriedades rurais junto a missões, fazendo garantir que as missões estejam sempre presentes nas circunscrições e em apoio aos colonos (ibidem, pp. 60-61).

Após apresentação de tudo até então exposto, que seria sistematizado por ele em 27 bases normativas e regulatórias de um programa de colonização, Galvão sintetiza suas propostas em conclusões que dá por soluções. Considera que o projeto de povoamento apresentado se daria de forma lenta e a longo prazo; que é imprudente atrair mais colonos se não se resolverem os problemas que já são presentes nas colônias; que mesmo sendo de longo prazo, os trabalhos devem começar imediatamente; que a colonização dirigida deve ser metodicamente pensada, renovada em processos mas mantendo o “espírito dos velhos métodos portugueses”, sendo ela a preceder a colonização livre; e que deveria ser retomada a tradição de se levar crianças órfãs e abandonadas às colônias, tomando como exemplo a colonização do Brasil que se utilizou desse recurso, criando-se no Ministério das Colônias uma instituição específica para isso com apoio da Assistência Pública, e assim também apresentando uma proposta de escoamento demográfico (ibidem, p. 62). Encerrando a exposição de suas ideias para povoamento branco nas colônias, o que considerou como uma “coluna vertebral”, Galvão conclui que sua proposta “deveria ser a única fórmula que o Estado poderia por enquanto admitir e usar como fórmula de acção direta” (ibidem, p. 64). Assim está na posição de um intelectual-gestor, um tecnocrata no interior do próprio Estado Novo, proponente de políticas em matéria de colonização, apontando obstáculos da realidade que poderiam mesmo contradizer a própria propaganda oficial do regime.

As preocupações de Galvão, ainda que com risco de contradizer o próprio regime autoritário, demonstram seu interesse e empenho no trato do império como futuro da nacionalidade. Inegavelmente suas intenções parecem ser sinceras com objetivo de servir como

auxílio ao Estado Novo: o intelectual, ao qual também já foi atribuída a alcunha de “O Africano”, compreendia o colonialismo como assunto de mais alta prioridade, não só como sustentação do regime mas como sobrevivência da “raça portuguesa” – sendo o regime até então considerado por ele como o melhor caminho para manutenção do império colonial.

É fato que as políticas coloniais portuguesas tinham como principal fundamento o estabelecimento de agricultores portugueses no interior das colônias a fim de garantir a soberania, “civilizar” os nativos e desenvolver a economia nesses territórios. Assim foi tentado no Brasil, porém o povoamento rural só logrou sucessos notáveis após a independência. Na tentativa de destinar a Angola os esforços de se construir um “segundo Brasil”, os primeiros fracassos se deram com a introdução de degredados como colonos no interior angolano (BENDER, 1980, p. 145). Ainda assim, a colonização por povoamento de brancos era a principal aposta de intelectuais colonialistas – uns advogavam que o Estado deveria dirigir a colonização, fornecendo aos futuros colonos transporte gratuito, terra, habitação, insumos, subsídios e apoio técnico; já outros defendiam a colonização livre, em que caberia ao Estado apenas organizar infraestrutura e deixar que os colonos se sustentassem com esforços e recursos próprios. Como ponto em comum, os intelectuais colonialistas percebiam a colonização branca como fundamental à soberania portuguesa, sobretudo pela atividade rural, e tinham na missão de “civilizar” os nativos a justificação ideológica (ibidem, pp. 145-146). Nesse quadro, Henrique Galvão, como demonstrado, era um intelectual que defendia a primazia da colonização dirigida pelo Estado. Gerald J. Bender ainda afirma que as tecnocracias coloniais até 1974 consideravam como bem-sucedida qualquer presença branca em África, mas que para considerar mesmo os sucessos da colonização seria preciso considerar alguns fatores, estabelecendo três questionamentos básicos – aos quais de alguma forma Henrique Galvão, como intelectual-gestor, problematizou e tentou responder com propostas:

- “ 1. Teriam os programas de povoamento atraído números suficientes de colonos portugueses a longo prazo para as áreas rurais a fim de estabelecer uma presença significativa?
 2. Teriam os colonos aumentado a produtividade económica das áreas rurais e, se sim, eram as despesas para o programa de povoamento inferiores ou iguais aos custos da consecução de um desenvolvimento similar através de outros meios (isto é, várias formas de assistência aos africanos nas mesmas áreas)?
 3. Teria a qualidade dos colonos capacitado Portugal para levar a cabo a sua «missão civilizadora» e originar o desenvolvimento de comunidades multirraciais?”
- (BENDER, 1980, p. 147)

O historiador e geógrafo Orlando Ribeiro, quando escreve pessimista sobre os fracassos dos projetos de colonização em Angola e as contradições da mística de “missão civilizadora”, ressalta que mesmo após abolida a escravidão permaneceram as formas “mascaradas” de servidão: trabalho obrigatório, culturas comerciais impostas em prejuízo das lavras indígenas destinadas à sua alimentação, confisco de terras consideradas do Estado mesmo que tivessem sido concedidas aos nativos, contrato mal retribuído, castigos corporais e racismo (RIBEIRO, 1981, p. 128). Este intelectual, cujo pessimismo é vinculado à sua condição de derrotado pelas independências das ex-colônias, atribui o racismo exacerbado – e tantas vezes escondido pela fachada ideológica do mito da ausência de discriminação racial no colonialismo português, mesmo por Henrique Galvão que já começava a se preocupar com essa realidade – à chegada de mulheres brancas nas colônias que fez declinar certa “aristocracia mestiça, mas profundamente portuguesa”, e de onde saíram os quadros dirigentes dos países já independentes; também “a uma inconsistente exploração do preto, nada se fazendo para preparar uma *élite* negra que pouco ou nada terá de portuguesa e que se levantou ferozmente contra nós” (ibidem, p. 129). Orlando Ribeiro, que não esconde seu repúdio “ao mito da *negritude*” em África, conclui que em Angola as tensões raciais entre colonos e indígenas e os falhanços na execução de projetos foram responsáveis pelo fracasso na colônia – ao contrário do Brasil que, assim como pensava Galvão que compartilhava de preocupações e conclusões semelhantes, teria prosperado²⁴⁸ sobretudo graças à mestiçagem. Já João Pereira Neto, outro historiador afeto ao Estado Novo, também interpreta um fracasso do povoamento branco em Angola num período extenso, de 1931 a 1951, no seguimento da derrota das políticas de colonização de Vicente Ferreira: para ele, a “ténue actividade legislativa que quase passou despercebida na vida administrativa da província ao longo de duas décadas (NETO, 1964, p. 165). Em 1932 Armindo Monteiro teria extinto a Direcção dos Serviços de Colonização e

²⁴⁸ É interessante que intelectuais apologistas da mestiçagem e da “convivência de raças” no mundo português contrastam o fracasso do terceiro império com o sucesso do Brasil, ao qual atribuem a constituição de uma sociedade desenvolvida em progresso e marcada por uma suposta harmonia de raças. Para continuar na comparação entre ambos, Henrique Galvão e Orlando Ribeiro lamentaram os fracassos de colonização em África – o primeiro viu os processos iniciais de ruína do império agravados a partir da década de sessenta, e o segundo chegou já a testemunhar o desmoronamento – entendendo que o “ódio racial” de negros contra brancos era consequência da inexistência de harmonia entre raças na realidade de práticas racistas dos próprios brancos. A independência do Brasil, de amputação passaria a ser vista como amadurecimento civilizatório da obra portuguesa; já o “terrorismo” africano seria percebido como uma amputação na qual as populações negras, sobretudo urbanas, privadas de constituírem suas elites mestiças e vistas por esses intelectuais como inaptas a seguirem sem tutela europeia, precipitaram-se em lutas emancipatórias. Mais adiante Henrique Galvão estará entre o debate de autodeterminação e independência fatalmente trazido pelas alterações geopolíticas do pós-Segunda Guerra Mundial, no qual também escreve Orlando Ribeiro publicando já no pós-25 de Abril, ambos lamentando os fracassos coloniais e as autonomias dos “pretos”. Mas ora, ainda assim, por que esses intelectuais classificam como fracasso o país dos *musseques* ao mesmo tempo que sagram o país das *favelas*?

Terras instituindo a Repartição dos Serviços de Cadastro e Colonização, com quadros e verbas insuficientes – sendo poucos subsídios aos colonos – e também uma nova base para organização dos serviços, entretanto durando pouco pois em 1934 o ministro teria aprovado o orçamento ao mesmo tempo em que integrava os serviços de colonização na Repartição Técnica dos Serviços de Agricultura e Comércio, Colonização e Florestas, mantendo os baixos investimentos e não alcançando resultados mais satisfatórios que os poucos verificados em Lepi e Huíla (ibidem, p. 169). O historiador ainda informa que no orçamento de 1935-36 não há verba para subsídios a colonos, sendo destinados nos dois anos seguintes apenas 1.000\$00 para cobrir todas as despesas – fato que explica, com amparo da análise de Vieira Machado, pela transformação dos colonos “«numa espécie de funcionários públicos» e de no «dia em que deixaram de receber o seu ordenado mensal» se terem desinteressado do seu trabalho”, portanto não conseguindo o Estado fixar colonos de maneira sistemática (ibidem, pp. 170-171). Ainda que a partir de 1934 a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela tivesse fomentado um plano de colonização, o próprio desinteresse pelas dificuldades africanas (as ilusões do enriquecimento fácil e falta de amparo) e os entraves burocráticos de decretos governamentais teriam feito também fracassar esse plano – com altas taxas de desistência de colonos de 1937 a 1942 (ibidem, p. 178).

As ideias de Henrique Galvão não podem ser consideradas como inéditas, tendo em vista que Norton de Matos e Vicente Ferreira já se esforçavam na década anterior para pôr em prática planos de colonização branca no interior angolano. A historiadora Cláudia Castelo confirma que houve um “período de letargia” no período até 1932, agravado até 1935 devido sobretudo às políticas de contingenciamento financeiro de Salazar que se estendia à colónias pelo ministério de Armindo Monteiro. Nos anos trinta e quarenta não houve esforços de colonização direta por parte do Estado, tendo a SGL em 1932 estudado e proposto um projeto de colonização branca no planalto de Benguela e em 1934 o Conselho Superior das Colónias pronunciado favoravelmente ao projeto de colonização nos territórios sob autoridade da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela (CASTELO, 2007, p. 86-87). Ainda nos anos trinta, verificou-se escassez de auxílios do Estado Novo – à exceção de passagens gratuitas – aos possíveis colonos, em número já considerável devido aos entraves que o governo do Brasil já impunha aos imigrantes. Quanto a colonos estrangeiros, por exemplo nos planos de se formar uma colônia judaica em Angola, o regime impedia grandes entradas, principalmente em massa, sob pretexto de se evitar a desnacionalização dos territórios (ibidem, p. 91). Apesar do que pretendiam as tecnocracias dos governos portugueses, a do Estado Novo incluso, “a colonização branca sofreu também do facto de muitos colonos terem demonstrado uma aversão pela

agricultura e terem tentado ingressar o mais depressa possível no campo do comércio”, porém o comércio exige menos capitais e desejo de permanência que as atividades rurais, além do que essas são incompatíveis com os desejos de enriquecimento rápido e regresso à metrópole (BENDER, 1980, p. 151). Bender afirma que o fracasso da colonização dirigida não foi por culpa dos colonos, senão pela fraca seleção que era feita pelo próprio Estado. Apesar das dezenas de programas de colonização dirigida entre 1900 e 1950, raramente o Estado disponibilizou assistências técnica e financeira necessárias para realização. Problemas de falta de navios faziam geravam longas esperas até os colonos candidatos conseguirem um embarque; os colonos pobres não dispunham de muitos capitais para sobrevivência, dependendo de auxílios quase nunca obtidos por parte do governo: créditos inacessíveis e subsídios escassos desencorajavam os colonos a tentarem uma vida nas províncias ultramarinas. Dependentes do Estado – e Bender faz uma conclusão idêntica à de Vieira Machado e José Neto – o colono era mais “um funcionário do que um agricultor independente com um forte sentimento de propriedade” (ibidem, pp. 152-153).

Em 1932, na ocasião das Feiras de Amostras, quando o Estado Novo ainda se apresentava como fruto da ditadura de 1926 mas ainda não oficializado pela Constituição, Henrique Galvão proferiu na Sala Algarve da SGL a palestra “*Um critério de Povoamento europeu nas Colónias Portuguesas*”²⁴⁹. Já aí, Galvão diagnosticava que vinha de muito tempo a ineficiência dos governos em se resolver os problemas de povoamento branco nas colônias: “Legislação e doutrina a mais – de sobejo; realização a menos – insignificantes” considerando um vício da administração portuguesa em geral “legislar muito e realizar pouco, consumir em burocracia o espírito que deveria transformar-se em acção”. Desde essa ocasião, ele reconhece que “Temos uma legislação perfeitíssima, copiosa, síntese das melhores doutrinas e das mais santas intenções – mas não temos em correspondência com tanta flôr de retórica arruinada em artigos e parágrafos, uma obra de colonização europeia realizada”. Assim como repetiu em 1936, apontava falhas na educação que não prepara homens de ação, mas reproduz a mentalidade burocrática, lamentando o esquecimento das obras de “homens de acção” os quais admirava²⁵⁰ pela “coincidência e a harmonia que estabeleceram entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a execução”. Nesse momento Henrique Galvão já percebia os problemas de execução da colonização, mas era 1932

²⁴⁹ **Portugal Colonial**. n. 15, Mai. de 1932, pp. 28-29.

²⁵⁰ Ennes, Mousinho, Galhardo, Aires de Ornelas, Couceiro, João de Almeida, Sanches de Miranda, Azevedo Coutinho, Vieira da Rocha, Gomes da Costa etc.

e o Estado Novo ainda era uma promessa, estando, portanto, a culpa da má gestão colonial nos anos de liberalismo. Em 1936, já assumindo como inspetor colonial, seu diagnóstico e conclusões foram praticamente idênticos – acrescidos de mais estudos e apresentando propostas de soluções. O Estado Novo já estava consolidado juridicamente há três anos e a situação para Galvão mostrava-se inalterável. O que o intelectual propunha então, em 1936, seria a urgente ação prática de um programa de colonização que coincidissem com as promessas de ressurgimento e de valorização do império que o Estado Novo representava. O que se percebe então é o intelectual frustrado, decepcionado com o regime o qual pertencia e que ajudara a implantar depositando esperanças para resolução dos problemas coloniais, no entanto ainda mostrava-se confiante de que poderia oferecer soluções na posição de gestor.

Em seu novo cargo como Inspector Superior de Administração Colonial, Henrique Galvão embarcou para Angola em Abril de 1937 para inspecionar serviços administrativos da colônia, o estado da colonização e inspecionar diretamente os serviços da Companhia de Cabinda, devendo ainda proceder um inquérito demandado pelo Conselho Superior de Disciplina das Colônias a respeito de um médico veterinário. Reuniu-se logo à sua chegada em Luanda com gestores e demais funcionários públicos, e na companhia do inspetor tenente Óscar Ruas²⁵¹ embarca para a missão em Cabinda, depois prosseguindo por um percurso margeado pelo rio Zaire. O biógrafo comenta que Galvão anotava em seu diário na chegada de Cabinda relatando: “Fui até à jangada dos americanos sobre o Cuanza. Os pretos dizem que os americanos os proibem falar sobre o petróleo. Mas eles vão falando”. E que o inspetor, retornado a Luanda em Outubro, percorrera 23.688 quilômetros “por vastas áreas onde nunca nenhum branco até então chegara” (MOTA, 2011, p. 99). Enquanto estava em Angola, acontecia em Lisboa o Cortejo Etnográfico comemorativo do “XI Aniversário da Revolução Nacional”, organizado por Galvão, elogiado no jornal *O Século* de 31 de Maio e pelo próprio Salazar, parabenizando-o em telegrama enviado a Luanda. Respondendo a Salazar por telegrama em Agosto, baseado em Mucusso (ao sul de Angola), Henrique Galvão presta contas acerca de sua inspeção e ainda diz que “tão facilmente se encontra o heroísmo que comove, como a miséria que confrange, como a patifaria que revolta”, destacando ao chefe de governo

²⁵¹ Em 1927, a favor da Ditadura e contra uma revolta reviralista, Henrique Galvão saiu ferido de um combate travado na Rua das Amoreiras em Lisboa. Ali bem perto, ainda na região ainda do Rato, combatiam do mesmo lado de Galvão Humberto Delgado e Óscar Ruas.

que o principal problema não era tanto a falta de dinheiro, mas a desorganização (ibidem, p. 101).

Ainda em Angola, encerrando sua primeira missão como inspetor, cumpriu serviços administrativos e recomendou ao governador-geral da colônia que se fizesse uma homenagem pública a Óscar Ruas. Propôs também que a cobrança do imposto indígena viesse em uma só vez e não parcelada em duas vezes, para evitar revoltas porque em seu entendimento “os indígenas acharem que já tinham pago o imposto, não aceitando efetuar um segundo pagamento” (idem). Na visão de mundo de um racismo paternalista, a indignação dos “pretos” perante a cobrança de imposto – esse desencontro de visões de mundo – só poderia ser, antes de tudo, devido à ingenuidade de povos considerados infantilizados em termos civilizacionais que supostamente não compreendiam as instituições dos colonizadores.

Já chegado em Lisboa, Henrique Galvão elaborou para o ministro das Colônias quatro relatórios tratando a respeito de: colonização branca; os serviços da Companhia de Cabinda; inspeção administrativa; e sobre o médico veterinário. No primeiro mês de 1938, entregou ao ministro Vieira Machado o relatório “*Mão-de-Obra de Angola para S. Tomé*” como resultado de suas inspeções, alertando que os jornais já anunciavam o transporte de trabalhadores angolanos recrutados a São Tomé e Príncipe. Nesse relatório, Galvão narra segundo queixas que recebeu sobre prepotências de pequenas autoridades, violações ao Código do Trabalho dos Indígenas e recrutamento de trabalhadores por violência, concluindo que “o caso assume extrema gravidade, pois além da infracção à lei, estou convencido que só pela violência e sem o amparo de quaisquer razões justificativas que a moral e os brios de uma civilização humana defendam, tal contingente poderia ser recrutado” (ibidem, p. 102). Colocando-se como testemunha, Galvão relatava ao ministro:

“Durante a minha permanência na Colônia tive conhecimento de que pelo Governo da província de Benguela se pensava enviar para S. Tomé um contingente de indígenas do Bailundo, com o pretexto de castigar uma presumida insubmissão dos mesmos. Não houve insubmissão de espécie alguma. Mas, ainda que a houvesse, o Código de Trabalho Indígena e o Estatuto dos Indígenas não admitem tais processos de punição, muito semelhantes a processos condenáveis de escravatura” (GALVÃO apud MOTA, 2011, p. 102-103)

Com essas observações, Galvão propunha ao ministro a suspensão do recrutamento dessa força de trabalho a São Tomé, dando prioridades a esse seu relatório no qual narrava o ressurgimento de antigos métodos de escravatura que gerava emigração massiva de indígenas

para outros territórios, tendo destruídos ainda seus modos tradicionais de organização familiar. Destacava ainda que o contrato de trabalho subentendia violência, que não se respeitava o acordado de jornadas e salários e que a propaganda de assistência médica não correspondia com o alto índice de mortalidade, comparando o regime de trabalho em São Tomé ao de degredados. Respalhando-se em dados estatísticos da Curadoria dos Indígenas sobre recrutamento de trabalhadores indígenas de Angola para São Tomé desde o século XIX, Galvão concluía que os serviços eram tomados por ineficácia, remunerações inexistentes ou miseráveis, contratos não cumpridos e alta mortalidade. Ainda assim, como em 1931, admitia que os indígenas fossem compelidos ao trabalho, considerando que a violência aparente poderia ser corrigida pelo que considerava “o benefício material e civilizador colhido pelo trabalhador: salário remunerador, regras morais de trabalho e respeito pelas cláusulas dos trabalhos” (ibidem, p. 104). Em termos de responsabilidade por essa situação, Galvão dizia que os administradores coloniais também a repugnavam, portanto, isentando os gestores coloniais do Estado R. Para ele, o que acontecia era por pressão de colonos e empresas (Estado A) com conivência de algumas autoridades do Estado R. A solução que tinha como urgência, segundo ele, deveria começar pelo fim das improvisações e na procura de mão-de-obra para São Tomé e Príncipe em Cabo Verde (ibidem, p. 105).

Por estranho que pareça, e por mais visível que seja uma ruptura com opiniões suas anteriores, há ainda uma coerência em sua visão de mundo que não contradiz fatalmente com o que defendia anos antes. Em 1931, Henrique Galvão em Paris acusava a Sociedade das Nações de ser a grande voz de ambições estrangeiras contra as colónias portuguesas, defendendo o trabalho compelido e fazendo vistas grossas aos abusos e à exploração intensa do trabalho forçado em um contexto que exigia aos portugueses rápida acumulação, recorrendo mesmo a acumulação primitiva na qual são utilizados métodos arcaicos. Já agora, na segunda metade da década, Henrique Galvão continua a defender o trabalho compelido como sinônimo de obrigatório, tomando como inevitável – e mesmo necessário – a proletarização das populações indígenas, quer dizer, a sua adequação aos imperativos da sociedade capitalista sendo força de trabalho assalariada. A inserção dessas sociedades ditas tradicionais ou tribais ao trabalho capitalista, para além de atender aos interesses das próprias classes dominantes, submetendo-se ao assalariamento, ao pagamento de impostos em moeda e ao consumo de mercadorias, tinha como fundamento ideológico o fator moral: o trabalho capitalista como fator de civilização, portanto obrigatório – como o é no capitalismo em geral, já que quem usar a sua liberdade para não vender força de trabalho pode estar condenado à miséria da mendicância ou das prisões.

Entretanto a visão de mundo expressa por Galvão, mantendo suas estruturas significativas de ser um pensamento tecnocrático, nacional-corporativista, colonialista e racista, sofre algumas alterações em relação a que expressava em 1931. Sua visão de mundo nesse sentido, como inspetor, é correspondente à de Norton de Matos quando reformulou as regras do trabalho indígena. Trata-se de uma visão de mundo marcada pelo paternalismo racista em que os colonizadores deveriam sempre tutelar o trabalho dos negros, inserindo-os nas novas relações sociais. Se um dia considerou preciso o uso de armas na expansão e subjugação de populações nativas às regras dos colonizadores, e Galvão admirava esses homens de ação como João de Almeida, António Ennes, Mouzinho de Albuquerque e Paiva Couceiro, agora chegava o momento de que isso já seria fase pretérita na missão civilizatória. Como já percebia quando era governador de Huíla, a nova fase deveria ser marcada pela ocupação efetivada e pelo desenvolvimento económico dos territórios. Quanto às populações indígenas, as que sobreviveram ou foram cooptadas pelos colonizadores, não mais seriam subjugadas pela ação de campanhas militares, mas assimiladas aos valores cristãos, à língua portuguesa e ao trabalho capitalista – obviamente que não excluindo o uso da força repressiva das armas em casos de revoltas. A visão de mundo compartilhada entre Galvão e Matos nesse aspecto preza pela modernização de todas as forças produtivas envolvidas no desenvolvimento capitalista nas colônias, tomando em conta que as relações de trabalho capitalistas (assalariamento) são fator indispensável para reprodução de capital. Os indígenas, para eles, deveriam ser assimilados à “civilização” pela violência do trabalho braçal assalariado e não pela violência brutal do chicote e das péssimas condições de trabalho. A emigração de trabalhadores indígenas ou a morte prematura devido a condições precárias significava a perda de contingente para o trabalho, nocivo, portanto, à produção, e a perda de possíveis cidadãos portugueses, portanto a falência da missão civilizadora.

Em suma, a visão de mundo de Henrique Galvão, correspondente à de Norton de Matos, considerava que não poderia haver desenvolvimento moderno com a persistência de métodos arcaicos. A força bruta das armas e dos grilhões, se um dia consideraram como necessária, agora seria desnecessária. Henrique Galvão considerava que as populações africanas estavam “pacificadas”, sendo então momento de partir para a força do salário, da religião católica e dos hábitos portugueses – lembrando que tanto ele quanto Norton de Matos pensavam ser necessária a manutenção de hábitos e costumes indígenas, importante tanto para evitar maiores revoltas no confronto de historicidades distintas quanto para apropriação de técnicas agrícolas, sobretudo as de subsistência da própria força de trabalho. Na medida em que a pólvora se faria

menos utilizada na missão civilizadora, o colonialismo de cariz paternalista recorria à defesa da educação, da catequese e, enfim, da qualificação para o trabalho assalariado tutelados e dirigidos pelos colonizadores brancos. Antes que mero sentimento cristão de compaixão, compreendo dessa visão de mundo a razão de uma lucidez técnica a qual percebe que um trabalhador submetido a condições miseráveis e agressivas é menos produtivo. Além do mais, quando há emigração, adoecimentos ou mortes, a desvantagem é para a produção. Se esses métodos eram lucrativos a curto prazo a certos padrões, de maneira geral poderiam travar e mesmo aniquilar o que esses intelectuais-gestores consideravam como “missão civilizadora” e “interesses nacionais” (ou “interesses superiores”): para garantir desenvolvimento econômico e inserir Portugal no cenário internacional de capitalismo moderno, fazendo valer o que reivindicavam como direitos históricos, era preciso abdicar dos métodos antigos e investir nos métodos que garantissem a retroalimentação e reprodução do próprio sistema assentado em relações capitalistas.

O biógrafo Francisco Teixeira da Mota afirma que para Galvão a situação com a qual se deparou em suas inspeções seria a negação do próprio império o qual desejava ajudar a construir, constatando que o Estado Novo não existia em África (op. cit., p. 105). Concordo com essa constatação, mas reafirmo que se tratava sobretudo de uma questão de visão de mundo e de incompatibilidade de projetos além da incompatibilidade das legislações e da própria ideologia colonial do regime com a realidade. O intelectual prezava pela perfeita execução dos projetos coloniais – era um colonialista, via no império a única razão de existência da nação e sua afirmação perante a Europa e empenhava-se na execução eficiente de uma gestão colonial. Até então mantinha-se como um entusiasta fiel do Estado Novo, o qual considerava ainda ser a melhor viabilidade de “ressurgimento” imperial passados os anos de liberalismo. Ele e seu amigo Carlos Selvagem – outro militar de carreira, nacionalista, colonialista e literato especialista em teatro – propuseram-se a defender aos microfones da Emissora Nacional as reformas salazaristas de austeridade financeira e saneamento de quadros no Exército²⁵². Ainda que os dois já manifestassem preocupações e desconfianças em relação às conduções do regime, disponibilizaram-se enquanto militares a respaldar as reformas que em nada agradavam os quartéis; a depositar publicamente confiança, enquanto militares e possíveis atingidos pelas reformas, no chefe Salazar e tentar resguardar uma de suas principais bases de apoio político.

²⁵² Cf. GALVÃO, H. **Leis do Exército Novo**. Lisboa: Editorial Império, 1938. e SELVAGEM, C. **A Reforma do Exército e a Nação**. Lisboa: Editorial Império, 1938.

Ambos elogiando Salazar, tendo Henrique Galvão defendido a necessidade da reorganização do Exército como fator de modernização técnica e humana (Galvão era formado em Educação Física e aguerrido defensor do melhoramento físico dos militares e da “raça” em geral) e Carlos Selvagem tendo considerado essa reforma no mesmo patamar de medidas necessárias do equilíbrio orçamental, ressurgimento ultramarino e organização corporativa.

Publicamente e de maneira oficial, Henrique Galvão devia prestar apoio aparentemente incondicional ao Estado Novo liderado por Salazar, como é demonstrado nas suas atuações e obras de propaganda a serviço do regime. Há, porém, as obras de sua autoria que não necessariamente foram encomendadas pelo regime, mas serviam como propaganda oficiosa e só eram publicadas após passar pela censura. Nessas obras Henrique Galvão ainda demonstra confiança no Estado Novo e em seu chefe, mas tem maiores liberdades para estabelecer críticas e propor soluções, portanto há claramente diferenças em sua produção intelectual: nas obras oficiais (normalmente a serviço da Emissora Nacional e publicadas pelo Editorial Império) ele é o intelectual fiel e reverbera o que o Estado Novo quer dizer sobre si mesmo; nas obras, digamos, autorais, o intelectual demonstra um pouco mais de liberdade de expressão, expondo mesmo seu estilo irônico e irreverente, ainda mantendo-se fiel ao Estado Novo mas apontando falhas e apontando soluções na questão colonial, a qual dava maior importância.

Como já escrevi em algumas páginas atrás, em 1936 proferiu palestra e publicou sua transcrição na qual apresentava soluções para o problema de povoamento branco. Essa transcrição da palestra juntamente à proposta das bases regulatórias e normativas do povoamento branco foram anexadas em seu “*Angola (para uma nova política)*”, primeiro livro publicado decorrente de sua missão como inspetor em África. Nessa obra, além de um apanhado histórico-factual e do capítulo sobre o povoamento europeu na colônia, Galvão inclui uma análise crítica e propositiva acerca de questões técnicas e administrativas. Crítica porque expõe falhas que julga necessitarem de um conserto, e propositivas porque inclui seu esforço como o auxílio que julgava necessário ao regime que defendia. Aqui, Henrique Galvão coloca-se como o intelectual-gestor que trata de um dos assuntos mais urgentes e prioritários, não só do regime como de toda política portuguesa desde o século XIX: Angola – o que fazer?

A dedicatória do livro é a Salazar tratado ainda como chefe providencial²⁵³. Antes mesmo do prefácio, uma seção intitulada “Legenda” traz uma fala transcrita do chefe de governo acerca de notícias falsas espalhadas pelas imprensas estrangeiras²⁵⁴ – o que chamaríamos de *fake news* – e que tinham como fundamento sobretudo os interesses do Reich e das corporações alemãs. Segundo Salazar, depois de desmentidos os boatos de que Portugal venderia territórios africanos, agora pretende desmentir os que diziam que o país arrendaria territórios por 99 anos sem perder sua soberania, segundo Hitler para intensificar a produção em Angola e pagar o armamento adquirido para seu exército. Até onde vai a validade desses boatos, não sei, mas a atitude de Salazar demonstra ainda aquela necessidade nacionalista em se defender as possessões ultramarinas contra as cobiças estrangeiras. E Henrique Galvão justifica assim a obra que escreve. No prefácio o autor deixa clara sua pretensão de ser esta uma obra objetiva sobre os problemas de Angola, considerando que há poucas e que a melhor ainda seria a de Paiva Couceiro (ainda que se tratasse de outra época, mas alguns problemas ainda pertinentes aos colonialistas). Autoriza-se como especialista quando afirma que “Angola exige – o conhecimento de Angola” e que a obra é fruto de anos de estudo e conhecimento da colônia. E que se trata da colônia “onde têm falhado um certo número de medidas, teoricamente bem imaginadas e bem formuladas” (GALVÃO, 1937, p. 18-19). Abrindo esse trabalho que trata exclusivamente da “jóia de um Império”, Henrique Galvão assume que deposita esperanças e confiança no Estado Novo salazarista mas que algumas coisas ainda precisam ser feitas, dizendo coisas que poderiam parecer óbvias mas que de certa forma abriam questionamentos acerca da efetividade do regime:

“No fundo, o que há a fazer em Angola – ou não fôsse ela a mais portuguesa de tôdas as colónias – não é, como se verá, diferente do que se tem feito na Metrópole sob o comando e o pensamento de Salazar.

As diferenças que podem notar-se são de forma – não são de essência²⁵⁵ (...)

A política que iluminará os problemas, o pensamento superior de governação e as ideias fundamentais – têm, na obra realizada na Metrópole, o melhor e mais seguro guia.

Mas é necessário reconhecer que êsse guia não tem sido fielmente seguido – e que as doutrinas de Salazar, as doutrinas portuguesas de reconstrução, se, de facto,

²⁵³ “Ao Ex.mo Sr. Doutor Antonio de Oliveira Salazar – o Homem que pelo seu pensamento e pela sua obra tornou possível em Portugal o ressurgimento da Idéa Colonial”.

²⁵⁴ “Nota oficiosa do Chefe de Governo português – Salazar – de 18 de Janeiro de 1937, sobre boatos espalhados no estrangeiro por certa imprensa internacional acerca da colônia portuguesa de Angola. Transcrição autorizada”.

²⁵⁵ Os destaques são meus.

têm feito viagem até Angola, ainda lá não foram aplicadas como o foram na Metrópole.

Por cá são acção e são obras. Por isso lá são ainda puras expressões de retórica.

(...) Diz-se que é por falta de dinheiro que as cousas não marcham – mas não é, sobretudo, por falta de dinheiro. Ninguém pode garantir que êsse dinheiro fôsse bem aplicado – e há numerosos factos que deixam acreditar que teria sido mal aplicado.

Angola precisa, evidentemente, de dinheiro – mas êsse dinheiro só será útil, não vindo a constituir mais um pêso morto no orçamento da Colónia, quando Angola dispuser também dos meios orgânicos, técnicos e morais que garantam a sua aplicação.

As ideas que nesta obra se expõem são (...) puras tentativas de adaptação ao meio especial de Angola, de um pensamento português, que desejaria produzir resultados práticos tão nítidos, como aqueles que o mesmo pensamento e a acção correspondente, criaram na Metrópole” (GALVÃO, 1937, p. 21-22)

Os meus destaques em negrito realçam que o autor, mesmo mantendo-se fiel ao regime e seu chefe, estabelece críticas às políticas coloniais vigentes. Aqui ele ainda considera a importância do regime no assunto, mas é mais fiel à sua visão de mundo como homem de ação exigindo que as colónias sejam tão bem tratadas como a metrópole, e que nelas, especialmente Angola, é preciso executar o que é oficialmente prometido. Ainda que de boas intenções com o governo – porém mais com o colonialismo –, é de se ponderar que se trata de um regime autoritário que conta com aparelho de censura e propaganda, além das disputas de vaidades nos bastidores da tecnocracia. Se as intenções do autor são de ressurgir e desenvolver as colónias em um momento de cobiças estrangeiras, pode-se pensar que o mesmo contexto pudesse fazer reagir o regime contra o intelectual que expunha verdades inconvenientes, portanto um possível traidor.

Em seu apanhado histórico-factual, reproduz com poucas modificações o que já disse em 1935 com *“Angola: o passado e o presente da colónia”*, destacando que o império passa a existir a partir das descobertas do século XV e que Angola em especial sempre foi a “gata borralheira” das colónias, não tendo o mesmo tratamento que teve o Brasil, cabendo aí aquele elogio do intelectual ao “sucesso” do segundo império. Os elogios também são ainda destinados aos colonos comuns, figuras heroicas para o autor, e a homens como João de Almeida e sua obra militar de aniquilação da soberania dos sobas. Quanto ao presente da colónia, mantém seus elogios ao Acto Colonial e as críticas aos comodismos que negligenciavam Angola, assumindo-se otimista e clamando pela defesa da colónia e dos “cinco séculos de sangue, de sacrifícios, de resultados admiráveis, que são, na História da Colonização mundial, páginas onde qualquer

povo colonizador tem que aprender” (ibidem, p. 49), em um período de supostas cobiças estrangeiras: “Armemo-nos agora – e quanto antes – com o pensamento, a acção e a firme vontade de a conduzir aos seus destinos” (idem).

No tratamento de questões administrativas, Henrique Galvão reitera suas críticas ao excesso de doutrinas regedoras das políticas coloniais sem as devidas execuções pela ação – consequências de um burocratismo sem conhecimentos práticos das colônias. Metaforizando a realidade social com um organismo vivo, o autor é ríspido ao dizer que Angola se constitui como um estado de doença, abatimento e mal estar, e que a resolução de seus problemas deve ser urgente, causa prioritária de um governo que ainda deveria desenvolver as condições básicas de desenvolvimento na colónia:

“Por êste motivo Angola tem, não só que encarar os seus problemas de colónia africana, no concêrto das colónias africanas e na hegemonia do Império – mas também as soluções urgentes que são indispensáveis para que êsses problemas ganhem um nível de solução prática, para que se possam desenvolver, para que tenham efeito útil as medidas que sôbre êles pretendem agir.

Isto quer dizer que há, por consequência, um problema fundamental, que consiste em criar as condições mínimas indispensáveis para que a Colónia enfrente o seu conjunto de problemas. Isto quer dizer, enfim, que há um problema excepcional a resolver, ou a acometer, antes de podermos acudir com êxito a todos os mais” (GALVÃO, 1937, p. 58-59)

Quanto ao problema financeiro, questão que consagrou Salazar como chefe fascista, diz Galvão que é o que atrai maior número de discussões, sendo mesmo considerado o principal problema das colônias. Em relação a isso, como já demonstrado, o autor discorda: aceita que “a necessidade de manter intransigentemente o equilíbrio orçamental da colónia” é uma regra mas alerta que também é um ciclo vicioso, sugerindo que ela não resolve o problema angolano se carecer “do apoio das tais condições mínimas indispensáveis ao desenvolvimento dos problemas” (ibidem, pp. 59-60). Ora, as tais condições mínimas que o intelectual-gestor se refere pela expressão de sua visão de mundo tecnocrática são mesmo as CGP, julgadas por ele como ineficazes e insuficientes, mal geridas enfim, entraves ao desenvolvimento econômico – faltam controle racional de força de trabalho por gestores competentes, condições de manutenção e reprodução da força de trabalho e também contingente suficiente de funcionalismo e gestores para coordenar os processos produtivos:

“Assim acontece, por exemplo, que os serviços de Obras Públicas mal podem acudir à sustentação do seu pessoal; (...) que o enfraquecimento da acção das autoridades

administrativas sobre a produção indígena terá como último termo a diminuição da capacidade tributária do preto – e, por consequência, uma quebra nas receitas do imposto indígena; (...) que os Serviços de Saúde e Higiene não podem acudir a um mínimo das necessidades da colônia em matéria de assistência médica e que os Serviços de Agricultura não têm capacidade financeira para manter em toda a colônia o número mínimo de agrônomos e regentes agrícolas que seriam indispensáveis para uma só província. Duma maneira geral: os serviços têm verbas para existir – mas não as têm para agir” (GALVÃO, 1937, p. 61)

Mais arriscado ainda para Galvão são suas críticas ao dogmatismo de que os problemas financeiros são maiores. Ao mesmo tempo em que vê como necessária a obra financeira de Salazar, critica a ortodoxia da austeridade que sufocava as colônias, preferindo maiores gastos em condições gerais de produção para o desenvolvimento da colônia – um rombo financeiro que poderia ser compensado com a produtividade colonial. Décadas antes de Salazar publicamente chamar seus reforços para Angola, rapidamente e em força, já em situação de confrontos bélicos, Henrique Galvão já o alertava para essa necessidade em termos econômicos, colidindo-se mesmo com a marca primordial de seu chefe – a ortodoxia financeira. Assim Galvão não nega a doutrina que regiam as finanças, mas a sua aplicação que não levava em consideração as necessidades específicas constatadas na realidade prática, porém pronuncia-se de forma perigosa acerca mesmo do regime e de seu chefe:

“E não se diga que são os processos da Metrópole que não resultam em Angola. Os processos da Metrópole resultam em Angola, como resultaram na Metrópole e como resultariam em todo o mundo se em todo o mundo houvesse a ordem e o bom senso que reinam em Portugal. Simplesmente não foram os processos da Metrópole que se aplicaram em Angola.

Da obra financeira de Salazar adoptou-se a doutrina, em mero enunciado – e apenas uma parte dessa doutrina se aplicou.

Observações semelhantes se podem fazer quanto a outros problemas urgentes da Colônia.

São problemas desenvolvidos no espaço, sem base, sem acêrto, sem equilíbrio – e que naturalmente caem a-pesar da inteligentíssima argumentação que por vezes usa a defesa de certas soluções propostas.

Àquêles que reclamam insistentemente só medidas de fomento tendentes a aumentar a produção – também se pode dizer que estas medidas terão os efeitos mais precários enquanto as condições básicas do seu estabelecimento não estiverem realizadas” (GALVÃO, 1937, p. 62)

Prosseguindo, o intelectual-gestor faz as propostas de soluções. Primeiramente parte da consideração que em Angola se fez a divisão administrativa (províncias, distritos, circunscrições e postos) porém não há ainda **ocupação administrativa**, acusando a pobreza de recursos e CGP em algumas zonas, em contraste com o centralismo que ainda persistia em Luanda, tomada de morosidade burocrática e descrita da mesma forma que o autor fazia em suas críticas ao passado anterior ao Estado Novo²⁵⁶. O autor conclui que “a ocupação administrativa não tem a necessária eficiência” (ibidem, p. 67). O centralismo das instituições é criticado enquanto concentração de poderes, mas é sugerido enquanto função orientadora e de estudos; também sugere entregar a responsabilidade da execução aos administradores locais devidamente fiscalizados e orientados; e gastar menos em Luanda e mais nas circunscrições em investimentos de produção (ibidem, p. 69). Outras propostas seriam a de priorizar a qualificação da mão-de-obra indígena em setores produtivos como, por exemplo de sua maior importância, o algodoeiro (ibidem, p. 71); e selecionar técnicos como administradores, portanto dando preferência a gestores engenheiros, veterinários e agrônomos (ibidem, p. 73) – uma tecnocracia colonial. Finalizando essa parte, Galvão faz crítica às incertezas da Reforma Administrativa Ultramarina e sua inépcia em cessar os vícios burocráticos e centralistas de Angola.

Quanto a esse citado diploma institucional, o autor diz que em letra conclui-se que o pessoal administrativo deve ser capacitado e orientado pelos serviços técnicos centrais, devendo ser homens de ação e não burocratas (ibidem, p. 85). Também conclui que a divisão administrativa de Angola precisa ser revista, que não existe estudos para ser realizada essa revisão, que há desarmonia entre a divisão administrativa e seus objetivos e que é necessário definir critérios para proceder a uma nova divisão vinculada às realidades (ibidem, p. 95). Como sugestão financeira, Galvão propõe encargos e amortizações de empréstimo com juro não superior a 4,5% ao ano e contraído em cinco prestações anuais de 14.000 contos, amortizável em 35 anos a partir do recebimento da última prestação (ibidem, p. 120). Como conclusões no âmbito administrativo, portanto, o autor propõe como medidas urgentes ao início do programa de desenvolvimento em Angola: rigorosa definição das funções dos serviços centrais e do pessoal administrativo; seleção e preparação rigorosas desse pessoal; estudo imediato para uma

²⁵⁶ Recorrendo à metáfora do corpo, o autor descreve: “A mais pequena obra, o mais insignificante gesto administrativo, são comandados e, por assim dizer, executados por Luanda, onde naturalmente tudo se avoluma, tudo demora, tudo perde a oportunidade – e tudo se reduz a palavras e a papéis. E Luanda é, por variadíssimas razões, e também porque lhe é materialmente impossível acudir aos problemas administrativos de toda a colónia – um coração demasiadamente pequeno, fraco e cansado para poder lançar para toda a colónia o sangue activo de que ela precisa” (op. cit., p. 67).

nova divisão administrativa considerando as realidades locais (densidade de ocupação, características etnográficas, características geográficas etc.); e organização material das circunscrições e postos (CGP) (ibidem, pp. 121-122). Expressando visão de mundo tecnocrática e nacionalista, as propostas de Henrique Galvão são de se fazer uma administração minunciosamente embasada em estudos técnicos e em seleção e qualificação de pessoal dirigente, considerando que a situação atual é herdada de tempos anteriores ao Estado Novo, o qual só teria corrigido os problemas metropolitanos. Assumindo que na colônia a obra deve durar anos para se consolidar, Galvão indica que sua ideia de se fazer aos poucos e localmente segue a tradição portuguesa de expansão (ibidem, p. 125).

A sua visão de mundo tecnocrática é mais perceptível quando trata da **ocupação técnica**, obra que recomendava ser feita paralelamente à administrativa. Aqui o intelectual sugere que os problemas têm ser estudados e as políticas devem ser guiadas por regras – não mais a prática das “improvisações coloniais, das experiências por palpite”: “Regras de estudo, regras de aplicação, base científica no estabelecimento dessas regras são as únicas formas modernas de juntar a nosso favor o máximo das probabilidades que encaminham para o êxito” (ibidem, p. 129). Diz mesmo que deve haver uma união de técnica e administração (ibidem, p. 134), tomando como exemplo as estradas em Angola: construídas sem amparo de uma Técnica (redigida por ele nesse sentido com o “T” maiúsculo mesmo), com muitos defeitos de construção e improvisos, que “não obedece em muitos troços ao critério económico mais defensável”, mas que ainda assim possui uma utilidade na produção colonial. O que Galvão propõe é a modernização técnica na construção de novas estradas, de forma a evitar os prejuízos e desperdícios das estradas mais antigas, mas também tendo atenção à sustentabilidade orçamentária necessária a essas obras: “Doutra forma não teremos as antigas estradas – porque a técnica as condena. E não teremos estradas modernas porque o orçamento o não consente” (ibidem, p. 135). No diagnóstico de Galvão, deve-se gastar mais com pessoal técnico e produtivo e menos com pessoal burocrático e improdutivo. Sobre as empresas privadas, Estado A, diz que também não prezam pela técnica, acusando má administração dos privados em conselhos gestores escolhidos por simpatias e com gente que não conhece as colônias (ibidem, p. 152). Em geral, o autor atribui ao Estado R a função coordenadora dos processos, prezando pela qualificação técnica de seus gestores e ainda concluindo que nada do que expõe contradiz com os desígnios e conclusões do próprio governo, faltando mesmo a correta execução.

As inspeções coloniais de Henrique Galvão pressupunham a passagem por vários locais, com visitas a instituições e reuniões com funcionários coloniais. Ao mesmo tempo em que cumpria as funções oficiais, ele praticava a caça, tirava fotos e fazia apontamentos registrando suas observações sobre a realidade africana. Dessas atividades, escreveu seu livro *“Outras Terras, Outras Gentes”*, publicado em 1944, com relatos e análises de etnógrafo amador, demonstrando um conhecimento pormenorizado do território e das culturas africanas, no preceito de que é preciso conhecer para colonizar. Assim também afirma-se como autoridade no assunto, um especialista e profundo conhecedor das colônias, cronista da obra de expansão e civilização portuguesa em África – seus relatos começam na saída do continente português, passam pela Ilha da Madeira e prosseguem por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe até Angola, onde realizou suas funções como inspetor. Nas fotografias, retrata-se paisagens, fauna e flora africanas, além do próprio Galvão na companhia de funcionários coloniais ou missionários. A maioria das fotografias nessa obra retratam os “tipos” africanos: diversas etnias são fotografadas, ressaltando a diversidade fisionômica dos indivíduos e a diversidade de hábitos e costumes – adereços, penteados, religiosidade (“feitiçaria”), caça, rituais de puberdade, moradias, ferramentas e obras de arte “indígenas”. As mulheres, como de costume nesses materiais de exaltação do exotismo, e apesar de Galvão repudiar qualquer recurso à sensualidade das “pretas”, em algumas fotografias são retratadas sozinhas e em uma pose em que os braços são projetados para trás, apoiando-se as mãos no chão e deixando em destaque o peito insuflado e os seios à mostra – uma representação bem chocante a um público dito civilizado e cristão. Seria impossível não registrar as africanas de realidade tribal com seios nus, afinal assim eram, mas é de se notar que essas representações de diversidade cultural pudessem realçar a visão de mundo racista de que esses povos vivem ainda em estado primitivo, desconhecendo os pudores da civilização portuguesa. Como intenções gerais por esse apanhado de imagens e de relatos detalhados de seus passeios em África, principalmente em Angola, Galvão tenta passar a dimensão e diversidade das possessões portuguesas em grandeza de império, como se quisesse demonstrar aos leitores todos os potenciais das colônias que ainda poderiam ser explorados.

Em 1947, já parlamentar na Assembleia Nacional, mas ainda a serviço das inspeções coloniais, o novo ministro das Colónias, Teófilo Duarte, encomenda a Henrique Galvão uma inspeção extraordinária em Moçambique. O ministro pedia o máximo de dados e informações possíveis sobre a colônia, sobretudo sobre povoamento, emigração e economia indígena, e um serviço de informações secretas sobre movimentos de indígenas nas fronteiras. Dentre as

demandas do ministro ao inspetor, confiado por sua experiência em assuntos coloniais, estava um estudo sobre o “estado de espírito” da população branca e a questão do “problema da mestiçagem” – para apurar a posição do mestiço na vida administrativa e econômica, seu número, influência e se contribuíam para a soberania portuguesa ou ao contrário (MOTA, 2011, p. 142). Também pedia o ministro um parecer sobre a viabilidade de se substituir o recrutamento individual de trabalhadores para São Tomé para um modelo de recrutamento coletivo, a fim de se encontrar uma solução que gerasse menos revoltas por parte dos indígenas; e pedia em instruções secretas que Galvão informasse sobre críticas da opinião pública em Moçambique e as repercussões na colônia de movimentos de revolta de indígenas nas colônias vizinhas (idem). Mesmo que em rota de colisão com a própria situação, Galvão ainda era acionado por suas qualidades técnicas de militar e colonialista, portanto um gestor experiente na coleta de informações sigilosas e conhecedor da administração colonial – o intelectual que estuda o meio e elabora planos de ação para a gestão.

Na companhia de outro inspetor, Júlio Augusto Pires, Galvão chegava a Lourenço Marques em Julho de 1947. Da autoria de Pires há o *“Diário da viagem a oeste de Negumano”* que narra percursos dessa missão, contando fatos como a fuga de indígenas carregadores de seu grupo de inspeção e reivindicações de uma povoação que reclamava sobre prejuízos que elefantes causavam ou mesmo sobre maus tratos a negros praticados por um guarda europeu (ibidem, pp. 143-145). Henrique Galvão também tinha a companhia de seu antigo amigo Teodósio Cabral, com quem caçava e acompanhava nas missões de reconhecimento. Percorrendo o Alto Niassa, entre o rio Lugenda e lago Niassa, e chegando a Vila Cabral, Galvão enviou ao ministro Teófilo Duarte uma notícia sobre suas tarefas: “Mais de 24 000 quilómetros quadrados territórios absolutamente despovoados sem comunicações sem ocupação espécie alguma ao longo de 425 quilómetros de fronteira” (ibidem, p. 145). Em Nampula o inspetor presencia uma operação de recrutamento de trabalhadores indígenas a São Tomé, alertando também o ministro por telegrama da gravidade da situação testemunhada, alegando ilegalidade. Desta forma, o intelectual-gestor mostra-se inconformado com o estado de desorganização e falta de critérios dos processos produtivos coloniais, incompatível tanto com um desenvolvimento econômico quanto com a ideologia de missão civilizadora do povo português. Indignado com a realidade social na colônia, Galvão envia um ofício confidencial ao Encarregado do Governo-Geral de Moçambique expondo suas preocupações:

“O estado de miséria em que se encontram e apresentam os condenados e desterrados cumprindo pena em Marrupa excede todos os limites e falta de decoro e humanidade.

A maioria ou não tem qualquer vestuário nem agasalho ou se apresenta com farrapos sórdidos de casca de árvore. E assim se encontram não só nos calabouços como nos trabalhos públicos em que são empregados. A Repartição dos Negócios Indígenas não satisfaz, segundo me informaram, os requisitos de vestuário e agasalhos” (GALVÃO apud MOTA, p. 146)

Dessa missão de inspeção em Moçambique, Galvão publica seu livro *“Ronda de África”*, mais uma obra de cronista detalhista acerca das realidades vividas. Nela descreve sua viagem em comboio de Lobito até Lourenço Marques, na travessia do que seria o mapa cor-de-rosa – (...) por terras nacionais e estrangeiras da História de Portugal” – com observações tiradas nas paradas e serviços de inspeção. A contracapa traz uma montagem fotográfica com dezoito bustos e cabeças de indivíduos africanos, demonstrando a variedade de tipos étnicos e fenotípicos, e ao centro uma mulher a amamentar um bebê. Na parte inferior e como plano de fundo, uma paisagem e bem no canto esquerdo o próprio Henrique Galvão em traje de expedicionário africanista, representando movimento de caminhada. As fotografias na obra são abundantes e trabalham no efeito de contraste entre elementos considerados primitivos e elementos considerados civilizados e modernos. Nesse livro o autor é perceptivelmente mais crítico e pessimista, começando por descrever a monotonia da viagem ferroviária à qual prefere as “deliciosas viagens africanas a pé, em carro-boer, mesmo em automóvel (...)” (GALVÃO, 1947, p. 08). As primeiras impressões ainda em Angola, em Lobito, atestam um estado de descuido (“Paisagem pobre, sempre pobre”) mas também o que o autor considera como êxito da ação colonial – o povoamento consequente da instalação da via férrea, portanto a colonização vinculada ao desenvolvimento capitalista por uma CGP²⁵⁷. Como expressão de visão de mundo de um gestor entusiasta da modernização das forças produtivas, o autor saúda e reconhece as virtudes da via férrea para o desenvolvimento colonial que tanto defendia:

“Impossível não querer bem a este caminho de ferro, que criou vida e movimento na sua zona de influência, que animou os esforços de uma tarefa portuguesa – e que semeou generosamente cidades, vilas e aldeias, que se chamam Nova Lisboa, Vouga, Bela Vista, Teixeira Santos, Silva Porto, Vila Luso, etc. etc.” (GALVÃO, 1947, p. 08)

²⁵⁷ “Assenta-lhe bem, no entanto – e isso constitui nitidamente, uma virtude inegável a lançar a crédito do mesmo combóio – a série de povoados portugueses que se instalaram ao longo da via, e cujas gentes vêm à estação, trazer a sua presença ou os frutos do seu moirer, assinalando um êxito de colonização étnica e uma vitória esplêndida do caminho de ferro” (GALVÃO, 1947, p. 08).

Ainda assim, porém, Henrique Galvão aponta contradições e à primeira vista pode parecer um ecologista lamentando a degradação da paisagem natural (Natureza com inicial maiúscula), mas é a expressão de sua visão de mundo progressista preferindo métodos mais modernos, menos degradantes e que conservem o potencial natural para o desenvolvimento – sustentável diríamos hoje? Sem lamentar qualquer destruição causada pela colonização nos elementos humanos, Galvão chega mesmo a comparar as atitudes degradantes do meio natural pelos colonizadores aos julgamentos depreciativos que os mesmos brancos faziam aos métodos dos negros em transformação da natureza:

“Impossível, ao mesmo tempo, compreender um instrumento de progresso, criador de vida e civilização, que para realizar economias em combustível, rapou florestas inteiras, desertou terras e consumou, tão friamente, uma obra bárbara de destruição e ultrage á Natureza – na mesma colónia onde, na roda dos anos, se escrevem resmas de papel, verberando a inconsciência dos negros que queimam as florestas! Como estas coisas são julgadas por homens – e dos homens é a mais própria a paixão desaustinada que o riso – uns escondem ou explicam todos os pecados mortais do caminho de ferro, exibindo o lindo diorama de povoamento português por êle animado; outros negam todas as virtudes do combóio, mostrando a quem passa, a dor cruciante daquela terra ferida e desplumada. Entre os dois extremos – o combóio passa e continua a queimar as próprias árvores que fugiram para longe. Decerto poderiam conciliar-se mais humanamente (na medida em que o humano é também inteligente), as coisas, no sentido de tornar respeitáveis os serviços do combóio e não termos de o condenar por incendiário. Mas as empresas económicas, quando fazem as contas e verificam que o carvão lhes sai mais caro do que a lenha, queimariam, se lho consentissem, as próprias portas do céu (...) É outra maneira de considerar a inteligência do humano: outros pagarão as diferenças pelas quais, em certas circunstâncias, a lenha se torna muito mais cara que o carvão” (GALVÃO, 1947, p. 09)

Os contrastes observados por Galvão são bastante significativas em termos de visão de mundo. Ao chegar à vila de Teixeira de Sousa, no Dilolo, o autor estabelece comparações com o vizinho Dilolo Belga, já no Congo. A primeira impressão é das paisagens, onde o observador nota diferenças e as identidades das nações colonizadoras respectivas²⁵⁸. Outra impressão é

²⁵⁸ “Dois povoados vizinhos e fronteiriços, quase a dar-se as mãos, duas vilas africanas – e, contudo, duas fisionomias diferentes. Ali, criadas as dois passos um do outro, quase com a mesma idade, embora com diferenças sensíveis quanto a nascimento – mas um é português, e logo se vê que o é; o outro é belga, e imediatamente se verifica que já não é português. Cada qual tem a marca do respectivo colonizador” (GALVÃO, 1947, p. 12).

sobre os povos africanos de um e outro lado, percebendo mais “africanidade” no lado belga²⁵⁹. Mas o que me chama a atenção é a comparação acerca do desenvolvimento observado, tendo em conta a proximidade com o caminho-de-ferro e a zona de exploração do cobre. Em Kalowesi e Elizabethville, no Congo belga, Henrique Galvão deslumbra-se com a pujança decorrente da atividade cuprosa e tira suas conclusões elogiosas mas críticas, porém realçando sua preferência pela modernidade²⁶⁰.

Em sua ronda, detalhadamente relatada nesse livro em palavras, fotografias e acompanhadas de ilustrações (Fortunato Anjos e José de Moura), o autor tenta fazer um documentário extenso do patrimônio colonial português e suas comparações com as realidades estrangeiras. Nos contrastes que realça, demonstra preferência no desenvolvimento e progresso nas comparações entre realidades coloniais portuguesas e estrangeiras, como a belga; no reconhecimento de que, apesar de aparentar odiar viagens em comboio, o caminho-de-ferro foi elemento essencial de modernidade como condição geral de produção em torno da qual crescem vilas e cidades. As cenas descritas e fotografadas demonstram a dualidade entre moderno e rudimentar, civilização e primitivismo, barroco e modernista, o triunfo do progresso trazido pela colonização na superação das realidades tribais etc. No entanto, é um nacionalista e defende que os valores de modernidade não devem estar desatrelados à soberania portuguesa. Apesar de dizer preferir Luanda, até mesmo por sua “fisionomia” mais portuguesa e pelo grau de afetividade do autor com Angola, tece elogios a Lourenço Marques, capital moçambicana, em sua originalidade urbanística (uma espécie de cidade-jardim colonial com grandes avenidas longitudinais), julgando-a melhor que Joanesburgo (*ibidem*, p. 118). Quem o ciceroneia em Lourenço Marques, como não seria estranho, é um britânico, que leva Galvão a atrações igualmente britânicas na cidade. O autor, colonial-nacionalista que não se sente à vontade nessa ambiência, se livra do cicerone e passa a andar sozinho pela cidade. Apesar de estimar bem a modernidade e mostrar-se profundamente admirado pela beleza de Lourenço Marques, ainda é

²⁵⁹ “Os pretos – as mulheres, evidentemente – vestem com gosto; e os panos em que se envolvem não deslustram a sua graça gentia. São mais belos – digamos mais expressivamente africanos – que os panos usados em Angola e Moçambique” (GALVÃO, 1947, p. 16).

²⁶⁰ “O milagre do cobre (...) permitiu que essa cidade nascesse e se vá criando em crescimento galopante – mas deve dizer-se que os belgas, como aliás em outros dos seus burgos africanos, souberam gastar o dinheiro que as minas lhes deram, com bom gosto e sentido colonial que honra os seus artistas e os seus administradores. Kalowesi é mais uma linda cidade – do que simplesmente uma cidade do cobre. E os homens que lá vivem são, pelo menos, tão superiormente civilizados como naturalmente gananciosos. Querem decerto ganhar dinheiro – mas perceberam que nem só do dinheiro vivem o corpo e o espírito. (...) Kalowesi (...) será, em breve, uma lindíssima cidade africana. E os belgas terão impresso nela, mais do que o seu engenho e a sua técnica – também uma fâulha do seu espírito” (GALVÃO, 1947, p. 16-17)

crítico de sua estética cosmopolita e não tão portuguesa como se via em Angola, como era de se esperar da identidade da colônia onde por tanto tempo foi soberania das companhias majestáticas de capital inglês principalmente²⁶¹. Sua crítica à carência de “**portuguesismo**” em Lourenço Marques – como não se vê em Luanda, Benguela, Lubango, Malange, Moçâmedes, Nova Goa ou Macau – expressa-se pelo desdém sarcástico que faz ao anglicismo²⁶² presente na linguagem cotidiana dos moçambicanos da capital: *whisky and soda, party, drink, sundown, drift* etc. (ibidem, p. 129).

Em suas viagens de inspetor a serviço do regime, Henrique Galvão atuou como gestor. Nas suas observações e análises, publicadas mesmo de forma extra-oficial como o *Ronda de África*, o intelectual desenvolve sua visão de mundo de gestor colonialista. Ansioso em sempre encontrar e relatar as marcas portuguesas pela África percorrida, saudando construções tão antigas quanto os padrões ou a arquitetura barroca ou saudando qualquer aspecto cultural imaterial dos portugueses em expansão, o intelectual-gestor é um entusiasta do progresso e da modernidade. Entretanto é clara em sua expressão de visão de mundo a preferência, ou a indispensabilidade, de que essa modernidade do desenvolvimento capitalista colonial deveria ter o caráter português – em essência e em fisionomia.

²⁶¹ “Lourenço Marques é também inconfundível, mas não se distinguiriam nela traços de nacionalidade bastante vivos para a reconhecer imediatamente como burgo português. Mas isto resulta do modernismo da cidade. Lourenço Marques nasceu já em época de preocupações urbanísticas e de internacionalização de estilos – e cresceu em pleno *pirismo* da arquitectura nacional; nada perdeu em furtar-se ao mau gosto do princípio do século, embora pouco tivesse lucrado no afã de se dispersar por figurinos modernos. Entre as incertezas e repulsas de duas épocas arquitectónicas sem carácter nem personalidade, deixou-se invadir por nacionalismos burgueses do Oriente e do Ocidente e surgiu diferente de todas. É certo também que uma parte, aliás insignificante em número e valor, da população portuguesa (...) sacrificou pele e gosto a modismos estrangeiros, seguindo cânones que julga distintos e elegantes, e procurando através de um snobismo espiritualmente pelintra, marcar posições de superioridade intelectual e mundana” (GALVÃO, 1947, p. 129).

²⁶² Galvão faz esse lamento em relação a uma possessão colonial mas interessadamente, ou por descuido meu, não se vê críticas de mesmo teor em relação a zonas como a do Cais do Sodré em Lisboa ou da cidade do Porto no geral. É mesmo no ultramar que se encontram as preocupações de Galvão em relação à continuidade da nação portuguesa.

4.2.2. Atividade parlamentar como deputado por Angola na Assembleia Nacional (1945-1949): a ruptura com o regime

Em 1945 o ministro das Colónias, Marcelo Caetano, convidou o então Inspector Superior de Administração Colonial, Henrique Galvão, a compor a lista de candidatos a deputados por Angola – juntamente a Fausto Frazão e Frederico Bagorro Sequeira. Os três apresentaram-se em transmissão radiodifundida como “os únicos candidatos com provas dadas de dedicação, serviço e conhecimento dos interesses das populações e da colónia, em defesa de valores de unidade das gentes angolanas, acima de qualquer intenção de criar climas de «*guerra, violência, intrigas, correcção de linguagem ou despropósito de espírito*» (MONTOTO, 2005, p. 78). Em campanha, e respondendo a acusações de oposicionistas, Henrique Galvão que se candidatava a deputado independente – isto é, não filiado ou representante da União Nacional – apresenta-se como um democrata, sem com isso desvincular-se do “espírito do 28 de Maio”, conceituando sua democracia como a defesa dos interesses da nação e não como o esquema pluripartidário liberal²⁶³. Nessa lógica de colocar-se a si mesmo como defensor de interesses superiores de Angola acima de qualquer ideologia ou paixão política, Galvão já não se mostra tão fiel ao regime como antes demonstrara, marcando sua independência partidária e sua relativa autonomia que esperava gozar em um mandato de parlamentar:

“Quererá isto dizer que nego defeitos, erros, pecados, ao Estado Novo? De forma alguma. Em primeiro lugar não ponho nestas coisas paixão política nem consinto em deixar-me prender a compromissos partidários de oposição ou louvores sistemáticos. Quero a liberdade de censurar e louvar sem ter de pedir licença a um partido – e não me julgo politicamente dependente senão do que devo a meu país como português e a esta colónia como estudioso das suas questões. Em segundo lugar nunca falei a Angola senão a verdade. E não seria por um lugar de deputado, que não pedi nem desejei, que lhe iria mentir pela primeira vez”²⁶⁴ (GALVÃO, 1949, p. 18)

²⁶³ “Se por democracia se entende o regime que vigorou entre 5 de Outubro de 1910 e 28 de Maio de 1926 – o regime que colocou todos os interesses de partido acima dos interesses do povo, que não deu ao povo nem mais uma migalha de pão nem mais uma luz de intrusão – eu desde já me declaro antidemocrático. Mas se por democracia se entende o verdadeiro amor aos interesses – especialmente aos dos mais humildes – o interesse apaixonado pelos problemas do seu conforto, da sua paz, da sua elevação e da sua defesa, contra todas as opressões, não só morais mas também económicas e sociais – então, meus senhores, eu julgo sinceramente ter sido, nas minhas acções e no meu trabalho, muito mais democrático que quantos imaginam que o são só porque proferem uma palavra em tom de melodrama” (GALVÃO, 1949, p. 17).

²⁶⁴ Galvão não nega ao Estado Novo avanços e virtudes que julgava necessário reconhecer, porém expõe na campanha um descontentamento que já era presente desde a década passada: “Os defeitos, erros ou pecados do

É comum que a tecnocracia, enquanto classe social, não se prenda a apegos ideológicos ou doutrinas rígidas – gestores são pragmáticos e não têm religião. Porém o pragmatismo de Henrique Galvão tinha um limite: de fato não se apegava a “ideologias” ou “paixões políticas” de cunho partidário, ou a ortodoxias de execução ou a doutrinas já prontas, mas era um nacionalista convicto das glórias do passado de seu povo e da missão histórica de civilizar outros povos. Com esse idealismo, mostrava que ainda tinha uma “religião” (o patriotismo de um Portugal imperial), mas quanto à prática mostrava-se também maleável e adaptável a diversas situações, com preferência a medidas autoritárias de direita. Em circunstâncias foi fiel a Sidónio, ao 28 de Maio e ao Estado Novo de Salazar, considerando que eram sempre meios necessários a um rumo nacionalista. Sua principal preocupação era o colonialismo e não os regimes a que serviu; servia mesmo à causa colonial e os regimes que apoiou foram julgados necessários para se colocar o país nos rumos do Império ou no desenvolvimento da nação para além das fronteiras europeias. Portanto, na questão colonial sobretudo, ainda que se dizia isento de vínculos de fidelidade a algum partido ou regime – e de fato era assim – não era um gestor como de nossos dias, adaptáveis a qualquer discurso. O nacionalismo colonialista era sempre o seu diapasão e por isso, apesar de não rejeitar, ia gradativamente marcando distância ao Estado Novo sempre preso a premissas e práticas quase imutáveis. Os tempos eram outros e as contingências históricas exigiam novas posturas: o fim da 2ª Guerra Mundial com os fascismos derrotados politicamente e militarmente trouxe também as ideias de democracia, autodeterminação e independência das colônias. Como colonialista, Galvão estava sendo pragmático ao declarar não ter fé incondicional no regime, mas ainda tinha confiança e tentava sugerir que este também se adaptasse às circunstâncias de forma a não perder as colônias. O que o intelectual-gestor pensava basicamente era em como adaptar-se aos novos tempos sem precisar atender às exigências de abrir mão das possessões ultramarinas, tomando como referencial a tal vocação histórica de Portugal como país civilizador de povos – a modernização, enfim, das relações coloniais.

Henrique Galvão sempre admirou e tomou como exemplo uma “escola” de coloniais bem distantes entre si em quesitos de período histórico e de preferências político-partidárias. Em comum, eram colonialistas considerados como “homens de acção” que tinham no

Estado Novo – ou antes, de alguns dos seus homens, combato-os eu há muito mais tempo que a oposição. E nesse combate sofri injustiças, humilhações, perseguições e, mais uma vez, o ostracismo puro e simples. Considero-me pois vítima desses males – e talvez com mais razão do que muitos oposicionistas que aqui disseram palavras violentas e que o Estado Novo não receberam senão atenções e benefícios... a que aliás corresponderam enquanto lhes pareceu que as coisas corriam muito bem” (GALVÃO, op. cit., pp. 18-19).

desenvolvimento do império a maior missão (os interesses superiores nacionais). Galvão mantinha-se como um colonialista e um nacional-corporativista – ainda sem dar mostras de rejeição ao fascismo – portanto um sintetizador de várias contradições em torno de um corpo social e de uma tal ideia superior de interesse nacional. Nesse sentido, reconhece que no Estado Novo a classe operária obteve “vitórias alcançadas no campo social” – obviamente não na perspectiva da autonomia e luta dessa classe, mas em uma ligeira melhoria de vida que observa em relação ao regime derrotado em 1926 (GALVÃO, 1949, p. 19), portanto ainda numa perspectiva fascista e nacional-corporativista de um Estado provedor e de um chefe providencial. Quanto à escola de gestores coloniais e nos exemplos a serem seguidos, mantém sua admiração pragmática e coincidência de visão de mundo colonialista nos mesmos homens de ação, inoportunamente oposicionistas ao regime de Salazar, e deixa a entender que as divergências políticas não devem extrapolar as fronteiras metropolitanas:

“Os dois maiores governadores dos últimos cinquenta anos – um, Henrique de Paiva Couceiro, era monárquico intransigente, batalhador e aguerrido; outro, o Sr. General Norton de Matos, é republicano democrático enérgico e voluntarioso. Ambos fizeram governação modelar – e não só por efeito das qualidades que possuíam, mas também porque souberam alhear-se das posições partidárias que tinham tomado na metrópole, e compreender que a união política que convém à colónia é a que se dispõe a juntar todos para o mesmo trabalho, para a mesma obra e para o mesmo fim. E por isso não faltou a Couceiro o apoio e admiração dos republicanos, como não faltou a Norton de Matos a consideração dos seus adversários políticos. Um e outro só foram derrubados pelas calúnias, intrigas e interesses, talvez inconfessáveis, dos seus correligionários em partido ou ideologia” (GALVÃO, 1949, p. 23)

Nas intenções e propostas anunciadas ainda em campanha para seu mandato como deputado, Henrique Galvão não rejeita o Estado Novo, mas é crítico e reclama por maiores liberdades²⁶⁵, adaptando-se ao momento histórico pós-guerra e abrindo-se a perspectivas democráticas. Para Angola, reivindica maior descentralização do governo e serviços, revisão das leis fundamentais (Carta Orgânica e Reforma Administrativa), maior participação dos colonos na governação e igualdade de direitos entre portugueses nascidos na metrópole e os nascidos na colónia (ibidem, p. 24). Referindo-se a estudos por si feitos, portanto sua autoridade de conhecedor dos problemas coloniais também como inspetor, propõe tratar de soluções de

²⁶⁵ “Reclamamos a conservação do regime, embora dispostos a pedir a correcção dos erros ou defeitos que o sistema tem acusado, através de muitos anos e tremendas dificuldades; Reclamamos a liberdade de pensar sem atentar contra os direitos e interesses da comunidade, e a liberdade de servir; Reclamamos uma autoridade sem violência nem tirania – ou seja reclamamos Justiça!” (GALVÃO, op. cit., 24).

problemas relativos a organização e modernização das condições gerais de produção, procurando maior eficiência na produção capitalista colonial: revisão da divisão administrativa; apetrechamento técnico e material “como base indispensável da organização das sociedades, da produção e dos transportes”; “organização técnica e social da produção europeia e indígena no sentido de baixar preços de custo e melhorar tipos e qualidades”; valorização do produtor como meio eficaz de resolver problemas de colonização europeia e indígena e defesa do pequeno colono; solução do “problema angustioso da mão-de-obra”; defesa do indígena que ultrapasse as velhas doutrinas legais; instituição e organização de crédito de fomento e hipotecário para desenvolvimento da economia colonial; justiça tributária, “isto é, melhor distribuição dos encargos entre os que mais podem e os que menos podem”²⁶⁶; revisão do regime aduaneiro; organização do sistema de transportes com finalidade de dar mais agilidade ao trânsito de mercadorias e melhor integração econômica; “protecção aos mestiços como valores portugueses”; proporcionar maior rendimento económico e elevação de condição social a indígenas e colonos; revisão da política de salários; assistência ao trabalhador. E, guinando mais à esquerda, Henrique Galvão ainda propõe: pagamento justo aos funcionários estatais e também trabalhadores das empresas privadas “que lamentavelmente ainda não compreenderam que o melhor dos seus lucros provém do trabalho do seu pessoal”; e “direito que todos, indígenas, assimilados e colonos, têm ao pão, à habitação e à saúde” (ibidem, pp. 24-25).

Como se vê, suas propostas defendidas para o mandato são sugestões para que o próprio Estado Novo faça concessões à abertura democrática, que viria a calhar com a modernização do desenvolvimento económico em Angola. Desta forma, Galvão traz uma alternativa ao regime de se adequar ao momento histórico sem precisar aderir à descolonização, portanto respondendo às potências democráticas vencedoras da 2ª Guerra Mundial que as colônias são parte indissociável de Portugal – mantendo a ideia da especificidade do colonialismo português como vocação histórica de finalidade civilizatória e não exclusivamente para exploração

²⁶⁶ Bem semelhante à ideia de “taxação progressiva” proposta por setores de esquerda como fator de melhor distribuição de renda e encargos dentro da ordem capitalista, assegurando que as camadas menos privilegiadas sejam menos oneradas em tributação que os mais privilegiados e possuidores de lucros. No Brasil, os defensores da tarifa zero para os serviços de transporte coletivo costumam dizer, como proposta de aplicação: “quem tem mais, paga mais; quem tem menos, paga menos; quem não tem, não paga”. É também a concepção de candidatos de esquerda à presidência da república como propostas de cobrar mais de grandes grupos económicos (como bancos) e desafogar a classe trabalhadora de ter que arcar com a fatura da crise. Ainda longe de ser uma solução revolucionária de ruptura com o capitalismo, que só seria possível a partir das formas autónomas de organização das lutas sociais, essa ideia pretende onerar proporcionalmente mais quem detém lucros e grandes fortunas, em tese responsabilizados em contribuir mais para custos públicos, garantindo maior acesso a consumo para a classe trabalhadora – garantindo também maior fluxo de dinheiro, portanto uma proposta de capitalismo mais “democrático” e ágil.

económica – e que ali poderia ser desenvolvida a organização democrática necessária à modernização das forças produtivas em um novo quadro global do capitalismo. Henrique Galvão, agora pleiteando vaga no parlamento, mostrava-se mais lúcido que a ortodoxia da tecnocracia do Estado Novo quanto a necessidade de se fazer algumas concessões e se readequar aos novos tempos.

Eleito em 1945 para a IV Legislatura, Henrique Galvão iniciou seu mandato como deputado independente por Angola logo no início de 1946 e compondo a Comissão das Colónias. Nos dois primeiros períodos, protagonizou 28 intervenções na Assembleia Nacional, sendo a primeira sobre a proposta do governo da Lei de Organização Hospitalar a qual votou favorável. Como sugere bem Eugénio Montoito, mesmo nos assuntos mais gerais, Galvão procurava estabelecer ligações às questões específicas das colónias (MONTITO, 2005, p. 89), e esse foi mais um caso. Nesse assunto, apoiando a proposta do governo, Galvão defenderá a modernização do serviço de saúde e, em objeções, seu amplo acesso nas colónias como fator de progresso e desenvolvimento, afinal os cuidados sanitários também constituem uma CGP fundamental. Também fará uma provocação sutil que compara o primitivismo dos africanos aos costumes de portugueses metropolitanos das aldeias:

“Nas colónias é, de facto, assim. Será sempre precária e insuficiente uma organização de meios curativos que não disponha de elementos de mobilidade bastantes para procurar os doentes. E precisa de dispor do hospital (elemento fixo), que o doente procura ou onde é atraído, e de brigadas móveis – espécie de hospitais volantes –, que procuram os doentes para os tratar onde se encontram, ou recolhê-los para o hospital mais próximo.

Para tanto se servem – nas colónias onde este serviço já se pratica e, em breve, nas colónias portuguesas de Angola e Moçambique – não das simples ambulâncias referidas na proposta e destinadas apenas a ir buscar os doentes que dão sinal de si, mas de verdadeiros pequenos hospitais-automóveis, que tratam os doentes onde estes se encontram ou recolhem.

Isto, é claro, é para os pretos, ainda distanciados de nós, no espaço e nos costumes, ignorantes e desconfiados, adormecidos na noite trágica e sombria das suas crenças e feiticismos.

Mas não terá paralelo o que se passa com os pretos, os seus feitiços e feiticeiros, com o que se passa com os aldeões de muitas das nossas aldeias e povoados, perdidos em recôncavos de serra e cantos frios sem civilização? Não haverá entre nós também uma população que, pelas dificuldades com que luta, pela ignorância, pelo recurso

tradicional à bruxa, pela distância etc., vive e morre sem assistência médica e que só se tratará se o hospital for ao seu encontro?” (GALVÃO, 1949, p. 39-40)

Quanto a formação de quadros dirigentes da administração colonial, quer dizer a qualificação de gestores coloniais, Henrique Galvão faz intervenção na Assembleia propondo uma profunda reorganização da Escola Superior Colonial a fim de sugerir também a modernização desta, logo uma preocupação com a defasagem e ineficiência da tecnocracia formada nessa instituição. Aqui mostra sua defesa pelos homens de ação contra o burocratismo ou o saber meramente acadêmico sem conhecimento da realidade colonial²⁶⁷:

“Constitui principal objectivo desta Escola (...) preparar funcionários para o quadro administrativo das colónias – quadro de múltiplas exigências, esqueleto, apoio, estrutura fundamental de toda a administração colonial, cujas as tradições são as mais nobres e heróicas e cujos os serviços são os mais duros do Império. Quadro de homens de acção, no mais puro e amplo sentido da palavra, quadro de heróis e de mártires e cuja feição especialíssima, multiforme, estabelece como condição indeclinável de competência: corpo sadio e adestrado em todos os exercícios físicos de aplicação, ciência praticamente aplicável, adquirida sem desvios nem redundâncias, espírito desempoeirado, capaz de estudar, compreender e agir. Quer dizer: quadro que tem de ser preparado por corpo docente dotado não só de saber, mas também de grande experiência colonial – capaz de instruir e educar, por todos os meios especiais, os homens para um fim especial e claramente expresso nas exigências duríssimas da função. A sua preparação não admite a cultura puramente livresca, nem o bolor dos preconceitos que passam, nem o afastamento das realidades que surgem” (GALVÃO, 1949, p. 43-44)

Se desde sua candidatura Galvão já anunciava como seria seu posicionamento em relação ao governo, até então suas intervenções parlamentares são coerentes com seu programa de defesa de interesses coloniais com as ressalvas ao Estado Novo. Era ainda o inspetor colonial e alternava as funções, como demonstra suas liberações de abono no parlamento – assinadas pelo secretário da AN, Costa Brochado ou seu suplente Ferreira Sanches – para apresentação na Direcção Geral da Administração Política e Civil do Ministério das Colónias²⁶⁸. Mais que alternância de funções, as duas eram complementares: as inspeções eram fonte de estudos para

²⁶⁷ No aviso prévio de 06 de Fevereiro de 1946, anunciava: “Demonstrarei a insuficiência orgânica e funcional da Escola Superior Colonial como estabelecimento de preparação de funcionários para os quadros administrativos das colónias. Ocupar-me-ei da preparação dos funcionários, em geral, e, em especial, dos que se destinam aos quadros técnicos. Deporei as ideias que, quanto a mim e perante as realidades ambientes, devem informar um programa de reorganização”. In. Arquivo Histórico do Parlamento, secção XXVII, cx. 48, nº 10, f. 308.

²⁶⁸ AHP, sec. XXVII, cx. 14, nº 24, f. 01-30.

suas intervenções como deputado; como deputado, imaginava ter mais ação de reivindicação que meramente como o inspetor que elabora relatórios e pareceres. Na Assembleia Nacional continuava o que já fazia como inspetor, criticando e propondo soluções para os problemas coloniais, indispondo-se pouco a pouco com o regime. Mas ainda em 1946 apresentou à mesa da AN um aviso prévio sobre “o problema da Marinha Mercante entre metrópole e colónias; renovação da frota nacional, pois há insuficiência (...) há deficiência de ligações marítimas; é interesse dos produtores coloniais”²⁶⁹, portanto um requerimento, sendo então uma pauta polêmica que faria começar “uma prolongada batalha entre o seu pensamento imperial e as vontades políticas de um estado que, apesar de ter assinado solidárias intenções, oscila em evoluções contraditórias” (MONTITO, 2005, p. 90). Ora, que pensamento imperial seria este? O próprio historiador citado reconhece se tratavam de preocupações do deputado e inspetor acerca de entraves ao desenvolvimento económico²⁷⁰. Henrique Galvão, como intelectual-gestor, animava em pensar formas de organização mais ágil e eficiente às forças produtivas nas colónias como obra nacional tendo o Estado R como principal coordenador de CGP. Já essas CGP, pelo que Galvão observava diretamente em chão colonial, encontravam-se desorganizadas, arcaicas, disfuncionais – para ele, um atraso e um descaso com a própria causa colonial e com a missão histórica portuguesa.

Como deputado, Galvão tentou tratar então do problema da Marinha Mercante, atestando falhas de transporte e logística que prejudicavam a celeridade da produção capitalista colonial. O historiador António José Telo identifica dois efeitos imediatos e contraditórios no império ainda no contexto da 2ª Guerra Mundial: por um lado aumento de preços de produtos coloniais, superando enfim a crise de 1929, e por outro lado a quase paralisação do tráfego marítimo resultando em fretes da reduzida marinha nacional ou por acordos entre governos. Desde 1940 o Reino Unido impunha um sistema de controle de tráfego marítimo internacional para impedir fornecimento de produtos coloniais ao Eixo, controlando também rigorosamente os armazéns em Lisboa para garantir que os níveis nunca se excedam a capacidade de consumo nacional e reexportações aprovadas pelos Aliados. Durante a guerra a ligação económica entre

²⁶⁹ Aviso Prévio de 05 de Fevereiro de 1946, com sessões a se realizar dos dias 12 a 15 de Março. In. AHP, sec. XXVIII, cx. 48, nº 10, f. 308.

²⁷⁰ “Henrique Galvão considera que o desenvolvimento económico de Angola depende da resolução de dois problemas indissociáveis. Por um lado, a questão demográfica, no que diz respeito à organização da colonização branca e indígena numa perspectiva de trabalho e de mão-de-obra e, por outro, o problema colocado à organização da produção, nos seus aspectos técnicos, comerciais de da sua circulação interna e externa” (MONTITO, 2005, p. 91).

metrópole e colónias atingira níveis anormais quanto a importações²⁷¹, com duplicação em níveis financeiros do comércio reexportação a partir de Lisboa. Já as exportações da metrópole às colónias apresentaram ligeira queda relativa em 1939-42 devido às dificuldades de encontrar transporte, apresentando subida a partir de 1943 com as colónias absorvendo cerca de 24% das exportações nacionais em 1945 – sendo que no fim do conflito a importância do império no comércio externo português atingiu recordes que superavam os da 1ª Guerra Mundial (TELO, 1994, p. 242-243). O movimento contraditório apontado pelo historiador consiste no fato de que a diminuição do tráfego marítimo criava dificuldades nas colónias mais dependentes do exterior em produtos manufaturados, refletindo também em crise nos transportes internos devido à dificuldade em se importar combustíveis e peças. Os transportes ferroviários começaram a funcionar com grandes dificuldades, os rodoviários quase paralisados e o aéreo ainda em nível rudimentar dos anos trinta. O aliado Reino Unido não conseguia responder aos pedidos de ajuda, com agravamento pela denúncia vinda da África do Sul de que haveria uma numerosa colônia de refugiados do Eixo em Angola e Moçambique, servindo como centro de espionagem, com complacência das autoridades locais, de informações e abastecimento a submarinos alemães estacionados nas zonas costeiras (ibidem, p. 243).

Atento a essa conjuntura de crise nas condições gerais de produção dos transportes, que perduravam ainda após a guerra, Henrique Galvão tentará responder com sua intervenção na Assembleia Nacional reivindicando, em nome das colónias, ou seja, dos capitalistas coloniais, a modernização dos modais marítimos como meio de se superar os obstáculos produtivos que aumentaram o custo de vida e prosseguir o desenvolvimento econômico²⁷²:

“Há, realmente, na triste história das carreiras de navegação entre a metrópole e as colónias nos últimos cem anos um ar de fatalidade tradicional, resistente não só à evolução como também à revolução. De facto, enquanto um sopro vigoroso de renovação e reorganização material percorre todo o País, em grandes lufadas, as coisas

²⁷¹ Em 1938 o império representava pouco mais de 10% do total de importações para consumo. Em 1939-40 já seria 12-13%; em 1941, 17%; em 1942, cerca de 23%, ápice; no período de 1943-45 um decréscimo que vai a 17-19%, mantendo ainda a alta.

²⁷² “Sr. Presidente: a intenção do aviso prévio que me trouxe a esta tribuna – e outra não tem nem pode, de boa fé, ser-lhe atribuída – consiste em pôr, objectiva e desapaixonadamente, perante a Assembleia Nacional, uma reclamação quase secular das nossas colónias de África, sobre deficiências, por vezes asfixiantes, da marinha mercante que diz servi-las; os prejuízos que tem sofrido sua economia – e a sua alma também. Reclamação de todas as colónias, formulada dia a dia por todas as bocas, que deve considerar-se acima e à margem de maledicência e hipercriticismos suspeitos – reclamação, enfim, que também a metrópole apresentaria, com a mesma vivacidade, se a metrópole, como as colónias, se desse tão sensível e directamente conta dos prejuízos que igualmente sofre, sobretudo no capítulo do custo da vida. Nem eu cumpriria meu mandato de Deputado por uma colónia se não trouxesse à Assembleia este problema – porventura o mais palpitante de quantos condicionam actualmente a questão colonial” (GALVÃO, 1949, p. 57).

da marinha mercante entre a metrópole e o ultramar não só conservam teimosamente os velhos métodos parasitários, como também reagem contra os melhores impulsos no sentido da reforma. E nem a hora alta, de indiscutível glória, que alcançou (...) nestes seis anos amargos de guerra, durante os quais excedeu, em serviços prestados, o máximo que dela se podia esperar, permite esquecer as suas misérias, os seus vícios²⁷³, os seus erros e os seus pecados (...)

(...) Chegámos, em barca descuidada do Tempo, ao limiar do Mundo em guerra, com uma frota mais do que insuficiente em quantidade – e moribunda: a frota, enfim, que era o produto natural de quase cem anos de desinteresse nacional. E se é verdade que o esforço e diligências desenvolvidas pelo Estado e pelos armadores durante o conflito constituem acontecimento do maior relevo – prova magnífica do nosso génio improvisador –, nem por isso são menos sensíveis e dignos de meditação os prejuízos sofridos e aqueles que estamos sofrendo (...)

(...) Os prejuízos sofridos pelas colónias, além do agravamento intolerável do custo de vida, que teve sobre o movimento emigratório das populações indígenas projeção de incalculáveis consequências, foram ainda mais sensíveis: perdeu-se grande parte da produção, sem outra contrapartida que não fosse o agravamento do custo da parte que pôde salvar-se – e perdeu-se também, mais lamentavelmente, uma oportunidade rara, excepcional, de elevar o nível económico e social das colónias a alturas jamais alcançadas” (GALVÃO, 1949, p. 58-59; 62-63).

Henrique Galvão, como intelectual-gestor proponente de medidas para uma melhor organização dos processos produtivos, argumenta que a “euforia comercial durante a guerra” foi limitada pela carência e desorganização dos transportes, sugerindo então que se constituíssem três pilares para estabilidade econômica: organização técnica e comercial da produção visando melhorar qualidade e reduzir preços de custo e “regularidade, rapidez e barateamento dos transportes internos” e externos, tudo em vista a “colocar a produção de Angola, em condições de concorrência, nos mercados externos” (GALVÃO, 1949, p. 66-67). Em suma, levo em conta que os transportes são condições gerais de produção para operatividade das unidades de produção e do mercado (BERNARDO, 1991, p. 160-161) e que Henrique Galvão, tecnocrata ou gestor, preocupava-se com essa questão pois seu ágil funcionamento significaria maiores ganhos de produtividade e fluxo de mercadorias (e pessoas) reduzindo os tempos e contribuindo para maior integração econômica – queria se desfazer, portanto, de um gargalo econômico:

²⁷³ “Desde 1851 – portanto há quase cem anos – podemos considerar distintamente três períodos ou épocas de feições diferentes, embora enfermando todos do mesmo vício fundamental: o vício de se considerar que «temos colónias para a marinha mercante e não marinha mercante para as colónias»” (GALVÃO, op. cit., p. 59).

“Fixando-nos na questão em causa, quero dizer: Angola, organizados a sua produção e transportes internos, carece de uma marinha mercante que não seja constituída por uma frota qualquer, mas por aquela que melhor contribuir para lhe assegurar rápida e regular drenagem de todos os produtos, ligação com os mercados que mais lhe interessam, finalmente, fretes e passagens que não destruam: nos produtos, as possibilidades de concorrência alcançados na organização da produção e dos transportes internos; nas pessoas, o seu contacto com a metrópole” (GALVÃO, 1949, p. 67)

Com essa intervenção, e como já afirmado, Galvão fica definitivamente em má situação com o governo, a começar pelos questionamentos diretos ao Ministro da Marinha acusado de considerar apenas os interesses particulares das companhias de navegação. Sua exposição é repleta de interrogações acerca dos detalhes do projeto ministerial de renovação da frota marítima, em especial questionamentos sobre a não contemplação das reais necessidades coloniais. Encerrando a série de questionamentos, e à medida que ia avançando no discurso aumentavam as reações de “não apoiado!”, o deputado faz as considerações de que não houve participação de outros ministérios na elaboração do projeto e que haveria a necessidade de realização dos capitais para renovação da frota e organização dos meios financeiros, concluindo que a nova frota não passaria de remodelação da velha com poucas unidades novas adquiridas. Assim, sem apoio de boa parte dos deputados fieis à União Nacional, Galvão coloca o regime contra a parede e exige maior atitude intervencionista por parte do Estado (MONTITO, 2005, p. 92).

Ainda em colisão com o Estado Novo, denunciando as falhas consideradas imperdoáveis, porém resolvíveis, Galvão mantinha suas considerações que fazia desde 1935 e 1936 acerca do povoamento de Angola e Moçambique por colonos europeus, apontando que a má execução dessa política também era nociva ao desenvolvimento econômico e poderia condenar o futuro das colônias. Na ordem do dia da sessão de 13 de Fevereiro de 1946²⁷⁴ o deputado independente tratou da proposta governamental de Lei de Melhoramentos Agrícolas, considerando o problema agrário como das ordens económico-social e de povoamento. Constatou, lembrando sua palestra na 1ª Conferência Económica do Império dez anos antes, que os esforços de colonização interna exercem-se em “terras sobrantes, pobres ou difíceis” com poucos êxitos dos técnicos que procuram valorizá-las. Concomitantemente, e mantendo sua concepção de cariz *malthusiano*, a população rural – e geral – cresce em ritmo mais rápido

²⁷⁴ Diário das Sessões nº 30 (COMPLETAR A REFERÊNCIA).

que a capacidade de alimentá-la. Coloca então sua defesa, apoiada pelo coro de deputados, de que as colônias de Angola e Moçambique têm capacidade para receber os excedentes populacionais da metrópole e que poderiam produzir como colonos rurais²⁷⁵, invocando que “a missão mundial que nos cumpre prosseguir exige que povoemos, que colonizemos, que elevemos enfim o nível qualitativo e quantitativo da população branca nas colônias de povoamento” (GALVÃO, 1949, p. 51). A partir daí, ainda recebendo as vozes de “muito bem!” do coro parlamentar, solta uma crítica mais incisiva ao regime:

“De facto, não compreendo que um problema agrário português, considerado com amplitude que envolve as necessidades imperiosas de aumentar e melhorar a produção, de povoar e dar lugar ao Sol a famílias portuguesas para quem a terra metropolitana se faz escassa, de defender a economia geral do País, etc., não compreendo que esse problema possa encarar-se sem angústia e com optimismo, sem preocupações e com fundamento ou razões aceitáveis, no simples quadro do território metropolitano” (GALVÃO, 1949, p. 51)

4.2.2.1. O relatório-bomba de 1947

No prosseguimento de seu mandato como deputado, Henrique Galvão abordaria temas relacionados a uma reforma ou reorganização administrativa do império, sempre atento às mudanças do cenário mundial pós-2ª Guerra que tornariam obsoletos os termos do Acto Colonial. Por isso, já em seu programa de candidatura anunciava pretensões a maior descentralização e autonomia política dos governos coloniais. Em 22 de Janeiro de 1947,

²⁷⁵ Henrique Galvão era um colonialista, especialista em África, e defensor assíduo do império. Sua proposta de se levar contingentes populacionais para África com finalidade de colonização rural pode deixar implícito um exagero se se pensar que não haveria espaço na metrópole para tais contingentes. Desde a 1ª República são tentadas formas de **colonização interna** para se espalhar contingente populacional em terras do sul e tentar também apropriar e barrar ali as lutas camponesas. O Estado Novo confiou mais na repressão policial para fins de impedir as lutas camponesas no sul, mas continuou com projetos de colonização interna porém sem alterar as estruturas de propriedade privada. Em vez de se reivindicar e repartir os latifúndios do Alentejo, tentou-se destinar casais de colonos a terrenos baldios ou terrenos estatais. Com os planos de fomento na década de 1950 também tentou-se formas de reforma agrária, algumas sugeridas por industriais, mas sem tanto sucesso. A África não era a única solução para se superar o problema da terra em Portugal, mas evidentemente que para homens como Galvão, ou restante da tecnocracia do Estado Novo, a propriedade privada tinha caráter sagrado. Após o 25 de Abril de 1974, durante o período revolucionário, camponeses e trabalhadores rurais ocuparam latifúndios alentejanos como forma de se resolver o problema da concentração de terras e abolindo temporariamente a propriedade privada. Um exemplo marcante é a tomada da herdade de Torre Bela e a constituição de uma cooperativa agrícola – uma luta inicialmente de caráter autônomo e posteriormente derrotada pelos próprios gestores revolucionários com uma Lei Barreto.

Galvão lança mais um aviso prévio sobre “o problema da coordenação dos elementos da economia imperial e, em especial, a orgânica, o funcionamento e a acção do sistema criado para a realizar”²⁷⁶. Em suas intenções, cujo assunto entraria na ordem do dia da sessão de 20 de Março, pretendia demonstrar uma falta de coordenação económica em todo o conjunto imperial, como esse problema afetava com alta de preços e como estavam desalinhados e inertes os Ministérios da Economia e o das Colónias, deixando ainda uma crítica oculta à ineficiência – ou inoperância mesmo – da organização corporativa:

“Exporei quanto ao estado de desorganização económica em que se encontra a produção colonial, com graves prejuízos para os produtores (especialmente os pequenos colonos e os indígenas) e para o consumidor metropolitano de baixo nível de vida, e apenas em proveito transitório de uma multidão, em parte parasitária, de intermediários, escalonados até ao inverossímil, entre o produtor e o consumidor. Finalmente, pedirei para ser esclarecido acerca dos motivos que têm retardado, após a conclusão de inquérito oficial realizado e concluído sobre a acção dos organismos de coordenação económica dependentes do Ministério das Colónias, as providências para a reorganização de um sistema que claramente se tem manifestado incapaz, descoordenador, burocratizado, confuso e excessivamente dispendioso” (AHP, sec. XXVIII, cx. 48, nº 10, f. 308)

É nesse ano de 1947 que Henrique Galvão protagonizaria uma das maiores polémicas da sua trajetória política e alargaria a clivagem entre si e o regime de Salazar. Em sessão secreta da Comissão das Colónias, ele apresentou o “*Relatório sobre o Trabalho dos Indígenas*” contendo denúncias pesadas quanto ao tratamento violento a trabalhadores negros e corrupção por parte de autoridades do Estado. Como um intelectual-gestor, concentrado em se procurar melhores condições para desenvolvimento económico, Galvão denunciará problemas demográficos, maus tratos a trabalhadores e trabalho forçado, degeneração física dos trabalhadores e falta de assistência. Eugénio Montoito cita o relatório a partir de uma própria indicação deixada por Galvão doze anos depois, em seu livro “*O Assalto ao Santa Maria*”. O historiador diz não ter encontrado este relatório no Arquivo Histórico Parlamentar, pondo interrogação acerca da veracidade da data (1947) e considerando da referência de Galvão os seus estudos como inspetor já em 1945 – mas analisa o documento intitulado “*Documentos Fidedignos da Verdadeira Obra de Salazar*” de 1949. Este basicamente traz resumido o conteúdo deste relatório secreto de 1947, mas dois anos depois, quando Henrique Galvão já acusava o próprio Salazar como principal responsável pelo estado de coisas denunciadas. Seis

²⁷⁶ AHP, sec. XXVIII, cx. 48, nº 10, f. 308.

anos após publicação da investigação de Montoito, o biógrafo Francisco Teixeira da Mota refere-se ao relatório de 1947 como existente – e eu, cinco anos após a publicação de Mota, confirmo a existência do documento: 58 páginas de relatório datilografado e com algumas correções a caneta já disponível para consulta no Arquivo Histórico do Parlamento, classificado como “Confidencial/Secreto” – e talvez por isso Montoito ainda não obteve acesso na altura de sua investigação – constando uma rubrica de Galvão em cada página e uma assinatura sua no final²⁷⁷. O documento conta também com transcrições resumidas, como a presente no arquivo da Fundação Mário Soares²⁷⁸.

Na sessão secreta de 22 de Janeiro de 1947, Henrique Galvão expôs seu relatório que já era resultado de seus estudos e inspeções coloniais – segundo ele, observações de há cerca de quinze anos. Nas considerações iniciais, o deputado afirma que traria problemas considerados graves e delicados e relacionadas ao tratamento dado a indígenas, portanto questão de ordem política e econômica que traria um dilema: “ou a resolvemos com a decisão e o ritmo vivo de realizações, que correspondem ao perigosíssimo passo em que se encontra – ou falharemos tragicamente, ainda no decorrer deste século, e depois de cinco séculos de glória, a nossa missão de colonizadores modernos em África” (AHP [...], p. 01). Ainda nessas considerações prévias, diz que é momento de partir urgentemente para a ação, atestando grau de verdade ao que iria dizer e dizendo-se isento de especulações políticas – mas uma questão de consciência do colonialista. Sobre a gravidade do problema indígena, diz que resulta de uma série de causas de ordem política, social, econômica e administrativa que conduziram: “a) Ao despovoamento indígena, em caudais de grande hemorragia demográfica; b) A incapacidade física, moral e social da população ainda existente; c) Consequentemente ao nosso desprestígio como colonizadores e criadores de povos e de países” (ibidem, p. 05).

Antes da exposição das questões essenciais, Henrique Galvão ainda faz uma análise rápida dos problemas da colonização geral em África, afirmando que os problemas de despovoamento e decadência física dos povos africanos não são exclusividade do povo português, mas de todas as potências colonizadoras. Aqui prestará a observações que ficaram mais presentes em suas análises no ineditismo dos anos quarenta, quais sejam posicionamentos mais críticos ao colonialismo mesmo que não deixasse de ser um colonialista e defensor dessa

²⁷⁷ “Relatório sobre os indígenas – 1947”. In. AHP, sec. XXVIII, cx. 48ª, nº 10, f. 114-57 (em paginação regressiva do original do documento) ou 01-58 (paginação arquivística) (58 fls.).

²⁷⁸ “Rapport Galvão” I. Documents - Relatório Henrique Galvão. In. Fundo de Documentos Mário Pinto de Andrade.

prática, porém com um maior grau de lucidez sobre fatos inegáveis da realidade. Mesmo assim, especifica o colonialismo português por não abandonar a velha ideia da missão civilizadora típica a esse povo colonizador, chamando atenção aos ouvintes para a defesa do prestígio que deveriam ter perante as demais potências. Galvão mantém sua visão de mundo de gestor racista ao permanecer com a concepção de “barbárie quasi primitiva”²⁷⁹ dos africanos, mas assume que estes estiveram “à mercê de uma inhospitalidade natural e dos aventureiros que as procuravam como a bestas de trabalho” (ibidem, p. 06). Seguindo sua análise generalizante da história de colonização do continente africano por potências europeias, mantém a crítica a um colonialismo exclusivamente económico – como contraste do colonialismo português que, para ele, ultrapassava a exploração económica e tinha como objetivo civilizar outros povos, o que, evidentemente, romantiza o fato de que Portugal também priorizava a exploração económica e procurava há séculos (estes cinco séculos de “glória”) uma saída às fronteiras ibéricas para garantir sua existência como nação. Então, com uma visão mais trágica do colonialismo europeu, que explicaria as causas das fugas demográficas e das desgraças vividas pelos colonizados, ele diz:

“Em menos de cem anos o Continente misterioso foi devassado e cruzado em todas as direcções, e fez-se alvo e terreno de competição dos mais variados interesses e curiosidades europeias: os espírito de expansão e a simples cubiça económica, a curiosidade científica e as ideias de exploração, os ideais imperialistas e as competições políticas – entraram, viram, instalaram-se, ocuparam, dividiram e sacudiram a África. Os povos quasi primitivos encontraram-se, bruscamente, perante os homens, as ideias e as coisas de uma civilização moderna e insaciável – e especialmente sôfrega – muito menos generosa do que sôfrega. As perturbações causadas por êste contacto violento (violento de muitos pontos de vista) não podiam deixar de produzir efeitos ainda hoje incalculáveis – porque a África é, ainda hoje, um cadinho de onde não sabe ao certo o que sairá, como obra de humanidade e civilização. Se por uma lado, os povos civilizados, invocando propósitos de tutela e elevação da condição humana, travaram de alguma forma a corrida para o despovoamento, desencadeado pelos agentes de uma barbárie que deixava os povos à mercê despótica dos seus demónios – por outro lado, instalaram, sôbre as cinzas de algumas fogueiras que apagaram, outras chamas e outros demónios, que nem por serem menos bárbaros deixaram, por vezes, de ser menos destruidores. De facto, com os europeus que entre si partilharam a África, em combinações de lobos e cordeiros, veio a repressão do despotismo sanguinário dos chefes indígenas, das guerras dos potentados, da antropofagia, da escravatura, dos sacrifícios humanos – e as preocupações sanitárias,

²⁷⁹ Agora pelo menos ele coloca um “quase”.

as tentativas de orientação espiritual etc. Mas com êles vieram também os caminhos de ferro, cuja construção ceifou centenas de vidas por quilómetro, os deslocamentos de trabalhadores em massa, as operações militares de conquista e ocupação, a exploração económica braçal – e, ao mesmo tempo, com os seus particularismos, as suas filosofias (digamos: a intelectual incompreensão dos povos de cultura rudimentar) os pretextos com que se desmantelaram e confundiram as instituições indígenas, antes de criadas ou concebidas aquelas que deveriam substituí-las” (AHP, [...], pp. 07-08)

Peço perdão aos leitores pela extensa citação, mas ela é importante para exemplificar uma nítida e radical mudança de perspectivas de Henrique Galvão, a expressão de visão de mundo de um gestor que atinge o máximo de consciência possível para o futuro da colonização levando em conta o que sempre se tentou omitir da obra de “civilização”. Em seus primeiros contatos com a África, Henrique Galvão demonstrava um explícito sentimento de superioridade perante os “pretos”, aos quais não menos explicitamente julgava com o desprezo do racismo darwinista social. Aos poucos, e atribuo ao compartilhamento da visão de mundo de Norton de Matos, o desprezo pelo “primitivismo” africano é acompanhado pela perspectiva da compaixão de um indivíduo considerado por si mesmo como civilizado perante sociedades consideradas infantis, mas ainda em níveis desiguais de evolução – a isso vem o “assimilacionismo” do Acto Colonial ou o “integracionismo” de Matos que, embora diferentes em premissas, partem do pressuposto de que as civilizações africanas deveriam ser elevadas ao nível civilizacional dos portugueses. Galvão considerava-se mais um africano que um europeu, mas isso não nega que era de fato um europeu que criara relações de afetividade com os territórios e povos africanos justamente por serem considerados o futuro da própria nação portuguesa – e por isso necessitariam ser “elevados”.

Seus estudos e constantes contatos com as realidades africanas vão trazendo também novas sensibilidades e perspectivas quanto ao grau de civilização: assim como Norton de Matos, e diferentemente de Armindo Monteiro, por exemplo, Galvão não condenava os povos africanos à eternidade da “inferioridade” racial em que se encontravam, considerado que poderiam se educar nos moldes da civilização europeia – ou melhor dizendo, integrarem-se no capitalismo. Suas atividades como inspetor de administração colonial permitiram-lhe percursos com observações e conversas acerca da realidade africana sob domínio português e outros, resultando em maiores e mais qualificadas análises. Ali, desesperadamente, e por isso aceitou candidatar-se a deputado, constatou estagnação no dito processo civilizatório, na persistência de práticas antiquadas que também condenavam o desenvolvimento económico que, por sua

vez, falhada, condenava também o tal processo civilizatório e a construção de realidades africanas similares às europeias – os lucros das empresas coloniais, para um gestor nacional-corporativista como Galvão, não deveriam dizer respeito apenas a seus interesses privados, mas deveriam constar como investimentos no desenvolvimento da integração econômica, com o modo de produção capitalista espalhando-se pelos territórios e não ficando restritas às áreas de exploração das companhias. Já em seu *“Ronda de África”* Galvão relativizava e ironizava o pretense grau de civilização dos europeus: quando esteve em Elizabethville, no Congo belga, recebeu a notícia do fim da 2ª Guerra. Com isso, constatou que os africanos observavam as comemorações étlicas dos europeus perante o fim do conflito civilizado com o mesmo espanto de alteridade com que eram observados em seus batuques²⁸⁰. No parlamento também assumiu essa postura ao comparar os “feiticismos” dos aldeões africanos e portugueses em sua intervenção sobre a reorganização hospitalar – a civilização que deveria chegar a esses rincões, enfim, era a cultura e as relações capitalistas. Em 1940, no seu livreto sobre a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, Henrique Galvão, que nunca deixou de ser defensor da modernidade, sugeria que haveria um dia em que as mulheres portuguesas adquiririam hábitos cosméticos e estéticos das mulheres africanas; no *“Ronda de África”* também estabelecia críticas à modernidade capitalista que acabava por apagar os caracteres africanos das paisagens e arquitetura; e em crônica jornalística de 1946, em seu tom irreverente, criticava a arte moderna apreciada por António Ferro²⁸¹. Resumindo, Galvão mudava sua postura; em relação aos negros mantinha, além da amizade com vários, sua arrogância de colonizador com dever paternalista de tutor; em relação aos brancos, sua arrogância de colonialista e verdadeiro conhecedor e defensor dos africanos. A novidade de tomada de consciência está em se relativizar o que seria a tal civilização: além da violência do arcaísmo produtivo das políticas coloniais portuguesas, a carnificina da 2ª Guerra Mundial pode ter sido também um fator que lho fizera colocar uma interrogação sobre quão civilizadas seriam as civilizações que deram um espetáculo mundial de barbárie, possível somente com armamentos ultramodernos e não com zarabatanas, flechas ou lanças.

²⁸⁰ “E não percebi porque se diziam mais civilizados aqueles que ali dançavam do que os negros que se entretinham em seus batuques”

²⁸¹ “(...) afirmava que a música tinha trazido ‘os ritmos negróides e os ritmos sem ritmo. Criou-se até, como elemento típico de certa música – a desarmonia. Moderno, dizem! E não se percebe em que é moderna uma arte que, ao cabo de 20 séculos chamados de civilização, se encontra onde já estavam as artes musicais das raças negras, quase primitivas’. E concluía: “Ticiano consumiu dezasseis anos da sua vida a pintar uma Virgem; Leonardo da Vinci quase outro tanto para concluir a Ceia. Hoje, qualquer pinta-monos pintará as 11 000 virgens em 24 horas e, não só uma ceia, mas as três refeições, de manhã à noite” (MOTA, 2011, p. 135-136).

Retornando ao trecho do relatório de 1947, Henrique Galvão assume e aceita as inevitabilidades da história da colonização: foi trágica e não trouxe apenas as vantagens modernas da civilização capitalista. Trouxe a guerra, implantou ou acentuou disputas entre etnias e, no caso de uma das vantagens da modernidade – os caminhos-de-ferro com toda rapidez e agilidade à integração econômica capitalista – o preço também incluía vidas humanas. As vantagens da civilização capitalista, aliás, são menos presentes e por isso o motivo da apresentação do relatório em sessão secreta – onde sobrou violência das armas e das instituições modernas da “civilização”, faltou delas a assistência sanitária, o assalariamento justo etc. Galvão é realista e lúcido ao assumir que o colonialismo se assentou em violência bruta, mas não questiona – nem menciona – ou revê sua admiração às campanhas militares de ocupação lideradas por Ennes, Mouzinho, Couceiro ou Almeida. Para ele eram fases históricas, um passado trágico, mas necessário, que abriria espaço ao novo. Já o novo, o presente, e por isso lamenta e se desespera, estava a repetir as tragédias imutáveis do passado. Em outros termos, a fim de compreensão, Galvão julgava que a realidade de fronteira, do contato violento entre culturas e historicidades distintas, já fazia parte do passado, e que o momento em que vivia deveria ser o presente de integração civilizatória – os indígenas não mais como elementos hostis a serem “pacificados”, mas como futuros cidadãos portugueses, como já o eram os negros “assimilados” ou “integrados”.

O humanismo aparentado em Galvão não se limita apenas a um mero sentimento de amor ao próximo, é também visão de mundo vinculada a uma concepção produtiva. Admirador de Sá da Bandeira, Andrade Corvo e Norton de Matos, Henrique Galvão tinha a consciência de que maus tratos e escravismo eram incompatíveis com a modernidade da produção capitalista – o capitalismo próspero reproduz-se na medida em que a força de trabalho é produtiva e tem poder de consumo, na medida em que os trabalhadores têm boas condições laborais e saúde que os permitam produzir mais e melhor. Ademais, como nacionalista e corporativista, não importando a qual estrato social os negros pudessem pertencer, eram todos, para Galvão, portugueses. Assim sendo, por trás da aparência de mera compaixão cristã ou humanitária – já era um grande avanço um colonialista considerar os negros no seu mesmo patamar de humanidade – estava a racionalidade de um tecnocrata que se esforçava para pensar formas de

melhoramentos na produção colonial, afinal seria sobre bases materiais que a pretensa missão portuguesa deveria se desenvolver. Então ele expõe os temas de que vai tratar no relatório²⁸².

Sobre a emigração, tratará sobre sua constatação de que a população indígena foge em massa das colônias portuguesas. Fenômeno que sempre existiu, mas que no momento acontecia em maior quantidade, sendo muito poucos os que retornavam. A emigração legalizada em sua opinião já era problemática, mas o que preocupava mais era a “emigração clandestina que está esgotando, em ritmo cada vez mais vivo, as populações da Guiné, Moçambique e Angola e que, em Angola, é, em grande parte, responsável pelo estado gravíssimo de anemia demográfica em que esta colônia se encontra” (AHP, [...], p. 12). O intelectual-gestor, em sua minúcia planejadora de tecnocrata, e com certa eugenia, preocupa-se com a quantidade e qualidade da força de trabalho que foge e a que fica concluindo que os que ficam acabam por ser inaptos ao trabalho produtivo:

“Ficam os velhos, as mulheres, as crianças, os doentes, ou débeis. A ausência muito longa dos melhores, a permanência dos mais fracos e a fixação no estrangeiro de um número cada vez mais considerável dos primeiros não só desmantelam, e desvaloriza a família indígena, como provocam as mais graves falhas e criam as peores condições de natalidade” (AHP, [...], p. 12)

Um fator que piora essa situação seria a propaganda emigratória. Tendo muitos desses povos um caráter ainda nômade, vários indivíduos sentiam-se seduzidos pelas experiências dos que emigravam e depois retornavam às colônias portuguesas, buscando também essa alternativa às condições precárias em que viviam. Os indígenas emigrantes retornados, enfim, “trazem sempre informações que põem em relevo, especialmente tentador, a diferença de nível de vida entre os indígenas das colônias portuguesas e os indígenas das colônias vizinhas” (idem). Quais era, entretanto, os atrativos que os indígenas buscavam nas colônias estrangeiras? Henrique Galvão elenca fatores suficientes para explicação do fenômeno: os salários nas colônia vizinhas

²⁸²“a) As perdas demográficas, atingindo, nalgumas regiões e colônias, proporções de êxodo, sofridas pelo engrossamento progressivo de correntes emigratórias clandestinas; b) As perdas emigratórias sofridas por incapacidade física, decadência física dos povos, falta de assistência médica, deficiências de alimentação, mortalidade infantil e mortalidade no trabalho, diminuição da natalidade, etc.; c) A situação insustentável do problema da mão de obra; d) A desorganização moral, política, social e económica das sociedades indígenas; e) Os perigos de infiltração pelas fronteiras de agentes de subversão social (Guiné e Norte de Angola); f) o abandono a que temos votados os territórios de fronteira (Angola e Moçambique); g) A incapacidade manifesta da administração na luta contra os males que estes factos exprimem” (AHP, [...], p. 10).

são mais elevados e os produtos para consumo de melhor qualidade²⁸³; o comércio com os indígenas é melhor organizado e mais vantajoso no Congo belga, na Rodésia ou Niassalândia; melhores condições das relações sociais de trabalho; assistência médica mais eficiente e bem montada; carga tributária menos pesada e mais justas; propaganda estrangeira que aproveita as condições precárias das colônias portuguesas para atrair seus indígenas; e desprestígio dos chefes indígenas e desorganização de suas sociedades nas colônias portuguesas (ibidem, pp. 12-13).

Outro fator problemático seria a “decadência física dos povos”, decorrente de falta de assistência médica e hipoalimentação, resultando também em diminuição da natalidade, mortalidade infantil, invalidez e mortalidade no trabalho – realidade mais detectada em Angola e norte de Moçambique. Aqui Henrique Galvão trata de uma CGP específica, a de reprodutibilidade da força de trabalho. A preocupação é, basicamente, atestar que os trabalhadores não têm assistência ou acesso à saúde, portanto adoecem, ficam fracos ou morrem, enfim ficam inaptos ao trabalho, menos produtivos e com isso a produção diminui ou não tem qualidade. As más condições de trabalho deterioram também os corpos dos trabalhadores, causando invalidez ou morte, reduzindo portanto o quantitativo de agentes produtores. A mortalidade infantil é o caso extremo de não reprodutibilidade da força de trabalho (futuros trabalhadores morrem ainda crianças). As razões para os péssimos cuidados destinados aos negros, Galvão diz, vem do vício de “espírito de extermínio, que durante muitos anos se manifestou em certas autoridades e colonos, agravados ainda pelas sobrevivências do espírito escravagista” (ibidem, p. 19) – um legado das operações de extermínio, ou seja as campanhas militares, “cuja direcção faltou o pensamento político que teria em conta que um país como o nosso, de 6 milhões de habitantes (seriam 5 ao tempo), só cria países na liha da sua política tradicional, isto é, poupando as populações indígenas” (idem), diz o intelectual resguardando a mística do povo colonizador.

Não só à má gestão colonial, designada como brutalmente violenta, são imputadas as culpas, mas também aos hábitos dos indígenas – melhor dizendo, ainda seria culpa dos colonizadores que não foram aptos a retirar os negros de seus hábitos destrutivo e ainda

²⁸³ Sobre isso Galvão também ironiza a suposta inferioridade dos negros: “Artigos, na sua maior parte, evidentemente superfluos, mas que seduzem o indígena como outros artigos superfluos seduzem os europeus” (AHP, [...], p. 15).

tratavam-lhes com crueldade, segundo essa análise de Galvão²⁸⁴. Nessa combinação do barbarismo primitivo com o barbarismo civilizado, estariam a magia/feitiçaria, hipoalimentação, nomadismo tribal, deslocamentos maciços de trabalhadores, más condições de trabalho, diminuição precipitada da natalidade, alto nível de mortalidade infantil, crescente número de doentes e inválidos e mortalidades causadas por condições de recrutamento e trabalho (idem).

Henrique Galvão atribui os problemas de falta de assistência sanitária a uma administração distante, a falta de recursos destinados e a burocracia excessiva, causando falta de médicos. Seu diagnóstico é de uma situação caótica, bem contrária à propaganda e ao modelo ideológico do Estado Novo quanto a importância do império para Portugal: “Sustento que a assistência sanitária ao indígena em Angola, Moçambique e na Guiné, quer a custeada diretamente pelo estado, quer a que o Estado impõe às organizações de atividade privada, salvo raras, locais e ilusórias excepções, é inexistente” (ibidem, p. 23). O intelectual nacionalista, que já assinou diversos materiais de apologia ao regime, agora assume que quando percorreu a África nunca encontrou “nada, absolutamente nada, digno de respeito, admiração ou apego – salvo casos raros e pessoais de proficiência e dedicação de alguns técnicos e funcionários” e que, em matéria de assistência privada ao trabalhador, somente duas empresas mereciam suas admirações: DIAMANG em Angola e Sena Sugar em Moçambique – duas grandes companhias capitalistas que cresceram às custas de recrutamento violento e trabalho forçado, é certo, e que se constituíram como modernas empresas capitalistas. Diante a realidade por si verificada, Galvão descreve uma situação de caos administrativo:

“Quer dizer: estamos sofrendo a devastação de um incêndio – sem água, sem, sem bombeiros. Ou antes: sem água captável, sem bombas que funcionem, e sem bombeiros treinados. E, assim, não é de surpreender que a mortalidade infantil alcance cifras de 60%, que não sejam raros os casos de 40% de mortalidade em trabalho, que os médicos assegurem que são raríssimos os pretos que não sofrem de biliazioze, que o número de nado-mortos aumente assustadoramente – e que encontremos as sanzalas cada vez mais povoadas por doentes e inválidos. Por consequência – e até aqui: uma grande parte da população em fuga; a população restante a caminho da ruína

²⁸⁴ “Estas populações continuaram, depois, embora menos desprotegidos, entregues ainda a muitos agentes de destruição, digamos tradicionais, resultantes da sua condição de bárbaros, e desgastados pela sofreguidão dos agentes, também destrutivos de certas formas precipitadas com que se exerceu a exploração económica” (AHP, [...], p. 20).

fisiológica. Meios de acção combativa: De uma maneira geral, burocráticos onde não são apenas inexistentes” (AHP [...], p. 24)

A questão do recrutamento e organização do trabalho forçado também está no rol de problemas graves nas colónias elencados por Galvão. O historiador Jeremy Ball, em artigo sobre trabalho forçado em Angola a partir da década de quarenta, como parte de um projeto de história oral, entrevistou em 2006 cerca de 150 idosos que já passaram pela condição de *contratados*, ou seja, trabalhadores forçados em plantações coloniais²⁸⁵. Nessa investigação ouviu histórias de fugas, de trabalho forçado e do seu recrutamento definido em umbundu como *okukwatu*. Os entrevistados relataram ao historiador casos como, por exemplo, do trabalhador João Ndamba que afirmou já ter sido punido com duzentos golpes de palmatória nos pés e mãos, resultando em nove meses de recuperação na cama (BALL, 2006, p. 65). Outro trabalhador, João Kutaka, relata que foi recrutado em 1940 e nem foi avisado para onde seria mandado, considerando-se um prisioneiro, e Félix Alberto Satuala relata que se considerava um escravo, não tendo nem o direito de ficar perto de um branco e dizer seu nome, quanto mais fazer alguma reivindicação ou escolha a algum empregador (idem). Nesses relatos, o historiador ainda percebe porque tantos *contratados* acabavam ficando por tanto tempo nos empregos: em caso de fuga, ficava a cargo dos sobas contratadores recrutar algum familiar do *fugido* para o substituir na produção²⁸⁶. Nem os sobas – ou seus familiares –, chefias diretas nas aldeias e chefias imediatas do poder colonial, subordinados aos chefes de posto, responsáveis pelo recrutamento de *contratados*, ficavam livres das punições. Os negros considerados indígenas só poderiam se locomover portando uma guia de circulação, espécie de passaporte ou salvo conduto, sem a qual estavam sujeitos a deportação para trabalho em São Tomé – normalmente em fazendas de cacau. Geralmente os sobas e seus familiares eram poupados do trabalho, mas ainda na década de quarenta o jovem Augustinho Kachitopola, filho de soba, foi pego longe de casa sem a guia. Não conseguindo convencer as autoridades policiais de que era um aristocrata africano, foi enviado ao trabalho forçado na fazenda de cacau Boa Entrada em São Tomé.

²⁸⁵ BALL, J. «I escaped in a coffin». Remembering Angolan Forced Labor from the 1940s. **Cadernos de Estudos Africanos**, 2006. 61-75.

²⁸⁶ A Jeremy Ball é relatada uma história interessante de resistência desses trabalhadores e que inspira o título de seu artigo. Na década de 1940, trabalhadores planejaram uma fuga da plantação de cana-de-açúcar de Cassequel dizendo ao capataz que dois trabalhadores haviam morrido, o que era bem comum. Estes dois trabalhadores, então, foram colocados vivos em caixões, fingindo-se de mortos, e mais 8 ou 10 foram encarregados de levá-los ao cemitério, de onde todos fugiram. O trabalhador Justino Patrício afirma que era uma tática que, quando descoberta, já havia permitido a fuga de vários grupos. Os *fugidos* normalmente percorriam longas distâncias e contavam com a solidariedade no meio do caminho para sobreviver. Muitas das vezes nem podiam voltar para as zonas de onde fugiram, deixando para trás suas famílias. Essa situação em pleno século XX parecia bem semelhante à de foragidos da escravidão no Brasil ou Estados Unidos da América até os séculos XVIII ou XIX.

Retornou cerca de nove anos depois ainda a tempo de ter substituído seu pai na chefia do Bailundo. Kachitipola definiu sua experiência como escravidão (ibidem, p. 66).

De fato, se formos pensar bem como era, poderíamos facilmente concordar com as vítimas e definir esse tipo de relação de trabalho como escravidão: recrutamento violento e trabalhador cativo aos patrões. Entretanto a relação era assalariada e, em tese, livre apesar de compelido²⁸⁷. Assim as autoridades consideravam. Já os trabalhadores não. Na entrevista a Jeremy Ball, o ex-contratado Luís Massunga disse que o salário era “quase nada”²⁸⁸ e João Ndamba, contratado no porto de Lobito nos anos cinquenta, disse ter juntado em quinze meses 400\$00, dos quais 150\$00 foram subtraídos para o imposto, testemunhando ainda que o que sobrava não dava para sustento próprio e muito menos da família (ibidem, p. 67). E José Inácio, trabalhador da plantação de Cassequel, relatou que seu salário tirado do “trabalho obrigatório” era insuficiente para comprar uma roupa para a esposa ou uma camisa ao filho (idem). Verónica Chilomba relatou que nem alimentos os empregadores ofereciam – era de responsabilidade dos contratados – e que considerava seu trabalho pior que escravidão, “afinal escrava tem direito a um copo d’água” (ibidem, p. 68). No caso de trabalhadoras, eram comuns ainda os casos de abuso sexual (trabalho forçado + sexo forçado) praticados por capatazes e cipaio (que nesse contexto capitalista exerciam funções imediatas no chão da produção como disciplinadores da força de trabalho), fato que já era relatado por Edward Ross em seu relatório. Justina Kalumbo, contratada na década de cinquenta, afirmou que as mulheres bonitas iam aos cipaio, e as extremamente bonitas iam aos capatazes; Cipriana Nduva disse que as mulheres não podiam negar sexo ou sofriam violentas represálias; já Bernarda Kabindo afirmou que as mulheres que

²⁸⁷ Afinal, mesmo nos tempos mais modernos de capitalismo, quando surgem termos como “flexploração”, “uberização” ou “precariado”, como podemos definir essa tal liberdade? Grande parte da classe trabalhadora mundial ainda vende *livremente* sua força a empregadores que oferecem em troca um péssimo salário após jornadas exaustivas ou monótonas. Vivemos em um tempo no Brasil em que gestores anunciam uma grande era: os colaboradores serão tão livres que já poderão negociar livremente suas demandas, individualmente e diretamente, com os patrões. Mesmo que não se aprisionem, coloquem grilhões ou chicoteiem, e mesmo que ainda seja pago um salário e seja dado o direito de pedir demissão, qual a definição de liberdade em um contexto onde a maior parte da população é compelida a aceitar qualquer proposta para poder sobreviver? Mesmo com todas as diferenças de momentos históricos, métodos de recrutamento e métodos punitivos, as relações de trabalho nas fazendas de café, algodão, cana, cacau ou nas minas de cobre ou diamante da África do século XX, as denúncias de trabalho “análogo a escravidão” pela Odebrecht em Angola e do trabalho extenuante pela Vale em Moçambique no século XXI, assim como nossos *terceirizados* e *uberizados*, são consideradas simplesmente como “livres” pelos empregadores e por suas leis – é muito avanço desde a abolição da escravatura, claro que é!, mas seria ainda o assalariamento a nossa liberdade?

²⁸⁸ Massunga trabalhava diretamente para o chefe de posto em Quilengues. Recebia 40\$00 mensais e ao cabo de quinze meses juntou 600\$00, dos quais 300\$00 foram tomados para o imposto. Segundo seu relato ao historiador, questionou ao seu patrão porque lhe era tomado metade do dinheiro conseguido com seu trabalho, pelo que lhe foi respondido com uma pergunta do chefe de posto: “Quando você tem um cão... e esse cão sai à caça e traz de volta um animal, você dá a carne ou o osso ao cão?” – e João responde que dá o osso, então o patrão retruca: “Você é como o cão porque você vai ao trabalho” (BALL, 2006, p. 67).

ofereciam sexo na tentativa de se livrar do trabalho extenuante também poderiam ser punidas violentamente, com chicotadas, caso os cipaio não as desejassem. Kabindo ainda informa que as mulheres violentadas sexualmente, quando retornavam envergonhadas às suas comunidades, recebiam apoio de seus vizinhos, familiares e mesmo dos maridos, solidários pois também sofriam das violências empresariais e coloniais (idem).

Henrique Galvão trata a questão, mas, ao contrário dos relatos acima, não fala a partir da perspectiva dos trabalhadores, apesar de se preocupar com condição de trabalho e vida destes. Sua perspectiva é de um gestor – administrador – que atesta o problema de carência de mão-de-obra principalmente no distrito de Tete, em Moçambique, e na “alarmante” situação em Angola. Na expressão de visão de mundo tecnocrática do intelectual, percebe-se que pensa em formas de organizar os trabalhadores em melhores condições de exploração de sua força:

“Quer dizer, falta-nos em Angola a massa de mão de obra necessária para manter o nível actual de produção e desenvolvimento em condições humanas de utilização do trabalhador. Falta-nos em todas as colónias a massa de trabalhadores necessária para encarmos realização de grandes planos para o futuro. As possibilidades espontâneas de elevar o número de homens válidos entre os quais se recrutará a massa de trabalhadores, encontram-se reduzidas pela decadência física dos povos e o empobrecimento demográfico das colónias” (AHP, [...], p. 26)

Sobre a situação específica de Angola, Galvão procede a uma conta demográfica baseada em diversas fontes e observações suas em atividade de inspetor, considerando que o censo oficial costuma ser falho. Constata que entre a população “não civilizada”, ou seja, “indígena”, naquela altura a população de negros angolanos era de 3.641.608 no total (1.721.425 “varões” e 1.920.183 “fêmeas”), mas para sustentar seu argumento considera a quantidade oficial de 1.023.717 homens. Destes, os que se encontram em idade para trabalho – 16 a 74 anos – e aptos a trabalhar e pagar imposto somam 746.589²⁸⁹. Ou seja, 456.128 homens, 33% desta amostra, estão isentos do trabalho e do pagamento de impostos devido a diversas causas, sendo a incapacidade física a principal²⁹⁰. Ainda nesta fonte, conta-se a necessidade de 202.964 homens para “trabalhos de conta alheia” (assalariados de colonos e do Estado em regime de trabalho voluntário ou compelido) e 402.503 para “trabalhos de conta própria” (agricultura e pecuária), portanto conclui que Angola precisaria de 605.467 trabalhadores para

²⁸⁹ Dados retirados da Repartição dos Negócios Indígenas.

²⁹⁰ Nessas contas, os homens entre 60 e 74 anos são 61.212, sendo os incapazes com menos de 60 anos de idade 394.916 indivíduos.

manter as atividades econômicas existentes (ibidem, pp. 27-28). Seguindo seu raciocínio, diz que aparentemente há um excedente de 141.122 trabalhadores, mas isso na realidade não procede – e explica: não há coincidência entre homens “válidos para o trabalho” e os que pagam imposto – que pagam imposto são mais numerosos e aí Galvão constata a injustiça do sistema de tributação. Ocorria que no recrutamento os contratados passavam pela seleção médica na qual, segundo os estudos de Galvão, cerca de 12% eram rejeitados – cerca de 89.000 homens, sobrando apenas 657.589. Desses ainda, haveria uma baixa de cerca de 10% decorrente de fugas, doenças em viagem, rejeições no local de trabalho, morte em trabalho etc., portanto resultando em 590.000 trabalhadores disponíveis à produção. Nesses cálculos grosseiros então ficaria marcado um déficit de mão-de-obra de cerca de 15 mil trabalhadores. Para tentar cobrir esse déficit, os gestores coloniais criticados por Galvão recorriam à contratação dos trabalhadores de conta própria, mulheres, crianças, idosos e doentes: “Só os mortos estão realmente isentos da compulsão ao trabalho” (ibidem, pp. 28-29).

Henrique Galvão também trata da questão das condições de trabalho, e nesse assunto parece-me mais que o intelectual raciocina mesmo como um gestor que pretende alcançar melhorias de qualidade e eficiência produtiva, e não como um porta-voz dos desígnios dos trabalhadores ou defensor de um indefinido “humanitarismo”. Ao introduzir já sugere sua preocupação maior, dizendo que as condições de trabalho vigentes “só tendem a agravar a questão, promovendo a redução do numero e o aviltamento da qualidade” (ibidem, p. 29). Nesse assunto acusa o Estado R de tomar o posicionamento mais grave, pois servia como recrutador e fornecedor de mão-de-obra indígena a empregadores particulares. Galvão diz que essa prática fazia com que colonos requisitassem às autoridades estatais o *fornecimento* de indígenas, portanto um termo igualmente usado para pessoas e mercadorias, resultando no hábito de recrutar-se com violência – algo que levaria qualquer recrutador privado à cadeia. O deputado ainda acusa que, sendo cúmplice dessa prática, o Estado ainda a acoberta com discursos e propaganda de humanidade (ibidem, p. 30). Exigindo o fim dessa prática, Henrique Galvão chega mesmo a dizer que na época da escravidão os trabalhadores eram mais bem tratados – “o preto, comprado, adquirido como animal, constituia um bem que o seu ‘dono’ tinha interesse em manter são e escoreito, como tem em manter são e escoreito o seu cavalo ou o seu boi” (idem), uma constatação bem parecida com a de Verónica Chilombo entrevistada por Ball. Henrique Galvão ainda, pela perspectiva de um gestor capitalista, questiona se esse tipo de trabalhador em Angola era realmente livre, já que era *fornecido* e que, se morresse, o patrão poderia requisitar o fornecimento de outro. Sobre esse tipo desumano e arcaico de patronato e

relações de trabalho, Galvão questiona de forma a também constranger o Estado recrutador: “Há patrões que tem 35% de mortos entre o seu pessoal, durante o período de contracto. E não consta que algum tenha sido privado do fornecimento de mais, quando precisar” (idem).

O deputado e inspetor sugere que o Estado deveria abrir maiores possibilidades ao trabalho, dito, voluntário – que já era tendência crescente entre os africanos à procura de emprego no capitalismo instituído em seus territórios. Porém o que se verificava era que o Estado, mesmo na modalidade voluntária, impedia que o trabalhador escolhesse o patrão que pagasse melhores salários, causando em emigrações – para grandes centros portuários ou de caminhos-de-ferro ou para o estrangeiro. A outra modalidade que Galvão verifica é a do trabalho “por compulsão das autoridades apoiadas no despotismo dos sobas”, portanto o trabalho compelido em que os trabalhadores são chamados *contratados*. Nessa modalidade há o recrutamento forçado, um “arrebanhar”, baseado em *contrato* entre a Repartição de Negócios Indígenas (Estado R) e os patrões solicitantes. Agora, curiosamente, Henrique Galvão não é totalmente contra o trabalho compelido, pois acha mesmo que, instauradas as instituições coloniais, civilizadas, ou seja capitalistas (os indígenas estavam progressivamente em processo de proletarianização), deve haver a obrigação de trabalho – porém é contra a obrigação por meios violentos:

“Haveria diferentes maneiras de se considerar esta necessidade: desde a que partiria do princípio que nega o direito de não trabalhar e sobre o qual se poderia estabelecer uma compulsão legítima (socialmente legítima), até à maneira violenta em que insensivelmente se caiu. Adoptou-se esta por mais cómoda²⁹¹. Os patrões (caso mais suave) servem-se de recrutadores que, protegidos ou auxiliados pelas autoridades, conseguem, mais ou menos dispendiosamente, e á razão de tanto por cabeça, o número de trabalhadores que precisam. Inutil entrar em pormenores acêrca de certos aspectos odiosos que estas operações revestem. Chama-se a isto ‘contractar’ trabalhadores – e êstes são conhecidos oficialmente como voluntários. No caso menos suave (a pratica que descrevemos seguida em Angola) o Estado ‘fornece’ trabalhadores” (AHP, [...], p. 32).

Retornando à constatação de falta de reserva de mão-de-obra, mas um déficit, Galvão como intelectual-gestor afirma que não há “*roulement*”, ou rotatividade, de trabalhadores, havendo na verdade “a desorganização da massa dos trabalhadores de conta própria, com

²⁹¹ Galvão não desenvolve mais o que seria essa “comodidade”. O que seria? Talvez uma comodidade dos patrões em maltratar livremente força de trabalho amparados em visão de mundo racista e em todo um aparato ideológico que justifica qualquer imposição como missão civilizadora.

prejuízos incalculáveis para a economia indígena”. Sobre os negros, diz que detestam os “contratos” por saberem as condições a que serão submetidos. Assim, Galvão que nesse relatório expõe toda uma calamidade de desonra da administração pública, e que defende a supremacia do Estado R na coordenação econômica, responsabiliza o próprio poder público – ou seja, o regime, e por isso sua trajetória vai rumando à dissidência – pela situação descrita: “Na verdade êste ‘contracto’, que só a intervenção do Estado torna possível, causa à população, por morte, doença e fugas, mais perdas que certas doenças endêmicas” (ibidem, p. 32). Também é denunciado que o Estado recruta trabalhadores para si assim como recruta a particulares, e na falta de mão-de-obra masculina, recorre a mulheres e “incapazes”. Como é frequente faltar verbas, ainda obriga pessoas a trabalhar em obras públicas sem salário ou alimentação. Agravando ainda mais seu prestígio já manchado com o governo, Galvão polemiza mais:

“O Estado que, diga-se de passagem, procura obrigar os patrões particulares a cumprir um mínimo de obrigações elementares, falta muitas vezes a essas mesmas obrigações dando os mais lamentáveis dos exemplos. Quando o Estado paga, nem sempre paga pontualmente (...) Os indígenas, entre os dois males: ‘contracto para o Estado’, ‘contracto para particulares’, preferem o segundo, em que, ao menos, beneficiam de uma protecção, que o Estado só concede aos trabalhadores que não o servem” (AHP, [...], pp. 32-33)

Sobre o trabalho de conta própria, definido genericamente como produção ou economia indígena, modalidade sempre bastante defendida por Norton de Matos, Galvão que também é um defensor diz que teoricamente tudo é correto: o Estado deve fornecer assistência técnica, sendo protetor e orientador das atividades indígenas e organizando socialmente e tecnicamente suas sociedades. Contudo, como Galvão já denunciava antes mesmo do Estado Novo, há uma distância grande entre o que está nas leis e o que é aplicado na prática²⁹². E, sob pretexto de prestar assistência técnica, segundo Galvão o Estado fornece aos cultivadores indígenas, na verdade, “capatazes, autoridades e agentes de propaganda (não técnicos), que nada lhes ensinam e que só lhes impõem cultivar, cultivar, cultivar, seja como fôr e onde fôr, indiferentemente em terras boas e terras más, com prejuízo, inclusivamente, das suas culturas alimentares” (ibidem, p. 35). A defesa que faz dos indígenas é parte de sua visão de mundo tecnocrática e colonialista: a produção indígena, mantida em moldes tradicionais, é entendida como base da produção de gêneros agrícolas e pecuários para subsistência e venda. Não se proletarizam esses indígenas

²⁹² “Praticamente, as intenções, digamos, os mandamentos imperativos da lei política assaz definida pela palavra escrita e falada e não se cumprem, antes se prostituem na generalidade dos casos” (AHP, [...], p.35).

camponeses, mantendo hábitos tradicionais e também evitando revoltas, porém inserindo técnicas modernas vindas da civilização capitalista – ainda que não se insiram como trabalhadores assalariados, esses indígenas são adaptados e qualificados para venderem seus produtos no mercado capitalista (inserção, integração ou assimilação, enfim, à civilização), compondo um importante ramo da produção colonial. Porém há ainda os casos em que esses indígenas devem cultivar a terra segundo seus modos de organização, porém subordinados às demandas de grandes companhias do Estado A. Sobre essas atividades de produtos de maior valor econômico, Galvão informa sobre a aplicação também defeituosa. Diz que tentou-se copiar o sistema de zonas de influência do Congo belga, porém “O sistema é, teoricamente defensável e tentador. Mas a aplicação, infelizmente considerada apenas o aspecto imediato dos interesses dos grandes concessionários, reduzindo praticamente o indígena a escravo da gleba”, fazendo com que em colônias estrangeiras haja denominações pejorativas a produtos coloniais portugueses como “algodão escravo” (idem).

O relatório ainda traz, em crítica direta ao Estado, portanto ao governo, o problema da falta de guarnição ou abandono das zonas de fronteira, que em Angola e na Guiné, sobretudo, permite a “infiltração subversiva” – propaganda anticolonial – que seduz os indígenas das colônias portuguesas. Também, em crítica a esse “colonialismo do Terreiro do Paço”, Henrique Galvão desfere crítica direta à obra de Salazar: elogia a política financeira implantada pelo Estado Novo, mas diz que nas colônias sua aplicação foi simplista, fruto de um desconhecimento das realidades coloniais, e que impediu investimentos e causou desocupações em várias zonas – permitindo inclusive a entrada dos “elementos” subversivos. Diante de tudo exposto, parte para suas propostas de solução. Como propostas de emergência, imediatas, sugere a criação de subsecretariado ou Alto Comissariado para negócios indígenas, excedendo os poderes locais e não se subordinando ao Ministério das Colônias, contando com autonomia; criação do Fundo de Repovoamento Indígena ou de Colonização – imposto patronal e imposto de colonização, com taxação progressiva e proporcional à renda do contribuinte metropolitano e colonial; e providências urgentes a serem tomadas pelo Alto Comissariado²⁹³ (ibidem, p. 56-57).

²⁹³ Revisão do Código de Trabalho dos Indígenas e do Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas; revisão da orgânica dos serviços de saúde em coordenação com serviços administrativos a fim de dar mobilidade e proporcional a ocupação sanitária; reorganização dos serviços de coordenação económica e serviços técnicos para valorização da produção indígena; revisão do regime de Zonas de Exploração Económica; pauta especial para artigos de consumo indígena; economia de mão-de-obra pela mecanização do trabalho; fixação do justo salário; fiscalização do trabalho indígena; incitamento ao voluntariado; imigração de trabalhadores para atividades piscatórias em Angola; instituição de novo regime de comércio com indígenas; organização dos mercados de produtos indígenas;

Na finalização do relatório, Galvão afirma falar somente a verdade, coloca-se à disposição para esclarecimentos e diz que nada ali sugerido é para interesse pessoal mas nacional do “nosso génio de construtores de impérios”. Encerrando, e sem muitas esperanças de que suas ideias serão acatadas, expõe sua decepção com o regime e discretamente anuncia sua inevitável indisposição, apontando para uma dissidência sem volta com o Estado Novo:

“E porque assim é, asseguro o meu propósito de aceitar, sem a menor resistência ou reacção, o exílio de funções oficiais activas a que fui condenado sem julgamento, e em que quasi ininterruptamente tenho vivido desde que um dia demonstrei que era capaz de fazer alguma coisa. Nele me manterei aguardando o próximo e inglório fim de uma carreira, tal como os homens o quizeram e como devo aceitá-lo. E esta referência também não tem outro propósito senão despertar as consciências de quem distribui os homens pelos serviços a favor de muitos homens mais novos, capazes de realizar o que nunca me foi consentido tentar” (AHP, [...], p. 58)

Aqui Henrique Galvão anuncia sua ruptura, mesmo a contragosto, mas prefere se agarrar às suas concepções coloniais que a um regime contraditório com elas. Se até então, como inspetor e deputado, suas indisposições ainda mantinham a esperança de poder contribuir com seus conhecimentos ao regime, agora, depois de tanto ser ignorado e rejeitado, pôs um ponto final: **o relatório de 1947 é a sua ruptura com o Estado Novo**. Mais, Galvão, sempre atento às mudanças históricas ali vividas, revê todo um modelo de política colonial que o regime segurava pelos preceitos do Acto Colonial. O modelo centralista e de pacto colonial é abandonado por Galvão, que passa mesmo a defender uma reformulação de Alto Comissariado, mais próximo ainda das concepções republicanas de Norton de Matos – na conjuntura, oposicionista de Salazar – e também autonomia política aos governos coloniais, constatando que o Estado Novo reproduzia os vícios de burocratismo do Terreiro do Paço. Em finais da década de quarenta, Henrique Galvão enfim abandona a fidelidade aos princípios da política colonial implantada no início da década anterior, de entreguerras, agarrando-se a uma postura pragmática tendo como objetivo maior a manutenção das colônias sob domínio português. Desagarrrou-se das políticas, mas não da ideologia colonial de um Portugal construtor de novos mundos e civilizador por excelência e por missão. Porém o Estado Novo era uma ditadura, e essas atitudes de Galvão não poderiam ser bem aceitas.

estabelecimento dos Serviços de Fiscalização e Informação nas fronteiras; reorganização de sobados e regulados como unidades de administração; criação da Escola de Chefes Indígenas; remuneração dos chefes indígenas; construção de aldeias principais para chefes indígenas ao longo das fronteiras.

Como já mencionei, o historiador Eugénio Montoito não teve acesso a esse relatório, mas a referências que o próprio Galvão anunciou em seu livro de 1961, já exilado no Brasil. E nesse relatório Henrique Galvão mantém em silêncio a conferência, de sua autoria, proferida na Exposição Colonial de Paris em 1931, quando defendeu a autonomia de Portugal em empregar a força de trabalho que achasse necessário – portanto, trabalho compelido ou forçado. Outros investigadores²⁹⁴ fazem referência ao relatório de 1947, alguns comparando-o e colocando-o no mesmo patamar de relatórios de Philips-Stokes (1924) e Edward Ross (1925), aos quais Galvão respondeu não em 1947, mas em 1931 com princípios totalmente contrários. De fato, há correspondência temática e de conclusões entre o relatório de Galvão em 1947 e os dos outros, mas em consideração aos momentos históricos, aos outros Galvão junta-se como um antagonista em 1931. Por que esses investigadores ignoram a conferência “*La Presse Colonial et le Problème du Travail Indigène*”²⁹⁵? Seria a falta de acesso? Mas o documento dito secreto e confidencial é justamente o de 1947, o qual outros investigadores citam e provavelmente tiveram acesso. Seria para manter uma imagem heroica de Henrique Galvão, cujas contradições mais expostas resumem-se ao dualismo *salazarista que se tornou anti-salazarista*, portanto a imagem de um homem que rompe com a ditadura – sem problematizar demais que não rompeu com o colonialismo, mas com um modelo de colonialismo?

O relatório Ross de 1925 veio na sequência do fim da 1ª Guerra Mundial e era encomenda direta da Sociedade das Nações, correspondendo mais a potências imperialistas vencedoras do conflito e de capitalismo mais desenvolvido, como o Reino Unido. Portugal, na altura, e anexado aos vencedores, era considerado periférico, de capitalismo subdesenvolvido. Henrique Galvão em 1931 acusa as ambições de potências estrangeiras sobre as colônias portuguesas – o que, apesar dos desesperos paranoicos não deixava de ser verdade – e para defender a soberania de Portugal sobre seus territórios ultramarinos reivindica o colonialismo como missão civilizatória e não apenas como exploração económica. Ainda, rejeita o relatório do sociólogo estadunidense e, mesmo sem falar explicitamente, defende o direito de Portugal autorizar o uso de trabalho forçado. Para manter suas colônias contra o expansionismo estrangeiro em África era preciso estar em posição de competitividade, e para isso era preciso desenvolvimento económico – e como o país nesse aspecto encontrava-se em atraso, era preciso

²⁹⁴ Francisco Teixeira da Mota, Douglas Wheeler, René Pélissier, Miguel Bandeira Jerónimo, António José Telo Jeremy Ball, Gerald Bender et. al.

²⁹⁵ Eugénio Montoito e Francisco Teixeira da Mota são exceção. O segundo não diz diretamente o título mas refere-se brevemente em um parágrafo à conferência e que Galvão atacava o extremo humanitarismo defendendo o uso de trabalho compelido (MOTA, 2011, p. 55).

partir para acumulação primitiva. Em 1947 a 2ª Guerra Mundial já havia terminado há dois anos e a Organização das Nações Unidas estava criada. As ideias de autodeterminação, independência e descolonização estavam lançadas, bem como os movimentos separatistas – e por isso Galvão citou a infiltração pelas suas fronteiras coloniais. O mundo estaria dividido entre as zonas de influência das potências vencedoras, cientes de que a transnacionalização de capitais dispensava a posse de territórios pelo Estado R – o Estado A faria as vezes de potências imperiais. Portugal continuava com um capitalismo menos desenvolvido e tanto o regime quanto Galvão sabiam disso. Para manter a soberania e independência era preciso manter o império como estava, justificando-se pela tal missão civilizatória que só o povo português seria capaz. O regime haveria de se adaptar aos novos tempos e estabelecer alianças com as vencedoras de modelo democrático, e para tanto deveria arranjar-se em sobreviver como era sem demonstrar tanto seu caráter fascista. Internamente o regime, bem como a União Nacional, passava por revisões, e Salazar tinha de lidar com correntes modernizantes ligadas a Marcelo Caetano e defensores do industrialismo. Henrique Galvão, ciente das mudanças globais, rejeita os métodos arcaicos da produção capitalista colonial: sabia que para neutralizar os desígnios separatistas e as pressões das outras potências sem abdicar do império era preciso ceder à democracia de tendência liberal e corporativista, ao desenvolvimento produtivo moderno de um capitalismo de mais-valia relativa visando a integração econômica, atando com a permanência da mística que Portugal tem uma missão secular com seus territórios (um colonialismo ainda pretensamente diferenciado). Em resumo, Galvão percebia que para manter o império talvez fosse preciso sacrificar a ditadura.

No início de 1948, Henrique Galvão no parlamento faz referência a um “impressionante discurso de Salazar” à Assembleia Nacional, no qual o chefe do governo falava sobre crise passageira e superficial na Europa e que era preciso trabalho²⁹⁶. Salazar, também atento à conjuntura pós-guerra e lúcido, afirma que Inglaterra, França, Bélgica, Itália, Portugal e Espanha têm “a direcção efetiva e a responsabilidade do trabalho, progresso e bem-estar no continente africano” e que, portanto, era tempo de rever:

“não as doutrinas seculares de colonização que nos têm guiado e que, creio, não estão em causa, nem certos princípios fundamentais da nossa actual política colonial, mas certamente alguns conceitos, métodos de aplicação, a orgânica económica e

²⁹⁶ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 308 – 27 de Janeiro de 1948.

administrativa que nos rege, processos de governo, aspectos políticos e sociais das colónias, que o tempo e as crises actuais alteraram, enfim, todo o mecanismo através do qual as doutrinas e uma política se concretizam. De mais, essa revisão seria necessária mesmo que a missão nova nos não obrigasse, depois dos desgastes, incertezas e perturbações de toda a ordem sofridos durante os últimos dez anos” (AHP, [...], f. 308)

Henrique Galvão, que exatamente um ano antes apresentara o relatório-bomba em sessão secreta no parlamento, faz então aviso prévio inspirado nessa fala de Salazar, sugerindo “revisão do nosso mecanismo de administração colonial, no sentido de o corrigir e aperfeiçoar em vista ao melhor rendimento útil para os fins que procura servir”, quais sejam: “a) A organização e os meios de direcção superior do Ministério das Colónias sobre a política, a administração e as actividades do Império; b) A orgânica e o funcionamento dos serviços do Estado nas colónias; c) A organização da produção; d) A coordenação económica; e) Os problemas demográficos; f) A infiltração comunista em África”. Henrique Galvão endossa o discurso do chefe e ainda faz exigências²⁹⁷.

Sua atitude como parlamentar, desde o início polémica, também era ousada se pensarmos que se tratava de uma ditadura: era comum Galvão requisitar consulta a instituições para sustentar suas intervenções sobre temas espinhosos em matéria de gestão colonial. Além de casos já citados como a afronta ao Ministério da Marinha, ele já requisitou informações mais precisas sobre o Caminho de Ferro de Benguela²⁹⁸; requereu também: visitas a documentos do arquivo da Inspeção Superior de Administração Colonial – relatórios dos inspetores sobre política e trabalho indígenas em 1937 e sobre o inquérito aos organismos de coordenação económicas dependentes do Ministério das Colónias em 1944²⁹⁹; ao ministro das Colónias, nota discriminada das despesas liquidadas entre 1945 e 1947 pelas dotações orçamentais destinadas a “Despesas de colonização” nos termos da lei – pretendendo saber “A que fins se destinavam as importâncias despendidas”³⁰⁰; pelo Ministério das Colónias a consulta a relatórios de missão ao sul de Angola chefiada pelo Inspector Superior de Fomento Colonial em 1946, o processo

²⁹⁷ Considerando sua crítica já há alguns anos ao regime que foi se tornando mais intensa no parlamento e culminou na polémica do relatório – uma crítica que antes se limitava a genericamente atacar gestores públicos menores, que passou a ser a crítica à aplicação correta das políticas e falta de fiscalização, que se tornaria crítica à toda generalidade do Estado cujos chefes eram os Antónios –, não sei se aqui ele endossa a fala de Salazar com alguma boa dose de seu usual cinismo ou se realmente ainda tinha alguma faísca de esperança que o Estado Novo pudesse ainda vingar reformas necessárias. Não consigo mesmo saber as intenções, por isso considero o importante – a mensagem pública.

²⁹⁸ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 08 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 1947.

²⁹⁹ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 14 de Janeiro de 1947.

³⁰⁰ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 27 de Fevereiro de 1947.

de adjudicação das obras de barragem dos Mabubas e as atas do Conselho Técnico de Fomento Colonial referentes à realização de adjudicação de obras³⁰¹; ao governo geral de Angola, e por intermédio do Ministério das Colónias, o fornecimento urgente do processo do inquérito realizado em 1944 na Junta de Exportação de Angola (JECA) pelo inspetor Óscar Ruas e arquivado em 1945, a aplicação e contas do fundo criado para proteção aos agricultores por uma taxa lançada sobre a borracha, nota e características dos empréstimos concedidos a particulares pela JECA e as atas da sessões sobre tais empréstimos, extratos de contas de gerência da JECA entre 1946 e 1947, registro biográfico e habilitações literárias do presidente da JECA – também inspetor do comércio interno e recentemente nomeado vice-presidente do Conselho de Coordenação Económica – constando vencimento e gratificações, atas da sessões do Conselho de Governo em que foi discutido e aprovado o diploma legislativo que cria o Conselho de Coordenação Económica³⁰²; pelo Ministério das Colónias, concessão de autorização para consultar relatórios e documentos da Inspeção Superior de Administração Colonial e Inspeção Superior dos Negócios Indígenas acerca da questão indígena em Angola, insistindo ainda em documentos requeridos no último Dezembro ao governo geral de Angola³⁰³; do Ministério das Colónias sobre alterações no orçamento de Angola³⁰⁴; ao Ministério das Colónias informações sobre o presidente da JECA, ao governo de Angola sobre pormenores técnicos de um guindaste no porto de Luanda e sobre compras de carros, avião e locomotiva *Garrat* pelo Estado³⁰⁵.

Os requerimentos de Galvão tinham resposta, mas nem sempre eram amigáveis. Já recebeu uma moção que o critica sutilmente, mas que ainda assim sugere um inquérito que esclareça os fatos referidos pelo intelectual a funcionários e organismos³⁰⁶; também um telegrama informando que o povo de Setúbal está irritado com alegações suas no jornal *Notícias do Porto*³⁰⁷; uma moção, em papel timbrado do Ministério das Colónias, de desgosto assinado por 24 gestores coloniais protestando contra um aviso prévio de Galvão e artigos seus em jornais³⁰⁸. Em 24 de Fevereiro de 1949 Henrique Galvão fez esse anúncio prévio denunciando uma “*monstruosa* atitude, fruto de pensamentos ignorantes e mal informados – de ingenuidade,

³⁰¹ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 03 de Fevereiro de 1948.

³⁰² AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 14 de Dezembro de 1948.

³⁰³ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 04 de Março de 1949.

³⁰⁴ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 22 de Março de 1949.

³⁰⁵ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 303 – 05 de Abril de 1949.

³⁰⁶ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 285.

³⁰⁷ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 278 – 31 de Março de 1948.

³⁰⁸ AHP, sec. XXVII, cx. 48, n°10, f. 269-272.

até –, comprovativa de que Angola vivia momentos de erro e caminhava para o desacerto total sem se reconhecer que as consequências eram passíveis de se transformar em falhanços políticos e administrativos”, acusando incisivamente o governador de Angola por ter publicado portaria proibindo poligamia de indígenas. Galvão acusava o governador de não conhecer nem perceber as dinâmicas culturais desses povos, considerando absurda a moralização cristã dos indígenas por via legislativa³⁰⁹ e que a poligamia não atentava contra a higiene ou soberania portuguesa nas colônias, lembrando que os documentos legais maiores (Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina) prezavam pela contemporização dos usos e costumes indígenas (MONTOTO, 2005, p. 112). A esse aviso prévio, o Ministro das Colônias respondeu ao presidente da Assembleia Nacional contra Henrique Galvão em um documento de 48 páginas de muita irritação e detalhes técnicos³¹⁰.

Eugénio Motoito afirma que, em consulta aos relatórios e biografias de Henrique Galvão elaborados pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), encontrou o acontecimento que foi primeiro marcador da dissidência de Galvão ao regime: ele foi testemunha do coronel Carlos Tavares Afonso dos Santos (seu amigo Carlos Selvagem) no julgamento dos implicados no falhanço do golpe contra o governo de Salazar em 10 de Abril de 1947. Mas foi um aviso prévio de 1949 que marcaria mesmo sua ruptura publicamente com o regime, dessa vez acusando diretamente o chefe do governo – Salazar³¹¹.

No início do aviso prévio, Henrique Galvão cita mais uma vez aquela frase de Salazar que parece ser sua favorita, que estava de acordo com seus ideais e que o animava enquanto era um convicto estadonovista confiante no chefe³¹². De forma irônica, típica de sua irreverência, Galvão procederá a uma espécie de “Salazar crítico de Salazar” para sustentar seu argumento que se inicia com “Raras as vezes a verdade, ao serviço de uma política de verdade, terá sido tão simples e lapidarmente exposta”, dizendo que a frase do chefe é aplicável “em toda a sua extensão, significado e profundidade à administração de Angola”. Prossegue parodiando a frase substituindo a palavra “País” por “Angola”, dizendo mais polemicamente:

“Esta mentira, que pretende iludir o País e encobrir ao próprio Governo da Nação a mediocridade e incompetência de uma administração cuja categoria me abstenho, por

³⁰⁹ A isso cabia a educação missionária, a catequese. Uma imposição também, mas Henrique Galvão prezava pela “missão civilizatória” das consciências.

³¹⁰ Resposta do Ministro das Colônias. In. AHP, sec. XXVII, cx. 48, nº10, f. 201-248 – 25 de Março de 1949.

³¹¹ AHP, sec. XXVII, cx. 48, nº10, f. 305 – 24 de Fevereiro de 1949.

³¹² “A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e sua realidade profunda, entre a lei e a execução fizeram da vida administrativa do País uma mentira colossal”.

agora, de classificar – e que, diga-se de passagem, constitui lamentável excepção perante administrações ordenadas e por vezes brilhantes que actualmente conduzem a outras colónias do Império –, está lançando Angola para uma crise política, económica e moral sem precedentes na sua atribulada história dos últimos cem anos. É necessário e urgente evitá-la” (AHP, [...], f. 305).

O pronunciamento em plenária deste aviso prévio de 1949 é considerado por Eugénio Montoito como o momento de ruptura com Salazar e seu Estado Novo. Foi em fala supostamente pública, no mesmo ano em que escreveu o documento-bomba contra a situação – “*Documentos fidedignos da verdadeira obra de Salazar*”. Henrique Galvão atacou, em 1949, o regime e seu chefe diretamente, algo que evitava fazer ou que fazia de maneiras mais sutis. Porém, ainda mantenho a opinião de que é a apresentação em sessão secreta do relatório de 1947, explicitado em seu final, o momento de ruptura de Galvão com o regime. Não teve carácter público, ou não foi pronunciado em plenária, mas em sessão da Comissão das Colónias, portanto a partir dali o posicionamento de Galvão já era sabido nos corredores da burocracia do Estado Novo. E ao contrário do que anunciou na finalização do relatório, seu exílio das funções oficiais ativas traria, sim, reação e resistência. Sua distância em relação ao Estado Novo ia aumentando gradativamente desde as funções como inspetor colonial, alargando drasticamente como deputado – afastando-se mesmo do chefe – e a partir de 1947 sua dissidência não teria mais volta. A partir de 1949, concordo, Henrique Galvão seria lançado de vez e oficialmente ao campo da oposição. Terminaria ali seu mandato como deputado, sem recandidatura – e terminaria também seus serviços nas instituições do Estado.

Considerações finais

Henrique Galvão era mesmo homem de ação. Era um oficial militar do Exército. Inicialmente como tenente – ou alferes – e depois como capitão, patentes de organização e comando operacional, em contato direto com tropas de menor contingente: um tenente é treinado a comandar um pelotão; um capitão é treinado a comandar uma companhia. Portanto, sua formação militar foi de um oficial da ação – e não um oficial de gabinete. Também era formado em Educação Física, especializado em ginástica militar, mas não só: pensava no fortalecimento físico e moral da nação, como um melhoramento de raça, pretendendo portugueses de corpos resistentes e fortes ao trabalho e à guerra.

Não era, porém, só homem de ação. Insistia na integralidade do ser humano que pensa e age. Desde jovem demonstrava gosto pela atividade intelectual, em especial a literatura e o teatro, mas também contribuindo com jornais – na década de vinte escrevia, assim como Carlos Selvagem, para *O Imparcial*, de extrema-direita. Em sua trajetória produziu peças de teatro, romances, crônicas, estudos e conferências sobre assuntos relacionados à colonização e textos de conjuntura política, sendo um propagandista reconhecido, por isso integrou os quadros do Estado Novo nessa área. Sobre assuntos coloniais, a ele eram confiadas algumas atribuições, a maioria de grande importância estratégica para a ditadura, portanto um especialista. Não foi formado pela Escola Superior Colonial, sendo um intelectual e gestor autodidata, estudando por interesse próprio e observando a realidade colonial presencialmente para embasar seus argumentos – aliás, era bastante crítico dos colonialistas acadêmicos, dos quais muitos nem saíam de Portugal. Por sua característica de militar de comando operacional, enfrentava as dificuldades do sertão africano, acampava, dormia no chão e também era caçador, sendo assim um conhecedor pela prática. Todavia era também um burocrata, tendo o gabinete como espaço de trabalho. Militar de patente e de comportamento, mas exercia funções civis na tecnocracia – alternava os trajes de colonialista com o fato/terno e mesmo fraque; a farda militar foi bastante vestida até 1926, e depois só como o capitão oposicionista, liderança operacional do sequestro do Santa Maria. Em seus escritos – e era um escritor habilidoso e de expressão acessível – sempre demonstrou um estilo cínico, irônico, sarcástico, irreverente. Demonstrava um comportamento irreverente e desobediente, ainda que prezasse pelas hierarquias sociais, constantemente insatisfeito com as situações em que participava.

Sendo autodidata, escreveu sobre diversos assuntos, embasando-se muito em suas observações em território africano, seja como desterrado, governador, inspetor, caçador ou em seus passeios contemplativos do império que tanto defendia e sentia orgulho. Era um nacionalista convicto, de perspectiva corporativista, colonialista ferrenho que via no império a única razão ou alternativa de existência da nacionalidade portuguesa. Quando chegou em África demonstrava um racismo visceral, depreciativo, convicto na superioridade dos europeus sobre os africanos julgados como bárbaros ou primitivos. Quanto mais foi conhecendo a África, mais foi modificando esse ponto de vista, chegando mesmo a comparar quase em igualdade aspectos culturais de metropolitanos, colonos e indígena. Ainda assim, e apesar de negar, não deixava de ser racista: sua concepção era a de que os indígenas, ainda que legalmente não considerados cidadãos, eram potenciais nacionais portugueses; a função do homem branco, “civilizado”, seria o de elevar os “pretos”, portanto ainda enxergava uma inferioridade no *outro*, mas por uma perspectiva paternalista, infantilizando as etnias africanas – mesmo aqueles que já não se encontravam em realidade tribal. Foi assim, e como ele mesmo se caracterizava, que se aventurou intelectualmente como um etnógrafo amador, procurado dar validade às suas conclusões por sua autoridade testemunhal como um colonialista sertanista, o que justifica sua alcunha de “O africano”. Tinha mesmo um afeto pela África, orgulhosamente nacionalista na percepção do que considerava ser realmente a especificidade do povo português como colonizador e civilizador – uma suposta missão histórica de “elevar” povos às condições civilizacionais semelhantes às europeias.

Foi um gestor na prática, desde que exerceu o cargo de governador de Huíla, sendo essa sua posição de classe social. Em termos de visão de mundo, também expressava a concepção de um gestor, ou tecnocrata: o intelectual assim é também o organizador da produção e reprodução material da sociedade – e por isso o classifiquei como “intelectual-gestor”, tentando dar uma explicação mais didática. Nos quadros administrativos da ditadura de Salazar, Henrique Galvão foi gestor de propaganda, administrador colonial e preocupava-se com a organização dos processos de integração econômica e controle sobre a força de trabalho nas colónias. Sua visão de mundo era a de um nacionalista de direita, corporativista e colonialista. A concepção ideológica do regime também, mas qual o fator de ruptura? Uma característica significativa na visão de mundo de Galvão era a preferência pelo desenvolvimento, pela modernidade ainda que sem abandonar os traços tradicionais portugueses. Na década de 30 já apontava um posicionamento crítico em relação à execução das políticas coloniais do regime, o que se acirrou na década seguinte sobretudo no contexto da 2ª Guerra Mundial e após. A

divergência estava, para além das denúncias de abusos ou imoralidades, na incompatibilidade de visões de mundo: Salazar era homem do “viver habitualmente”, do Portugal rural, aldeão e beato – Henrique Galvão era homem da modernidade, do progresso, da indústria, da cidade e da pujança econômica.

Sempre transitou entre grupos políticos. Iniciou sua carreira sendo um dos que apostavam na intervenção dos militares na política, de maneira vanguardista e pela direita radical. Apoiou o 28 de Maio de 1928 como forma de superar a democracia liberal, integrando na ditadura um setor mais à extrema-direita e de cariz fascista – os Fifis. Apostou também em Salazar, apoiando e integrando o Estado Novo, expondo-se publicamente em defesa do regime fascista e de suas promessas em se recolocar a pátria “nos trilhos”. Sua atividade intelectual durante o Estado Novo servia ao regime. Na ruptura, não teve grandes problemas em se desapegar do fascismo – já derrotado politicamente e militarmente na Europa – e pender às cessões democratizantes. Pragmático, era representante de setores mais progressistas do Estado Novo, divergente do ruralismo habitual ao qual Salazar se apegava. Pragmático, mas com limites. Sempre se disse contrário às paixões políticas, sempre em nome dos tais interesses nacionais e maiores a qualquer partido ou ideologia, mas nunca deixou o nacionalismo imperial-colonialista. Ainda que transitasse constantemente entre grupos, o eixo significativo de sua visão de mundo e atuação política era o colonialismo, em moldes modernos do capitalismo desenvolvido – sempre à direita e radicalmente anticomunista: um intelectual-gestor colonialista e um nacional-corporativista de pendor progressista.

Bibliografia

Publicações de Henrique Galvão consultadas

GALVÃO, H. **Em Terra de Pretos**: Crónicas d'Angola. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1929.

_____. **Huíla**: Relatório de Governo (1929). Vila Nova Farmalicão: Tipografia Minerva, 1930a.

_____. **Nacionalização de Angola**. Lisboa: Tipografia Torres, 1930b.

_____. Crónica do mês - Planos e Ideas. **Portugal Colonial: Revista mensal de propaganda e expansão do Império Português**, Lisboa, n. 3, Abril 1931a.

_____. Informações do Mundo Colonial - Crónica do mês - Imprensa Colonial. **Portugal Colonial: Revista mensal de propaganda e expansão do Império Português**, Lisboa, n. 9, Novembro 1931b.

_____. Introdução; Editorial. **Portugal Colonial: Revista mensal de propaganda e expansão do Império Português**, Lisboa, n. 2, Abril 1931c.

_____. **La Presse Coloniale et le Problème du Travail Indigène**. Lisboa: Ottosgrafica, 1931d.

_____. Portugal Colonial: uma apresentação. **Portugal Colonial: Revista mensal de propaganda e expansão do Império Português**, Lisboa, n. 1, Março 1931e.

_____. **O Poeta Lopes Vieira em África e o seu Relatório**. Lisboa: Ottosgrafica, 1932.

_____. **Informação Económica Sobre Angola**. 1932: Agência Geral das Colónias, 1933a.

_____. **As Feiras de Amostras Coloniais (1932) - Relatório e contas**. Lisboa: Ottosgraphica, 1933b.

_____. **Revolução - Comédia dramática em três actos**. Lisboa: [s.n.], 1933c.

_____. **Acção e Obra de João de Almeida (1904-1910)**. 2. ed. Lisboa: Ottosgrafica, 1934a.

_____. **A Função Colonial de Portugal**: razão de ser da nacionalidade. Porto: Litografia Nacional, 1934b.

_____. **Album Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa**. Porto: Litografia Nacional, 1934c.

_____. **No Rumo do Império**. Porto: Litografia Nacional, 1934d.

_____. **Terras do Feitiço (contos africanos)**. Lisboa: Ottosgráfica, 1934e.

_____. Angola: o passado e o presente da colónia. **Boletim Geral das Colónias**, n. 126, 1935a.

- _____. **Dembos**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, v. 17, 1935b.
- _____. **Dembos**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, v. 9, 1935c.
- _____. **Dembos**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, v. 3, 1935d.
- _____. **Bases para o povoamento europeu nas colónias portuguesas**. Lisboa: Tipografia Cristóvão Augusto Rodrigues, 1936a.
- _____. **Povoamento europeu nas colónias portuguesas**. Lisboa: Tipografia Cristóvão Augusto Rodrigues, 1936b.
- _____. **O Sol dos Trópicos**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1936c.
- _____. **O Velo d'Oiro**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1936d.
- _____. **Angola (para uma nova política)**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1937.
- _____. **Leis do Exército Novo**. Lisboa: Editorial Império, 1938.
- _____. **Clima de Guerra - ao microfone da Emissora Nacional**. Lisboa: [s.n.], 1939.
- _____. **Exposição do Mundo Português - Secção Colonial**. Lisboa: Neogravura, 1940a.
- _____. **Portugal 1940 - Álbum Comemorativo das Festas Centenárias de Guimarães, do Cortejo do Mundo Português, e da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português**. Porto: Litografia Nacional, 1940b.
- _____. **Outras Terras, Outras Gentes**. Porto: Litografia Nacional, 1944a.
- _____. **Kurika**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1944b.
- _____. **Notícias da Europa**. Luanda: Imprensa Nacional, 1945.
- _____. **Impala**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1946.
- _____. **Ronda de África**. Porto: Editorial do Jornal de Notícias, 1947a.
- _____. **Antropófagos**. Porto: Jornal de Notícias, 1947b.
- _____. **Por Angola (Quatro anos de actividade parlamentar)**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1949.
- _____. **Comédia da Morte e da Vida**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950a.
- _____. **Pele**. Lisboa: Sociedade Gráfica Nacional, 1956/57.
- _____. **Carta Aberta a Salazar**. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- _____. **Santa Maria: My Crusade for Portugal**. Cleveland-Nova York: The World Publishing Company, 1961.
- _____. **Operação Dulcineia - 1: Da Utopia à Realidade. O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 Fevereiro 1961a.

_____. Operação Dulcineia - 2: Três Adiantamentos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 Fevereiro 1961b.

_____. Operação Dulcineia - 3: Cinco Minutos Decisivos e um Telefonema Angustiado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 Fevereiro 1961c.

_____. Operação Dulcineia - 4: Dramática Opção Entre o Humano e o Militar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 Fevereiro 1961d.

_____. Operação Dulcineia - 5: Um Rato e Muitos Gatos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 Fevereiro 1961e.

_____. Operação Dulcineia - 6: O Desembarque. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 Fevereiro 1961f.

_____. Operação Dulcineia - Conclusão: As Últimas Horas no "Santa Maria". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 Fevereiro 1961g.

_____. Anticolonialismo e Anticolonialistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 Abril 1962a.

_____. Conceitos de Direita e Esquerda. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 Maio 1962b.

_____. **S.O.S Portugal**: Depoimento Torpedeado. São Paulo: FAPLE, 1962c.

_____. Ainda o Ultramar Português. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 Janeiro 1963a.

_____. Deixem Falar os Povos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 Outubro 1963b.

_____. Estados Livres e Ditadura. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 Novembro 1963c.

_____. Mais uma Vez a Justiça. Foi Desfeita. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 Abril 1963d.

_____. Portugal e Espanha: As Bases Militares. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 Outubro 1963e.

_____. A Revolução Africana à Luz da Realidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 Fevereiro 1964.

_____. A África Tribal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 Fevereiro 1964a.

_____. As Realidades do Colonialismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 Março 1964b.

_____. As Relações Entre Brasil e Portugal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 Junho 1964c.

_____. As Relações Entre Brasil e Portugal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 Julho 1964d.

- _____. Colonialismo e Anticolonialismo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 Fevereiro 1964e.
- _____. Ditadores. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 Agosto 1964f.
- _____. EUA: Nova Política. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 Maio 1964g.
- _____. Portugal, Sim! Salazar, Não! **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 Março 1964h.
- _____. Sobre as Relações Brasil-Portugal - 1. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 Junho 1964i.
- _____. Socialismo e "Sucionalismo". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 Dezembro 1964j.
- _____. Um Mito: A Unidade Africana. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 Fevereiro 1964k.
- _____. A África em 1964. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 Janeiro 1965a.
- _____. Colonialismo e "Anticolonialistas". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 Janeiro 1965b.
- _____. **Colonialismo, Anticolonialismo e Autodeterminação**. Rio de Janeiro: Gerninal, 1965c.
- _____. Colonialismo: Suas Grandezas e Misérias. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 Março 1965d.
- _____. **Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal**. São Paulo: [s.n.], 1965e.
- _____. **Minha Cruzada Pró-Portugal**: Santa Maria. São Paulo: Livraria Martins, 1965f.
- _____. Nova Revolução Africana: As Dependências de Certas Independências. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 Maio 1965g.
- _____. O Colonialismo - 1: Misérias e Grandezas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 Fevereiro 1965h.
- _____. O Erro Fatal dos Líderes Africanos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 Março 1965i.
- _____. O Erro Fatal dos Líderes Africanos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 Abril 1965j.
- _____. O Último Ato do General Delgado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 Maio 1965k.
- _____. **O Homem e o Tigre**: Vagô. São Paulo: Coliseu, 1966.
- _____. **O Assalto ao "Santa Maria"**. Lisboa: Delfos, 1973.

_____. **Crónica de Horas Vazias**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1974a.

_____. **Diário de Peniche**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1974b.

_____. **Grades Serradas**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1974c.

_____. **Vagô**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1974d.

_____. **Carta Aberta a Salazar**. Lisboa: Esfera do Caos, 2010.

_____. **O Império**. Lisboa: Edições SPN, S/D.

GALVÃO, H.; AYALA, F. D. **Educação Física**. Olhão: Editora Olhanense, 1923.

GALVÃO, H.; CABRAL, T.; PRATAS, A. **Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídio para o estudo de fauna de Angola e notas de caça)**. 3. ed. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, v. III - O Hipopótamo; A Girafa; O Crocodilo; Os Javalis, 1934f.

_____. **Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídio para o estudo de fauna de Angola e notas de caça)**. 3. ed. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, v. V (Extra-série) - Narrativas de caça grossa em África, 1934g.

_____. **Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídio para o estudo de fauna de Angola e notas de caça)**. 5. ed. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, v. III - O Leão, 1934h.

_____. **Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídio para o estudo de fauna de Angola e notas de caça)**. 4. ed. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, v. IV - Búfalos, Gorilas, Leopardos, Antílopes, etc., 1934i.

_____. **Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídio para o estudo de fauna de Angola e notas de caça)**. 6. ed. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, v. 1 - Elefantes e Rinocerontes, 1934j.

GALVÃO, H.; CRUZ, F.; MONTÊS, A. **A Caça no Império Português**. Porto: O Primeiro de Janeiro, 1943.

GALVÃO, H.; SELVAGEM, C. **Império Ultramarino Português (Monografia do Império)**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, v. I - Introdução; Cabo Verde; Guiné, 1950b.

_____. **Império Ultramarino Português (Monografia do Império)**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, v. II - Guiné (continuação); S. Tomé e Príncipe, 1951.

_____. **Império Ultramarino Português (Monografia do Império)**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, v. III - Angola, 1952.

_____. **Império Ultramarino Português (Monografia do Império)**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, v. IV - Moçambique; Índia; Macau; Timor, 1953.

Bibliografia específica

A Condenação Pública do Ataque ao "Santa Maria". Lisboa: [s.n.], 1961.

ABRANTES, C. S. A.; BERTHET, M. A gestão do trabalho indígena frente à resistência política em Angola, 1950. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, 16, jul./dez. 2015. 117-140.

ACCIAIUOLI, M. **Exposições do Estado Novo: 1934-1940**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ADOLFO, S. P. Existe o mundo que o português criou? **Terra roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários**, Londrina, 1, 2002. 24-31.

ALEXANDRE, V. Portugal e a abolição de escravos (1834-51). **Análise Social**, XXVI, n. 111, 1991. 293-333.

_____. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. **Análise Social**, Lisboa, XXVIII, 1993. 1117-1136.

_____. Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global. **Penélope**, 1993. 53-66.

_____. **Velho Brasil, Novas Áfricas - Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

_____. **O Roubo das Almas - Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

ALEXANDRE, V.; DIAS, J. **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1825-1890)**. Lisboa: Editorial Estampa, v. X, 1998.

ALLINA, E. "No Real Freedom for the Natives": The Men in the Middle and Critiques of Colonial Labor in Central Mozambique. **Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development**, 3, Inverno 2012. 337-359. Acesso em: 25 Set. 2016.

ALMEIDA, J. C. **Celebrar Portugal - A nação, as comemorações públicas e as políticas de identidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

ALMEIDA, J. D. **Sul d'Angola - Relatório de um governo de distrito (1908-1910)**. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1912.

_____. **Nacionalismo e Estado Novo**. Ao Serviço do Império. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v. VII, 1932.

_____. **O Estado Novo**. Ao Serviço do Império. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v. V, 1932.

_____. **Ressurgimento Ultramarino - Grandeza e Romantismo duma geração**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v. VIII, 1933.

ANDERSON, P. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, M. D.; OLLIVIER, M. **A Guerra em Angola**. Lisboa: Seara Nova, 1974.

ANTÃO, N. M.; TAVARES, C. G. Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. **Revista Sapiens**, Dez. 2008. 84-110.

ANTUNES, J. F. **Kennedy e Salazar - o leão e a raposa**. Lisboa: Difusão Cultural, 1991.

ASSUNÇÃO, M. F. M. D. A historiografia portuguesa em tempos de “política do espírito”: o caso da revista Brasília, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra (1942-1949). **Práticas da História**, 1, n. 2, 2016. 57-88.

BAIÔA, M. A Ditadura Militar na historiografia recente. **Penélope**, 1994. 201-217,.

BALANDIER, G. La situation coloniale: approche théorique. **Cahiers internationaux de sociologie**, Paris, 11, 1951. 44-79.

BALL, J. Colonial Labor in Twentieth-Century Angola. **History Compass** 3, 2005. 01-09.

_____. «I escaped in a coffin». Remembering Angolan Forced Labor from the 1940s. **Cadernos de Estudos Africanos**, 2006. 61-75.

BASTOS, C. Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. **Análise Social**, XXXIII, n. 146-147, 1998. 415-432.

BAYÓN, M. **Santa Liberdade**. Porto: ASA, 1999.

BENDER, G. J. **Angola sob domínio português - Mito e Realidade**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

BERNARDO, J. **Dialéctica da prática e da ideologia**. Porto: Cortez, 1991.

_____. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A legitimidade democrática do fascismo. **Malasartes**, primavera 1992. 31-45.

_____. **Labirintos do Fascismo - na encruzilhada da ordem e da revolta**. [S.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <<https://vosstanie.blogspot.com/2018/02/labirintos-do-fascismo-3-versao-joao.html>>.

BIRMINGHAM, D. **Portugal e África**. Lisboa: Nova Vega, 2010.

Boletim da Emissora Nacional. n. 1. ed. Lisboa: Império, 1935.

_____. n. 9. ed. Lisboa: Império, 1936.

_____. n. 7. ed. Lisboa: Império, 1936.

BORJA, B. **Ideologia e visão de mundo na produção de conhecimento**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: [s.n.]. 2011. p. 01-15.

BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português - 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRITO, A. J. D. (org.). **Para a compreensão do fascismo**. Lisboa: Nova Arrancada, 1999.

BROCHADO, C. **O Sr. Norton de Matos e a sua candidatura**. Lisboa: Portugália, 1948.

BRUNSHWIG, H. **A Partilha da África Negra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

CAETANO, M. **Minhas Memórias de Salazar**. Lisboa: Verbo, 2006.

CAHEN, M. Salazarisme, fascisme et colonialisme. Problèmes d'interpretation em sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception. **Documentos de Trabalho**, Lisboa, n. 47, 1997. 01-20.

CALDEIRA, A. M. O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34). **Análise Social**, Lisboa, n. XII (94), 1986. 943-977.

CAMPINOS, J. **A Ditadura Militar**. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

CAMPOS, F. **O Estado Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

CARNEIRO, M. L. T.; CROCI, F. (.). **Tempos de Fascismos: Ideologia - Intolerância - Imaginário**. São Paulo: Edusp, 2010.

CARVALHAL, L. A. D. A. **A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil - Cartas inéditas, notas e comentários**. Rio de Janeiro: Brasil-América, 1986.

CASTELO, C. «**O Modo Português de estar no Mundo**»: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

_____. **Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1924-1974)**. Porto: Afrontamento, 2007.

_____. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **blogue de História Lusófona**, Setembro 2011. 261-280.

CASTRO, P. J. **O Inimigo nº 1 de Salazar**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

CÉSAR, A. et al. **Salazar sem Máscaras**. Lisboa: Nova Arrancada, 1998.

COIMBRA, A. F. **Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)**. Braga: Universidade do Minho, 2000. 236 p. p. Dissertação de doutoramento.

COLONISATION et décolonisation (des années 1880 aux années 1960). **Séquence 7 - HG11**. 01-41.

COQUERY-VIDROVITCH, C. **A Descoberta de África**. Lisboa: Edições 70, 1965.

_____. **Africa and Africans in the Nineteenth Century - A turbulent history**. Nova York: M. E. Sharpe, 2009.

COQUERY-VIDROVITCH, C.; LOVEJOY, P. E. **The workers of african trade**. Londres - Nova Déli: Sage, 1983.

COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H. **L'Afrique Noire: de 1800 a nos jours**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

CORREIA, R. **Portugal Colonial. Revista de Expansão e Propaganda**. Hemeroteca Municipal - Bibliotecas de Lisboa. Lisboa. 2014.

COSTA E SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

COSTA, E. F. D. **História do 28 de Maio**. Póvoa de Varzim: Edições do Templo, 1979.

COSTA, L. M. N. Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar. Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo. **História. Revista da FLUP.**, Porto, 3, n. IV Série, 2013. 41-58.

COUCEIRO, H. D. P. **Angola - estudo administrativo**. Lisboa: Typographica da Cooperativa Militar, 1898.

_____. **Angola (Dous annos de Governo: Junho 1907 - Junho 1909)**. Lisboa: A Nacional, 1910.

_____. **Projecto de Fomento Geral d'Angola**. Separata da revista "Portugal Colonial". ed. Lisboa: [s.n.], 1931.

_____. **Angola (Dois anos de governo Junho 1907 - Junho 1909)**. Edição comemorativa do terceiro centenário da restauração de Angola, que se publica precedida de um ensaio sobre Paiva Couceiro do Exmo. General Norton de Matos. ed. Lisboa: Edições Gama, 1948.

CRUZ, M. B. D. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Análise Social**, XVIII, n. 72-73-74, 1982-3. 773-794.

DÁVILA, J. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. **História Social**, n. 19, 2010. 135-148.

DAYE, P. **Les conquêtes africaines des belges**. Paris-Nancy: Librairie Militaire Berger-Levrault, 1918.

DELGADO, I.; PACHECO, C.; FARIA, T. **Humberto Delgado - As Eleições de 58**. Lisboa: Vega, 1998.

DIAS, G. S. **O Ensino em Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 1934.

DIREITO, B. T. P. **Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942**. Lisboa: [s.n.], 2013. 329 p. p. Tese de doutoramento especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em Ciência Política, na especialidade de Política Comparada.

DULUCQ, S. Le travail forcé en Afrique Équatoriale Française autour de 1910. **Pastel - Revue académique d'histoire-géographie**, Toulouse, Março 2012. 21-24.

EMISSIONA Nacional: três anos de trabalhos. Lisboa: Emissora Nacional de Radiodifusão, 1938.

FELICE, R. D. **Explicar o Fascismo**. São Paulo : Edições 70, 1976.

FERREIRA, E. D. S. **Le colonialisme portugais en Afrique: la fin d'une ère**. Paris: Les Presses de l'Unesco, 1974.

FREDERICO, C. A sociologia da literatura de Lucien Goldmann. **Estud. av.**, São Paulo, 19, Ago. 2005.

GARCIA, J. L. L. A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a propaganda no Estado Novo (1932-1974). In: RODRÍGUEZ, A. P.; PAULO, H. (.). **A Cultura do Poder - A propaganda nos Estados autoritários**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 345-366.

GARNIER, C. **Férias com Salazar**. Lisboa: Parceira A.M. Pereira, 2002.

GOLDMANN, L. **Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Dialéctica e Ciências Humanas**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

_____. **Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **El Hombre y lo Absoluto: El Dios Oculto**. Barcelona: Ediciones Península, 1985.

GONÇALVES, W. D. S. **O Realismo da Fraternidade Brasil-Portugal**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JERÓNIMO, M. B. The States of Empire. In: TRINDADE, L. **The Making of Modern Portugal**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013. p. 65-101.

_____. As provas da "civilização": fotografia, colonialismo e direitos humanos. In: VICENTE, F. L. **O Império da Visão - Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 387-398.

_____. **The "civilising mission" of portuguese colonialism (1870-1930)**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015. Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series.

JERÓNIMO, M. B.; DOMINGOS, N. Do indígena ao imigrante. In: MONTEIRO, B.; DOMINGOS, N. **Este país não existe - texto contra-ideias feitas**. [S.l.]: Deriva - Le Monde Diplomatique, 2015. p. 135-142.

JONES, S.-L.; PINTO, A. C. **The Last Empire - Thirty years of portuguese decolonization**. Bristol-Portland: Intellect, 2003.

LEAL, C. **Peregrinações através do Poder Económico**. Lisboa: [s.n.], 1960.

_____. **A Gadanha da Morte - reflexões sobre os problemas euro-africanos**. Lisboa: SGC, 1961.

_____. **O Colonialismo dos Anticolonialistas**. Lisboa: EGPL, 1961.

_____. **A Pátria em Perigo**. Lisboa: [s.n.], 1962.

LE MOS, M. M. E.; TORGAL, L. R. (orgs.). **Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973) Um dicionário**. Lisboa: Texto, 2009.

_____. **Oposição e eleições no Estado Novo**. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

- LÉONARD, Y. **Salazarismo e Fascismo**. Mira-Sintra: Editorial Inquérito, 1998.
- LOFF, M. **Salazar e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)**. Porto: Campo das Letras, 1996.
- LOPES, H. F. Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A União Nacional em perspectiva organizacional e comparativa. **Working Paper #76, Observatório Político**, Novembro 2017.
- LOPES, J. A. M. D. M. **Colonialism, Liberation, and structural-adjustment in the modern world-economy: Mozambique, South Africa, and Portugal and the formation of Southern Africa (before and under european hegemony)**. Nova York: State University of New York, 2005. 593 p. p. Tese de doutoramento em Sociologia.
- LOUÇÃ, A. **Hitler e Salazar - comércio em tempos de guerra, 1940-1944**. Lisboa: Terramar, 2000.
- LOURENÇO, S. J. N. **A Política Externa Portuguesa face aos apoios dos Movimentos de Libertação Angolanos – os casos da República Democrática do Congo/Zaire e da Zâmbia**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. 121 p. p. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação.
- LUCENA, M. D. Interpretações do salazarismo - notas de leitura crítica I. **Análise Social**, XX, n. 83, 1984. 423-451.
- MARÇAL, G. **Angola - Ponto Fulcral da Nação Portuguesa: viragem de quadrante para uma política nova**. Porto: AOV, 1947.
- MARQUES, A. H. D. O. (coord.). **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1890-1930)**. Lisboa: Editorial Estampa, v. XI, 2001.
- MARQUES, A. H. D. O. **A Primeira República Portuguesa**. Alfragide: Leva, 2010.
- MARRACHO, A. J. M. **Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919). 47 Anos de Independência às Portas de Luanda**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa / Academia Militar, 2008. 118 p. p. Dissertação de mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais.
- MARRONI, L. "Portugal não é um país pequeno". A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934. **História. Revista da FLUP**, Porto, 3, n. IV Série, 2013. 59-78.
- MARTINHO, F. C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945). In: MARTINHO, F. C. P.; LIMONCIC, F. (.). **A Grande Depressão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 305-330.
- MARTINS, J. D. S. **Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MATEUS, D. C. El Trabajo Forzado en las Colonias Portuguesas. **Historia, Trabajo y Sociedad**, 2013. 63-87.
- MATEUS, D. C.; MATEUS, Á. **Angola 61 - Guerra Colonial: Causas e Consequências**. Alfragide: Texto, 2011.

MATOS, A. T. (org.). **Sociedade, cultura e conflito nos 100 anos da República portuguesa**. Lisboa: [s.n.]. 2013.

MATOS, N. **Angola**: Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditar-se o seu relatório de governo. Edição comemorativa do terceiro centenário da restauração de Angola. ed. Lisboa: Edições Gama, 1948.

_____. **A Província de Angola**. Porto: Maranus, 1926.

MATUMONA, M. **A ideia de Nação em África**: Etnia ou Estado Moderno? [S.l.]: [s.n.]. p. 01-13.

MEDEIROS, A. Primeira exposição colonial portuguesa (1934). In: CASTELO-BRANCO, S. E.-S.; BRANCO, J. F. **Vozes do Povo**: a folclorização em Portugal. Lisboa: Etnográfica Press, 2003. Cap. 6, p. 154-170. Disponível em: <<http://books.openedition.org/etnograficapress/537>>.

MEDINA, J. **Salazar, Hitler e Franco**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

MELLO, M. J. H. D. **Portugal, o Ultramar e o Futuro**. Lisboa: [s.n.], 1962.

MENESES, F. R. D. **Salazar - Uma Biografia Política**. 3. ed. Alfragide: D. Quixote, 2009.

MENESES, F. R. D.; OLIVEIRA, P. A. **A Primeira República Portuguesa - Diplomacia, Guerra e Império**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

MENESES, M. P.; MARTINS, B. S. (.). **As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais**. Coimbra: Almedina, 2014.

MESQUITA, P. T. Ficha Histórica de ULTRAMAR : ÓRGÃO OFICIAL DA I EXPOSIÇÃO COLONIAL, Lisboa, 11 jun. 2011. 01-04.

MONTANYÀ, X. **Pirates de la llibertad**. Barcelona: Empúries, 2004.

MONTOITO, E. **Henrique Galvão - Ou a dissidência de um cadete do 28 de Maio (1927-1952)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

MOREIRA, A. A maneira portuguesa de estar no mundo. **Instituto de Defesa Nacional**, Lisboa, 02 Fev. 2015. 01-13.

MORTÁGUA, C. **Andanças para a Liberdade**. Lisboa: Esfera do Caos, v. 1, 2009.

MOTA, F. T. D. **Henrique Galvão - Um Herói Português**. Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

MPLA. **História de Angola**. Porto: Afrontamento, 1975. Centro de Estudos Angolanos - Grupo de Trabalho História e Etnologia - MPLA.

MUNANGA, K.; SERRANO, C. **A Revolta dos Colonizados - O processo de descolonização e as independências da África e da Ásia**. São Paulo: Atual Editora, 1995.

NETO, J. P. **Angola - Meio século de integração**. Lisboa: Companhia Nacional, 1964.

NETO, S. G. D. **Do Minho ao Mandovi - Um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. 398 p. p. Dissertação apresentada no âmbito do Programa de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos).

NOGUEIRA, F. **Diálogos Interditos - A política externa portuguesa e a Guerra de África**. Braga: Editorial Intervenção, v. I, 1979.

_____. **As Nações Unidas e Portugal**. Lisboa: Ática, 1961.

_____. **A Política de Portugal em Relação à África**. Rio de Janeiro: Embaixada de Portugal, 1963.

_____. **Um político confessa-se (Diário: 1960-1968)**. Porto: Civilização, 1986.

_____. **O Estado Novo (1933-1974)**. Porto: Livraria Civilização Editora, 2000.

O Fascismo em Portugal - Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

OLIVEIRA, P. A. **Armindo Monteiro: uma biografia política (1896-1955)**. Venda Nova: Bertrand, 2000.

OLIVEIRA, P. A. **Os Despojos da Aliança - A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa (1945-1975)**. Lisboa: Tinta da China, 2007.

PATTEE, R. **Portugal em África**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959.

PAULO, H. (coord.). **Memória das Oposições (1927-1969)**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2010.

PAULO, H. **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil - O SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Minerva História, 1994.

_____. 1961: o assalto do Santa Maria e o desmoronar. **História Revista**, Goiânia, 16, n. 1, Julho 2011. 53-80.

_____. Recordar é viver? Os problemas da memória e a memória como um problema para o historiador. **Estudos do Século XX**, Coimbra, n. 11, 2011. 121-135.

_____. **Exilados portugueses na América do Sul: republicanos e revolucionários (1926-1964)**. I Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX. La Plata: [s.n.]. 2012. p. 01-17.

_____. O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta. **Cadernos Ceru**, 23, n. 2, 2013. 33-50.

PAULO, H.; JANEIRO, H. P. (.). **Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois**. Lisboa: Colibri, 2010.

PAULO, H.; SILVA, A. B. M. D. Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso - A construção da colônia ideal e o ideal colonialista. In: RAMOS, M. B.; PAULO, H.; SERPA, É. **O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo**. Chapecó: Argos, 2001.

PAXTON, R. O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PÉLISSIER, R. **História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)**. Lisboa: Editorial Estampa, v. I, 1986.

_____. **As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941**. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.

PEREIRA, A. et al. **Análise semiótica do cartaz «Deus, Pátria, Família»**. Faro: Universidade do Algarve - Escola Superior de Educação e Comunicação, 2011. Trabalho realizado para a unidade curricular de Semiótica.

PEREIRA, B. F. **A Diplomacia de Salazar**. Alfragide: D. Quixote, 2012.

PEREIRA, T. M. **Desenhos de África, Desígnios Coloniais, Desejos Suspensos: artes plásticas e colonialidade**. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa: [s.n.]. 2010. p. 01-22.

PERES, M. S. "Bewitched": Africa as a Determinant in the Career of Henrique Galvão, 1927-1970. **Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies - Journal of the Association for Spanish and Portuguese Historical Studies**, 40, 2015. 116-138. Acesso em: 13 Abr. 2016.

PIMENTA, F. T. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História**, São Paulo, 33, n. 2, jul./dez. 2014. 250-272.

PIMENTEL, I. F. **A história da PIDE**. Amadora: Círculo de Leitores, 2007.

PiÑEIRO, A. **Xosé Velo Mosquera - Poeta e soñador, político e pensador, revolucionario e mestre**. Vigo: Bieito Ledo Cabido, 2008.

PINTO, A. C. (org.). **Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

PINTO, A. C. As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. **Análise Social**, Lisboa, XXVII, 1992. 575-613.

_____. O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). **Análise Social**, XXXV, 2000. 01-22.

_____. **O Fim do Império Português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

_____. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930. **Publicações**, n. 4, 2008.

_____. **Rethinking the nature of fascism**. Nova York - Hampshire: Palgrave MacMillan, 2012.

_____. Ecos de projetos concorrentes de exploração colonial na Assembleia Nacional portuguesa (1961-1974). **História Unisinos**, São Leopoldo, 22, n. 1, jan./abr. 2018. 111-124.

PINTO, A. C.; KALLIS, A. **Rethinking fascism and dictatorship in Europe**. Nova York - Hampshire: Palgrave MacMillan, 2014.

PINTO, A. O. Henrique Galvão Em Terra de Pretos e em conflito com os brancos da Agência Geral das Colónias. **Revista Rascunhos Culturais**, Coxim, jan./jun 2010. 123-144.

PINTO, J. A. D. C. O Sequestro do Santa Maria. **Revista UFG**, Goiânia, n. 12, Julho 2012. Resenha do livro de Ludenbergue Góes, O sequestro do Santa Maria: um sonho de liberdade. São Paulo: Cia. dos Livros, 2011.

PITCHER, M. A. Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. **Análise Social**, XXXVIII (168), 2003. 793-820.

RABY, D. L. **A Resistência Antifascista em Portugal (1941-74)**. Lisboa: Salamandra, 1988.

REMÉDIO, M. M. R. **A "Lição de Salazar" e a iconografia do Estado Novo**: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939). Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras - Departamento de História, 2012. Dissertação de Mestrado em Didática da História.

RENUCCI, F. L'inspection du travail et le droit en Afrique francophone au XXe siècle. **S. El Mechat. Les administrations coloniales (XIXe-XXe siècles). Esquisse d'une histoire comparée**, Rennes, 2009. 253-263.

RIBEIRO, M. C.; FERREIRA, A. P. (coord.). **Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.

RIBEIRO, M. D. C. **A Polícia Política no Estado Novo - 1926-1945**. Lisboa : Editorial Estampa, 2000.

RIBEIRO, N. **A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo (1933-1945)**. Lisboa: Quimera, 2005.

_____. A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). **Comunicação & Cultura**, 2007. 175-199.

RIBEIRO, O. **A Colonização de Angola e o seu Fracasso**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981.

RODRIGUES, F. A. **A situação da literatura na etapa colonial portuguesa**: Legados históricos e culturais. [S.l.]: [s.n.]. p. 01-07.

RODRÍGUEZ, A. P. A guerra de propaganda de Salazar: Os correspondentes portugueses a Guerra Civil de Espanha (1936-1939). **Media & Jornalismo**, n. 3, 2003. 09-22.

_____. La "guerra del éter". La campaña radiofónica de Portugal contra la Segunda República española. **Diacronie - Studi di Storia Contemporanea: Spagna Anno Zero: la guerra come soluzione**, 7, n. 7, 2011.

_____. "Tudo pela Nação, nada contra a Nação". Salazar, la creación del Secretariado de Propaganda Nacional y la censura. **Hispania - Revista Española de Historia**, v. LXXII, n. 240, p. 177-204, jan.-abr. 2012. ISSN 0018-2141.

_____. La Prensa Portuguesa ante la IIª República y la Guerra Civil Española: salazarismo, diplomacia y propaganda. **El Argonauta Español - revue bilingue, franco-espagnole, d'histoire moderne et contemporaine consacrée à l'étude de la presse espagnole de ses origines à nos jours (XVIIe-XXIe siècles)**, 20 Outubro 2016.

ROMERO-ROBLEDO, M. R.; NOVAIS, J. A. **Humberto Delgado**: assassinato de um herói. Lisboa: Liber.

ROSAS, F. (org.). **Portugal e a Guerra Civil de Espanha**. Lisboa: Colibri, 1996.

ROSAS, F. **O Estado Novo nos Anos Trinta: 1928-1938**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. **O Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Editorial Estampa, v. VII, 1998. da obra *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso.

_____. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, XXXV (157), 2001. 1031-1054.

ROSAS, F.; BARROS, J. L. D.; OLIVEIRA, P. D. **Armindo Monteiro e Salazar: correspondência política (1926-1955)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

ROSAS, F.; BRITO, J. M. B. D. **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand, v. I, 1996.

_____. **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. II, 1996.

ROSAS, F.; GARRIDO, Á. (coord.). **Corporativismo, Fascismos, Estado Novo**. Coimbra: Almedina, 2012.

ROSAS, F.; MACHAQUEIRO, M.; OLIVEIRA, P. A. (org.). **O Adeus ao Império - 40 anos de descolonização portuguesa**. Lisboa: Vega, 2015.

SANTOS, J. D. C. N. Literatura colonial portuguesa: espaço, poder e imperialismo. **Revista Fórum Identidades**, 5, jan./jun. 2009. 45-59.

SANTOS, M. Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932). O efeito renda. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, 2012.

SELVAGEM, C. Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico. **Boletim Geral das Colónias**, II-8, 1926. 03-16.

_____. **A Reforma do Exército e a Nação**. Lisboa: Editorial Império, 1938.

SERRA, F. Visões do Império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, São Paulo, 5, n. 1, jan.-jun. 2016. 45-84.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. **Memória D'África: A temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.

SERTÓRIO, M. **Humberto Delgado - 70 cartas inéditas**. Lisboa: Praça do Livro, 1978.

_____. **Humberto Delgado - 70 cartas inéditas**. Lisboa: Alfa, 1990.

SILVA, A. B. M. D. General Norton de Matos (1867-1955). ASpectos maiores de um perfil histórico-biográfico - o militar, o colonialista e o democrata. **Africana Studia**, Porto, n. 6, p. 173-200, 2003.

SILVA, A. M. D. **Sidónio e Sidonismo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, v. 1 e 2, 2006.

SILVA, D. M. D. oposição no exílio e a memória da "resistência" ao Estado Novo em São Paulo. **Migrações**, 2009, n. 5.

_____. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro (1956-1974)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVA, F. S. A. D. Portugal Livre: um jornal de oposição ao Estado Novo português no Exílio brasileiro 1958-1961. *Intellèctus*, XVI, n. 2, 2017. 109-132.

SOUZA, M. E. **A Liberdade da Lei: o Trabalho do Indígena Africano na Legislação do Império Português**. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba: [s.n.], 2015. p. 01-15.

STERNHELL, Z. **The birth of fascist ideology - From cultural rebellion to political revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TEIXEIRA, N. S.; PINTO, A. C. **A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo**. Lisboa: Colibri, 2000.

TELO, A. J. A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932. *Análise Social*, XXIX, n. 128, 1994. 779-800.

_____. **Economia e Império no Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

TENGARRINHA, J. (.). **História de Portugal**. São Paulo: EDUSC, 2000.

TESSADORI, P. **O Homem Novo do fascismo italiano e do Estado Novo português**. Lisboa-Évora: Universidade de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa, 2014. 333 p. p. Tese de doutoramento em História - Especialidade Dinâmicas do Mundo Contemporâneo.

THOMAZ, O. R. "O Bom Povo Português": Usos e Costumes D'Aquém e D'Além Mar. *MANA*, 2001. 55-87. Acesso em: 13 Dez. 2015.

TORGAL, L. R. **Estados Novos, Estado Novo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TORGAL, L. R.; PAULO, H. (.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

TORRES, E. C. Um país num cartaz e no divã: "Portugal não é um país pequeno", 2015. Disponível em: <<http://malomil.blogspot.com.br/2015/02/portugal-nao-e-um-pais-pequeno.html>>.

VARELA, R.; LOUÇÃ, J. C. De que é feito um império? - Trabalho forçado nas colónias portuguesas. **Trabalho Necessário**, 2016.

VARGAS, A. L. D. S. Por uma doutrina colonial nacionalista: o "Império Português" em Henrique Galvão (1927-1932), Goiânia, 2013. 150 p. Dissertação de mestrado em História.

WAALS, W. S. V. D. **Guerra e Paz Portugal/Angola (1961-1974)**. Alfragide: Casa das Letras, 2015.

WEIGERT, S. L. **Angola - A modern military history (1961-2002)**. Nova York: Palgrave McMillan, 2011.

WHEELER, D. A Primeira República Portuguesa e a história. *Análise Social*, XIV, n. 56, 1978. 865-872.

_____. **História Política de Portugal de 1910 a 1926**. Mira-Sintra: Europa-América, 1978.

WHEELER, D.; OPELLO JR., W. C. **Historical Dictionary of Portugal**. 3ª. ed. Lanham-Toronto-Plymouth: The Scarecrow, 2010.

WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2009.

ZILHÃO, P. M. P. G. **Henrique Galvão: prática política e literatura colonial (1926-36)** - Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. 198 f. p.

Bibliografia complementar

AMSELLE, J.-L.; M'BOKOLO, E. (). **Pelos Meandros da Etnia**. Mangualde-Ramada-Luanda: Pedagogo-Mulembra, 2014.

AMSELLE, J.-L.; M'BOKOLO, E. **Au coeur de l'éthnie**. Paris: La Découverte/Poche, 2004.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo - antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo : Companhia de Bolso, 2012.

BALANDIER, G. **Sociologia da África Negra - Dinâmica das mudanças sociais na África Central**. Mangualde-Ramada-Luanda: Pedagogo - Mulembra, 2014.

BIGNAMI, E. **Cos'è il Fascismo**. Milão: [s.n.], 1933.

BLÉVIS, L. Juristes et légistes au service de l'état colonial: de la mise en forme technique du statut des algériens a sa difficile légitimation. In: SACRISTE, G.; VAUCHEZ, A.; WILLEMEZ, L. **Sur la portée sociale du droit. Usages et légitimité du registre juridique**. [S.l.]: Presses Universitaires de France, 2005. p. 309-324.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. D. M. **Usos e abusos da História Oral**. [S.l.]: FGV, 2014.

BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português - 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BURROUGHS, E. R. **Tarzan of the Apes**. [S.l.]: Edgar Rice Borroughs, Inc., 1984.

CÉSAIRE, A. **Discours sur le Colonialisme**. Paris: Présence Africaine, 1955.

COQUERY-VIDROVITCH, C. **African women - A modern history**. Oxford: Westview Press, 1997.

CURTO, D. R.; DOMINGOS, N.; JERÓNIMO, M. B. A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas. **História e Historiografia**, Ouro Preto, n. 15, Agosto 2014. 148-167.

DAVIDSON, B. **A History of West Africa (1000-1800)**. Essex: Longman Group, 1985.

- DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014. 265-293.
- ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Barcarena: Presença, 1997.
- FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.
- FELICE, R. D. **Explicar o Fascismo**. São Paulo : Edições 70, 1976.
- FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- GEADA, E. **O imperialismo e o fascismo no cinema**. Lisboa: Moraes, 1977.
- GOMES, Â. D. C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2 Os intelectuais; o princípio educativo; Jornalismo, 2001.
- HARRIS, M. **Cannibals & Kings - The origins of culture**. Glasgow: Fontana/Collins, 1978.
- HOBBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos - O Breve Século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, E. J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- LIMA, H. E. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MONASTA, A.; NOSELA, P. **Antonio Gramsci**. Coleção Educadores - MEC. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- MUNANGA, K. **Negritude - Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- MUSSOLINI, B. **Quatro Discursos sobre o Estado Corporativo**. Roma: Laboremus, 1935.
- NOLTE, E. **I Tre Volti del Fascismo**. Cologno Monzese: Arnoldo Mondadori, 1974.
- OIT. **Les droits des peuples autochtones et tribaux dans la pratique: un guide sur la convention no. 169 de l'OIT / Organisation International du Travail**. Genebra: OIT, v. 1, 2009.
- OLIVEIRA, E. Cosmovisão Africana: A África antes da invasão européia. In: _____ **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Curitiba: Prática Popular, 2006.
- PEREIRA, L. C. B. **A sociedade estatal e a tecnoburocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PHILLIPS, A. **British policy in West Africa**. Londres-Indianapolis: James Currey - Indiana University Press, 1989.
- PINI, G.; SUSMEL, D. **Mussolini - L'uomo e l'opera**. Firenze: La Fenice, v. I - Dal socialismo al fascismo (1883-1919), 1953.

- PINI, G.; SUSMEL, D. **Mussolini - L'uomo e l'opera**. Firenze: La Fenice, v. II. Dal fascismo alla Ditadura (1919-1925), 1953.
- PINTO, J. M. C. **A Corporação - subsídios para seu estudo**. Coimbra: Coimbra Editora, 1955.
- REVEL, J. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RODRIGUES, M. U. **O Tempo e o Espaço em que Vivi**. Porto: Campo das Letras, v. 1, 2002.
- ROJAS, C. A. A. **Micro-história italiana: modo de uso**. Londrina: Edue, 2012.
- SALVEMINI, G. **Le origini del fascismo in Italia - lezioni di Harvard a cura di Roberto Vivarelli**. Milão: Feltrinelli, 1966.
- SANDERSON, J.-P. Le discours démographique colonial Belge à l'épreuve de l'analyse de contenu. **Document de Travail n° 4 - Département des Sciences de la Population et du Développement - Université catholique de Louvain**, Louvain, 1999. 01-29.
- SASSOON, D. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- STANLEY, H. M. **My African Travels**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- TEIXEIRA, R. C.; BARBOSA, L. M. Congo: no "coração" da África o dilema entre independência e ditadura. **Cenários PUC Minas - Cenário Internacional**, Belo Horizonte, 2007. 01-09.
- THOMPSON, E. P. **Agenda para una historia radical**. Barcelona: Crítica, 2000.
- VALIANI, L. et al. **Fascismo e Antifascismo (1936-1948) - Lezione e testimonianze a cura del Comitato promotore**. Milão: Giangiacomo Feltrinelli, v. II, 1976.
- VANTHEMSCHE, G. The Historiography of Belgian Colonialism in the Congo. **Europe and the world in European historiography**, Pisa, 2006. 89-119.
- WHITE, L. **Bridging the Zambesi**. Londres: McMillan, 1993.

Anexos



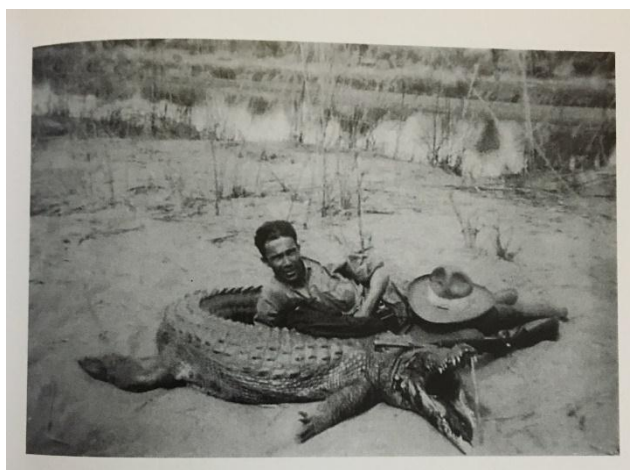
Figura 3. Henrique Galvão com divisa de alferes/tenente (Arquivo da família in. MOTA, F. T. da.)



Figura 4. HG em seu início de carreira como gestor colonial em Huíla (Arquivo da família in. MOTA, F. T. da.)



Figura 5. Abel Pratas, Henrique Galvão e Teodósio Cabral: companheiros de caça desde o início da carreira colonial de HG (Arquivo da família in. MOTA, F. T. da.)



Figuras 6 e 7. Caça grossa: controle de animais contra plantações ou aldeias, atividade recreativa... e demonstração de domínio colonial.



Figura 8. HG em discurso de apresentação de sua direção das Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques, em 1932. Na mesa, trajando fraque, o ministro Armindo Monteiro (Arquivo da família in. MOTA, F. T. da.)



Figura 9. Capa do catálogo geral das Feiras de Amostras. Mulher "indígena" dança alegremente o vira com mulheres minhotas - uma representação que pretende passar a ideia de harmonia e integração do império de uma só nação espalhada pelo mundo.



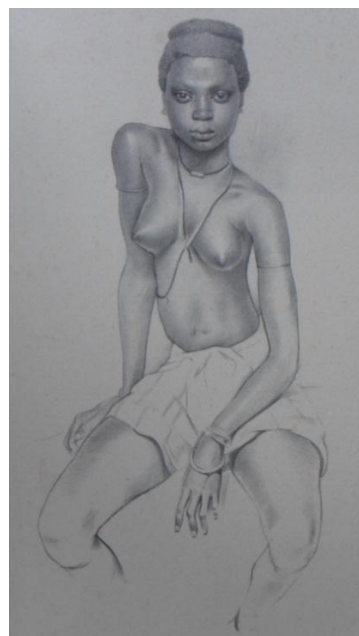
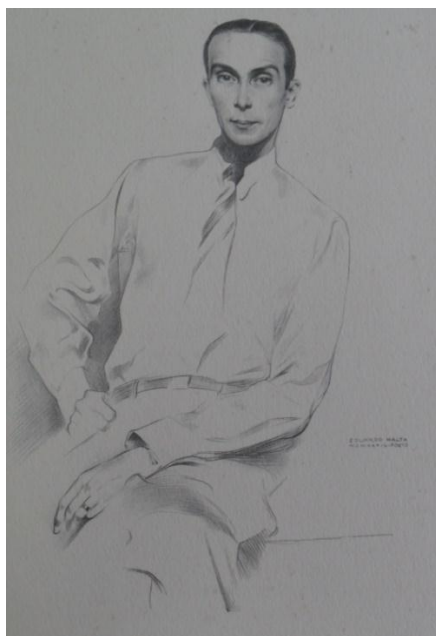
Figuras 10 e 11. HG diretor da 1ª Exposição Colonial Portuguesa ciceroneando Óscar Carmona, Oliveira Salazar, Armindo Monteiro e António Cález (do fotógrafo oficial Domingos Alvão).



Figura 12. Recriação de ambiente colonial na Exposição Colonial de 1934. (Fotografia de Domingos Alvão)



Figura 13. Outra representação de aldeia indígena na Exposição Colonial. (in. Portugal Colonial, nº 40, p. 03)



Figuras 14 e 15. O diretor da Exposição Colonial e a bailarina bijagoz pelo lápis de Eduardo Malta.



Figura 16. Na primeira página do 8.º número da revista Ultramar: Oliveira Salazar e Henrique Galvão.



Figura 17. HG em sua mesa de diretor da Emissora Nacional em 1935.



Figura 18. Oliveira Salazar em 1935, entre o microfone da Emissora Nacional e o mapa "Portugal não é um país pequeno", ambos dirigidos por HG. A fala do presidente do Conselho demonstra seu estranhamento e deslumbramento à modernidade da radiofonia.



Figura 19. Comissão organizadora da Exposição do Mundo Português de 1940. Além de Henrique Galvão e Salazar, estão Nobre Guedes, Júlio Cayola, Pardal Monteiro, Cottinelli Telmo, Duarte Pacheco, Manuel Múrias, António Ferro, Raul Lino, Júlio Dantas e outros. (da Fototeca do Palácio Foz in. MOTA, F.T. da.)



Figura 20. Inauguração da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. À direita de HG: Júlio Dantas e Duarte Pacheco. (Arquivo da família in. MOTA, F. T. da)



Figura 21. Capa do livro da Secção Colonial.

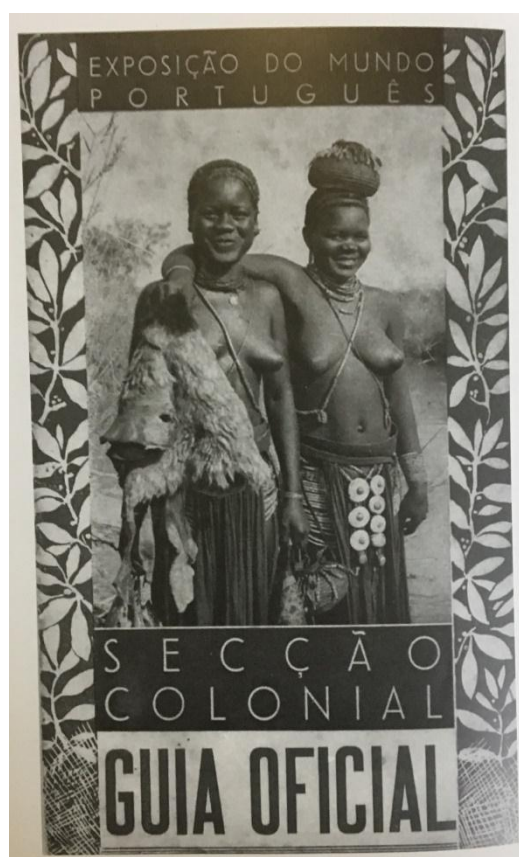
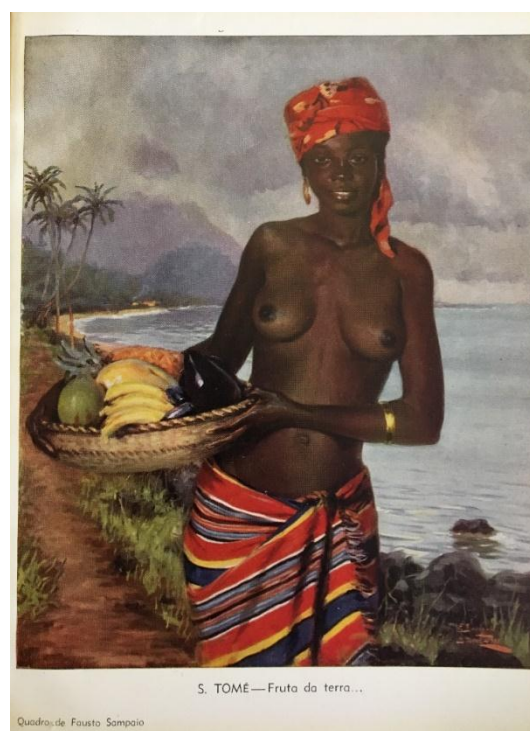


Figura 22. Capa do guia oficial da Secção Colonial.



Figuras 24 e 25. Representações de mulheres das colônias (Macau e São Tomé) por Fausto Sampaio no livro da Secção Colonial.

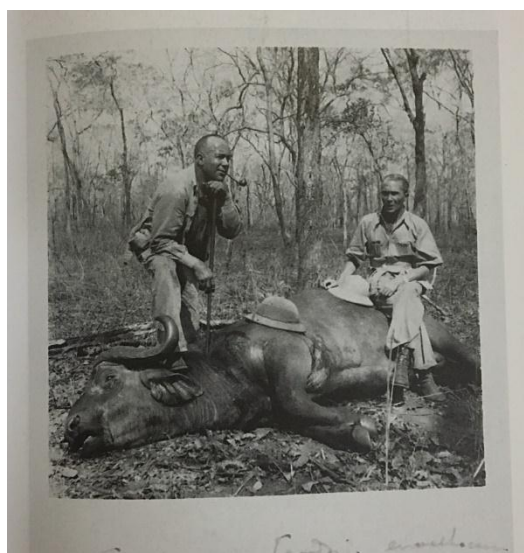


Figura 26. Em cena de caça na Zambézia na década de 40 com seu amigo Teodósio Cabral, na altura em que HG foi inspetor colonial. Da caligrafia de Galvão a legenda diz: "Tambem o Teodosio envelheceu". A pose é de domínio sobre a natureza colonial. (Arquivo da família in. MOTA, F. T. da)

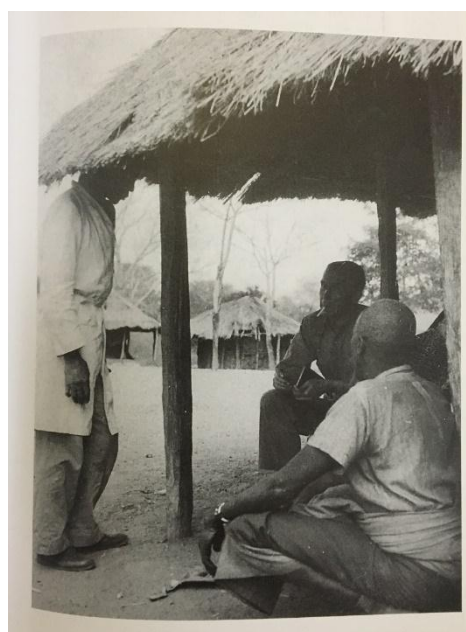


Figura 27. Inspetor Henrique Galvão em reunião com sobas em Angola. (Arquivo da família in. MOTA, F. T. da)

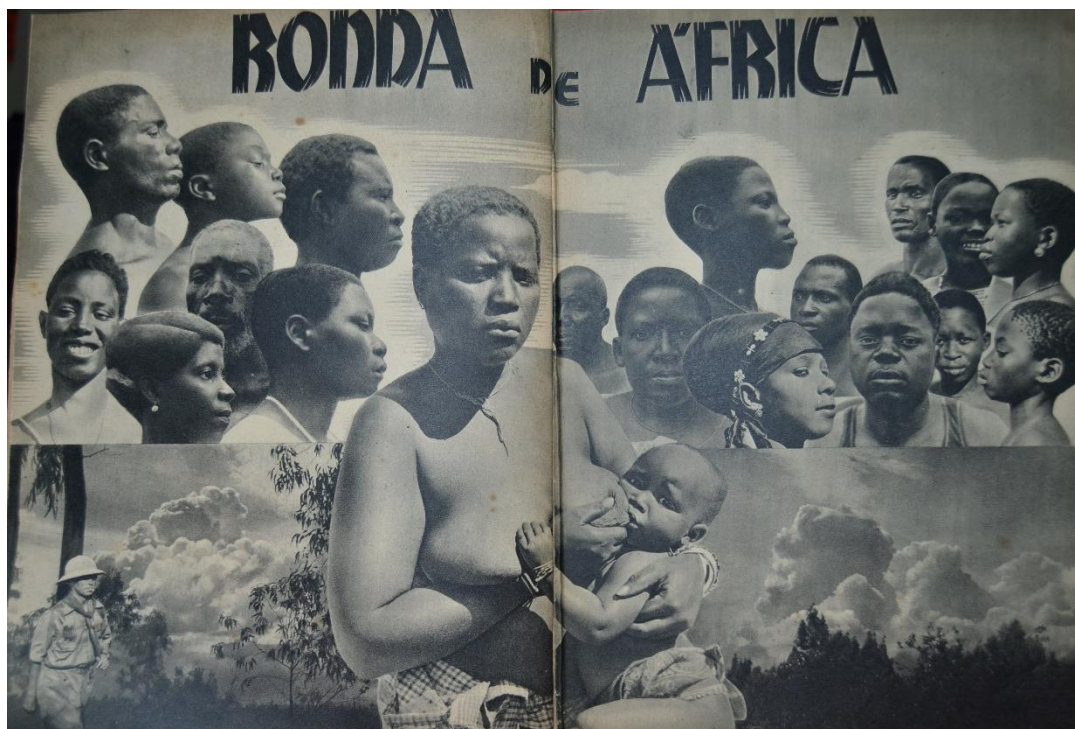


Figura 28. Abertura de seu "Ronda de África". No canto esquerdo inferior está Galvão em atividade de inspetor colonial, figurando juntamente à diversidade étnica das colônias.



Figura 29. HG e equipe em trajes de operários mineiros na União Sul-Africana. Galvão demonstrava deslumbramento com a modernidade capitalista sul-africana e o progresso da ação humana sobre a paisagem natural. (in. Ronda de África)



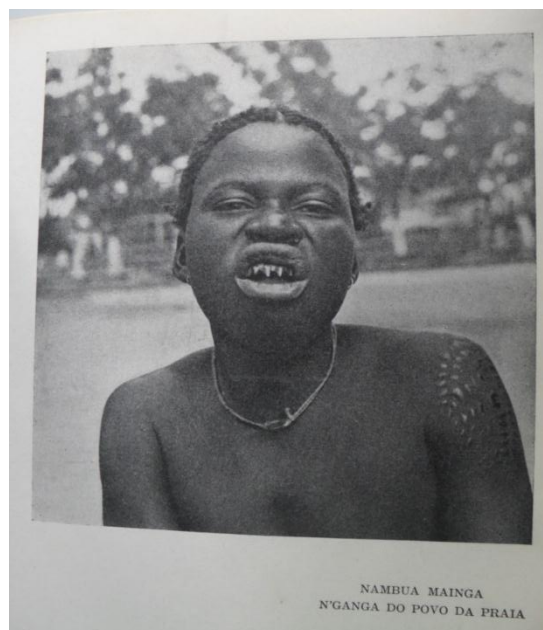
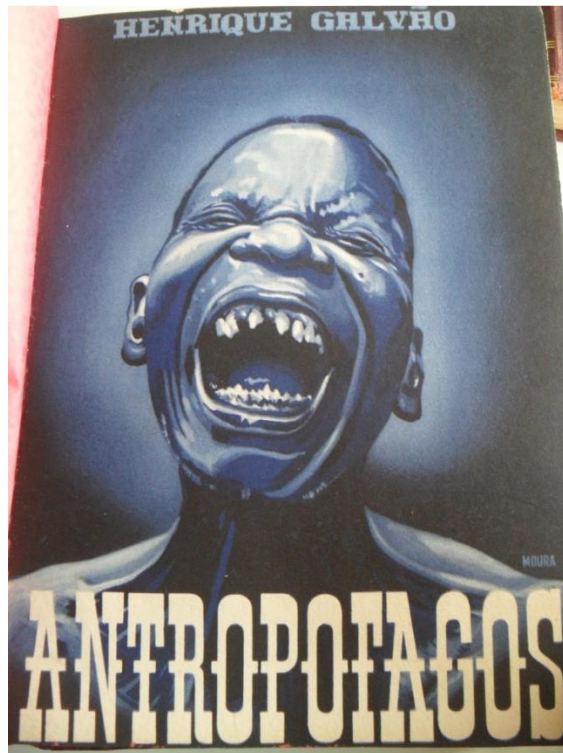
Figura 30. HG e Óscar Ruas em atividade de inspeção colonial no Cuando servidos por seus trabalhadores indígenas (in. Outras Terras, Outras Gentes).



Figura 31. HG no Cuando, carregado em tipoia por indígenas em demonstração de sua autoridade colonial. (in. Outras Terras, Outras Gentes)



Figura 32. HG segurando criança branca, nativa colonial, em afirmação de que África não é apenas "terra de pretos".



Figuras 33 e 34. Capa do livro "Antropófagos" com ilustração exageradamente estereotipada de José de Moura retratando a africana supostamente canibal. Ao lado a modelo: Nambua Mainga cujos dentes são parte da estética corporal da cultura N'Ganga. Porém nem ela nem seu povo eram antropófagos.